



AVALIAÇÃO DE PROGRAMAS GOVERNAMENTAIS DE EDUCAÇÃO  
AMBIENTAL: UM CASO DE EMPRESA ESTATAL DA ÁREA DE ENERGIA

Claudia Lopes Pocho

Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Pós-graduação em Engenharia de Produção, COPPE, da Universidade Federal do Rio de Janeiro, como parte dos requisitos necessários à obtenção do título de Doutor em Engenharia de Produção.

Orientador: Elton Fernandes

Rio de Janeiro

Julho de 2011

AVALIAÇÃO DE PROGRAMAS GOVERNAMENTAIS DE EDUCAÇÃO  
AMBIENTAL: UM CASO DE EMPRESA ESTATAL DA ÁREA DE ENERGIA

Claudia Lopes Pocho

TESE SUBMETIDA AO CORPO DOCENTE DO INSTITUTO ALBERTO LUIZ  
COIMBRA DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA DE ENGENHARIA (COPPE) DA  
UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO COMO PARTE DOS  
REQUISITOS NECESSÁRIOS PARA A OBTENÇÃO DO GRAU DE DOUTOR EM  
CIÊNCIAS EM ENGENHARIA DE PRODUÇÃO.

Examinada por:

---

Prof. Elton Fernandes, Ph.D.

---

Prof. Carlos Frederico Bernardo Loureiro, D.Sc.

---

Prof. Marcos do Couto Bezerra Cavalcanti, D.Sc.

---

Prof. Francisco Antonio Doria, D.Sc.

---

Prof. Anderson Ribeiro Correia, D.Sc.

RIO DE JANEIRO, RJ - BRASIL

JULHO DE 2011

Pocho, Claudia Lopes

Avaliação de Programas Governamentais de Educação Ambiental: Um Caso de Empresa Estatal da Área de Energia/Claudia Lopes Pocho. – Rio de Janeiro: UFRJ/COPPE, 2011.

XV, 399 p.: il.; 29,7 cm.

Orientador: Elton Fernandes

Tese (doutorado) – UFRJ/ COPPE/ Programa de Engenharia de Produção, 2011.

Referências Bibliográficas: p. 191-201.

1. políticas públicas. 2. avaliação. 3. educação ambiental. 4. sistema de medição. 5. I. Fernandes, Elton. II. Universidade Federal do Rio de Janeiro, COPPE, Programa de Engenharia de Produção.

III. Título.

## DEDICATÓRIA

*Dedico esta Tese à minha avó  
Theresina Galluci Lopes e aos  
meus pais Fausto e Marilene Pocho*

## AGRADECIMENTOS

Ao professor Elton Fernandes pelo incentivo decisivo e inquestionável para a inscrição neste curso. Pela valiosa contribuição a minha formação, ampliando-a, a partir de suas enriquecedoras aulas, principalmente sobre Estratégia. E, ainda, pela sua orientação dedicada, competente e precisa, requerida para a realização deste estudo.

Ao professor Carlos Frederico Loureiro, referência no mundo acadêmico em Educação Ambiental, a quem devo a minha sólida formação nesta área, pela sua orientação incansável nesta pesquisa, garantindo o rigor teórico-metodológico exigido por esse campo.

Ao professor Marcos Cavalcanti por me apresentar este curso, influenciando-me não só a mudar meu eixo de formação acadêmica, como também a estudar um tema fascinante, na interseção da Engenharia de Produção com a Educação – a gestão do conhecimento.

Aos demais professores, membros da banca examinadora, que com sua renomada competência, puderam examinar com dedicação esta tese.

Ao professor Geraldo Tavares também pelo apoio à realização do doutoramento, quem, pelo caráter inovador de seu trabalho na Faculdade de Engenharia da Universidade Federal Fluminense, muito me incentivou.

Aos profissionais da CGPEG/IBAMA que dedicaram horas valiosas de seu trabalho à sua participação neste estudo e, decisivamente, a Monica Serrão, com sua grande capacidade de articulação para formulação e implementação de políticas públicas, sem a qual a etapa de validação desta pesquisa não teria sido realizada.

Destaco, ainda, todos os especialistas que participaram deste estudo, sem os quais, o desejo e princípio da participação pública não se tornariam realidade. Em especial, aos educadores ambientais da instituição onde atuo, pela competência e disposição para mudança, entre estes, Bayard Palmeiro, Lucia Mello e a historiadora Simone Veríssimo, a qual possibilitou, com rigor e empenho, a testagem do modelo de avaliação aqui apresentado. Ao Eng. Basílio Dagnino pelas suas valiosas contribuições também na etapa de testagem do referido modelo.

A todos aqueles profissionais que fizeram e fazem parte da minha trajetória profissional por me incentivarem na busca pela formação continuada. Ressalto nesta

caminhada Haroldo Batulli, Luiz Fernando do Monte Pinto e Flavia Daisson que com certeza apoiaram sem hesitar a realização deste curso.

A todos aqueles que fazem parte da minha vida e que contribuíram na manutenção da decisão de realizar este curso. Longo e intenso! Em especial, ao Dsc Eng. Sdepan Bogosian pela possibilidade de me inspirar. E ao Eng. Jorge Barbosa pelas palavras de incentivo e colaboração ao longo desta jornada.

Resumo da Tese apresentada à COPPE/UFRJ como parte dos requisitos necessários para a obtenção do grau de Doutor em Ciências (DSc.)

AValiação de Programas Governamentais de Educação Ambiental: Um Caso de Empresa Estatal da Área de Energia

Claudia Lopes Pocho

Julho/ 2011

Orientador: Elton Fernandes

Programa: Engenharia de Produção

Tendo em vista a carência de diretrizes, estratégias e mecanismos de avaliação de políticas públicas, programas e projetos de educação ambiental estabelecidos e implementados, institucionalmente, no âmbito da ação governamental, esta pesquisa, com finalidade propositiva, teve como objetivo a construção de um sistema de monitoramento e avaliação para programas governamentais de educação ambiental. Organizado com base em uma metodologia de construção de sistemas de medição concebida para propiciar a maior precisão e objetividade na sua elaboração, o sistema de medição foi desenvolvido a partir de uma hierarquia de resultados esperada, integrando medidas de desempenho de forma estruturada. Uma sistemática de avaliação com base em critérios extensos e detalhados de educação ambiental também foi cunhada. A construção do que acabou por se definir como um modelo de avaliação contou com a participação pública, incluindo formuladores, implementadores e executores de políticas e programas de Educação Ambiental, de órgãos como o IBAMA, o Departamento de Educação Ambiental/MMA, entre outros. O modelo de avaliação mostrou-se aplicável e adequado à produção de avaliações capazes de orientar a tomada de decisão de gestores para corrigir rumos, alocar melhor recursos, bem como planejar novos programas de forma mais efetiva. Tendo como principais parâmetros a equidade, efetividade, eficácia e eficiência, o modelo de avaliação foi capaz não só de propiciar a avaliação de programas governamentais de educação ambiental, como também fornecer subsídios para a revisão da própria política setorial a qual o programa avaliado se vincula.

Abstract of Thesis presented to COPPE/UFRJ as a partial fulfillment of the requirements for the degree of Doctor of Science (D.Sc.)

AN ASSESSMENT OF GOVERNAMENT ENVIRONMENTAL EDUCATION  
PROGRAM: A CASE STUDY ON A STATE-OWNED POWER UTILITY  
COMPANY

Claudia Lopes Pocho

July/ 2011

Advisor: Elton Fernandes

Department: Production Engineering

In view of the scarce availability of guidelines, strategies and assessment tools towards public policies, programs and environmental education projects as established and implemented within government discretion, this research, bearing a propositive purpose, focused on constructing a monitoring and assessment system for government programs of environmental education. This assessment system, which was organized grounded on a methodology for the construction of assessment systems conceived to provide better accuracy and objectivity for its own development, was developed based on a hierarchical array of expected results, thus integrating performance results in a structured way. An assessment system based on extensive and detailed environmental education criteria was also devised. The construction of what was eventually defined as an assessment model counted on public participation, such as the makers, performers and carriers of Environmental Education policies and programs, agencies such as IBAMA, the Environmental Education Department of the Ministry of the Environment, among others. The assessment model proved applicable and adequate for the production of assessments that may produce a guidance towards decision-making processes for managers to reassess non-conformities, better allocate resources, as well as plan new programs more effectively, and also furnish tools to revise the policies of the industry sector to which the assessed program is attached.

## SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO</b> .....	1
<b>2 REVISÃO DA LITERATURA</b> .....	8
2.1 INTRODUÇÃO .....	8
2.2 FORTALECIMENTO DA FUNÇÃO AVALIAÇÃO, CONCEITOS E DESAFIOS.....	9
2.3 A FUNÇÃO AVALIAÇÃO NA AMÉRICA LATINA .....	13
2.4 O <i>POLICY CYCLE</i> E A AVALIAÇÃO .....	18
2.5 METODOLOGIAS E MÉTODOS DE AVALIAÇÃO DE PROJETOS, PROGRAMAS E POLÍTICAS .....	24
<b>2.5.1 Descrição de Abordagens Metodológicas</b> .....	24
2.5.1.1 Perspectiva tradicional .....	24
2.5.1.2 Análise de sistemas .....	25
2.5.1.3 Abordagens econômicas e custo/benefício .....	25
2.5.1.4 Teoria da Decisão .....	26
2.5.1.5 Análise de políticas e estudos de implementação .....	26
2.5.1.6 Ciência das Políticas .....	27
<b>2.6.1 Avaliação Formativa com foco no o processo de implantação</b> ....	28
2.7 A PARTICIPAÇÃO DOS <i>STAKEHOLDERS</i> NO <i>POLICY CYCLE</i> .....	36
2.8 A CONSTITUIÇÃO DO CAMPO DA EDUCAÇÃO AMBIENTAL .....	48
<b>3 METODOLOGIA PARA DESENVOLVIMENTO DE UM SISTEMA DE MEDIÇÃO PARA AVALIAR PROGRAMAS GOVERNAMENTAIS DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL</b> .....	59
3.1 DESAFIOS DA AVALIAÇÃO DE PROGRAMAS SOCIAIS .....	59
3.2 PREMISSAS DA CONSTRUÇÃO DO SISTEMA DE MEDIÇÃO PARA AVALIAÇÃO DE PROGRAMAS GOVERNAMENTAIS DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL .....	62
<b>3.2.1 A Avaliação é um ato político</b> .....	62
<b>3.2.2 A Avaliação depende de um esforço institucional de implementá-la</b> .....	63
<b>3.2.3 A Avaliação de Programas Sociais no nível das políticas públicas requer a complementaridade entre as abordagens qualitativas e quantitativas</b> .....	64
<b>3.2.4 O sistema de medição deve incorporar conceitos do estado da arte do objeto de avaliação, induzindo, inclusive à adoção de práticas e padrões mais elevados de desempenho</b> .....	65
<b>3.2.5 O sistema de medição deve ser construído e validado com base em informações e preferências das partes interessadas no processo....</b>	65
3.3 FUNDAMENTOS .....	66
3.4 DESCRIÇÃO DA METODOLOGIA PARA CONSTRUÇÃO DO SISTEMA DE MEDIÇÃO .....	75
<b>3.4.1 Identificação do Objeto da Avaliação</b> .....	75
<b>3.4.2 Avaliação Global do Perfil do Campo/Setor</b> .....	76
3.4.2.1 Caracterização do Campo/Setor alvo dos Processos de Avaliação .....	76
3.4.2.2 Análise da Legislação e das Políticas relativas ao Setor .....	77
3.4.2.3 Avaliação das Práticas relativas ao Objeto da Avaliação ...	77

3.4.2.4 Identificação dos Aspectos e Impactos causados pelo Campo/Setor .....	77
3.4.2.5 Panorama da Avaliação no Campo/Setor .....	77
3.4.2.6 Descrição do Processo relativo ao Objeto da Avaliação ...	78
3.4.2.7 Dimensões da Avaliação das Atividades do Campo/Setor ..	78
3.4.2.8 Outras Formas de Conceituar os Impactos causados pelo Campo/Setor .....	79
3.4.2.8.1 Partes Interessadas e Impactos dos Programas ....	79
3.4.2.9 Identificação dos Objetivos do Campo/Setor .....	79
<b>3.4.3 Desenvolvimento das Medidas de Desempenho - Indicadores .....</b>	<b>80</b>
3.4.3.1 Abrangência e objetivo do Sistema de Medição .....	80
3.4.3.2 Seleção do tipo de avaliação a ser contemplada no Sistema de Medição .....	81
3.4.3.3 Seleção das Dimensões da Avaliação das Atividades do Campo/Setor .....	81
3.4.3.4 Síntese dos Requisitos que o Sistema deve Abranger .....	82
3.4.3.5 Identificação dos Parâmetros da Avaliação .....	82
3.4.3.6 Definição de Critérios para Identificação de Medidas de Performance .....	82
3.4.3.7 Identificação, Seleção e Classificação das Medidas de Desempenho .....	83
3.4.3.8 Adoção de Critérios para a Priorização das Medidas de Desempenho .....	84
3.4.3.9 Definição da Sistemática de Avaliação .....	84
3.4.3.10 Validação do Sistema e Hierarquização de Medidas de Desempenho .....	84
3.4.3.11 Aplicação do Sistema de Medição com a Definição dos Padrões de Desempenho para as Medidas de Desempenho .....	86
3.4.3.12 Conclusão do Desenvolvimento do Sistema de Medição ..	86
<b>4 ESTUDO DE CASO .....</b>	<b>87</b>
<b>4.1 ETAPAS DA METODOLOGIA DE CONSTRUÇÃO DO SISTEMA DE MEDIÇÃO .....</b>	<b>87</b>
<b>4.1.1 Identificação do Objeto da Avaliação .....</b>	<b>87</b>
<b>4.1.2 Avaliação Global do Perfil do Campo/Setor .....</b>	<b>87</b>
4.1.2.1 Caracterização do Campo/Setor alvo dos Processos de Avaliação .....	88
4.1.2.2 Análise da Legislação e das Políticas relativas ao Setor ....	92
4.1.2.3 Avaliação das Práticas relativas ao Objeto da Avaliação ...	92
4.1.2.3.1 Educação Ambiental – diferentes concepções e práticas pedagógicas .....	93
4.1.2.4 Identificação dos Aspectos e Impactos causados pelo Campo/Setor .....	96
4.1.2.4.1 Impacto Técnico .....	97
4.1.2.4.2 Impacto de Eficiência Econômica .....	98
4.1.2.4.3 Impacto de Desenvolvimento sócio-econômico ..	99
4.1.2.4.4 Impacto Ambiental .....	99
4.1.2.4.5 Impacto Social .....	100
4.1.2.4.6 Impacto Político .....	100
4.1.2.4.7 Impacto Cultural .....	101

4.1.2.4.8	Impacto Institucional .....	101
4.1.2.4.9	Impacto Individual .....	101
4.1.2.5	Panorama da Avaliação no Campo/Setor .....	102
4.1.2.6	Descrição do Processo relativo ao Objeto da Avaliação ....	104
4.1.2.6.1	Definições .....	109
4.1.2.7	Dimensões da Avaliação das Atividades do Campo/Setor .	111
4.1.2.8	Outras Formas de Conceituar os Impactos causados pelo Campo/Setor .....	113
4.1.2.8.1	Impactos diretos e indiretos .....	113
4.1.2.8.2	Impactos Tangíveis e Intangíveis .....	114
4.1.2.8.3	Impactos Internos e Externos .....	114
4.1.2.8.4	Partes Interessadas e Impactos dos Programas ....	115
4.1.2.9	Identificação dos Objetivos do Campo/Setor .....	115
<b>4.1.3.</b>	<b>Desenvolvimento das Medidas de Desempenho – Indicadores ...</b>	<b>117</b>
4.1.3.1	Abrangência e objetivo do Sistema de Medição .....	117
4.1.3.2	Seleção do tipo de avaliação a ser contemplada no Sistema de Medição .....	117
4.1.3.3	Seleção das Dimensões da Avaliação das Atividades do Campo/Setor .....	119
4.1.3.4	Síntese dos Requisitos que o Sistema deve Abranger .....	120
4.1.3.5	Identificação dos Parâmetros da Avaliação .....	121
4.1.3.6	Definição de Critérios para Identificação de Medidas de Performance .....	122
4.1.3.7	Identificação, Seleção e Classificação das Medidas de Desempenho .....	128
4.1.3.8	Adoção de Critérios para a Priorização das Medidas de Desempenho .....	132
4.1.3.9	Definição da Sistemática de Avaliação .....	133
4.1.3.10	Validação do sistema e Hierarquização de Medidas de Desempenho .....	142
4.1.3.11	Aplicação do Sistema de Medição com a Definição dos Padrões de Desempenho para as Medidas de Desempenho .....	154
4.1.3.12	Conclusão do Desenvolvimento do Sistema de Medição .	155
<b>4.2</b>	<b>IMPLEMENTAÇÃO DO SISTEMA DE MEDIÇÃO .....</b>	<b>155</b>
<b>4.2.1</b>	<b>Descrição do programa objeto da avaliação .....</b>	<b>156</b>
4.2.1.1	Contextualização do Programa de Educação Ambiental analisado .....	156
4.2.1.2	Procel na Educação Básica – a Implantação do Programa de Educação Ambiental A Natureza da Paisagem: Energia – recurso da vida .....	159
4.2.1.3	A Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL e seu papel na implementação do Procel na Educação Básica .....	162
4.2.1.4	Educação para a Conservação – a Implantação do Programa de Educação Ambiental A Natureza da Paisagem: Energia – recurso da vida em empresa estatal do setor de energia elétrica .....	163
<b>4.2.2</b>	<b>Avaliação de programa governamental de educação ambiental..</b>	<b>165</b>
4.2.2.1	Síntese da avaliação .....	165
4.2.2.1.1	Síntese do Desempenho do programa segundo a hierarquia de resultados esperados .....	166

4.2.2.1.2 Conclusão sobre o programa avaliado .....	168
4.2.2.1.3 Plano de Ação elaborado .....	170
<b>4.2.3 Avaliação de Política Pública Setorial .....</b>	<b>171</b>
<b>5 ANÁLISE CRÍTICA DO SISTEMA DE MEDIÇÃO E DA METODOLOGIA PROPOSTA .....</b>	<b>173</b>
5.1 ANÁLISE CRÍTICA DO SISTEMA DE MEDIÇÃO PROPOSTO .....	173
5.1.1 Alterações no conteúdo da sistemática de avaliação .....	175
5.1.2 Conclusões preliminares sobre a consistência, adequação, factibilidade e efetividade do Sistema de Monitoramento e Avaliação de Programas Governamentais de Educação Ambiental .....	177
5.2 ANÁLISE CRÍTICA DA METODOLOGIA DESENVOLVIDA .....	182
<b>6 LIMITES E CONTRIBUIÇÕES DA PESQUISA .....</b>	<b>184</b>
<b>7 CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES PARA ESTUDOS FUTUROS .....</b>	<b>187</b>
<b>8 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS .....</b>	<b>191</b>
<b>ANEXO A – SUJEITOS DO LEVANTAMENTO DE CAMPO .....</b>	<b>202</b>
<b>ANEXO B – QUESTIONÁRIO .....</b>	<b>203</b>
<b>ANEXO C - LISTA DE INDICADORES .....</b>	<b>205</b>
<b>ANEXO D – SISTEMA DE MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO DE PROGRAMAS GOVERNAMENTAIS DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL COM MEDIDAS DE DESEMEPNHO PONDERADAS .....</b>	<b>209</b>
<b>ANEXO E – CRITÉRIOS DE REFERÊNCIA PARA PLANEJAMENTO, IMPLEMENTAÇÃO, MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO DE PROGRAMAS GOVERNAMENTAIS DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL .....</b>	<b>212</b>
<b>ANEXO F - RELATÓRIO DE APLICAÇÃO DO MODELO DE AVALIAÇÃO DE PROGRAMAS GOVERNAMENTAIS DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL. ....</b>	<b>377</b>

## Lista de Figuras

<b>Figura 1:</b> Oito degraus da escada da participação cidadão .....	39
<b>Figura 2:</b> Estrutura do sistema de medição de RAMOS <i>et al.</i> (2007) aplicado ao desempenho ambiental do setor .....	74
<b>Figura 3:</b> O Processo de Implantação de Programas de Educação Ambiental – <i>inputs</i> e <i>outputs</i> .....	108
<b>Figura 4:</b> Estrutura da Sistemática de Avaliação .....	140
<b>Figura 5:</b> Sistema de Monitoramento e Avaliação de Programas Governamentais de Educação Ambiental .....	153
<b>Figura 6:</b> Instituições promotoras e beneficiadas pelo Programa Procel na Educação Básica .....	160
<b>Figura 7:</b> Aplicação do Sistema de Monitoramento e Avaliação de Programas Governamentais de Educação Ambiental .....	167
<b>Figura 8:</b> Síntese da Avaliação extraída do Guia “Critérios de Referência para planejamento, implementação, monitoramento e avaliação de programas Governamentais de educação ambiental” .....	168

## **Lista de Quadros**

**Quadro 1:** Conjunto de Possibilidades para Avaliação de Resultado de Programas Sociais 139

## Lista de Tabelas

<b>Tabela 1:</b> Tipologia das dimensões de educação ambiental .....	51
<b>Tabela 2:</b> Síntese da visão emancipatória e da visão conservadora ou comportamentalista .	52
<b>Tabela 3:</b> Tendência Conservacionista - Principais Características .....	52
<b>Tabela 4:</b> Tendência Socioambiental ou Política - Principais Características .....	53
<b>Tabela 5:</b> Tendência Culturalista - Principais Características .....	54
<b>Tabela 6:</b> Tendência Integradora - Principais Características .....	55
<b>Tabela 7:</b> Hierarquia de Resultados Esperados .....	83
<b>Tabela 8:</b> Educação Ambiental – diferentes concepções e práticas pedagógicas .....	94
<b>Tabela 9:</b> Categorias e Tipos de Impactos .....	97
<b>Tabela 10:</b> Processo de Implantação de um Programa de Educação Ambiental .....	105
<b>Tabela 11:</b> Dimensões e Níveis da Avaliação de Programas de Educação Ambiental .....	112
<b>Tabela 12:</b> Dimensões e Níveis da Avaliação de Programas de Educação Ambiental .....	119
<b>Tabela 13:</b> Hierarquia de Resultados Esperados do Sistema de Medição .....	128
<b>Tabela 14:</b> Priorização das Medidas de Desempenho .....	132
<b>Tabela 15:</b> Ajustes propostos nas medidas de desempenho na etapa de validação com especialistas .....	145
<b>Tabela 16:</b> Principais recomendações de inclusão de variáveis no modelo proposto .....	147
<b>Tabela 17:</b> Resultados alcançados com o Programa Procel na Educação Básica .....	161
<b>Tabela 18:</b> Resultados da Metodologia Educativa A Natureza da Paisagem – Energia: recurso da vida de 1996 a 2010 .....	164
<b>Tabela 19:</b> Avaliação de Programa Governamental de EA – Plano de Ação .....	170
<b>Tabela 20:</b> Melhorias no modelo de avaliação após testagem .....	175
<b>Tabela 21:</b> Panorama do Levantamento de Campo .....	202
<b>Tabela 22:</b> Lista de Indicadores de Relatórios de Sustentabilidade afetos à Educação Ambiental e à Gestão Ambiental .....	205

## 1 INTRODUÇÃO

O mundo atual caracteriza-se por uma crise profunda, expressa, entre outros fatores, pelo abalo das condições vitais do nosso planeta, o que direciona nosso foco de atenção para os problemas ambientais. Logo, busca-se a construção social de um processo de luta por meio de um movimento coletivo de resistência às estruturas de poder que determinam e são determinadas pela reprodução desigual das bases materiais da condição humana (GUIMARÃES, 2006) e que provocam a pressão sobre os recursos naturais.

Diante deste cenário, em um conjunto de fóruns, seminários e experiências, distintas concepções de educação ambiental foram sendo delineadas desde os anos setenta. No Brasil, é a partir de 1980 que a Educação Ambiental adquire dimensões públicas de maior relevância, o que se expressa, entre outros elementos, pela inserção da questão na Constituição de 1988. Um aspecto peculiar da inserção da Educação Ambiental nas políticas públicas deve ser comentado. Esta foi tratada não como parte da área de educação, mas sim dentro da estrutura administrativa dos órgãos públicos de meio ambiente. Ressalta-se a falta de aprofundamento dos pressupostos teóricos da Educação Ambiental, o seu enfoque biologizante, o reducionismo na discussão da categoria ambiente; a sua perspectiva pouco popular e crítica e a subordinação do Estado aos interesses privados e mercantis. Faz-se necessário destacar, entretanto, as possibilidades de avanço das propostas de Educação Ambiental mesmo neste contexto citado (LOUREIRO, 2006).

Por isso, vale a pena mencionar alguns marcos, tais como: o Programa Nacional de Educação Ambiental e em 1997 os Parâmetros Curriculares Nacionais, os quais definem o meio ambiente como tema transversal. Estes últimos, ainda que sofram críticas pela forma como pensaram a transversalidade, propiciaram a inserção da temática ambiental de forma articulada às diversas áreas do conhecimento no currículo escolar, libertando-a de um confinamento em uma possível disciplina. A Lei nº. 9.795, de 27 de abril de 1999 estabelece a Política Nacional de Educação Ambiental (LOUREIRO, 2006). Logo, a Educação Ambiental vem tentando ganhar mais espaço no rol das políticas públicas. A sua inclusão nos projetos públicos e privados que causem impactos ambientais, conforme a Lei no 6.938/81 e as Resoluções do CONAMA 001/96 e 237/97 ilustram a questão (MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE, 2005b).

No entanto, os Programas de Educação Ambiental no âmbito do Estado merecem análise, uma vez que se faz necessário definir de que tipo de educação ambiental se está tratando e que resultados estão sendo obtidos. A Política Nacional de Educação Ambiental tem nas suas linhas de atuação e princípios o acompanhamento e a permanente avaliação crítica do processo educativo. Cabendo ao Órgão Gestor, segundo o Decreto nº 4.281, de 25 de junho de 2002, indicar critérios e metodologias qualitativas e quantitativas para realização deste propósito, estimulando o desenvolvimento de instrumentos e metodologias capazes de avaliar os projetos de Educação Ambiental com foco, entre outros aspectos, na consolidação de projetos, na multiplicação de iniciativas bem-sucedidas e na sua coerência com os objetivos da Política Nacional de Educação Ambiental.

Neste sentido o ProNEA (Programa Nacional de Educação Ambiental), lançado em 2004, visa orientar “os agentes públicos e privados para a reflexão, a construção e a implementação de políticas públicas que possibilitem solucionar questões estruturais, almejando a sustentabilidade socioambiental.” (MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE, 2005b, p. 34). Tal Programa tem em seus princípios, linhas de ação e estratégias, diretrizes claras de permanente análise, monitoramento e avaliação de políticas, programas e projetos de educação ambiental, por intermédio da construção de indicadores e de instrumentos de acompanhamento, monitoramento e avaliação, os quais precisam ser elaborados e divulgados para subsidiar a avaliação dos resultados esperados no âmbito da Política e do Programa Nacional de Educação Ambiental. (IDEM) Entretanto, na prática, o desenvolvimento da área de Educação Ambiental encontra obstáculos, entre outros fatores, pela ausência de mecanismos de avaliação, como é exposto no Programa Latino-americano e Caribenho de Educação Ambiental:

Apesar desses avanços, o processo de desenvolvimento da educação ambiental na Região não está isento de problemas. Alguns deles tem sido a falta de apoio econômico suficiente e sustentável, a existência de contradições e vazios no uso de conceitos e métodos, a insuficiência na capacitação docente, a escassa produção e distribuição de materiais didáticos, **a ausência de mecanismos de avaliação** e a falta de continuidade nos programas. Estes obstáculos geraram debilidades tanto em seus aspectos institucionais, como na conquista de avanços significativos em áreas chave. (p. 86) (grifo nosso)

Há de se ressaltar que tal lacuna pode ser encontrada não só nas políticas públicas setoriais de educação ambiental, como nas demais políticas públicas na América Latina, como apontam os estudos de Silva e Costa (2002); Faria (2003, 2005). Para Faria (2005, 2003), são incipientes as pesquisas sobre processos e metodologias, e

sobre as práticas de avaliação no Brasil, já que encontramos uma escassa utilização da avaliação com instrumento de gestão nos três níveis de governo.

Segundo Silva e Costa (2002), tendo em vista a melhoria da capacidade de gestão do Estado, torna-se imperativa a revisão dos procedimentos, instrumentos e métodos de avaliação de políticas públicas, sem desqualificar as experiências passadas; dos mecanismos de acompanhamento e avaliação dos governos dos países da América Latina. Além disso, deve-se, a partir dessa experiência de revisão, e de observação de suas limitações e lacunas, indicar a pauta para a viabilização de condições oportunas e adequadas para a adoção da avaliação de modo sistemático. Deste modo, estimula-se que as organizações incumbidas do desenho e operação de sistemas de acompanhamento e avaliação se empenhem em inovar, integrando tais sistemas aos processos de modernização dos aparatos de governo, em consonância com os novos conceitos que se praticam, com a adoção de estilo de gestão e transparência exigido por nossas sociedades.

Tendo em vista os desafios na área de avaliação, conferências na área de avaliação buscam discutir o tema de modo a buscar soluções e caminhos. Neste caso, podemos citar o encontro realizado pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), em 1994, onde o *Office of Evaluation and Oversight – OVE/BID* teve como orientação a priorização da construção de uma nova visão para o exercício da função avaliação. Afinal de contas, discutia-se a maior relevância dos atores sociais no quadro de democratização dos países do Continente Americano; a inadequação dos mecanismos de gerenciamento do Estado, especialmente no que tange à transparência de seus atos; assim como se questionava seus procedimentos avaliativos e práticas de gestão. Ainda sob a iniciativa do BID, foram desenvolvidas ações na área de avaliação, visando suprir as lacunas mencionadas, uma delas consistiu na realização da “Oficina de Avaliação” que teve como objetivo reforçar ou criar sistemas de acompanhamento e avaliação por resultados. Tal concepção é considerada uma das mais apropriadas para se obter dos processos avaliativos contribuições significativas para melhorar a eficácia e a eficiência da ação governamental no desenho e na gestão de políticas públicas. Segundo Silva e Costa (2002), os governos da Argentina, Brasil e Chile vêm priorizando o fortalecimento da função avaliação nas suas instâncias de governo, incentivando a adoção da avaliação como instrumento de gestão pública, considerando, entre outros fatores, as suas respectivas reformas estruturais e a correspondente redefinição do aparato e funcionamento das instituições públicas.

Sabe-se, por outro lado, que embora as pesquisas avaliativas estejam sendo mais valorizadas no contexto das políticas públicas, sua influência na melhoria da formulação destas políticas ainda permanece dificultada por vários motivos. Entre eles, podemos citar o fato dos deliberadores considerarem que as avaliações realizadas são irrelevantes para as decisões que tomam, assim como o fato de perceberem as avaliações como incompletas, já que raramente possuem as informações necessárias a sua atuação como gestores (SCHNEIDER In HEIDEMANN, e SALM, 2009). Vale a pena mencionar que a autora pontua também que mudanças têm ocorrido nos últimos anos tanto na teoria como na prática de avaliação, visando torná-la mais relevante por meio da ênfase dada “à política, aos grupos de interesse ou clientelas” (SCHNEIDER In HEIDEMANN e SALM, 2009, p. 311), ainda que tais esforços tenham sido insuficientes. Segundo Capitani (1993, p. 16 apud GARCIA, 2001) há um reconhecimento internacional de que existem “mais exemplos de ineficiência e fracasso da avaliação do que de contribuições efetivas da avaliação para a tomada de decisões”, apesar do aumento das demandas por avaliação e dos dirigentes públicos declararem a importância e necessidade da avaliação.

Logo, considerando o fortalecimento da função avaliação no ciclo de políticas públicas, bem como, por outro lado, a carência ainda existente de sistemáticas nesta área (SILVA, 2002; SILVA e COSTA, 2002), o presente estudo visa contribuir para a melhoria dos sistemas de avaliação da gestão pública no país a partir da análise de conceitos e modelos, enfatizando a participação como categoria fundamental para que a avaliação possa se tornar um instrumento de decisão. Sabendo-se das dificuldades de planejamento, implementação e incorporação da função avaliação nas práticas do *policy cycle*, e da variedade de metodologias de avaliação que têm origem em diferentes disciplinas que ora combinam técnicas ou parâmetros de diferentes modos, para proporem modelos de avaliação (SCHNEIDER In HEIDEMANN e SALM, 2009), este estudo tem como objetivo propor um sistema de medição para acompanhamento e avaliação de Programas Governamentais de Educação Ambiental, a partir do desenvolvimento de uma metodologia que culmine com a construção de um conjunto orgânico e integrado de medidas de desempenho.

Lobo (In MELO, 2007) ressalta a importância da estruturação de sistemas de informação disponíveis, acessíveis e adaptados às peculiaridades dos programas sociais para tornar a avaliação factível. Estes favorecem a implementação do acompanhamento e a avaliação. “Sistemas de informação bem montados e em uso desde o início do

programa, possibilitam estratégias de avaliação mais condizentes com seus objetivos” (IDEM, p. 80).

Consideramos a construção de políticas públicas como um processo não linear e complexo do ponto de vista político, econômico, cultural e social, melhor representado por “redes complexas de formuladores, implementadores, *stakeholders* e beneficiários que dão sustentação da política e por nós críticos” (SILVA E MELO, 2000, p. 13 e 14), onde sabemos que tais elos dão origem a crises e à tomada de decisão estratégica, rumo ao novo direcionamento de programas e políticas. Logo a metodologia desenvolvida para permitir a construção do sistema de medição propiciou a participação e a incorporação dos interesses e necessidades dos diferentes *stakeholders* na avaliação e redirecionamento das políticas e de seus programas.

Tratou-se, portanto, de desenvolver um sistema de indicadores que poderá ser utilizado, de modo corrente, sistematizado e eficaz, pelos gestores públicos, estruturando a avaliação de políticas, programas e projetos públicos de modo mais democrático. Destacamos, então, os seguintes objetivos específicos do estudo:

a) contextualizar a trajetória da função avaliação enquanto prática e objeto de pesquisa, tendo como referência os estudos de administração pública e políticas públicas;

b) distinguir metodologias de avaliação;

c) discutir políticas públicas de educação ambiental e a função avaliação no contexto desta política setorial;

d) elaborar uma metodologia de estruturação e validação de sistemas de medição de modo a possibilitar o desenvolvimento de um sistema de acompanhamento e avaliação dos programas de educação ambiental com base na participação das partes interessadas;

e) desenvolver uma sistemática de avaliação complementar ao sistema de medição proposto;

f) aplicar o sistema de medição para acompanhamento e avaliação, bem como a sistemática de avaliação ao caso dos Programas Governamentais de Educação Ambiental de empresa estatal do setor de energia;

g) avaliar os Programas Governamentais de Educação Ambiental de empresa estatal do setor de energia

h) analisar os limites e possibilidades do sistema de medição e da sistemática de avaliação desenvolvida a partir do caso estudado.

A metodologia utilizada para a construção do sistema de medição para acompanhamento e avaliação de Programas de Educação Ambiental desenvolvidos em âmbito federal, estadual e municipal considera etapas que incluem o debate sobre a participação pública no *policy cycle* (ROWE e FREWER, 2004; GUTRICH *et al.*, 2005; ANANDA, 2007; McINTYRE e KYLE, 2006; ARNSTEIN, 1969, 2002), assim como os métodos de coleta de informações qualitativas e quantitativas. Destacamos, ainda, os princípios do Método AHP (*Analytic Hierarchy Process*) para análise multicriterial de decisão, utilizados com a finalidade de propiciar a aplicação da definição de fatores de avaliação a processos de priorização e decisão (ANANDA, 2007). O desenvolvimento da referida metodologia ocorreu com base no Estudo de Caso dos Programas de Educação Ambiental implementados por uma empresa estatal do setor de energia (RIBAS, 2004).

Ao longo do estudo, desenvolvemos, então, a metodologia de construção de sistemas de medição, o próprio sistema de monitoramento e avaliação, como também uma sistemática de avaliação estruturada, com critérios extensos, os quais podem ser utilizados como referência, inclusive para planejamento, implementação de Programas Governamentais de Educação Ambiental. Com a testagem inicial realizada, foi possível verificar que o sistema de medição e a sistemática de avaliação funcionam e compõem, na verdade, um modelo de avaliação, o qual se mostrou efetivo para a elaboração de análises globalizantes dos programas, fornecendo informações sobre o quê melhorar e como melhorar, para gestores, implementadores, executores e formuladores de políticas públicas.

Cumpramos ressaltar que avanços foram alcançados no sentido da apresentação de um modelo de avaliação capaz de propiciar a revisão e análise da política pública na qual se ancora o programa de educação ambiental integrante do estudo de caso aqui discutido. Neste caso, foram dadas contribuições em relação à política pública de promoção da eficiência energética no seu eixo educacional, sem, contudo minimizar as possibilidades de aplicação dos resultados da avaliação na instituição executora do programa analisado.

Esperamos que esta pesquisa possibilite e estimule reflexões em torno da atividade de avaliação no bojo das políticas públicas, em especial no que se refere às políticas setoriais de educação ambiental, incentivando a adoção de metodologias que favoreçam a participação e o controle social no acompanhamento e na melhoria da ação governamental. Faz-se necessário contribuir para a construção de marcos conceituais,

metodológicos e parâmetros de avaliação que tornem esta função um instrumento estratégico para se implantar uma gestão pública inovadora e democrática. Objetivamos, ainda, colaborar para o desenvolvimento da cultura e uso da avaliação, de modo que seus resultados possam ser utilizados de modo eficiente no aprimoramento de políticas públicas.

Enfim, acreditamos também poder contribuir para o aperfeiçoamento da utilidade das pesquisas de avaliação como instrumentos de apoio para os gestores de organizações públicas, na implementação de políticas, programas e projetos governamentais com foco na equidade, enquanto princípio da justiça social. O modelo de avaliação aqui apresentado, como fruto de extensa pesquisa na área de avaliação e programas sociais, pode se constituir em um poderoso instrumento de aperfeiçoamento de programas governamentais de educação ambiental por meio da produção de conhecimento sistemático e organizado sobre o funcionamento dos programas e a efetividade dos resultados esperados e alcançados, segundo a concepção transformadora deste tipo de educação. Neste momento, destacamos, ainda, o caráter educativo – aprendizado individual, coletivo e organizacional, da aplicação de tal modelo de avaliação do ponto de vista do desenvolvimento das equipes envolvidas neste processo.

O presente estudo está organizado por meio dos seguintes capítulos: 1 Introdução; 2 Revisão da Literatura, incluindo a indicação da fronteira do conhecimento nas áreas de Políticas Públicas, *policy cycle*, avaliação, gestão ambiental pública, concepções de educação ambiental, metodologias e métodos de avaliação de programas de educação ambiental. O capítulo 3 aborda a estratégia metodológica desenvolvida, enquanto a parte 4 apresenta o estudo de caso implementado, com a aplicação do sistema de acompanhamento e avaliação a Programas Governamentais de Educação Ambiental de uma empresa estatal do setor de energia. Os resultados são abordados no capítulo 5 com a discussão sobre a avaliação realizada dos Programas em questão, assim como da aplicação do método desenvolvido. O capítulo 6 coloca as contribuições da pesquisa para a área e para o desenvolvimento da ciência, ao mesmo tempo em que indica as limitações encontradas. Por último, no capítulo 7 são apresentadas as conclusões e recomendações para estudos futuros.

## 2 REVISÃO DA LITERATURA

### 2.1 INTRODUÇÃO

A presente pesquisa visa colaborar para o aprimoramento dos marcos metodológicos e conceituais da função avaliação dentro da *policy analysis*, em específico da *policy* (conteúdos da política) e do *policy cycle* (as várias fases da seqüência de elementos do processo político-administrativo) (FREY, 2000), de modo a auxiliar no desenvolvimento desta função na administração pública. O objetivo consiste em contribuir para a implementação de sistemas de avaliação de políticas públicas, como instrumentos de gestão governamental, para que esta se torne cada vez mais eficaz, transparente e participativa. Será contemplado o estudo do *policy cycle*, destacando-se na função avaliação os seus conceitos, funções, objetivos, histórico, parâmetros (eficiência, eficácia, efetividade, etc.), assim como metodologias desenvolvidas por diversos autores.

A análise das diferentes abordagens de avaliação de políticas públicas mostrou-se fundamental para a constituição do propósito deste estudo. Pois dada à diversidade de abordagens e metodologias existentes, bem como a indicação da existência significativa de processos de avaliação incompletos e pouco sistematizados, com resultados difusos e principalmente descritivos, optamos, não pela criação de uma metodologia de avaliação, mas sim pela estruturação de um sistema de medição. Tal sistema deve ser capaz de auxiliar no planejamento e implementação da função avaliação de modo organizado, gerando resultados significativos para a revisão de modo transparente, sistemático e participativo de políticas e programas, em especial aqueles de Educação Ambiental, desenvolvidos enquanto resultados de diretrizes da ação governamental.

Como será visto, Minayo (2005) e Silva e Costa (2002) trouxeram contribuições relevantes para a construção do objetivo desta pesquisa ao se dedicarem ao desenvolvimento de estratégias metodológicas, marcando o conceito de *policy cycle* e enfatizando uma de suas etapas – a implementação e um tipo de avaliação – a somativa. Além disso, indicaram lacunas referentes à teoria e prática sobre a função avaliação, em especial na América Latina e Brasil.

Cumpramos ressaltar que as diferentes disciplinas que apóiam as diversas correntes que estruturam a avaliação, os diferentes modelos, como citado por Schneider (In HEIDEMANN e SALM, 2009), tendem a não ser estruturados em um quadro

referencial coerente e, ao partirem de pontos de vista significativamente diferentes. Tal constatação indica a dificuldade de criação de um modelo de avaliação que supere no sentido dialético da palavra os anteriores.

Outro ponto relevante a ser evidenciado a seguir consiste no fato de, geralmente, os modelos e estratégias de avaliação pontuarem os parâmetros e/ou variáveis de medição, incluindo o foco em eficiência, eficácia e efetividade, sem neste caso avançar muito na apresentação de um conjunto orgânico de indicadores capazes de facilitar a implementação de tais metodologias de avaliação. Daí, a opção nesta pesquisa pela elaboração de indicadores que sustentem a construção de sistemas de acompanhamento e avaliação, compromissados com a questão do aprendizado no *policy cycle* e com a participação das diferentes partes interessadas no levantamento e análise de dados que subsidiem os gestores na (re)formulação de políticas públicas.

A seguir discutiremos, especificamente, a função avaliação – conceitos e desafios -, sua contextualização na América Latina, o *policy cycle*, e as abordagens metodológicas existentes. Destacamos na abordagem “Análise de políticas e estudos de implementação”, a metodologia proposta por Silva e Costa (2002) com ênfase na análise da implementação enquanto etapa do *policy cycle*. Além disso, discutiremos a participação pública na avaliação. O debate cobre a constituição do campo da educação ambiental, seus embates e políticas, bem como as concepções que norteiam suas práticas também compõem esta Revisão da Literatura.

## 2.2 FORTALECIMENTO DA FUNÇÃO AVALIAÇÃO, CONCEITOS E DESAFIOS

Para Preskill (2008), o interesse e o compromisso com a função avaliação crescem a cada dia. Um indicador que evidencia esta tendência consiste, por exemplo, no número de organizações voltadas para a área e de seus membros que aumentam constantemente. Outra evidência deste fenômeno pode ser encontrada, por exemplo, no aumento do compromisso da área com a construção da capacidade de avaliar e com as abordagens da avaliação participativa. No entanto, se o interesse e demanda pela função avaliação crescem, faz-se necessário responder a alguns desafios. Como a avaliação pode realizar o seu potencial de influenciar um mundo tão complexo e em constante mudança? Há de se buscar o entendimento de como a avaliação pode facilitar a

aprendizagem; como os avaliadores podem maximizar a aprendizagem advinda da avaliação e sobre a avaliação. Como a capacidade dos indivíduos, times e organizações de pensar “avaliativamente” e de se engajar nas práticas de avaliação pode ser construída? Como a cultura de avaliação pode ser criada?

Faz-se necessário trabalhar na interseção entre avaliação e aprendizagem, inserindo a última em cada aspecto da teoria e da prática da avaliação. Deve-se aprender sobre os programas e suas suposições; sobre as práticas de avaliação em diferentes contextos e culturas; sobre a diversidade de perspectivas legítimas das diferentes partes interessadas; e sobre o poder da informação e do conhecimento, entre outros aspectos. Tal qual a aprendizagem, a avaliação diz respeito à mudança. Os processos e resultados da avaliação podem implicar mudanças no planejamento e implementação de um programa; mudanças em políticas; mudanças sobre o mérito, valor ou significado de um programa; ou, ainda, mudanças nas atitudes referentes ao valor da avaliação.

Aprender com e sobre avaliação requer que os indivíduos mudem seus modelos mentais para repensar crenças e suposições, desenvolvendo novos conhecimentos sobre programas e processos de avaliação. Além disso, faz-se necessário questionar como os avaliadores auxiliam as partes interessadas a atribuir valor à avaliação e compreender que este processo diz respeito a possibilidades. Possibilidades de melhorar programas e políticas, dando visibilidade e maior poder de gerar resultados. Como os avaliadores criam oportunidades para as partes interessadas aprenderem com e sobre a avaliação? Para o autor, deve-se construir uma capacidade de avaliar, no sentido de criar e manter processos nas organizações que propiciem a realização de avaliações com qualidade e periodicamente, como uma rotina.

Preskill (2008) ao discutir os desafios da avaliação, aponta a utilização de seus resultados como um de seus pontos cruciais. Segundo o autor, influenciada por diversos fatores, a utilização dos resultados pode ser melhorada, interferindo-se, por exemplo, na apresentação das informações, já que problemas de comunicação influenciam a aprendizagem pelos *stakeholders* da essência dos resultados. Para o autor, faz-se necessário integrar a aprendizagem às práticas de avaliação. Por outro lado, as organizações e comunidades devem compartilhar seus conhecimentos sobre a avaliação, através de redes internas e externas. Este caminho pode tornar a função avaliação ainda mais disseminada na sociedade.

Diversos outros autores (FREY, 2000; SILVA e COSTA, 2002; FARIA, 2003) também pontuam o fortalecimento da função avaliação, internacionalmente,

principalmente nas últimas décadas, devido à Reforma do Estado. Com foco no aprimoramento das políticas públicas e na gestão mais eficiente, as pesquisas de avaliação vêm sendo reconhecidas pelos gestores governamentais, principalmente a partir da década de 1990. O contexto de valorização da função avaliação explica-se já que as transformações nas economias nacionais da América Latina e os problemas daí decorrentes, tais como: desemprego, precarização dos postos de trabalho e empobrecimento levam as políticas públicas de corte redistributivo e compensatório a assumirem importância crucial, tanto no Brasil quanto em muitos outros países, como mostram os casos de Chile e Argentina. Logo, há a exigência de maior efetividade da ação pública, bem como a necessidade de implementar uma avaliação mais rigorosa das atividades das políticas, programas e projetos, especialmente os de forte alcance social. Estas exigências têm favorecido o “desenvolvimento de novos formatos institucionais no plano das relações intergovernamentais, bem como entre o governo e as organizações não-governamentais e, finalmente, entre o setor público e o setor privado” (SILVA e COSTA, 2002, p. 16). Diversificam-se as características de financiamento das políticas sociais, o que torna mais essenciais e complexas as suas dimensões econômicas, de organização e gestão.

Neste ambiente de mudança das orientações estratégicas e dos mecanismos de implementação das políticas públicas, os formuladores de política têm buscado minimizar o grau de incerteza sobre suas atividades e resultados desta inovação. Pois, os formuladores, especialistas e estudiosos enfrentam grandes limitações cognitivas sobre os fenômenos nos quais intervêm. Ou seja, não dispõem dos conhecimentos necessários para dar conta da complexidade dos fenômenos sociais com os quais lidam. Até porque em alguns casos também não há disponibilidade deste tipo de conhecimento. Ainda, os formuladores de política não controlam e não têm condições de prever as contingências que afetam o ambiente de implementação. Os planos e programas delimitam apenas um conjunto de cursos de ação e decisões que os agentes devem seguir ou tomar. Um amplo espaço de atuação por meio de comportamentos discricionários dos agentes implementadores está aberto. Além disso, os formuladores expressam suas preferências individuais ou coletivas por meio do desenho de programas e políticas, cujo conteúdo substantivo pode não estar de acordo com as preferências da comunidade a que se destinam. Portanto, “projetos e programas não podem ser vistos como algo ideal e coletivo, e sim como fruto da experimentação social.” (IDEM, p. 17).

Em síntese, muitos podem ser os motivos a serem apontados como explicação para a valorização da avaliação a partir dos anos 1990. Entre eles podemos citar os desafios de: estimular a modernização do setor público; tornar as políticas e programas mais eficientes e eficazes, por meio da maior capacitação de seus quadros técnicos e diretivos no planejamento, execução e avaliação das ações e responsabilidades no campo das políticas públicas; aumentar a transparência da ação governamental (Frey, 2000) Se por um lado, constata-se a difusão de pesquisas de avaliação, cada vez mais percebidas como instrumentos estratégicos de apoio à decisão; por outro, especialistas apontam para a necessidade de percorrer um longo e complexo caminho até a incorporação da avaliação como prática cotidiana do processo decisório, nos três níveis de governo da Federação.

Segundo Silva e Costa (2002), destaca-se neste contexto um novo conceito para a avaliação, a qual se constitui em um processo por meio do qual há o:

acompanhamento dos resultados e dos processos de sua consecução, observando de forma continuada a efetividade das estratégias e políticas públicas – de seus programas, projetos e sistemas –, dando oportunidade à revisão tempestiva dos procedimentos de decisão, gestão e aplicação de recursos. (p.9)

Seu foco passa a ser uma gestão mais eficiente, com a verificação, ainda durante o processo de execução, dos graus de atendimento dos objetivos que justificaram as prioridades estabelecidas, possibilitando a adoção de novas ações que maximizem a eficácia e a eficiência conjunta da ação governamental. Essa transformação ocorre à medida que o Estado “rompe” com o modelo burocrático e enfatiza um modelo centralizado nas necessidades do cidadão e na eficácia na obtenção dos resultados.

Desta forma, os sistemas de avaliação das políticas públicas têm como escopo o

permanente ajuizamento entre os objetivos a realizar e como seus aparatos se colocam e operam os meios necessários para alcançá-los. As ações de governo serão relevantes e sustentáveis econômica e socialmente à medida que se evidenciem tanto a sua eficácia para superar os obstáculos ao suficiente funcionamento dos mercados, ou para assegurar o melhor equilíbrio de oportunidades sociais, quanto sua efetividade e eficiência para fazê-lo pelo melhor emprego dos meios que lhe são adjudicados. (p. 10)

Além disso, tais sistemas devem contribuir para proporcionar melhor visibilidade ao processamento de políticas públicas – desde sua iniciação até a finalização de sua implementação –, fomentando o controle social e o reconhecimento de sua pertinência e eficácia. A avaliação tem como objetivo contribuir para a melhoria da qualidade e capacidade da gestão do Estado por meio de análises e resultados que permitam a maior

efetividade de suas ações e estratégias – propiciando a melhor gerência, por meio da criação/aprimoramento das condições para a concepção do planejamento, através da maior eficiência alocativa, e da articulação e integração dos esforços governamentais e de cunho privado. (SILVA e COSTA, 2002). Para os autores, as pesquisas de avaliação respondem a questões sobre a efetividade de determinadas ações, à medida que apresentam um julgamento de tais ações.

Avaliação é uma estimativa das características e efeitos de uma política ou de um programa ou projeto, concluído ou em fase de execução, da sua concepção, implementação e resultados. Ela visa determinar a relevância e realização dos seus objetivos e sua eficiência, efetividade, impactos e sustentabilidade do ponto de vista do desenvolvimento. (IDEM, p. 340)

Pode-se dizer que as avaliações são orientadas para a decisão ou solução de problemas, pois detectam falhas e méritos das ações, com o objetivo de aprimorá-las ou confirmá-las, oferecendo subsídios para os formuladores e implementadores de políticas, programas ou projetos específicos. Estas têm como propósito responder as seguintes questões básicas: “em que medida os objetivos propostos pelas políticas públicas, programas e projetos estão sendo (ou foram) atingidos com sua implementação?” (IDEM, p. 15); e “Como eles funcionam e quais as estratégias e os mecanismos institucionais e operacionais específicos que levam cada política, programa ou projeto a atingir (ou não) os resultados esperados?” (IDEM). As informações e análises realizadas no âmbito das pesquisas avaliativas devem ocorrer sob o ponto de vista da aplicação de tais resultados como instrumento de apoio ao trabalho de gestores de organizações públicas, favorecendo a melhoria do processo decisório, dotando-o de maior racionalidade técnica e gerencial. O adequado uso da avaliação enquanto etapa do *policy cycle* possibilita em geral a melhor aplicação de recursos; a identificação dos programas que funcionam com mais efetividade, eficiência e qualidade, assim como a orientação das políticas públicas, programas e projetos com fraco desempenho, no sentido de permitir o seu aperfeiçoamento.

### 2.3 A FUNÇÃO AVALIAÇÃO NA AMÉRICA LATINA

Segundo Silva e Costa (2002), a difusão da agenda da reforma do Estado gerou, na década de 1990, expressivas mudanças nas crenças substantivas a respeito das funções governamentais, na economia e na sociedade, em países como Brasil, Argentina

e Chile. Neste contexto, a função avaliação defronta-se com um cenário complexo de mudança sobre o papel do Estado expresso pela “socialização de novas normas e redesenho de valores” (p. 53). Nos referidos países, a sua atuação na economia foi minimizada, inclusive, redundando na diminuição propriedade estatal e na reforma patrimonial devido à transferência da provisão e concessão dos serviços de infraestrutura estatais para empresas privadas.

Um outro mecanismo de natureza estrutural consistiu na descentralização da provisão de serviços sociais – como saúde, educação e assistência social – para os governos subnacionais e para organismos públicos não-governamentais e mesmo privados *stricto sensu*. Tais mudanças estruturais no setor estatal têm sustentação nos novos parâmetros da gestão pública: foco nos resultados; orçamentação por contrato de desempenho; descentralização; separação entre financiamento e provisão, entre outros parâmetros. Cumpre ressaltar que a concretização da “nova” gestão pública passa pela implementação da função avaliação de forma estratégica no monitoramento e no acompanhamento dos processos decisórios e dos resultados das decisões da ação estatal, de modo a maximizar os interesses. Na prática, a função avaliação ainda não acompanhou as mudanças macroeconômicas da América Latina, devido, principalmente, à ausência de orientação sobre este ponto por parte dos governos e gerentes de programas e políticas governamentais relevantes.

Por exemplo, embora avanços tenham ocorrido, pouca atenção é dada à avaliação desde a etapa de desenho inicial e de formulação das políticas, programas e projetos. Também, normalmente, quase sempre, há uma insuficiente designação de responsabilidades, nas organizações, para as funções de monitoramento e avaliação.

No entanto, estudos realizados no Brasil, Chile e Argentina pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) (SILVA e COSTA, 2002) indicam a existência nesses países da busca e consolidação de novos padrões administrativos na comunidade técnica dos gestores. Além disso, parece haver uma convergência de política pública nesses países, no que diz respeito ao desenvolvimento de instrumentos de avaliação de políticas e programas tendo em vista as novas funções do Estado em relação à promoção do desenvolvimento social, embora haja diferenças nesses países referentes à relevância dos programas avaliados e das metas buscadas para a função avaliação. No Brasil e no Chile as experiências são mais amplas, enquanto na Argentina o desenvolvimento da função avaliação está focalizado nos programas sociais. A Colômbia instituiu em 1991 a função avaliação do setor público como lei constitucional, cabendo ao Departamento

Nacional de Planejamento (DNP) a responsabilidade de estabelecer um sistema nacional de avaliação.

Consideramos de suma importância aprofundar o resultado das pesquisas realizadas sobre a avaliação de Políticas Públicas no âmbito de países da América Latina, já que estas fornecem informações relevantes sobre os principais desafios e lacunas encontrados na concepção e implementação desta etapa do *policy cycle*. Destacamos a seguir os principais achados obtidos com os estudos, anteriormente citados, sobre as experiências recentes, desenvolvidas em âmbito governamental nesta região, sobre o uso da função avaliação como instrumento de decisão, executados a partir do IPEA com o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), por intermédio do seu Escritório de Avaliação (*Office of Evaluation and Oversight – OVE/BID*) (SILVA e COSTA, 2002).

Tais estudos tiveram como base os seguintes trabalhos: “A Experiência Brasileira e o Caso do Brasil em Ação”, Ministério do Planejamento e Orçamento/Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, Brasília, março de 1999; “Instrumentos de Evaluación de la Gestión Pública y los Programas Públicos del Estado Chileno”, Ministério de Planificación y Cooperación/República de Chile, Santiago, dezembro de 1998; “Sistema de Información, Evaluación y Monitoreo de Programas Sociales – Siempre – de Argentina”, Clarisa Hardy, Buenos Aires, setembro de 1998. As atividades de avaliação consideradas mais relevantes para os estudos foram aquelas que visaram caracterizar a validade, utilidade, eficiência e efetividade dos programas e políticas, em termos dos seus resultados, impactos e repercussões econômicas e sociais. “Portanto, aquelas que tiveram como meta a geração de ‘maior valor agregado’ nos resultados ou recomendações para a melhoria da eficiência e da efetividade da ação do governo.” (IDEM, p. 34).

Destacaremos alguns pontos do estudo citado devido a sua importância para o estabelecimento dos limites e fronteiras desta pesquisa. Os objetivos formais das atividades e dos experimentos de avaliação implantados nos países em exame apontaram para a necessidade de esta contribuir para a melhoria da eficiência do gasto público e da efetividade da ação de governo. No entanto, as avaliações realizadas parecem ter influenciado, em níveis bastante diferenciados, a melhoria da qualidade da gestão pública por meio de um processo de retroalimentação da tomada de decisão.

Em relação ao Brasil, o estudo aponta que o “país tem experimentado uma grande variedade de conceitos e abordagens em relação à função avaliação, especialmente no contexto da experiência de planejamento, gestão governamental e em

desenvolvimento de programas sociais no nível federal.” (SILVA e COSTA, 2002, p. 35). Embora a experiência brasileira seja ampla e diversificada, tende a ser considerada ainda insuficiente e insatisfatória. Em geral, “as avaliações de programas de governo caracterizam-se, salvo alguns programas na área social, pela dispersão e descontinuidade, e as evidências e os resultados são raramente documentados e sistematizados.” (IDEM).

Torna-se importante citar que para os autores os fatores que influenciam este cenário de não sistematização da função avaliação no Brasil, incluindo-se aí seus resultados por consequência, estão ligados ao planejamento governamental. Por um lado, enfatiza-se a formulação de planos e a elaboração de programas e projetos; por outro, negligencia-se as etapas de acompanhamento e avaliação das políticas, programas e projetos. Logo, o mapeamento realizado indicou uma diversidade de experiências de acompanhamento e avaliação nos níveis federal e estadual sem que seus resultados estivessem sistematizados e analisados adequadamente.

Um dado importante do estudo merece ser mencionado. O Plano Plurianual (PPA)1996/1999, instrumento de planejamento criado para a viabilização de objetivos estratégicos de modernização do Estado, foi aprovado em lei estabelecendo a necessidade de elaboração de um relatório de acompanhamento do plano, detalhando uma exigência já estabelecida pela Constituição. Segundo Silva e Costa (2002), “a análise do relatório do ano de 1997 revela um documento mais descritivo que analítico [...]. Apesar da grande massa de informação coletada, não existe uma análise que consolide os dados em indicadores sintéticos de desempenho.” (p. 38)

Silva e Costa (2002), diante da existência de iniciativas descontínuas e difusas de acompanhamento e avaliação encontradas em seu estudo, recomendam a realização de pesquisas adicionais voltadas para produzir subsídios e instrumentos que favoreçam o aperfeiçoamento dos processos de planejamento, etapa do *policy cycle* onde o acompanhamento e avaliação são desenhados. Sugerem, ainda, a continuidade da revisão sobre o desenvolvimento da capacidade de avaliação na América Latina no contexto da reforma do Estado e da gestão pública; a investigação e identificação de evidências sobre a utilidade dos processos de avaliação para a sustentabilidade econômica e social dos países; a identificação de estratégias e recursos para ampliar a oferta e a demanda de avaliação e monitoramento; a elaboração de instrumentos que facilitem aos países desenvolverem seus planos de ação em avaliação; a criação de redes nacionais e regionais para consolidar o aprendizado da experiência prática em

avaliação dos gestores públicos; e, ainda, a realização de cursos e o aperfeiçoamento dos conteúdos acerca de métodos e técnicas quantitativas e qualitativas de avaliação de políticas públicas.

Para os autores, os resultados gerados com as pesquisas em avaliação podem contribuir para o incremento da função avaliação no *policy cycle*, possibilitando um aumento de expectativas de se ver os programas governamentais serem implementados com maior eficácia. Isso seria possibilitado pelo monitoramento efetivo e retroalimentação da implementação em relação ao programado; pelo monitoramento das condições de uso dos insumos das condições de acesso aos serviços pelos beneficiários; pela identificação antecipada de equívocos e acertos na implementação dos programas para possibilitar os ajustes ainda na operação dos programas; pela identificação do impacto esperado e não esperado em relação aos objetivos propostos; e pela análise dos programas já finalizados para examinar os seus resultados e a sua sustentabilidade. (WORLD BANK, 1994 apud SILVA e COSTA, 2002).

Os resultados da análise da experiência do caso brasileiro na avaliação, em especial do Plano Plurianual, levou os autores a apontarem, no campo estritamente conceitual, a necessidade de avaliação da ação estatal por critérios objetivos. Faz-se necessário avaliar os programas por meio de um quadro geral, contendo índices dos programas mensuráveis anualmente, de demonstrativos dos resultados diretos e indiretos, e de casos inovadores na obtenção de resultados. Deve-se acompanhar e identificar a evolução dos resultados e consolidar a realização física e financeira das metas dos programas, a partir de um quadro geral estatístico com esta finalidade, e de demonstrativos da aplicação dos recursos. Além disso, torna-se necessário ainda avaliar o desempenho dos programas de cada área de atuação do governo federal em relação às orientações estratégicas do PPA.

De modo geral, as análises dos casos da função avaliação na América Latina indicam o grande desafio para os países que adotam a nova gerência em larga escala: “consolidar e integrar os vários resultados de avaliações parciais de programa em decisões estratégicas, ágeis e oportunas, que antecipem cenários setoriais ou gerais e maximizem o desenvolvimento nacional com equidade” (SILVA e COSTA, 2002, p. 55).

Consideramos de suma importância analisar o resultado de pesquisas realizadas sobre a avaliação de Políticas Públicas no âmbito de países da América Latina, pois acreditamos na importância de termos como fundamento para a elaboração de um sistema de indicadores para acompanhamento e avaliação de Políticas Públicas, o seu alinhamento

com os desafios da América Latina nesta área. Isto se torna válido à medida que a administração pública e as políticas públicas vêm passando por contornos similares nestes países, tendo em vista a relevância do aprendizado e do fortalecimento da função avaliação.

#### 2.4 O *POLICY CYCLE* E A AVALIAÇÃO

Como vimos anteriormente, o crescimento da função avaliação, nos anos 1990, visou responder às incertezas de transformações nas economias nacionais da América Latina, assim como as dificuldades e mudanças na forma de financiamento e provisão das políticas públicas, objetivando contribuir com resultados capazes de influenciar na efetividade das políticas. Este uso instrumental da pesquisa de avaliação significa um contraponto à tendência, vigente até então, de forte ênfase na etapa de formulação. “As pesquisas de avaliação de processos de implementação têm mostrado, ao contrário, a necessidade de consolidar mecanismos de aprendizagem, adaptação e flexibilidade – tanto por parte das organizações quanto dos decisores.” (SILVA e COSTA, 2002, p. 17).

Segundo Silva e Melo (2000), a implementação de programas governamentais consiste em uma fase crucial no ciclo político, tendo em vista a explicação do insucesso das ações do governo frente ao alcance dos objetivos traçados na fase de desenho das políticas públicas. Nesta fase, problemas não antecipados podem implicar obstáculos, os quais podem conduzir a política ou o programa até a uma situação de descontinuidade, dada a impossibilidade de sua superação. Trata-se de construir uma “visão estratégica dos problemas de implementação, incorporando questões críticas, como a viabilidade política e o problema de coordenação interorganizacional.” (IDEM).

Essa constatação no plano teórico não deve, no entanto, advir de uma visão reduzida do *policy cycle*. Para os autores (SILVA e MELO, 2000), a visão clássica em políticas públicas considera a implementação uma etapa do *cicle policy*, correspondendo à execução de atividades que permitem que ações sejam implementadas com vistas à obtenção das metas definidas no processo de formulação das políticas. Sob esta visão, desconsideram-se os aspectos de retroalimentação da implementação das políticas sobre a sua formulação e, mais, a essência processual do *policy cycle*. A implementação torna-se, portanto, uma “etapa” constituída de programas e projetos de intervenção, a partir de tomadas de decisão tipo “*top down*” em uma relação unívoca.

Em uma visão menos simplista, a formulação e implementação são vistas como processos. “As vicissitudes da implementação de políticas são incorporadas à análise” (SILVA e MELO, 2000, p. 5). Neste caso, a implementação também se torna elemento fundamental na análise e avaliação de políticas, programas e projetos. Ressaltando-se aspectos normativos, esta visão propõe que o monitoramento e a avaliação de políticas permitam a correção de rumos. Este tipo de visão que considera o *policy cycle* como um processo representa um avanço em relação à visão clássica, entretanto, segundo Silva e Melo (2000), suas premissas carecem de revisão; pois, por exemplo, enfatizam a atividade de formulação em detrimento das demais. Embora tais premissas incorporem a implementação e o monitoramento na análise, consideram a formulação como uma atividade relativamente isenta de obstáculos e problemas. Ora, tal visão considera o diagnóstico que informa a formulação das políticas completo; o formulador como detentor de todas as informações necessárias a sua atividade; e o seu modelo causal correto.

Na verdade, a visão do *policy cycle* como um processo simples e linear mostra-se insuficiente para explicitar a sua complexidade. Afinal, a administração pública não consiste, tal qual no modelo weberiano, em um “mecanismo operativo perfeito”(IDEM, p. 8). A proposta alternativa de Silva e Melo (2000) considera no *policy cycle* a implementação como um “jogo” onde prevalece a barganha, o dissenso e a contradição em relação aos objetivos. Autoridade, legitimidade e controle cedem espaço em diferentes graus em diferentes situações à ambigüidade de objetivos, escassez de informações, recursos limitados e problemas de coordenação intergovernamental. Neste jogo, há negociação de papéis entre os implementadores; barganhas a partir de diferentes recursos dos atores, assim como variados graus de adesão aos programas.

Acima de tudo cabe ressaltar que os formuladores de políticas públicas atuam em ambientes repletos de incertezas que se manifestam em diferentes níveis. (SILVA e MELO, 2000; SILVA e COSTA, 2002). Dentre eles, destacamos o fato dos programas e projetos delinearem um conjunto limitado de ações e decisões que os agentes devem executar, possibilitando ações criativas e inovadoras, pois um amplo espaço permanece aberto para o comportamento discricionário dos agentes. Além disso, os formuladores expressam em projetos, programas e políticas suas preferências individuais ou coletivas. Ou seja, tais conteúdos podem divergir da coletividade, nos indicando que programas e projetos não podem ser vistos como ideais e como expressão da coletividade. Representam, de fato, um processo de experimentação social. Os autores ressaltam as

contribuições recentes no que se refere ao processo de implementação, destacando os elementos de aprendizagem, evolução, adaptação e implementação como decisão política.

Tais contribuições apontam para a implementação como um processo autônomo onde decisões relevantes são tomadas e não só implementadas, superando a posição reducionista de identificá-la como uma etapa subsequente à de formulação, caracterizada por mostrar-se racional e compreensiva. (SILVA E MELO, 2000; SILVA e COSTA, 2002) “Conflitos interjurisdicionais entre órgãos e instituições, brechas e ambigüidades legais, omissões de normas operacionais, além de outros fatores, permitem que os executores de política tomem decisões relevantes para o sucesso da política.” (SILVA e MELO, 2000, p. 11). “Em alguns casos, o espaço de discricção do agente executor é muito grande, e o implementador toma decisões cruciais no âmbito de uma política setorial, a tal ponto que a sua adesão normativa é variável decisiva para o sucesso da intervenção em questão.” (SILVA e COSTA, 2002, p. 17). Como a implementação implica a tomada de decisões, esta funciona como fonte de informação para a formulação de políticas públicas. Em outras palavras, “a implementação, portanto, ‘cria’ políticas: a implementação de políticas constantemente orienta novas políticas” (LIPSKY, 1980 apud SILVA E MELO, 2000, p., 11). Neste ponto, então, ressaltamos que a avaliação como correção de rumo, rota deve ser substituída pela noção de avaliação como “*policy learning*” – o aprendizado na implementação da política pública. A noção de rota traz em si um caráter de pré-concepção que deve ser superado pelo caráter dinâmico e de constante reformulação da política, a qual levada ao extremo implica a sua própria substituição.

Para Silva e Costa (2002), as pesquisas e a literatura na área de análise de políticas públicas estão buscando rever a distinção mecânica e estanque entre as diferentes fases de uma *policy*, visando identificar a especificidade e o caráter estratégico dos estudos de implementação. É importante ressaltar que a implementação é concebida, de um lado, como a fase que sucede a, pelos menos, duas outras: a da formação das políticas (definição de agendas, delimitação do campo de interesse e seleção de alternativas); e a da formulação (constituição da política por meio da definição de definidos metas, objetivos e recursos, assim como a estratégia da implementação.) Nesta etapa a política é transformada em programas e são definidas as “condições iniciais” que antecedem a sua implementação.

De outro lado, existem dificuldades conceituais para se definir a especificidade e a autonomia da fase de implementação da própria política e principalmente do programa. “Em outros termos, as políticas tornam-se programas quando, por uma ação de autoridade, as condições iniciais para sua implementação são criadas.” (p. 18) O processo de implementação forja os elos subseqüentes da cadeia causal, com vistas à obtenção dos resultados desejados. Quando da implementação, o grau de distinção entre as condições iniciais e a cadeia causal subseqüente é cada vez menor, uma vez que as circunstâncias e as metas são modificadas. A distinção entre implementação e decisão também apresenta controvérsias. Pois a decisão não ocorre somente no ato da formulação da política e definição de programas, já que novas decisões ocorrem em momentos cruciais da implementação, que acabam por alterar a estratégia original ou condicionam a continuidade do programa. Tais momentos de decisão ocorrem em situações de conflitos, disputas por alternativas e oportunidades especiais que podem representar uma aproximação ou afastamento entre metas, meios e estratégias. Logo, os estudos sobre implementação devem focalizar decisões e os tomadores de decisão, na fase de implementação.

Tendo em vista as considerações citadas, Silva e Costa (2002) identificam três dimensões que devem ser contempladas nos modelos de análise e avaliação da implementação de políticas, programas ou projetos públicos. A primeira delas analisa as relações entre a formulação dos programas e os formatos que tais programas adquirem ao fim dos seus respectivos processos de implementação, a maior ou menor coerência, ou distância entre a fase inicial e final destes. A outra dimensão considera os efeitos do tempo do processo sobre as organizações e sobre os atores implementadores, verificando como as condições iniciais são alteradas. Por último, torna-se relevante investigar as condições que propiciam ou entram o processo de implementação.

Para os autores, a implementação e a avaliação devem ser entendidas como testes de modelos causais os quais podem ser corroborados ou abandonados. A implementação assume papel chave no aperfeiçoamento da ação do governo, levando a avaliação por conseqüência, a se deter nesta etapa do *policy cycle*. Além disso, segundo os mesmos, uma política pública deve ser vista como uma engenharia social; sendo o *policy cycle* um campo estratégico onde se observa uma relativa indistinção entre formuladores e implementadores, assim como entre a população meta de um programa. É preciso considerar ainda que, da mesma forma que os implementadores “criam” novas

políticas, assim também os seus beneficiários, ao consumirem os produtos de uma política, também podem alterá-la, criando políticas.

Em relação ao campo estratégico mencionado, conceitos como os de “redes de implementação” e “estruturas de implementação” têm sido desenvolvidos. Outras contribuições merecem ênfase à medida que ressaltam o aspecto político da implementação de políticas públicas de modo realista e positivo. Neste sentido, se considera o jogo político como integrante e essencial à vida democrática e ao exercício do controle social sobre a ação governamental. (SILVA e MELO, 2000; SILVA e COSTA, 2002) Assim, deve-se incorporar os *stakeholders* – grupos sociais envolvidos e interessados na política, programa ou projeto - no processo de formulação e implementação das políticas. Desta forma, tornam-se fundamentais os mecanismos de *ownership* da política por atores e grupos sociais estratégicos contribuindo para a sua sustentação política e legitimidade. O desenho das políticas deve incluir a identificação dos atores que dão sustentação à política e mecanismos de negociação, concerto e barganha entre tais atores Sem estes, as políticas públicas “tendem a se sustentar apenas na adesão fortuita e muitas vezes oportunista de setores das burocracias especializadas conectados a interesses muito particulares de determinados grupos sociais, o que lhes confere pouca legitimidade social e baixa sustentabilidade.” (IDEM, p. 19)

Para Silva e Costa (2002), eliminar ou insular a política pública do jogo político mais amplo tem efetivamente se mostrado uma estratégia irrealista ou pouco democrática. Irrealista, pois as ações ou intervenções governamentais por meio de programas e projetos representam atos políticos. Distribuem custos e benefícios, utilizam recursos coletivos e são formuladas por autoridades públicas. Pouco democráticas, já que consideram as burocracias governamentais desinteressadas e completamente racionais e portadoras do interesse coletivo, diferentemente do jogo político o qual se caracterizaria por particularismos e corporativismos. Ora, essa estratégia também parece inviável em um ambiente democrático porque tende a restringir a participação, a informação e o controle social.

Pelo exposto, ressaltamos a visão da implementação como fonte de aprendizado, o que será considerado no desenvolvimento do sistema de medição para apoiar a avaliação de políticas públicas de educação ambiental. Nesta perspectiva, considera-se o *policy cycle* como complexo e não simplesmente linear, a ser representado por “redes complexas de formuladores, implementadores, *stakeholders*, beneficiários que dão sustentação a política; e por ‘nós’ críticos” (IDEM, 2000, p. 14) Os “nós” ou “elos

críticos” indicam os pontos de conjugação de questões de sustentação política dos programas; de coordenação interinstitucional e de mobilização de recursos institucionais. Nestes pontos de conjugação se configura uma “crise” à medida que se instaura um processo de tomada de decisão por um ator estratégico, cujas conseqüências impelem o programa em uma nova direção. Tais crises se constituem em momentos de aprendizado na dinâmica de implementação do programa.

É, portanto, essa visão do processo de implementação que deve informar as reflexões de como construir uma estratégia metodológica de avaliação dirigida ao gestor de programas sociais, considerados os determinantes e o efetivo funcionamento da intervenção estatal. (p. 20)

Convém destacar também que, as duas primeiras visões do *policy cycle* citadas (a visão clássica onde o ciclo é constituído por etapas que não retroalimentam a etapa de formulação, e a visão do ciclo como processo simples e linear onde a formulação é isenta de obstáculos e a avaliação correção de rota) mostram-se, na prática, segundo Silva e Melo (2000), inconsistentes para representá-lo de modo geral. Em ambientes de implementação em processo de mudança em direção a sua horizontalização, tais visões tornam-se ainda mais distantes da realidade. Pois em ambientes onde há uma intensa interação entre atores, tais como: agentes de mercado, atores estatais, e instituições não governamentais, prevalecem a barganha, a negociação e a troca como princípios organizadores da implementação, e até da formulação da política, sobre a hierarquia e o controle.

Em contextos democráticos em que instâncias de controle através do parlamento e órgãos auxiliares se fortalecem, e nos quais novos mecanismos de participação e controle social são criados, as noções de núcleo central formulador de propostas a serem implementadas dão lugar a mecanismos de deliberação, engenharia social e aprendizagem coletiva. (IDEM, p. 15)

Cumprir mencionar que a implementação como aprendizado e articulada em uma rede de agentes parece consistir, para os autores mencionados, em uma representação mais aproximada dos mecanismos de implementação das políticas, principalmente em ambientes tendendo à democratização. Estes recomendam que a visão da avaliação e da implementação como integrantes do *policy cycle* seja considerada como uma estratégia metodológica de avaliação dirigida aos gestores de programas sociais no Brasil.

## 2.5 METODOLOGIAS E MÉTODOS DE AVALIAÇÃO DE PROJETOS, PROGRAMAS E POLÍTICAS

### 2.5.1 Descrição de Abordagens Metodológicas

Considerando os objetivos deste estudo, apresentaremos algumas abordagens e metodologias de avaliação de políticas públicas, programas e projetos. Para Schneider (In HEIDEMANN e SALM, 2009), as pesquisas de avaliação precisam contemplar um modelo de conteúdo político que integre em um só esquema referencial todas as atividades de pesquisas e semipesquisas empreendidas por programas e órgãos públicos. A autora (IDEM) pontua um aspecto verificado na análise da literatura sobre conceitos e metodologias de avaliação: o fato da avaliação e da análise de políticas terem tido origem em várias disciplinas propiciou a criação de uma “massa confusa de ‘tipos de avaliação’ em vez de um quadro referencial coerente” (IDEM, p. 312). Descrevemos, a seguir, brevemente, as diferentes abordagens e perspectivas da avaliação de acordo com Schneider (In HEIDEMANN e SALM, 2009).

#### 2.5.1.1 Perspectiva tradicional

No início do desenvolvimento da função avaliação havia três tipos de estudo: o de processo ou avaliação formativa; o de resultado ou avaliação somativa ou ainda de impacto, e o monitoramento (SUCHMAN, 1967; ROSSI *et al*, 1983 apud SCHNEIDER In HEIDEMANN e SALM, 2009).

No paradigma tradicional, os gestores tinham o papel de definir metas, objetivos e parâmetros de referência para os programas e projetos, os quais se constituíam nos padrões de julgamento do desempenho da intervenção. Já os avaliadores tinham funções muito limitadas, pois o projeto de avaliação era definido pelos representantes dos órgãos públicos. As metas restringiam-se, via de regra, aos objetivos imediatos e restritos dos programas. O avaliador não contribuía identificando metas, por exemplo, com base na análise da legislação pertinente ou mediante as necessidades da clientela ou à luz de em uma teoria. A partir de 70, a abordagem de sistemas foi introduzida, ocorreu a ampliação dos tipos de pesquisa avaliativa, bem como estabeleceu-se o uso como principal parâmetro para a definição das investigações avaliativas.

### 2.5.1.2 Análise de sistemas

Autores como Rossi, (1983 apud SCHNEIDER In HEIDEMANN e SALM, 2009), Finsterbuch, Motz (1980 apud IDEM), entre outros, desenvolveram modelos de estudos de avaliação segundo a abordagem sistêmica, incluindo vários aspectos como recursos, diretrizes dos órgãos públicos, legislação etc. Tal abordagem já considerava a realimentação das políticas a partir de suas conseqüências e ações ou expectativas de mudanças por parte dos órgãos em função dos estudos de avaliação. A relação das políticas como ambiente já era ressaltada, incluindo os fatores sociais e políticos.

Os “tipos de avaliação” foram incrementados. Rossi, por exemplo, identificou seis tipos distintos: “o estratégico, o de execução, o de gestão, o de intervenção, de efeito, o de impacto do programa.” (SCHNEIDER In HEIDEMANN e SALM, 2009, p. 313). Mais tarde, o autor ainda acrescentou as variáveis “eficiência econômica” e “avaliações compreensivas”. (IDEM). Schneider (In HEIDEMANN e SALM, 2009) cita ainda os autores Finsterbuch e Motz (1980) para exemplificar a criação de vários tipos de avaliação. Estes autores, por exemplo, identificaram três tipos de pesquisa social voltados para as políticas públicas: análise dos problemas sociais, determinação do impacto social em termos de projeção de possíveis conseqüências e pesquisa de avaliação.

### 2.5.1.3 Abordagens econômicas e custo/benefício

A vertente econômica nas avaliações fez crescer ainda mais os “tipos de avaliação”. Os economistas passaram a distinguir a avaliação *a priori* que projeta as conseqüências das políticas e a avaliação *ex post* ou *post hoc* (CAIN; HOLLISTER, 1983; STEINER, 1983 apud SCHNEIDER In HEIDEMANN e SALM, 2009). Os estudos de custo/benefício nem sempre foram conciliados com os modelos de sistema ou com a tipologia monitoração, processo e desempenho. Alguns gestores sugeriram que tais estudos substituíssem os projetos experimentais, confundindo o padrão estabelecido para julgar o valor de uma política (custo/benefício) com a técnica de realizar inferências causais sobre os reais impactos dos programas (o projeto experimental). Outros consideraram que os estudos de custo/benefício deveriam

substituir a avaliação de desempenho, desconsiderando que a relação custo/benefício consiste em um tipo específico de avaliação de impacto.

#### 2.5.1.4 Teoria da Decisão

A abordagem teórica da decisão defendida por Ward Edwards, Márcia Guttentag e outros era vista como uma forma de substituir estudos experimentais ou avaliações de impacto. No entanto, sua abordagem representa uma metodologia para “agregar as preferências relativas à importância comparativa das metas múltiplas bem como para determinar o valor de cada meta em relação a uma escala padronizada (ainda que subjetiva).” (SCHNEIDER In HEIDEMANN e SALM, 2009, p. 314). Tal abordagem, particularmente quando representada pela medida de utilidade multiatributo (MAUM, sigla em inglês), pode ser utilizada na fase de pré-decisão, para auxiliar os gestores na tomada de decisão diante de um conjunto de metas competitivas. Na fase da avaliação, o uso da teoria da decisão propicia a indicação de variáveis que devem ser estudadas ou a obtenção de conclusões avaliativas a respeito de metas múltiplas. As medidas de utilidade multiatributo não substituem os estudos empíricos que buscam aferir o impacto dos programas em questão.

#### 2.5.1.5 Análise de políticas e estudos de implementação

No busca de se conferir maior relevância à pesquisa avaliativa, uma alternativa encontrada consistiu em dar-se ênfase mais à análise de políticas do que a sua avaliação. Schneider (In HEIDEMANN e SALM, 2009) considera a análise de políticas como “o cálculo das conseqüências e custos das propostas alternativas de políticas, levando a efeito antes da implementação da opção escolhida” (IDEM, p. 314). Esta forma de análise parece mais útil à tomada de decisão. Tal opção metodológica estima os efeitos da política e não mensura os seus efeitos reais, possibilitando a formulação de recomendações de políticas a curto prazo, sem enfrentar os problemas das pesquisas de campo, análise causal, coleta de dados etc.

Outra perspectiva, atual, objetiva o estudo da implementação de políticas. São exemplos de autores que desenvolveram esta abordagem: PRESSMAN; WILDAVSKY,

1973; VAN HORN, VAN METER, 1975; HARDER, 1981; MAZMANIAN; SABATIER, 1981; FERMAN, 1985. (apud SCHNEIDER In HEIDEMANN e SALM, 2009). A abordagem que propõe a implementação como foco tem proporcionado impacto substancial sobre a pesquisa sobre avaliação e sobre análise de políticas, pois ambas as teorias têm, de modo geral, ignorado o processo de implementação e, mais, a possibilidade deste processo, se mal executado, produzir falhas.

Muitos estudiosos da implementação definem equivocadamente todo o processo pós-adoção como implementação de políticas. Assim uma implementação bem-sucedida é muitas vezes definida e medida como alcance de metas da política. No entanto, cumpre ressaltar que se uma política não alcança seus objetivos, isto pode ocorrer em função de uma teoria falha, de os órgãos responsáveis pela implementação não terem conseguido operacionalizar a teoria subjacente à política de modo adequado; ou ainda por não haver os recursos necessários à execução. Em suma, há vários motivos para se explicar o fracasso de uma política, a implementação pode vir a ser uma das possíveis causas.

Patton (1978 apud SCHNEIDER In HEIDEMANN e SALM, 2009) coloca a questão de que a utilização consiste em um fator mais importante que a validade científica para determinar a qualidade da avaliação, acrescentando ainda o argumento de que as abordagens qualitativas seriam mais apropriadas que as quantitativas.

#### 2.5.1.6 Ciência das Políticas

O conceito de ciência das políticas foi introduzido por Harold Lasswell e Daniel Lerner (1951 apud SCHNEIDER In HEIDEMANN e SALM, 2009). No início dos anos 1970, esta abordagem foi retomada na obra de Lasswell (1971 apud IDEM). Já nos anos 1980 Quade (1980), Brewer e DeLeon (1982), Miller (1984) e outros (apud IDEM) voltaram a discutir esta abordagem.

O foco desta abordagem consiste na definição de um conjunto de pressuposições normativas e de um modelo “racional” de processos de tomada de decisão. Dror (1971 apud IDEM) aponta a necessidade de princípios normativos como forma de dar conta das exigências da ciência das políticas. “O teste principal para a ciência das políticas é a melhor formulação de políticas [...]; por sua vez, são definidas como melhores as políticas que proporcionam maior alcance das metas preferidas”. (DROR 1971 apud IDEM, p. 316). Enfatizando também a base normativa da ciência das políticas, Lasswell

afirma que cabe a ciência das políticas “estabelecer e manter uma estrutura de autoridade e controle que exemplifique e contribua em escala máxima para a realização da ordem pública com dignidade humana”. (1971 apud IDEM, p. 316).

Nesta perspectiva, os avaliadores devem incorporar no projeto de investigação não só a análise das conseqüências das políticas, mas também a verificação dos aspectos da política, e seus respectivos efeitos, que têm mais chances de produzir melhores políticas, programas e projetos. A pesquisa relativa às políticas passa a ter como objetivo, portanto, contribuir para o aumento da racionalidade do sistema. Segundo Schneider (In HEIDEMANN e SALM, 2009), a ciência das políticas não teve muito impacto nos órgãos e/ou no modo como as avaliações e análise das políticas são realizadas.

Analisaremos, a seguir, a metodologia de Silva e Costa (2002), inserida na perspectiva da abordagem de “Análise de Políticas e Estudos de Implementação”, considerando a pertinência desta opção metodológica para a captação do dinamismo e da complexidade inerente aos programas e políticas sociais. Ressaltamos que esta metodologia tem ênfase na avaliação formativa. Porém, como bem ressalta Silva e Costa (2002), este tipo de avaliação quando conjugada à avaliação somativa produz resultados mais abrangentes e profundos.

### **2.6.1 Avaliação Formativa com o Foco no Processo de Implantação**

Para Silva e Costa (2002), a avaliação de programas e políticas públicas pode ser orientada segundo várias abordagens metodológicas. A proposição dos autores defende a utilização da avaliação formativa – promovida durante o período de implementação dos programas de modo a se obter informações úteis à correção de processos. Esta favorece o alcance do objetivo de apoiar e fortalecer o desenvolvimento e a gestão de programas e projetos. Neste tipo de avaliação se enfatiza a aplicabilidade direta dos resultados em detrimento da descrição genérica dos achados.

A avaliação formativa favorece a identificação de questões operacionais durante a implementação, o monitoramento dos acontecimentos e a identificação de possíveis resultados (*outcomes*) do programa. Já a avaliação somativa (*ex-post*), em geral aplicada à programas de longa duração, investiga a efetividade e pondera benefícios. No entanto, é válido mencionar que ambos os tipos de avaliação são relevantes à medida que todas

as etapas de um programa necessitam de aperfeiçoamento. A demanda por avaliação tem se concentrado na avaliação somativa, na busca da identificação dos impactos de um programa; no entanto, cabe ressaltar que uma avaliação deste tipo pode se tornar incompleta e ineficaz se não for combinada com uma avaliação formativa. Embora diferentes em termos metodológicos, a avaliação formativa e a somativa podem ser executadas de modo combinado, especialmente quando o objetivo consiste em estabelecer relações causais entre uma intervenção, sua forma de implantação e seus resultados, impactos medidos por meio de indicadores. Nem sempre, é preciso registrar, torna-se possível a identificação de indicadores consistentes para expressar resultados de uma intervenção recente ou quando há outras intervenções correlatas as quais também poderiam ser associados tais resultados.

Tendo em vista a função da avaliação como instrumento estratégico de apoio à gestão, é válido mencionar que a “avaliação formativa para o apoio à tomada de decisão gerencial é, nessa situação, mais instrumental e útil porque permite ao gestor introduzir correções no curso da implementação dos programas antes que estejam completamente consolidados.” (SILVA e COSTA, 2002, p. 21). Estes autores destacam outro aspecto importante quando da seleção e definição da metodologia de avaliação: o foco da investigação deve ser direcionado aos condicionantes institucionais do desempenho dos programas, visando buscar situações do processo de implementação que facilitam ou dificultam a consecução dos seus objetivos ou metas. Sugere-se uma classificação básica dos programas em relação às características básicas do seu desenho. Quatro variáveis devem ser analisadas: Perfil do gasto público, Forma de organização da ação governamental, Organização da demanda, Adesão do bem ou serviço às condições específicas do demandante.

Analisar o “Perfil do gasto público” significa verificar o êxito da implementação de determinado programa em função “da adequação entre os seus objetivos, a forma de financiamento e os mecanismos escolhidos de transferência de recursos.” (IDEM) A variável “Forma de organização da ação governamental” “refere-se à abrangência e ao modo de incorporação institucionalizada das redes governamentais que formulam, implementam e avaliam cada programa.” (IDEM) Parte-se do pressuposto de que “um programa cuja implementação parte de um desenho voltado à promoção de maior integração intersetorial e de formas de cooperação entre diferentes níveis de governo tem maiores chances de êxito”, (IDEM) já que tende a potencializar o apoio institucional, favorecendo a superação da atuação fragmentada e isolada em cada nível

de governo. A variável “Organização da demanda” permite uma análise para verificar até que ponto um programa amplia os canais formais e mesmo informais de participação não-governamental na sua formulação, implementação e avaliação, favorecendo o maior êxito dos programas por potencializar a sustentabilidade das ações e a “responsabilidade de seus executores, parceiros, usuários ou beneficiários no cumprimento de suas metas e na obtenção de resultados eficazes” (SILVA e COSTA, 2002, p. 21). A “Adesão do bem ou serviço às condições específicas do demandante” enquanto variável propõe: refere-se à flexibilidade e à adaptabilidade do tipo de bem ou serviço em atender as necessidades do beneficiário ou usuário final de cada programa. Programas mais flexíveis e adaptáveis às necessidades de seu público-alvo tendem a ser traduzidos em formas mais eficazes de intervenção por considerarem no seu desenho e estratégia de implementação as diversas condições sociais, regionais e culturais do país.

“A combinação dessas variáveis definiu um tipo de intervenção estatal que parece indicar uma nova tendência no desenho e nos processos de implementação, principalmente das políticas sociais brasileiras oriundas do nível federal de governo.” (IDEM) Logo, espera-se a adoção de uma estratégia de desenvolvimento social que combine: perfil adequado do gasto público; integração intersetorial em cada nível de governo com ação coordenada entre eles, induzida pelo nível central; organização da demanda visando a sustentabilidade das ações, responsabilidade por parte dos executores e parcerias entre o setor governamental, não-governamental e usuários/beneficiários; e flexibilidade e adaptabilidade nas soluções originárias de políticas e programas às necessidades e problemas que cada ação pretende enfrentar.

Os autores citam algumas características referentes aos programas públicos que favorecem a sua coerência interna (ROSSI e FREEMAN, 1993 apud SILVA e COSTA, 2002), entre elas: precisão conceitual sobre o problema ao qual o programa se refere; existências de estratégias de acesso aos benefícios dos programas; definição de metas de cobertura ao indicar a extensão em que o programa atinge a população-alvo proposta.

Tais características dos programas são passíveis de uma avaliação focada no processo de implantação e, ainda, permitem que se consigam medidas de impacto de programas inovadores por meio de indicadores intermediários, tais como: cobertura; viés de cobertura - mede a extensão em que um subgrupo da população alvo está participando de modo diferenciado e sobre-representado no programa; forma de responsabilização - indica os mecanismos que o *staff* do programa utiliza para prover informação aos *stakeholders* (formuladores, clientes e usuários) sobre a adequação do

programa aos parâmetros de cobertura e assistência. Vale a pena ressaltar, então, que a proposta metodológica dos autores citados visa: a avaliação de processo (diferentemente da avaliação de impacto); a análise da repercussão imediata do processo de implementação junto a usuários e beneficiários dos programas; e constituir-se *policyoriented* na sua vocação.

Em outras palavras, pode-se dizer que a avaliação de processo oferecerá o conhecimento necessário ao gestor para que este possa analisar a qualidade, eficácia, sucessos e obstáculos da implementação. A dimensão da avaliação dos resultados imediatos objetiva incorporar a percepção dos usuários e beneficiários sobre o programa ou projeto, indicando “pontos de estrangulamento” da implementação, assim como as ações positivas que devem ser maximizadas e expandidas. Uma avaliação *policy-oriented*, por sua vez, consiste em uma estratégia para fornecer recomendações e sugestões aos formuladores e decisores para que estes possam atuar em direção à superação obstáculos cientificamente detectados no exame do processo de implementação.

Silva e Costa (2002) propõem uma estratégia de avaliação tipicamente de corte institucional, a qual se movimenta “no plano das atividades gerenciais em face das estruturas de recursos e procedimentos que concretizam as políticas e os programas, e não no plano do conteúdo intrínseco das próprias políticas, programas e medidas”. (p. 24) Focaliza, então, a análise de processo, referente ao modo como estão sendo implementados os programas, estruturando-se através de módulos de análise.

O primeiro módulo desse modelo tem em vista a identificação dos objetivos de cada programa; a consistência da definição de suas metas e meios; a análise das relações causais que implícita ou explicitamente o programa adota; o desenho organizacional estruturado para viabilizar as ações planejadas; os pontos fortes e fracos da estratégia na busca de apoio e suporte político, interno e externo à organização, para garantir a sua implantação. (SILVA e COSTA, 2002, p. 24)

O resultado deste tipo de análise consiste na reconstituição da estratégia de implementação dos programas, desde o seu desenho inicial até sua configuração mais recente, identificando as mudanças ocorridas. Este módulo procura ainda analisar: atribuições, distribuição e hierarquia dos órgãos; matrizes e fluxos decisórios; legislação e recursos disponíveis (organizacionais, financeiros, tecnológicos, físicos e humanos).

Os agentes implementadores distribuídos ao longo das hierarquias organizacionais públicas (governamentais e não-governamentais) e privadas são identificados, bem como os processos decisórios que imprimem a ação dos atores nas

hierarquias analisadas. Define-se “o conjunto de decisores e decisões consideradas críticas para a implementação do programa à luz da estratégia identificada” (DRAIBE e BARROS SILVA, 1996 apud SILVA e COSTA, 2002, p. 25). Elabora-se, por fim, um conjunto seqüencial de elos críticos que quando interligados reproduzem: o processo decisório básico de cada programa, organizações e agentes implementadores envolvidos, bem como seus recursos de ação.

“No segundo módulo, busca-se analisar o processo de implementação propriamente dito, a partir do exame da ação dos agentes implementadores em cada elo considerado crítico na viabilização e operacionalização de um programa específico” (DRAIBE e BARROS SILVA, 1996 apud SILVA e COSTA, 2002, p. 25). A ação dos atores é identificada a partir de informações baseadas nas seguintes categorias de análise: os perfis socioeconômicos, culturais e profissionais dos agentes implementadores; suas percepções sobre os aspectos centrais do programa e dos processos de implementação; suas atitudes e expectativas perante os resultados decorrentes da implementação dos programas. A análise da implementação de programas públicos no Brasil deve, segundo os autores, considerar os atores ou agentes implementadores que estão localizados em quatro níveis da hierarquia organizacional de decisão: o nível central, do qual se irradiam geralmente as diretrizes e as normas do programa, bem como os recursos financeiros que alimentam parte significativa das atividades previstas. O nível intermediário - espaço estadual de organização da Federação brasileira, onde os atores têm uma função ambígua. Atuam no que diz respeito a: animação, execução, possivelmente incorporando atualmente as funções de monitoramento, avaliação e controle regionais e de realização de ajustes mais específicos.

O nível local em que se concentra a maior parte da execução das atividades do programa, especialmente no campo social. Nesse nível concentram-se os agentes implementadores encarregados de funções de natureza propriamente operacional. Note-se que ocorre aqui uma subdivisão importante. Há os agentes localizados no centro do nível local e nas organizações de execução propriamente ditas, não necessariamente pertencentes à esfera municipal. No nível não-governamental de execução dos programas, existem os agentes implementadores localizados fora da esfera estatal – organizações não-governamentais e empresas privadas – instituições prestadoras de serviços reguladas por contratos e convênios. A análise proposta pelos autores

compreende, então, a explicitação da base institucional a partir da qual a ação dos agentes implementadores ocorre.

Na metodologia indicada, o terceiro módulo abrange a avaliação das opiniões e expectativas dos beneficiários dos bens ou serviços oferecidos no âmbito de cada programa.

O alvo são os atores que interferem nas decisões dos agentes implementadores por meio de demandas e sugestões. Tanto porque auxiliam a conformação de maior *accountability* [...] quanto porque podem exercer níveis superiores de controle social sobre a ação estatal, por meio de mecanismos institucionalizados de participação. (SILVA e COSTA, p. 26)

Cumprе ressaltar, que os autores aqui citados, indicam a possibilidade dos atores interferirem na execução dos programas via indicação de demandas e sugestões, sem, no entanto, detalhar mecanismos de participação que poderiam ser utilizados para viabilizar e/ou potencializar a atuação e controle social nas políticas públicas. Esta pesquisa visa incluir a participação das partes interessadas nos Programas a serem avaliados na construção do sistema de medição do seu desempenho.

O modelo sugerido por Silva e Costa (2002) considera três tipos de variáveis: variáveis de eficácia, variáveis de ordem estrutural e variáveis de ordem político-institucional. Cada uma delas tem seus próprios indicadores de mensuração. Trataremos a seguir de cada uma delas. Segundo os autores, as variáveis de eficácia são consideradas medidas objetivas de desempenho dos programas no plano da execução orçamentário-financeira e no plano da realização das metas e dos processos de implementação previstos. São classificadas em eficácia objetiva; eficácia processual; grau de satisfação dos beneficiários. “As variáveis são formas aproximadas (*proxys*) de medidas destinadas a avaliar a eficácia dos programas.” (SILVA e COSTA, 2002, p. 28). A eficácia objetiva mede a relação entre metas propostas e metas atingidas em cada programa social prioritário. São variáveis da eficácia objetiva: a) resultados da execução orçamentária ou financeira; b) cobertura dos programas, segundo região, porte dos municípios, dependência administrativa e tipo de estabelecimento prestador de serviços; e c) quantidade de bens e serviços produzidos, segundo região, porte dos municípios, dependência administrativa e tipo de estabelecimento prestador. (SILVA e COSTA, 2002).

Os indicadores propostos são: a) volume total de recursos alocados, transferidos e gastos; b) distribuição regional estadual e municipal dos recursos transferidos e gastos; e c) volume e formas de distribuição dos bens ou serviços previstos no

programa, segundo os critérios elencados na variável região, porte dos municípios, dependência administrativa e tipo de estabelecimento prestador.

Já a eficácia processual avalia se os meios e métodos de implantação estão sendo executados de acordo com a estratégia de implementação (administrativa, orçamentário-financeira e político-organizacional) prevista. São variáveis da eficácia processual: a) os fluxos de recursos e prazos de execução orçamentária; b) a existência de atividades de capacitação; c) a existência de sistemas de comunicação e informação entre níveis de governo e entre organizações setoriais; d) níveis e formas de participação e controle social institucionalizados; e) prazos, formas, processos e condições da oferta de bens e serviços sociais; e f) prazos e formas de prestação de contas. Para medir tais variáveis, os autores propõem os seguintes indicadores: a) fluxogramas de transferência de recursos; b) fluxogramas da seleção, aquisição, produção e distribuição de bens ou serviços; c) modalidades de informação do funcionamento do programa aos beneficiários; d) existência e formas de funcionamento de conselhos ou outra forma prevista de participação colegiada; e) quantidade da oferta de bens e serviços; e f) fluxogramas e formas da prestação de contas.

Dentre as variáveis de eficácia dos programas sociais, há, por fim, o grau de satisfação dos beneficiários. Vale a pena mencionar que os autores citados consideram que os “agentes executores de cada intervenção são simultaneamente beneficiários e implementadores de programas descentralizados de oferta de bens e serviços sociais.” (SILVA e COSTA, 2002, p. 29). Assim, analisa-se a satisfação desses agentes, assim como dos usuários e beneficiários, propriamente ditos. As variáveis do grau de satisfação dos beneficiários (executores) incluem a: a) avaliação subjetiva acerca das condições de desenvolvimento profissional que cada programa oferece; e b) avaliação subjetiva acerca das condições de operação dos programas.

As variáveis do grau de satisfação dos beneficiários (usuários e beneficiários) abrangem a avaliação subjetiva acerca: a) das condições de acesso a bens ou serviços oferecidos pelos programas; b) das condições de operação dos programas; e c) avaliação do nível de satisfação dos técnicos envolvidos na implementação do programa. No caso das variáveis de satisfação dos executores, beneficiários e usuários, os indicadores expressam as opiniões e sentimentos destes indivíduos a partir de questões objetivas sobre as variáveis já indicadas.

O modelo de avaliação sugerido por Silva e Costa (2002) inclui, como mencionado, as variáveis de ordem estrutural, as quais, em um modelo de correlação,

podem ser consideradas como variáveis independentes. Variações em suas trajetórias podem explicar variações no desempenho dos programas. São exemplos destas variáveis aquelas que dizem respeito às diferenças e heterogeneidades dos municípios e da rede de implementação de programas sociais que implicam diferenças na estrutura material à disposição dos implementadores. Os indicadores selecionados para representar estas variáveis são: distinção regional e o porte do município, associado ao porte do estabelecimento prestador e sua vinculação administrativa.

No modelo proposto, as variáveis de ordem político-institucional também podem ser consideradas como variáveis independentes, em última instância. Tratam-se de variáveis referentes aos atributos e à cultura das organizações e dos atores ou agentes diretamente envolvidos no processo de implementação dos programas.

A estratégia metodológica de avaliação aqui apresentada tem aplicabilidade nos vários campos da gestão pública, ainda que tenha sido utilizada, principalmente, em programas sociais. Segundo os autores, na atividade de gestão pública a avaliação orientada para processos e resultados possibilita: determinar o grau de atendimento aos objetivos do programa; especificar objetivos mensuráveis; identificar as diferenças entre objetivos e desempenho; e identificar novas necessidades de avaliação, entre outras conseqüências.

Para o gestor do programa, a avaliação orientada para os processos de implantação possibilita viabilizar sistemas de monitoramento gerencial; e auxiliar a definição de escolhas alternativas viáveis de implantação de programas perante dificuldades de execução, entre outras vantagens.

A grande qualidade dessa estratégia de avaliação é a sensibilidade da informação disponível para o executivo na correção do curso das atividades pela ênfase que pode oferecer na eficiência organizacional. A avaliação, nesse desenho proposto, pode viabilizar a adoção sistemática de instrumentos de predição dos resultados pela capacidade de coleta de informação de fontes diferenciadas e comparáveis (WORTHEN, 1997 apud SILVA e COSTA, 2002, p. 31).

A metodologia apresentada propicia a reflexão sobre os processos de avaliação a serem executados durante a implementação de políticas, programas e projetos incluindo aspectos, tais como: a factibilidade de execução de estratégias de avaliação que ocorram durante a implementação, onde os recursos do programa ou projeto não foram desmobilizados; a estruturação de variáveis complexas desdobradas em parâmetros de avaliação exequíveis e a criação de sistemas de acompanhamento e avaliação com

indicadores, cujas informações tenham sido coletadas de fontes diferenciadas e inovadoras.

A seguir, discutiremos a participação das partes interessadas nas políticas, programas e projetos e na sua avaliação. Este debate torna-se de especial relevância nesta pesquisa à medida que a metodologia de construção do sistema de medição de desempenho para Programas de Educação Ambiental deve levar em consideração a participação pública, de modo a propiciar decisões mais efetivas.

## 2.7 A PARTICIPAÇÃO DOS *STAKEHOLDERS* NO *POLICY CYCLE*

Um ponto que merece destaque quando debatemos políticas públicas na gestão ambiental, o *policy cycle* e a função avaliação, especificamente, consiste na incorporação da participação pública, por meio das diferentes partes interessadas na formulação, implementação, avaliação e monitoramento das próprias políticas, conforme mencionado por diversos autores, como por exemplo, ROWE e FREWER (2004); GUTRICH *et al.* (2005); ANANDA (2007); McINTYRE e KYLE (2006).

Segundo Rowe e Frewer (2004), o conceito de participação pública tem ganhado o interesse mundial, tanto de acadêmicos como de profissionais, reguladores, e governantes, com um incomensurável crescimento das discussões no que tange aos mecanismos para possibilitar tal participação. Entretanto, os méritos deste processo são difíceis de serem verificados, já que há poucos casos em que os exercícios de participação foram estudados de forma estruturada, em oposição aos modos subjetivos de investigação. Isto parece ser causado pela incerteza na comunidade de pesquisa no que diz respeito ao modo como as avaliações podem ser conduzidas. Por isso, torna-se relevante na agenda de avaliação a definição do que significa a efetividade e a operacionalização do conceito de participação pública.

Esta pode ser definida, em um nível mais geral, como a prática de consultar e envolver os membros do público nas definições acerca das políticas públicas, considerando o estabelecimento da agenda, a tomada de decisão, e as atividades de formulação da política de organizações ou instituições responsáveis pelo seu desenvolvimento. No Reino Unido, por exemplo, um número significativo de relatórios do governo tem requerido o aumento da participação pública nos níveis nacional e local,

nos diversos domínios, como saúde, meio ambiente, transporte e administração pública. Na prática, há um distanciamento do modelo elitista no qual as recomendações de especialistas representavam uma fonte autoritária de regulação para o modelo em que os cidadãos têm voz na estruturação das decisões do governo.

Do ponto de vista das pesquisas, as principais questões sobre a participação pública consistem nos seguintes pontos: por que esta chamou a atenção das instituições públicas no atual momento; por que a participação pública é percebida como potencialmente facilitadora da governança e das práticas institucionais. Além disso, um outro questionamento fundamental, senão o mais importante, consiste no grau de certeza que se tem acerca dos resultados da participação na conquista de melhorias, comparando-se tais ganhos com os resultados obtidos com as práticas anteriores. Em outras palavras, questionam-se as conseqüências da participação em termos de efetividade e utilidade.

Neste sentido, um debate crucial no âmbito da participação pública na avaliação consiste no modo como se pode determinar em que medida um exercício ou mecanismo específico de participação mostra-se bem-sucedido. Segundo Rowe e Frewer (2004), o conceito de “participação” tem sido associado por vários autores com os movimentos de pluralismo e democracia direta, os quais cresceram a partir do último século, devido ao modelo gerencial de administração pública (REICH 1985; LAIRD 1993; DRYZEK 1997 apud ROWE e FREWER, 2004). Em parte, este crescimento ocorreu pelo declínio da confiança do público no desenvolvimento das decisões políticas e na diminuição do crédito atribuído aos indivíduos para quem os processos tradicionalmente eram conferidos por meio de eleição ou reconhecimento de *expertise*. Um aspecto importante que merece destaque consiste no fato dos governos e de suas várias agências, seja por motivos de legislação ou de preferência, crescentemente terem buscado os diferentes olhares do público sobre as questões de políticas públicas, de modo mais direto e de uma forma mais específica do que os métodos propostos pelo modelo tradicional de governança. Neste modelo, os tomadores de decisão são periodicamente eleitos para estabelecer as políticas, normalmente o que fazem com o auxílio de *experts* selecionados, sem *inputs* adicionais do público em geral.

Cumprе ressaltar que não podemos realizar uma análise sobre o crescimento da busca por participação pública de modo simplista, atribuindo este fato ao aumento de respeito por parte dos atores institucionais em relação à inserção dos diversos pontos de vista do público nas questões políticas. Existe indubitavelmente um aspecto pragmático

envolvido no endosso da participação pública, pois as instituições reconhecem que um público não consultado mostra-se frequentemente agressivo diante das decisões tomadas e que envolver tal público pode ser uma forma de abrandá-lo. Segundo Rowe e Frewer (2004), certamente, alguns formuladores de políticas podem estar mais preocupados com o aumento da confiança do público no processo de políticas públicas do que com a obtenção de seus diferentes pontos de vista.

Logo, outra questão emerge nas discussões sobre a participação pública. Ora, qual o real significado de participação neste contexto? Necessitamos aprofundar tal conceito, já que o público pode estar envolvido de diferentes formas no processo/ciclo de políticas públicas ou em diferentes níveis. Neste caso, Arnstein (1969); Nelkin and Pollak (1979); Wiedemann and Femers (1993) (apud ROWE e FREWER, 2004) tratam das questões acerca do aprofundamento deste conceito.

Arnstein (2002), por exemplo, questiona o significado da “participação cidadã” e a sua relação com os imperativos sociais de nosso tempo. Segundo esta autora, participação cidadã constitui-se em um sinônimo para poder cidadão, ou seja, implica redistribuição de poder, permitindo que os cidadãos “excluídos” dos processos políticos e econômicos, possam ser ativamente incluídos no futuro. Trata-se, então, de uma estratégia por meio da qual os “excluídos” são integrados ao processo de decisão, para, entre outros pontos, definir quais as políticas públicas que serão aprovadas, como os recursos públicos serão alocados, quais programas serão executados e quais benefícios estarão disponíveis. Portanto, a participação constitui-se em um meio para possibilitar aos excluídos promover reformas sociais significativas que lhes permitam compartilhar, de modo mais igualitário, dos benefícios da sociedade na qual estão inseridos. A “participação sem redistribuição de poder permite àqueles que têm poder de decisão argumentar que todos os lados foram ouvidos, mas beneficiar apenas a [sic] alguns.” (ARNSTEIN, 2002, p. 2) A participação inócua mantém o *status quo*. Sendo assim, a autora desenvolveu uma tipologia sobre participação para elucidar o conceito por meio da definição dos níveis de participação cidadã, conforme figura abaixo.

8	<b>Controle cidadão</b>	<b>Níveis de poder cidadão</b>
7	<b>Delegação de Poder</b>	
6	<b>Parceria</b>	
5	<b>Pacificação</b>	<b>Níveis de concessão mínima de poder</b>
4	<b>Consulta</b>	
3	<b>Informação</b>	
2	<b>Terapia</b>	<b>Não-participação</b>
1	<b>Manipulação</b>	

Figura 1: Oito degraus da escada da participação cidadã (IDEM)

Para a autora, os primeiros degraus da escada são (1) *Manipulação* e (2) *Terapia*. Tais degraus descrevem, na verdade, níveis de “não-participação”. No caso da manipulação, podemos citar a situação de pessoas serem convidadas para participar de “comitês ou conselhos consultivos sem real poder de decisão com o propósito explícito de ‘educá-las’ ou obter o seu apoio” (IDEM, p. 3). Especialistas informam, persuadem e aconselham o público “participante” e o contrário tende a não ocorrer. Trata-se, portanto, mais de um instrumento de relações públicas dos grupos com poder de decisão do que de uma estratégia de real participação.

Já a terapia consiste em uma forma também de mascarar o que seria a participação popular. Em certos aspectos, a terapia grupal disfarça a participação popular. Especialistas em psicologia, assistentes sociais, psiquiatras, entre outros profissionais, sob o manto ilusório de envolver os cidadãos no planejamento, submetem as pessoas à terapia grupal. As pessoas são envolvidas em muitas atividades, mas o foco está em curá-las de suas “patologias”, em mudar seus valores e atitudes, ajustando-os aos da sociedade. Os indivíduos são reunidos, às vezes, com o sentido de instrumentalização para a organização em busca de situações de melhoria de suas condições de vida. Entretanto, até neste caso as estratégias são ilusórias à medida que, de certa forma, estimulam as pessoas a lutarem por temas menos importantes e menos estruturais em suas vidas. Nos níveis (1) e (2) da “escada de participação” o objetivo real não é “permitir a população participar nos processos de planejamento ou conduzir

programas, mas permitir que os tomadores de decisão possam ‘educar’ ou ‘curar’ os participantes.” (IDEM, p. 3)

Os degraus (3) *Informação* e (4) *Consulta* avançam a níveis de concessão limitada de poder que permitem aos excluídos ouvir e serem ouvidos. Entretanto, nestes níveis, estes não têm o poder para assegurar que suas opiniões serão aceitas por aqueles que detêm o poder. Geralmente, a participação permanece restrita a esses níveis, não há continuidade, ou seja, não há garantia de mudança do *status quo*. O degrau (5) *Pacificação* consiste simplesmente em um nível superior da concessão limitada de poder acima descrita, pois permite aos excluídos aconselhar os poderosos, mas cabendo a estes o direito de tomar a decisão final.

Aproximação do conceito de participação cidadã inclui crescente poder de decisão no público. No nível (6) *Parceria*, os cidadãos podem participar de uma parceria que lhes permita negociar de igual para igual com aqueles que tradicionalmente detêm o poder. Nos degraus superiores, (7) *Delegação de poder* e (8) *Controle cidadão*, o cidadão excluído detém a maioria nos fóruns de tomada de decisão, ou mesmo o completo poder gerencial para a tomada de decisão.

Como vimos, em alguns casos, o público pode participar como recipientes passivos das informações dos reguladores ou dos órgãos do governo. Em outras situações, o público pode ser consultado via questionários ou grupo de foco, visando a possibilidade de tornar as informações levantadas em *input* dos processos de políticas públicas. Ainda em outros casos, pode haver participação ativa de representantes do público no próprio processo de tomada de decisão, por exemplo, por meio de representação em um comitê consultivo. Para Arnstein (1969 apud ROWE e FREWER, 2004) a real participação envolve um alto nível de empoderamento do público e um *input* direto no processo de decisão. A autora desmerece abordagens que parecem participativas e que não concedem nenhum poder concreto aos excluídos (por exemplo, assembleias públicas). Pesquisas são um passo a frente em direção a real participação, sem que sejam verdadeiramente empoderadoras ou participativas. Rowe e Frewer (2004) aceitam um conceito menos rígido de participação. Na verdade, diferenciam “comunicação”, onde o público apenas recebe informações do responsável pelo processo, tendo voz somente para esclarecer conceitos; da “participação”, onde o público tem alguma atuação em si.

Logo, mecanismos como pesquisas e grupos de foco podem ser considerados participativos, além de mecanismos deliberativos que garantem a influência do público.

A definição mais ampla de participação parece ser aquela que se mostra utilizada por vários pesquisadores da área que aplicam o termo participação, ainda que implicitamente, quando descrevem mecanismos como levantamentos e avaliações (ROWE e FREWER, 2000; CARR e HALVORSEN, 2001). Segundo Rowe e Frewer (2004), a participação pode ser entendida como um conjunto de iniciativas que permitem aos “patrocinadores” obter algum tipo de *input* do público. Afinal de contas, se a informação pública, da forma como se manifesta, é ou não uma característica a priori de diferentes mecanismos, independentemente de tal informação ser usada, irá depender tanto dos motivos do patrocinador quanto das características intrínsecas dos seus mecanismos, e somente poderá ser determinada após certo período de tempo posterior ao evento. Uma definição privilegiadora dos mecanismos para obtenção de poder poderá, portanto, criar dificuldades de pesquisa, já que não se terá certeza de que a iniciativa em estudo como um exemplo de participação poderá ser comprovada posteriormente, como tendo sido classificada corretamente.

Os mecanismos existentes para suscitar a participação são diversos, variando de abordagens tradicionais, como por exemplo, as reuniões públicas; a novas, como a conferência de consenso. Além disso, variam de mecanismos que buscam respostas dos participantes atuando individualmente, como no caso dos levantamentos, a mecanismos que envolvem deliberação entre participantes atuando em grupo, por exemplo, os grupos focais. Vale a pena mencionar que, embora o número de mecanismos tenha aumentado recentemente, não há certeza sobre a sua qualidade e efetividade. Logo, Rowe e Frewer (2004) indicam a necessidade de avaliação dos exercícios ou mecanismos de participação, incluindo todas as partes envolvidas: patrocinadores dos exercícios, os organizadores que implementam os mecanismos, os participantes e o potencial público afetado, porém ainda não envolvido. Neste caso a avaliação não difere daquela realizada para programas sociais. Há razões de ordem financeira (melhor alocação de recursos), prática (melhoria contínua), ética (estabelecer representação justa) e teórica (aumentar a compreensão sobre o comportamento humano) para implementar tal processo avaliativo.

Embora não seja o objetivo deste estudo desenvolver mecanismos específicos para avaliar as formas de obtenção da participação pública utilizadas nesta pesquisa, faz-se necessário destacar as dificuldades de sua realização, já que parecem ser comuns aos processos de avaliação de programas, projetos e políticas públicas. Rosener (1981 apud ROWE e FREWER 2004) elencou algumas dificuldades de realização da

avaliação de mecanismos de participação. Primeiro, o seu próprio conceito mostra-se complexo e permeado por valores; não há critérios amplamente aceitos sobre o assunto para julgar a mérito dos mecanismos aplicados; não parecem existir métodos de avaliação até então acordados; e há poucas ferramentas confiáveis para possibilitar a avaliação adequada dos mecanismos de participação utilizados. O enfoque a ser adotado na avaliação de exercícios de participação, segundo recomendação dos autores, consiste na implementação de processos de forma sistemática e científica; utilizando metodologias das ciências sociais, visando superar a avaliação informal. Justificativas de organizadores e patrocinadores sobre o sucesso de um mecanismo, por este atrair público acrescentam pouco ao desenvolvimento prático e teórico da avaliação. Rowe e Frewer (2004) definem uma agenda para a implementação de avaliações com a finalidade de verificar a efetividade dos mecanismos e exercícios de participação, na qual cita a necessidade de se definir “efetividade” e “efetividade para quem?”. Patrocinadores, participantes e outros públicos podem considerar efetividade de diferentes formas. Por exemplo, participantes podem estar satisfeitos com os resultados de um processo deliberativo por meio de conferência enquanto os patrocinadores podem estar insatisfeitos com as recomendações obtidas.

Outro ponto relevante consiste em definir a diferença entre processo e resultado em termos de efetividade. A avaliação de resultados parece ser preferível porque corresponderá mais diretamente aos objetivos do exercício em questão. Entretanto, pode haver dificuldades de defini-los em função do tempo e do isolamento das causas dos resultados, já que outras variáveis também podem interferir. Por exemplo, a ocorrência de eventos simultâneos ou pressões externas influenciando os processos de políticas públicas. Sendo assim, a avaliação dos exercícios de participação deve servir freqüentemente como substituta para os resultados do exercício. Ou seja, se o processo do exercício é bem conduzido de acordo com a sua definição parece que os resultados tendem a ser melhores do que se o processo não fosse bem conduzido. Por exemplo, tomadores de decisão poderão ficar mais sujeitos a abandonarem sugestões de processos percebidos como mal conduzidos, pouco representativos, do que de processos percebidos como adequados. Para os autores, um outro ponto relevante consiste em se buscar a operacionalização da definição de participação, por exemplo, através de *checklists*, de modo a favorecer a sua mensuração.

Tendo em vista o aumento da demanda por processos participativos no *policy cycle*, o conceito de participação cidadã e a necessidade de se refletir sobre a avaliação

da efetividade dos mecanismos de participação, já que seus desafios são similares aos processos de avaliação de programas sociais, apresentaremos conclusões de alguns estudos que abordaram diferentes aspectos do processo de participação dos diferentes *stakeholders* no processo de gestão ambiental pública. Seu foco tem sido a construção de consenso em processos de tomada de decisão no gerenciamento ambiental, na elaboração de planos de ação e políticas públicas a serem implementadas.

Segundo Gutrich *et al.* (2005), a gestão ambiental cooperativa e por meio de parcerias vem crescendo em todo o mundo, com o envolvimento cada vez maior das comunidades nas decisões em torno dos recursos naturais. Além disso, aumenta a demanda por processos de tomada de decisão na gestão ambiental com *inputs* de base científica nos níveis local, regional, nacional e internacional. Os autores pesquisaram as abordagens utilizadas no Havaí para analisar os valores das partes interessadas sobre recursos naturais e fomentar o consenso no processo público de gerenciamento de ecossistemas. Neste caso, definem que tal gerenciamento ocorre baseado em uma visão construída colaborativamente, de condições futuras desejadas, a qual integra as perspectivas ecológica, socioeconômica e institucional, aplicada a uma estrutura geográfica definida, primeiramente pelas fronteiras naturais. No Havaí, os *stakeholders* se basearam em crenças comuns sobre bacias hidrográficas em áreas com florestas, para construir parcerias.

Estudos recentes, como o de Steel *et al.* (2004), sugerem que tomadores de decisão, cidadãos e grupos interessados no gerenciamento ambiental preferem que os cientistas assumam um papel mais ativo, interpretando e integrando a ciência nas decisões do gerenciamento. A formação de parcerias no Havaí e a maior demanda por *inputs* com base na ciência no processo de tomada de decisão no gerenciamento ambiental levaram à atuação conjunta do *West Center (EWC)* e do *Institute of Pacific Islands Forestry (IPIF) of the US Forest Service (USFS)*. Entre vários trabalhos desenvolvidos, o grupo desenvolveu um workshop sobre valoração de recursos naturais e lições aprendidas, contando com a participação de profissionais de múltiplas áreas. Seguem as principais conclusões obtidas a partir da experiência do Havaí no gerenciamento de bacias hidrográficas, do ponto de vista de processos participatórios de tomada de decisão.

As diferentes partes interessadas têm a vontade de cooperar, porém trazem diferentes modelos de gestão de recursos naturais, o que implica falhas na comunicação. Modelos científicos de base interdisciplinar podem servir de ferramentas para identificar

áreas com potencial de consenso. Os *stakeholders*, segundo Gutrich *et al.* (2005), freqüentemente permanecem com seus modelos mentais ou constructos a serem utilizados na tomada de decisão sobre recursos naturais, os quais podem levar a decisões ineficientes ou variadas, quando se trata de ecossistemas complexos.

De acordo com Costanza e Ruth (1998), vale a pena destacar que na construção de modelos mentais, os seres humanos tendem a tipicamente simplificar os sistemas de modo específico. Há uma tendência de que o processo de construção de modelos se baseie em relações qualitativas mais que em quantitativas, assim como há uma tendência de se linearizar as relações entre os componentes do sistema. Desconsideram-se defasagens temporais e espaciais. Trata-se o sistema isolado de suas relações/vizinhanças ou, ainda, tende-se a limitar as investigações ao domínio do equilíbrio do sistema. Na verdade, quando os problemas se tornam mais complexos e as relações quantitativas, a não linearidade, e o tempo e o espaço se tornam dimensões importantes, são encontrados limites para a capacidade dos indivíduos de apropriadamente anteciparem as mudanças no sistema. Nestes casos os modelos mentais utilizados necessitam de suplementação. Segundo Gutrich *et al.* (2005), permanecer somente com modelos mentais simples no processo de tomada de decisões pode atrapalhar a capacidade dos *stakeholders* de decidir sobre sistemas ecológicos complexos e seus problemas.

Ao articular e esclarecer as complexidades dos sistemas e as preocupações dos *stakeholders* tanto com modelos científicos qualitativos como com quantitativos, *inputs* científicos no processo de tomada de decisão podem enfatizar os resultados inesperados e as interações dinâmicas, portanto, fomentando o consenso baseado em novos *insights*. Os autores apresentam o caso do Havaiá ao gerenciar bacias hidrográficas, onde modelos de simulação do sistema do *fynbus* favoreceram os estudos sobre a dinâmica dos ecossistemas, até então não explicitada devido aos modelos mentais simples.

Não consiste em um objetivo de este estudo discutir até que ponto ocorre a contribuição da ciência nos processos de tomada de decisão quando há grupos sociais variados envolvidos, principalmente com interesses antagônicos, tendo em vista os questionamentos sobre a objetividade do conhecimento científico (LOWY, 1994); no entanto, destaca-se seu papel importante no que diz respeito à ampliação do conhecimento dos indivíduos. Também não cabe avaliar neste estudo como os conhecimentos baseados na ciência introduzidos nos processos de decisão são

disseminados, de modo que diferentes grupos sociais realmente se apropriem do conhecimento em questão, o que pode afetar a obtenção do consenso.

Outra conclusão obtida por Gutrich *et al.* (2005) aponta para o fato de que a efetiva integração de *inputs* científicos em processos de gerenciamento de ecossistemas cooperativos depende do papel da ciência, dos *stakeholders* e dos tomadores de decisão envolvidos e da linguagem comum utilizada para comparar *tradeoffs*. Cumpre ressaltar que o processo público pode ser visto em quatro fases. Com os *stakeholders*: reunindo-se, cada qual com suas crenças e valores referentes aos recursos naturais; deliberando para identificar um objetivo comum e formular um plano de gerenciamento; implementando o plano e monitorando o seu sucesso; e, ainda, buscando recursos financeiros e outros tipos de suporte para atividades de gerenciamento acordadas. A ciência, para os autores mencionados, pode ser utilizada em cada estágio do processo público para esclarecer a tomada de decisão; priorizar ações; justificar as decisões tomadas; dar suporte a processos de obtenção de financiamento para proteção ambiental; gerar políticas melhores e aumentar a consciência pública para a obtenção de apoio para a proteção ambiental.

Neste ponto, destacamos a utilização da ciência no processo público de gestão ambiental, destacando-se o ciclo das políticas públicas. O presente estudo considerou o papel da aplicação do método AHP (*analytical hierarchical process*) como instrumento para favorecer a participação dos *stakeholders* e a melhoria da qualidade do *policy cycle*. Para Gutrich *et al.* (2005) a ciência pode funcionar como um instrumento de comunicação por instruir as partes interessadas e articular os seus valores sobre os ecossistemas em uma linguagem compreensível e comum. Entretanto, o contexto sócio-cultural influencia significativamente a eficácia de se incorporar abordagens científicas e determinar a extensão na qual a ciência pode ser utilizada para a construção do consenso. As decisões sobre os recursos naturais podem ser tomadas com base em aspectos culturais, históricos e morais, os quais são desprezados em avaliações quantitativas. Os modelos científicos podem oferecer a oportunidade de apontar os *tradeoffs* através de uma linguagem comum, para além dos termos monetários. Cientistas podem auxiliar no desenvolvimento e avaliação de um conjunto de indicadores ambientais, ainda quantificáveis e dispostos em escala, que podem ser usados para monitorar o status de um recurso, considerando critérios ambientais e sócio-culturais. Os *stakeholders* podem concordar em utilizar os critérios de sucesso com base em indicadores sócio-culturais e ambientais, eliminando a necessidade de uma avaliação

da eficiência econômica no que se refere às decisões de gestão ambiental. Por exemplo: no caso de indicadores sociais - a manutenção de sítios histórico-culturais; o acesso equânime; em relação aos indicadores físicos e ecológicos – a riqueza de espécies; o número de plantas endêmicas, entre outros.

Para Gultrich *et al.* (2005) torna-se fundamental que o processo de gerenciamento ambiental considere todos os *stakeholders* relevantes e aponte os custos e benefícios da gestão ambiental para cada um deles. Isto compreende a identificação cuidadosa de quem ganha e de quem perde em qualquer gerenciamento de alternativas. A desconsideração de algum *stakeholder* ou o não reconhecimento dos custos e benefícios para diferentes grupos de *stakeholders* pode minar os objetivos de gerenciamento ambiental. Logo, uma parceria pode alcançar o consenso e implementar um plano de gerenciamento; entretanto, se há custos substantivos que incidem sobre *stakeholders* excluídos, tais grupos buscarão suspender ou subverter as atividades e acordos da parceria estabelecida.

Outra lição aprendida para os autores inclui ressaltar que as percepções e respostas intuitivas dos indivíduos podem ser tão influentes no processo de tomada de decisão quanto os processos analíticos. Todos os *stakeholders* trazem consigo para processos de negociação e tomada de decisão, incluindo os cientistas, percepções e entendimentos relacionados a sua bagagem social e cultural. Gênero, etnia, normas, sistemas de valores e sistemas culturais e ambientais das sociedades interagem para criar diversas percepções sobre o que poderia ou deveria ser feito no gerenciamento ambiental. Diferentes visões de mundo, confiança, controle e outros aspectos sociopolíticos são fatores chave na construção da percepção de risco ambiental, por exemplo. Para serem efetivas, as políticas públicas devem se basear em uma compreensão minuciosa da percepção de risco ambiental e das diferenças individuais na percepção de tais riscos ambientais. Identificar corretamente e estruturar os valores dos *stakeholders* torna-se crucial para a realização de escolhas adequadas, além disso, propicia um caminho para a construção de novas alternativas de decisão. (GUTRICH *et al.*, 2005; GREGORY e SLOVIC, 1997; McDANIELS, GREGORY e FIELDS, 1999). Por exemplo, facilitar a participação pública na avaliação e gerenciamento de riscos possibilita tornar o processo de decisão mais democrático, melhorar a relevância e qualidade da análise técnica, e aumentar a legitimidade e aceitação dos resultados da decisão.

Para Gutrich *et al.* (2005), processos de tomada de decisão dinâmicos, recorrentes, deliberativos influenciam o nível de alcance de consenso pelos *stakeholders*. Reiteraões, repetições e *feedbacks* no processo são importantes, já que o conhecimento, valores e percepções dos *stakeholders* mudam com o tempo. Vale a pena destacar, segundo os autores citados, que os *stakeholders* podem extrair resultados positivos do processo de tomada de decisão mesmo quando o consenso não é obtido. Um estudo de longo prazo com parcerias formadas com múltiplos *stakeholders*, voltadas para as questões relacionadas às bacias hidrográficas na Califórnia e Washington, enfatizaram várias funções “não declaradas” do processo de gerenciamento: educação ou desenvolvimento de conhecimentos; defesa de uma visão de mundo específica; interação social (“fazer amigos” ou “encontrar velhos amigos”); resolução de conflitos; coordenação de atividades. Em Malama Hawaii, foi criada uma rede de cidadãos preocupados, ONGs, agências públicas e privadas com o objetivo de reconectar o povo do Hawaii a sua herança e inspirar os participantes a efetuarem contribuições positivas para as áreas de meio ambiente, educação, saúde, economia e justiça. Os estudos mostraram que uma função essencial do Malama Hawaii consistia em fomentar a interação social e promover a coordenação de grupos sem a preocupação com o ponto de vista individual. Os resultados positivos que foram alcançados a partir da interação social poderão servir para promover a construção futura de confiança e consenso em situações freqüentes de debate contencioso por recursos.

Segundo Gutrich *et al.* (2005), estudos científicos podem iluminar a questão do próprio processo público, por exemplo, por examinar as características dos *stakeholders*, como seus valores mudam com o tempo, os processos que influenciam tais mudanças nos valores e percepções, entre outros aspectos. Por exemplo, pesquisas no Hawaii devem ser direcionadas para verificar como os valores são formados e (re)formados em contextos de deliberaões, impulsionando para que as ciências sociais avancem para além das propostas freqüentes de identificação de formação de preferências através de uma postura estática ou passiva, aproximando-se mais de uma nova era de pesquisas interdisciplinares sobre valoração e tomada de decisão no âmbito ambiental.

As lições aprendidas com a experiência do Hawaii nas questões de divisão e drenagem de bacias hidrográficas apontam para algumas conclusões finais. Uma delas ressalta que considerar todos os *stakeholders*, suas respostas intuitivas, percepções de risco ambiental e de benefícios potenciais torna-se crítico para o gerenciamento

sustentável de bacias hidrográficas no Hawaii. Em Illinois fazendeiros do Embarras River Basin indicam que as respostas intuitivas e as percepções sobre riscos são tão influentes no processo de tomada de decisão quanto os processos analíticos. A aplicação de abordagens científicas sociais, tais como: a teoria da utilidade de multiatributos e a pesquisa de opinião sobre o encaminhamento de decisões no Hawaii podem auxiliar na identificação da construção social dos valores dos *stakeholders* sobre risco, assim como facilitar a participação pública tanto na avaliação de risco quanto no gerenciamento de risco das atividades relacionadas às bacias hidrográficas.

Enfim, a ciência pode fomentar a construção do consenso em processos públicos de gerenciamento de ecossistemas com investigações futuras sobre como os valores são formados e reformados em contextos deliberativos pelo exame da formação dinâmica de preferências entre os parceiros e *stakeholders*. Mesmo na ausência de consenso, os *stakeholders* podem extrair resultados positivos da inserção de *inputs* científicos e do processo público, tais como: educação, defesa de uma visão de mundo, interação social, resolução de conflitos e coordenação de atividades relacionadas aos objetivos das parcerias formadas em função das bacias hidrográficas, conforme mencionado anteriormente.

Para além dos estudos apresentados sobre a participação pública nos processos de políticas públicas, vale a pena destacar que segundo Rowe e Frewer (2004), conforme mencionado anteriormente, faz-se necessário avaliar a efetividade dos exercícios de participação pública, devendo este ponto ser desenvolvido a partir de agenda específica.

## 2.8 A CONSTITUIÇÃO DO CAMPO DA EDUCAÇÃO AMBIENTAL

A partir de 1970, a educação ambiental tornou-se tema de interesse e debate na vida social mundial e brasileira. Determinados grupos sociais “passaram a defender a necessidade de sua existência, a oportunidade de refletir sobre ela, de definir seus significados e objetivos e de organizar ações e programas para o seu desenvolvimento” (LIMA, 2005, p.25). O autor compreende que a educação ambiental deriva, em última instância, do campo ambiental sob influência global e nacional, observando os processos pelos quais o meio ambiente veio a se constituir como problema, como debate e como movimento social. “Apontar a presença do campo ambiental na gênese da

educação ambiental não significa, entretanto, a negação de suas particularidades e de sua relativa autonomia.” (IDEM)

Iniciativas de entidades ambientalistas e órgãos públicos dinamizavam o campo, principalmente por meio de ações de conservação e recuperação ambiental e formação de professores da educação básica. Havia, nesta época uma disposição da sociedade brasileira para o enfrentamento das questões de proteção ambiental, ainda que com um sentido preponderantemente ecológico.

Não podemos deixar de mencionar a influência do contexto internacional nas ações iniciativas nacionais. A Conferência das Nações Unidas sobre o Ambiente Humano - Estocolmo (1972), por exemplo, exigiu a adoção de parâmetros ambientais pelos Estados-Nação em seus marcos regulatórios e a realização de projetos mitigadores dos impactos sociais e ecológicos das atividades produtivas dos setores público e privado. Neste momento, o destaque estava ainda na formação do indivíduo via transmissão de conhecimentos técnico-científicos e de estímulo sensorial e cognitivo, visando a mudança de comportamento. (FURNAS, 2008a).

Com a intensificação da crise socioambiental, expressa por inúmeros sinais, tais como perda da biodiversidade, mudanças climáticas, aumento da pobreza etc., nos últimos quarenta anos levou a processos mais complexos de compreensão e intervenção na questão ambiental. A prática de Educação Ambiental se torna mais complexa, marcadamente associada às questões sociais, entendendo que mudanças individuais precisam ser acompanhadas de mudanças coletivas e institucionais. Tornando-se eminentemente educativa, a Educação Ambiental passa a incluir não só temas ambientais como também as relações sociais que definem os modos pelos quais os indivíduos agem no mundo (FURNAS, 2008a). No entanto, cumpre ressaltar que, mesmo diante desta ampliação da compreensão sobre o conceito e finalidade da Educação ambiental, ainda atualmente, mesmo diante do conhecimento de que a complexidade ambiental envolve diversas dimensões (econômicas, culturais, sociais, históricas, entre outras), muitas concepções e práticas de educação ambiental enfatizam ou absolutizam a dimensão ecológica da crise ambiental, como se os problemas desta natureza fossem originados independente das práticas sociais.(LAYRARGUES In LOUREIRO, LAYRARGUES e CASTRO, 2006).

Não podemos deixar de comentar que esta característica do campo da educação ambiental traz conseqüências para a implementação de Programas de Educação Ambiental, os quais, ao pensarem as mudanças culturais dissociadas das mudanças

sociais provocam um reducionismo, com ênfase na mudança comportamental e na crença no poder ilimitado da ciência e tecnologia resolverem a crise ambiental.

No novo milênio, caracterizado pela intensificação do processo de globalização e reestruturação produtiva, pautada no novo modelo de produção (SOUZA, SANTANA e DELUIZ, 1999), as pressões sobre os recursos naturais continuam a aumentar, bem como os desafios planetários de construção de sociedades sustentáveis do ponto de vista da justiça ambiental e social.

O movimento internacional via governos dos Estados nação para conter a degradação ambiental amplia-se em favor do dito desenvolvimento sustentável. Decorrem daí políticas públicas no âmbito nacional, por pressões internas e externas, para garantir a manutenção dos recursos naturais para as atuais e futuras gerações. Como não poderia ser diferente, a Educação ambiental insere-se no bojo destas políticas e continua a ganhar espaço no cenário nacional, dado seu papel estratégico de preparação das atuais e futuras gerações para o enfrentamento das questões socioambientais.

Nesta história, o campo da Educação Ambiental, caracteriza-se por uma multiplicidade de abordagens e perspectivas teóricas e metodológicas que orientam e modelam sua prática, (SIQUIERA, 2008) o que facilita a inclusão dos diversos atores sociais em seu processo, garantindo a sua expansão e institucionalização. No entanto, por outro lado, esta diversidade de correntes e abordagens gera programas e projetos cuja amplitude de resultados diferencia-se, sem que haja uma sistemática de avaliação sobre a concretização e mérito dos resultados idealizados inicialmente.

Além disso, ressaltamos que a Educação Ambiental apresenta-se, atualmente, como um campo diversificado, político e conflituoso orientado por uma multiplicidade de concepções político-pedagógicas, éticas e culturais que disputam entre si a hegemonia do campo e o poder de orientá-lo segundo suas concepções e interesses. (LIMA, 2005) Pesquisas devem ser realizadas no sentido de elucidar as conseqüências desta disputa interna em termos da fragmentação das ações e resultados alcançados, bem como da percepção dos diversos atores sociais sobre as diferentes concepções de Educação Ambiental, de modo a diminuir a alienação provavelmente presente no campo por parte dos sujeitos que nele atuam.

Muitos autores analisam as diversas concepções em Educação ambiental. Layrargues (In LOUREIRO, 2006) coloca que não se torna mais possível declarar que se faz Educação Ambiental sem qualificá-la. Para o autor existem vertentes que podem

ser organizadas em um gradiente, onde a mudança ambiental (objeto da Educação Ambiental) pode ser alcançada por meio de três possibilidades: “a mudança cultural associada à estabilidade social; a mudança social associada à estabilidade cultural; e finalmente a mudança cultural concomitante à mudança social”. (LAYRARGUES In LOUREIRO, 2006, p.11).

Tabela 1: Tipologia das dimensões de educação ambiental

EDUCAÇÃO AMBIENTAL	
FOCO NA MUDANÇA CULTURAL	FOCO NA MUDANÇA SOCIAL
Função moral da educação: processo de socialização humana ampliado à natureza.	Função política da educação: instrumento ideológico de reprodução social.
Utopia: construção do futuro com ênfase no universo escolar e da juventude	Ideologia: vivência do presente com ênfase nas relações produtivas e mercantis
Natureza como Bem em si com valor intrínseco	Natureza como mercadoria com valor de troca
Cultura como mediação entre humano e natureza	Trabalho como mediação entre humano e natureza
Dever moral de proteger a natureza	Direito legal de ter a natureza protegida
Mudar a visão de mundo	Mudar a ação no mundo
MUDANÇA AMBIENTAL	

FONTE: ADAPTADO DE LAYRARGUES (In LOUREIRO, LAYRARGUES e CASTRO, 2006, p. 98)

Guimarães (2006) organiza sob a abordagem relacional a Educação Ambiental nas vertentes da fenomenologia, da hermenêutica e das teorias críticas (as quais podem ainda ser mais detalhadamente organizadas). Todas as perspectivas, segundo o autor, foram incluídas nesta abordagem por “compreender que a realidade, a produção do conhecimento e sua tradução constituem e são constituídas por movimentos interativos complexos de relações dialéticas e dialógicas” (p. 10).

Loureiro (In LOUREIRO, LAYRARGUES e CASTRO, 2006) reconhece, de modo sintético, dadas as variações existentes, a visão emancipatória (crítica, popular, emancipatória, transformadora, no processo de gestão ambiental, entre outras) e a visão comportamentalista, conforme indicamos na tabela a seguir.

Tabela 2: Síntese da visão emancipatória e da visão conservadora ou comportamentalista

Eixos	Visão emancipatória	Visão conservadora ou comportamentalista
Condição de ser natureza	Certeza de que somos seres naturais e de que nos realizamos e redefinimos culturalmente o modo de existir na natureza pela própria dinâmica societária na história da natureza	Convicção de que houve um afastamento de nossa espécie de relações adequadas, idealmente concebidas como inerentes aos sistemas ditos naturais, sendo necessário o retorno a esta condição natural pela cópia das relações ecológicas
Condição existencial	Os seres humanos são constituídos por mediações múltiplas. São sujeitos sociais cuja liberdade e individualidade se definem na existência coletiva	Sujeito definido em uma individualidade abstrata, em uma racionalidade livre de condicionantes sociais, cuja capacidade de mudanças se centra na dimensão “interior”, minimizando ou excluindo a determinação histórica
Educação	Educação como práxis e processo dialógico, crítico, problematizador e transformador das condições objetivas que formam a realidade.	Educação como processo instrumental, comportamentalista, de adequação dos sujeitos a uma natureza vista como harmônica e como processo facilitador da inserção funcional destes em uma sociedade ou definida de modo atemporal ou sem historicidade, visto como sistema pré-estabelecido.
Finalidade do processo educativo ambiental	Busca por transformação social, incluindo indivíduos, grupos e classes sociais, culturas e estruturas, como base para a construção democrática das sociedades sustentáveis e novos modos de se viver na natureza	Busca por mudança cultural e individual como suficiente para gerar desdobramentos sobre a sociedade e como forma de aprimorar as relações sociais, tendo como parâmetro as relações vistas como naturais, sem entrar no mérito a possibilidade histórica de construir outro sistema social, adotando geralmente uma abordagem funcionalista de sociedade e organicista de sociedade e organicista de ser humano.

FONTE: ADAPTADO DE LOUREIRO IN LOUREIRO, LAYRARGUES e CASTRO, 2006, p. 111 e 112.

Lima (2005) identificou em seus estudos sobre a constituição do campo da educação ambiental as concepções conservacionista, socioambientalista, culturalista e integradora. Apresentaremos, a seguir, uma síntese dos principais aspectos que caracterizam estas tendências orientadoras do pensamento e das práticas de educação ambiental no Brasil

Tabela 3: Tendência Conservacionista - Principais Características

<b>Tendência Conservacionista</b>	
<b>Principais características</b>	
Fundamentos	Centrada nas ciências biológicas, em uma compreensão naturalista da questão ambiental, na busca de uma utilização racional dos recursos naturais e na preocupação de preservar os ecossistemas e a biodiversidade natural.
	Evidencia o protagonismo das ciências biológicas nos momentos iniciais de constituição do campo da EA e a uma herança do ideário conservacionista e preservacionista dos séculos XVIII ao século XX.

Crise ambiental	Visão da crise ambiental como um fenômeno natural resultante do desconhecimento da estrutura e do funcionamento dos sistemas ecológicos. Interpreta a crise ambiental como um fenômeno natural, ideologicamente neutro.
	Retira da crise ambiental os conflitos sociais e políticos que lhe eram inerentes.
Ser humano	Visão do ser humano como um ser abstrato e genérico como causador dos impactos ambientais que, por desconhecer os ciclos biogeoquímicos e a dinâmica global dos ecossistemas vivos acaba incorrendo no uso errôneo e intensivo dos recursos naturais que resulta no seu esgotamento e degradação.
Visão de educação	A educação conservacionista está focada no ambiente natural desumanizado.
	Vínculo da educação conservacionista a uma mudança ética e cultural.
Prática pedagógica	A prática pedagógica deve disponibilizar conhecimentos sobre o funcionamento dos sistemas ecológicos através do ensino de ecologia e conhecimentos sobre os meios tecnológicos capazes de reduzir ou superar os danos ambientais decorrentes da “ação antrópica”.
Objetivo	Difusão do saber ecológico e tecnológico, conscientização dos indivíduos para a necessidade de mudar suas atitudes e comportamentos em sua relação com a natureza e os recursos naturais.
Indivíduo/ coletividade	Supõe o comportamentalismo individualista, embora também se expresse na defesa de ações coletivas visando à proteção da natureza.
Limitações	Implicações reducionistas, tecnicistas, individualistas e comportamentalistas que imprime sobre as práticas pedagógicas dirigidas ao ambiental.

FONTE: adaptado de LIMA (2005, p. 133 e 134)

Tabela 4: Tendência Socioambiental ou Política - Principais Características

<b>Tendência Socioambiental ou Política</b>	
<b>Principais características</b>	
Fundamentos	Ciências humanas e sociais abrangendo uma compreensão política e sociológica da questão ambiental.
	Pensamento ecopolítico emancipatório que incorporou ao debate ambiental a contribuição das tradições socialista e/ou anarquista.
	Perspectiva crítica e política relevante para a formação do socioambientalismo no campo ambiental e decisiva para o amadurecimento do campo da EA no Brasil.
Crise ambiental	Os problemas ambientais são reflexos do modelo de organização política e econômica prevalentes na sociedade que tende à concentração e à apropriação privada dos recursos naturais.
	As empresas privadas e o Estado são os principais agentes responsáveis pela degradação ambiental, devendo ser prioritariamente responsabilizados pelo restante da sociedade
	Recursos naturais como patrimônio comum da coletividade e que todos os cidadãos têm o direito a usufruir um ambiente limpo e saudável. A problemática ambiental consiste em uma questão de cidadania.

	Produto da dominação e da exploração exercida sobre a sociedade e o ambiente por certos grupos sociais, a partir de determinados modelos de organização societária e de desenvolvimento, predominantemente capitalistas, embora as experiências históricas do socialismo real também tenham produzido conseqüências ambientais destrutivas.
Ser humano	Sujeitos sociais cuja liberdade e individualidade se definem na existência coletiva
Visão de educação	Focada na compreensão global das relações de poder no interior da sociedade e de como essas relações se refletem sobre o meio ambiente e sobre a utilização dos recursos naturais.
	Se expressa por novas tendências político-pedagógicas: EA alternativa, EA crítica, EA para a gestão ambiental, Ecopedagogia, EA emancipatória, EA popular, e EA problematizadora entre outras denominações que veiculam uma afirmação política e uma intenção transformadora.
Objetivo	Coscientização do educando sobre a realidade do mundo em que está inserido, sobre seus direitos enquanto cidadão e sobre sua capacidade para recriar as relações que estabelece consigo próprio, com os outros em sociedade e com o ambiente circundante, num sentido libertador
	Democratização do acesso e uso dos recursos naturais e a redução da vulnerabilidade de certos grupos sociais aos riscos ambientais, segundo o princípio da justiça socioambiental.
Prática pedagógica	Prática pedagógica problematizadora da realidade social e das relações entre a sociedade e o ambiente.
	Busca promover a consciência das assimetrias e dos conflitos socioambientais e as possibilidades dos sujeitos se organizarem para a defesa de seus direitos sociais e ambientais, através da construção de uma sustentabilidade includente pautada na solidariedade, na democracia e na justiça socioambiental
Indivíduo/ coletividade	Indivíduo e sociedade interagem mutuamente e reciprocamente para a constituição da realidade social. A educação ambiental trata esta categoria de forma indissociável.

FONTE: adaptado de LIMA (2005, p. 134 e 135)

Tabela 5: Tendência Culturalista - Principais Características

<b>Tendência Culturalista</b>	
<b>Principais características</b>	
Fundamentos	Movimentos de contracultura da década de 60 e pelas propostas de “ecologistas profundos”, como Arne Naess, Bill Devall e George Sessions, que se levantaram no debate ambiental para se opor a uma ecologia superficial (shallow ecology), científica e comprometida com a conservação do “status quo”.
Crise ambiental	Crise predominantemente ética e de valores, que emergiu ao longo da constituição do paradigma ocidental moderno baseado na idéia de progresso, na razão científica instrumental e no modo de produção capitalista.
	A causa da crise está na ética utilitária, o individualismo e o materialismo consumista resultantes do paradigma ocidental atuam como referências valorativas que justificavam a vontade de poder, de possuir, de competir e de vencer.

Ser humano	Indivíduo como parte da engrenagem da sociedade que é vista de forma funcionalista e atomizada. Primado do indivíduo, o qual deve rever seus valores.
Visão de educação	Processo centrado na defesa de uma renovação ético-valorativa das relações entre os indivíduos, a sociedade e o meio ambiente.
	Possui duas possibilidades: a pedagogia comportamentalista que vê a tarefa de preservar o ambiente, com base nas mudanças ético-culturais centradas no indivíduo em detrimento das mudanças sociais; e a pedagogia coletivista onde o processo para garantir a preservação ambiental prioriza as mudanças sócio-políticas que envolvem a comunidade, em detrimento da mudança cultural ou ético-valorativa.
	A pedagogia individualista/comportamentalista (mais freqüente) faz uso de um apelo ético-moral para sensibilizar os indivíduos em sua relação com o meio ambiente; e a pedagogia de perfil mais coletivista apela para uma transformação valorativa na direção da solidariedade, da igualdade e da justiça socioambiental.
Prática pedagógica	Visa a renovação cultural expressa em métodos e práticas que problematizam o código de valores dominante e a possibilidade de construção de novos valores que sejam capazes de recriar as relações sociais.
	Processo voltado para o desenvolvimento do estímulo à sensibilidade e às vivências emocionais, à abertura para a alteridade e a diversidade e a valorização de outros saberes complementares ao saber científico.
Objetivo	Promover uma ética ecológica, mantendo inalteradas as relações sociais.
	Construção de projetos e aspirações alternativas ou contraculturais de desenvolvimento de uma nova ética pautada na renovação das relações do indivíduo consigo mesmo, com os outros em sociedade e com o seu ambiente circundante.
Indivíduo/ coletividade	A vertente individualizante volta-se para a valorização de um comportamento motivado por uma ética ecológica que valoriza o autoconhecimento, o desenvolvimento da espiritualidade, a harmonia com a natureza, a transformação pessoal, a mudança ambiental, as terapias alternativas, o bem-estar individual, a natureza como sujeito de direitos, a simplicidade voluntária, a política dos 3 Rs – reduzir, reutilizar e reciclar -, o consumo responsável, um paradigma de conhecimento integrador, uma nova forma de conceber e fazer política que inclua a subjetividade, a aceitação das diferenças, a autonomia, a não-violência e a defesa da vida.
	Ênfase em valores relacionados à solidariedade, à justiça socioambiental, à democratização do conhecimento e das oportunidades, às manifestações coletivas, aos mutirões, aos laços comunitários, à reivindicação dos direitos sociais e do consumidor, à compreensão da questão ambiental como uma questão de cidadania, à construção de alianças sociais e ao uso do transporte coletivo.

FONTE: adaptado de LIMA (2005, p. 136 a 138)

Tabela 6: Tendência Integradora - Principais Características

<b>Tendência Integradora</b>	
<b>Principais características</b>	
Fundamentos	Teoria da complexidade, elaborada por Edgar Morin e colaboradores, no Pensamento holístico e na Teoria geral dos sistemas expressos na obra de Fritjof Capra e Bertalanffy, como tentativas de superar o pensamento analítico e fragmentário que caracteriza o paradigma cartesiano.

	<p>A questão ambiental por ser resultante da dinâmica integrada de múltiplos aspectos da realidade não pode ser submetida a um saber unidimensional e reducionista.</p> <p>Articulação multidimensional entre ecologia, educação, política, cultura, economia, ética e tecnologia e, ainda que em nível preliminar, para o lançamento de pontes entre os saberes tradicional, científico, popular, religioso e filosófico; a comunicação das disciplinas entre si e o estabelecimento de parcerias entre os diversos segmentos sociais pertencentes à sociedade civil, ao Estado e ao setor privado.</p> <p>Articulação de todas as dimensões do relacionamento entre a educação, a sociedade e o ambiente num conhecimento e ação complexos que ultrapassem as fronteiras dos saberes, das disciplinas científicas e das instituições, no sentido da construção de novos diálogos e sínteses, de um conhecimento mutidisciplinar e de parcerias e redes entre os vários agentes da sociedade.</p>
Crise ambiental	A crise ambiental planetária é fruto de uma crise de percepção, onde a civilização deve apresentar um padrão criativo de resposta. Os problemas ambientais, sob o risco de sua extinção.
Ser humano	Parte-se do pressuposto que o todo é maior que a soma das partes e de que as partes contêm o todo. Enfatiza-se o ser humano o qual deve viver a sua interconectividade, compreendendo, explicando e relacionando a dimensão macro e micro na perspectiva de uma totalidade complexa.
Visão de educação	A busca de integração é um processo em construção que, por um lado, representa um avanço significativo no campo das ciências ambientais, do ambientalismo e da educação ambiental, mas que, por outro lado, ainda é um processo inacabado com muitos desafios, como é o caso, por exemplo, da implementação prática de um saber interdisciplinar, do diálogo produtivo entre os saberes e da convivência pacífica entre as diferenças pessoais, institucionais, culturais e políticas.
Prática pedagógica	Visa a superação das dicotomias e reducionismos limitantes de uma compreensão abrangente do fenômeno socioambiental.
	Busca conjugar a complementaridade e a articulação entre as dimensões da mudança individual e social, as explicações política e técnica, as visões ecológica e social, a percepção das causas e dos efeitos, as esferas da produção e do consumo, os aspectos materiais e espirituais, uma ética que procura transformar o indivíduo e a sociedade, as escalas micro e macro e entre as perspectivas locais e globais da questão ambiental.
Objetivo	Possibilitar a compreensão da crise ambiental e a formulação de respostas satisfatórias às suas demandas por meio da construção de um conhecimento abrangente e integrador.
	Promover o diálogo entre os saberes
Indivíduo/ coletividade	Trata o indivíduo e a coletividade de modo complementar e complexo.

FONTE: adaptado de LIMA (2005, p. 138 e 139)

Lima (2005) ressalta um ponto extremamente relevante para as questões de planejamento, implementação e avaliação de Programas Ambientais à medida que considera que diferentes concepções e perspectivas de análise sobre a educação

ambiental correspondem, na verdade, “a uma diversidade de visões de mundo, de valores, de interesses e ideologias pertencentes aos diversos atores sociais que dividem o campo.” (p. 185) Ou seja, se esta afirmativa se confirmar na prática, torna-se previsível que haja pessoas e grupos com convicção de que seu ponto de vista expresso em uma determinada concepção de educação ambiental consista na melhor forma de definir e explicar os problemas e soluções relativas à sociedade, meio ambiente e educação.

É possível que adeptos das diferentes tendências percebam “conflitos intransponíveis entre as diferentes concepções e práticas de educação ambiental” (IDEM). Por exemplo, um educador pode identificar a mudança de atitudes e comportamentos na vida individual como solução para a resolução dos problemas ambientais, mas julgue dispensável a mudança no plano social; ou ainda, admita mudanças sociais, mas com significado e amplitude diferentes da concepção de um outro educador.

Tais comentários não visam indicar a necessidade de homogeneização do campo da educação ambiental. Ora, tratar-se-ia de uma contradição à medida de que a diversidade consiste em um de seus princípios (LEI 9795/99). Mas sim sinalizar a necessidade de diálogo e interação. Lima (2005) sugere a “busca coletiva, democrática e participativa de caminhos e de respostas que atendam, em maior profundidade, às perguntas e aos problemas que vivenciamos social e individualmente” (p. 186).

Para o processo de avaliação esta questão traz inúmeras reflexões, pois se diferentes concepções de educação ambiental entendem diferentemente seus objetivos, também há de se pensar que idealizam e alcançam resultados diferentes. Emerge uma questão central: como monitorar e avaliar Programas cujos pontos de partida e de chegada são diferentes, na perspectiva do julgamento de mérito que a função avaliação exige e, como realizar esta avaliação visando uma base única de informação em uma instituição ou setor? E ainda, como proceder a avaliação de modo a julgar os resultados de uma política ou a ausência dela?

Será possível um sistema de medida para apoiar o acompanhamento e avaliação de Programas de Educação Ambiental auxiliar no processo de debate sobre os reais objetivos e resultados esperados com este tipo de intervenção? Como incorporar as diferentes concepções e tendências em educação ambiental em modelos de avaliação, pensando esta de forma democrática? Loureiro (2006) questiona a incipiente discussão teórico-prática na educação ambiental, “tornando a intervenção pedagógica etérea,

ingênua, inócua, dada a displicência com o rigor teórico”. (p. 13). Torna-se de suma relevância, o debate teórico-prático no campo para que educadores possam refletir e distinguir sobre os diferentes caminhos que percorrem a educação ambiental conservadora e tradicional de uma outra emancipatória e transformadora, inserindo-se neste continuum as suas nuances.

### **3 METODOLOGIA PARA DESENVOLVIMENTO DE UM SISTEMA DE MEDIÇÃO PARA AVALIAR PROGRAMAS GOVERNAMENTAIS DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL**

Tendo em vista o rigor teórico-metodológico e o grau de adequação necessários à construção de um sistema de medição para apoiar o monitoramento e avaliação de Programas Governamentais de Educação Ambiental, citaremos a seguir os desafios da avaliação, em especial de programas sociais, bem como as premissas adotadas para desenvolvimento de tal sistema. Após estabelecidos estes pontos, apresentaremos, então, a metodologia elaborada para propiciar a construção do sistema de medição de modo eficaz.

#### **3.1 DESAFIOS DA AVALIAÇÃO DE PROGRAMAS SOCIAIS**

Conforme mencionado anteriormente, torna-se indiscutível o papel e a importância da avaliação de políticas públicas no Brasil (SILVA e COSTA, 2002; LOBO In RICO, 2007, entre outros), tendo em vista a verificação da eficiência, eficácia e efetividade da ação governamental, tendo em vista as necessidades do cidadão. No entanto, cumpre-nos ressaltar que, como nos alerta Arretche (In RICO, 2007) a despeito de sua relevância, os estudos de avaliação são em si mesmos muito difíceis de ser implementados. A autora nos coloca algumas afirmações que justificam a sua posição. Primeiramente, existe uma dificuldade de isolamento de variáveis efetivamente relevantes do seu contexto, da sua realidade. Um outro ponto diz respeito à incerteza sobre os reais objetivos da política avaliada (dada à necessidade de distinção entre objetivos explícitos e implícitos), o que dificulta qualquer análise de resultados e impactos. Uma outra dificuldade consiste na obtenção e adequação das informações, além da difícil disponibilização de recursos financeiros necessários à realização de estudos confiáveis.

Torna-se de suma importância destacar tais fatores, pois a veracidade e a utilidade das avaliações advêm em grande parte de seu rigor teórico-metodológico e da necessidade de obtenção de resultados avaliativos os mais fidedignos possíveis. As dificuldades citadas, na verdade, geram desafios no momento da estruturação da

avaliação, e, portanto, na definição de metodologias, métodos, instrumentos de coleta de informações e sistemas de medição.

Tais desafios ampliam-se quando tratamos da Avaliação de Programas Sociais. A avaliação *ex-ante*, por exemplo, dedica-se a análise de alternativas antes de sua implementação, incluindo análises de custo-benefício, de custo-efetividade, das taxas de retorno econômico dos investimentos previstos. Ora, quando tratamos de Programas Sociais as fórmulas e metodologias adotadas, geralmente, em outras áreas, não se aplicam. Não desejamos apontar com esta observação a impossibilidade de realização deste tipo de avaliação na área social, mas chamar a atenção para pesquisadores da importância da realização das análises possíveis com outra abordagem metodológica. Por exemplo, tratar a viabilidade política, econômico-financeira e institucional dos programas (LOBO In RICO, 2007).

A avaliação *ex-post* dedica-se à análise de impactos e processos. Ora, à medida que dificilmente se faz a avaliação *ex-ante*, a posterior encontrará obstáculos. Outro ponto relevante a ser destacado na avaliação de Programas Sociais diz respeito ao fato de que se faz necessário explicitar aspectos teóricos a estes subjacentes, de modo a favorecer a identificação das variáveis que realmente explicam o ritmo, o sentido e a direção da ação governamental em questão. Há de se refletir, por exemplo, sobre o ambiente político no qual os programas se desenvolvem, a visão sobre os princípios da eficiência, efetividade e eficácia das ações na área social. (IDEM).

Destacamos outro aspecto da avaliação de impacto de programas sociais, o qual pode provocar ajustes metodológicos para que seja possível a captação adequada dos efeitos da intervenção social. Trata-se do fato de que tais ações não necessariamente resultam em um curto prazo. Exemplos de programas na área da Educação e Saúde indicam resultados no médio e longo prazo. Logo, a avaliação de impacto pode sofrer limitações que são próprias da natureza dos problemas a enfrentar.

A avaliação de impacto traz também outro desafio a sua capacidade explicativa diante de um único tipo de intervenção propiciada por um determinado programa. Ou seja, como, estabelecer relações de causa e efeito para justificar alguma mudança na situação. Não poucas vezes o feito positivo ou negativo de uma ação pode se dar em função de um conjunto de intervenções, simultâneas, ou não, que acontecem em um mesmo espaço. (IDEM).

Outro ponto ainda diz respeito a uma questão teórico-metodológica no que se refere à aplicação de avaliações quantitativas e qualitativas. Na verdade, há de se

valorizar a complementaridade entre elas para a avaliação de programas sociais. Avaliações quantitativas são fundamentais, por exemplo, para se identificar a eficiência do gasto público. Da mesma forma, que a avaliação qualitativa permite a obtenção de informações relativas aos impactos e processos dos programas sociais, permitindo a tomada de decisão no âmbito governamental e o controle social. (LOBO In RICO, 2007)

Os métodos quantitativos buscam evidências de associações entre variáveis independentes e dependentes, incluindo uma abordagem dedutiva, estudando casos particulares para se testar hipóteses ou gerar outras. Já os métodos qualitativos preocupam-se da ação social. “A abordagem qualitativa atua levando em conta a compreensão, a inteligibilidade dos fenômenos sociais e o significado e a intencionalidade que lhe atribuem os atores.” (MINAYO, 2005, p. 82). Há de se ressaltar que a utilização conjunta da abordagem qualitativa e quantitativa gera desafios teórico-metodológicos a serem superados por pesquisadores e avaliadores, principalmente, se considerarmos que, quando falamos da avaliação de projetos sociais estamos mencionando o objetivo de “identificação dos tipos de intervenção que provocam maior impacto e geram movimentos de transformação mais consistentes e duradouros” (IDEM, p. 59). Esta aplicação complementar pode conduzir as avaliações a alcançarem o objetivo de mensurar quantitativamente os benefícios dos programas e políticas, bem como qualificar decisões, processos, resultados e impactos. (CARVALHO In RICO, 2007)

A situação referente a um mesmo programa com implementação em circunstâncias diversificadas provoca a complexificação do desenho das estratégias de avaliação. Programas com abrangência nacional, incluindo diferentes localidades, realidades institucionais, ambientes políticos possuem especificidades que interferem principalmente no planejamento e execução da avaliação. As intervenções podem ser nacionais, regionais ou locais (focalizadas). “É evidente que as especificidades de cada intervenção influenciam a escolha da metodologia de avaliação mais adequada.” (COTTA, 1998, p. 105)

Outro ponto a ser mencionado diz respeito ao fato de que toda decisão e sua implementação no âmbito de um programa social estão permeadas de opiniões, valores, pressões sociais, demandas que geram embates e negociações, influenciando nos processos e nos resultados de tais intervenções. Logo, a avaliação, incluindo aí os seus instrumentos e métodos desenhados deve captar esta multidimensionalidade pertencente

ao contexto da esfera social. (IDEM) Daí Minayo (2005) recomendar que a avaliação deva analisar o significado que os processos e conceitos utilizados na implementação do programa têm para os diversos atores participantes. Sem com isso deixar de objetivar a obtenção de resultados mensuráveis. Em se tratando de projetos sociais, cabe a avaliação responder a uma questão central: até que ponto os programas contribuem para a democratização e para a inclusão social?

Enfim, mencionamos os desafios relativos à avaliação de Programas Sociais no sentido de enfatizar as suas complexidades e especificidades próprias, as quais precisam ser levadas em consideração quando da elaboração do sistema de medição para apoiar o monitoramento e avaliação de Programas Governamentais em Educação Ambiental. Temos como objetivo desenvolver conceitos/metodologias inovadoras que consigam apreender o máximo da rede de fluxos e nexos existentes desde a tomada de decisão na formulação e implementação de políticas e programas até os seus resultados e impactos.

### 3.2 PREMISSAS DA CONSTRUÇÃO DO SISTEMA DE MEDIÇÃO PARA AVALIAÇÃO DE PROGRAMAS GOVERNAMENTAIS DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL

Antes de iniciarmos a descrição da metodologia utilizada para desenvolvimento do sistema de medição, citamos abaixo as premissas que contribuíram para a sua estruturação e delimitação.

#### **3.2.1 A Avaliação é um ato político.**

Qualquer forma de avaliação necessariamente produz um julgamento de valor, ou seja, uma medida de aprovação ou desaprovação em relação a uma política ou programa público particular, partindo-se de uma determinada concepção de justiça (explícita ou não). Assim sendo, não existe a possibilidade de que qualquer modalidade de avaliação ou análise de políticas públicas tenha apenas um caráter instrumental, na perspectiva de uma abordagem puramente técnica. Trata-se de um processo de caráter político, cuja neutralidade não é possível evidenciar.

Qualquer linha de abordagem das políticas públicas supõe por parte do analista um conjunto de princípios que corresponde a opções valorativas pessoais. Neste sentido, faz-se necessário ressaltar a importância do uso de instrumentos de análise e avaliação bem fundamentados em termos conceituais e metodológicos, para que se possa distinguir opções pessoais de resultados de pesquisa estruturados. (ARRETCHE In RICO, 2007)

### **3.2.2 A Avaliação depende de um esforço institucional de implementá-la.**

Em relação à disseminação da prática de realização de avaliação de políticas públicas, Lobo (In RICO, 2007) indica a existência de uma cultura autoritária na administração pública brasileira que se coloca como um dos principais obstáculos a serem superados para a adoção da avaliação. “O constrangimento visível e explícito das autoridades públicas com a perspectiva de serem investigadas e avaliadas as ações resultantes dos programas que dirigem é fator de inibição das práticas avaliativas.” (p. 77). Para a autora, as resistências não se expressam mais, atualmente, por proibições diretas, devido ao clima político-institucional de democratização. São dificuldades burocráticas que são postas. Ou ainda, faltam apoio financeiro, político e institucional.

Embora a função avaliação dentro do ciclo de políticas públicas tenha sido valorizada e ampliada, principalmente a partir de 1990, barreiras deste tipo ainda precisam ser superadas de modo que a avaliação se torne uma atividade corrente no governo. A institucionalização da avaliação pode torná-la um instrumento poderoso de tomada de decisão no âmbito das políticas sociais. Tal institucionalização demanda recursos, tais como: pessoal capacitado, desenvolvimento de métodos e técnicas pertinentes, distribuição de atribuições e responsabilidades dentro da organização, criação/redefinição de processos, investimentos financeiros, entre outros.

Tal reflexão se mostra relevante à medida que impacta diretamente na modelagem de processos de avaliação e sistemas de medição, pois os métodos selecionados precisam estar compatíveis com a opção político-estratégica da instituição em relação à avaliação. Muitas das vezes métodos adequados não podem ser utilizados, por exemplo, pela falta de pessoal para coletar informações e alimentar indicadores.

### **3.2.3 A Avaliação de Programas Sociais no nível das políticas públicas requer a complementaridade entre as abordagens qualitativas e quantitativas.**

Segundo Lobo (In RICO, 2007) existe uma pretensa incompatibilidade entre avaliações quantitativas e qualitativas. A administração pública brasileira privilegia o levantamento das informações quantitativas, de ordem econômico-financeira. Avaliações quantitativas são fundamentais; por exemplo, a eficiência do gasto público na área social necessita de ser analisada. Questiona-se, no entanto, a manutenção exclusiva desta forma de avaliação. A necessidade de tomada de decisões no plano governamental e de fomento ao controle social deve, necessariamente, incluir formas diferenciadas de avaliação qualitativa, que possibilitem a obtenção de informações sobre impacto e processos dos programas sociais.

Minayo (1993) ao discutir a pesquisa na área de Saúde Pública ressalta que as abordagens qualitativas e quantitativas para levantamento e análise de dados são instrumentos de aproximação da realidade observada. Nenhuma se apresenta suficiente para a sua completa compreensão. Acrescenta, ainda, que, se a relação entre quantitativo e qualitativo, não se reduz a um *continuum*, por outro lado, não pode ser pensada, como oposição contraditória. Espera-se que as “relações sociais possam ser analisadas em seus aspectos mais ‘ecológicos’ e ‘concretos’ e aprofundadas em seus significados mais essenciais. Assim, o estudo quantitativo pode gerar questões para serem aprofundadas qualitativamente, e vice-versa.” (p. 247). Minayo, Deslandes e Gomes (2009) afirmam, ainda, que existe uma oposição complementar entre as abordagens quantitativa e qualitativa, que se bem trabalhada no plano teórico e prático, possibilita maior riqueza de informações, maior aprofundamento e maior fidedignidade nas interpretações e conclusões advindas do processo investigativo. Demo (2005) ao discutir a pesquisa científica, visando desmistificá-la no que diz respeito aos seus ritos especiais e a sua sofisticação técnica, aponta que cabem nas ciências sociais, muito teorizantes, exigências de tratamento empírico da realidade, tendo como parâmetro aceitável a comprovação factual. Também as pesquisas quantitativas não se mostram uma abordagem absoluta em termos de geração e manuseio de dados, pois apresentam o risco de se tornarem uma compilação banal de perfis estatísticos, irrelevantes no contexto histórico. Considerando a avaliação na perspectiva da pesquisa avaliativa, destaca-se a necessidade de utilização de forma adequada e refinada dos métodos e técnicas que as abordagens qualitativas e quantitativas dispõem, considerando a

apropriação ao objeto da investigação e a possibilidade de análise dos dados da realidade de forma diferenciada e integradora.

### **3.2.4 O sistema de medição deve incorporar conceitos do estado da arte do objeto de avaliação, induzindo, inclusive à adoção de práticas e padrões mais elevados de desempenho.**

Sabendo-se que a avaliação define valores no sentido de induzir mudanças em uma determinada direção, o seu conteúdo expresso em métodos, instrumentos de coleta de informações e dados, indicadores etc. deve incorporar o estado da arte do objeto da avaliação. Nesta pesquisa, então, ao se realizar as análises e listar os requisitos que se traduziram no sistema de medição, buscou-se introduzir o melhor da teoria sobre Educação Ambiental, respeitando-se as disputas e embates no campo, a diversidade de concepções e orientações teórico-metodológicas.

Esperamos ter sinalizado com o desenvolvimento de tal sistema referências no campo de Educação Ambiental, indicando o que se deve esperar em termos de resultados de Programas Governamentais nesta área.

### **3.2.5 O sistema de medição deve ser construído e validado com base em informações e preferências das partes interessadas no processo.**

Segundo Chess e Purcell (1999), a prática comum de solicitar comentários apenas após a maior parte do trabalho relativo a uma decisão ter sido realizado tem gerado ressentimento por parte daqueles que tomam decisões arriscadas. Em outras palavras, pode-se dizer que muitas decisões podem ser mais bem informadas, a partir de uma base de dados mais confiável, se as partes afetadas são adequadas e efetivamente envolvidas. Casos práticos mostram que decisões de gerenciamento de risco que são efetuadas com a colaboração das partes interessadas tendem a ser mais duráveis e efetivas. Relatórios do Governo Americano têm solicitado maior envolvimento das partes interessadas no processo de tomada de decisões das Agências.

A discussão sobre a participação vem ocupando, cada vez mais, maiores espaços no cotidiano dos indivíduos. Parece haver uma crescente demanda por ampliação da

participação nas diversas esferas e atividades da sociedade. O discurso que encerra termos como cidadania e democratização tende a ter ampla aceitação em qualquer lugar social. Cumpre-nos ressaltar que esta “indiscriminada” valorização da participação não ocorre por acaso. Esta se dá justamente no âmbito da Reforma do Estado, quando se questiona o seu papel enquanto organizador, fiscalizador e regulador da sociedade. A apologia ao Estado Mínimo necessita do discurso geralmente vazio da participação das comunidades como contraponto. Mais na ótica da “substituição” da intervenção do Estado e menos com a visão da participação enquanto caminho para o exercício verdadeiro da cidadania. (UEMA, 2006). A concepção de participação no âmbito da Reforma do Estado parece estar mais associada a uma condição individual do que coletiva, centrada na figura do “cidadão-cliente”. (SIMIONATTO, s/data)

Quando incentivada por agências internacionais, a ênfase na participação pode assumir ainda outras características, como a sua utilização para a antecipação a possíveis demandas no sentido de neutralizá-las ou controlá-las, inviabilizando mudanças contrárias aos interesses do capital internacional e de grupos a este associado. (UEMA, 2006)

De qualquer forma, a democratização da sociedade passa necessariamente pela participação dos diferentes grupos sociais em sua gestão, na ótica do controle social. Há de se reconhecer que, hoje, ainda, nem todos os indivíduos ou grupos sociais exercem de fato o seu direito à cidadania. Teóricos de várias correntes dedicam-se ao estudo dos diferentes mecanismos institucionais de ampliação da participação em processos decisórios. Neste estudo, a participação pública permanece como princípio e objetivo, à medida que um sistema de medição para apoiar o monitoramento e a avaliação de Programas Governamentais deve ter origem e fim último no cidadão. Não desconhecemos com isso as limitações da aplicação de instrumentos de participação pública nesta pesquisa, discutidos anteriormente.

### 3.3 FUNDAMENTOS

A metodologia baseou-se principalmente nos estudos de Sinha e Samuel (2007), bem como naqueles de Ramos *et al.* (2007). Ambos com foco na criação de um sistema de indicadores para avaliar programas, projetos e políticas no setor público. Sinha e Samuel (2007) desenvolveram uma sistemática para que representantes do governo

puddessem avaliar projetos na área de políticas públicas em Transportes. Para tal, elencaram etapas a serem seguidas para estruturar um sistema de indicadores que, partindo dos parâmetros de eficiência, efetividade e equidade, se constituem em medidas de *performance* na área de transportes. Tais medidas representam em termos qualitativos ou quantitativos a extensão na qual uma função específica foi executada. As medidas de *performance* são necessárias em vários estágios do processo de desenvolvimento de um programa ou projeto nesta área.

A aplicação dos estudos de Sinhá e Samuel (2007) tem relevância à medida que o sistema de transportes na maioria dos países se constitui no maior setor público de investimentos e envolve uma gama de atores sociais, tais como: engenheiros, planejadores, formuladores de políticas públicas, legisladores, administradores de agências de transportes, grupos ambientalistas, sociedade em geral, entre outros, os quais possuem não só diferentes pontos de vista, como também, na maioria dos casos, interesses contraditórios em relação a projetos de transporte. Os programas e projetos de transportes impactam a vida dos indivíduos e da coletividade diferentemente em termos de custos e benefícios destas ações. A metodologia de avaliação apresentada por estes autores inclui a participação das partes interessadas, principalmente na identificação dos impactos dos projetos, bem como na definição de seus objetivos.

Ressalta-se ainda que o propósito dos autores consistiu em preencher uma lacuna significativa existente: a necessidade de se ter uma única fonte de informação capaz de abranger todas as áreas chave de um sistema de avaliação em transportes. Para ser possível a elaboração de um sistema de indicadores abrangente, a partir de uma abordagem holística no que se refere à tomada de decisão em desenvolvimento de projetos de transportes e programação, foi realizada, entre outras ações, uma síntese da informação disponível em vários relatórios e manuais. A abordagem apresentada, por SINHÁ e Samuel (2007), fornece um conjunto orgânico de variáveis para avaliar alternativas de projetos e programas de transportes na área de políticas públicas, considerando uma gama abrangente de tipos de impactos causados por esses programas e projetos.

Os estudos destes autores foram considerados e analisados para apoiar o desenvolvimento da metodologia para construção de um sistema de indicadores para a área de Educação Ambiental, objeto desta pesquisa, devido a alguns fatores. A lacuna encontrada no setor de transportes no que se refere à avaliação, já que não existem sistemas integrados, orgânicos e abrangentes de medição de seus resultados também

ocorre no que se refere, de modo geral, a programas de educação ambiental, enquanto política pública. A avaliação de projetos, programas e políticas na área de transportes envolve a incorporação no sistema de medição de interesses contraditórios. Tal fato parece também acontecer na área ambiental, quando identificamos, do ponto de vista da formulação das políticas públicas, disputas teórico-metodológicas no campo da Educação Ambiental. Além disso, a razão de ser da Educação Ambiental quando de sua implementação voltada para as mudanças sociais, pelo menos em sua abordagem crítica, lida com interesses contraditórios e a mediação de conflitos. (QUINTAS, 2005; LAYRARGUES In LOUREIRO, LAYRARGUES e CASTRO, 2006)

Além disso, ressaltamos que a metodologia adotada por Sinhá e Samuel (2007) foi elaborada de forma sistematizada, visando a construção do sistema de medição partindo dos objetivos gerais dos programas e políticas para o seu desdobramento em medidas de desempenho específicas. Tal forma de elaboração de indicadores nos parece pertinente já que trata as medidas de desempenho não como índices isolados, mas como referências que têm significado no bojo de objetivos mais amplos e integrados.

Para desenvolvemos a metodologia de estruturação de um sistema de medidas que permite a avaliação de Programas Governamentais de Educação Ambiental, na área de políticas públicas, nos apoiamos também nos estudos de Ramos *et al.* (2007). Estes autores elaboraram também um sistema de indicadores. Neste caso, o objetivo foi possibilitar a avaliação da *performance* ambiental de instituições públicas, e para tal utilizaram o caso do setor de defesa. Os autores apontam que o desenvolvimento de indicadores para medir o desempenho da política de desempenho ambiental em diversos setores públicos ainda se constitui em uma questão emergente. De modo geral, os setores que já se debruçaram sobre esta questão são: agricultura, transporte, indústria, turismo e energia. Ramos *et al.* (2007) tratam de um aspecto relevante que consiste na estruturação de indicadores no nível da política de *performance* ambiental, integrados a sistemas de avaliação de *performance* de atividades públicas.

Ramos *et al.* (IDEM) reconhecem a especificidade das organizações públicas, tendo em vista os seus objetivos políticos e sociais. Há diferenças significativas entre as instituições do setor público e o setor privado, especialmente nos níveis de organização e funções, com seus princípios, objetivos, produtos e serviços específicos. Nos serviços públicos, segundo Boland e Fowler (2000 apud RAMOS *et al.*, 2007), não há tendência para maximização do lucro, existe baixo potencial para a geração de receita e geralmente a *performance* financeira não é determinada pela “*bottom line*” do balanço

contábil da organização. A maioria das instituições públicas ainda obtém recursos financeiros a partir do próprio Estado e deve prestar contas a várias partes interessadas. No entanto, atualmente, existem muitas organizações híbridas, fruto de parcerias público/privadas. Carter *et al.* (1992 apud Ramos et al, 2007) recomendam dispensar a dicotomia público/privado, identificando a propriedade/identidade das organizações a partir de um *continuum*, variando de órgãos públicos até uma empresa totalmente privada. Muitas das medidas de avaliação de desempenho superam a dicotomia público/privado e incidem sobre características que cortam esta divisão.

Embora nesta pesquisa não estejamos tratando da avaliação do desempenho ambiental de organizações públicas em si, reconhecemos que os Programas Governamentais de Educação Ambiental possuem nitidamente objetivos políticos e sociais, ao visarem “a construção de sociedades ecologicamente prudentes e socialmente justas” (LAYRARGUES In LOUREIRO, 2006, p. 13). Os objetivos políticos e sociais dos Programas de Educação Ambiental podem ser mais bem compreendidos se destacarmos a função das instituições públicas em nossa sociedade. Estas devem fornecer respostas às necessidades da sociedade no que se refere ao acesso igualitário a bens e serviços públicos, bem como à universalização de direitos, os quais impactam a dignidade da vida humana. Ressaltamos, então, que

em uma sociedade de classes, o Estado reproduz a dominação e legitima a expropriação, mas ao mesmo tempo possui a condição de, na disputa política, garantir o acesso justo aos bens que permitem a dignidade de vida e a universalização de um direito que socialmente é visto como indispensável a qualquer ser humano e à proteção e à preservação ambiental. (LOUREIRO, 2008, p. 13)

Logo, os Programas de Educação Ambiental no âmbito das políticas públicas devem atender as reais necessidades da sociedade, que são objeto da ação do Estado. Trata-se, então, de programas e projetos que possam contribuir para a seguridade dos direitos sociais, reafirmando-se as prioridades do público sobre o privado, do universal sobre o particular, da vontade coletiva sobre as vontades particulares. (SIMIONATTO, s/ano).

A aplicação do estudo de Ramos *et al.* (2007) à construção do sistema de indicadores para avaliação de programas governamentais de educação ambiental reside, entre outros fatores, na questão deste reconhecer, quando da definição de seus indicadores, que muitas organizações públicas produzem serviços, em vez de produtos. Seu estudo busca superar a aplicação de ferramentas de gerenciamento ambiental a

indústrias, gerando ferramentas aplicadas a organizações que produzem serviços. A “indústria” dos serviços consiste em uma área ainda não muito desenvolvida que carece de pesquisas (WELFORD *et al.*, 1998 apud RAMOS, 2007). Ramos *et al.* (2007) caracterizam um serviço por meio de uma descrição que se aplica aos serviços produzidos por instituições públicas e, no caso desta pesquisa, se aplica ao seu objeto: a educação ambiental. Serviços são intangíveis; a maioria dos serviços consiste em atos e interações; a produção e o consumo do serviço não podem ser sempre separados.

Estas características iluminam uma questão relevante nesta pesquisa à medida que o conjunto de indicadores a ser estruturado deve possibilitar a objetivação de resultados produzidos pelo serviço educacional e que, portanto, dependem da subjetividade daquele que formula, implementa o programa e aqueles que são os beneficiários da ação, ao mesmo tempo que a produzem. A metodologia proposta terá como objetivo abranger a dimensão quantitativa e qualitativa de levantamento e análise dos dados, a fim de favorecer medições, comparações, e julgamentos para a melhor compreensão do fenômeno estudado. (MINAYO, 2005)

A integração das considerações sobre desenvolvimento ambiental e sustentável em políticas setoriais e atividades econômicas consiste em um dos mais desafiadores objetivos no âmbito internacional. Hertin *et al.* (2001 apud RAMOS *et al.*, 2007) colocam que em áreas difíceis e contestáveis da política pública, há um risco de que o desenvolvimento ambiental e sustentável seja posto em posição secundária: um objetivo valioso, porém intratável.

Quando as políticas públicas precisam ser gradativamente mais flexíveis, abrangentes, cooperativas, a integração deve ocorrer pelo parâmetro da eficiência. Indicadores de políticas públicas constituem-se em um possível modo de garantir que as questões de sustentabilidade sejam consistente e transparentemente consideradas nas políticas públicas. Indicadores propiciam medidas de desempenho, informação e comunicação para as partes interessadas.

O objetivo europeu de prover uma estrutura coerente e comum para a integração de indicadores ambientais já está se tornando realidade em vários setores, tais como: transporte, comércio e agricultura. No entanto, segundo Ramos *et al.* (2007) apesar de sua importância social, ambiental e econômica, o setor público de modo geral permanece frequentemente omitido em estudos e abordagens para integração ambiental por setor.

Quanto à metodologia para construção de sistemas de medição, cumpre-se ressaltar também que embora haja uma variedade de estruturas para avaliar o desempenho ambiental e a sustentabilidade (exemplo destas estruturas consiste no trabalho realizado pela *Global Reporting Initiative* -GRI, 2002; Melo and Pegado (2002); Tyteca *et al.* (2002); Dias-Sardinha and Reijnders (2001), Wehrmeyer *et al.* (2001), Bennett and James (1999b), Young and Welford (1998), Epstein and Young (1998), Johnson (1998), Ditz and Ranganathan (1997) and Azzone *et al.* apud RAMOS, 2007), que abrangem uma diversidade de métodos e ferramentas, os indicadores quase sempre tem papel central. (RAMOS *et al.*, 2007) Para garantir que os indicadores de desempenho ambiental cumpram a função para a qual são planejados e para controlar o modo pelo qual são selecionados e desenvolvidos, torna-se de suma importância organizá-los em uma estrutura. Esta estrutura pode focar apenas em indicadores ou ser integrada em abordagens mais amplas de avaliação de desempenho. A diversidade de estruturas de indicadores ambientais como mostrado por diversos autores (HODGE,1997; RAMOS *et al.*, 2004c apud RAMOS *et al.*, 2007) tem levado ao aumento da dificuldade de comparação entre as organizações, setores e países, bem como está contribuindo para uma maior confusão no que se refere à terminologia, diferentemente, por exemplo, do caso do desempenho financeiro das organizações.

Outro ponto a ser mencionado consiste no fato de apesar de haver uma quantidade significativa de literatura sobre gestão do desempenho desenvolvida desde o final da década de 70 (Boland and Fowler, 2000 apud RAMOS, 2007). Estudos sobre a medição do desempenho no setor público são relativamente recentes. O desempenho ambiental no setor público integrado a gestão do desempenho global mostra-se substancialmente novo, com pouca literatura disponível.

O conceito de indicadores setoriais de políticas de desempenho ambiental ou indicadores ambientais globais utilizados no estudo de Ramos *et al.* (2007) incluem a avaliação do desempenho ambiental das políticas do setor público e das atividades neste setor no contexto das medidas gerais de gestão do desempenho, provendo informações relevantes para tomadores de decisão em nível estratégico e para o público em geral. O objetivo dos autores consistiu em estruturar um sistema de indicadores capaz de prover informações para a realização de avaliações entre as várias áreas do setor público, nos níveis nacional e internacional. Ou seja, os indicadores ambientais elencados possuem alto grau de informação agregada, a qual deve ser utilizada como o são os indicadores sócio-econômicos, de produto interno bruto (PIB), entre outros.

Para fins setoriais, os indicadores globais podem ser decompostos. Conseqüentemente, indicadores específicos dos setores devem ser acrescentados, já que a referida informação agregada pode não ser suficientemente abrangente para a análise da política e para a gestão em si (European Environment Agency (EEA), 1999 apud RAMOS, 2007). O estudo de Ramos *et al.* (2007) apresenta-se como uma referência relevante para a construção do sistema de indicadores objeto desta pesquisa, pois tem foco no setor público, visando avaliar o desempenho ambiental setorial frente os resultados das políticas públicas, estratégias, regulamentação mandatória e práticas voluntárias e/ou estandardizadas.

Neste ponto, destacamos um dos aspectos da pesquisa de Ramos *et al.*(2007) a ser aplicado na construção do sistema de indicadores sobre educação ambiental. O início da metodologia destes autores inclui uma análise do perfil ambiental, por meio da avaliação de como as práticas de gestão foram adotadas no setor e as principais atividades do setor militar (caso de estudo). Isto também incluiu uma avaliação dos aspectos e impactos. O estudo analisado discute como as atuais estruturas de indicadores ambientais podem ser integradas na gestão do desempenho global. Os indicadores encontrados pelos autores devem fornecer o suporte necessário à condução de avaliações de desempenho ambiental setorial.

Os autores em questão indicam referências de sistemas de indicadores ambientais aplicados ao setor público e ao setor de defesa. As iniciativas de estruturação de indicadores no setor público demonstram que este domínio mostra-se bastante recente no mundo, apesar de experiências como a do Canadá e do Reino Unido. Medir a *performance* ambiental consiste em um componente apenas do conjunto de estratégias para incorporar o desenvolvimento sustentável nas operações do governo e no setor público em geral. O levantamento realizado pelos autores citados indica uma grande variedade de abordagens e objetivos, bem como um consenso precário sobre as metodologias utilizadas neste novo domínio. Torna-se importante citar que a maioria dos exemplos tratados pelos autores, no que se refere aos indicadores, aponta para o fato de que a maioria dos trabalhos realizados na área não utiliza uma estrutura bem definida de indicadores com diferentes categorias, mas apenas desenvolvem uma lista de indicadores sem nenhum procedimento metodológico.

Para Ramos *et al.*(2007), devido à complexidade e características do setor de defesa, uma das primeiras atividades na definição dos indicadores deve ser, tal qual para Sinha e Samuel (2007), definir o quê avaliar, quais os impactos das organizações de

defesa, definindo as fronteiras da influência ambiental do setor. Avaliar a integração das questões ambientais com políticas setoriais, incluindo práticas de gestão consiste em um outro desafio significativo. Como enfatizado por Carter *et al.* (1992 apud RAMOS *et al.* 2007, p. 5), “trata-se de um reconhecido problema o fato de que um resultado de uma medida específica para uma política é quase impossível de se avaliar.”

Ramos *et al.* (2007) colocam que, apesar da proliferação de estruturas para indicadores ambientais, a maioria destas estruturas tem características similares. Entretanto, torna-se difícil imaginar que uma estrutura padrão de indicadores irá ser utilizada por todos os usuários. A obtenção de consenso e comprometimento entre as partes torna-se um processo muito difícil. Por outro lado, uma só estrutura provavelmente tornar-se-ia insuficiente para representar todos diferentes cenários ambientais e de sustentabilidade.

Os autores, considerando o estado da arte em estruturas de indicadores ambientais, buscaram desenvolver um sistema para ser aplicado no setor público em geral e em áreas específicas, incluindo organizações individualmente. O setor de defesa foi utilizado como estudo de caso. O objetivo consistiu em aplicar as melhores estruturas de indicadores, superar lacunas e responder ainda às demandas por integração no setor ambiental. O seu modelo buscou incorporar uma abordagem de análise de sistemas integrando as principais relações de causa-efeito entre diferentes categorias de indicadores de monitoramento de desempenho (atividade - PIa, pressões PIp, estado-PIs, impactos/efeitos - PIi e respostas - PIr ). O estudo incluiu indicadores de meta-desempenho – PIm, os quais visam avaliar em um nível mais geral o desempenho global dos indicadores de *performance* ambiental. As categorias de indicadores relativas a pressões, impactos/efeitos (quando disponíveis) e respostas permitem uma avaliação do desempenho ambiental. Já os indicadores de *meta-performance* avaliam diretamente o desempenho de todos os indicadores utilizados e indiretamente o desempenho ambiental do setor, combinando assim dados específicos e gerais no que tange o objeto da avaliação.

O modelo de Ramos *et al.* (2007) apresenta como um setor de atividades produz pressões sobre o ambiente, as quais modificam o estado deste ambiente. A variação do estado do ambiente implica impactos na saúde humana, nos ecossistemas e materiais, levando os setores, organizações e sociedade em geral a responder com medidas de políticas e de gerenciamento, tais como: procedimentos internos, informação, regulações e taxas. (Figura 2).

**Missões e Atividades: serviços e / ou produtos**  
(componentes: gerenciamento/administração, operacional, logística e treinamento/instrução)

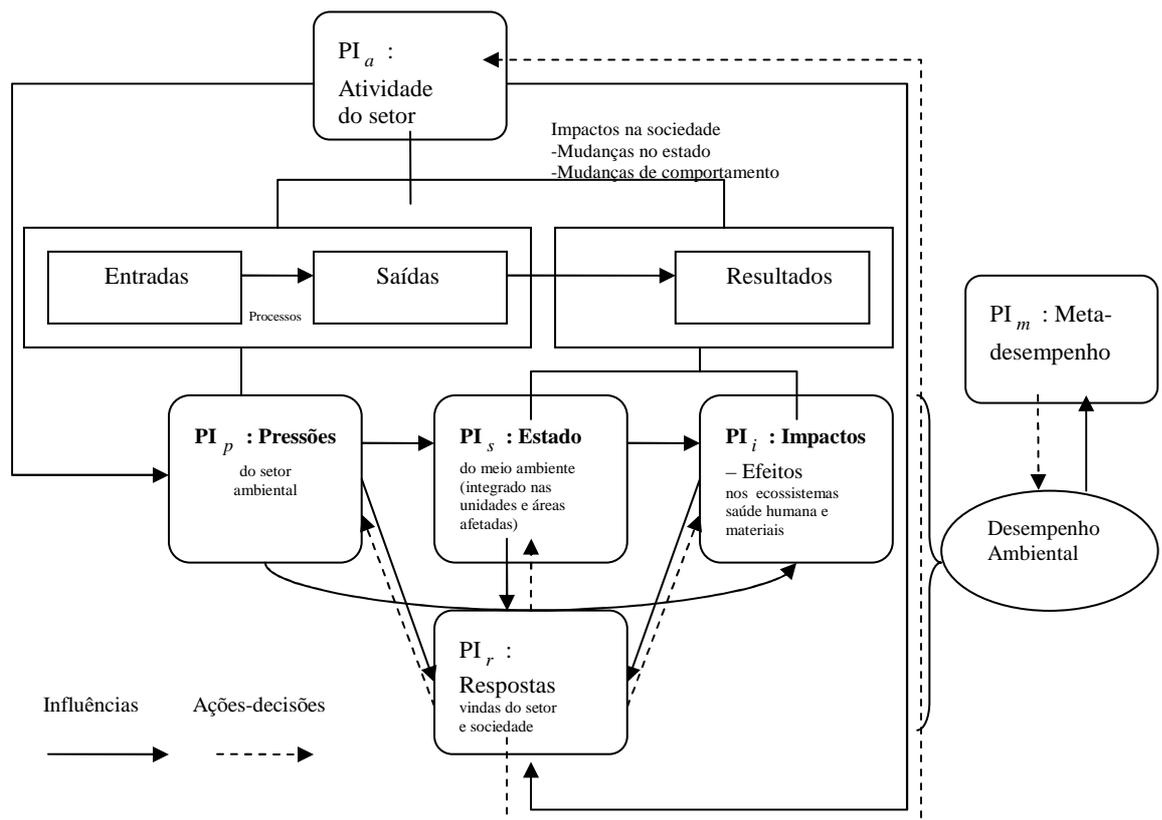


Figura.2: Estrutura do sistema de medição de RAMOS *et al.*(2007) aplicado ao desempenho ambiental do setor.

Fonte: RAMOS *et al.*, 2007, p. 417

Por fim, ressaltamos que principalmente as pesquisas apresentadas - Sinha e Samuel (2007) e Ramos *et al.* (2007) serviram de base para a criação do sistema de monitoramento e avaliação de Programas Governamentais de Educação Ambiental foco deste estudo. Cumpre ressaltar que, se, por um lado, sabemos que existem pontos em comum que unem tais estudos, como por exemplo, o fato de buscarem a avaliação de políticas públicas; por outro, apontamos para suas peculiaridades, como por exemplo, os seus objetos. Os setores de Transportes, Defesa e Educação parecem guardar especificidades bem definidas, as quais impossibilitam determinados “diálogos”, como

por exemplo, a mera transposição de parâmetros e medidas. Logo, destacamos que a utilização como referência dos estudos de Sinha e Samuel (2007) e Ramos *et al.* (2007), em momento algum levou-nos a negligenciar todo o rigor teórico e metodológico necessário a este processo.

Apresentaremos a seguir a metodologia desenvolvida para possibilitar a construção sistematizada do sistema de medição, para apoio ao monitoramento e avaliação de Programas Governamentais de Educação Ambiental.

### 3.4 DESCRIÇÃO DA METODOLOGIA PARA CONSTRUÇÃO DO SISTEMA DE MEDIÇÃO

As etapas da metodologia foram desenvolvidas com base nos estudos de Ramos *et al.* (2007), Ananda (2007) e Sinhá e Samuel (2007), considerando os desafios da avaliação de programas sociais no âmbito das políticas públicas (LOBO In RICO, 2007). A partir daí, a metodologia para desenvolvimento do sistema de indicadores foi construída, considerando também as demandas e desafios envolvidos com as questões de participação pública (CHESS e PURCELL, 1999); e os aspectos da utilização de informações qualitativas e quantitativas. (MINAYO, 2005; LOBO In RICO, 2007).

Segundo Sinhá e Samuel (2007), processos de avaliação são tipicamente necessários pelo menos por um dos seguintes motivos: a análise de investimentos propostos; de programas especiais; de atendimento a regulamentações obrigatórias; de impactos de programas após sua implementação; e a educação do público em geral, conscientizando-o sobre determinados benefícios de um projeto. A seguir, descreveremos o objetivo de cada etapa da metodologia de construção do sistema de medição, bem como sua aplicação ao caso dos Programas Governamentais de Educação Ambiental.

#### 3.4.1 Identificação do Objeto da Avaliação

Esta etapa diz respeito à seleção do escopo da avaliação. Trata-se da delimitação do objeto do sistema de medição. A partir desta definição será indicado o processo, a atividade e/ou o setor/campo sobre o qual será desenvolvido o sistema de avaliação e, que, portanto será alvo de sucessivas análises, sob diversos critérios, para possibilitar a

elaboração de uma síntese, o mais objetiva possível, capaz de apoiar a definição das medidas de desempenho do referido sistema.

No âmbito institucional, o modelo de avaliação por programa consiste em uma opção vantajosa, uma vez que atende o conjunto de iniciativas organizacionais ou decorrentes de exigências do Estado, ao mesmo tempo em que assegura a viabilidade de um sistema único de avaliação que permite que cada linha de ação tenha elementos específicos sendo monitorados. (FURNAS, 2008, a)

### **3.4.2 Avaliação Global do Perfil do Campo/Setor**

A análise do campo/setor do objeto da construção do sistema de medição em questão tem como principal objetivo garantir, a partir dos aspectos econômicos, sociais, políticos, ambientais, pedagógicos, culturais que permeiam tal campo, a identificação de requisitos que devem ser traduzidos posteriormente no sistema de medição em objetivos, variáveis e indicadores. Veremos a seguir o desdobramento desta análise em itens específicos .

#### **3.4.2.1 Caracterização do Campo/Setor alvo dos Processos de Avaliação**

Esta etapa da metodologia de construção de sistemas de indicadores para apoiar processos de monitoramento e avaliação de Políticas Públicas inclui uma descrição do setor em questão. Ou seja, para que a construção do sistema de indicadores ocorra de modo eficaz, faz-se necessário identificar o histórico do setor/campo, ou seja, em que bases foi constituído, como se desenvolveu e quais são os seus principais desafios. Inclui a natureza das atividades do setor/campo. Dependendo do setor em questão, seja este relacionado ao objeto do sistema de medição, ou seja, este o próprio objeto de tal sistema, deve-se enunciar a sua missão, as características das suas atividades, os seus processos com *inputs* e *outputs*; resultados, número e tipos de organizações, pessoal, instalações, material e equipamentos necessários.

#### 3.4.2.2 Análise da Legislação e das Políticas relativas ao Setor

Esta fase abrange a avaliação da integração das demandas/considerações do campo/setor nas políticas e na legislação. Pressupõe a seleção e análise dos documentos que expressam tal integração. Devem também ser indicadas possíveis tendências na elaboração de políticas para o setor e sua relação com as demais políticas públicas. Sempre que possível a análise deve permitir um diálogo com diferentes níveis de abrangência das políticas. Por exemplo: nível internacional e nacional; esfera federal, estadual e municipal. A análise realizada nesta etapa deve propiciar uma revisão das principais legislações afetas ao objeto do sistema de medição.

#### 3.4.2.3 Avaliação das Práticas relativas ao Objeto da Avaliação

Neste ponto, a análise deve deter-se na avaliação das práticas implementadas no âmbito do objeto da construção do sistema de indicadores. Isto pode incluir em um nível mais abrangente de análise as concepções que orientam/formam/definem tal campo. E em um nível mais específico as práticas típicas de cada uma das concepções analisadas.

#### 3.4.2.4 Identificação dos Aspectos e Impactos causados pelo Campo/Setor

Os aspectos e impactos referentes às atividades do campo/setor devem ser identificados, tendo em vista os resultados produzidos. Incluem os impactos significativos e não significativos; incluem impactos positivos e negativos. Acrescenta-se a esta análise, a indicação dos fatores internos e externos que geralmente desencadeiam o processo de implementação das atividades/processo do setor.

#### 3.4.2.5 Panorama da Avaliação no Campo/Setor

Esta etapa inclui a análise do estado da função avaliação referente ao objeto do sistema de medição. Torna-se pertinente um levantamento dos modelos de avaliação

disponíveis no campo/setor em questão. Cabe também a identificação de sistemas de medição de resultados de Programas e Políticas Públicas em áreas correlatas e/ou afetas.

O levantamento deve, então, incluir sistemas, modelos, normas e diretrizes para a avaliação de órgãos e setores públicos, bem como referências utilizadas no âmbito do setor em questão.

#### 3.4.2.6 Descrição do Processo relativo ao Objeto da Avaliação

Tendo em vista a avaliação da eficiência e eficácia, faz-se necessário incluir a descrição detalhada do processo relativo ao objeto em questão, incluindo os seus *inputs* e *outputs*, que permitem a identificação de requisitos e medidas adequadas de *performance*. Este item deve ser descrito quando o objeto do sistema de medição não for um setor/campo como um todo a ser avaliado e, sim, representar um subsistema do primeiro.

#### 3.4.2.7 Dimensões da Avaliação das Atividades do Campo/Setor

Torna-se importante identificar as dimensões da avaliação como mais uma das formas de orientar o escopo do estudo e distinguir as medidas de desempenho apropriadas para comporem o sistema de medição. Tais dimensões podem ser mais detalhadas em níveis. (SINHA e SAMUEL, 2007). Por exemplo, as dimensões e seus respectivos níveis para a avaliação de Programas de Educação Ambiental podem incluir “Entidades afetadas” - Participantes do Programa, Comunidade, Governo, Organizações dos participantes do Programa; “Área abrangida” - Residência do Participante, Instituição do Participante, Localidade/comunidade do Participante; “Espectro de Tempo” – curto, médio e longo prazo (a lista completa de dimensões e níveis de avaliação relativos a Programas de Educação Ambiental encontra-se no próximo capítulo).

#### 3.4.2.8 Outras Formas de Conceituar os Impactos causados pelo Campo/Setor

Na metodologia desenvolvida neste estudo, com base em Sinha e Samuel (2007), consideramos uma reflexão sobre outras formas de classificar os impactos do setor, como forma de melhor subsidiar a construção do sistema de indicadores. Pois as diferentes formas de identificação e conceituação destes impactos poderão conduzir a variadas formas de medição destes resultados. Em alguns momentos, facilitando impasses metodológicos.

São exemplos dessas classificações: impactos diretos e indiretos; impactos tangíveis e intangíveis; impactos internos e externos; impactos monetários e pecuniários; e impactos cumulativos e incrementais. (SINHA e SAMUEL, 2007)

##### 3.4.2.8.1 Partes Interessadas e Impactos dos Programas

Geralmente, políticas públicas, programas e projetos envolvem a mediação de interesses contraditórios das diferentes partes interessadas envolvidas, as quais devido aos seus diferentes lugares sociais identificam também de forma diferente custos e benefícios.

Daí Sinha e Samuel (2007) recomendarem o desenvolvimento de uma metodologia que incorpore todos os vários impactos de um projeto ou programa, incluindo aspectos sociais e culturais, para que seja possível a elaboração de um juízo de valor “equilibrado” e “imparcial”. Para os autores a consideração da multiplicidade de partes interessadas no Projeto ou Programa e a participação pública no processo de tomada de decisão tornam-se de extrema relevância. Neste sentido, a avaliação pode favorecer a construção de um consenso, se conseguir gerar um sistema de medidas que considere os maiores benefícios com os menores custos para todas as partes interessadas.

##### 3.4.2.9 Identificação dos Objetivos do Campo/Setor

Os objetivos da atividade, processo, campo ou setor precisam ser especificamente identificados para servirem de base para o desenvolvimento das

medidas de desempenho que compõem o sistema de medição. Material sobre os objetivos da atividade, processo, campo ou setor objeto da avaliação deve ser documentado para facilitar a análise.

Além disso, torna-se indispensável, nesta etapa, o levantamento dos objetivos ora mencionados com o envolvimento de todas as partes interessadas no objeto da avaliação. Além da documentação e material advindo da literatura, deverão ser incorporadas na análise as informações levantadas com os diferentes pontos de vista de tais partes interessadas. A definição de objetivos incorporando este tipo de informação permite não somente a busca pelo consenso entre interesses conflitantes, como também possibilita a identificação de questões específicas sobre o consenso obtido. Métodos e técnicas devem ser descritos e aplicados de modo sistemático para a obtenção de dados confiáveis.

### **3.4.3 Desenvolvimento das Medidas de Desempenho - Indicadores**

#### **3.4.3.1 Abrangência e objetivo do Sistema de Medição**

As metodologias para avaliar resultados geralmente dependem dos tipos de impactos que estão sendo investigados, do escopo e do tipo e tamanho do projeto, e de uma variedade de disciplinas que estão envolvidas no objeto da avaliação. (SINHA e SAMUEL, 2007) Além disso, no setor público pode-se trabalhar, em específico, com a abrangência das políticas públicas, buscando identificar os seus resultados. Assim, um sistema de medição precisa ter definido qual a sua abrangência e objetivo.

Por exemplo, a avaliação pode ser realizada no nível do projeto e/ou da rede de transportes. Se tratar do desenvolvimento de um projeto de transportes, pode ser específica para uma determinada etapa - a construção. (SINHA e SAMUEL, 2007). RAMOS *et al.* (2007) sugerem um sistema de medição que abranja o nível da política e das atividades de um determinado setor. E neste caso os indicadores devem ser capazes de medir os resultados da política.

Estudos desenvolvidos no âmbito organizacional indicam a necessidade de criação de um sistema único de avaliação que analise o cumprimento das diretrizes contidas em uma política institucional de educação ambiental e verifique modelos e projetos dos diferentes setores, integrados ao sistema. Tal sistema deve, portanto,

permitir o acompanhamento de cada iniciativa e do atendimento aos requisitos da política de modo global. (FURNAS, 2008b)

#### 3.4.3.2 Seleção do tipo de avaliação a ser contemplada no Sistema de Medição

Segundo Silva e Costa (2002), a avaliação de programas públicos pode ser orientada segundo várias direções metodológicas. A avaliação, por exemplo, pode ser diferenciada em avaliação formativa e somativa (SILVA e COSTA, 2002; UNICEF, 1990). A primeira envolve o levantamento sistemático de informações para a tomada de decisão durante as fases do Programa de Planejamento e Implementação, sendo orientada basicamente para o processo. Já a segunda propõe a realização da avaliação quando um determinado Programa está terminando ou já terminou de modo a se sintetizar os resultados, impactos e lições aprendidas. Este tipo de avaliação favorece o planejamento de atividades de acompanhamento e/ou de novos Programas.

Outra forma de desenvolver os processos de avaliação geral na gestão pública consiste na avaliação *ex-ante*; de processo - monitoramento ou seguimento; e avaliação *ex-post* - de resultados ou de impacto. A realização dos três tipos de avaliação de modo articulado mostra-se extremamente favorável no que diz respeito ao refinamento de dados e à análise da maturidade do próprio sistema de avaliação (metaavaliação). (SILVA, 2002)

A seleção do tipo de avaliação a ser contemplada no Sistema de Medição deve mostrar-se factível e coerente com seus objetivos.

#### 3.4.3.3 Seleção das Dimensões da Avaliação das Atividades do Campo/Setor

Depois de mapeadas as dimensões e níveis da avaliação no que se refere às atividades/processos/campo/setor em questão, deve-se nesta etapa definir quais aquelas que serão incorporadas no sistema de avaliação. Pois devido a fatores, tais como: disponibilidade de recursos financeiros, humanos e materiais; exequibilidade da avaliação, entre outros, pode-se optar por não se considerar todas as dimensões e níveis no sistema de medição proposto.

#### 3.4.3.4 Síntese dos Requisitos que o Sistema deve Abranger

A partir da caracterização global objeto da avaliação, incluindo a participação das partes interessadas, faz-se necessária a listagem de todos os requisitos gerados, fruto das análises até aqui realizadas (análises setoriais, de políticas públicas, de atividades/processos do setor, legislação, pontos de vista das partes interessadas, análise da avaliação no setor, etc.). Esta síntese de todos os requisitos levantados serve de base para a identificação das medidas de desempenho do sistema com maior precisão.

#### 3.4.3.5 Identificação dos Parâmetros da Avaliação

Sinhá e Samuel (2007) e Lobo (In RICO, 2007) apontam que os critérios mais comuns de avaliação consistiam naqueles de eficiência econômica. Dependendo da abrangência do projeto, os critérios ambientais de desenvolvimento econômico e socioculturais são levados em consideração. Recentemente, há um clamor por inserir o critério da efetividade do sistema e da equidade, incluindo, por exemplo, o critério da justiça social durante a avaliação. A avaliação de projetos públicos conseqüentemente deve reconhecer estas demandas.

Parâmetros de eficiência, eficácia, efetividade e equidade têm sido amplamente discutidos na literatura de avaliação de políticas públicas. (MINAYO, 2005; KAYANO e CALDAS, 2002; JANNUZI, 2005; GARCIA, 2001; COSTA e CASTANHAR, 2003), entre outros.

#### 3.4.3.6 Definição de Critérios para Identificação de Medidas de Performance

Neste ponto, cabe a definição dos critérios com base nos quais serão organizadas e geradas as medidas de *performance* para comporem o sistema de medição. Referências nacionais e/ou internacionais devem ser utilizadas para servirem de matriz de desenvolvimento de medidas de desempenho, junto com os requisitos listados, as dimensões e os parâmetros a serem abordados no sistema de medição.

Por exemplo, a Norma ABNT NBR ISO14031 Gestão Ambiental – Avaliação do Desempenho Ambiental – Diretrizes (2004) se constitui em uma referência

internacional para orientar a elaboração de sistema de medição do desempenho na área ambiental.

#### 3.4.3.7 Identificação, Seleção e Classificação das Medidas de Desempenho

Esta etapa inclui de forma decisiva a definição das medidas de desempenho para a avaliação dos objetivos identificados, de modo hierarquizado. Sinhá e Samuel (2007) recomendam a definição das seguintes medidas de *performance*, partindo-se do geral para o específico.

Tabela 7: Hierarquia de Resultados Esperados

Hierarquia de Resultados Esperados	Descrição
Diretrizes	Parâmetros de Avaliação (eficiência, eficácia, equidade). De forma geral, descreve o que se deve alcançar.
Objetivo Geral	Estado final desejado referente a um esforço empreendido, deriva das diretrizes.
Objetivo Específico	Afirmção específica que funciona como um desdobramento do objetivo geral, como instrumento para alcance daquele objetivo.
Medida de Performance	Objetivo especificado de uma forma mensurável. Indicador de desempenho, Indicador de performance, Atributo de performance.
Critério de Desempenho	Definição específica atrelada a uma medida de performance.
Padrão de Desempenho	Valor estabelecido para um critério de performance que claramente define o estado desejável do estado indesejável, no que diz respeito ao desempenho. Nível mínimo de um serviço. Definição do nível mínimo esperado para o critério de desempenho.

FONTE: Adaptado de SINHÁ e SAMUEL, 2007, p. 22

Esta etapa também deve incluir a participação das partes interessadas, as quais devem indicar o que deve ser medido, inclusive podendo enunciar indicadores de desempenho. Sabendo-se que a avaliação deve cumprir sua função de *accountability* e de educação pública (LOBO In RICO, 2007) os beneficiários de um sistema adequado de medição são todas as partes interessadas envolvidas no objeto da avaliação. Devem ser respeitados os diferentes pontos de vista do que se torna relevante para cada uma das partes interessadas acompanharem como resultados.

#### 3.4.3.8 Adoção de Critérios para a Priorização das Medidas de Desempenho

Caso durante a fase de identificação, seleção e classificação dos indicadores, haja uma disputa entre quais seriam os mais apropriados para compor o sistema, uma análise por especialistas deve ocorrer de modo a viabilizar a definição daquelas medidas prioritárias e mais eficazes para compor o sistema. As medidas devem ser ordenadas segundo as seguintes características (SINHA e SAMUEL, 2007): adequação, dimensão, mensurabilidade, realidade, previsibilidade, justificativa. Recomenda-se que os resultados desta análise devam ser documentados. Assim, se durante a testagem do sistema, for necessário realizar a alteração de medidas de *performance*, a manutenção do histórico da priorização dos indicadores permitirá uma substituição mais fundamentada dos mesmos.

#### 3.4.3.9 Definição da Sistemática de Avaliação

O Sistema de Medição, uma vez concluído, abrange todas as medidas de desempenho para a avaliação dos objetivos identificados para os Programas Governamentais de Educação Ambiental de modo hierarquizado. Porém, por ser o sistema de medição um conjunto integrado e organizado de medidas, este traz consigo uma dinâmica própria de avaliação, ou seja, existe um conjunto de procedimentos, regras e formas de aplicação para uso do sistema.

A explicitação da forma de operacionalização do sistema de monitoramento e avaliação deve ser descrita de modo que os seus usuários possam proceder a avaliação de acordo com a sistemática prevista, ainda que esta seja flexível e possibilite várias maneiras de uso do sistema.

#### 3.4.3.10 Validação do Sistema e Hierarquização de Medidas de Desempenho

Nesta etapa, o sistema deve ser validado por especialistas, não necessariamente os que selecionaram as medidas de *performance* (caso esta etapa tenha ocorrido) por questões operacionais. A validação abrange a análise crítica e aprovação do sistema de

medição, bem como da sistemática de avaliação, se esta existir. Ajustes serão analisados e efetuados, se necessário, a partir dos comentários dos especialistas.

Após a validação do sistema de monitoramento e avaliação, recomenda-se o uso do método AHP – *Analytic Hierarchy Process* para facilitar a composição dos indicadores de uma categoria de medida de *performance* de forma hierarquizada, a qual deve expressar a síntese ponderada das preferências dos especialistas. (ANANDA, 2007, CHATZIMOOURATIDIS, e PILAVACHI, 2008; BOZBURA *et al.*, 2007) A partir de seu apoio à decisão sob múltiplos critérios, este método contribui para tratar a subjetividade inerente a um processo decisório complexo. Outro fator de suma importância para a indicação deste método nesta etapa da metodologia de construção do sistema de medição consiste no fato deste basear-se no princípio de que a experiência e o conhecimento dos tomadores de decisão (especialistas) são valiosos, inclusive, algumas vezes fruto de conhecimento tácito (NONAKA e TAKEUCHI, 1997). A expertise dos tomadores de decisão permite avaliar em conjunto critérios tangíveis e intangíveis para hierarquizar as alternativas propostas.

Na visão de Duke e Aull-hyde (2002) há relativamente ainda poucas aplicações do método AHP no apoio à resolução de problemas associados a recursos naturais e meio ambiente. Além disso, estes autores destacam uma característica importante deste método, considerando a sua aplicação no âmbito da metodologia de construção de um sistema de medição para monitoramento e avaliação de Programas de Educação Ambiental. Como o AHP não consiste em um método baseado em estatística, a amostra de 1 (um) tomador de decisão é suficiente para a sua aplicação. Seu desenho original visou habilitar 1 (um) indivíduo a selecionar uma alternativa entre várias. Entretanto, a metodologia foi estendida para o uso com grupos de decisores. Considerando estas características do método, os estudos na área ambiental que utilizam o método AHP tendem a realizar o levantamento de dados com um número relativamente pequeno de *experts* ou gestores.

Neste ponto da metodologia de construção do sistema de medição, uma análise deve ser realizada para verificar se, diante das características do sistema de monitoramento e avaliação proposto, torna-se possível o uso das técnicas previstas pelo método AHP, segundo os seus critérios e etapas. Dentre estas destacamos o estabelecimento de prioridades entre os indicadores pela realização de sucessivos julgamentos baseados em comparações par a par e o teste de consistência de tais análises. Sabemos que o aumento do número de atributos a serem hierarquizados pode

tornar a tomada de decisão por parte dos especialistas inviável para a cognição humana. (ANANDA, 2007) Um problema com 7 (sete) alternativas e 7 (sete) atributos exigirá 168 (cento e sessenta e oito) comparações par a par. (MACHADO, GOMES e CHAUVEL, 2003). As limitações da cognição humana devem ser levadas em consideração na construção do modelo AHP, na estruturação das comparações par a par, incluindo o número de fatores. (MASOZERA *et al.*, 2006). Caso não seja recomendável o uso na íntegra do método AHP, sugere-se, então, a adoção de seus princípios para organizar a hierarquização das medidas do sistema construído.

A seguir, na etapa de validação, as medidas de desempenho devem ser ponderadas para identificar o peso de cada uma delas para o alcance do objetivo ou diretriz a qual está vinculada. Após a conclusão desta etapa, a apresentação do sistema concluído deve ser realizada.

#### 3.4.3.11 Aplicação do Sistema de Medição com a Definição dos Padrões de Desempenho para as Medidas de Desempenho

O sistema de medição deve ser testado de modo que este permita na prática o acompanhamento e avaliação do objeto selecionado. Neste caso que a aplicação do sistema ocorrerá em uma situação real de medição, caberá ao grupo envolvido com a aplicação do sistema definir os padrões mínimos de desempenho para os critérios e medidas de performance, de modo que o sistema possa permitir o seu uso para análises e avaliações mais realísticas.

#### 3.4.3.12 Conclusão do Desenvolvimento do Sistema de Medição

Após a testagem do sistema, uma análise crítica do ponto de vista metodológico deve ser realizada. A participação das partes interessadas e pessoas envolvidas na testagem deve ser incluída, propiciando análises de diferentes pontos de vista.

## **4 ESTUDO DE CASO**

Apresentaremos neste capítulo os resultados da aplicação da metodologia de construção do sistema de medição para apoio à avaliação de Programas Governamentais de Educação Ambiental no âmbito das Políticas Públicas. Em geral, podemos afirmar que tal construção requer a utilização de parâmetros de avaliação, os quais, por sua vez, são desdobrados em sucessivas formas específicas de operacionalização, entre estas, medidas indiretas, que devem ser calculadas a partir da identificação e quantificação dos resultados obtidos. Em geral, denomina-se essa outra categoria de medidas de **indicadores** (COSTA e CASTANHAR, 2003) (grifo do autor)

Segundo Jannuzzi (2005), os procedimentos de construção dos indicadores, medidas operacionais dos conceitos selecionados no sistema de medição, devem ser claros e transparentes, as decisões metodológicas precisam ser justificadas e as escolhas subjetivas devem ser explicitadas de forma objetiva. “Transparência metodológica é certamente um atributo fundamental para que o indicador goze de legitimidade nos meios técnicos e científicos, ingrediente indispensável para sua legitimidade política e social” (p. 141) e, portanto, também todo o sistema de monitoramento e avaliação.

### **4.1. ETAPAS DA METODOLOGIA DE CONSTRUÇÃO DO SISTEMA DE MEDIÇÃO**

#### **4.1.1 Identificação do Objeto da Avaliação**

Nesta pesquisa, o sistema de medição foi desenvolvido para a avaliação de Programas Governamentais de Educação Ambiental não-formais, como instrumentos de políticas públicas setoriais.

#### **4.1.2 Avaliação Global do Perfil do Campo/Setor**

Conforme citado anteriormente, ressaltamos que esta parte da metodologia de construção de sistema de monitoramento e avaliação de Programas Governamentais de Educação Ambiental visa a análise minuciosa do campo/setor do objeto de avaliação.

Tal análise tem como objetivo identificar, de modo abrangente e estruturado, os requisitos que o referido sistema de monitoramento precisará abarcar. A seguir descreveremos as conclusões obtidas em cada uma de suas etapas.

#### 4.1.2.1 Caracterização do Campo/Setor alvo dos Processos de Avaliação

A caracterização do Campo/Setor alvo dos Processos de Avaliação encontra-se descrita no capítulo 2, item 2.8. Assinalamos abaixo os principais pontos que marcam a constituição do campo da Educação Ambiental que influenciam as suas políticas e a definição do sistema de monitoramento e avaliação em questão. Tal campo se caracteriza pela multiplicidade de orientações teórico-metodológicas. Sendo a avaliação um ato político, as disputas no campo da educação ambiental tendem a enfraquecer a função avaliação à medida que não há necessariamente um amplo debate e uma prática instituída de análise de programas e projetos. Isto se mostra extremamente grave quando falamos da avaliação de programas e projetos no âmbito das políticas públicas, dada a sua relevância social e a abrangência de seus impactos no cenário nacional.

Neste estudo, diante das múltiplas abordagens que orientam a educação ambiental no país e das suas conseqüências para a constituição de diferentes abordagens para a avaliação, optamos por basear a construção do sistema de monitoramento e avaliação de Programas Governamentais de Educação Ambiental a partir da Tendência Socioambiental ou Política (LIMA, 2005), também denominada de Visão Emancipatória ou Transformadora (LOUREIRO In LOUREIRO, LAYRARGUES e CASTRO, 2006).

Tal seleção ocorreu em função da sua capacidade de atender às exigências que emergem quando a proposta de avaliação se destina a Programas Governamentais fruto de políticas públicas. Vejamos, então, os critérios utilizados para a seleção da concepção de Educação Ambiental mencionada.

a) A tendência de Educação Ambiental subjacente ao sistema de monitoramento e avaliação deve propiciar a implementação dos objetivos e princípios de uma política pública social. As políticas públicas têm como objetivo maior o acesso e a ampliação de direitos aos cidadãos. Neste caso, tratamos especificamente do direito “ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida” (Art. 225 da Constituição de 1988), bem como de todo e qualquer

direito social ao primeiro associado. Neste contexto, atribui-se ao “Poder Público e à coletividade o *dever* de defendê-lo e preservá-lo para os presentes e futuras gerações” (IDEM).

Na ótica das Políticas Sociais, onde se inscrevem os Programas Sociais Governamentais, o foco maior consiste no desenvolvimento humano, distanciando-se das concepções estreitas que tendem a reduzir o desenvolvimento meramente ao econômico e ainda daquelas que consideram o ser humano, porém apenas como instrumento ou beneficiário passivo da produção de riqueza e bem-estar. Draibe (2005) aponta a necessidade de diferenciação também da noção de desenvolvimento adjacente a determinadas políticas que o vêem como atendimento às necessidades básicas de grupos despossuídos. Esta concepção focaliza somente urgências sociais sem a ampliação dos êxitos já alcançados e das oportunidades e potencialidades desses mesmos grupos carentes, sem contar a consolidação dos direitos alcançados pela sociedade. Registramos ainda que o foco no desenvolvimento social não exclui o desenvolvimento econômico.

A autora destaca que **“a política social voltada para o desenvolvimento humano tem como fundamentos os direitos sociais, a equidade e a igualdade, supondo ainda a gestão integrada e eficiente dos programas.”** (DRAIBE, 2005, p. 4) (grifo nosso) A proposta de avaliação presente neste estudo reflete este fundamento, o qual sustenta, entre outros elementos na pesquisa, a escolha da concepção de educação ambiental que norteia a construção do sistema de medição. Neste caso, a Tendência Socioambiental expressa pela Educação Ambiental Transformadora incorpora, na sua concepção e prática, categorias estruturantes, tais como: práxis, justiça socioambiental, mudança social, e participação; vendo o sujeito, beneficiário do Programa, como histórico (se define na existência coletiva). As demais concepções envolvem outras categorias, como por exemplo, ética e valores relacionados à justiça socioambiental (ética ambiental individual), mudança cultural; considerando o beneficiário do Programa um ser social genérico (define sua existência no exercício da sua individualidade, com valores pessoais. A soma de todos os indivíduos formaria a coletividade).

b) Para concretizar no campo da Educação Ambiental os princípios das políticas públicas, a concepção presente na proposta de avaliação deve alinhar-se e enfrentar os desafios, por decorrência, da gestão ambiental, definida neste caso como

um processo de mediação de interesses e conflitos entre atores sociais que agem sobre os meios físico natural e construído. Esse processo de mediação define e redefine, continuamente, o modo como os diferentes atores sociais, através de suas práticas, alteram a qualidade do meio ambiente e também como se distribuem na sociedade, os custos e os benefícios decorrentes da ação desses agentes. (PRICE WATERHOUSE – GEOTÉCNICA, 1992, apud UEMA, 2006, p. 83)

Neste caso, a tendência de Educação Ambiental selecionada implementa sua proposta na concretude da realidade socioambiental tratada, incluindo categorias como conflito e assimetria de poder entre os sujeitos dos Programas (UEMA, 2006; QUINTAS, 2009). As demais concepções não trabalham com tais categorias, restringindo-se ao consenso, à mudança de valores e à mudança na “qualidade” das relações sociais via “diálogo e harmonia” (LIMA, 2005).

c) Por se tratar da avaliação de Programas Governamentais fruto de Políticas Públicas, a tendência selecionada deve propiciar a implantação de Programas e Projetos de Educação Ambiental que atuem na esfera da cidadania. Portanto, as categorias de organização e participação (ACSERLAD, 1993) devem fazer parte de sua fundamentação teórica e prática, incluindo a participação social no mais alto degrau de sua escada (ARNSTEIN, 1969, 2002). A Tendência Socioambiental expressa pela Educação Ambiental Transformadora incorpora a mobilização, organização, participação e o controle social. As demais tendências como a Culturalista e a Integradora podem trabalhar a questão da participação, porém de forma limitada, tendo como eixo a solidariedade comunitária, por exemplo, o que pode incluir a realização de atividades como mutirões, ajudas mútuas, sistemas de vizinhança, onde o encontro, a harmonia e o consenso são marcas sociais.

Neste ponto, há de se mencionar que a incorporação da categoria conflito nos Programas resultantes da concepção transformadora de educação ambiental consiste em um dos pontos centrais na diferenciação desta concepção para as demais aqui tratadas. Por isso, dada a centralidade desta categoria, Oliveira (2001) destaca que a “noção de cidadania que deve nortear a tentativa de mensurar os processos e estoques de bem-estar e qualidade de vida refere-se ao indivíduo autônomo, crítico e reflexivo, longe portanto, do indivíduo-massa; trata-se de uma aquisição por meio do conflito.” (p. 12 e 13) A educação ambiental transformadora abarca a possibilidade de mediação e resolução de conflitos, os quais envolvem sujeitos concretos em oposição às tendências que lidam com o consenso e sujeitos “genéricos” e idealizados. Por fim, faz-se necessário concluir que a concepção transformadora de educação ambiental considera a historicidade dos

processos sociais e dos conceitos, as condições socioeconômicas de produção dos fenômenos e as contradições sociais, o que permite a organização e implantação de um processo educativo crítico, participativo e complexo, conforme o requerido por programas e projetos governamentais no âmbito das políticas públicas.

Lembramos que os critérios citados para a seleção da concepção de educação ambiental para embasar o sistema de monitoramento e avaliação não são exaustivos, mas tratam das exigências que emergem no mais alto grau de complexidade de estruturação de Programas decorrente das qualidades e objetivos de uma política pública. Entendemos que ao atender este grau de complexidade, incluímos desde os níveis mais simples de desenvolvimento e avaliação de programas, por exemplo, pode-se ter um programa meramente informativo no âmbito de políticas públicas, até os níveis mais complexos de um Programa Governamental, fruto de políticas públicas na verdadeira acepção da palavra, o qual propicia a organização e a intervenção dos sujeitos, capazes de atuar de forma participativa desde a concepção do próprio Programa até a sua própria avaliação.

Logo, a elaboração do sistema de monitoramento e avaliação teve como premissa o fato de que ao atender as exigências dadas pela complexidade deste último tipo de programa, os demais se encontrariam englobados nos princípios, práticas e indicadores presentes e subjacentes ao sistema. Da mesma forma que as demais tendências de educação ambiental também encontrar-se-iam representadas, uma vez que seus princípios de disseminação de informações, conservação dos recursos naturais e desenvolvimento cultural também podem ser medidos segundo as diretrizes, objetivos e indicadores no âmbito do sistema proposto. Sugerimos que esta premissa seja testada em estudos futuros que contemplem a avaliação dos diversos tipos de programa, advindos das diversas tendências em Educação Ambiental.

Não podemos deixar de explicitar, ainda, que a função avaliação exige o julgamento de mérito (MINAYO, 2005) e que “não há neutralidade nos caminhos utilizados em uma atividade avaliativa”, ou seja, avaliamos para “afirmar valores e induzir mudanças em uma dada direção”. (SOUSA e LOPES, 2010, p. 54) Neste caso, a possibilidade de todos os programas serem analisados à luz do sistema de medição criado os levará a serem analisados com a mesma referência de amplitude, complexidade e objetivos a alcançar daqueles resultantes dos requisitos das políticas públicas sociais e setoriais, da gestão ambiental pública e da própria da concepção transformadora de Educação Ambiental. Não excetuando, no entanto, a possibilidade de

análises mais simplificadas e circunstanciais de acordo com os diversos parâmetros de avaliação estabelecidos no sistema de medição.

#### 4.1.2.2 Análise da Legislação e das Políticas relativas ao Setor

O campo da Educação ambiental se constitui ao mesmo tempo em que se expressa pela legislação específica sobre o assunto (LEI n.º 9795/99, DECRETO n.º 4281/02); por documentos oficiais – PRONEA, PROFEA, Documento técnico “As Diferentes Matizes da Educação Ambiental no Brasil 1997 – 2007”, entre outros. (MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE, 2005b, 2006a, 2008); bem como por documentos aceitos e referenciados por especialistas da área com ampla disseminação no campo (Tratado de Educação Ambiental para Sociedades Sustentáveis e Responsabilidade Global, 1992). Neste estudo, foram analisados tais documentos, em especial a Política Nacional de Educação Ambiental, instituída pela LEI n.º 9795, de 27 de abril de 1999, os quais foram desdobrados em requisitos a serem incluídos no sistema de monitoramento e avaliação.

#### 4.1.2.3 Avaliação das Práticas relativas ao Objeto da Avaliação

No caso da Educação Ambiental, abordamos as diversas concepções que organizam o campo (LIMA, 2005; GUIMARÃES, 2006; MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE, 2004b), bem como práticas e características de cada uma destas concepções.

As concepções e tendências em Educação Ambiental foram apresentadas e discutidas no capítulo 2, item 2.8. Esta discussão propiciou a identificação de uma multiplicidade de formas de se pensar e implementar a educação ambiental. Verifica-se que tal diversidade no campo da educação ambiental tem impacto na estruturação do sistema de medição à medida que abrangem objetivos e resultados diferentes. Embora no âmbito dos resultados planejados e alcançados não haja uma explicitação na literatura das diferenças entre a sua abrangência e profundidade no que tange ao objetivo maior da educação ambiental – a construção de sociedades ambientalmente equilibradas e socialmente justas.

Das concepções apresentadas, consideraremos duas abordagens: a convencional e a transformadora para tratar das práticas relativas ao campo da Educação Ambiental. (LAYRARGUES In LOUREIRO, LAYRARGUES e CASTRO, 2006; LOUREIRO IN LOUREIRO, LAYRARGUES e CASTRO, 2006). Embora tenhamos o risco da simplificação do gradiente de correntes e tendências existentes no campo (LIMA, 2005; GUIMARÃES, 2006); por outro lado, trabalharemos com conceitos mais bem definidos e de mais fácil compreensão pelas partes interessadas nos Programas de Educação Ambiental, gerando também medidas de desempenho mais precisas. De qualquer forma, também não queremos dizer com isso que as demais correntes não inclusas explicitamente ao longo do estudo de caso não foram contempladas no sistema de medição, devido ao tipo de resultados que produzem e a abrangência do sistema construído.

A seguir, trataremos das práticas pedagógicas no campo da educação ambiental no âmbito da tendência convencional e transformadora. Estes tipos de prática são de grande relevância para este estudo, pois se constituem em mais um conjunto de requisitos de processo, além daqueles advindos da descrição de seus *inputs* e *outputs* (ver 4.1.2.6).

#### 4.1.2.3.1 Educação Ambiental – diferentes concepções e práticas pedagógicas

Consideramos a educação ambiental convencional aquela em que a mudança ambiental deve ser resultado de mudanças culturais, não implicando mudanças na organização e manutenção da sociedade tal qual esta se organiza. A educação ambiental transformadora visa, por outro lado, a obtenção de mudanças ambientais por meio das mudanças sociais. (LIMA, 2005; LAYRARGUES In LOUREIRO, LAYRARGUES e CASTRO, 2006). Comparamos estas diferentes concepções considerando a sua aplicação no âmbito do processo de estruturação de um Programa de Educação Ambiental.

Tabela 8: Educação Ambiental – diferentes concepções e práticas pedagógicas

Educação Ambiental	Convencional	Transformadora
Enfoque	Individual	Individual e coletivo
Público alvo	Grandes populações afetadas pelos grandes problemas ambientais que afetam a humanidade.	Grupos sociais específicos em determinadas realidades socioambientais degradadas.
Crise Ambiental	Soma dos usos individuais desmedidos e desiguais dos recursos naturais. A crise consiste na falta de ética ambiental dos indivíduos, trata-se de uma questão moral.	Acesso e uso aos recursos naturais desmedidos e desiguais pela sociedade/grupos sociais tal qual esta está estruturada. A crise é intrínseca ao modo de produção.
Problemas ambientais	Prevenção e solução de problemas ambientais dependem da ação individual. A soma da mudança de comportamentos individuais poderá promover a solução da crise ambiental. Transformação da sociedade seria resultado da transformação individual dos seus integrantes.	Prevenção e solução de problemas ambientais dependem da compreensão e busca da superação das causas estruturais dos problemas ambientais por meio da ação coletiva e organizada. Transformação da sociedade ocorre por meio da organização e da participação qualificada de grupos sociais.
Solução da crise ambiental	Adoção pelos indivíduos e instituições de práticas sustentáveis de uso dos recursos naturais. As soluções tecnológicas resolvem/minimizam os problemas ambientais causados pela ação antrópica sobre o ambiente.	Adoção de soluções inovadoras na produção e sustentação da sociedade/grupos sociais (por exemplo, economia solidária); e implementação de mudanças estruturais na distribuição desigual ao acesso, uso e gestão dos recursos naturais, considerando os grupos sociais excluídos. Adoção de mecanismos de conservação/redistribuição dos recursos naturais enquanto política pública
Problematização	Como os indivíduos estruturam seu modo de vida? Qual a relação do seu modo de vida para o aumento da pressão sobre os recursos naturais?	Como a sociedade está estruturada? Qual a relação da estrutura da sociedade para o aumento da pressão sobre os recursos naturais e aumento da injustiça social?
Interesses contraditórios e conflitos	Não explicita interesses contraditórios e conflitos.	Explicita interesses contraditórios e conflitos. Discute formas de mediação e resolução de conflitos.
	Trabalha no espaço do que é comum à maioria dos indivíduos, independente de seu lugar social. Ética ambiental individual.	Enfatiza a negociação de interesses contraditórios a partir da posição de diferentes grupos sociais.
	Consenso – “precisamos mudar o mundo, todos e todas.”	Conflito: “os benefícios e os custos da ação do ser humano sobre o ambiente são diferentemente distribuídos entre os grupos sociais”.
Mudança	Foco na mudança cultural Mudança de hábitos e valores dos indivíduos	Foco na mudança social Organização individual e coletiva de grupos sociais/população para resolver situações de acesso, uso e gestão desigual dos recursos.
Objetivo	Mudança de hábitos e atitudes, construção de conhecimento acerca dos desafios ambientais planetários	Participação e controle social voltada para o uso democrático dos recursos. Conhecimento dos desafios ambientais planetários a partir da realidade local.
Abrangência	Organizacional	Políticas Públicas
Características dos programas	Foco na informação, preparar para a ação por meio da informação	Foco na ação, aprender intervindo para mudar a realidade

Planejamento do Programa	Planejamento definido pela equipe de implementação do programa.	Etapas do programa definidas a partir das necessidades dos grupos sociais que serão atendidos pelo programa. Sujeitos representativos dos grupos sociais a serem atendidos selecionados para participar do planejamento. Planejamento detalhado a partir da etapa de diagnóstico participativo do programa. Utilização de metodologias participativas (DRP, pesquisa participante).
Formato	Padronizado	Personalizado
Conteúdo	Enfoque ecológico	Enfoque interdisciplinar
	Definido pela equipe de planejadores.	Seleção/construção com o grupo (público alvo) dos conteúdos do programa.
Conhecimento	Ênfase no saber científico.	Ênfase na relação do saber popular com o científico
Currículo	Aprender a partir do acesso a informações e conceitos	Aprender com a práxis (dialética ação-reflexão-ação)
Metodologia	Centrada na disseminação de informações pré-estabelecidas pela equipe de formuladores do programa.	Centrada na produção e aquisição de conhecimento, por meio da participação dos grupos envolvidos no programa educativo, a partir de questões que afetam a qualidade de vida do grupo no ambiente
	Pode envolver técnicas de ensino que contemplem desde a exposição dialogada até o trabalho e dinâmicas de grupo.	Pode envolver técnicas de ensino que contemplem desde a exposição dialogada até o trabalho e dinâmicas de grupo. Inclui metodologias de diagnóstico participativo (Diagnóstico Rápido e participativo/Pesquisa Participante).
	Metodologia de projetos aplicada principalmente à multiplicação dos conhecimentos aprendidos e a mudanças em práticas de uso dos recursos naturais pelo indivíduo, organização e comunidade.	Metodologia de projetos aplicada principalmente à articulação e integração institucional para a resolução de problemas que afetam grupos sociais específicos no âmbito das políticas públicas.
Material educativo	Material didático produzido pela equipe de implementadores para execução do programa e alcance da maior parte possível da população, independente de questões socioambientais locais.	Material didático confeccionado pela equipe de implementadores junto com o público alvo do programa educativo, a partir das questões socioambientais levantadas pelo grupo a serem tratadas. Utilização do material na implementação do programa para os grupos sociais específicos, tendo em vista situações de conflito ou problemas ambientais locais identificadas.
Processo educativo permanente	Processo educativo deve fomentar a multiplicação de idéias e conceitos para novos indivíduos	Processo educativo culmina em ações estruturantes que impactam no acesso, uso e gestão de recursos, e na geração de novos direitos a serem aplicados a grupos sociais.
Práxis	Disseminar informações para indivíduos para aumentar a abrangência do programa, indivíduos que repassam informações para outros em cadeia.	Pensar e agir sobre a realidade, na resolução de problemas socioambientais de um determinado grupo social excluído.
	Em geral, abrange projetos de intervenção sem mudanças estruturais na vida das pessoas, tendem a não alterar a forma como há a distribuição de recursos pelos diferentes grupos sociais.	Visam projetos que tragam mudanças estruturais na vida das pessoas.

#### 4.1.2.4 Identificação dos Aspectos e Impactos causados pelo Campo/Setor

Descreveremos a seguir os fatores que geram as demandas por Programas de Educação Ambiental, bem como os impactos causados por sua implementação. Em termos de Gestão Ambiental, fatores internos e externos promovem o incentivo ou a obrigatoriedade da criação, implementação/execução e avaliação de Programas de Educação Ambiental no âmbito das Políticas Públicas. No âmbito interno da ação estatal, atualmente existem os Programas compulsórios, tais como: aqueles no âmbito do licenciamento (DECRETO 4281, de 25/06/2002); ou aqueles executados a partir da Lei Federal nº. 9991/2000; regulamentados pela Resolução ANEEL nº. 17.605, sob responsabilidade de concessionárias de energia elétrica, com foco na eficiência energética, entre outros. Existem os Programas fruto de Políticas Públicas, porém sem obrigatoriedade em Lei, como por exemplo, aqueles implementados no âmbito do Sistema Nacional de Recursos Hídricos em função da Lei nº. 9433, de 08/01/1997; ou ainda, o PEAMSS – Programa de Educação Ambiental e Mobilização Social em Saneamento, desenvolvido pelo Ministério das Cidades.

No âmbito externo, há os programas desencadeados por demandas da sociedade civil e que, portanto, se inseridas na agenda pública, se tornarão Programas correntes, fruto da ação estatal; caso contrário, podem ser realizados sem o caráter estruturado de uma política pública. Ressaltando que a agenda governamental consiste em um “espaço em que se constituem os problemas, assuntos ou demandas que os ‘fazedores’ escolhem ou são compelidos a escolher”. (VIANA, 1996, p. 16). Considera-se a formação de políticas “como um diálogo entre intenções e ações.” (IDEM, p., 13). No Brasil, o Poder Público, por meio de suas diferentes esferas, atua como principal responsável pela proteção ambiental, de modo a garantir o processo de apropriação e uso dos recursos ambientais de acordo com parâmetros democráticos e da justiça social. (QUINTAS, 2005).

Também situações ou eventos externos, como conflitos ambientais severos ou desastres ambientais podem provocar o desencadeamento de Programas de Educação Ambiental, com caráter mais emergencial ou pontual.

A indicação dos principais impactos, por categoria, dos Programas de Educação Ambiental (SINHÁ e SAMUEL, 2007; LOUREIRO, 2006; FURNAS, 2008a e 2008b; RAMOS *et al.*, 2007; QUINTAS, 2005) estão descritos abaixo.

Tabela 9: Categorias e Tipos de Impactos

<b>Categorias de Impacto</b>	<b>Tipo de Impactos</b>
Técnico	Pessoal qualificado Produção de conhecimento
Eficiência Econômica	Custo global Ciclo de vida de custos e benefícios Relação custo-efetividade
Desenvolvimento sócio econômico	Geração de emprego e renda Desenvolvimento da economia local
Ambiental	Diminuição das pressões sobre os recursos naturais existentes Conservação do legado natural
Social	Redução das desigualdades no acesso e distribuição a recursos naturais Melhoria da qualidade de vida da população
Político	Aumento da participação e controle social na gestão ambiental Articulação entre políticas públicas Mudança/ampliação/criação de políticas públicas
Cultural	Preservação do legado cultural Criação/ampliação do sentimento de pertencimento de indivíduos e grupos sociais
Institucional	Melhoria do desempenho ambiental da organização Melhoria da qualidade de vida de seus integrantes Aplicação de homem/hora em ações de formação e de conservação ambiental
Individual	Construção de competências voltadas para a conservação do meio ambiente Construção de competências voltadas para participação e controle social

Para facilitar a elaboração do sistema de medição, descrevemos os principais impactos, a partir de suas categorias.

#### 4.1.2.4.1 Impacto Técnico

a) Pessoal qualificado: os Programas de Educação Ambiental propiciam a qualificação de técnicos que atuarão neste processo, induzindo a um certo tipo de formação acadêmica e profissional. Além disso, considerando o processo educativo crítico, participativo e dinâmico, os técnicos também ampliam sua qualificação à medida que implantam os Programas.

b) Produção de Conhecimento: os Programas de Educação Ambiental quando do seu planejamento, implementação e avaliação, propiciam a produção de conhecimentos, resultantes, principalmente, das etapas de diagnóstico socioambiental, da interação dos participantes com o objeto da aprendizagem; e da produção de material didático específico.

#### 4.1.2.4.2 Impacto de Eficiência Econômica

a) Custo Global: considera os custos obtidos com as fases de diagnóstico, planejamento, implementação e avaliação ao longo da existência do Programa de Educação ambiental. Torna-se interessante de ser contabilizado para fins de avaliação de eficiência. Um aspecto interesse deste impacto consiste no fato de que se um Programa não se torna sustentável, no sentido de seus resultados serem estruturantes e alcançados sem o contínuo estímulo da entidade implementadora, seu custo global aumenta consideravelmente.

b) Ciclo de vida de custos e benefícios: todo Programa tem seus custos realizados e deve ter benefícios concretizados ou a ausência destes. São contabilizados os benefícios e impactos em termos monetários. Tais impactos têm diferentes graus de permanência no tempo. Esta relação indica a proporção entre eles, considerando o tempo de duração de custos e benefícios. Este ponto torna-se de especial relevância à medida que Programas de Educação Ambiental lidam com mudanças culturais e sociais. Durante quanto tempo após a execução e acompanhamento de um Programa tais mudanças ainda ocorrerão?

c) Relação custo-efetividade: maximiza a consecução de objetivos de um Projeto ou Programa, considerando custos e benefícios sem que estes tenham que estar expressos em unidades monetárias. No momento da avaliação, a relação custo-efetividade a partir da medição destes impactos considerará custos e benefícios não expressos na mesma unidade de medida, o que facilita a prática de avaliação de projetos sociais. (COHEN e FRANCO, 2008)

#### 4.1.2.4.3 Impacto de Desenvolvimento sócio-econômico

a) Geração de emprego e renda: um Programa de Educação Ambiental estruturante com foco na mudança social inclui impactos na de geração de emprego e renda das comunidades, orientados pelos objetivos, via de regra, de melhoria da qualidade de vida da população, diminuição das pressões sobre os recursos naturais, e, em um caráter mais amplo, a perspectiva de contribuição para a construção de uma sociedade com cidadania e justiça ambiental.

b) Desenvolvimento da economia local: os Programas de Educação Ambiental devem propiciar o desenvolvimento da economia local de modo sustentável, na perspectiva socioambiental. Este impacto tem um caráter mais sistêmico duradouro do que o impacto de geração e renda, o qual pode ter característica mais pontual e menos sustentável no tempo e no espaço, sem que isso afete necessariamente a economia local.

#### 4.1.2.4.4 Impacto Ambiental

a) Diminuição das pressões sobre os recursos naturais existentes: o Programa de Educação Ambiental tem vinculação com a identificação de novos modos de se viver na natureza (LOUREIRO In LOUREIRO, LAYRARGUES e CASTRO, 2006) que impactem menos na degradação ambiental, minimizando, assim, a crise ambiental. Práticas sociais, econômicas, culturais etc. devem redundar na utilização de menor proporção de utilização de recursos naturais para produzirem os mesmos efeitos.

b) Conservação do legado natural: tendo em vista a trajetória cultural e social de grupos e indivíduos forjada na sua práxis histórica, determinadas áreas tem demarcações e significados específicos, por isso devem ser preservadas ou conservadas. Impactos de Programas Ambientais devem, então, considerar a manutenção sustentável deste legado natural.

#### 4.1.2.4.5 Impacto Social

a) Redução das desigualdades no acesso e distribuição a recursos naturais: os problemas e/ou conflitos ambientais geralmente expressam diferentes formas de acesso, uso ou gestão de um determinado bem ou condição ambiental, de modo temporário ou permanente. Os Programas de Educação Ambiental devem atuar junto a populações desprivilegiadas nesta relação com o ambiente, levando-as como resultado a melhorarem e/ou resolverem as questões afetas ao uso, acesso e gestão de recursos naturais.

b) Melhoria da qualidade de vida da população: trata-se da melhoria das condições objetivas e subjetivas que afetam a dignidade e a satisfação humana. Este consiste em um impacto global dos Programas de Educação Ambiental à medida que preparam os cidadãos para atuarem na realidade socioambiental, visando a justiça social e ambiental.

#### 4.1.2.4.6 Impacto Político

a) Aumento da participação e controle social na gestão ambiental: ação dos indivíduos na coletividade, por meio da ocupação de espaços e/ou criação de espaços, para intervenção na tomada de decisão na vida pública no que tange aos aspectos da gestão ambiental.

b) Articulação entre políticas públicas: identificação/implementação de alternativas de ações/projetos articulados a políticas públicas existentes, de modo a otimizar recursos, integrar ações e potencializar resultados.

c) Mudança/ampliação/criação de políticas públicas: implementação de cursos de ação que culminem na criação de novas políticas públicas ou alteração ou ampliação no escopo de políticas públicas existentes, viabilizando o acesso a direitos que redundem na melhoria da qualidade de vida de todos e todas.

#### 4.1.2.4.7 Impacto Cultural

a) Preservação do legado cultural: tendo em vista a trajetória cultural e social de grupos e indivíduos forjada na sua práxis histórica, são impactos de Programas de Educação Ambiental a adoção de práticas de preservação, valorização e/ou disseminação do legado cultural de grupos sociais.

b) Criação/ampliação do sentimento de pertencimento de indivíduos e grupos sociais: construção de representações sociais que expressem o pensamento, a atitude, o valor de localidade, identidade e pertencimento para grupos sociais.

#### 4.1.2.4.8 Impacto Institucional

a) Melhoria do desempenho ambiental da organização: considera-se a eficiência e a eficácia na aplicação dos recursos materiais e energéticos necessários à execução de todos os processos organizacionais, incluindo-se aqueles relativos ao processo produtivo (bens e/ou serviços) e aos referentes às atividades de suporte ao negócio.

b) Melhoria da qualidade de vida de seus integrantes: melhoria das condições objetivas e subjetivas que afetam a dignidade e a satisfação humana do indivíduo no âmbito de sua atuação na organização.

c) Aumento da aplicação de homem/hora em ações de formação e de conservação ambiental: maior utilização de recursos humanos próprios ou de terceiros em ações que têm como objetivos a ampliação da capacitação da força de trabalho da instituição e a melhoria de seu desempenho ambiental.

#### 4.1.2.4.9 Impacto Individual

a) Construção de competências voltadas para a conservação do meio ambiente: os Programas de Educação Ambiental devem propiciar a aprendizagem do saber; do saber ser e do saber fazer envolvidos com a conservação do meio ambiente, incluindo a

construção de conhecimento, atitudes, valores e de capacidades associadas à intervenção do indivíduo no ambiente, visando a sua preservação e/ou conservação.

b) Construção de competências voltadas para a participação e o controle social: aprendizagem do saber; do saber ser e do saber fazer necessários à participação e ao controle social, incluindo a construção de conhecimentos, atitudes, valores e de capacidades associadas à participação em espaços públicos de decisão e à tomada de decisão para a definição, articulação e acompanhamento de políticas públicas.

#### 4.1.2.5 Panorama da Avaliação no Campo/Setor

Este ponto tem um caráter extremamente relevante para o desenvolvimento desta pesquisa, pois analisamos a situação da avaliação de Políticas, Programas e Projetos de Educação Ambiental, enquanto buscamos superar os equívocos e lacunas nesta área. Primeiramente, ressaltamos que estudos mostram que a avaliação é uma das principais lacunas que dificultam o desenvolvimento do campo da Educação Ambiental. Nos documentos fundadores da área e que explicitam políticas públicas nacionais – PNEA e ProNEA –, por exemplo, a relevância da avaliação é oficialmente reconhecida e legitimada, mas há uma escassez de orientações sobre sua execução. (MATTOS, 2009). Na prática, tal ausência acaba por refletir-se na imensa lacuna evidenciada de diretrizes, modelos, metodologias e indicadores integrados para avaliar Políticas, Programas e Projetos na área. Linhas de Ação e Estratégias contidas, por exemplo, no ProNEA, - “Monitoramento e Avaliação de Políticas, Programas e Projetos de Educação Ambiental”, incluindo a “Análise, monitoramento e avaliação de políticas, programas e projetos de educação ambiental, por intermédio da construção de indicadores”, e o “Apoio à construção e à divulgação de indicadores que subsidiem a avaliação dos resultados esperados no âmbito da Política e do Programa Nacional de Educação Ambiental.” (p. 51) – não se tornaram realidade a ponto de auxiliar os diversos setores da sociedade a alavancar avanços significativos na área de avaliação.

Para MATTOS (2009), estes só devem ocorrer se houver uma concepção de estratégia junto à proposta dos projetos de acordo com a concepção crítica de educação ambiental, visando avaliar não só sua execução, mas principalmente as transformações socioambientais causadas por ele; se forem desenvolvidos e aplicados variados instrumentos avaliativos centrados em objetivos, tomada de decisão, participação e

especialistas e que incluam aspectos objetivos e subjetivos; se a avaliação se apoiar em instrumentos qualitativos e quantitativos; e se forem desenvolvidos novos instrumentos de avaliação capazes de captar as transformações socioambientais propiciadas pelas políticas, programas e projetos de educação ambiental. Tais aspectos foram contemplados quando da elaboração do sistema de monitoramento e avaliação para programas governamentais de educação ambiental, como veremos mais detalhadamente no item 4.1.3. - Desenvolvimento das Medidas de Desempenho – Indicadores.

Para enriquecer a construção do referido sistema, como há uma carência de sistemas e modelos de avaliação e monitoramento, verificamos não só sistemas de acompanhamento de Programas do Ministério do Meio Ambiente (MMA) – o SACE (Sistema de Acompanhamento dos Coletivos Educadores); como também do Ministério das Cidades, do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS); e do Ministério da Educação (MEC) – A Prova Brasil e o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica (Saeb), entre outros.

Para o ponto específico de medidas de desempenho, foram consultadas a Norma NBR ISO 14031 e estudos na área de sustentabilidade devido a sua relevância, abrangência e ampla disseminação no cenário nacional e internacional. O objetivo consistiu em verificar a existência e o tipo de indicadores de desempenho para a área de Educação Ambiental. (ANEXO C).

Com esta análise especificamente em relação a indicadores, verificamos que, embora haja um esforço dos organismos nacionais e internacionais para gerá-los, visando a medição da sustentabilidade nos diversos aspectos da produção e da vida humana, cumpre ressaltar que os indicadores, na maioria das vezes, não foram elaborados com foco em instituições públicas e que tende a não haver indicadores específicos sobre educação ambiental, dimensão relevante da construção das sociedades ditas sustentáveis. O que corrobora a significativa lacuna encontrada na literatura de ausência de metodologias e sistemas de avaliação de Programas Ambientais no âmbito das políticas públicas.

Uma análise, por exemplo, do Relatório da Global Reporting Initiative (GRI), do Relatório Anual de Responsabilidade Socioambiental das Empresas de Energia Elétrica (ANEEL), do Índice de Sustentabilidade Empresarial (ISE – BM&F BOVESPA), do Índice de Sustentabilidade Mundial da Dow Jones (DJSI), do Modelo de Balanço Social do Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas (IBASE), e do Relatório de Indicadores Ethos de Responsabilidade Social Empresarial, no ano de 2009, nos mostra,

de modo geral, a ausência de indicadores específicos para a Educação Ambiental. Em alguns relatórios há parâmetros para a instituição seguir do tipo “haver/não haver programas de educação ambiental voltados para o público interno e externo, voluntariamente ou por pressões externas”, o que dificulta o processo de avaliação, se conceituamos a avaliação como julgamento de valor que permite a tomada de decisão pela qualificação do objeto da análise. Da mesma forma, a ANEEL solicita informações no seu modelo de relatório socioambiental sobre o número absoluto e percentual de beneficiários dos programas de educação ambiental executados por empresas do setor de energia. Tais indicadores não contribuem para o julgamento de eficiência e eficácia de tais programas e nem para a análise da qualidade das ações implementadas.

#### 4.1.2.6 Descrição do Processo relativo ao Objeto da Avaliação

Tendo em vista a avaliação da eficiência e eficácia do objeto em questão, faz-se necessário incluir dados de processo que permitem a identificação de medidas adequadas de *performance*.

Neste estudo, optou-se por definir as etapas de um Programa de Educação Ambiental, incluindo os seus *inputs* e *outputs*. Com base em uma literatura interdisciplinar, envolvendo, principalmente, as áreas de Educação e Gestão Ambiental (ABNT, 2001; FURNAS, 2008a e 2008b; BORDENAVE e PEREIRA, 1998; MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE, 2004a, 2005a, 2006b e 2010; SIQUEIRA, 2008) foram sintetizadas as etapas de um Programa de Educação Ambiental no âmbito da Gestão Ambiental, conforme apresentado a seguir.

Tabela 10: Processo de Implantação de um Programa de Educação Ambiental

Programa de Educação Ambiental		
Etapa	Descrição	Detalhamento
Diagnóstico	<p>Identificação da necessidade de implementação do Programa de Educação Ambiental.</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Análise da demanda</li> <li>• Diagnóstico socioambiental</li> </ul>	<p>Análise das políticas públicas, da legislação e das exigências legais.</p> <p>Análise das demandas da sociedade e/ou grupos sociais específicos.</p> <p>Caracterização/delimitação do território alvo da intervenção.</p> <p>Análise do EIA – Relatório de Impactos Ambientais, quando pertinente.</p> <p>Diagnóstico socioambiental (panorama das ações de EA em cada localidade e suas principais características, realização de projetos, sujeitos envolvidos, potencialidades e fragilidades dos ecossistemas na localidade/região, riscos, conflitos e/ou problemas socioambientais existentes).</p> <p>Caracterização das populações e/ou grupos sociais a serem atendidos com a intervenção.</p> <p>Identificação das necessidades de formação humana no âmbito da Educação ambiental para atender às demandas socioambientais identificadas.</p>
Planejamento	<p>Definição da Especificação do Programa de Educação Ambiental – Descrição Geral</p>	<p>Descrição Geral</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Definição do público alvo (público previsto - número de pessoas e características principais do grupo).</li> <li>• Área de abrangência do Programa (recorte espacial)</li> <li>• Contextualização (justificativa, antecedentes, relação com a legislação e políticas públicas existentes)</li> <li>• Duração do Programa</li> <li>• Definição do escopo e descrição do Programa</li> <li>• Definição dos Objetivos</li> <li>• Definição dos Conteúdos</li> <li>• Definição das Competências</li> <li>• Definição das metodologias de intervenção e/ou metodologias de ensino/aprendizagem</li> <li>• Definição de Linhas de Ação e/ou etapas do Programa de Educação Ambiental.</li> <li>• Especificação das metas e dos custos previstos</li> <li>• Definição da relação custo/benefício esperada com o Programa</li> <li>• Elaboração do sistema de acompanhamento e avaliação do Programa (tipos de avaliação, etapas, parâmetros, métodos, técnicas, indicadores pertinentes às avaliações de processo, resultados e/ou impactos, instrumentos de coleta de dados)</li> <li>• Identificação dos recursos humanos necessários (quantitativo e perfil dos profissionais)</li> <li>• Identificação dos recursos materiais necessários</li> <li>• Identificação dos recursos financeiros necessários</li> <li>• Cronograma das atividades</li> <li>• Cronograma físico-financeiro</li> </ul>

	<p>Definição da Especificação do Programa de Educação Ambiental – Descrição Detalhada</p>	<p>Linha de Ação e/ou Etapas</p> <p>Ações Educacionais/Atividades</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Definição das competências a serem desenvolvidas com o Programa organizadas por linha de ação/etapas.</li> <li>• Elaboração dos objetivos de aprendizagem gerais e específicos</li> <li>• Definição dos conteúdos programáticos</li> <li>• Definição das metodologias de intervenção e/ou metodologias de ensino</li> <li>• Descrição das ações e atividades</li> <li>• Definição dos recursos didáticos</li> <li>• Definição dos níveis e tipos de avaliação a serem aplicados</li> <li>• Identificação dos recursos humanos necessários (quantitativo e perfil dos profissionais)</li> <li>• Identificação dos recursos materiais necessários</li> <li>• Identificação dos recursos financeiros necessários</li> </ul>
	<p>Elaboração do Plano da Ação Educacional – Processos Formativos</p>	<p>Elementos do Plano da Ação Educacional (Plano de Aula) – Processos Formativos</p> <p>Tipo de ação educacional  Público alvo  Local, data, horário e período de realização  Objetivos de aprendizagem específicos  Conteúdos programáticos  Estratégias de ensino/aprendizagem  Recursos didáticos  Formas de avaliação  Carga horária  Observações</p>
	<p>Elementos do Plano da Ação Educacional – Processos de apoio, promoção, divulgação e acompanhamento de discussões públicas.</p>	<p>Elementos do Plano da Ação Educacional – Processos de promoção, divulgação e acompanhamento de discussões públicas.</p> <p>Tipo de ação educacional  Público alvo  Local, data, horário e período de realização  Objetivos de aprendizagem específicos  Temas da discussão  Estratégias de condução do evento  Recursos didáticos/materiais  Formas de avaliação  Carga horária  Observações</p>

	Elementos do Plano da Ação Educacional – Processos de elaboração, implementação e avaliação de projetos coletivos de EA.	Elementos do Plano da Ação Educacional – Elaboração, implementação e avaliação de Projetos coletivos de EA.  Tipo de ação educacional Público alvo Local, data, horário e período de realização Objetivos de aprendizagem específicos Conteúdos programáticos/temas a serem trabalhados Estratégias de condução do evento e/ou estratégias de ensino/aprendizagem Recursos didáticos/materiais Formas de avaliação Carga horária Observações
Implementação	Preparação da execução do Programa.  Execução do programa em conformidade com planos e procedimentos elaborados	Seleção e qualificação da equipe executora do Programa (caso não seja a equipe formuladora/implementadora da etapa de diagnóstico e planejamento).  Apropriação por parte da equipe executora das informações do diagnóstico e identificação e busca de novas informações, se necessário.  Disseminação dos planos e procedimentos de implementação do Programa de Educação Ambiental para a equipe executora do Programa.  Seleção e/ou preparação de todos os materiais necessários à execução da(s) etapa(s).  Aplicação de instrumentos de coleta de informações no âmbito do sistema de monitoramento e avaliação, se previsto.  Execução do Programa, incluindo a(s) sua(s) diversa(s) etapa(s).  Elaboração de material didático
Acompanhamento e avaliação	Implementação do sistema de acompanhamento e avaliação do programa.	Implementação de todas as etapas de monitoramento e avaliação do Programa.  Adoção dos métodos e técnicas pertinentes às avaliações de processo, resultados e impactos, incluindo a coleta de informações a partir dos indicadores selecionados na etapa de planejamento.  Esta etapa poderá ser implementada pela equipe executora do Programa ou por outra com esta incumbência específica.

A figura abaixo evidencia o processo de implantação de um Programa de Educação Ambiental, incluindo seus *inputs* e *outputs*.

<i>Inputs</i>	<i>Etapas</i>	<i>Outputs</i>
<b>Diagnóstico</b>		
Documentos de órgãos públicos; documentos organizacionais contendo políticas, programas e projetos; solicitações da sociedade. Relatório de Impacto Ambiental, quando pertinente.	Análise da demanda	Definição da Necessidade de implementação de Programa de Educação Ambiental
Identificação dos beneficiários em potencial.		Beneficiários e região delimitada para aplicação do Programa de Educação Ambiental
Informações advindas do levantamento de campo na região de aplicação do Programa	Diagnóstico socioambiental	Relatório do Diagnóstico socioambiental, contendo potencialidades, fragilidades, problemas, riscos e conflitos ambientais existentes na região do Programa; Políticas e Programas de Educação Ambiental existentes na região, caracterização dos grupos sociais beneficiários da intervenção. Recomendações e propostas para planejamento do Programa.
<b>Planejamento</b>		
Relatório do Diagnóstico Socioambiental	Definição da Especificação do Programa de Educação Ambiental	Planificação Geral e Detalhada do Programa de Educação Ambiental
Registro de conceitos, fundamentos teórico-metodológicos do Programa de Educação Ambiental	Elaboração dos Planos das Ações Educacionais previstas	Detalhamento da especificação do Programa de Educação Ambiental em Planos das Ações Educacionais
<b>Implementação</b>		
Especificação do Programa de Educação Ambiental - Planificação Geral e Detalhada do Programa de Educação Ambiental	Preparação da execução do Programa.	Equipe selecionada e preparada com planos do Programa de Educação Ambiental
		Roteiro de levantamento de informações sobre os grupos sociais e sua localidade (se necessário)
Seleção e produção dos materiais necessários		
Elaboração de materiais didáticos		
Plano das Ações Educacionais	Execução do programa em conformidade com planos e procedimentos elaborados	Preparação da infra-estrutura necessária à execução do Programa
Relatório do Diagnóstico Socioambiental		Realização e registro das atividades e das ações educacionais previstas, contemplando todas as fases do Programa. Registro dos ajustes realizados (se necessários) quando da implementação dos planos das ações educacionais.
<b>Avaliação</b>		
Planificação Geral e Detalhada do Programa de Educação Ambiental		Instrumentos, métodos, técnicas aplicados. Informações coletadas sobre

		indicadores e metas.
Detalhamento da especificação do Programa de Educação Ambiental em Planos das Ações Educacionais	Implementação do sistema de acompanhamento e avaliação do programa.	Avaliação do mérito do Programa de Educação ambiental, a partir dos parâmetros, indicadores qualitativos e quantitativos selecionados no sistema de monitoramento e avaliação.
Sistema de acompanhamento e avaliação do Programa (tipos de avaliação, parâmetros, etapas, métodos, técnicas, indicadores).	Coleta e análise de informações de acordo com os instrumentos, métodos, técnicas, indicadores e etapas do sistema de acompanhamento e avaliação.  (Esta etapa pode ocorrer em parte concomitantemente à implementação).	

Figura 3: O Processo de Implantação de Programas de Educação Ambiental – *inputs* e *outputs*

#### 4.1.2.6.1 Definições

Cumprir ressaltar que o processo de implantação de um Programa de Educação Ambiental (EA) foi planejado tendo em vista as seguintes definições, apoiadas em documentos oficiais (MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE, 2004a, 2005c, 2006b e 2010).

a) Programa de Educação Ambiental: visa contribuir para a formação do cidadão crítico e participativo, capaz de atuar de forma qualificada na gestão ambiental pública. Consiste em um conjunto integrado e orgânico de atividades e ações educacionais, organizado em etapas as quais podem contemplar diferentes tipos de processos educativos. Tendo em vista a legislação que rege o Programa de EA e/ou a sua complexidade, tal Programa pode ser organizado em linhas de ação, as quais podem ser subdivididas em etapas. As linhas de ação não devem ser estanques. Pelo contrário, devem ser organizadas segundo os princípios da integração, articulação e continuidade. Nos Programas de Educação Ambiental formulados no âmbito do cumprimento das exigências do licenciamento dos empreendimentos marítimos de exploração e produção de petróleo e gás as linhas de ação devem ser organizadas em Projetos de EA. Neste caso, deve ser elaborado, no mínimo, um Projeto de EA por Linha de Ação. Nos Projetos de EA deve haver a descrição de todas as suas etapas.

b) Linhas de Ação: cada uma das frentes de atuação que compõem do Programa de EA. Organizam um subconjunto integrado e organizado de atividades e ações educacionais propostas no Programa de EA. Devem ser constituídas por etapas que norteiam a execução do Programa. Segundo Nota Técnica CGPEG/DILIC/IBAMA Nº 01/10 (MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE, 2010), são exemplos de Linhas de Ação: “Organização comunitária para a participação na gestão ambiental, no âmbito do licenciamento ambiental” (p. 5), cuja finalidade consiste em “desenvolver processos formativos junto ao público prioritário definido pelas diretrizes pedagógicas do IBAMA, a ser identificado na região por meio de diagnósticos participativos.” (IDEM) e “Apoio à democratização, à discussão pública e à fiscalização do cumprimento das diretrizes de Planos Diretores municipais” (p. 6), a qual visa “desenvolver, com um público diversificado, o acompanhamento, a divulgação e a discussão pública da legislação ambiental, da legislação urbanística e das ações de transformação do ambiente natural e do ambiente construído nos municípios da região”. (IDEM).

c) Projeto de Educação Ambiental: conjunto de etapas, atividades e/ou ações educacionais definidas em cada Linha de Ação com foco específico.

d) Ação Educacional: atividades de ensino/aprendizagem que levam os participantes a construir conhecimentos, habilidades e atitudes necessárias ao desenvolvimento de competências voltadas para a atuação crítica e participativa do indivíduo na gestão ambiental pública. Podem ser ações presenciais, semipresenciais e a distância. São exemplos: cursos, oficinas, fóruns de discussão, visitas técnicas, debates, participação em exposições, entre outras.

e) Processo educativo: processo ensino/aprendizagem instituído quando da realização das atividades e ações educacionais do Programa de Educação Ambiental, considerando as suas diferentes finalidades no âmbito da Educação Ambiental. Podemos citar os processos educativos formativos destinados à construção de competências (conhecimentos, habilidades e atitudes) envolvidas na gestão ambiental pública, por meio de ações educacionais estruturadas (cursos, oficinas, visitas técnicas, etc.); processos educativos de apoio, promoção, divulgação e/ou acompanhamento da

discussão pública de temas /conteúdos afetos ao foco específico do Programa por meio da realização de atividades (reuniões) e ações educacionais (ciclo de debates, fóruns, palestras, oficinas, etc.); processos educativos voltados para a elaboração, implementação e avaliação de projetos coletivos de EA com foco na implementação de processos de formação em EA, melhoria das condições de vida e/ou de trabalho das comunidades/beneficiários do Programa, instituído por meio, por exemplo, de atividades (reuniões) e ações educacionais (oficinas, cursos, etc.). (Adaptado: MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE, 2010).

Consideramos na definição dos processos educativos acima mencionados o conceito de práxis educativa (ação/reflexão/ação) que deve se constituir na categoria fundante de um Programa de EA. (MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE, 2004b).

[...] Apenas o desvelamento não resulta automaticamente numa ação diferenciada, é necessária a práxis, em que a reflexão subsidie uma prática criativa e essa prática dê elementos para uma reflexão e construção de uma nova compreensão de mundo. Mas esse não é um processo individual, mas que o indivíduo vivencia na relação com o coletivo em um exercício de cidadania, na participação em movimentos coletivos conjuntos de transformação da realidade socioambiental. (p. 31)

Ou seja, durante o planejamento, implementação, execução, monitoramento e avaliação de um Programa de EA deve-se considerar que os participantes “aprendem fazendo” e “fazem aprendendo”.

f) Projeto Coletivo de EA: projeto cujo planejamento, implementação, execução, monitoramento e avaliação caracteriza-se pelo foco na articulação e interação de interesses comuns para a solução de problemas identificados por um conjunto de pessoas, visando o bem-estar social, adotando como princípio o bem comum. Contempla a participação da comunidade, implicando a tomada de decisões de modo compartilhado. (TENÓRIO, 1995) A comunidade consiste em um “espaço em que os contatos sociais desenvolvem-se através de relações de vizinhança, parentesco e de relações de trabalho”. (IDEM, p. 13)

#### 4.1.2.7 Dimensões da Avaliação das Atividades do Campo/Setor

Tendo em vista a estruturação do sistema de medição, faz-se necessário identificar as dimensões da avaliação de Programas de Educação Ambiental para

orientar o escopo do estudo e facilitar a distinção abrangente das medidas de desempenho. Nesta pesquisa, foram elencadas as seguintes categorias de dimensões, bem como os seus diferentes níveis.

Tabela 11: Dimensões e Níveis da Avaliação de Programas de Educação Ambiental

<b>Dimensões (escopo)</b>	<b>Níveis</b>
Entidades afetadas	Participantes do Programa Comunidade Governo Organizações dos participantes do Programa Executor do Programa Instituição do executor do Programa Instituição implementadora do Programa
Área abrangida	Residência do Participante Instituição do Participante Localidade/comunidade do Participante Região do Participante Nação do Participante Residência do Executor do Programa Instituição do Executor do Programa Instituição implementadora do Programa
Espectro de Tempo	Curto prazo Médio prazo Longo prazo
Profundidade	Ações pontuais Ações estruturantes

Na dimensão “entidades afetadas”, incluímos todas as instituições e indivíduos que podem ser afetados pelos programas direta ou indiretamente. Tratam-se das instituições que implementam e executam o Programa; as equipes que atuam na implementação e execução do Programa; os seus beneficiários e suas instituições(quando há); o governo; as comunidades da região de intervenção do programa.

Na “área abrangida” consideramos os espaços socioambientais de atuação dos indivíduos que participam direta ou indiretamente do programa e/ou de seus impactos. Assim, podemos identificar a instituição implementadora do programa; a residência e a instituição do executor e do beneficiário do programa; a localidade/comunidade do beneficiário, a região ou a nação do beneficiário, enquanto área de intervenção do programa.

Em relação ao “espectro de tempo”, faz-se necessário destacar que Programas Governamentais, especialmente na área social, têm resultados que se concretizam no curto, médio e longo prazos. A avaliação deve considerar estes prazos para obter êxito na medição dos impactos previstos e não previstos.

Por fim, a dimensão “profundidade” considera que Programas de Educação Ambiental podem ser constituídos por ações pontuais ou por ações estruturantes, as quais produzem impactos diferentes, influenciando as demais dimensões citadas. Ações pontuais, por exemplo, tendem a impactar menos entidades, ter resultados em uma abrangência menor e com permanência no tempo e no espaço também menor.

#### 4.1.2.8 Outras Formas de Conceituar os Impactos causados pelo Campo/Setor

No caso desta pesquisa, este exercício foi realizado com base nos desafios lançados sobre a área de avaliação de programas sociais, em especial de programas educacionais. Teve como objetivo possibilitar que, ao identificarmos os impactos dos programas de educação ambiental de outras formas – diretos/indiretos; tangíveis/intangíveis; internos/externos – pudéssemos subsidiar a elaboração do sistema de monitoramento e avaliação no sentido de torná-lo mais abrangente, incluindo diferentes formas de medição destes resultados.

##### 4.1.2.8.1 Impactos diretos e indiretos

Tratam-se dos custos e benefícios diretos de um programa aqueles relacionados diretamente com os objetivos do Programa. Já os custos e benefícios indiretos consistem geralmente em subprodutos do Programa.

Os Programas de Educação Ambiental têm resultados que podem impactar diretamente os participantes, por exemplo, no que se refere à sua qualificação e ao seu espaço de atuação imediato (residência, instituição, movimento social a qual pertence). No entanto, há resultados indiretos, se pensarmos na mudança social, objetivo maior deste tipo de programa, a qual afeta comunidades e regiões. Estes resultados indiretos tendem a ser mais difíceis de serem medidos, pois dependem de aspectos objetivos e subjetivos. Um exemplo consiste na medição do índice de qualidade de vida. Outro

ponto já mencionado que incide mais severamente sobre os resultados indiretos consiste no fato do isolamento da causa/efeito de tal impacto. Depresbiteris (In NOAL, REIGOTA E BARCELOS, 2000), por exemplo, comenta que a avaliação na educação ambiental não pode ser realizada simplesmente com a detecção da aprendizagem de conteúdos, mas sim por meio de um processo contínuo de acompanhamento da interação dos conhecimentos na prática diária. Cita, então, o caso dos Programas de Educação Ambiental com foco na redução de enchentes causadas por lixo. Os resultados devem focar, por exemplo, em curto prazo, no papel disseminador dos alunos na comunidade, divulgando os conhecimentos necessários; no entanto, no médio e longo prazo faz-se necessário avaliar se as enchentes por acúmulo de lixo diminuíram. Tal avaliação traz em seu bojo o desafio de medição da relação de causa/efeito.

#### 4.1.2.8.2 Impactos Tangíveis e Intangíveis

Esta distinção de impactos tem ampla aplicação para análise dos Programas Sociais, entre estes, os de Educação Ambiental. Sua descrição tem apoio nas definições de ativos tangíveis e intangíveis. Custos e benefícios tangíveis possuem forma física. São exemplos: equipamentos, instalações, fábricas, recursos financeiros, entre outros. Já os custos e benefícios intangíveis consistem em bens não-físicos. São exemplos: competências construídas, cultura organizacional desenvolvida, entre outros. Segundo Sinha e Samuel (2007), a intangibilidade de alguns impactos indica que a avaliação do conjunto global de impactos com base em um único critério - o de eficiência econômica - não se torna recomendável. Conseqüentemente, as técnicas de análise multicriterial podem possibilitar melhores formas de avaliação destes impactos.

#### 4.1.2.8.3 Impactos Internos e Externos

Outra forma de classificação dos impactos de um Programa consiste em identificá-los como internos ou externos. Isto significa que os custos e benefícios podem estar dentro ou fora do período e espaço definidos para o estudo de avaliação. Esta observação deve ser realizada, pois sabemos que alguns custos e benefícios podem

acontecer fora do período de realização da pesquisa avaliativa e outros possuem desdobramentos em outras regiões que não aquelas apontadas na avaliação.

#### 4.1.2.8.4 Partes Interessadas e Impactos dos Programas

Os processos de apropriação e uso dos recursos ambientais implica interesses e conflitos (potenciais e explícitos) entre atores sociais, que atuam sobre o meio ambiente (natural e construído), visando a sua defesa e proteção, bem como seu controle. No caso dos Programas de Educação Ambiental, estes possuem objetivos de formação humana para a sua intervenção qualificada no meio ambiente, o que, geralmente, tange conflitos de interesses entre diferentes grupos sociais. (ACSERALD, 1993, QUINTAS, 2005) As partes interessadas em um Programa de Educação Ambiental possuem diferentes percepções sobre seus reais benefícios. Logo, o sistema de medição deve possibilitar a apreensão e representação desses diferentes interesses.

#### 4.1.2.9 Identificação dos Objetivos do Campo/Setor

Realizada em dois momentos, esta etapa da metodologia de construção do sistema de monitoramento e avaliação tornou-se essencial à medida que propiciou a identificação, de modo organizado, dos objetivos de um Programa Governamental de Educação Ambiental. Primeiramente, foram levantados amplamente os objetivos expressos na literatura científica e nos documentos oficiais. Em um segundo momento, foram identificados os objetivos de tais Programas segundo as diferentes partes interessadas. Um levantamento de campo, realizado segundo a abordagem qualitativa de interpretação de dados, fatos e fenômenos (MINAYO, 2005) buscou a ampliação dos dados obtidos com a análise documental. Neste caso, tratou-se de verificar os conhecimentos e percepções elaboradas por formuladores de políticas de órgãos públicos gestores; implementadores e executores de políticas e programas de Educação Ambiental de uma empresa estatal do setor de energia, a qual tem a responsabilidade de promover Programas de Educação Ambiental, segundo as políticas públicas estabelecidas, por exemplo, no âmbito do licenciamento de empreendimentos e da conservação de energia, entre outras.

O público alvo foi constituído de especialistas no assunto, capazes de fornecer conhecimentos, advindos de sua práxis, sobre os objetivos, parâmetros, indicadores, desafios da avaliação de programas de educação ambiental. Tais conhecimentos “experimentados” poderiam enriquecer as informações analisadas por meio da literatura e de sistemas de avaliação existentes, já que estes não têm se mostrado, de modo geral, eficazes. No caso da Educação Ambiental a escassez de sistemas e modelos de avaliação caracteriza o campo, conforme mencionado anteriormente. Para realização deste levantamento aplicou-se um questionário com questões abertas, o qual se encontra em anexo (ANEXO B). Foram obtidos 14 questionários dos 23 distribuídos, ou seja, 61% dos instrumentos enviados aos sujeitos retornaram. Esta taxa de retorno variou por categoria: 44% em relação aos órgãos públicos gestores; 80% no caso dos implementadores; e 50% relativos aos executores.

O levantamento realizado propiciou mais significativamente a corroboração dos objetivos identificados e o seu detalhamento. Entretanto, tanto os objetivos identificados a partir da literatura e dos documentos dos órgãos oficiais quanto aqueles obtidos via levantamento de campo foram sistematizados e ordenados do mais simples para o mais complexo. Suas diferenças localizaram-se no âmbito de sua abrangência e de sua complexidade. Variaram de objetivos, de modo geral, focados na disseminação de informações; na mudança de valores; até objetivos voltados para a transformação socioambiental da realidade via formação de cidadãos qualificados para intervirem no meio. Posteriormente a esta análise, os objetivos foram sintetizados na seguinte expressão: um Programa de Educação Ambiental deverá contribuir para a construção de uma sociedade ecologicamente equilibrada, culturalmente diversa, socialmente justa e politicamente atuante. (LAYRARGUES. P. P. In LOUREIRO, LAYRARGUES, e CASTRO, 2006; Tratado de Educação Ambiental para Sociedades Sustentáveis e Responsabilidade Global. 1992). A partir deste objetivo central e estruturante, todos os demais objetivos de um Programa de Educação Ambiental foram delineados.

A partir das análises realizadas, nos deteremos na próxima fase da pesquisa, a descrição da etapa de “Desenvolvimento das Medidas de Desempenho – Indicadores”, no item 4.1.3. Tal etapa inclui a definição da abrangência e objetivo do sistema de medição; a seleção do tipo de avaliação a ser contemplada no sistema de medição; a seleção das dimensões da avaliação a serem abordadas no sistema de medição; a síntese dos requisitos que o sistema deve abranger; a identificação/seleção dos parâmetros da avaliação que serão utilizados; a definição de critérios para identificação de medidas de

performance; a identificação, seleção e classificação das medidas de *performance* (resultado das análises realizadas no âmbito da metodologia desenvolvida, incluindo os resultados do levantamento de campo); a adoção de critérios para a priorização das medidas de desempenho; a definição da sistemática de avaliação; a validação do sistema; a hierarquização de medidas de desempenho; a aplicação do sistema de medição com a definição dos padrões de desempenho para as medidas de performance; e, finalmente, a conclusão do desenvolvimento do sistema de medição.

### **4.1.3. Desenvolvimento das Medidas de Desempenho - Indicadores**

#### **4.1.3.1 Abrangência e objetivo do Sistema de Medição**

De acordo com Sinha e Samuel (2007) e Furnas (2008b), optou-se no sistema de medição ora desenvolvido por prever a avaliação no nível do Programa e do Projeto, contemplando a sua diversidade e as suas peculiaridades. Esperamos ainda poder com os resultados da avaliação dos Programas e Projetos avaliar também a adequação dos requisitos da(s) política(s) em questão, bem como das suas formas de operacionalização e acompanhamento, em que pese as condições nas quais os programas e projetos foram implantados.

#### **4.1.3.2 Seleção do tipo de avaliação a ser contemplada no Sistema de Medição**

Cumpramos ressaltar que o sistema de monitoramento e avaliação tem como objetivo primordial apoiar a avaliação formativa e somativa. (SILVA e COSTA, 2002). No entanto, também pode ser adaptado para embasar a avaliação *ex ante*, considerando as necessidades de análise e a aprovação de Programas de Educação Ambiental no âmbito do *policy cycle*. Conforme mencionado anteriormente, a avaliação formativa foca nas questões operacionais, no monitoramento dos acontecimentos e na compreensão dos possíveis resultados (*outcomes*) associados ao Programa. “A principal meta desse tipo de avaliação é a aplicabilidade direta dos resultados em detrimento da descrição genérica dos achados.” (SILVA e COSTA, 2002, p. 20). Em relação a este tipo de avaliação, podemos ressaltar que o sistema contempla a avaliação de processo e a avaliação de resultados, neste caso, dos resultados mais imediatos do Programa, ou seja, de curto prazo. (COSTA e CASTANHAR, 2003)

Já a avaliação somativa, muito voltada para resultados de longa duração (avaliação *ex-post*), estuda a efetividade e pondera os benefícios. “A objetividade e a credibilidade dos achados da avaliação somativa são mais importantes que a aplicabilidade direta dos resultados.” (IDEM) Destacamos que a aplicação, de modo complementar, da avaliação formativa e somativa podem favorecer uma avaliação mais global e sintética sobre o Programa ao se julgar seu mérito, elucidando relações de causa e efeito e oportunidades de melhoria/ inovação por meio de indicadores. Para Worthen *et al.* (1997 apud SILVA e COSTA, 2002) a avaliação somativa pode ser muito incompleta e ineficiente se não for precedida por uma avaliação formativa. Em relação a este tipo de avaliação, podemos ressaltar que o sistema contempla a avaliação de impactos, denominada por Costa e Castanhar (2003) de avaliação de resultados de médio e longo prazo. Os autores sugerem, inclusive, o uso de indicadores de impacto para a mensuração de resultados de longo prazo, visando verificar o alcance dos objetivos gerais do Programa e de indicadores de resultado para mensurar os resultados imediatos e de médio prazo.

Tenório (1995), ao se referir à avaliação de projetos comunitários, destaca o acompanhamento como etapa da avaliação que levanta dados durante a sua execução (avaliação formativa), permitindo a comparação com os padrões definidos e possíveis desvios. O autor define este tipo de avaliação como uma atividade de caráter contínuo e dinâmico que se entrelaça com as etapas de análise (*ex ante*) e avaliação final (*ex post* ou somativa). No que se refere à avaliação final, o autor aponta que esta tem como finalidade identificar como foi executado o projeto e julgar os resultados/benefícios obtidos. Permite, portanto, a tomada de decisões sobre a continuidade ou interrupção das ações, para eliminar ou minimizar efeitos negativos, potencializar efeitos positivos ou, ainda, deliberar sobre um novo projeto a partir de informações seguras.

Para fins da construção de um sistema de monitoramento e avaliação, cumpre ressaltar que as etapas de avaliação final e acompanhamento de programas e projetos são muito semelhantes. “A linha que delimita onde termina uma e começa outra é, muitas vezes, imperceptível.” (TENÓRIO, 1995) Não existem regras rígidas para delimitar estes limites, embora saibamos que alguns pontos são bastante diferenciadores, tais como: momento de execução, finalidade e responsável pela avaliação. No sistema proposto neste estudo, alguns dos indicadores requerem o uso de informações coletadas durante o período de implementação dos programas e outros após a sua implementação.

As informações coletadas para alimentar o sistema de monitoramento e avaliação visam subsidiar a equipe responsável pelo(s) Programa(s) com elementos para a eventual correção tanto dos objetivos, metas e metodologia propostos, quanto dos processos pedagógicos aplicados pelo executor; bem como visa, ainda, contribuir para o constante aperfeiçoamento da proposta de Educação Ambiental no Processo de Gestão Ambiental. Para Gestores e Agentes Financiadores possibilita o fornecimento de informações sistematizadas para o aprimoramento da estruturação e da alocação de recursos para próximos Programas Governamentais de Educação Ambiental. (MINISTERIO DO MEIO AMBIENTE, 2009).

#### 4.1.3.3 Seleção das Dimensões da Avaliação das Atividades do Campo/Setor

Conforme identificado no item 4.1.2.7, seguem as dimensões e níveis da avaliação de um Programa de Educação ambiental.

Tabela 12: Dimensões e Níveis da Avaliação de Programas de Educação Ambiental

<b>Dimensões (escopo)</b>	<b>Níveis</b>
Entidades afetadas	Participantes do Programa Comunidade Governo Organizações dos participantes do Programa Executor do Programa Instituição do executor do Programa Instituição implementadora do Programa
Área abrangida	Residência do Participante Instituição do Participante Localidade/comunidade do Participante Região do Participante Nação do Participante Residência do Executor do Programa Instituição do Executor do Programa Instituição implementadora do Programa
Espectro de Tempo	Curto prazo Médio prazo Longo prazo
Profundidade	Ações pontuais Ações estruturantes

O sistema de medição construído está preparado para que uma avaliação possa ser realizada contemplando todas as dimensões da avaliação aqui mencionadas, incluindo os seus diversos níveis. A incorporação de tais dimensões ocorreu por meio

da inclusão de objetivos, indicadores e critérios de avaliação compatíveis (ANEXO D – Sistema de Monitoramento e Avaliação de Programas Governamentais de Educação Ambiental e ANEXO E - Critérios de Referência para Planejamento, Implementação, Monitoramento e Avaliação de Programas Governamentais de Educação Ambiental). No entanto, cumpre ressaltar que as condições de implementação, por exemplo, por quanto tempo o programa será monitorado; a possibilidade de visita no campo, a quantidade e a representatividade dos participantes do processo de avaliação envolvidos, entre outras, poderão influenciar a obtenção e precisão dos dados levantados em cada uma das dimensões.

Por outro lado, outro fator que poderá afetar o levantamento de dados em cada uma das dimensões consiste na própria abrangência dos objetivos do Programa a ser analisado. Por exemplo, existem programas de uso sem desperdício da água com foco na mudança de atitudes e comportamentos dos indivíduos que buscam resultados na redução do gasto deste recurso nas residências e instituições onde os participantes atuam. Logo, nem todas as “áreas abrangidas” serão trabalhadas. Neste caso, a avaliação evidenciará as dimensões de resultados esperados com um Programa de Educação Ambiental que não foram se quer aventadas na concepção do Programa.

#### 4.1.3.4 Síntese dos Requisitos que o Sistema deve Abranger

Nesta pesquisa, o sistema de medição foi desenvolvido para dar suporte ao acompanhamento e a avaliação de Programas Governamentais de Educação Ambiental não-formais, como instrumentos de políticas públicas. Podemos ressaltar que a estruturação do sistema de medição, organizado em diretrizes, objetivos e medidas de *performance*, está de acordo com:

- a) os requisitos postos pelos órgãos oficiais que organizam e regulam o campo da Educação Ambiental (MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE, 2010, 2009a, e 2009b, 2006b, 2005c);
- b) a legislação pertinente (BRASIL, 1999, entre outras);
- c) os requisitos dos especialistas, identificados por meio de levantamento realizado através da aplicação de questionários e por meio de oficinas;
- d) os requisitos postos na literatura que expressam as concepções, conceitos e metodologias que devem embasar a estruturação da Educação Ambiental no âmbito das

políticas públicas, por exemplo, Layrargues (In LOUREIRO, LAYRARGUES e CASTRO, 2006);

e) os requisitos advindos da análise e implementação de Programas de Educação Ambiental (FURNAS, 2008a e b; SIQUEIRA, 2008);

f) os requisitos estabelecidos a partir das práticas pedagógicas no campo da Educação Ambiental e do processo de planejamento, implementação, execução, acompanhamento e avaliação de um Programa de Educação Ambiental; e

g) os resultados advindos da aplicação de estudo de caso para testagem do sistema de monitoramento e avaliação proposto.

Uma ampla listagem de todos os requisitos foi elaborada de modo que estes foram posteriormente desdobrados de forma hierarquizada em “Resultados Esperados”, do geral para o específico, conforme descrito no item 4. 1. 3.7 - Identificação, Seleção e Classificação das Medidas de Desempenho.

#### 4.1.3.5 Identificação dos Parâmetros da Avaliação

Para Costa e Castanhar (2003), existe uma variedade enorme de parâmetros, os quais são denominados pelos autores de critérios, cuja escolha depende dos aspectos que se deseja privilegiar na avaliação. Apresentam, por isso, os parâmetros mais comuns em avaliações, segundo a UNICEF (1990 apud COSTA E CASTANHAR, 2003), conforme descrição abaixo.

*eficiência* — termo originado nas ciências econômicas que significa a menor relação custo/benefício possível para o alcance dos objetivos estabelecidos no programa;

*eficácia* — medida do grau em que o programa atinge os seus objetivos e metas;

*impacto* (ou efetividade) — indica se o projeto tem efeitos (positivos) no ambiente externo em que interveio, em termos técnicos, econômicos, socioculturais, institucionais e ambientais;

*sustentabilidade* — mede a capacidade de continuidade dos efeitos benéficos alcançados através do programa social, após o seu término;

*análise custo-efetividade* — similar à idéia de custo de oportunidade e ao conceito de pertinência; é feita a comparação de formas alternativas da ação social para a obtenção de determinados impactos, para ser selecionada aquela atividade/projeto que atenda os objetivos com o menor custo;

*satisfação do beneficiário* — avalia a atitude do usuário em relação à qualidade do atendimento que está obtendo do programa;

*equidade* — procura avaliar o grau em que os benefícios de um programa estão sendo distribuídos de maneira justa e compatível com as necessidades do usuário. (p. 973)

A partir deste relevante estudo, foram selecionados os parâmetros para compor o sistema de medição, considerando o seu foco na avaliação de Programas de Educação

Ambiental no âmbito das políticas públicas. Sendo assim, todos os parâmetros acima descritos foram incorporados ao sistema, ainda que em hierarquias diferentes, com exceção do critério “sustentabilidade”. A opção se deu devido a questões operacionais. Pois para medir a permanência dos resultados e impactos no tempo, necessitar-se-ia de um ciclo de avaliação longo, o que nem sempre é possível. Por isso, a sustentabilidade dos resultados no tempo e no espaço passou a ser um critério utilizado para julgamento de vários indicadores. Além do mais, a própria estrutura do sistema permite a flexibilidade da duração da avaliação, ou seja, sendo possível, serão medidos os resultados no longo prazo.

Os demais parâmetros foram incorporados, privilegiando-se na hierarquia de “resultados esperados” a “equidade” (por se tratar do objetivo máximo de um programa social); e os parâmetros de “eficiência”, “eficácia” e “efetividade” como meio para alcance do primeiro. A “satisfação do beneficiário” foi inserida no sistema como objetivo a ser alcançado no âmbito da eficácia. O parâmetro “análise custo-efetividade” teve seu conceito aplicado no sistema de forma adaptada, incluindo-se as análises relativas ao “custo/benefício” do Programa, uma vez que o parâmetro em questão possivelmente seria de difícil medição, ainda mais em uma área sem tradição em avaliação de programas e projetos de forma estruturada e com metodologias quantitativas.

#### 4.1.3.6 Definição de Critérios para Identificação de Medidas de Performance

Do ponto de vista da seleção dos indicadores, a Norma Brasileira sobre Diretrizes para avaliação de desempenho ambiental no âmbito da Gestão Ambiental foi utilizada no sentido de indicar contribuições no que se refere aos requisitos técnicos para o desenvolvimento de sistemas de medição. (ABNT NBR ISO 14031, 2004). A referida Norma propõe orientações gerais para a seleção de indicadores, no caso, para compor a Avaliação de Desempenho Ambiental. Tais orientações foram utilizadas para selecionar as medidas do sistema de monitoramento e avaliação de Programas Governamentais de Educação Ambiental. Os indicadores devem ser eleitos como um meio de apresentar “dados ou informações qualitativos ou quantitativos, de uma forma mais compreensível e útil”. (IDEM, p. 9) Seu papel consiste em converter dados em informações concisas sobre a “Hierarquia de Resultados Esperados” (Item 4.1.3.7). Um

número suficiente de indicadores relevantes, factíveis e compreensíveis deve ser selecionado para avaliar tais resultados esperados, de acordo com a natureza e a “escala” dos serviços prestados.

Considerando a natureza do objeto de avaliação em questão, bem como a “Hierarquia de Resultados Esperados”, delimitou-se no sistema de medição um conjunto de indicadores que possam ser obtidos por meio de variadas métricas (não prescritas diretamente no sistema), capazes de levantar os melhores dados possíveis de acordo com o tipo de resultado a ser medido. Foram consideradas as seguintes características de dados para os indicadores, conforme a Norma Brasileira sobre Diretrizes para Avaliação de Desempenho Ambiental no âmbito da Gestão Ambiental aqui mencionada. (ABNT NBR ISO 14031, 2004)

- Medições ou cálculos diretos, dados ou informações básicas, tal como toneladas de contaminantes.
- Medições ou cálculos relativos: dados ou informações comparados ou relacionados a outro parâmetro (por exemplo: nível de produção, tempo, localização ou condição intrínseca), assim como a quantidade de toneladas de contaminantes emitidos pro tonelada de produto manufaturado, ou a quantidade de contaminantes emitidos pro unidade de faturamento.
- Indexada: dados ou informações descritivas convertidos para unidades ou para uma forma que relacione a informação a um padrão ou base de referência escolhidos, tal como emissões de contaminantes no ano corrente expressas como uma percentagem daquelas emissões em um ano-base.
- Agregada: dados ou informações descritivas do mesmo tipo, mas de diferentes fontes, coletados e expressos como um valor combinado, tal como toneladas totais de um dado contaminante emitido a partir da produção de um produto em determinado ano, determinado pela soma de emissões a partir de múltiplas instalações que produzem aquele produto.
- Ponderada: dados ou informações descritivas modificados pela aplicação de um fator relacionado à sua significância. (p. 10)

No sistema proposto, como os indicadores estão organizados de forma hierarquizada, ou seja, um conjunto de indicadores evidencia o alcance de um objetivo específico; vários objetivos específicos evidenciam o alcance de um objetivo geral e, assim sucessivamente, os indicadores expressam medidas ponderadas, para apontar seus diferentes graus de contribuição para o alcance da medida hierarquicamente mais abrangente no sistema. Por exemplo, o objetivo “Possibilitar a geração de trabalho e renda” é verificado pela soma dos resultados dos indicadores “Agentes que ingressaram na economia local”; “Setores aos quais os agentes pertencem”; “Agentes que ingressaram na economia local com capacitação”; e “Produtos/serviço gerado”, os quais possuem um peso diferenciado, a saber: 20%, 25%, 30% e 25%, respectivamente.

Das orientações adicionais da Norma para seleção de indicadores visando a avaliação de desempenho ambiental, as abaixo listadas foram consideradas e adaptadas para o desenvolvimento do sistema de medição objeto deste estudo. Logo, os indicadores devem ser:

a) úteis para a medição do desempenho do Programa em relação aos critérios estabelecidos pela “hierarquia de resultados esperados”;

b) relevantes e compreensíveis para as partes interessadas (internas e externas) no Programa;

c) obteníveis de maneira eficaz em termos de custo e tempo;

d) adequados para o seu uso com base no tipo, qualidade e quantidade dos dados;

e) representativos para evidenciar o mérito do Programa;

f) sensíveis o suficiente para evidenciar mudanças na realidade em função da intervenção do Programa.

Segundo a Norma Brasileira sobre Diretrizes para Avaliação de Desempenho Ambiental no âmbito da Gestão Ambiental, um indicador selecionado para compor o sistema de medição não precisa satisfazer a todas as considerações nomeadas para ser útil.

Outros critérios para a seleção de medidas de desempenho advieram das discussões apresentadas por Jannuzzi (2005), Garcia (2001) e Guimarães e Jannuzzi (2004) sobre os indicadores sociais no contexto da avaliação de políticas públicas. O interesse pela temática dos indicadores sociais e sua aplicação nas atividades ligadas ao planejamento governamental e ao ciclo de formulação e avaliação de políticas públicas vêm crescendo no País, nas diferentes esferas de governo. Tal fato deve-se, entre outros fatores, às mudanças institucionais pelas quais a administração pública passa, em especial, a consolidação da sistemática do planejamento plurianual do governo, o aprimoramento dos controles administrativos dos ministérios, a ênfase da auditoria dos Tribunais de Contas na avaliação do desempenho dos programas, e a reforma gerencial da gestão pública em meados dos anos 1990 (GARCIA, 2001; COSTA e CASTANHAR, 2003)

Esse interesse crescente pelo uso de indicadores na administração pública também está relacionado ao aprimoramento do controle social do Estado brasileiro nos últimos 20 anos, em especial pela mídia, sindicatos e sociedade civil, os quais passaram a ter maior poder de fiscalização sobre o gasto público e a exigir o seu uso mais

eficiente, eficaz e efetivo. Também tem contribuído para a disseminação do uso dos indicadores o acesso facilitado às informações mais estruturadas via novas tecnologias de informação e comunicação.

Os indicadores funcionam como importantes ferramentas gerenciais de gestão para a administração pública ao mesmo tempo em que possibilitam à sociedade civil um fiscalizar, controlar e acompanhar a gestão pública, a partir da democratização de informações básicas que orientarão a discussão política e a avaliação dos efeitos de uma política pública. Estes se constituem em instrumentos que permitem a observação e a mensuração de determinados aspectos da realidade social, ainda que de forma condicionada a um determinado ponto de vista. Ressaltamos que os indicadores são a “descrição por meio de números de um determinado aspecto da realidade, ou números que apresentam uma relação entre vários aspectos” (KAYANO e CALDAS, 2002, p. 2).

No âmbito das políticas públicas, os indicadores sociais são medidas usadas para permitir a operacionalização de um conceito abstrato ou de uma demanda de interesse programático. “Os indicadores apontam, indicam, aproximam, traduzem em termos operacionais as dimensões sociais de interesse definidas a partir de escolhas teóricas ou políticas realizadas anteriormente.” (JANNUZZI, 2005, p. 138)

Os indicadores, via de regra, embasam as atividades de planejamento público e a formulação de políticas sociais nas diferentes esferas de governo, possibilitam o monitoramento das condições de vida e bem-estar da população por parte do poder público e da sociedade civil, bem como permitem o aprofundamento da investigação sobre a mudança social e sobre os determinantes dos diferentes fenômenos sociais (MILES, 1985; NAÇÕES UNIDAS, 1988 apud JANNUZZI, 2005).

A escolha de indicadores sociais para uso no processo de formulação e avaliação de políticas públicas deve ser pautada em um conjunto de propriedades desejáveis e pela lógica estruturante da aplicação, que definirá a tipologia de indicadores mais adequada (JANNUZZI, 2001 apud JANNUZZI, 2005). Seguem os critérios propostos pelo autor utilizados para orientar a seleção dos indicadores do sistema de medição objeto deste estudo:

- a) relevância para a agenda político-social;
- b) validade - as medidas devem ser tão “próximas” quanto possível do conceito abstrato ou da demanda política que lhes deram origem;
- c) confiabilidade;

d) representatividade em relação à realidade empírica em análise, por exemplo, indicadores com boa cobertura territorial ou populacional, ainda que mesmo indicadores de cobertura parcial podem ser úteis;

e) sensibilidade e especificidade - medidas sensíveis e específicas às ações previstas nos programas, possibilitando avaliar rapidamente os efeitos (ou não efeitos) de determinada intervenção;

f) periodicidade com que o indicador pode ser atualizado - indicadores levantados com certa regularidade para que seja possível acompanhar a mudança social, avaliar o efeito de programas sociais implementados, e corrigir eventuais distorções de implementação;

g) factibilidade de obtenção a custos módicos; e

h) comparabilidade do indicador ao longo do tempo de modo a permitir a inferência de tendências e a avaliar efeitos de eventuais programas sociais implementados.

“Nem sempre o indicador de maior validade é o mais confiável; nem sempre o mais confiável é o mais sensível; nem sempre o mais sensível é o mais específico; enfim, nem sempre o indicador que reúne todas essas qualidades é passível de ser obtido”. (JANNUZZI, 2005, p. 143) O importante é que a escolha dos indicadores seja fundamentada na avaliação crítica de critérios estruturados e aplicáveis às políticas públicas sociais, sendo tais indicadores factíveis de serem obtidos e capazes de retratar a realidade analisada da forma mais próxima, com o menor esforço possível.

Esta reflexão nos remete a outra classificação usual dos indicadores - a sua divisão entre objetivos e subjetivos. Os indicadores objetivos referem-se a ocorrências concretas. São construídos, por exemplo, a partir de estatísticas (percentual de domicílios com acesso à rede de água, a taxa de desemprego, entre outros). “Os indicadores subjetivos, por outro lado, correspondem a medidas construídas a partir da avaliação dos indivíduos ou especialistas com relação a diferentes aspectos da realidade, levantados em pesquisas de opinião pública ou grupos de discussão” (JANNUZZI, 2005, p. 143), envolvendo a percepção dos indivíduos sobre a qualidade de vida de determinado grupo social, o nível de confiança nas instituições, o grau de corrupção em uma organização, a *performance* dos governantes, entre outros.

Ainda que se refiram a dimensões sociais semelhantes, indicadores objetivos e subjetivos podem apontar resultados diferentes. Por exemplo, famílias de baixa renda, quando instadas a avaliar suas condições de vida, podem emitir juízos diferentes

daqueles advindos de uma análise baseada em parâmetros normativos e com indicadores objetivos de rendimentos e de infra-estrutura domiciliar. Logo, para Jannuzzi ( 2005) a percepção da população atendida por um programa é certamente importante, desejável e complementar em qualquer sistemática de monitoramento e avaliação, trazendo elementos relevantes sobre a efetividade social de programas, especialmente aqueles difíceis de serem mensurados em uma escala quantitativa.

Tais considerações são de extrema relevância à medida que o sistema de medição proposto engloba indicadores objetivos e subjetivos, considerando o objeto da avaliação em questão. Além disso, dada a dificuldade de obtenção de dados de forma organizada no campo da Educação Ambiental, muitas das vezes tais indicadores poderão ser substituídos pela posição ponderada de especialistas e demais partes interessadas no Programa.

Além da classificação apresentada, há ainda a diferenciação entre indicadores analíticos e sintéticos. Os últimos, ao contemplarem no seu cômputo um conjunto mais amplo de medidas acerca da realidade social, tenderiam a refletir o comportamento “médio” ou situação “típica” em relação ao conceito operacional que lhes deu origem, procurando sintetizar várias dimensões empíricas da realidade econômica e/ou social em uma única medida. No Brasil, há muitas propostas de indicadores sintéticos, com maior ou menor grau de sofisticação metodológica, devido a vários fatores, entre estes, a necessidade de se atender às demandas de informação para formulação de políticas e tomada de decisões nas esferas públicas e, o sucesso do IDH (Índice de Desenvolvimento Humano) e seu impacto, nestes últimos 15 anos, na disseminação da cultura de uso de indicadores nos círculos políticos. (JANNUZZI, 2005) Estas considerações foram de extrema relevância na construção do sistema de monitoramento e avaliação de programas governamentais de educação ambiental, pois levaram não só a seleção de indicadores objetivos e subjetivos, como também a aplicação do conceito de indicadores analíticos e sintéticos, onde se introduziu no referido sistema o “Índice de Equidade” como o indicador síntese de todos os outros, considerado o fim último de um Programa ou Projeto fruto de uma política pública social. Tal índice visa, entre outros objetivos, facilitar a comparação entre Programas Sociais.

#### 4.1.3.7 Identificação, Seleção e Classificação das Medidas de Desempenho

Após a análise dos estudos de Sinha e Samuel (2007), identificamos e organizamos os tipos de medidas de desempenho a serem adotadas no sistema de monitoramento e avaliação de Programas Governamentais de Educação Ambiental por meio da “Hierarquia de Resultados Esperados”, conforme descrita abaixo. A principal alteração realizada, comparando a atual hierarquia com a proposta pelos autores, constituiu-se na introdução de um tipo de medida denominada “Diretriz Geral”. Por se tratar da avaliação de Programas resultados de políticas públicas, esta medida concretizou-se no indicador social sintético denominado “Equidade”, dada a centralidade deste parâmetro para as políticas sociais e sua avaliação (DRAIBE, 2005; SILVA, 2002, entre outros).

Tabela 13: Hierarquia de Resultados Esperados do Sistema de Medição

Hierarquia de Resultados Esperados	Descrição
Diretriz Geral	Parâmetro de Avaliação Global (Equidade) que dá sentido e integra todos os resultados esperados subsequentes.
Diretrizes Específicas	Parâmetros de Avaliação (eficiência, eficácia, equidade). De forma geral, descreve o que se deve alcançar.
Objetivo Geral	Estado final desejado referente a um esforço empreendido, deriva das diretrizes.
Objetivo Específico	Afirmção específica que funciona como um desdobramento do objetivo geral, como instrumento para alcance daquele objetivo.
Medida de Performance	Objetivo especificado de uma forma mensurável. Indicador de desempenho, Indicador de performance, Atributo de performance.
Critério de Desempenho	Definição específica atrelada a uma medida de performance.
Padrão de Desempenho	Valor estabelecido para um critério de performance que claramente define o estado desejável do estado indesejável, no que diz respeito ao desempenho. Nível mínimo de um serviço. Definição do nível mínimo esperado para o critério de desempenho.

FONTE: Adaptado de SINHÁ e SAMUEL, 2007, p. 22

Dada a relevância dos parâmetros para a estruturação do sistema de monitoramento e avaliação, passamos a defini-los a seguir, conforme a sua aplicação no sistema de medição (COSTA e CASTANHAR, 2003).

Equidade - distribuição justa e igualitária dos benefícios do Programa; procura avaliar o grau em que os benefícios de um programa estão sendo distribuídos de maneira justa e compatível com as necessidades do usuário.

Eficiência - organização/aplicação ótima dos recursos, tendo em vista o alcance dos resultados esperados; “termo originado nas ciências econômicas que significa a menor relação custo/benefício possível para o alcance dos objetivos estabelecidos no programa” (IDEM, 973). Tem foco na redução de custos e na resolução de problemas.

Eficácia - alcance dos resultados diretos esperados no curto prazo; medida do grau em que o programa atinge os seus objetivos e metas. Tem foco na identificação de oportunidades e necessidades das comunidades/sociedade.

Efetividade - alcance de resultados esperados diretos e indiretos no médio e longo prazo garantindo a perpetuação/ampliação dos resultados obtidos com o Programa devido ao atendimento das necessidades atuais e futuras dos diversos grupos sociais/sociedade; indica se o projeto tem efeitos (positivos) no ambiente externo em que interveio, em termos técnicos, econômicos, socioculturais, institucionais e ambientais. Inclui a possibilidade de geração de novos direitos para grupos sociais/sociedade.

Segundo Kayano e Caldas (2002) “avalia-se o desempenho das políticas e programas, medindo-se o grau em que seus objetivos foram alcançados (eficácia), o nível de utilização de recursos (eficiência) ou as mudanças operadas no estado social da população alvo (impacto)” (p. 4). Estes autores colocam que a experiência americana consagrou as análises de desempenho a partir da eficácia – comparação entre resultados alcançados e objetivos propostos – e da eficiência, no qual os recursos utilizados são parâmetros para analisar os resultados, por exemplo, análise de custo/benefício. Além dos parâmetros de eficiência e eficácia que buscam avaliar os processos de implementação e os resultados das políticas públicas, há também critérios para avaliação de impacto da política pública em questão. Para Garcia (2001), um processo sistemático de avaliação conduz à verdadeira gestão pública, o que implica benefícios para a grande maioria da população brasileira que tanto “necessita de uma ampla presença do poder público, conduzida com eficiência, eficácia e equidade.” (p. 5)

No sistema de medição proposto, a categoria “Objetivos Gerais” incluiu, como desdobramento dos parâmetros, acima citados, os objetivos relativos à melhoria do desempenho operacional e do desempenho econômico-financeiro, à satisfação do beneficiário, bem como objetivos mais voltados para o conteúdo específico de um

Programa de Educação ambiental. Neste caso, tais objetivos expressaram os aqueles anteriormente identificados (ver 4.1.2.9 Identificação dos Objetivos do Campo/Setor), os quais foram sintetizados nas expressões construção de uma sociedade ecologicamente equilibrada, culturalmente diversa, socialmente justa e politicamente atuante. (LAYRARGUES. P. P. In LOUREIRO, LAYRARGUES, e CASTRO, 2006; Tratado de Educação Ambiental para Sociedades Sustentáveis e Responsabilidade Global. 1992). A partir desses objetivos gerais, foram elaborados ainda os objetivos específicos para possibilitar a definição dos indicadores, enquanto instrumentos para operacionalização de conceitos.

Os indicadores foram definidos com base não só na literatura e nos documentos dos órgãos oficiais, como também no levantamento de campo, onde os especialistas enunciaram as medidas que deveriam compor sistemas de avaliação de Programas Governamentais de Educação Ambiental. Neste ponto, cumpre ressaltar que todas as medidas de desempenho propostas tiveram como critério de desempenho o seu cálculo em termos percentuais. Desta forma, procuramos equalizar os indicadores de modo a permitir a sua integração, considerando a “Hierarquia de Resultados Esperados”. Por exemplo, o objetivo “Favorecer o desenvolvimento local” é verificado pela soma dos resultados dos indicadores “Processos econômicos criados que consideram a sustentabilidade ambiental, social e cultural da região visando o desenvolvimento local”, “Beneficiários impactados com a criação de processos econômicos que consideram a sustentabilidade ambiental, social e cultural da região” e “Renda Gerada” – todos medidos por meio de percentuais.

No sistema de medição proposto, de acordo com as proposições de Kayano e Caldas (2002), foram elaborados indicadores capazes de descrever e captar mudanças na realidade essencialmente qualitativa, expressos em índices, a partir de ponderações, que sintetizam um conjunto de aspectos abrangentes da realidade e buscam representar conceitos mais abstratos e complexos, tais como, a melhoria na qualidade de vida de uma comunidade.

No entanto, sabemos que os indicadores estão sempre sujeitos a questionamento, pois representam a escolha de determinados aspectos da realidade, o que não ocorre de forma neutra. Opções políticas e distintas visões da realidade influenciam a sua construção. Quando da elaboração do sistema de medição, assumimos que um indicador consiste em um instrumento que auxilia na interpretação da realidade, mas não substitui uma análise qualitativa, minuciosa e particular do fenômeno analisado. (KAYANO e

CALDAS, 2002). Também temos conhecimento de que para a análise de Programas resultados de políticas públicas, bem como para o julgamento dos efeitos das próprias políticas faz-se necessário um sistema de avaliação globalizante, capaz de sintetizar diversos aspectos da realidade e de diversos contextos propiciando uma análise “mais horizontal” dos fenômenos.

Segundo Mendonça e Souto de Oliveira (2001 apud GUIMARÃES e JANNUZZI, 2004) na estruturação de indicadores de desempenho poder haver uma “excessiva preocupação com a ‘operacionalização do fenômeno.’” (p. 95) Muitas das vezes, segundo os autores, há o risco deste processo acabar “produzindo uma inversão, mediante a qual o indicador — medida operacional do conceito — acaba por deslocar e ocupar o lugar do conceito” (IDEM). Por exemplo, efetua-se a substituição do todo, do conceito de desenvolvimento humano, a ser considerado em suas múltiplas e complexas dimensões, pela parte, no caso, o IDH, restrita às três dimensões contempladas por este indicador.

Para minimizar as restrições da pesquisa avaliativa mencionadas acima, destacamos algumas características do sistema de medição elaborado. Cumpre ressaltar que o sistema de monitoramento e avaliação, construído a partir de uma ampla e estruturada metodologia, se propôs a abranger os requisitos postos para os Programas de Educação Ambiental de forma participativa. Além disso, foi organizado para trabalhar na síntese entre a abordagem qualitativa e quantitativa de levantamento e análise dos dados, evitando-se, inclusive, a “reificação” das medidas. Visou contribuir para solucionar um desafio, ainda aberto, segundo Silva (2002) - a necessidade de se combinar elementos qualitativos e quantitativos de avaliação na perspectiva da ação de governo. Os padrões de desempenho que compõem a “Hierarquia de Resultados Esperados” visam definir o estado desejável do estado indesejável de desempenho. Porém, às medidas de desempenho propostas podem e devem se somar os comentários qualitativos dos avaliadores, segundo a sistemática de avaliação construída.

Esperamos que o sistema aqui proposto possibilite a realização de um processo avaliativo apropriado para indicar o desempenho de Programas; construir diagnósticos sobre a realidade social; apoiar o desenho e a revisão de determinadas políticas e programas públicos. Na prática, tal sistema deverá permitir que as informações advindas do processo de avaliação instituído permitam o alcance dos objetivos da avaliação, segundo Silva e Costa (2002): identificar e incentivar os programas que funcionam com

mais efetividade, eficiência e qualidade; orientar aqueles com fraco desempenho, no sentido de seu aperfeiçoamento, da correção de erros e da superação de obstáculos.

#### 4.1.3.8 Adoção de Critérios para a Priorização das Medidas de Desempenho

A eficácia do processo de avaliação está diretamente relacionada à quantidade e qualidade das informações coletadas. (TENÓRIO, 1995) Durante a aplicação da metodologia para a construção do referido sistema, buscou-se a otimização de duas vertentes de análise para a seleção dos indicadores e método de medição das variáveis. A ampla lista de requisitos elaborada e a posição de especialistas e gestores quanto à aplicabilidade de um conjunto muito vasto de indicadores. Uma análise técnica e estratégica foi realizada para a seleção final dos indicadores e do método de medição com o propósito de possibilitar a avaliação de todo e qualquer Programa Governamental de Educação Ambiental, dada a opção por uma estrutura abrangente de medidas de desempenho ancoradas na concepção mais ampla e complexa de Educação Ambiental, vinculada à mudança social; às políticas públicas e à ampliação de direitos e geração de outros para os cidadãos. A descrição dos indicadores no guia “Critérios de Referência para Planejamento, Implementação, Monitoramento e Avaliação de Programas Governamentais de Educação Ambiental” facilitou esta análise.

De acordo com os critérios de adequação, dimensão, mensurabilidade, realidade, previsibilidade e justificativa (SINHA e SAMUEL, 2007), foram retirados do Sistema inicialmente desenhado os seguintes indicadores.

Tabela 14: Priorização das Medidas de Desempenho

<b>Indicador</b>	<b>Justificativa</b>
Tipo de alternativas de ações/projetos articulados a políticas públicas existentes	Passou a integrar o indicador “Alternativas de ações/projetos articulados a políticas públicas existentes, de modo a otimizar recursos, integrar ações e potencializar resultados” como critério de análise do indicador.
Tipos de mudança em práticas sociais e padrões de comportamento com foco na criação de sociedades sustentáveis, identificados com a implementação dos projetos em EA (mudança de hábitos; adoção de tecnologias sustentáveis; oferta de capacitação; alteração em regras e políticas de funcionamento; criação de tecnologias sustentáveis; criação de formas de produção sustentáveis, criação de regras e políticas de funcionamento)	Passou a integrar o indicador “Abrangência dos impactos esperados com os projetos” como critério de análise do indicador.

Foco das mudanças (indivíduo, instituição, comunidade)	Passou a integrar o indicador “Abrangência dos impactos esperados com os projetos” como critério de análise do indicador.
Variação da renda per capita média dos agentes que ingressaram na economia local	Passou a integrar o indicador “Renda Gerada” como critério de análise do indicador, evitando-se indicadores prescritivos.
Indivíduos participantes de Grupos organizados	Foi retirado, considerando prioritariamente os critérios de previsibilidade e justificativa.
Tipos de Grupos organizados – voluntários, profissionais, institucionais, associações, cooperativas, comitês, entre outros – que atuam em programas de intervenção em educação ambiental, apoiando e valorizando suas ações.	Foi retirado, mantendo-se no sistema o indicador “Criação ou fortalecimento de grupos organizados – voluntários, profissionais, institucionais, associações, cooperativas, comitês, entre outros – a partir do Programa de Educação Ambiental, apoiando, executando e/ou valorizando suas ações.”
Tipo de atividades propostas pelos grupos organizados	Passou a integrar o indicador “Atividades de EA realizadas pelos grupos organizados” como critério de análise.
Capacidade da comunidade de se organizar (grupos) e definir critérios para aprovação e acompanhamento de projetos	Foi inserido no indicador “Capacidade da comunidade de se organizar (grupos) para estabelecer critérios para a aprovação, captação e proposição de projetos de educação ambiental voltados para a melhoria da qualidade de vida de todos, discutindo prioridades sociais junto às agências financiadoras e/ou órgãos públicos envolvidos” de modo a torná-lo mais abrangente, reunindo variáveis relacionadas.
Representatividade dos participantes do(s) grupo(s) organizado(s)	Foi englobado no indicador “Setores da sociedade representados nos Grupos”
Periodicidade de acompanhamento	Foi retirado, considerando prioritariamente os critérios de mensurabilidade, realidade, previsibilidade e justificativa.
Previsão de beneficiários	Passou a integrar o indicador “Mudança/ampliação/criação de políticas públicas: implementação de cursos de ação que culminem na criação de novas políticas públicas ou alteração ou ampliação no escopo de políticas públicas existentes, viabilizando o acesso a direitos que redundem na melhoria da qualidade de vida de todos” como critério de análise
Tipos de resultados/impactos previstos	Passou a integrar o indicador “Mudança/ampliação/criação de políticas públicas: implementação de cursos de ação que culminem na criação de novas políticas públicas ou alteração ou ampliação no escopo de políticas públicas existentes, viabilizando o acesso a direitos que redundem na melhoria da qualidade de vida de todos” como critério de análise

#### 4.1.3.9 Definição da Sistemática de Avaliação

Um Sistema de Monitoramento e Avaliação, ainda que represente o resultado da aplicação de uma metodologia estruturada de construção, bem como seja composto por medidas de desempenho organizadas, integradas e expressas em uma “Hierarquia de Resultados Esperados”, por si só não se mostra suficiente para propiciar a execução de

um processo avaliativo. Por isso, além do Sistema de Monitoramento e Avaliação de Programas Governamentais de Educação Ambiental foi elaborada, de modo interdependente, uma Sistemática de Avaliação, também validada pelos especialistas, a qual passamos a apresentar. Para tal, relacionaremos as características do Sistema e suas implicações para tal Sistemática de Avaliação.

O sistema de medição proposto apresenta um conjunto de medidas de desempenho expressas segundo a seguinte hierarquia: Diretriz Geral; Diretrizes Específicas; Objetivos Gerais; Objetivos Específicos; Medidas de Desempenho e Critérios de Desempenho. As medidas de desempenho – indicadores - podem ser adotadas para a realização da avaliação dos Programas integral ou parcialmente, de modo que seja preservada a premissa de que os objetivos específicos dos Programas de EA elencados no sistema de avaliação e monitoramento sejam todos avaliados, ainda que não por todos os indicadores propostos. Desta forma, o sistema adquire uma plasticidade necessária ao mesmo tempo em que aumenta seu grau de exequibilidade, respeitando-se as realidades locais onde os Programas são executados; a disponibilidade de recursos materiais, humanos e financeiros para a execução da avaliação, entre outros fatores. Ressalta-se, no entanto, que uma avaliação ética e transparente não deve excluir indicadores para mascarar o não alcance de metas e objetivos do Programa a ser analisado. Deve-se garantir que os indicadores utilizados permitam a avaliação do objetivo específico em questão. No caso de algum indicador não estar sendo aplicado, faz-se necessário distribuir o peso a este associado pelos demais indicadores vinculados ao objetivo específico em questão.

Dada a complexidade da avaliação de Programas Governamentais de Educação Ambiental resultantes de políticas públicas, inseridos na dinâmica social, o sistema de medição abrange indicadores objetivos e subjetivos; analíticos e sintéticos, variando de medidas mais simples até as mais complexas. No entanto, para que fosse possível operarmos sobre os indicadores, todos foram equalizados em termos percentuais (critério de desempenho). As métricas que podem compor o seu resultado dependem, na maioria das vezes, da especificidade de cada programa. Os indicadores, de modo geral, foram construídos para não prescrever métricas. Por exemplo, o indicador “Satisfação dos beneficiários com o Programa” proposto no sistema pode ser medido de diversas formas.

Para possibilitar a execução da avaliação com base no sistema de medição proposto e auxiliar na delimitação do escopo de cada indicador, foi criado um guia

denominado “Critérios de Referência para Planejamento, Implementação, Monitoramento e Avaliação de Programas Governamentais de Educação Ambiental”, o qual sintetiza a sistemática de avaliação criada. Para tal, conta com a definição de critérios para dar suporte à atribuição de valor para cada uma das medidas de desempenho do sistema, expressando, ainda, a complementaridade entre as abordagens qualitativa e quantitativa. No Guia, para cada indicador há:

a) “Descrição”, o qual contém o objeto de medição do indicador proposto, bem como a forma como este pode ser medido;

b) “Critérios e indicativos para Avaliação”; desdobra o objeto de medição do indicador em princípios e práticas observáveis e mensuráveis;

c) “Comentários”, onde o avaliador, de modo qualitativo, evidencia o grau de atendimento aos critérios de avaliação; e

d) “Tabela para Atribuição de Valor Síntese” ao indicador em questão. Neste ponto, orienta-se o avaliador para atribuir determinado valor ao indicador em questão dentro da faixa percentual selecionada, desde que sejam atendidas todas as exigências ali indicadas. Caso contrário, o avaliador deverá escolher a faixa percentual logo abaixo. Deste espectro de valores, deverá, então, apontar o valor percentual atribuído ao indicador em análise.

Com esta estrutura, espera-se que o avaliador ao operar seu julgamento, com base em informações qualitativas e quantitativas, por meio de sucessivas análises e sínteses, elabore interpretações e conclusões com maior aprofundamento e fidedignidade, visando uma avaliação mais contextualizada, ampla e precisa. O guia permite que o avaliador colete as evidências necessárias para dar suporte a sua tomada de decisão por meio de variados métodos, tais como: análise de documentos, realização de entrevistas, observação etc.

O referido guia, contendo os critérios de referência para planejamento, implementação, monitoramento e avaliação de Programas Governamentais de Educação Ambiental, teve como base algumas metodologias de avaliação, conforme descreveremos a seguir. Primeiramente, a elaboração do referido conjunto de critérios integrado ao sistema de medição proposto teve como base o Modelo de Avaliação da Gestão das Organizações, o qual se apóia nos Critérios de Excelência da Fundação Nacional da Qualidade (FUNDAÇÃO NACIONAL DA QUALIDADE, 2009). Tal influência se deve ao fato deste, entre outros fatores, apresentar requisitos de avaliação organizados por critérios; trabalhar de forma integrada com informações qualitativas e

quantitativas; permitir a atribuição de percentuais para expressar a síntese do julgamento realizado pelo avaliador sobre o desempenho da gestão de uma organização em determinado critério; e, ainda, apresentar a síntese do julgamento pelo avaliador sobre o desempenho global da gestão por meio de faixas de pontuação.

O contato com os estudos de Silva (2002) voltados para a importância e uso da função avaliação no âmbito da ação governamental na América Latina nos fez refletir sobre a estruturação, de forma padronizada, do conteúdo para expressar o resultado de cada indicador. Principalmente, porque o autor, ao desenvolver uma proposta de metaavaliação, ou seja, um processo de análise crítica sobre os estudos avaliativos realizados apontou-nos uma relevante questão:

é muito difícil estabelecer um gradiente objetivo de pontuação para variáveis que não correspondem estritamente a produtos quantificáveis. Essa é uma dificuldade conhecida dos processos de avaliação e se rebate com muita força no caso da metaavaliação. Seria ingênuo construir uma estrutura de metaavaliação baseada em quantitativos formais, como por exemplo os números de planilhas preenchidas, de *surveys* realizados ou de programas avaliados segundo diferentes técnicas. (p. 65)

Para o autor, os indicadores operacionais quantitativos são informações necessárias à gestão interna dos órgãos e entidades responsáveis pela avaliação, porém dizem pouco sobre a eficácia da função avaliação no conjunto da ação governamental. “Por outro lado, a análise baseada apenas em referenciais teóricos abertos – mesmo que adequados à detecção dos principais problemas de cada caso analisado – torna difícil a identificação de pontos comuns e peculiares entre diferentes contextos considerados.” (IDEM, p. 65)

As reflexões postas por Silva (2002) são extremamente relevantes para o caso da avaliação de Programas Sociais, em especial, Programas Governamentais de Educação Ambiental. Ora, indicadores como número de cursos desenvolvidos; número de participantes; número de horas gastas com treinamento em educação ambiental, entre outros, embora comuns na literatura, são exemplos, de indicadores que não possibilitam a análise da qualidade e mérito dos Programas. Por isso, pareceu-nos que organizar a avaliação de cada indicador por meio de gradientes - situações qualitativamente diferentes, na perspectiva de uma lógica de *continuum*, de evolução - seria uma forma coerente de tratar o objeto da avaliação em questão.

Em síntese, as referências estudadas de sistemas de avaliação existentes, nos fizeram experimentar e refletir, após várias aproximações em termos de modelos de avaliação, sobre a possibilidade de organizar a análise de cada indicador que compõe o

sistema de medição à luz de um conjunto de critérios de acordo com o estado da arte em Educação Ambiental e Políticas Públicas, o qual inclui a análise conjugada de um conjunto de variáveis, associadas a informações qualitativas e quantitativas desejáveis. Além disso, foram organizadas para cada indicador três situações básicas de comportamento daquela medida de desempenho. Cada situação básica contém faixas de pontuação para que o avaliador possa efetivamente julgar o indicador em questão por meio, primeiramente de uma análise qualitativa expressa em comentários e uma avaliação quantitativa sintética expressa em um percentual. São estas: 0% a 39%; 40% a 69%; e 70% a 100%.

Para cada faixa de pontuação, estruturamos um gradiente de situações. A aplicação da noção de gradiente à Sistemática de Avaliação de Programas Governamentais de Educação Ambiental deve possibilitar por meio das formalizações postas em cada uma das três situações propostas na avaliação do indicador a comparação de resultados diferentes advindos de diversos programas. As situações indicam três níveis propostos de aplicação na realidade dos conceitos, segundo o estado da arte em políticas públicas e educação ambiental, de modo a apresentar o maior grau possível de objetividade no tratamento dos requisitos considerados em cada indicador.

Abaixo citamos um exemplo de critérios gerais de pontuação que perpassam a lógica dos gradientes presentes na proposta de metaavaliação do autor:

- 0 - situação de preenchimento nulo, seja por não aplicabilidade, seja por degradação/perda de capacidade acentuada com relação ao requisito considerado;
- 1 - situação de preenchimento básico do requisito considerado, em geral correspondente aos preceitos usuais de rotina burocrática, sem maiores inovações com respeito à eficácia da ação governamental;
- 2 - situação de preenchimento potencialmente inovador, com a existência de planos estruturados de melhoria institucional e/ou experimentos piloto relevantes com relação ao requisito considerado;
- 3 - processo de inovação/reestruturação em curso, com número significativo de programas avaliados/enquadrados de acordo com sistemática inovadora relativa ao requisito considerado;
- 4 - requisito plenamente preenchido em um ambiente de maturidade institucional que propicia sua máxima absorção em favor do ganho de eficácia da ação pública como um todo. (SILVA, 2002, p. 65 e 66)

Tal qual o autor, acreditamos que um maior detalhamento da escala mediante interpolação de níveis intermediários aos três níveis propostos para avaliação do indicador em nosso sistema de medição não parece ser compatível, hoje, com o conhecimento objetivo de cada um dos requisitos de desempenho dos Programas de Educação Ambiental, tal qual se mostram na realidade.

Outra referência para o desenvolvimento da sistemática de avaliação aqui apresentada constituiu-se na Metodologia de Avaliação Formativa desenvolvida por Silva e Costa (2002) para dar suporte à análise de Políticas Públicas, Programas e Projetos. A proposta metodológica dos autores citados visa: a avaliação de processo (diferentemente da avaliação de impacto); a análise da repercussão imediata do processo de implementação junto a usuários e beneficiários dos programas; e constituir-se *policyoriented* na sua vocação, conforme descrito no item “2. 6. 1 Avaliação Formativa com o foco no processo de implantação”. Interessante registrar também que esta estratégia de avaliação tem foco nas atividades gerenciais em face das estruturas de recursos e procedimentos que concretizam as políticas e os programas, e não no conteúdo intrínseco das próprias políticas, programas e medidas.

Orientada por módulos de análise, a metodologia compreende o primeiro módulo, o qual tem como resultado da análise a reconstituição da estratégia de implementação dos programas, desde seu desenho inicial até sua configuração mais recente. O segundo módulo, onde há a análise do processo de implementação propriamente dito, a partir do exame da ação dos agentes implementadores em cada elo considerado crítico na operacionalização de um determinado programa. E, ainda, o terceiro módulo, o qual compreende a avaliação das opiniões e expectativas dos usuários ou beneficiários dos bens ou serviços oferecidos à população no âmbito de cada programa. Tem foco nos atores que interferem nas decisões dos agentes implementadores por meio de demandas e sugestões.

A metodologia proposta por Silva e Costa (2002) visa abandonar tipologias tradicionais de classificação dos programas baseadas mais nas áreas básicas do conteúdo da intervenção, por exemplo, saúde, educação, trabalho e renda, infraestrutura urbana, etc.; ou em problemas ou clientela tais como: erradicação do analfabetismo, combate à pobreza, atenção materno-infantil, proteção à família, proteção aos idosos, entre outros. Para isso apresenta a classificação dos programas segundo um conjunto de variáveis que identifica com clareza atributos simultaneamente específicos e generalizáveis dos programas. A partir do exposto, os autores apresentam um quadro com uma tipologia exploratória fundamentada nas características básicas do desenho de um programa para fins de sua implementação. Isso determina, por sua vez, a construção de instrumentos de pesquisa que sejam adaptáveis a estas situações.

Variável	Valor		
	Situação 1	Situação 2	Situação 3
Perfil do gasto público	Adequado	Mediamente adequado	Inadequado
Forma de organização	Muito complexa	Mediamente complexa	Pouco complexa
Organização da demanda	Alta organização	Média organização	Baixa organização
Aderência à demanda	Alta flexibilidade e adaptabilidade	Média flexibilidade e adaptabilidade	Baixa flexibilidade e adaptabilidade

Quadro 1: Conjunto de Possibilidades para Avaliação de Resultado de Programas Sociais

Fonte: NEPP/UNICAMP, 2000 apud SILVA e COSTA, 2002, p. 27

Especificamente a classificação das situações dos programas contida na Metodologia desenvolvida para a avaliação formativa (SILVA e COSTA, 2002) inspirou-nos no conteúdo da descrição de cada situação que compõe o indicador a ser analisado. Como garantir a gradação das situações, sem torná-las categorias excessivamente fechadas e sem levá-las a perder a tal especificidade, respeitando-se a criatividade e o senso crítico do avaliador? Uma das maneiras encontradas, quando não foi possível evidenciar de forma tão objetiva as três situações postas na avaliação do indicador, baseou-se na diferenciação do conteúdo de cada situação por meio de afirmativas, parte delas caracterizadas por adjetivos e advérbios. Por exemplo, segue um tipo de afirmativa relativa ao indicador “Percentual de Qualidade do Diagnóstico”. Situação 1: “O diagnóstico possibilita o planejamento do Programa de EA pouco articulado às políticas públicas, programas e projetos afins ao Programa.”. Situação 2: “O diagnóstico possibilita o planejamento do Programa de EA mediamente articulado às políticas públicas, programas e projetos afins ao Programa de EA”. Situação 3: “O diagnóstico possibilita o planejamento do Programa de EA de modo altamente articulado às políticas públicas, programas e projetos afins ao Programa de EA”.

A seguir, apresentamos a estrutura desenvolvida para cada indicador do sistema, utilizando como exemplo o conteúdo referente ao indicador “Abrangência dos impactos esperados com os projetos coletivos (como desdobramentos do Programa de Educação Ambiental). O guia completo - “Critérios de Referência para Planejamento, Implementação, Monitoramento e Avaliação de Programas Governamentais de Educação Ambiental”, encontra-se no ANEXO E.

### **Indicador 35**

Abrangência dos impactos esperados com os projetos coletivos (como desdobramentos do Programa de Educação Ambiental)

#### **Descrição**

Este indicador visa medir o percentual de abrangência dos impactos esperados com os projetos. Inclui a análise de diversas variáveis, tais como: resultados a serem obtidos a partir de ações de intervenção na realidade local; resultados a serem obtidos com ações de multiplicação de informações; resultados a serem obtidos em nível individual, institucional e/ou comunitário; resultados de curta permanência, média e longa; resultados pontuais; resultados estruturais e sistêmicos; e resultados sustentáveis. Tendo em vista que os Programas de Educação Ambiental visam a busca da melhoria das condições de vida no planeta, faz-se necessário que estes sejam planejados de forma a produzir resultados e impactos duráveis, amplos e representativos. Este indicador propicia a análise sobre o quanto o Programa contribuiu para a formação de sujeitos capazes de identificar cursos de ação e os resultados que devem ser planejados para que um Projeto de Educação Ambiental alcance seus objetivos de melhoria das condições de vida das comunidades de forma estruturada e duradoura.

#### **Critérios e Indicativos para Avaliação**

<b>Abrangência dos impactos esperados com os projetos coletivos (como desdobramentos do Programa de Educação Ambiental)</b>
Os projetos coletivos de Educação Ambiental são compatíveis com os riscos, problemas, conflitos e potencialidades tratadas pelo Programa?
Os projetos coletivos de Educação Ambiental englobam questões socioambientais inicialmente não tratadas pelo Programa, evidenciando a transferência de aprendizados e a reflexão contínua?
Os projetos coletivos de Educação Ambiental que visam a intervenção na realidade têm foco na melhoria das condições de vida das comunidades/beneficiários do Programa, incluindo ações de melhoria nos diversos espaços sociais existentes?
Os projetos coletivos de Educação Ambiental trabalham com a construção e implementação de práticas sustentáveis de uso dos recursos de modo estruturante e articulado à vida comunitária, na perspectiva da busca de novos modos de vida?
Os projetos coletivos de Educação Ambiental possuem foco na organização e na mudança social*, visando resultados com permanência no longo prazo?
Os projetos coletivos de Educação Ambiental contemplam ações estruturais e sistêmicas, de modo a garantir a perpetuação dos resultados no tempo?
Os projetos coletivos de Educação Ambiental tendem a ser sustentáveis, considerando o tipo de ações que contemplam, a sua organização e os mecanismos de obtenção de recursos?
As mudanças propostas abrangem toda a comunidade?
Os projetos coletivos de Educação Ambiental superam as iniciativas com foco restrito em mudanças nos hábitos do indivíduo e/ou nas rotinas e equipamentos de instituições?
Os projetos coletivos de Educação Ambiental contemplam ações de interferência nos modos de vida da

comunidade (mudança em relações e práticas sociais; adoção e criação de “tecnologias limpas”; oferta de capacitação; alteração de regras, leis e políticas públicas; criação/alteração de formas de produção, valorizando as práticas locais e sustentáveis, entre outras)?

Os projetos coletivos de Educação Ambiental buscam resultados para além daqueles restritos às instituições (mudanças em práticas sociais e padrões de comportamento, adoção e criação de tecnologias limpas aplicadas a processos produtivos e instalações, oferta de capacitação e mudanças em processos administrativos e tecnológicos e regras de funcionamento das instalações) ou às mudanças individuais (oferta de capacitação, mudanças de hábitos e atitudes)?

### Comentários

--

**Tabela para Atribuição de Valor Síntese**

Percentual de Abrangência dos impactos esperados com os projetos coletivos (como desdobramentos do Programa de Educação Ambiental)			
0% a 39%	40% a 69%	70% a 100%	Valor
Poucos projetos coletivos de Educação Ambiental visam a intervenção na realidade com foco na melhoria das condições de vida das comunidades/beneficiários do Programa e são compatíveis com os riscos, problemas e/ou conflitos tratados pelo Programa.	Alguns projetos coletivos de Educação Ambiental visam a intervenção na realidade com foco na melhoria das condições de vida das comunidades/beneficiários do Programa e são compatíveis com os riscos, problemas e/ou conflitos tratados pelo Programa.	A maioria dos projetos coletivos de Educação Ambiental visa a intervenção na realidade com foco na melhoria das condições de vida das comunidades/beneficiários do Programa e é compatível com os riscos, problemas e/ou conflitos tratados pelo Programa.	
Poucos projetos coletivos de Educação Ambiental trabalham com a construção e implementação de práticas sustentáveis de uso dos recursos de modo estruturante e articulado à vida comunitária, na perspectiva da busca de novos modos de vida. Tratam-se mais de ações pontuais ligadas à mudança de hábitos e costumes dos participantes.	Alguns projetos coletivos de Educação Ambiental trabalham com a construção e implementação de práticas sustentáveis de uso dos recursos de modo estruturante e articulado à vida comunitária, na perspectiva da busca de novos modos de vida. Tratam-se mais de ações pontuais ligadas às instituições dos participantes.	A maioria dos projetos coletivos de Educação Ambiental trabalha com a construção e implementação de práticas sustentáveis de uso dos recursos de modo estruturante e articulado à vida comunitária, na perspectiva da busca de novos modos de vida.	
A maioria dos projetos coletivos de Educação Ambiental tem somente foco na mudança cultural*.	Alguns projetos coletivos de Educação Ambiental têm foco na organização social e na mudança social, superando a busca de resultados restritos às instituições e/ou aos sujeitos individualmente.	A maioria dos projetos coletivos de Educação Ambiental tem foco na organização social e na mudança social, superando a busca de resultados restritos às instituições e/ou aos sujeitos individualmente.	
Quase nenhum projeto tende a produzir resultados sustentáveis no tempo e no espaço.	Poucos projetos tendem a produzir resultados sustentáveis no tempo e no espaço.	A maioria dos projetos tende a produzir resultados sustentáveis no tempo e no espaço.	

Ou não foram desenvolvidos projetos coletivos de Educação Ambiental.			
--	--	--	--

Figura 4: Estrutura da Sistemática de Avaliação

Com o sistema de monitoramento e avaliação estruturado, após definição e priorização das Medidas de Desempenho (item 4. 1. 3.8 Adoção de Critérios para a Priorização das Medidas de Desempenho), bem como com a sistemática de avaliação desenhada, foi possível executar a próxima etapa da metodologia de construção do sistema de medição, a qual consiste na validação pelos especialistas de todo o material produzido.

#### 4.1.3.10 Validação do Sistema e Hierarquização de Medidas de Desempenho

Sobre a etapa de validação destacamos o seu caráter extremamente relevante no contexto da metodologia de construção do sistema de medição em questão. Esta nos remete à discussão e ênfase sobre a participação das partes interessadas no ciclo de políticas públicas (ROWE e FREWER, 2004, GUTRICH *et al.*, 2005, ANANDA, 2007; McINTYRE e KYLE, 2006), em especial na fase de avaliação. Segundo Henry (2002), inúmeros padrões e estruturas que orientam a realização de avaliações eficazes incluem requisitos voltados para o envolvimento das partes interessadas nesta etapa. Milstein e Wetterhall (1999 apud HENRY, 2002), ao proporem um referencial para a avaliação, afirmam que as partes interessadas devem ser incluídas na investigação para garantir que as suas perspectivas sejam compreendidas. Quando as partes interessadas não são envolvidas, a avaliação pode não abranger elementos importantes dos objetivos, resultados e operações de um programa. Neste caso, os achados da pesquisa avaliativa podem ser criticados ou até mesmo ignorados, caso não tenham sido incorporados os seus valores e preocupações. Em outras palavras, a participação das partes interessadas para a obtenção de avaliação eficaz mostra-se inevitável, ocupando quase que um lugar de dogma na teoria sobre sua formulação e implementação.

As partes interessadas com certeza contribuem de diversas formas para o processo de avaliação, por exemplo, apontando como os julgamentos sobre um determinado programa devem ser construídos, fornecendo informações relevantes para os avaliadores que não são expertises no seu conteúdo, ou ainda, legitimando os resultados das avaliações. No entanto, não podemos deixar de mencionar que Henry

(2002), por outro lado, afirma que existem avaliações bem sucedidas que não contaram com a participação pública. Ou ainda, a ampla participação das partes interessadas pode não ser necessária ou, em outros casos, insuficiente para o seu sucesso. De acordo com o autor (IDEM) a importância do grau de participação varia. Diversos arranjos podem conduzir um processo de avaliação a resultados eficazes. Alguns, talvez a maioria, devam incluir a participação das partes interessadas. Entretanto, há poucas evidências sobre a extensão do envolvimento das partes interessadas para o alcance de uma avaliação bem sucedida ou o quanto as avaliações são aprimoradas em relevância, foco e precisão com sua ampla participação.

Considerando as várias possibilidades de participação das partes interessadas na avaliação, ao longo deste estudo, destinado à construção participativa de um modelo de avaliação para Programas Governamentais de Educação Ambiental, optamos por envolver as partes interessadas na própria elaboração do referido sistema. Contamos com a participação de formuladores, implementadores e executores de políticas públicas no levantamento dos objetivos e medidas de desempenho para compor o sistema de monitoramento e avaliação de Programas Governamentais de Educação Ambiental. Além disso, inserimos a participação de especialistas da área no cerne da pesquisa, ou seja, para validar, por meio de um processo de análise crítica, o próprio modelo de avaliação proposto.

Durante a fase de validação do sistema de medição e da sistemática de avaliação, algumas decisões metodológicas foram tomadas. Quem, quando, onde e como poderia validar o modelo de avaliação? Como garantir a representatividade necessária dos especialistas que participariam desta fase? Como o estudo aborda a avaliação de Programas Governamentais de Educação Ambiental fruto de políticas públicas, consideramos relevante ter especialistas de um órgão público com abrangência nacional e que, portanto, tivessem vinculados ao Ministério do Meio Ambiente (MMA). Além disso, sua atuação deveria abranger a formulação de políticas públicas, estabelecendo requisitos para o desenvolvimento de Programas de Educação Ambiental. Considerando-se estes critérios no planejamento da validação, optou-se por ter a atuação de especialistas do IBAMA - Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis, da Diretoria de Licenciamento Ambiental - DILIC, em especial da Coordenação Geral de Petróleo e Gás. Este órgão atua no licenciamento de significativos empreendimentos no país, onde a Educação Ambiental dentro deste contexto tem, então, suas diretrizes, estratégias e procedimentos bem definidos.

Inclusive, as últimas notas técnicas produzidas por este órgão já fizeram parte da lista de requisitos que orientou a definição dos indicadores de desempenho (MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE, 2009a, 2009b, 2010).

A validação ocorreu com a atuação dos 5(cinco) profissionais especializados da CGPEG. Estes profissionais são responsáveis não só por formular políticas públicas relativas aos Programas de Educação Ambiental no Licenciamento, bem como regular e fiscalizar a execução de tais Programas, emanando requisitos para a elaboração e implantação de Programas de Educação Ambiental para todo o país. Além disso, tal grupo tende a ser tornar representativo para proceder a validação neste momento da pesquisa por atuar, enquanto Estado, mediando no licenciamento, os diversos interesses da sociedade para garantir o direito maior ao “meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida” (Art. 225 da Constituição de 1988). Para garantir o acesso da sociedade a este direito, cabe ao poder público e à coletividade o dever de preservá-lo para as atuais e futuras gerações. Visando garantir este princípio, o poder público possui incumbências, entre estas, a educação ambiental como instrumento estratégico para o controle social no que diz respeito ao acesso e uso do patrimônio ambiental brasileiro. (UEMA, 2006).

Legitimam estas decisões sobre como estruturar a etapa de validação as dificuldades existentes para aplicação de técnicas mais abrangentes em termos de envolvimento de vários segmentos da sociedade nesta etapa de validação, durante o período estabelecido para a realização da pesquisa. Isto porque, entre outros fatores, existe, em geral, uma falta de disponibilidade de especialistas envolvidos com Programas Governamentais de Educação Ambiental, os quais atuam muito em atividades de campo, bem como de gestores ligados à gestão ambiental nas organizações. Paradoxalmente, embora todos estes agentes reconheçam a importância da função avaliação para a melhoria dos Programas, assim como para o aprimoramento da formulação e implantação das políticas públicas e da própria gestão pública não se percebe a efetiva alocação de tempo para esta atividade nas instituições.

A etapa de validação teve como objetivos a realização de um processo de análise crítica do sistema de medição proposto e da sistemática de avaliação, bem como a hierarquização e ponderação das medidas do sistema de monitoramento e avaliação proposto. Assim, primeiramente, os especialistas validaram o sistema de medição em grupo em um encontro presencial. Esta validação abrangeu também a sistemática de avaliação proposta. Para subsidiar tal processo de análise crítica foi apresentada a

pesquisa realizada, incluindo sua fundamentação teórica e as características e funcionalidades do sistema de medição e da sistemática de avaliação desenvolvida.

Como resultado da validação, os especialistas sugeriram as seguintes alterações nos indicadores.

a) Os indicadores “Construção de competências voltadas para a conservação do meio ambiente” e “Construção de competências voltadas para a participação e controle social na gestão ambiental pública” foram sintetizados em um único denominado “Construção de competências voltadas para a participação e controle social na gestão ambiental”, o qual engloba o primeiro, evitando-se fragmentar as competências socioambientais.

b) Foi incluído o indicador “Resolução do conflito, problemas e/ou risco socioambiental” como meio de permitir a análise do quanto o Programa, definido a partir de uma problemática socioambiental, contribui para solucionar os problemas identificados; mediar e/ou minimizar os conflitos; e/ou evitar os riscos identificados.

Também foram sugeridas alterações na redação de alguns indicadores para torná-los mais claros, precisos e adequados à concepção de programa governamental de educação ambiental adotada. Passamos a apresentar as principais mudanças sugeridas.

Tabela 15: Ajustes propostos nas medidas de desempenho na etapa de validação com especialistas

Indicador Inicial	Alteração no texto do Indicador	Justificativa
Atendimento às necessidades de Material técnico-pedagógico e instrucional de apoio em cada fase do Programa (diagnóstico; planejamento/ implementação/avaliação do Programa de EA, incluindo os projetos coletivos de EA elaborados no âmbito do Programa de EA)	Atendimento às necessidades de Material técnico-pedagógico e de apoio a ser produzido para e em cada fase do Programa (diagnóstico; planejamento/ implementação/avaliação do Programa de EA, incluindo os projetos coletivos de EA elaborados no âmbito do Programa de EA)	Maior clareza
Participação dos beneficiários do Programa na elaboração dos materiais técnico-pedagógico e instrucional de apoio às etapas do Programa	Participação dos beneficiários do Programa na elaboração dos materiais técnico-pedagógicos e de apoio às etapas do Programa	Maior clareza
Qualidade dos materiais técnico-pedagógico e instrucional de apoio às etapas do Programa	Qualidade dos materiais técnico-pedagógicos e de apoio às etapas do Programa	Maior clareza
Disseminação de informações sobre meio ambiente nos meios de comunicação	Disseminação de informações sobre as questões socioambientais afetas ao Programa, incluindo demais temáticas socioambientais pertinentes e informações sobre os Projetos coletivos de Educação Ambiental	Maior precisão e adequação em relação à concepção de programa governamental de educação ambiental adotada

Segmentos envolvidos nos riscos, conflitos e/ou problemas alvo do Programa de Educação Ambiental com acesso às informações sobre meio ambiente	Segmentos envolvidos nos riscos, conflitos e/ou problemas alvo do Programa de Educação Ambiental com acesso às informações socioambientais afetas ao Programa	Maior precisão e adequação em relação à concepção de programa governamental de educação ambiental adotada
Setores do Estado com os quais os projetos se articularam	Alternativas de ações/projetos coletivos (como desdobramentos do Programa de Educação Ambiental) articulados a políticas públicas existentes, de modo a otimizar recursos, integrar ações e potencializar resultados	Maior clareza
Setores do Estado com os quais os projetos se articularam	Setores do Estado com os quais os projetos coletivos (como desdobramentos do Programa de Educação Ambiental) se articularam (	Maior clareza
Abrangência dos impactos esperados com os projetos	Abrangência dos impactos esperados com os projetos coletivos (como desdobramentos do Programa de Educação Ambiental)	Maior clareza
Projetos implementados	Projetos coletivos implementados (como desdobramentos do Programa de Educação Ambiental)	Maior clareza
Projetos em andamento após 50% de realização do prazo estimado	Projetos coletivos implementados (como desdobramentos do Programa de Educação Ambiental)	Maior clareza
Projetos em andamento até a finalização do prazo estimado	Projetos coletivos (como desdobramentos do Programa de Educação Ambiental) em andamento até a sua finalização	Maior clareza
Beneficiários atendidos com os projetos	Beneficiários atendidos com os projetos coletivos (como desdobramentos do Programa de Educação Ambiental)	Maior clareza
Setores da sociedade que efetuaram mudanças em práticas sociais e padrões de comportamento voltados para a criação de sociedades sustentáveis	Setores da sociedade que efetuaram mudanças em relações e práticas sociais voltadas para a melhoria da qualidade de vida de todos	Maior adequação em relação à concepção de programa governamental de educação ambiental adotada
Abrangência dos impactos obtidos com os projetos	Abrangência dos impactos obtidos com os projetos coletivos (como desdobramentos do Programa de Educação Ambiental)	Maior clareza
Criação ou fortalecimento de grupos organizados – voluntários, profissionais, institucionais, associações, cooperativas, comitês, entre outros – a partir do Programa de Educação Ambiental,	Criação ou fortalecimento de grupos organizados – comunitários, profissionais, institucionais, associações, cooperativas, comitês, entre outros – a partir do Programa de Educação Ambiental, apoiando, executando e/ou valorizando suas ações	Maior adequação em relação à concepção de programa governamental de educação ambiental adotada
Participantes dos Grupos organizados em relação ao número de participantes inscritos nos Grupos	Participantes dos Grupos organizados em relação ao número de inscritos nos Grupos	Maior clareza
Beneficiários impactados pelas ações de melhoria socioambiental fruto da participação comunitária em relação aos beneficiários integrantes do projeto coletivo no âmbito do Programa de Educação Ambiental	Beneficiários impactados pelas ações de melhoria socioambiental fruto da participação comunitária em relação aos beneficiários do Projeto coletivo no âmbito do Programa de Educação Ambiental	Maior precisão

Capacidade da comunidade de se organizar (grupos) para estabelecer critérios para a aprovação, captação e proposição de projetos de educação para sociedades sustentáveis, discutindo prioridades sociais junto às agências financiadoras e/ou órgãos públicos envolvidos.	Capacidade da comunidade de se organizar (grupos) para estabelecer critérios para a aprovação, captação e proposição de projetos de educação ambiental voltados para a melhoria da qualidade de vida de todos, discutindo prioridades sociais junto às agências financiadoras e/ou órgãos públicos envolvidos	Maior adequação em relação à concepção de programa governamental de educação ambiental adotada
Mudança/ampliação/criação de políticas públicas: implementação de cursos de ação que culminem na criação de novas políticas públicas ou alteração ou ampliação no escopo de políticas públicas existentes, viabilizando o acesso a direitos que redundem na melhoria da qualidade de vida de todos e todas	Mudança/ampliação/criação de políticas públicas: implementação de cursos de ação que culminem na criação de novas políticas públicas ou alteração ou ampliação no escopo de políticas públicas existentes, viabilizando o acesso a direitos que redundem na melhoria da qualidade de vida de todos	Maior clareza

Os especialistas recomendaram a elaboração de um glossário para explicar a expressão “sociedades sustentáveis”, já que esta se mostra extremamente polissêmica e, portanto, precisaria ser explicada no âmbito da concepção de educação ambiental selecionada. Optamos, então, por excluir a expressão “sociedades sustentáveis” substituindo-a por “a melhoria da qualidade de vida de todos” enquanto finalidade das ações/projetos coletivos para evitar dúvidas na interpretação dos “critérios e indicativos para avaliação”. Consideramos relevante, no entanto, a inclusão de um glossário no Guia “Critérios de Referência para Planejamento, Implementação, Monitoramento e Avaliação de Programas Governamentais de Educação Ambiental”.

Além disso, os especialistas contribuiram com a sugestão de algumas variáveis a serem incluídas na sistemática de avaliação, as quais foram desdobradas em “critérios e indicativos para avaliação” para compor a operacionalização dos indicadores.

Tabela 16: Principais recomendações de inclusão de variáveis a serem avaliadas no modelo proposto

Variáveis para avaliação	Indicador	Critério e Indicativos para a Avaliação
Grau de estruturação do Programa e coerência com os princípios de educação Ambiental no que se refere ao seu planejamento e inserção de mão de obra local para auxiliar na implementação e acompanhamento do Programa de modo a torná-lo sustentável, evitando-se o uso indevido do voluntariado	Atendimento aos Critérios Conceituais e Metodológicos de Planejamento Geral do Programa – Estrutura e Etapas	O Programa contempla a alocação de mão-de-obra qualificada, devidamente remunerada e com foco no desenvolvimento dos profissionais das comunidades locais?
	Agentes que ingressaram na economia local	O Programa contemplou em suas atividades a alocação de mão de obra local para dar sustentabilidade no longo prazo a sua execução, acompanhamento e avaliação? Por exemplo, a alocação de

		formadores de formadores, mobilizadores da região, entre outros.
	Agentes que ingressaram na economia local com capacitação	O Programa contemplou em suas atividades a alocação de mão de obra local para dar sustentabilidade no longo prazo a sua execução, acompanhamento e avaliação promovendo a sua capacitação? Por exemplo, a alocação de formadores de formadores, mobilizadores da região, entre outros.
Grau da distribuição da renda gerada com as iniciativas de geração de trabalho e renda, evitando-se a concentração de renda presente no atual modelo de produção	Renda Gerada	As iniciativas de geração de trabalho e renda do Programa de Educação Ambiental propiciaram um aumento na renda dos agentes que ingressaram na economia local de modo igualitário? Ou seja, as iniciativas de geração de trabalho e renda do Programa de Educação Ambiental propiciaram um aumento na renda dos agentes que ingressaram na economia local sem haver concentração de renda e sim, uma distribuição equilibrada entre os agentes?
Medição do quanto o beneficiário percebe que o Programa foi desenvolvido e implementado para atendê-lo e se sente parte integrante desta iniciativa	Satisfação dos beneficiários com o Programa	<ul style="list-style-type: none"> <li>Qual o nível de satisfação específico dos usuários em relação a: <ul style="list-style-type: none"> <li>- adequação e adaptação do Programa as necessidades e interesses dos beneficiários (o beneficiário percebe-se como “incluído” no Programa)?</li> </ul> </li> </ul>
Medição do quanto o Programa favorece o desenvolvimento local superando iniciativas que reproduzem a lógica do mercado. Por exemplo, iniciativas voltadas para o empreendedorismo,	Processos econômicos criados que considerem a sustentabilidade ambiental, social e cultural da região visando o desenvolvimento local	<p>As iniciativas de apoio/fomento de projetos de base local, visando a geração de trabalho e renda respeitaram o caráter endógeno do desenvolvimento local e a percepção dos atores locais?</p> <p>Houve continuidade espacial, temporal e cultural das iniciativas de apoio/fomento de projetos de base local visando a geração de trabalho e renda, evitando-se desperdícios de tempo, energia e esperança quanto aos sentidos de melhoria das condições de vida almejadas?</p> <p>As iniciativas de apoio/fomento de projetos de base local, visando a geração de trabalho e renda impactaram os processos econômicos possibilitando o repensar da ordem do capital e buscando novos modos de produção e distribuição de bens e serviços, por exemplo, a economia solidária?</p> <p>As iniciativas de apoio/fomento de projetos de base local, visando a geração de trabalho e renda impactaram os processos econômicos possibilitando a</p>

		<p>redução da exclusão social?</p> <p>A inserção de agentes na economia local propiciou o desenvolvimento local e a melhoria das condições de vida das populações?</p>
<p>Medição do quanto o Programa apresenta de forma adequada e realista os impactos ambientais causados por empreendimentos (se pertinente)</p>	<p>Qualidade da informação disseminada/veiculada</p>	<p>Quando da necessidade de veiculação de informações sobre os impactos socioambientais causados por empreendimentos na região, são citadas ações mitigadoras e compensatórias, além das ações veiculadas a possíveis impactos positivos? São tratadas as diferentes dimensões dos impactos socioambientais na vida das pessoas, evidenciando relações de causa e efeito de forma realista, evitando a naturalização dos impactos socioambientais na vida da comunidade?</p>
	<p>Atendimento aos Critérios Conceituais do Planejamento Pedagógico do Programa de EA</p>	<p>Impactos Ambientais (quando pertinente)</p> <p>Os impactos socioambientais associados ao(s) empreendimento(s) que afeta(m) a região de influência do Programa são tratados indicando as suas múltiplas dimensões na vida dos indivíduos.</p> <p>A causalidade dos impactos socioambientais é explicitada, indicando relações recíprocas e interdependentes e a complexidade do conjunto de relações sócio econômicas, culturais, políticas, etc afetadas pelo empreendimento em questão.</p>
<p>Medição do atendimento dos Beneficiários com os projetos coletivos em termos qualitativos e quantitativos</p>	<p>Beneficiários atendidos com os projetos coletivos (como desdobramentos do Programa de Educação Ambiental)</p>	<p>Os tipos de beneficiários atendidos são aqueles sujeitos que necessitam de participar das iniciativas de busca de alternativas para a resolução dos problemas, riscos e/ou conflitos socioambientais identificados e a melhoria da qualidade de vida de todos?</p> <p>Os tipos de beneficiários atendidos abrangem os setores da sociedade que necessitam de participar das iniciativas de busca de alternativas para resolução dos riscos, problemas e/ou conflitos socioambientais identificados e de melhorias na qualidade de vida de todos?</p>

Cumpram-se destacar que os especialistas validaram o modelo de avaliação proposto sem sintetizá-lo e/ou reduzi-lo. Foram mantidas de modo geral todas as medidas, tendo havido o agrupamento de 2(dois) indicadores em um e a inserção de uma nova medida de desempenho. Além disso, houve a inclusão de vários “critérios e indicativos para avaliação” a partir da sua sugestão de inserir mais variáveis a serem analisadas pelo

modelo de avaliação. Logo, tal validação confirmou nesta etapa da metodologia de construção do sistema de medição a necessidade de uma ampla gama de indicadores para captar a complexidade dos resultados de um Programa Governamental de Educação Ambiental, buscando explicitar as relações de causa e efeito entre estes. Tais relações são definidas no sistema proposto por meio da “hierarquia de resultados esperados” (Item 4.1.3.7) construída.

Sabemos, no entanto, que a aplicação do sistema de medição para a avaliação de diversos programas de educação ambiental poderá indicar outras correlações existentes entre os indicadores, ainda não explicitadas, propiciando, então, a sua otimização. No momento atual deste estudo, poderia ser extremamente prematuro a redução de indicadores para captar a complexidade dos resultados propiciados por um Programa de Educação Ambiental Governamental. Um modelo extenso não prejudica o resultado da avaliação, apenas exige mais esforço na coleta e manuseio dos dados. O enxugamento das medidas de desempenho deverá ser realizado de modo sistemático, por meio de novas pesquisas, visando facilitar o uso do modelo por avaliadores e gestores.

Para a realização da segunda parte da validação a qual englobou a hierarquização e a ponderação das medidas de desempenho, outras decisões metodológicas foram efetuadas. Para esta fase do estudo, a metodologia de construção do sistema de medição sugere o uso do Método AHP (*Analytic Hierarchy Process*), mediante análise. No caso do sistema de medição proposto, com 63 (sessenta e três) indicadores, 14 (quatorze) objetivos específicos, 7 (sete) objetivos gerais e 3 (três) diretrizes específicas tornar-se-ia inviável para a cognição humana realizar a hierarquização paritária ainda que em blocos, dada a “hierarquia de resultados esperados” (Item 4.1.3.7).

Além disso, tendo em vista as características do campo da Educação, o qual, segundo Gatti (2004), não possui tradição no uso de dados e métodos quantitativos na pesquisa no Brasil e, ainda, as imensas lacunas no campo da avaliação em Educação Ambiental, optamos pela aplicação dos princípios contidos no método AHP, adaptando-o à situação de Grupo Focal. Neste caso, privilegiou-se o encontro presencial dos especialistas, os quais, inicialmente realizaram a hierarquização das medidas de forma individual. Após esta fase, tais profissionais reuniram-se em grupo para discutir a importância de cada indicador e o seu peso, assim como dos objetivos e diretrizes constantes do sistema. Um rico processo de negociação e argumentação, apoiado em sucessivas aproximações nos valores que expressavam a hierarquização das medidas

levou os especialistas a uma convergência de notas, que culminou na obtenção de uma ponderação final das medidas de desempenho. Este processo foi facilitado pelo fato de não haver no grupo de especialistas profissionais com diferentes posições hierárquicas na organização. A validação parece ter ocorrido de forma eficaz do ponto de vista do alcance dos objetivos desta etapa. No entanto, sabemos de seus limites e que outros estudos poderão ser realizados com grupos de diferentes lugares sociais a fim de verificar até que ponto os resultados obtidos seriam confirmados. Vale a pena registrar também que embora neste momento não tenha sido possível o uso na íntegra do método AHP, consideramos relevante mantê-lo como opção metodológica, para casos onde o sistema de medição seja bem mais reduzido. (Item 3.4.3.10) Inclusive, com uma provável otimização do sistema de medição proposto, a partir de estudos futuros, tal método já tenderá a se tornar uma ferramenta adequada para realização de nova hierarquização de suas medidas. A versão completa do Sistema de Monitoramento e Avaliação de Programas Governamentais de Educação Ambiental com as medidas ponderadas pode ser encontrada no ANEXO D – SISTEMA DE MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO DE PROGRAMAS GOVERNAMENTAIS DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL COM MEDIDAS DE DESEMPENHO PONDERADAS.

Por fim, cumpre ressaltar que a etapa de validação mostrou-se extremamente relevante não só do ponto de vista da inserção da participação das partes interessadas na construção do sistema, como também da busca de objetividade da subjetividade presente, na definição e hierarquização das medidas de desempenho do sistema de avaliação. Conforme Guimarães e Jannuzzi (2004) colocam, por mais rigorosas e criteriosas que pareçam ser as metodologias e práticas estatísticas utilizadas na construção de indicadores sociais sintéticos, como o IDH, por exemplo, há sempre um grau de arbitrariedade nesta elaboração. A proposta desta pesquisa em desenvolver um sistema de medição com base em uma metodologia fundamentada e alinhada com o estado da arte na área visa superar esta fragilidade presente em sistemas de avaliação. Com esta finalidade, sem dúvida, a etapa de discussão e validação do referido sistema e sua sistemática de avaliação tornou-se imprescindível na metodologia proposta, propiciando um maior grau de objetividade ao produto dela derivado.

A seguir, apresentamos uma representação esquemática do Sistema de Monitoramento e Avaliação de Programas Governamentais de Educação Ambiental construído - um sistema integrado, orgânico, composto de medidas de desempenho que

fornecem suporte para o avaliador proceder a sua avaliação de modo estruturado e “objetivo”.

Figura 5: Sistema de Monitoramento e Avaliação de Programas Governamentais de Educação Ambiental

#### 4.1.3.11 Aplicação do Sistema de Medição com a Definição dos Padrões de Desempenho para as Medidas de Desempenho

Na metodologia proposta para desenvolvimento do sistema de medição, está prevista a sua testagem de modo a verificar se este realmente permite na prática o acompanhamento e avaliação dos Programas Governamentais de Educação Ambiental. Neste caso, a aplicação do sistema e da sistemática de avaliação ocorreu mediante a análise crítica de um Programa de Educação Ambiental implementado por uma empresa do setor elétrico. Este se baseia na Metodologia Educativa a Natureza da Paisagem – Energia: Recurso da Vida, desenvolvida pela Eletrobras/Procel (Programa Nacional de Conservação de Energia Elétrica) para ser aplicada por todas as empresas do setor. A avaliação deste Programa encontra-se descrita no item 4.2. “IMPLEMENTAÇÃO DO SISTEMA DE MEDIÇÃO”.

Ressaltamos que no âmbito deste estudo a etapa de testagem teve caráter inicial. Embora tenhamos obtido resultados qualitativos extremamente relevantes de modo a aperfeiçoar o modelo de avaliação proposto e indicar, ainda que preliminarmente, a aplicabilidade e adequação do sistema de medição e da sistemática de avaliação elaboradas, sabemos da necessidade de testagem do modelo proposto em outras situações de avaliação.

Cumpramos ressaltar ainda que esta etapa da metodologia de construção do sistema de medição também compreende, para que tal avaliação seja possível, a definição de padrões mínimos de desempenho para os critérios e medidas de *performance* do sistema de medição. Por exemplo, em um sistema de medição preparado para avaliar projetos na área de transportes, pode-se ter um indicador/critério de desempenho denominado “Percentual de motoristas satisfeitos com o tempo de viagem para o trabalho e para viagens de outros tipos”. Para que seja possível analisar o desempenho de um projeto, faz-se necessário evidenciar o padrão de desempenho do indicador/critério em questão. Ou seja, para determinada situação o padrão mínimo aceitável deve ser o percentual  $x$  de satisfação.

No caso do sistema de monitoramento e avaliação de Programas Governamentais de Educação Ambiental desenvolvido neste estudo, os padrões de desempenho para as medidas do sistema foram estabelecidos à medida que para cada indicador houve a descrição de três situações de desempenho para os Programas,

associando-se uma faixa percentual para cada uma delas. Logo, neste caso, não foi necessário estabelecer um percentual mínimo para cada indicador.

#### 4.1.3.12 Conclusão do Desenvolvimento do Sistema de Medição

Após a construção, validação e aplicação do sistema, foi realizada uma análise crítica da metodologia que propiciou a sua elaboração, bem como do próprio sistema em si de modo a propiciar avanços na área de avaliação de políticas, programas e projetos de Educação Ambiental. Tal análise encontra-se descrita nos item 5 “ANÁLISE CRÍTICA DO SISTEMA DE MEDIÇÃO E METODOLOGIA PROPOSTA”.

## 4.2. IMPLEMENTAÇÃO DO SISTEMA DE MEDIÇÃO

Para a testagem da consistência, adequação, factibilidade e efetividade do Sistema de Monitoramento e Avaliação de Programas Governamentais de Educação Ambiental, bem como da sistemática de avaliação a este associada, fruto da aplicação da metodologia de construção de sistemas de monitoramento e avaliação neste estudo desenhada, procedemos a avaliação de um Programa de Educação Ambiental implementado por uma empresa estatal do setor de energia elétrica, conforme mencionado. A testagem, a qual ocorreu mediante entrevistas, ocasião em que a avaliação realizada era relatada pelos examinadores e registrada, contou com a participação de 2(dois) profissionais da empresa selecionada. O primeiro coordena e implementa programas de educação ambiental e o segundo atua como consultor em gestão ambiental e especialista sênior em avaliação da gestão de organizações. Com isto, a testagem mostrou-se extremamente rica em termos de levantamento de informações no que se refere ao modelo de avaliação proposto.

Do ponto de vista da verificação da sua efetividade, podemos indicar que o modelo foi aplicado com êxito. No entanto, não desejamos com isso deixar de indicar o caráter inicial da testagem, a qual, mais que possibilitar generalizações, propõe caminhos e indicativos de aperfeiçoamento do referido modelo de avaliação. A seguir, faremos a contextualização necessária à compreensão por parte do leitor do programa

avaliado, a apresentação dos resultados obtidos com a avaliação, bem como a análise da política pública de eficiência energética no que diz respeito à área educacional.

#### **4.2.1 Descrição do programa objeto da avaliação**

O Programa Governamental de Educação Ambiental analisado tem foco no combate ao desperdício de energia elétrica, tendo sido estruturado e praticamente definido, conforme mencionado anteriormente, com base na Metodologia Educativa A Natureza da Paisagem: Energia – recurso da vida. Tal Programa é parte integrante do Subprograma Procel Educação, o qual compõe, por sua vez, o PROCEL (Programa Nacional de Conservação de Energia Elétrica). Passamos, a seguir, a contextualizar o Programa analisado à luz da implementação da política pública de promoção da eficiência energética no país.

##### **4.2.1.1 Contextualização do Programa de Educação Ambiental analisado**

O Programa Nacional de Conservação de Energia Elétrica – PROCEL foi instituído a partir da Portaria Interministerial MME/MIC nº 1.877, de 30/12/85 e gerido, desde então, por uma Secretaria Executiva subordinada à Eletrobrás, com a finalidade de integrar as ações, visando a conservação de energia elétrica no País, numa visão abrangente e coordenada, maximizando seus resultados e promovendo um amplo espectro de iniciativas, avaliadas à luz de um rigoroso teste de oportunidade, prioridade e economicidade.

Principal agente de implementação da política pública de eficiência energética nas décadas de 80 e 90, o PROCEL tem como objetivo central promover a racionalização da produção e do consumo de energia elétrica, para que se eliminem os desperdícios e se reduzam os custos e os investimentos setoriais. Em 1991, o PROCEL foi transformado, inclusive, em Programa de Governo, tendo sua abrangência e responsabilidades ampliadas. Seus recursos advêm da Eletrobrás e da Reserva Global de Reversão - RGR - fundo federal constituído com recursos das concessionárias, proporcionais ao investimento de cada uma, além de contar com recursos de entidades internacionais.

Integrado ao planejamento do setor elétrico, o PROCEL estabelece metas de conservação de energia que são consideradas no planejamento do setor elétrico, o qual dimensiona as necessidades de expansão da oferta de energia e da transmissão. Dentre elas, destacam-se: a redução nas perdas técnicas das concessionárias, a racionalização do uso da energia elétrica e o aumento da eficiência energética em aparelhos elétricos. “Se for mantida a estrutura atual de uso da energia, projeta-se uma necessidade de suprimento, em 2015, em torno de 780 TWh/ano. Diminuindo-se os desperdícios, estima-se uma redução anual de até 130 TWh - produção aproximada de duas usinas de Itaipu.” (PROCEL, 2011) O PROCEL visa ainda a redução para um valor próximo de 10% das perdas técnicas na transmissão e distribuição das concessionárias, bem como um aumento médio de 10% no desempenho dos equipamentos que participam subprograma Selo PROCEL de eficiência energética nos eletrodomésticos.

O PROCEL tendo em vista o seu histórico enquanto Programa associado ao MME e MIC para tratar da conservação de energia acaba por ter grande viés técnico, trabalhando as questões de energia, muito dissociadas de seu caráter sociocultural e político, embora sempre tenha tido em seu escopo um subprograma educacional, por exemplo. Não é à toa que o Programa enfatiza a eficiência econômica e posiciona a energia enquanto insumo para o desenvolvimento econômico.

Desenvolvimento tecnológico implica pesquisa científica, capacitação de laboratórios e de pessoal técnico, para a melhoria da qualidade de vida. Segurança energética visa garantir energia na quantidade e no tempo necessários. Eficiência econômica significa produzir e distribuir os bens e serviços da economia com o melhor uso possível dos insumos necessários à produção e distribuição dos produtos. A energia é um dos insumos básicos das atividades econômicas, assim a eficiência econômica passa pela eficiência energética. (IDEM)

A partir de 1995, o Programa passa a posicionar-se associando a eficiência energética ao meio ambiente, ocasião inclusive em que sua logomarca é revista. As cores preto e laranja são nesta ocasião substituídas pelas cores preto e verde. Neste momento, o subprograma educacional, fruto de uma ampliação de escopo, busca substituir a metodologia educativa “A Turma da Monica e a Energia Elétrica”, com foco na capacitação de alunos diretamente pelos técnicos das concessionárias de energia pela metodologia educativa denominada “Programa de **Educação Ambiental** A Natureza da Paisagem: Energia – o barato é conservar” (grifo nosso). Esta agora com foco na capacitação de professores a partir da atuação dos técnicos das concessionárias e com material didático não só para alunos como também para o próprio professor. O trecho abaixo retirado da página institucional do PROCEL ilustra esta mudança.

**O Procel na Educação Básica (PROCEL NAS ESCOLAS) e a metodologia "A Natureza da Paisagem - Energia"**

É um projeto que dissemina informações de combate ao desperdício de energia, por meio da metodologia "A Natureza da Paisagem - Energia", capacitando multiplicadores nas Concessionárias de Energia Elétrica, que por sua vez capacitam professores, dentro do mesmo processo metodológico, tendo como **canal de comunicação a Educação Ambiental**. Trabalha conforme a Lei de diretrizes e Bases da Educação Nacional - LDB, dentro do tema transversal MEIO AMBIENTE e se sustenta nos princípios fundamentais da Educação Ambiental da Conferência Inter-governamental de Tbilisi(1977). O projeto possui ação permanente com processo de acompanhamento específico que realimenta dinamicamente o projeto implantado. O material didático/pedagógico pertinente (7 livros, 1 álbum seriado, um jogo educativo e 1 programa de vídeo) é enviado às escolas envolvidas no projeto, em quantidade suficiente para que duas turmas de 45 alunos possam ser trabalhadas, simultaneamente, pelos professores. (PROCEL, 2011) (grifo nosso)

Cumpramos ressaltar que ainda em 1997, após grande pesquisa com consumidores, uma nova marca do programa é lançada. Para melhor comunicar a idéia da conservação de energia, o nome do PROCEL muda, substituindo esta expressão por “combate ao desperdício de energia elétrica”, e o da metodologia educativa passa a ser “A Natureza da Paisagem: Energia – recurso da vida”. Este outro trecho institucional indica a direção da mudança mencionada no programa educacional, explicitando que tipo de programa de educação ambiental está se buscando no âmbito do PROCEL.

**O que é o Procel?** É um Programa de Governo, criado em 1985 por meio de uma portaria interministerial (MME e MIC), com secretaria executiva alocada na ELETROBRÁS, que desenvolve projetos de conservação de energia focados na MUDANÇA DE HÁBITOS e na EFICIÊNCIA ENERGÉTICA, instrumentos de combate ao desperdício de energia que permitem maiores benefícios à sociedade e reduz os impactos ambientais. (PROCEL, 2011)

De forma alinhada ao subprograma educacional, o Programa como um todo passa a divulgar a associação entre conservação de energia e redução de impactos ambientais. No caso aqueles que ocorrem a partir da geração, transmissão, distribuição e consumo de energia. Em outras palavras, a eficiência energética e o combate ao desperdício de energia elétrica constituem-se em uma fonte limpa e barata de produção “virtual” de energia. Daí o *slogan* utilizado “a melhor energia é aquela que não é desperdiçada.” “A partir do momento em que a sociedade decide usar a energia elétrica de forma mais eficiente, usinas, linhas de transmissão e redes de distribuição, que teriam de ser construídas para atender ao crescimento da demanda, poderiam ser evitadas, ou postergadas”. (PROCEL, 2011). Estudo da COPPE/UFRJ, segundo o PROCEL (IDEM), estima que até 2010 a eficiência energética tenha contribuído para evitar a emissão de cerca de 230 milhões de toneladas de carbono na atmosfera -

correspondentes à quase 29% das emissões totais de gases estufa do setor elétrico brasileiro.”

Elaborado este contexto inicial para situar as bases e origem do Programa analisado no âmbito deste estudo, descreveremos mais detalhadamente a sua forma de implementação e acompanhamento. Atualmente a implantação do Programa de Educação Ambiental A Natureza da Paisagem: Energia – recurso da vida encontra-se sob a denominação “Procel na Educação Básica”, no PROCEL.

#### 4.2.1.2 Procel na Educação Básica – a Implantação do Programa de Educação Ambiental A Natureza da Paisagem: Energia – recurso da vida

No âmbito do Procel na Educação Básica, o Programa de Educação Ambiental A Natureza da Paisagem: Energia – recurso da vida visa possibilitar “a atuação dos professores da Educação Básica (Infantil, fundamental e média) como multiplicadores/orientadores de atitudes anti-desperdício de energia elétrica, junto aos seus alunos.” (PROCEL, 2011). Trata-se de um projeto interdisciplinar a ser implementado pelas Concessionárias de Energia Elétrica do País com o objetivo de inserir o combate ao desperdício de energia elétrica como tema transversal meio ambiente no currículo, envolvendo para isso professores de todas as disciplinas aplicadas nas escolas.

Tais Concessionárias de Energia Elétrica estabelecem parceria institucional com a área de Educação para a implementação do projeto, via secretaria de educação. O conteúdo programático da metodologia "A Natureza da Paisagem - Energia" é distribuído em sete livros, um folheto, um álbum seriado, um jogo educativo e um programa em vídeo, abordando situações do cotidiano, em forma de histórias na sua maioria. Temas como Energia-fontes e Formas; A História da Energia no Brasil; A História da Energia no Mundo; A Energia e o Meio Ambiente, Cadeia Energética, o Panorama Energético Brasileiro e Como Combater o Desperdício de Energia, entre outros, compõem o material didático-pedagógico distribuído gratuitamente para as escolas capacitadas pelo Programa. Para todos os ciclos da Escola Básica foi desenvolvido, em parceria com a ONG Cima – Centro de Cultura, Informação e Meio Ambiente, um kit de material didático/pedagógico focado em faixas etárias específicas conforme a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, estando também disponível

um livro para educação infantil. (PROCEL, 2011). A figura abaixo aponta o organograma que explica as instituições promotoras e beneficiadas pelo Programa.

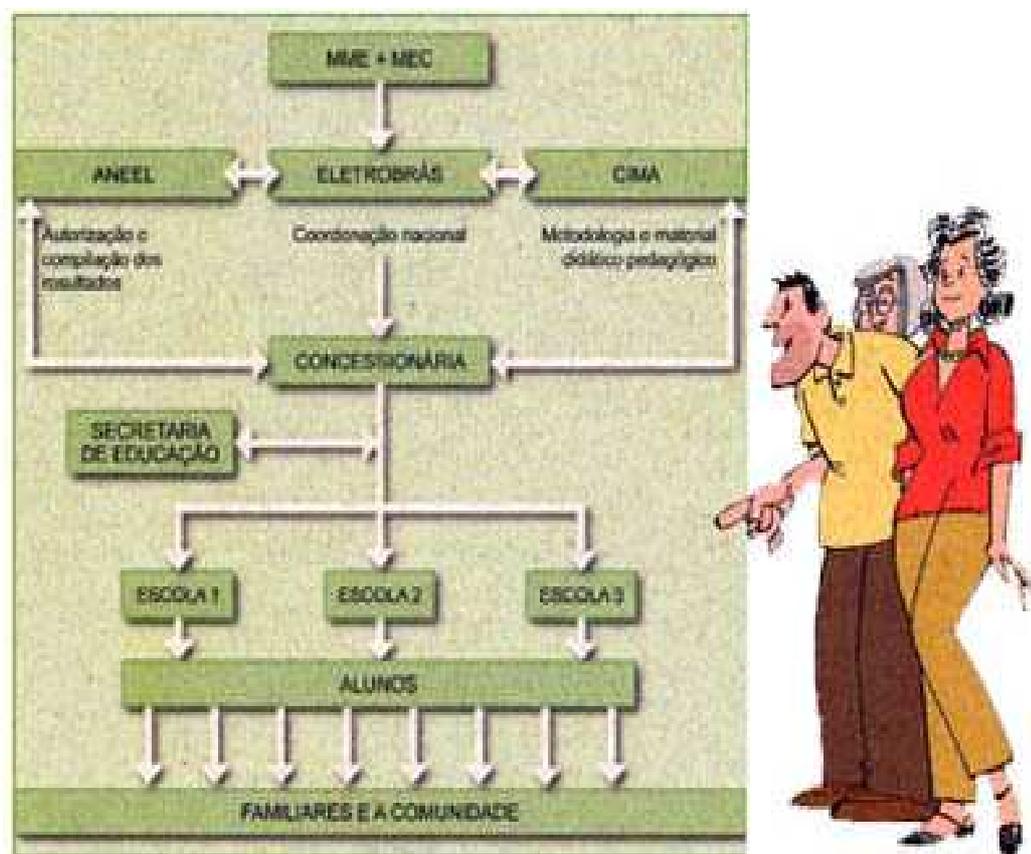


Figura 6: Instituições promotoras e beneficiadas pelo Programa Procel na Educação Básica

Fonte: PROCEL, 2011

Na estrutura do Programa há as seguintes etapas: a) reunião com a equipe da secretaria de educação (2 horas de duração); b) reunião com diretores de escolas (4 horas de duração); c) curso de formação continuada para professores (12 horas de duração); d) reunião de acompanhamento I (4 horas de duração); e e) reunião de acompanhamento II (4 horas de duração). Nas reuniões de acompanhamento busca-se levantar resultados da implementação do Programa nas escolas, entre eles, a aprendizagem dos alunos e o KW/h economizado.

Segundo o PROCEL (2011), em 2003, foi realizado Workshop envolvendo todo o público-alvo do Procel na Educação Básica, numa discussão ampla sobre as novas necessidades do projeto. Como resultado houve a atualização e ampliação de todo o material didático/pedagógico e criação de um Prêmio para a categoria, bem como a

definição de algumas diretrizes para ampliar e reformular o programa. Entre estas, podemos citar: manter e favorecer a integração de atividades entre o MEC, MMA /Departamento de Educação Ambiental, no sentido de implementar permanentemente o PROCEL EDUCAÇÃO na Educação Básica, sempre de acordo com as políticas públicas de educação ambiental, os programas da educação básica e as novas tecnologias da educação; utilizar os recursos da inclusão digital para a criação de redes, fóruns e jornais virtuais; e favorecer que o professor crie estratégias específicas para a educação infantil, estabelecendo estrutura pedagógica integrada às ações desse nível educacional, partindo de vivências concretas, interativas e lúdicas. Seguem os resultados do Programa em âmbito Nacional.

Tabela 17: Resultados alcançados com o Programa Procel na Educação Básica

<b>Ano</b>	<b>Quantidade de alunos</b>	<b>de Economia: kWh/aluno/ano</b>	<b>Economia KWh/ano</b>	<b>total Economia kWh</b>	<b>Acumulada</b>
<b>1990</b>	100.000	84	8.400.000	8.400.000	
<b>1991</b>	150.000	84	12.600.000	21.000.000	
<b>1992</b>	170.000	84	14.280.000	35.280.000	
<b>1993</b>	180.000	84	15.120.000	50.140.000	
<b>1994</b>	200.000	84	16.800.000	67.200.000	
<b>1995</b>	200.000	84	16.800.000	84.000.000	
<b>1996</b>	271.948	84	22.843.000	106.843.000	
<b>1997</b>	319.276	84	26.811.000	133.662.000	
<b>1998</b>	800.000	84	67.200.000	208.862.000	
<b>1999</b>	1.000.000	84	84.000.000	284.862.000	
<b>2000</b>	1.500.000	84	126.000.000	410.862.000	
<b>2001</b>	2.000.000	150	300.000.000	710.862.000	
<b>2002</b>	1.500.000	150	225.000.000	935.862.000	
<b>2003</b>	3.000.000	150	450.000.000	1.385.862.000	
<b>2004</b>	2.500.000	150	375.000.000	1.760.862.000	
<b>2005</b>	2.000.000	150	300.000.000	2.060.862.000	
<b>2006</b>	3.000.000	150	450.000.000	2.510.862.000	
<b>2007</b>	1.602.000	150	240.300.000	2.751.162.000	
<b>2008</b>	605.000	150	90.750.000	2.841.912.000	

Fonte: PROCEL, 2011

Segundo estimativas do PROCEL, cada aluno capacitado na Metodologia “A Turma da Mônica e a Energia Elétrica”, do Projeto Procel Nas Escolas correspondia a 84kWh/ano de desperdício evitado de energia. Com a metodologia "A Natureza da Paisagem - Energia", esse valor tende a passar para 150kWh/ano, em média, por aluno treinado.

Cumprе ressaltar que em 2009, o PROCEL optou por iniciar um processo de reformulação da atuação do Procel na Educação Básica, com o propósito de aperfeiçoar as ações até então desenvolvidas. Com este propósito foi firmada uma parceria com a UNESP para a Criação do Centro de Educação para a Eficiência Energética, o qual apoiará o desenvolvimento de projetos de pesquisa e avaliação de resultados e impactos. (PROCEL, 2010).

#### 4.2.1.3 A Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL e seu papel na implementação do Procel na Educação Básica

Agência Nacional de Energia Elétrica. Criada em 1996 pela Lei 9.427 de dezembro deste ano e vinculada ao Ministério de Minas e Energia, a agência tem como principais atribuições: regular e fiscalizar a geração, a transmissão, a distribuição e a comercialização da energia elétrica; conceder, permitir e autorizar instalações e serviços de energia; garantir tarifas justas; zelar pela qualidade do serviço; exigir investimentos, entre outras. (ANEEL, 2011)

No que se refere à permissão e autorização de concessão às empresas concessionárias do serviço público de distribuição de energia elétrica, a ANEEL estabelece uma série de obrigações e encargos perante o poder concedente. A Lei nº. 9.991 de 24 de julho de 2000 estabelece que as distribuidoras e permissionárias de serviços públicos de energia elétrica ficam obrigadas a aplicar 0,5% de sua receita operacional líquida em programas de eficiência energética no uso final e 0,5% em Pesquisa e Desenvolvimento (P&D). A mesma lei define que a partir de 2006 os percentuais mudam para 0,25% para aplicação nos usos finais 0,75% para P&D. Com isso, tais investimentos em ações que tenham por objetivo o combate ao desperdício de energia elétrica passam a perfazer o Programa de Eficiência Energética das Empresas de Distribuição - PEE. Tal programa encontra-se regulado e fiscalizado pela ANEEL. Segundo Ribeiro (2005), no Brasil os maiores recursos regulados destinados à eficiência energética hoje são oriundos das concessionárias de energia elétrica.

No rol de projetos a serem implementados pelas concessionárias estão os de educação e divulgação da conservação de energia e, mais especificamente entre estes, o Procel na Educação Básica com a Metodologia Educativa A Natureza da Paisagem – Energia: recurso da vida. Daí a partir de 2000, os resultados de alunos capacitados na referida metodologia (Tabela 17: Resultados alcançados com o Programa Procel na Educação Básica) estarem de modo geral muito mais significativos. Da mesma forma que a impossibilidade de inclusão nos anos de 2007 e 2008 dos projetos educacionais de ensino básico nos programas de eficiência energética geridos pela ANEEL fez com que tais resultados apresentassem queda considerável. (PROCEL, 2009)

#### 4.2.1.4 Educação para a Conservação – a Implantação do Programa de Educação Ambiental A Natureza da Paisagem: Energia – recurso da vida em empresa estatal do setor de energia elétrica

A Natureza da Paisagem – Energia: recurso da vida. A partir daí, estas e novas ações educacionais, desenvolvidas pela equipe responsável por estes programas, foram amplamente disseminadas pelos municípios no entorno de suas instalações.

A partir da atuação de uma equipe multidisciplinar, a própria metodologia educativa A Natureza da Paisagem – Energia: recurso da vida foi ainda desenvolvida no que se refere ao desenho do processo pedagógico a ser implementado para dar vida às etapas pré-definidas da referida metodologia. O seu conteúdo foi alinhado aos conceitos e metodologias de educação ambiental, tentando superar a visão tecnicista existente, em geral, no setor, a qual indicava a “mudança de hábitos” como sendo o fim maior dos programas educacionais de conservação de energia e a “transmissão de informações” a finalidade de um processo educativo.

Além disso, as etapas da metodologia foram ampliadas em termos de escopo e carga horária buscando superar as críticas normalmente elaboradas às ações de educação ambiental enquanto ações efêmeras e pontuais. Novas ações educacionais, conforme mencionado anteriormente, também foram desenvolvidas de forma a garantir que os beneficiários dos programas de combate ao desperdício de energia elétrica pudessem entrar em uma rede de programas e ações e nela permanecer de modo a contribuir para o alcance de resultados de forma mais perene.

Institucionalmente os programas educacionais de combate ao desperdício de energia foram obtendo espaço e, aproximadamente, a partir de 2002 passaram a servir de apoio às ações de educação ambiental do licenciamento ambiental. Sempre fruto de melhoria contínua, realizada, entre outras formas, por meio de periódicos “workshops de desenvolvimento e melhoria do processo de educação”, foi a partir de 2008, que se buscou ampliar a visão dos programas educacionais de combate ao desperdício de energia de modo a alinhá-los às políticas públicas do Ministério do Meio Ambiente e implementá-los mais na ótica da gestão ambiental públicas e das finalidades das políticas públicas. Em 2011, a maior parte da equipe responsável pela implementação dos programas de combate ao desperdício de energia junta-se à equipe responsável pelos programas de educação ambiental no licenciamento. Programas de formação continuada para as equipes envolvidas com tais programas foram desenvolvidos de modo a prepará-las para as mudanças citadas e para aperfeiçoar os programas continuamente.

Para melhor caracterizar a relevância do Programa avaliado, registramos os resultados obtidos ao longo do tempo com a implantação da Metodologia Educativa A Natureza da Paisagem – Energia: recurso da vida, pilar fundamental do “Programa Educação para a Conservação”, denominação para o amplo conjunto dos programas e ações educacionais desenvolvidas pela empresa em questão.

Tabela 18: Resultados da Metodologia Educativa A Natureza da Paisagem – Energia: recurso da vida de 1996 a 2010

Nº de prof. capacitados	29742
Nº de outros participantes	1237
Nº de alunos treinados	4786208
Nº de escolas capacitadas	6213
Nº de municípios atendidos	855
Resgate de energia (GWh/ano)	404,1173

Diante desta breve contextualização, situamos a avaliação a ser realizada do Programa de Educação Ambiental com foco no combate ao desperdício de energia elétrica. Consideramos de extrema relevância a sua realização, tendo em vista a “fusão” das equipes e programas de educação ambiental (conservação de energia e licenciamento ambiental) no âmbito da empresa, objeto do estudo de caso desta pesquisa. Verificaremos a pertinência do modelo de avaliação para indicar os avanços já obtidos na estrutura, forma de implementação e resultados obtidos com o programa em

questão, bem como o quê e o quanto ainda precisa ser aperfeiçoado nesta iniciativa para garantir o seu alinhamento com a concepção transformadora de educação ambiental presente no sistema de medição. (PROCEL, 2005) Esperamos que as conclusões obtidas possam fornecer subsídios para a elaboração de planos de ação e indicativos para a melhoria dos programas de educação ambiental da instituição.

#### **4.2.2 Avaliação de programa governamental de educação ambiental**

Apresentaremos a seguir os principais resultados da aplicação do sistema de medição e da sistemática de avaliação proposta com a avaliação de programa de educação ambiental com foco no combate ao desperdício de energia, conforme mencionado. Primeiramente, apresentaremos a avaliação realizada de forma sintetizada. Os registros dos comentários dos avaliadores para cada medida de desempenho, indicando as análises realizadas, encontram-se no ANEXO F – RELATÓRIO DE APLICAÇÃO DO MODELO DE AVALIAÇÃO DE PROGRAMAS GOVERNAMENTAIS DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL.

##### **4.2.2.1 Síntese da avaliação**

Indicaremos a seguir o resultado da avaliação realizada no âmbito da testagem do modelo de avaliação. A primeira parte registra a utilização da sistemática de avaliação no que diz respeito à atribuição dos valores dos indicadores, já com as ponderações calculadas. Logo após, apontamos as principais conclusões obtidas sobre o Programa avaliado e o Plano de Ação delineado, enquanto proposta de intervenção na realidade da instituição, de modo a aperfeiçoar o programa avaliado, os demais existentes, bem como o planejamento dos programas futuros.

##### **4.2.2.1.1 Síntese do Desempenho do programa segundo a hierarquia de resultados esperados**

A aplicação pelos avaliadores do modelo de avaliação permitiu-nos obter os valores para os indicadores de desempenho, objetivos específicos e gerais, diretrizes específicas e gerais, conforme figura abaixo.

Figura 7: Aplicação do Sistema de Monitoramento e Avaliação de Programas Governamentais de Educação Ambiental.

#### 4.2.2.1.2 Conclusão sobre o programa avaliado

Segue conclusão geral sobre o programa com base no Guia “Critérios par planejamento, implementação, monitoramento e avaliação de programas governamentais de educação ambiental”. O Programa encontra-se na faixa percentual entre 40% a 69%, ou seja, já tem características de um programa transformador, necessitando ampliar sua forma de atuação para também expandir os resultados os quais propicia. O programa tem como mérito principal atuar na democratização das informações sobre energia e educação ambiental, de forma estruturada e alinhada à satisfação dos beneficiários.

<b>Síntese da Avaliação</b>	
<b>Faixas percentuais</b>	<b>Comentários</b>
<b>0 a 39%</b>	<p>O planejamento do programa seguiu na sua maioria as premissas de um programa conservador com enfoque na disseminação de informações. Possui foco na preparação do indivíduo para a mudança de hábitos e atitudes voltados para a resolução dos problemas ambientais.</p> <p>O planejamento apresentado, realizado com as premissas de um programa com foco na difusão de informações, tende a trazer impactos na obtenção da eficácia do programa (foco maior nas competências voltadas para a conservação do meio ambiente) e na sua efetividade, uma vez que o programa não trabalha adequadamente a organização e a participação social. Provavelmente os impactos esperados de mudança na realidade socioambiental dificilmente serão alcançados, considerando o não acesso e interação dos sujeitos com as políticas públicas.</p> <p>Algumas metodologias participativas de ensino são usadas. O Programa deve potencializar a sua aplicação. Deve também trabalhar com categorias, tais como: gestão ambiental, políticas públicas, participação e controle social.</p> <p>O programa atende em geral os objetivos de disseminação de informações sobre o meio ambiente e o papel de cada indivíduo na sua vida cotidiana. Constitui-se em proposta social relevante à medida que sensibiliza os indivíduos para as questões socioambientais que impactam sua vida. Distancia-se da proposta de um programa governamental de EA voltado para a construção de sociedades mais justas e igualitárias. Necessita ainda ampliar o olhar sobre os conceitos trabalhados de modo a torná-los mais contextualizados e críticos.</p> <p>Deve-se repensar estruturalmente o programa para atender aos critérios de um programa governamental no âmbito das políticas públicas, ampliando seus objetivos.</p>

<p><b>40% a</b> <b>69%</b></p>	<p>O planejamento do programa seguiu algumas premissas de um programa transformador, com enfoque na formação do cidadão, porém mais nos seus aspectos conceituais. Mantém alguma semelhança com programas com enfoque conservador à medida que ainda insere a questão da mudança de hábitos no elenco de seus objetivos. Não foi planejado de modo significativo do ponto de vista do beneficiário. Ou seja, ainda pode melhorar de forma a incorporar a participação do beneficiário como elemento para contribuir para a estruturação do programa.</p> <p>Trabalha informações de modo crítico, porém não propiciou a vivência dos cidadãos na organização e participação social, inclusive nas definições do próprio programa.</p> <p>O planejamento apresentado foi realizado com base em algumas premissas de um programa transformador, com foco na gestão ambiental pública. O planejamento tal qual elaborado contribui para que o programa obtenha a eficácia (foco nas competências voltadas para a conservação do meio ambiente), porém dependerá de muitos outros fatores a construção das competências de participação e controle social. Quanto à efetividade do Programa, uma vez que este trabalhou mais conceitualmente a organização e a participação social, provavelmente os impactos esperados de mudança na realidade socioambiental dependerão mais da vontade individual e dos compromissos políticos dos participantes. Pois estes não tiveram o aprendizado de ações de organização e participação ao longo do Programa. Os participantes terão que realizar mais transferências e abstrações durante a implementação do Programa para contribuírem para o alcance dos resultados. As adversidades e condições da realidade local provavelmente terão mais influência no alcance dos resultados.</p> <p>O programa trabalha mais conceitualmente os conteúdos de um programa de EA de modo crítico. Metodologicamente alterna entre o enfoque conservador e transformador. Faz-se necessário dar continuidade ao programa, planejando-o seguindo a lógica de um Programa de formação do cidadão para o controle e participação social.</p> <p>Deve-se repensar os objetivos do programa, ampliando-os, assim como intensificar o uso da metodologia participativa e ajustar conceitos.</p> <p>O programa tem relevância social estabelecida, podendo contribuir ainda mais para resolver os riscos e problemas com os quais lida. Tem como um dos seus méritos a satisfação dos beneficiários.</p>
<p><b>70% a</b> <b>100%</b></p>	<p>O planejamento do programa seguiu na sua maioria as premissas de um programa transformador com enfoque na formação do cidadão voltado para exercer a participação e o controle social no que se refere à gestão ambiental pública.</p> <p>O planejamento apresentado, realizado com as premissas de um programa transformador, com foco na gestão ambiental pública tende a trazer impactos positivos na obtenção da eficácia do programa (foco nas competências voltadas para a conservação do meio ambiente e nas de participação e controle social) e na sua efetividade, uma vez que o Programa trabalhou adequadamente a organização e a participação social. Provavelmente os impactos esperados de mudança na realidade socioambiental serão alcançados, respeitados os compromissos políticos dos participantes e as adversidades da realidade local.</p> <p>O programa tem como um dos seus méritos a satisfação dos beneficiários.</p> <p>Deve-se garantir a execução e continuidade do Programa. Monitorar e divulgar seus resultados ao longo do tempo. Utilizar esta experiência bem sucedida para estruturar outros programas.</p> <p>Deve-se manter a dinâmica de planejamento, execução, acompanhamento e avaliação proposta.</p>

Figura 8: Síntese da Avaliação extraída do Guia “Critérios de Referência para planejamento, implementação, monitoramento e avaliação de programas governamentais de educação ambiental”

#### 4.2.2.1.3 Plano de Ação elaborado

A avaliação realizada permitiu a elaboração de um plano de ação, cujos principais pontos elencamos abaixo.

Tabela 19: Avaliação de Programa Governamental de EA – Plano de Ação

<b>PLANO DE AÇÃO</b>		
<b>Ações no âmbito do Programa Avaliado</b>	<b>Nível*</b>	<b>Prazo</b>
Incorporar no Programa iniciativas de geração de trabalho e renda a partir da integração com a área de responsabilidade social da empresa.	Estratégico	Médio
Inserir oficinas de educomunicação no Programa.	Estratégico	Longo
Estudar possibilidade de ampliar público do Programa (aplicar o programa não só para profissionais da educação).	Tático/ operacional	Curto
Elaboração de material específico para a localidade/empreendimento a ser trabalhado com maior participação dos beneficiários.	Tático	Médio
Incluir a realização do Diagnóstico Rápido Participativo na etapa de Diagnóstico do Programa.	Operacional	Curto
Inserir na etapa de Formação (cursos de capacitação) o trabalho com projetos coletivos de Educação Ambiental de modo sistematizado, evitando o uso de ferramentas, tais como: planos de ação e ações independentes.	Operacional	Curto
Inserir alguma forma de apoio à realização de projetos coletivos a partir de recursos próprios ou por meio de parcerias ou ainda trabalhar no programa o aprendizado de como captar projetos de interesse comunitário.	Estratégico	Longo Prazo
Inserir em todas as etapas do Programa o trabalho educativo com as categorias gestão ambiental, políticas públicas, participação e controle social, orientando todo o processo ensino/aprendizagem a ser desenvolvido.	Tático/ operacional	Curto
Trabalhar as questões da Energia vinculadas à vida dos beneficiários. Trabalhar o posicionamento do Programa. Os beneficiários precisam se sentir “donos do Programa”.	Operacional	Curto
Ampliar objetivos do Programa. Por exemplo: atender às necessidades de preservação do legado cultural e fortalecimento da identidade cultural local dos grupos sociais.	Estratégico	Médio
Incluir a articulação do programa com políticas públicas existentes como uma de suas diretrizes centrais.	Tático/ operacional	Curto
<b>Ações no âmbito das Equipes que implementam Programas de Educação Ambiental</b>		
Capacitar a equipe executora dos Programas na Concepção Transformadora de Educação Ambiental e nas metodologias participativas.	Tático/ operacional	Curto
Apresentar para a equipe executora dos Programas o modelo de avaliação em workshop, inclusive para a coleta de sugestões sobre como adotá-lo na instituição.	Estratégico	Médio
<b>Ações de revisão dos programas existentes</b>		
Avaliar os demais programas e revisá-los à luz dos critérios propostos, os quais indicam uma concepção complexa e socialmente relevante de educação ambiental.	Estratégico	Longo
<b>Ações de planejamento para programas existentes</b>		
Rever editais de contratação de elaboração e execução de programas à luz do modelo de avaliação.	Estratégico/ Tático/ operacional	Curto

\*Foi considerada uma ação em nível estratégico aquela que depende de aprovação da alta gerência; em nível tático aquela que está condicionada à concordância da média gerência; e, ainda, uma ação operacional a que depende da atuação da equipe técnica do programa.

### 4.2.3 Avaliação de Política Pública Setorial

Após avaliação do Programa Governamental de Educação Ambiental com foco no combate ao desperdício de energia elétrica, tendo em vista o seu período de implantação (1995 a 2010), tornou-se possível analisar alguns aspectos da política pública no qual este se inscreve, a qual se define por colorários, tais como: “Combater o desperdício de energia é, antes de tudo, uma mudança de hábito para a preservação do ambiente para as gerações futuras. É melhoria da qualidade de vida. É um exercício de Cidadania.” (PROCEL, 2011)

a) Articulação e transversalidade. Integrar a política de eficiência energética na área de educação às demais políticas afins, por exemplo, aquelas advindas do ministério do meio ambiente; do desenvolvimento social; da educação; entre outras. Inclusive com outras políticas do próprio ministério de minas e energia, como aquelas ligadas à eletrificação rural e às fontes alternativas. Tratar-se-ia de buscar um grau de articulação normatizada e institucionalmente definida entre as políticas sociais, inclusive propiciando a otimização e alocação mais eficiente de recursos.

b) Ampliação do escopo e concepção dos programas educacionais de conservação de energia a partir de sua integração com os programas de educação ambiental advindos do licenciamento de empreendimentos, os quais possuem atualmente diretrizes amplas e consistentes para a estruturação de programas na área, superando o foco na mudança de hábitos e atitudes do consumidor.

c) Democratização das informações e debates sobre energia, dada a sua relevância para a estruturação da sociedade e da qualidade de vida das populações, articulando tais discussões a questões sociais, culturais, políticas, não só econômicas, superando a visão desenvolvimentista ao tratar das questões de energia. Buscar discutir com as populações, beneficiárias do programa, como as questões de energia se articulam à sua vida.

d) Mesmo considerando os desafios de eliminação do desperdício de energia para redução das pressões sobre os recursos naturais, o que traz a busca pelo atendimento de massa com os programas de conservação de energia, inclusive na área educacional, criar mecanismos de intervenção de forma local e estrutural, visando realmente a melhoria da qualidade de vida das populações na lógica da educação ambiental. Desenvolver programas educacionais capazes de orientá-las a atuar na participação e no controle social das questões de energia afetas à vida pública e às demais questões que tem interferência na sua qualidade de vida.

- e) Atuar na formação de equipes técnicas nas concessionárias de energia para atuar em programas de educação ambiental. Estimular a formação de redes.
- f) Optar pela implantação de programas de educação ambiental com foco na mudança social onde os resultados esperados devem ser mais amplos do que aqueles de redução do consumo de energia, entendendo os programas educacionais de conservação de energia como programas sociais.
- g) Elaborar/rever diretrizes, políticas e princípios de avaliação dos programas, combinando as abordagens qualitativas e quantitativas de pesquisas avaliativas.

## **5 ANÁLISE CRÍTICA DO SISTEMA DE MEDIÇÃO E DA METODOLOGIA PROPOSTA**

### **5.1 ANÁLISE CRÍTICA DO SISTEMA DE MEDIÇÃO**

A seguir indicaremos as dúvidas e sugestões levantadas pelos avaliadores em relação à estrutura do sistema de medição e da sistemática de avaliação. Depois apontaremos as alterações realizadas no seu conteúdo e, por fim, resumiremos as conclusões obtidas com a testagem inicial realizada.

Durante a aplicação da modelo de avaliação foram levantadas dúvidas, sugestões e questionamentos sobre o sistema de medição e sua sistemática de avaliação. Apresentaremos a seguir estas informações, bem como a forma de incorporá-las ao modelo de avaliação ou a justificativa para a sua não inclusão. Em alguns casos, foram dados os esclarecimentos necessários ao melhor entendimento por parte dos avaliadores.

a) Possibilidade de exclusão de indicadores. Foi explicado que existe a oportunidade do avaliador retirar indicadores não aplicáveis ou de difícil medição no caso da avaliação de determinado Programa. No entanto, foi ressaltado que dado o caráter amplo do sistema de medição, dificilmente um indicador não se aplicará à avaliação. A situação mais comum tende a ser aquela em que o Programa não atende a determinados critérios e indicativos para a avaliação de um indicador, diferentemente da situação em que tal medida não se mostraria adequada para auxiliar a avaliação em questão. O exemplo dado foi o do indicador “qualidade do diagnóstico” para o Programa analisado, o qual não compreende a realização desta etapa com a amplitude e profundidade requerida. Entretanto, não será retirada da avaliação esta medida de desempenho. Pelo contrário, servirá de base para a enumeração de vários pontos a serem melhorados no Programa.

Diante desta dúvida, foi inserido texto explicativo na introdução do guia “Critérios de Referência para Planejamento, Implementação, Monitoramento e Avaliação de Programas Governamentais de Educação Ambiental” para orientar o avaliador quanto a esta questão, extremamente pertinente.

b) Inclusão de um critério para orientar a seleção do valor a ser atribuído para determinado indicador a partir das faixas de pontuação estabelecidas 0 a 39%, 40% a 69% e 70% a 100%, visando “facilitar a objetividade no momento da avaliação”. Por exemplo,

poder-se-ia estabelecer que os valores dos indicadores fossem atribuídos sempre a partir de incrementos de 5 ou 10 unidades. Notas como 40%, 45%, 50%, 55%, 60%, 65% etc.

Esta sugestão não foi aceita no momento, pois se optou por manter a possibilidade do avaliador selecionar o valor a ser atribuído quando da análise/síntese de dados e informações necessárias para a transformação da compreensão destes resultados em um percentual. Os incrementos pré-estabelecidos, conforme sugestão dada, redundariam em mais uma regra a ser seguida pelos avaliadores, sem que houvesse, aparentemente, neste estágio de testagem do sistema, a identificação de um ganho concreto. A objetividade das medidas, ou seja, atribuir 63%, 64% ou 65%, por exemplo, pretende-se que seja obtida via realização da avaliação por diversos avaliadores e/ou pelo uso adequado da própria sistemática de avaliação organizada, a qual tende a não diferenciar de forma tão significativa valores tão próximos, tendo em vista o objeto da avaliação – Programas Governamentais de Educação Ambiental. Além disso, sabendo-se da tradição dos educadores ambientais e profissionais da área em lidar com dados e avaliações qualitativas (DEMO, 2005), o estabelecimento dos percentuais por incrementos pré-determinados poderia parecer uma “imposição” para tais avaliadores, sem que houvesse a percepção de valor agregado. (RIZZINI, I., CASTRO M. R. e SARTOR, C. D., 1999) Este deve ser um ponto de atenção em futuras testagens.

c) Desdobramento da escala de pontuação em quatro faixas, de modo a evitar que os avaliadores “confortavelmente” optem pela “coluna do meio” ou, em outras palavras, na faixa de pontuação de “40% a 69%.

Baseado no sistema de metaavaliação de Silva (2002), o gradiente para atribuição de valor síntese ao indicador, no sistema de medição proposto, expressa o escalonamento dos conceitos em três níveis, de modo a refletir com a maior objetividade possível o avanço relativo a cada um dos requisitos considerados na avaliação de cada uma das medidas de desempenho, considerando-se o nível de informação disponível sobre como se organizam na prática os Programas de EA. Para a organização deste gradiente foram levados em conta a literatura e todos os casos de implementação observados.

Em síntese, tal qual coloca Silva (2002), para julgar o gradiente construído em seu modelo de metaavaliação, concordamos que o maior detalhamento da escala mediante outros níveis não parece ser compatível, hoje, com o conhecimento objetivo de cada um dos requisitos de desempenho listados.

d) Necessidade de explicação sobre a situação de ausência de atendimento aos critérios e indicativos de avaliação postos na faixa de pontuação 0% a 39%, junto com a situação de atendimento precário dos critérios. Da mesma forma, necessidade de explicação da situação de atendimento pleno dos critérios e indicativos de avaliação postos na faixa de pontuação 70% a 100%, junto com a situação de atendimento quase total dos critérios. Na introdução do guia “Critérios de Referência para Planejamento, Implementação, Monitoramento e Avaliação de Programas Governamentais de Educação Ambiental” foram inseridas tais explicações de modo a facilitar a avaliação no que se refere à atribuição do valor final para o indicador.

### 5.1.1 Alterações no conteúdo da sistemática de avaliação

A partir da realização da avaliação de um Programa Governamental de Educação Ambiental e dos comentários dos avaliadores foram implementadas melhorias na sistemática de avaliação. As melhorias realizadas em relação aos indicadores estão sintetizadas na tabela abaixo.

Tabela 20: Melhorias no modelo de avaliação após testagem

Medida de Desempenho	Justificativa	Alteração
Indicador 2 Atendimento aos critérios conceituais de planejamento do processo Ensino/aprendizagem	Facilitar o uso da “Tabela para Atribuição de Valor Síntese” de forma correta e articulada à Tabela “Critérios e Indicativos para Avaliação”.	Inserção nas colunas da Tabela “Critérios e Indicativos para Avaliação” as expressões Situação 1, 2 e 3 para melhor identificá-las. O mesmo foi feito nas colunas da “Tabela para Atribuição de Valor Síntese” e para o Indicador “Atendimento aos critérios metodológicos de planejamento pedagógico do Programa” nas mesmas tabelas.
	Facilitar o uso da Tabela “Critérios e Indicativos para Avaliação” de forma correta.  Questão: obrigatoriedade dos conteúdos listados como critérios conceituais de comporem o planejamento pedagógico do Programa.	Inserção de texto na descrição do indicador. <b>Cumprer ressaltar que os conteúdos conceituais, procedimentais e atitudinais que compõem os critérios conceituais do planejamento pedagógico devem estar incluídos na íntegra no Programa. Quando da análise deste indicador, conteúdos não incluídos no planejamento, caso não sejam pertinentes deverão ter sua ausência justificada de tal de modo a não interferir no julgamento do avaliador. (Grifo nosso)</b>
Indicador 8 Qualidade das ações de mobilização	Tornar as situações descritas na “Tabela para Atribuição de Valor Síntese” mais coerentes, propiciando avaliações sem distorções.	O trecho “O parecer sobre o alcance dos objetivos educacionais por parte dos sujeitos da ação educacional ocorre com base em algumas formas de avaliação intencionais e planejadas, porém insuficientes para diagnosticar a aprendizagem. E com base em observações cotidianas e informais” da coluna 40% a 69% foi alterado para:

		<b>“O parecer sobre o alcance dos objetivos educacionais por parte dos sujeitos da ação educacional ocorre com base em algumas formas de avaliação intencionais e planejadas. E com base em observações cotidianas e informais”</b> (Grifo nosso)
Indicador 9 Qualidade do diagnóstico	Tornar as situações descritas na “Tabela para Atribuição de Valor Síntese” mais coerentes, propiciando avaliações sem distorções.	Substituição do critério “O diagnóstico não permite a definição de etapas do Programa de EA eficazes” por <b>“O diagnóstico favorece parcialmente a definição de etapas do Programa de EA eficazes.”</b> na faixa 0% a 39%. (Grifo nosso)
		Revisão do critério “O diagnóstico não possibilita o planejamento do Programa de EA articulado às políticas públicas, programas e projetos afins ao Programa de EA, substituindo-o pelo texto: <b>“O diagnóstico possibilita o planejamento do Programa de EA pouco articulado às políticas públicas, programas e projetos afins ao Programa de EA.”</b> (Grifo nosso)
Indicador 21 Beneficiários indiretos do Programa que receberam os materiais educativos produzidos	Tornar o texto mais claro.	Substituição do critério “O percentual de beneficiários indiretos que receberam os materiais educativos produzidos é de 100%. Pois todos os beneficiários indiretos receberam os materiais educativos do Programa. Cada tipo de material educativo produzido em cada fase do Programa foi distribuído para todos os beneficiários indiretos.” por <b>“O percentual de beneficiários indiretos que receberam os materiais educativos produzidos é de 100%. Cada tipo de material educativo produzido em cada fase do Programa foi distribuído para todos os beneficiários indiretos.”</b> (Grifo nosso)
Indicador 28 Inserção de informações sobre meio ambiente em Programas e projetos no âmbito de políticas públicas existentes	Tornar as situações descritas na “Tabela para Atribuição de Valor Síntese” mais coerentes, propiciando avaliações sem distorções.	Revisão dos textos da “Tabela para Atribuição de Valor Síntese”. Por exemplo, “Considerando o diagnóstico realizado, o Programa identificou e aproveitou <b>muitas</b> as oportunidade(s) para inserir a temática ambiental em programas e projetos fruto de políticas públicas existentes, favorecendo a articulação e integração entre iniciativas, a potencialização de resultados e a otimização de recursos.” (grifo nosso)  E, ainda, “Considerando o diagnóstico realizado, o Programa identificou <b>algumas</b> oportunidade(s) para inserir a temática ambiental em programas e projetos fruto de políticas públicas existentes, porém aproveitou <b>somente parte destas oportunidades</b> , favorecendo a articulação e integração entre iniciativas, a potencialização de resultados e a otimização de recursos.” (grifo nosso)
Indicador 32 Realização de projetos coletivos e ações zelando pela coerência entre os princípios da Educação	Tornar as situações descritas na “Tabela para Atribuição de Valor Síntese” mais coerentes,	Substituição do critério “A maioria dos planos de ação de Educação Ambiental e/ou ações independentes visam mais a intervenção na realidade considerando os riscos, problemas,

Ambiental e a implementação das ações como desdobramentos do Programa de Educação Ambiental	propiciando avaliações sem distorções	conflitos e/ou potencialidades tratadas pelo Programa e menos o objetivo de disseminação de informações somente” pelo texto “A maioria dos planos de ação de Educação Ambiental e/ou ações independentes visam a intervenção na realidade considerando os riscos, problemas, conflitos e/ou potencialidades tratadas pelo Programa <b>e/ou o objetivo de disseminação de informações.</b> ” (grifo nosso)
Indicadores 44, 45, 46, 47,48 e 49.	Tornar as situações descritas na “Tabela para Atribuição de Valor Síntese” mais coerentes, propiciando avaliações sem distorções.	Inserção da opção “Ou o Programa de Educação Ambiental não implementou cursos de ação voltados a geração de trabalho e renda.” na “Tabela para Atribuição de Valor Síntese”, na faixa percentual de 0% a 39%.
Indicador 63 Resolução dos conflitos, problemas e/ou riscos socioambientais	Tornar as situações descritas na “Tabela para Atribuição de Valor Síntese” mais coerentes, propiciando avaliações sem distorções.	Revisão dos textos da “Tabela para Atribuição de Valor Síntese”. Na faixa 0% a 30% revisão do texto: “O Programa propiciou, <b>de forma pouco significativa</b> , a leitura crítica e a compreensão da dinâmica sócio-política dos conflitos, problemas e/ou riscos socioambientais identificados. <b>Mesmo considerando-se a complexidade da realidade local, foram atribuídos ao Programa de Educação Ambiental em questão resultados ainda que pouco significativos que evidenciam a sua contribuição para a resolução e/ou a mediação dos conflitos socioambientais identificados; ou minimização de riscos ou de problemas.</b> ” (Grifo nosso)  Na faixa 40% a 69% revisão do texto: O Programa propiciou <b>em parte</b> a leitura crítica e a compreensão da dinâmica sócio-política dos conflitos, problemas e/ou riscos socioambientais identificados. (Grifo nosso)

### 5.1.2 Conclusões preliminares sobre a consistência, adequação, factibilidade e efetividade do Sistema de Monitoramento e Avaliação de Programas Governamentais de Educação Ambiental

Seguem as análises e conclusões obtidas a partir da aplicação do sistema de medição e da sistemática de avaliação proposta, segundo a testagem inicial realizada.

a) as situações descritas nas Tabelas para Atribuição de Valor Síntese tendem a apresentar coerência ao indicarem o comportamento das variáveis a serem medidas em cada indicador na prática, já que os avaliadores classificaram com facilidade o Programa em questão nas faixas percentuais estabelecidas. As situações foram percebidas como plausíveis e

coerentes. Um dos avaliadores declarou que as descrições coincidiram muito com a realidade do programa, o que tende a evidenciar a adequação da sistemática de avaliação proposta..

Este resultado nos pareceu bastante favorável, pois como indica Silva (2002), ao discutir processos de avaliação, “é muito difícil estabelecer um gradiente objetivo de pontuação para variáveis que não correspondem estritamente a produtos quantificáveis”. (p. 65) Segundo o autor, a montagem de um gradiente objetivo para subsidiar a avaliação deve ter como finalidade básica homogeneizar conceitos originados de realidades específicas, de maneira que seja possível tanto a tradução da realidade local em uma plataforma lógica comum como retornar desta para os desdobramentos específicos que cada processo adquire no seu contexto em particular.

b) a sistemática de avaliação permite que a análise do programa seja realizada e o valor do indicador atribuído a partir de diferentes “níveis” de leitura do documento. O avaliador pode se focar na descrição do indicador, nos critérios e indicativos para avaliação, e/ou na Tabela para Atribuição de Valor Síntese sem que deixe de realizar uma avaliação adequada do item. Esta flexibilidade tende a aumentar as chances de adoção dos instrumentos para a realização de avaliações freqüentes e sistemáticas em um campo onde não há tradição em avaliação de programas. A análise, por exemplo, dos indicadores 4(Realização das Etapas do Programa de Educação Ambiental), 35 (Abrangência dos impactos esperados com os projetos coletivos (como desdobramentos do Programa de Educação Ambiental) e 63 (Resolução dos conflitos, problemas e/ou riscos socioambientais) corroboram esta análise.

Por outro lado, não podemos deixar de registrar que nestes diferentes tipos de leitura do documento, alguns requisitos de avaliação podem ser negligenciados. Por isso, sugerimos, tal qual Silva (2002) quando explica a necessidade de participação de diferentes avaliadores para realizar a metaavaliação, que a resposta “objetiva” à maioria dos critérios propostos em uma sistemática de avaliação dependerá de duplas ou triplas leituras sobre sua real dimensão. Isto com certeza inclui “não apenas o procedimento formal como previsto nas normas correspondentes, mas a prática de como a função avaliação realmente se insere em cada caso”. (p. 73) Os juízos de valor relativos aos requisitos da avaliação devem emergir de forma consensual.

Testagens futuras poderão indicar caminhos de simplificação do documento em alguns indicadores ou realmente a necessidade de manter todas as informações e ressaltar para o

avaliador a sua importância. No momento, não houve sugestões de redução de medidas de desempenho do sistema de monitoramento e avaliação.

c) a usabilidade e factibilidade de aplicação do sistema e da sistemática foi inicialmente evidenciada pela forma fácil dos avaliadores consultarem o Guia de Referência “Critérios de Referência para Planejamento, Implementação, Monitoramento e Avaliação de Programas Governamentais de Educação Ambiental” para avaliar o Programa, atribuindo a pontuação, identificando forças e fraquezas, bem como ações de melhoria. Primeiro os avaliadores selecionam a coluna para enquadrar o Programa na faixa percentual de resultado e depois selecionam o valor em si, mediante a análise de quanto foi atendido dentro da faixa. Quando houve dúvidas, as demais informações sobre o indicador foram analisadas.

d) a flexibilidade do sistema de medição e da sistemática de avaliação permitiu a análise da implantação do Programa em um município e do conjunto das diversas implantações nos diversos municípios atendidos, a partir de sínteses mais globalizantes. Este fato pareceu ficar claro quando os avaliadores, quando da avaliação do “Indicador 6 Cumprimento das metas previstas para o programa de EA” perceberam que poderiam buscar análises mais abrangentes. Neste ponto deixaram de avaliar a implementação do Programa em um município de Minas Gerais, inclusive premiada pelo IBAM (Instituto Brasileiro de Administração Municipal) e PROCEL, para avaliarem o conjunto das implantações, o que se mostrou mais útil e vantajoso para os avaliadores e para a empresa, tendo em vista os tipos de análise elaborados e as melhorias, muito mais estruturais, sugeridas.

e) a consistência interna do sistema de medição foi verificada à medida que o avaliador atribuía valores a indicadores interligados e percebia tal relação de forma clara e objetiva. Por exemplo: O indicador 30 (Conservação de Energia) e 63 (Resolução dos conflitos, problemas e/ou riscos socioambientais) os quais tratam de resultados do programa para o problema por este trabalhado. Ou ainda, indicador 1 (Atendimento aos critérios conceituais e metodológicos de Planejamento Geral do Programa – estrutura e etapas) e indicador 6 (Cumprimento das metas previstas para o Programa de Educação Ambiental) no que se refere ao estabelecimento e alcance de metas. A consistência é verificada também entre os indicadores: 36 (Projetos coletivos implementados) 37 (Projetos coletivos em andamento

após 50% de realização do prazo estimado) e 38 (Projetos coletivos em andamento até a sua finalização).

Trata-se de consistência interna na horizontal – apropriação crescente de resultados nos objetivos e diretrizes – e vertical – pela interligação de resultados, onde uma medida interfere em outras, às vezes inclusive de outro parâmetro( eficiência, eficácia e efetividade). Tal qual Costa (2002) afirma em relação à interligação de medidas construídas por meio de gradientes em sua proposta de metaavaliação, a obtenção de um alto nível de desempenho relativo a um requisito determinado não compensa o baixo preenchimento de algum outro. “Ao contrário, há requisitos interdependentes entre si, para os quais se espera um padrão relativamente uniforme de resposta.” (p. 66)

f) o modelo de avaliação permite inúmeras análises a partir das relações entre os indicadores e a obtenção de conclusões adequadas e significativas. Os resultados alcançados estão alinhados, por exemplo, com as oportunidades de melhoria levantadas quando de estudo realizado para diagnóstico dos programas de educação ambiental desenvolvidos pela instituição do estudo de caso. As conclusões são capazes de indicar ações para a tomada de decisão de gestores, com possibilidade de confronto do plano de ação com os resultados dos indicadores. Verificando se as ações delineadas estão de acordo com os resultados dos parâmetros. A avaliação realizada, na situação de testagem, permitiu a construção de um plano de ação, ainda que simplificado, dado o tempo destinado para a avaliação (30 horas aproximadamente).

Segundo depoimento dos avaliadores, a avaliação constituiu-se em um processo muito rico, principalmente diante do momento institucional de adaptação dos programas educacionais de combate ao desperdício de energia às demandas das comunidades envolvidas em programas no âmbito do licenciamento de empreendimentos e às condições e recursos da organização.

Parece-nos que o modelo proposto possibilita a realização da função avaliação enquanto parte integrante do ciclo de políticas públicas, conforme Garcia (2001) propõe.

A avaliação poderá ser organizada como um processo “sistemático de aprender empiricamente e de analisar as lições aprendidas para melhorar as ações em curso e para a realização de um planejamento mais satisfatório, mediante uma seleção rigorosa entre as distintas possibilidades de ação futura. Isso supõe uma análise crítica dos diferentes aspectos do desenho e da execução de um programa e das ações que o constituem, de sua pertinência, de sua eficiência e eficácia, dos custos nos quais incorre e de sua aceitabilidade por todas as partes envolvidas” (OMS, 1981, p. 81 apud IDEM).

g) o modelo aplicado parece rico em termos de conteúdo e metodologia podendo ser aplicado de forma adaptada à avaliação de outros objetos, por exemplo: programas de educação profissional, programas sociais, entre outros. Além disso, conforme citado por um dos avaliadores, seus requisitos podem ser incorporados por outros sistemas de avaliação, como aqueles que tratam da gestão de organizações e das questões de sustentabilidade, aperfeiçoando-os.

Um aspecto chamou-nos a atenção durante a avaliação. Em geral, embora os gestores tenham informação de que a eficácia do processo de avaliação está diretamente relacionada à quantidade e qualidade das informações coletadas (TENÓRIO, 1995), torna-se ainda muito difícil a obtenção de uma vasta gama de informações para alimentar os indicadores, tal como se sugere no sistema de medição. A realidade do cenário da função avaliação aponta para o fato de que, segundo Jannuzzi (2005) “uma das grandes dificuldades atuais no acompanhamento de programas públicos é dispor de informações periódicas e específicas acerca do processo de sua implementação e do alcance dos resultados e do impacto social” (p. 137), sejam estas fruto de uma avaliação formativa ou somativa.

No caso da avaliação realizada, pondera-se que embora houvesse a dificuldade de obtenção de dados, à medida que o sistema de medição não foi utilizado desde o planejamento do programa, como seria o recomendado, a avaliação ocorreu de forma exitosa no que se refere à produção de resultados significativos e reveladores para as equipes, indicando um considerável poder preditivo do modelo. Outras testagens deverão fornecer mais dados sobre este fato com mais detalhamento.

Enfim, com a construção de forma estruturada do sistema de medição e da sistemática de avaliação, bem como sua posterior aplicação foi possível analisá-lo, registrando suas características e funcionalidades. O sistema mostra-se capaz de:

a) minimizar a subjetividade inerente ao processo de pesquisa avaliativa, objetivando análises, principalmente quando há diversos avaliadores envolvidos na avaliação de diferentes Programas, a partir da explicitação dos critérios que delimitam o objeto de medição de cada indicador.

b) facilitar a comparação de Programas públicos por meio da explicitação de um marco referencial teórico-prático de avaliação, desdobrado em medidas e critérios detalhados, favorecendo a avaliação de políticas públicas e o julgamento de mérito de Programas Governamentais de Educação Ambiental.

c) induzir a adoção de critérios de planejamento, execução, monitoramento e avaliação de Programas de Educação Ambiental com foco em movimentos de transformação mais consistentes e duradouros (MINAYO, 2005).

d) possibilitar, mediante ajustes, a realização de avaliação *ex ante*, de processo e *ex post*, facilitando, inclusive a comparação de resultados intraavaliação, permitindo verificar a evolução do Programa, os entraves e facilidades desde o seu nascedouro até a geração de resultados no médio e longo prazos.

e) facilitar a avaliação de impactos, operacionalizando a concepção socioambiental de educação ambiental, com foco na mudança social.

f) favorecer o refinamento e a precisão de resultados a partir da estruturação de um conjunto orgânico e integrado de medidas, hierarquizadas, contendo indicadores objetivos e subjetivos; analíticos e sintéticos.

g) propiciar um processo de avaliação no qual o aprendizado ocorre não só para os gestores e equipes responsáveis pelos Programas, mas também para os próprios avaliadores ao aplicarem os “Critérios de Referência para Planejamento, Implementação, Monitoramento e Avaliação de Programas Governamentais de Educação Ambiental”.

Em síntese, o modelo de avaliação proposto parece ter alcançado os propósitos de uma avaliação segundo Garcia (2001). Possibilitou a “análise crítica dos diferentes aspectos do desenho e da execução de um programa e das ações que o constituem, de sua pertinência, de sua eficiência e eficácia, dos custos nos quais incorre e de sua aceitabilidade por todas as partes envolvidas” (OMS, 1981, p. 81 apud GARCIA, 2001). Acreditamos, ainda, que o modelo apresentado se aplicado sistematicamente possa contribuir para a constituição de “uma administração pública mais competente, visível e, por isso, passível de democrático controle social, que poderá conhecer graus crescentes de eficiência, eficácia e equidade em sua atuação.” (IDEM, p. 56)

## 5.2 ANÁLISE CRÍTICA DA METODOLOGIA DESENVOLVIDA

Com a realização do estudo de caso introduzido neste estudo para viabilizar a utilização da metodologia proposta para construção do sistema, bem como o uso dele próprio, verificamos alguns pontos de aprimoramento na estrutura inicial da metodologia com as etapas de validação e testagem.

a) Inclusão da etapa “Seleção do tipo de avaliação a ser contemplada no Sistema de Medição”. A inserção desta etapa favoreceu uma reflexão necessária quando da construção do sistema: a definição do tipo de avaliação a ser priorizada para construção do sistema: *ex ante*, de processo e/ou *ex post*.

b) Inserção da etapa “Definição da Sistemática de Avaliação”. Neste ponto, pode-se descrever toda a sistemática de avaliação proposta, a qual auxilia na definição do sistema de medição e é, ao mesmo tempo, por ele definida. A inclusão desta etapa permitiu-nos evidenciar não só o modelo de avaliação, como também a sua fundamentação teórico-prática.

c) Fusão das etapas “Validação do sistema” e “Hierarquização de Medidas de Desempenho” em uma só. Esta melhoria se deveu ao fato de que, na prática, as estas duas fases da construção do sistema, pensadas separadamente no início, ocorrem de forma conjugada. Ou seja, os especialistas validam o sistema e depois ponderam as suas medidas.

d) A apresentação do sistema de medição concluído ao término da etapa de “Validação do Sistema e Hierarquização de Medidas de Desempenho”. A apresentação do sistema de medição concluído foi inicialmente previsto para a etapa de “Identificação, Seleção e Classificação das Medidas de Desempenho” ou para a fase “Adoção de Critérios para a Priorização das Medidas de Desempenho”, caso fosse necessária a segunda. No entanto, recomendamos a sua apresentação após a conclusão de todos os passos da metodologia que podem gerar alterações na sua composição.

## 6 LIMITES E CONTRIBUIÇÕES DA PESQUISA

Tendo em vista as enormes lacunas na área de avaliação de políticas, programas e projetos de Educação Ambiental, podemos afirmar que o presente estudo possibilitou avanços no sentido de propor um modelo de avaliação para Programas Governamentais de forma ampla e integrada, fruto de um alto grau de sistematização do conhecimento na área. Tal avanço é mais bem evidenciado quando apontamos que o desenvolvimento deste modelo – sistema de medição e sistemática de avaliação - se deu por meio da aplicação de uma metodologia estruturada também proposta neste estudo. O desenvolvimento desta metodologia para a construção do sistema de medição do desempenho de programas governamentais de educação ambiental permitiu-nos uma análise dos desafios associados à avaliação de políticas públicas e programas, em especial aqueles sociais. A análise de estudos relativos ao desenvolvimento de sistemas de medição na área pública e ambiental, bem como o estabelecimento de premissas básicas para a construção de tal sistema, favoreceu a estruturação de uma metodologia de construção de sistemas de medição que inclui um conjunto de etapas de análise e síntese que permitem o desenvolvimento das medidas de desempenho de forma mais objetiva, estruturada e orgânica.

De acordo com o que apontava autores, como Ramos et al. (2007), sobre a possibilidade de construção de sistemas de medição voltados para apoiar avaliação no nível da política e das atividades de um determinado setor. E neste caso os indicadores devem ser capazes de medir os resultados da política. Verificamos, ainda que inicialmente, que o modelo de avaliação proposto, focado na avaliação de Programas e Projetos fruto de políticas públicas, acabou por se mostrar eficaz para propiciar a avaliação das próprias políticas.

De forma geral, podemos afirmar que o presente estudo possibilitou também progressos no que diz respeito à superação de uma lacuna apresentada por Guimarães e Jannuzzi (2004) na área de avaliação: a arbitrariedade na construção de índices. Em especial, estes autores destacam a arbitrariedade presente na construção de índices compostos, por mais rigorosas e criteriosas que aparentem ser as metodologias e práticas estatísticas utilizadas. A sintetização de indicadores sociais em um único índice tende a ser raramente apoiada em alguma teoria ou marco metodológico consistente. No caso do IDH, por exemplo, “a ponderação atribuída a cada um dos indicadores (igualmente um terço para cada componente) é arbitrária e presume uma função de bem-estar social.” (p. 6), o que implica a soma de indicadores de esperança de vida com indicadores de alfabetização.

Cumpramos observar que a realização de levantamento de campo e da validação com especialistas que formulam políticas públicas, em educação ambiental, permitiu-nos também avançar em relação a este aspecto específico da arbitrariedade nas medidas, ao pensarmos na constituição de índices sintéticos e na ponderação de medidas hierarquicamente estabelecidas. Pretendemos também neste estudo superar outro desafio na área de avaliação: a carência de significado na realização de manipulações aritméticas com indicadores de naturezas tão distintas, como no caso do IDH. Este indicador refere-se a eventos e escalas de medida de natureza completamente distinta. (JANNUZZI, 2002 apud GUIMARÃES e JANNUZZI, 2004) O sistema de medição proposto lida com uma diversidade de medidas também de naturezas distintas. Buscamos minimizar este ponto no presente estudo utilizando sempre como critérios e indicativos de avaliação unidos por objetivos integrados e medidos com base sempre em um percentual de atendimento aos critérios elencados. Tais indicadores foram ainda ponderados, tendo em vista a reprodução no sistema da inter-relação das variáveis.

Sabemos que parece haver uma interminável dinâmica de se elaborar e reelaborar os indicadores, na perspectiva de construção contínua. Os indicadores podem ser elaborados, em termos gerais, de forma conjunta (comunidade, técnicos e burocratas). Há, na verdade, uma tendência a fortalecer a participação popular na elaboração e implementação de políticas públicas. (KAYANO e CALDAS, 2002). Reconhecendo tais pontos, ressaltamos que o presente estudo, até certo ponto, possibilitou a construção do modelo de avaliação de modo participativo, a partir da inclusão de formuladores, implementadores e executores de políticas públicas, programas e projetos em educação ambiental. Esta participação permitiu o aprimoramento do modelo no que diz respeito às medidas e os critérios de avaliação. Apontamos tal relevância, sem deixarmos, no entanto, de apontar a necessidade de ampliação do nível e forma de participação, principalmente da sociedade em geral e de aplicação do modelo de avaliação para análise de outros programas.

Destacamos outra contribuição significativa deste estudo à medida que o modelo de avaliação proposto, baseado em uma metodologia de construção de sistemas de medição, parece se constituir em uma poderosa ferramenta para alavancar a elaboração de modelos de avaliação de Programas de Educação Profissional, em especial daqueles de formação continuada, assim como de Programas Sociais em geral. Neste caso, no âmbito, por exemplo, das organizações, estamos mencionando a possibilidade de construção de modelos de avaliação que englobem as ações de educação corporativa e responsabilidade social (inclusão digital, capacitação profissional e geração de trabalho e renda) utilizando estrutura e lógica

similares àsquelas do modelo apresentado. Tal possibilidade tende a intensificar a cultura de avaliação de programas, projetos e políticas nas instituições públicas e privadas e a favorecer a disseminação de práticas de avaliação. Sem contar que sistemas de avaliação de políticas e programas governamentais integrados quanto a critérios e bases de dados permitem amplo intercâmbio de informações e comparação de resultados. (SILVA, 2002)

A utilização do modelo de avaliação aqui proposto para a construção de outros na área social parece possibilitar a análise deste tipo de programas e políticas de forma ampla e crítica. A Diretriz Global “Equidade” garante que os programas de educação profissional e os sociais, de modo geral, sejam analisados na ótica dos benefícios distribuídos não só para as instituições que os promovem, mas principalmente para os indivíduos que deles participam e a sociedade de modo geral. Aplicando-se a lógica subjacente ao modelo aqui apresentado a estes outros tipos de programas espera-se facilitar a avaliação em outras áreas também extremamente carentes de modelos de avaliação, visando captar o conjunto complexo de mudanças que tais programas propiciam.

## 7 CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES PARA ESTUDOS FUTUROS

Concebido na interseção de duas grandes áreas do conhecimento - a Engenharia de Produção e a Educação -, este estudo lidou com os desafios metodológicos inerentes à produção de conhecimento interdisciplinar, bem como com aqueles advindos da proposição de um modelo de avaliação de Programas Governamentais de Educação Ambiental, fruto de Políticas Públicas, em um campo marcado pela significativa lacuna na área de avaliação. Somados a estes desafios epistemológicos, perpassaram a estruturação e o desenvolvimento desta pesquisa os princípios da gestão pública democrática pautada pela participação e controle social.

Tal contexto levou este estudo, com finalidade claramente propositiva, a optar pelo desenvolvimento de uma metodologia de construção de sistemas de medição que possibilitasse a apresentação de um modelo de avaliação com características de objetividade e precisão, bem como pela inclusão da participação pública, com especialistas em Educação Ambiental, para não só contribuir com a própria estruturação do modelo, como também com a sua testagem, verificando a sua aceitação e adequação de uso junto aos educadores.

Concluimos que avanços foram obtidos na função avaliação no ciclo político, em especial na gestão ambiental pública. Um modelo de avaliação, composto por um sistema de medição com medidas hierarquizadas, integradas e complexas para permitir a avaliação de Programas Governamentais de Educação Ambiental, acompanhado de uma extensa base de critérios inserida na sistemática de avaliação, foi desenvolvido de modo inovador. Tal modelo auxilia não só na avaliação dos programas e das políticas, como se mostrou capaz, mas também favorece a difusão dos conceitos e valores associados à concepção transformadora de Educação Ambiental, capaz de materializar as políticas públicas na área socioambiental, com toda a riqueza de suas especificidades.

Cabe-nos ressaltar que este modelo se constituiu em uma primeira abordagem para tratar da imensa lacuna em avaliação de Programas Governamentais em Educação Ambiental. Ao longo da pesquisa foi possível construir, na verdade, mais do que um sistema de medição somado a sua sistemática de avaliação, um modelo de avaliação, o qual possibilita tanto a análise minuciosa com base em dados quantitativos precisos voltados para a análise das diversas implantações de um Programa, como também a avaliação completa do Programa como um todo. Neste caso, os critérios e indicativos de avaliação parecem fornecer a segurança necessária para os avaliadores realizarem uma avaliação com amplitude muito

maior, tomando por base informações mais sintéticas e globalizantes resultantes não só de dados quantitativos, como também de dados qualitativos. Neste ponto, ressaltamos uma característica relevante deste estudo – o modelo de avaliação proposto é fruto da complementaridade da abordagem quantitativa e qualitativa de levantamento e análise de dados.

Além disso, não podemos deixar de registrar, ainda, que o modelo possibilita a avaliação com base na aprendizagem individual, coletiva e organizacional. Individualmente esta é favorecida quando os avaliadores são incentivados na sistemática de avaliação a elaborarem comentários qualitativos abertos e a interagirem com os critérios minuciosos de avaliação de Programas de Educação Ambiental. A aprendizagem tende a ocorrer quando da internalização destes conhecimentos e da explicitação daqueles conhecimentos, muitas vezes tácitos, dos avaliadores, os quais no momento da avaliação são impulsionados a sistematizar e produzir novos conhecimentos. Nos níveis coletivos e organizacionais, a aprendizagem pode acontecer quando há a participação de grupos de avaliadores atuando de forma colaborativa e os resultados da avaliação são aplicados nas instituições, gerando melhorias e inovações. Este ponto evidencia a interrelação existente entre avaliação e aprendizagem a qual pôde ser valorizada pela forma como foi estruturado o modelo de avaliação.

Outra marca deste estudo foi trazer a participação pública na construção do referido modelo. Tal fato ocorreu apesar das diversas dificuldades quanto à disponibilidade dos especialistas da área para garantir que este último fosse concebido de forma alinhada aos anseios das partes interessadas envolvidas em um Programa de Educação Ambiental Governamental, ainda que isto abrangesse por parte dos grupos envolvidos diretamente na pesquisa a mediação de interesses contraditórios.

Enfim, os avanços obtidos nos levaram a identificar a possibilidade e necessidade de realização de estudos futuros para ampliar os resultados e potencializar o esforço inicial empreendido. Primeiramente cumpre ressaltar que, embora o modelo de avaliação tenha sido construído com base na validação de especialistas representativos na área e na testagem inicial de sua aplicabilidade e adequação, faz-se necessário a implementação de outros estudos para aprimorá-lo, a partir da sua aplicação na avaliação de diversos Programas e Projetos. Considerando a pesquisa realizada, sugerimos outras no sentido de refinar as medidas que compõem o sistema desenvolvido, inclusive para apontar se podemos delimitar um conjunto menor de medidas, somente incluindo no sistema aquelas que interferem de modo mais decisivo no resultado da avaliação, otimizando o modelo proposto. Também neste caso,

poder-se-ia pesquisar novas relações de causa e efeito existentes entre os indicadores. No sistema proposto, há um conjunto de relações deste tipo estabelecidas horizontalmente, a partir da hierarquia de resultados esperados (diretriz geral, diretriz, objetivo geral, objetivo específico e medida de desempenho). Neste caso, a otimização das medidas de desempenho tenderia a ocorrer de forma mais precisa, viabilizando, quando da aplicação do modelo, a tomada de decisão por parte dos gestores em relação à correção de rumos também mais precisa. Aumentar-se-ia a possibilidade do modelo contemplar indicadores cujos impactos para o desempenho global do Programa fossem mais significativos.

Além do refinamento das medidas de desempenho, faz-se necessário ampliar a testagem das faixas percentuais para julgamento dos indicadores, assim como das situações descritas (Critérios de Referência para Planejamento, Implementação, Monitoramento e Avaliação de Programas Governamentais de Educação Ambiental). Pois estas situações se referem a possíveis combinações sobre como se comportam na prática as variáveis de referência na área de Políticas Públicas e Educação Ambiental.

Recomendamos, ainda, a inclusão de outras partes interessadas no aperfeiçoamento do modelo de avaliação. Tendo em vista a elaboração de estudos futuros, apontamos a necessidade de aprimoramento do levantamento realizado para identificação dos objetivos dos programas de educação ambiental e de indicadores de desempenho, abrangendo também beneficiários diretos e indiretos de Programas de Educação Ambiental. Sugerimos estudos para captar demandas, conhecimentos e percepções sobre os Programas de Educação ambiental, incluindo beneficiários diretos e indiretos que lidam com a Educação Ambiental em situação de conflito e/ou risco ambiental, aqueles que lidam com Programas desenvolvidos de modo “pró-ativo” e beneficiários em potencial: a sociedade, o público em geral. Além disso, há carência de estudos científicos para verificar o quanto a ampliação da participação pública na função avaliação traz benefícios no refinamento de modelos de avaliação e resultados de sua implementação.

Outros estudos também podem ser realizados ainda no que se refere à análise da aplicação do modelo de avaliação proposto com grupos de avaliadores. Neste caso, poder-se-ia realizar pesquisas para obter uma avaliação final sobre determinado programa a partir da apreciação de vários avaliadores, por meio de ferramentas de análise multicritério, como a Lógica Fuzzy, de modo similar, por exemplo, aos estudos realizados por Fernandes e Pacheco (2010) na área de transportes. Esta ferramenta tem se mostrado uma poderosa metodologia para objetivar a obtenção de consenso entre membros de um grupo, tornando as conclusões

achadas mais apropriadas à posição dos examinadores, comparando-se com aquelas obtidas por meio do cálculo da média aritmética das notas dos avaliadores.

Por fim, esperamos que o modelo de avaliação seja implementado nas organizações que atuam na gestão ambiental pública, contribuindo para o fortalecimento da cultura de avaliação, assim como desejamos que a pesquisa aqui apresentada possa ser ampliada de modo a enriquecer ainda mais os estudos em torno da função avaliação no ciclo político, a fim de contribuir para alavancar a gestão pública participativa e democrática.

## 8 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABNT NBR ISO 10015. **Diretrizes para Treinamento**. Rio de Janeiro: ABNT, 2001

ABNT NBR ISO 14031. **Gestão Ambiental – Avaliação de Desempenho Ambiental – Diretrizes**. Rio de Janeiro: ABNT, 2004

AGÊNCIA DA GTZ NO BRASIL. **Mapeamento de Experiências em Desenvolvimento Local e Gestão Compartilhada no Estado do Ceará**. Ceará, s/ano. (Disponível em: [www.cidades.ce.gov.br/conteudo-biblioteca/pdf/mapeamento-experiencias.pdf](http://www.cidades.ce.gov.br/conteudo-biblioteca/pdf/mapeamento-experiencias.pdf) Acesso em 20/05/2011)

ANEEL. **Site Institucional da Agência Nacional de Energia Elétrica**, 2011(Disponível em [www.aneel.gov.br](http://www.aneel.gov.br) Acesso em 20/5/2011)

ANANDA, J. “Implementing Participatory Decision Making in Forest Planning”, **Environ Manage**, v. 39, pp. 534-544, 2007.

ARNSTEIN, S. R. *Uma escada da participação cidadã*, **Revista da Associação Brasileira para o Fortalecimento da Participação – PARTICIPE**, Porto Alegre/Santa Cruz do Sul, v. 2, n. 2, pp. 4-13, jan. 2002

---

S. R.. *A ladder of citizen participation*. **Journal of the American Institute of Planners**, v. 35, n. 4, pp.216-224, July 1969.

ARRETCHE, M. T. S. “Tendências no Estudo da Avaliação” In RICO, E. M. (org.) **Avaliação de Políticas Sociais – Uma questão em Debate**. 5ed. São Paulo: Cortez: Instituto de Estudos Especiais, pp. 29-39, 2007

ACSERALD, H. **Ecologia – Direito do Cidadão: Coletânea de Textos**. Rio de Janeiro: Gráfica JB, 1993

BRASIL. **Lei nº. 9765, 27 abr. 1999**. Dispõe sobre a educação ambiental, institui a Política Nacional de Educação Ambiental e dá outras providências. Diário Oficial, Brasília, 28 abr. 1999.

BORDENAVE, J. D. e PEREIRA, A. M. **Estratégias de Ensino-aprendizagem**. 29 ed. Petrópolis: Vozes, 1998

- BOZBURA, F.T. *et al.*, “Prioritization of human capital measurement indicators using fuzzy AHP.” **Expert Systems with Applications** n. 32, pp. 1100–1112, 2007 (Disponível em [www.sciencedirect.com](http://www.sciencedirect.com) Acesso em 23/03/2009, via Portal CAPES)
- CARR, D. S., e HALVORSEN, K. “An evaluation of three democratic, community-based approaches to citizen participation: Surveys, conversations with community groups, and community dinners.” **Society and Natural Resources**, v. 14, n.2, p. 107-126, 2001
- CARVALHO, M. do C. B. “Avaliação Participativa – uma escolha metodológica”. In RICO, E. M.(org.) **Avaliação de Políticas Sociais – Uma questão em Debate**. 5ed. São Paulo: Cortez: Instituto de Estudos Especiais, pp. 87-94, 2007
- CHATZIMOURATIDIS, A.I. e PILAVACHI, P.A. “Multicriteria evaluation of power plants impact on the living standard using the analytic hierarchy process.” **Energy Policy**, n. 36, pp. 1074–1089, 2008
- CHESS, C., e PURCELL, K. “Public participation and the environment: Do we know what works?” **Environmental Science & Technology**, v. 33, n. 16, pp. 2685-2692, 1999.
- COHEN. E. e FRANCO, R. **Avaliação de Projetos Sociais**. 8ed. Rio de Janeiro: Vozes, 2008
- COSTA, F. L. da e CASTANHAR, J. C. “Avaliação de programas públicos: desafios conceituais e metodológicos”. **Revista da Administração Pública – RAP**. Rio de Janeiro: v.37, n. 2, pp. 969-92, Set./Out. 2003
- COSTANZA, R. e RUTH, M. “Using dynamic modeling to scope environmental problems and build consensus”. **Environmental Management**, v. 22, n. 2, pp. 183–195, 1998.
- COTTA, T. C. “Metodologias de avaliação de programas e projetos sociais: análise de resultados e de impacto”. **Revista do Serviço Público**. Brasília: ENAP, ano 49, n.2, pp. 103 – 124, Abr-Jun 1998
- DEMO, P. **Pesquisa: princípio científico e educativo**. 11 ed. São Paulo: Cortez, 2005.
- \_\_\_\_\_. **Avaliação Qualitativa**. 9 ed. São Paulo, Campinas: Autores Associados, 2008
- DRAIBE, S. M. **Desenvolvimento humano e bem-estar social: orientações e estratégias de política social**. São Paulo: Universidade Estadual de Campinas – UNICAMP, Núcleo de Estudos de Políticas Públicas – NEPP, Caderno 72, 2005 (Disponível em: <http://w.w.w.nepp.unicamp.br/index.php?p=22> Acesso em 20/05/2011)

DUKE, J. M. e AULL-HYDE, R. “Identifying public preferences for land preservation using the analytic hierarchy process”. **Ecological Economics**, n. 42, pp.131–145, 2002

FARIA, C. A. P. de. “Idéias, conhecimento e políticas públicas: um inventário sucinto das principais vertentes analíticas recentes”. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**. v. 18, n. 51, pp. 21-30, 2003(Disponível em <http://www.scielo.br/pdf/rbcsoc/v18n51/15984> Acesso em 23/03/2009)

---

“A Política da Avaliação de Políticas Públicas” **Revista Brasileira de Ciências Sociais**. v. 20, n. 59, pp. 97-109, 2006 (Disponível em <http://www.scielo.br/pdf/rbcsoc/v20n59/a07v2059.pdf> Acesso em 23/03/2009)

FERNANDES, E., PACHECO, R.R. “A quality approach to airport management”. **Quality and Quantity**, v. 44, n. 3, p. 551 – 564, 2010

FREY, K., “Políticas Públicas: um Debate Conceitual e Reflexões Referentes à Prática da Análise de Políticas Públicas no Brasil”. **Planejamento e Políticas Públicas**, n. 21, pp. 211-259, Jun 2000 (Disponível em [www.ipea.gov.br](http://www.ipea.gov.br) Acesso em 20/02/2009)

FUNDAÇÃO NACIONAL DA QUALIDADE. **CrITÉrios de Excelência 2010**. São Paulo: Fundação Nacional da Qualidade, 2009

FURNAS CENTRAIS ELÉTRICAS SA **Pressupostos teóricos e metodológicos necessários para a construção de uma política Institucional de Educação Ambiental – PIEA em FURNAS**. Rio de Janeiro: FURNAS, 2008a

---

**Análise Geral dos Projetos de Educação Ambiental desenvolvidos por FURNAS**. Rio de Janeiro: FURNAS, 2008b

GARCIA, R. C.. **Subsídios para Organizar Avaliações da Ação Governamental** (Texto para Discussão nº. 776). Brasília: IPEA, 2001(Disponível em [http://www.ipea.gov.br/pub/td/td\\_2001/td\\_776.pdf](http://www.ipea.gov.br/pub/td/td_2001/td_776.pdf) Acesso em 20/02/2009)

GATTI, B. A. “Estudos Quantitativos em Educação”. **Educação e Pesquisa**, v. 30, n. 1, pp. 11 – 30, Abr 2004 (Disponível em <http://www.scielo.br/pdf/ep/v30n1/a02v30n1.pdf> Acesso em 20/05/2011)

GREGORY, R. e SLOVIC, P. “A constructive approach to environmental valuation”. **Ecological Economics**, n. 21, pp.175 – 181, 1997

GUIMARÃES, M. **Caminhos da educação ambiental: Da forma à ação**. Campinas: Papirus, 2006

GUIMARÃES, J. R. S.; JANNUZZI, P. M. “Indicadores Sintéticos no Processo de Formulação e Avaliação de Políticas Públicas: Limites e Legitimidades”. In: **Anais do XIV Encontro Nacional de Estudos Populacionais**, v. 14, pp. 1-18, Caxambu, Set. 2004. (Disponível em [http://www.abep.nepo.unicamp.br/site\\_eventos\\_abep/PDF/ABEP2004\\_296.pdf](http://www.abep.nepo.unicamp.br/site_eventos_abep/PDF/ABEP2004_296.pdf) Acesso em 20/03/2009)

GUTRICH, J. *et al.* “Science in the public process of ecosystem management: lessons from Hawaii, Southeast Asia, Africa and the US Mainland.” **Journal of Environmental Management**, n. 76, pp.197–209, 2005

HANBERGER, A. “Policy and Program Evaluation, Civil Society, and Democracy”. **American Journal of Evaluation**, v. 22, n. 2, pp. 211–228, 2001(Disponível em <http://aje.sagepub.com> Acesso em 20/03/2009, via Portal CAPES)

HENRY, G. T. “Transparency, Stakeholder Involvement, and Explanation in Contemporary Evaluation: A Review Essay Stimulated by ‘Success in Early Intervention: The Chicago Child–Parent Centers’” **American Journal of Evaluation**, v. 23, n. 2, pp. 235–244, 2002 (Disponível em <http://aje.sagepub.com> Acesso em 23/03/2009, via Portal CAPES)

HOFLING, E. de M. “Estado e políticas (públicas) sociais”. **Cadernos CEDES**, v. 21, n. 55, p.30-41, Nov. 2001 (Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ccedes/v21n55/5539.pdf> Acesso em 23/03/2009)

INSTITUTO ETHOS DE EMPRESAS E RESPONSABILIDADE SOCIAL. **Vínculos de Negócios Sustentáveis em Resíduos Sólidos**. São Paulo: Instituto Ethos de Empresa e Responsabilidade Social, 2007(Disponível em: [www.ethos.org.br](http://www.ethos.org.br) Acesso em 20/05/2011)

JANNUZZI, P. de M. “Indicadores para diagnóstico, monitoramento e avaliação de programas sociais no Brasil”. **Revista do Serviço Público**, Brasília, v. 56, n. 2, p. 137-160, Abr/Jun 2005 ((Disponível em: <http://www.conei.sp.gov.br/ind/ind-sociais-revista-serv-publico.pdf> Acesso em 20/05/2011)

KAYANO, J. e CALDAS, E.L. **Indicadores para o diálogo**. Texto de Apoio da Oficina 2. São Paulo: Série Indicadores, n. 08, Out. 2002(Disponível em: [www.mds.gov.br](http://www.mds.gov.br) Acesso em 20/02/2009)

LAYRARGUES, P. P. “Muito Além da Natureza: Educação Ambiental e Reprodução Social” In LOUREIRO, C. F. B., LAYRARGUES, P. P. e CASTRO, R. S. (Org.) **Pensamento Complexo, Dialética e Educação Ambiental**. São Paulo: Cortez, pp. 72-103, 2006

---

“Para que a Educação Ambiental encontre a educação” In LOUREIRO, C. F. B. **Trajatória e Fundamentos da Educação Ambiental**. São Paulo: Cortez, pp. 11-18, 2006

LIMA, G. F. da C. **Formação e dinâmica do campo da educação ambiental no Brasil: emergência, identidades, desafios**. Tese (Doutorado, Departamento de Sociologia do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas - UNICAMP), Campinas, 2005.

LOBO, T. “Avaliação de Processos e impactos em programas sociais: algumas questões para reflexão”. In RICO, E. M.(org.). **Avaliação de Políticas Sociais – Uma questão em Debate**. 5ed. São Paulo: Cortez: Instituto de Estudos Especiais, pp. 75-84, 2007

LOUREIRO, C. F. B. **Sustentabilidade e educação: um olhar da ecologia política**. Rio de Janeiro, 2011(no prelo)

---

**O Que Queremos com a política de Educação Ambiental no Brasil?** 2008 (Texto apresentado em Congresso) (mimeo)

---

**A Questão Ambiental no Pensamento Crítico: natureza, trabalho e educação**. Rio de Janeiro: Quartet, 2007a

---

**Educação ambiental e conselho em unidades de conservação: aspectos teóricos**. Rio de Janeiro: Ibase/ Instituto Terrazul/Parque Nacional da Tijuca, 2007b

---

**Trajatória e Fundamentos da Educação Ambiental**. 2 ed. São Paulo: Cortez, 2006

---

“Problematizando conceitos: contribuição à práxis em educação ambiental” In LOUREIRO, C. F. B., LAYRARGUES, P. P. e CASTRO, R. S. (Org.) **Pensamento Complexo, Dialética e Educação Ambiental**. São Paulo: Cortez, pp. 104-161, 2006

LÖWY, M.. **As Aventuras de Karl Marx contra o Barão de Münchhausen**. São Paulo: Cortez, 1994.

MACHADO, E. P., GOMES, L. F. A. M. e CHAUVEL, M. A. “Avaliação de Estratégias em Marketing de Serviços: um enfoque multicritério” **Revista de Administração Mackenzie**, v. 4, n. 2, pp. 61–85, 2003. (Disponível em <http://www3.mackenzie.br/editora/index.php/RAM/article/viewArticle/45> Acesso em 1/08/2011)

MATTOS, L. M. A. de **A AVALIAÇÃO DE AÇÕES DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL: um estudo exploratório no âmbito da gestão pública sob uma perspectiva crítica**. Dissertação (Mestrado Programa de Pós-Graduação em Psicossociologia de Comunidades e Ecologia Social - EICOS, Instituto de Psicologia, Universidade Federal do Rio de Janeiro) Rio de Janeiro, 2009

MASOZERA *et al.* “Assessing the suitability of community-based management for the Nyungwe Forest Reserve, Rwanda” **Forest Policy and Economics**, n. 8, pp. 206 – 216, 2006 (Disponível em [www.sciencedirect.com](http://www.sciencedirect.com) Acesso em 23/03/2009, via Portal CAPES)

McDANIELS, T. L., GREGORY, R. S. e FIELDS, D. “Democratizing Risk Management: Successful Public Involvement in Local Water Management Decisions” **Risk Analysis**, v. 19, n. 3, pp. 497 – 510, 1999

McINTYRE, E. e KYLE, D. W. “The success and failure of one mandated reform for young children”. **Teaching and Teacher Education**, n. 22, pp. 1130–1144, 2006 (Disponível em [www.elsevier.com](http://www.elsevier.com), Acesso em 20/03/2009, via Portal Capes)

MENDONÇA, G. M. de **Desenvolvimento local: potencialidades e limitações quanto à capacidade de redução das desigualdades sociais**. Rio de Janeiro: UFRJ, 2010 (mimeo)

MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE. **Agenda Ambiental na Administração Pública** Brasília: Ministério do Meio Ambiente, 2004a

---

**Identidades da Educação Ambiental Brasileira**.  
Brasília: Ministério do Meio Ambiente, 2004b.

---

**Programa Nacional de Educação Ambiental. Programas Municípios Educadores Sustentáveis**. 2 ed. Brasília: Ministério do Meio Ambiente, 2005a

---

**Programa Nacional de Educação Ambiental – ProNEA.** 3 ed. Brasília: Ministério do Meio Ambiente, 2005b

---

**Orientações Pedagógicas do IBAMA para Elaboração e Implementação de Programas de Educação Ambiental no licenciamento de Atividades de Produção e Escoamento de Petróleo e Gás Natural.** Brasília: Ministério do Meio Ambiente, 2005c. (Disponível em <http://www.ibama.gov.br/licenciamento> Acesso em 23/03/2009)

---

**ProFEA Programa Nacional de Formação de Educadoras(Es) Ambientais - por um Brasil educado e educando ambientalmente para a sustentabilidade. Série Documentos Técnicos – 7.** Brasília: Ministério do Meio Ambiente, 2006a

---

**Bases para a Formulação de um Programa de EA (Educação Ambiental) para a Bacia de Campos.** Brasília: IBAMA, 2006b (Disponível em <http://www.ibama.gov.br/licenciamento> Acesso em 23/03/2009)

---

**As Diferentes Matizes da Educação Ambiental no Brasil 1997 – 2007.** Brasília: Ministério do Meio Ambiente, 2008.

---

**Oficina de Capacitação em Educação Ambiental no Licenciamento: Construção dos Procedimentos Operacionais de Acompanhamento de Programas e Projetos.** Rio de Janeiro: IBAMA, 2009a (mimeo)

---

**Relatório Descritivo de Campo.** Rio de Janeiro: IBAMA, 2009b (mimeo)

---

**Nota Técnica CGPEG/DILIC/IBAMA Nº 01/10 - Programas de Educação Ambiental: Diretrizes para a elaboração, execução e divulgação dos programas de educação ambiental desenvolvidos regionalmente, nos processos de licenciamento ambiental dos empreendimentos marítimos de exploração e produção de petróleo e gás.** Brasília: Ministério do Meio Ambiente, 2010.

**MINAYO, M. C. de S. Avaliação por Triangulação de Métodos: abordagem de programas sociais.** Rio de Janeiro, Fiocruz, 2005

MINAYO, M. C. de S. e SANCHES, O. “Quantitativo-Qualitativo: Oposição ou Complementaridade?” **Caderno Saúde Pública**, Rio de Janeiro, V. 9, n. 3, p. 239-262, jul/set, 1993 (Disponível em <http://www.scielo.br/pdf/csp/v9n3/02.pdf> Acesso em 20/02/09)

\_\_\_\_\_, DESLANDES, S. F. e GOMES, R. **Pesquisa Social: teoria, método e criatividade**. 28 ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2009

NOAL, F. O., REIGOTA, M. e BARCELOS, V. H. de L.(org.) **Tendências da Educação Ambiental Brasileira**. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2000

NONAKA, I. e TAKEUCHI, H. **Criação do Conhecimento na Empresa**. 2 ed. Rio de Janeiro: Campus, 1997

OLIVEIRA, F. de. **Aproximações ao enigma: o que quer dizer desenvolvimento local?** São Paulo: Polis; Programa de Gestão Pública e Cidadania/AESP/FGV, 2001 (Disponível <http://www.polis.org.br/download/46.pdf> Acesso em 17/05/2011)

PEREIRA, M. de F. M. “Protagonismo Juvenil e Representações Sociais: o jovem na condução do carro de *jagrená*,” **Revista FAEBA – Educação e Contemporaneidade**, v. 18, n. 32, pp. 175–186, jul./dez, 2009 (Disponível em <http://www.uneb.br/revistadafaceba/files/2011/05/numero32.pdf> Acesso em 17/05/2011)

PRESKILL, H. “Evaluation's Second Act: A Spotlight on Learning”. **American Journal of Evaluation**, v.29, n. 2, pp. 127-138, 2008. (Disponível em <http://aje.sagepub.com> Acesso em: 20/03/2009, via Portal Capes)

PROCEL **Site Institucional do Programa Nacional de Conservação de Energia Elétrica**, 2011 (Disponível em <http://www.eletrabras.com/elb/procel/main.asp> Acesso em: 20/05/2011)

\_\_\_\_\_ **Resultados do PROCEL 2009**. Rio de Janeiro: Eletrobras/Procel, 2010

\_\_\_\_\_ **Resultados do PROCEL 2008**. Rio de Janeiro: Eletrobras/Procel, 2009

\_\_\_\_\_. **Atualização e ampliação Parâmetros para a do PROCEL EDUCAÇÃO na Educação Básica “PROCEL NAS ESCOLAS”**. Rio de Janeiro: Eletrobras/Procel, 2005

QUINTAS, J. S. “Educação no processo de gestão ambiental pública: a construção do ato pedagógico”. In: LOUREIRO, C. F. B., LAYRARGUES, P. P., CASTRO, R. S. de (Org.) **Repensar a educação ambiental: um olhar crítico**. São Paulo: Cortez, pp. 33-80, 2009.

\_\_\_\_\_. **Introdução à Gestão Ambiental**. Brasília, IBAMA, 2005

RAMOS, T. B. *et al.* “Environmental performance policy indicators for the public sector: The case of the defence sector.” **Journal of Environmental Management**, n. 82, pp. 410-432, 2007

RIBAS, S. A. **Metodologia Científica Aplicada**. Rio de Janeiro: Ed. UERJ, 2004

RIBEIRO, Z. B. **Parâmetros para Análise de Projetos de Eficiência Energética em Eletricidade**. Dissertação (Mestrado, Programa Internidades de Pós-Graduação em Energia – EP, FEA, IEE, IF – da Universidade de São Paulo), São Paulo, 2005

RIZZINI, I., CASTRO M. R., SARTOR, C. D. **Pesquisando... Guia de Metodologias de Pesquisa para Programas Sociais**. Rio de Janeiro: Editora Universitária Santa Úrsula, 1999

ROWE, G. e FREWER, L. J. “Evaluating Public-Participation Exercises: A Research Agenda” **Science, Technology & Human Values**, v. 29; n. 4, pp. 512-556, 2004 (Disponível em <http://sth.sagepub.com> Acesso em 20/03/2009, via Portal Capes)

\_\_\_\_\_. “Public participation methods: A framework for evaluation. **Science, Technology, & Human Values**”, v 25, n.1, pp.3-29, 2000. (Disponível em <http://sth.sagepub.com> Acesso em 20/03/2009, via Portal Capes)

SINHA, K. C. e SAMUEL, L.. **Transportation decision making: principles of project evaluation and programming**. New Jersey: John Wiley & Sons. Inc. Hoboken, 2007.

SIQUEIRA, M. *et al.* “Educação Ambiental no Licenciamento Ambiental – Contribuições do Projeto Pólen.” **IV Encontro Nacional da Anppas**, Brasília, junho/2008

SCHNEIDER, A. L. “Pesquisa avaliativa e melhoria da decisão política: evolução histórica e guia prático.” In HEIDEMANN, F. G. e SALM, J. F. (org.) **Políticas públicas e desenvolvimento: bases epistemológicas e modelos de análise**. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, pp. 311-328, 2009

SIMIONATTO, I. **Reforma do Estado e Políticas Públicas: Implicações para a Sociedade Civil e para a Profissão**. (Disponível em [http://www.portalsocial.ufsc.br/crise\\_estado.pdf](http://www.portalsocial.ufsc.br/crise_estado.pdf) Acesso em 17/02/2010)

SILVA, P. L. B. e MELO, M. A. B. de **O Processo de Implementação de Políticas Públicas no Brasil: características e determinantes da avaliação de programas e projetos** São Paulo: Universidade Estadual de Campinas – UNICAMP, Núcleo de Estudos de Políticas Públicas – NEPP, Caderno 48, 2000 (Disponível em: [http://governancaegestao.files.wordpress.com/2008/05/teresa-aula\\_22.pdf](http://governancaegestao.files.wordpress.com/2008/05/teresa-aula_22.pdf) em 11/01/2009)

SILVA, R. T. **Eficiência e eficácia da ação governamental: uma análise comparativa de sistemas de avaliação: relatório técnico**. Brasília: IPEA, 2002

SILVA, P. L. B. e COSTA, N. do R.. **A avaliação de programas públicos: reflexões sobre a experiência brasileira: relatório técnico**. Brasília: IPEA, 2002

SOUSA S. Z. L. e LOPES, V. V. “Avaliação nas políticas educacionais atuais reitera desigualdades”. **Revista ADUSP**, v. 1, pp. 53-59, 2010. (Disponível em <http://www.adusp.org.br/revista/46/r46a09.pdf> Acesso em 17/05/2011)

SOUZA, D. B., SANTANA, M. A. e DELUIZ, N.. **Trabalho e Educação: centrais sindicais e reestruturação produtiva no Brasil**. Rio de Janeiro: Quartet, 1999

STEEL, B., *et al.* “The role of scientists in the environmental policy process: a case study of the American west”. **Environmental Science and Policy**, n.7, pp. 1–13, 2004. (Disponível em [www.sciencedirect.com](http://www.sciencedirect.com) Acesso em 30/03/2009, via Portal Capes)

**Tratado de Educação Ambiental para Sociedades Sustentáveis e Responsabilidade Global**. 1992 (Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/secad/arquivos/pdf/educacaoambiental/tratado.pdf> Acesso em 30/03/2009)

TENÓRIO, F. G. **Avaliação de Projetos Comunitários: uma abordagem prática**, 4 ed., São Paulo: Loyola: CEDAC, 2003

TRAJBER, R. e MANZOCHI, L. H. **Avaliando a Educação Ambiental no Brasil: materiais impressos.** (Org.) São Paulo: Gaia, 1996

UEMA, E. E.. **Pensando e praticando a educação no processo de gestão ambiental – controle social e participação no licenciamento.** Brasília: IBAMA, 2006

UNICEF. **Guide for monitoring and evaluation.** New York: Unicef, 1990. (Disponível em <http://preval.org/documentos/00473.pdf> Acesso em 17/05/2011)

VIANA, A. L.. “Abordagens Metodológicas em Políticas Públicas.” **Revista da Administração Pública – RAP**, v. 30, n.2, pp. 5 – 43, Mar/Abr, 1996

YEH, S. S. “Building the Knowledge Base for Improving Educational and Social Programs through Planned Variation Evaluations” **American Journal of Evaluation**, v. 21, n. 1, pp. 27-40, 2000. (Disponível em: <http://www.sagepublications.com> Acesso em 30/03/09, via Portal Capes)

## ANEXO A – SUJEITOS DO LEVANTAMENTO DE CAMPO

Levantamento inicial de informações relativas a objetivos e resultados esperados com Programas de Educação Ambiental.

Tabela 21: Panorama do Levantamento de Campo

<b>Categoria</b>	<b>Instituição</b>	<b>No. Questionários distribuídos</b>	<b>No. Questionários recebidos</b>
<b>Formuladores</b>	MMA/DEA	2	1
	SEE/RJ	1	1
	SEMA/RJ	1	0
	SME/RJ	2	0
	IBAMA	1	1
	ICMBio	1	0
	ELETROBRÁS/ PROCEL	1	1
<b>SUBTOTAL</b>		<b>9</b>	<b>4</b>
<b>Implementadores</b>	Equipe de Educação Ambiental – Departamento de Engenharia de uma empresa estatal	4	3
	Equipe da Superintendência de Gestão Ambiental de uma empresa estatal	1	1
	Equipe de Educação Ambiental – Assessoria de Estudos e Programas de Conservação de uma empresa estatal	3	3
	Equipe da Escola da Natureza do DF – implementadora da formação de professores do DF	2	1
	<b>SUBTOTAL</b>		<b>10</b>
<b>Executores</b>	Instituições que prestam serviços para uma empresa estatal	4	2
<b>SUBTOTAL</b>		<b>4</b>	<b>2</b>
<b>TOTAL:</b>		<b>23</b>	<b>14</b>

## ANEXO B – QUESTIONÁRIO

Prezado/a Especialista,

Atualmente com a crise ambiental planetária ganham relevância no cenário nacional e internacional os Programas de Educação Ambiental no âmbito das Políticas Públicas. No bojo da Reforma do Estado, aumentam as pressões sociais para que tais programas, otimizando recursos, alcancem os objetivos propostos e gerem resultados significativos para a sociedade.

Tendo em vista a importância da participação pública nos processos de planejamento, implementação, acompanhamento e avaliação destes programas, solicitamos a sua contribuição no sentido de responder o questionário abaixo, voltado para o levantamento de dados relativos à seleção/avaliação de Projetos de Educação Ambiental.

Na certeza de que a avaliação e acompanhamento de políticas, programas e projetos devem se constituir em um processo educativo e participativo, agradecemos desde já pela sua atenção.

Claudia Pocho  
Programa de Pós-Graduação da  
COPPE/UFRJ

### Questionário

Quais são os objetivos de um Programa de Educação Ambiental?  
(Liste os objetivos dos mais simples para os mais complexos.)

---

---

---

---

---

Que resultados de Programas de Educação Ambiental você gostaria que fossem medidos/avaliados, quando da estruturação de um conjunto de indicadores de desempenho?

---

---

---

Se você tivesse que classificar os Programas de Educação Ambiental de acordo com os resultados que produzem, como você faria? Que tipos de Programa você elencaria?

---

---

---

Para você, um Programa de Educação Ambiental eficiente (utilização racional dos meios) é aquele que:

---

---

Um Programa de Educação Ambiental eficaz (alcance dos objetivos esperados) é aquele que:

---

---

Cite três palavras que combinam com Programas de Educação Ambiental?

---

---

Cite três palavras que não combinam com Programas de Educação Ambiental?

---

---

Quais são os objetivos de um Programa de Educação Ambiental com foco no combate ao desperdício de energia elétrica?

---

---

---

---

Que resultados de Programas de Educação Ambiental com foco no combate ao desperdício de energia elétrica você gostaria que fossem medidos, quando da estruturação de um conjunto de indicadores?

---

---

---

Tendo em vista as Políticas Públicas voltadas para a Eficiência Energética no país, muitas instituições desenvolvem ações educacionais de conservação de energia, capacitando professores e alunos, por meio de palestras, cursos, encontros de acompanhamento, etc.. Como você mediria o resultado destas ações?

---

---

---

---

## ANEXO C - LISTA DE INDICADORES

Foram pesquisados indicadores relativos a Programas de Educação Ambiental e Desempenho Ambiental de instituições no Relatório da Global Reporting Initiative (GRI), no Relatório Anual de Responsabilidade Socioambiental das Empresas de Energia Elétrica (ANEEL), no Índice de Sustentabilidade Empresarial (ISE – BM&F BOVESPA), no Índice de Sustentabilidade Mundial da Dow Jones (DJSI), no Modelo de Balanço Social no Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas (IBASE), e no Relatório de Indicadores Ethos de Responsabilidade Social Empresarial, no ano de 2009. Segue a lista dos indicadores identificados no conjunto dos relatórios. Aqueles relativos à educação ambiental se encontram grifados.

Tabela 22: Lista de Indicadores de Relatórios de Sustentabilidade afetos à Educação Ambiental e à Gestão Ambiental

TEMA	INFORMAÇÃO	INDICADOR/VARIÁVEL
Voluntariado		Incentivos a trabalhos voluntários realizados pelos empregados, na comunidade
		Empregados que realizam trabalhos voluntários na comunidade externa à empresa / total de empregados (%).
		Atividades desenvolvidas através do Trabalho Voluntário
Comunidade		
	Impactos	Número de melhoras implantadas nos processos da empresa a partir das reclamações da comunidade.
Diálogo	Políticas	Políticas, mecanismos e programas relacionados a: comunicação e relacionamento com a comunidade local e organizações presentes na área de concessão; ações sociais (desenvolvimento e geração de emprego; educação; saúde e saneamento; segurança; cultura; esporte; combate à fome; e demais ações sociais).
	Participação	Processos de tomadas de decisão participativos em comunidades e resultados de engajamento.
Ação Social		
Sociedade		
Relações com o Governo	Participação em Políticas Públicas	Participação na elaboração, avaliação, implantação ou monitoramento de políticas públicas. Manifestação por meio de propostas ou posicionamentos formais e publicamente divulgados.
	Participação em projetos governamentais	Participação em projetos sociais governamentais – política de participação em projetos e ações governamentais e iniciativas voltadas para o aperfeiçoamento de políticas públicas na área social.
		Recursos alocados em programas governamentais (não obrigados por lei) federais, estaduais e municipais (R\$ Mil).
Relações com o Governo	Participação em Políticas Sociais de Universalização de Acesso à Energia	Metas de atendimento Número de atendimentos efetuados Cumprimento de metas (%) Total de municípios universalizados Municípios universalizados (%) Metas de atendimento no Programa Luz Para Todos Número de atendimentos efetuados no Programa Luz Para Todos Cumprimento de metas (%)no Programa Luz Para Todos

		Total dos recursos aplicados Custo médio por atendimento Número de domicílios atendidos como “baixa renda”. Total de domicílios “baixa renda” do total de domicílios atendidos (clientes/consumidores residenciais) (%).
		Número de iniciativas / eventos / campanhas voltadas para o desenvolvimento da cidadania (exercício de voto, consumo consciente, práticas anticorrupção, direito das crianças etc.)
P&D e Eficiência energética		
Resultados		Apresentação dos resultados dos projetos, benefícios gerados para a empresa, sociedade e meio ambiente, bem como os tipos de produtos gerados, tais como: máquinas e equipamentos; softwares; metodologia; conceitos e teorias; melhorias operacionais: aumento de competência técnica e redução de custos, processos e procedimentos; patentes; substituição de importações, como melhoria da qualidade ambiental, fontes alternativas de energia e eficiência energética.
		Número de municípios atendidos por programas e projetos de eficiência energética.
		Percentual de municípios atendidos sobre o total de municípios da área de concessão.
		Número de sistemas de aquecimento solar instalados.
		Número de domicílios do segmento de baixa renda atendidos por programa de formação da cultura em conservação e uso racional de energia
		Total e percentual de domicílios do segmento de baixa renda atendidos pelo programa sobre total de domicílios do segmento baixa renda.
		Número de equipamentos eficientes doados.
		Número de domicílios atendidos para adequação das instalações elétricas da habitação.
		Número de profissionais eletricitistas treinados pelo programa.
		Energia economizada (em MWh) e custo evitado com a energia economizada para a sociedade.
Categoria Meio Ambiente		
Gestão	Política Ambiental	A empresa possui uma política documentada, aprovada pela alta direção e amplamente divulgada às partes interessadas?
		Existe incorporação obrigatória de requisitos ambientais no desenvolvimento de produtos e/ou serviços?
		A companhia possui procedimentos/ações sistemáticos e regulares de comunicação, conscientização e mobilização do público interno em relação à política ambiental?
		A companhia monitora os resultados dessas ações em termos de conhecimento, adesão e comprometimentos de colaboradores em relação à política ambiental?
	Práticas de Gestão ambiental	Outros processos de gestão da companhia que incorporam o uso sustentável dos recursos naturais renováveis como requisito prioritário. Onde isso é evidenciado? Nas diretrizes e objetivos estratégicos da companhia? Outros? Quais?
		% das unidades onde há avaliação ambiental periódica de aspectos e impactos ambientais significativos e registro dos aspectos ambientais significativos.
		Para a água utilizada nos processos administrativos e produtivos, a empresa: realiza monitoramento com indicadores específicos; possui metas de redução; e/ou possui programa estruturado?
		Para a energia elétrica utilizada nos processos administrativos e

		produtivos, a empresa: realiza monitoramento com indicadores específicos; possui metas de redução; e/ou possui programa estruturado?
		Para os recursos florestais utilizados nos processos administrativos e produtivos, a empresa: realiza monitoramento com indicadores específicos; possui metas de redução; e/ou possui programa estruturado?
		A companhia possui procedimentos formais para recebimento, registro e resposta às demandas de partes interessadas com relação ao meio ambiente? Indique o percentual de demandas atendidas em prazo igual ou inferior a 15 dias úteis para: demandas recebidas por canais não dedicados (0800, SAC, <i>website</i> , outros) e demandas recebidas por canal dedicado para atendimento de questões ambientais.
Gestão	Investimentos	Investimentos e gastos com a preservação e/ou recuperação de ambientes degradados.
Uso de Recursos	Impacto Social	Informar se o uso de recursos naturais renováveis pela organização gera conflitos ou restrição de uso destes pela comunidade local.
Uso de Recursos	Ecoeficiência	Redução de custos obtida pela redução do consumo de energia, água e material de consumo. (R\$ Mil)
Uso de Recursos	Materiais	Percentual do material adquirido em conformidade com os critérios ambientais verificados pela empresa / total de material adquirido.
		Percentual do material adquirido com Selo Verde ou outros (Procel, Inmetro etc.).
		Percentual do material adquirido com certificação florestal (Imaflora, FSC e outros).
Uso de Recursos	Energia	Energia economizada devido a melhorias em conservação e eficiência.
Uso de Recursos	Água	Consumo de água por empregado (em m3)
		Programa implantado de reuso da água nos processos administrativos (escritórios, refeitórios, banheiros)? Qual o percentual de reuso (em relação ao consumo total de água nos processos administrativos).
		Percentual e volume total de água reciclada e reutilizada.
		Planejamento a longo prazo para assegurar recursos hídricos, inclusive descrição de como os critérios para gerir o fluxo máximo/mínimo de águas superficiais e volume de águas subterrâneas são determinados e mantidos.
	Resíduos Perigosos	Percentual de lâmpadas descontaminadas em relação ao total substituído na empresa.
	Gestão da Biodiversidade	Existem políticas específicas ou a organização apóia a conservação e o uso racional dos recursos da biodiversidade, conforme preconiza a Convenção das Nações Unidas sobre Biodiversidade? (Conservação Ambiental em Propriedades Próprias, em Propriedades de Terceiros, Unidades de Conservação Públicas ou Privadas, Pagamentos por serviços ecossistêmicos, Fundos Ambientais).
	Ambiente urbano	Contribuição para o aumento de áreas verdes nos municípios-Programa de Arborização Urbana (em ha).
Educação Ambiental Interna	Educação Ambiental Interna	Número de empregados treinados nos programas de educação ambiental.
	Educação Ambiental Interna	Percentual de empregados treinados nos programas de educação ambiental / total de empregados.
		Número de horas de treinamento ambiental / total de horas de treinamento.
		Recursos aplicados (R\$ Mil) em educação ambiental interna.
	Educação	Número de unidades de ensino fundamental e médio atendidas.

	Ambiental nas Comunidades	
		Número de alunos atendidos.
		Percentual de alunos atendidos / número total de alunos da rede escolar da área de concessão.
		Número de professores capacitados
		Número de unidades de ensino técnico e superior atendidas.
		Número de alunos atendidos.
		Percentual de alunos atendidos / número total de alunos da rede escolar da área de concessão.
		Recursos Aplicados (R\$ Mil)

**ANEXO D – SISTEMA DE MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO DE PROGRAMAS  
GOVERNAMENTAIS DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL COM MEDIDAS DE  
DESEMPENHO PONDERADAS**





**ANEXO E – CRITÉRIOS DE REFERÊNCIA PARA PLANEJAMENTO,  
IMPLEMENTAÇÃO, MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO DE PROGRAMAS  
GOVERNAMENTAIS DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL**

**INSERIR ARQUIVO ANEXO E**

**INSERIR ARQUIVO ANEXO F**

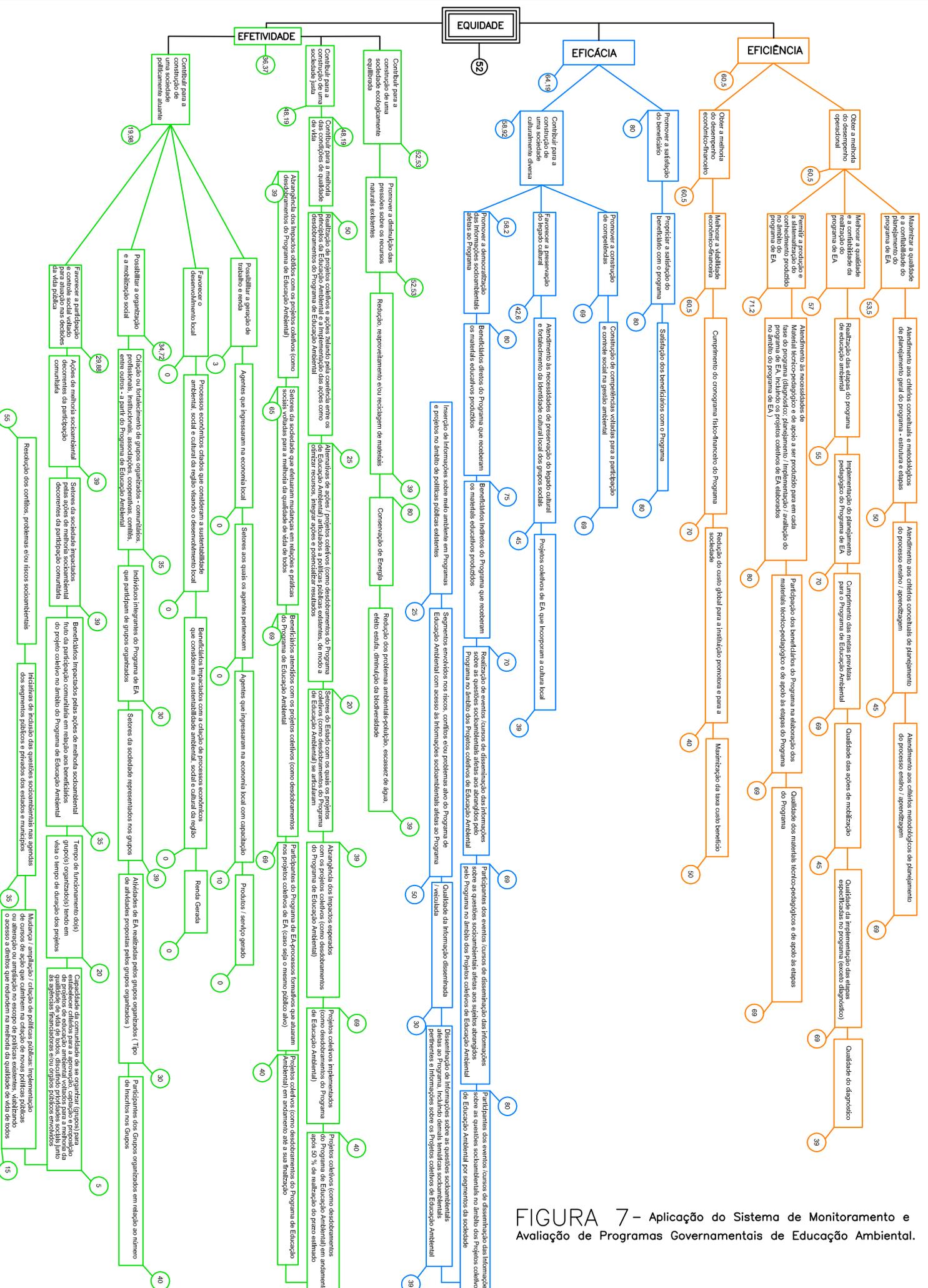
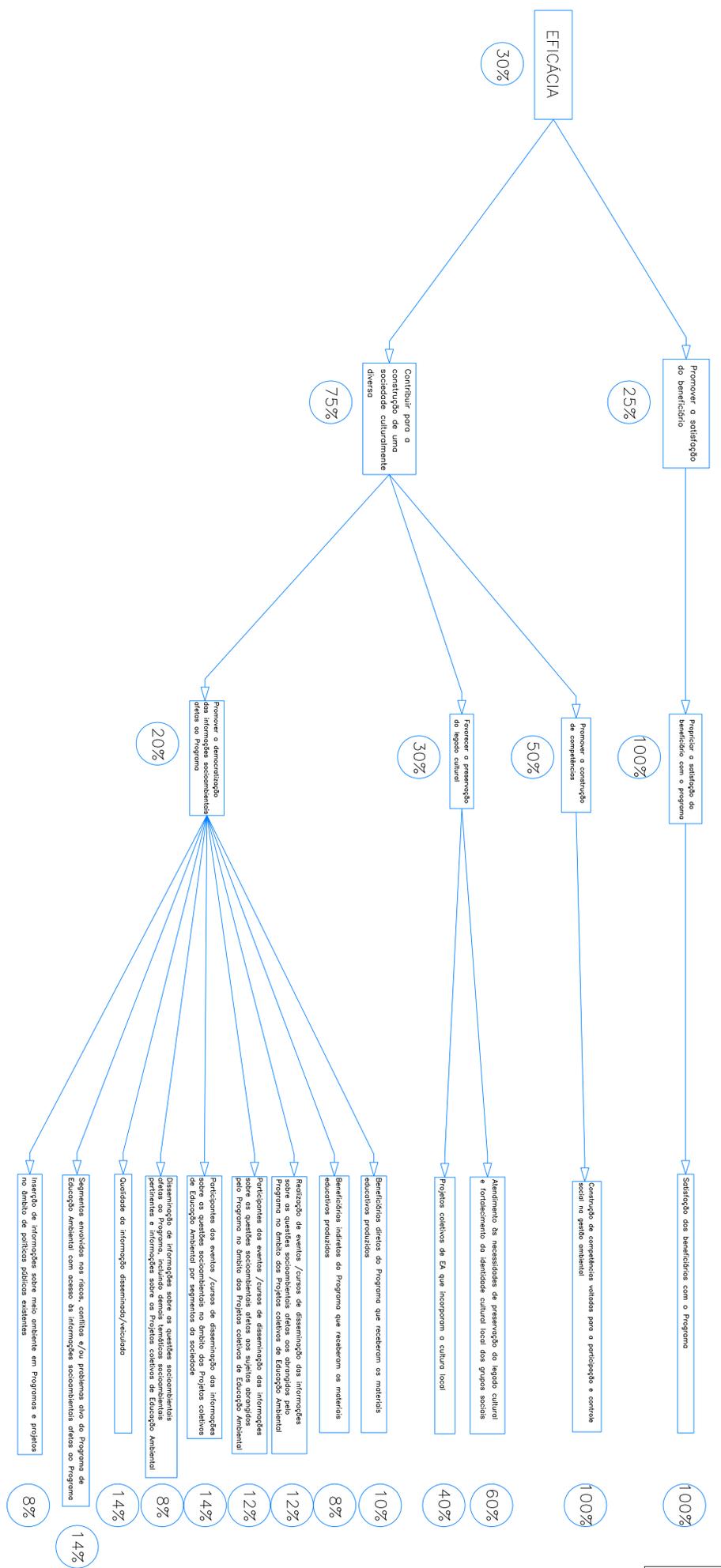
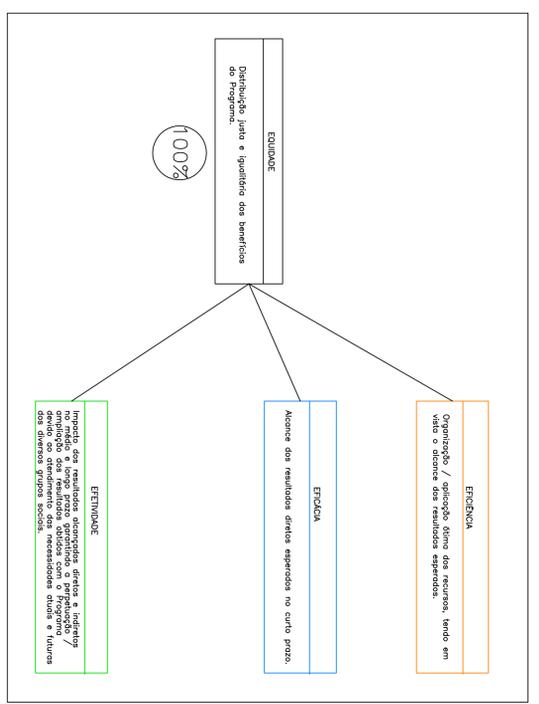
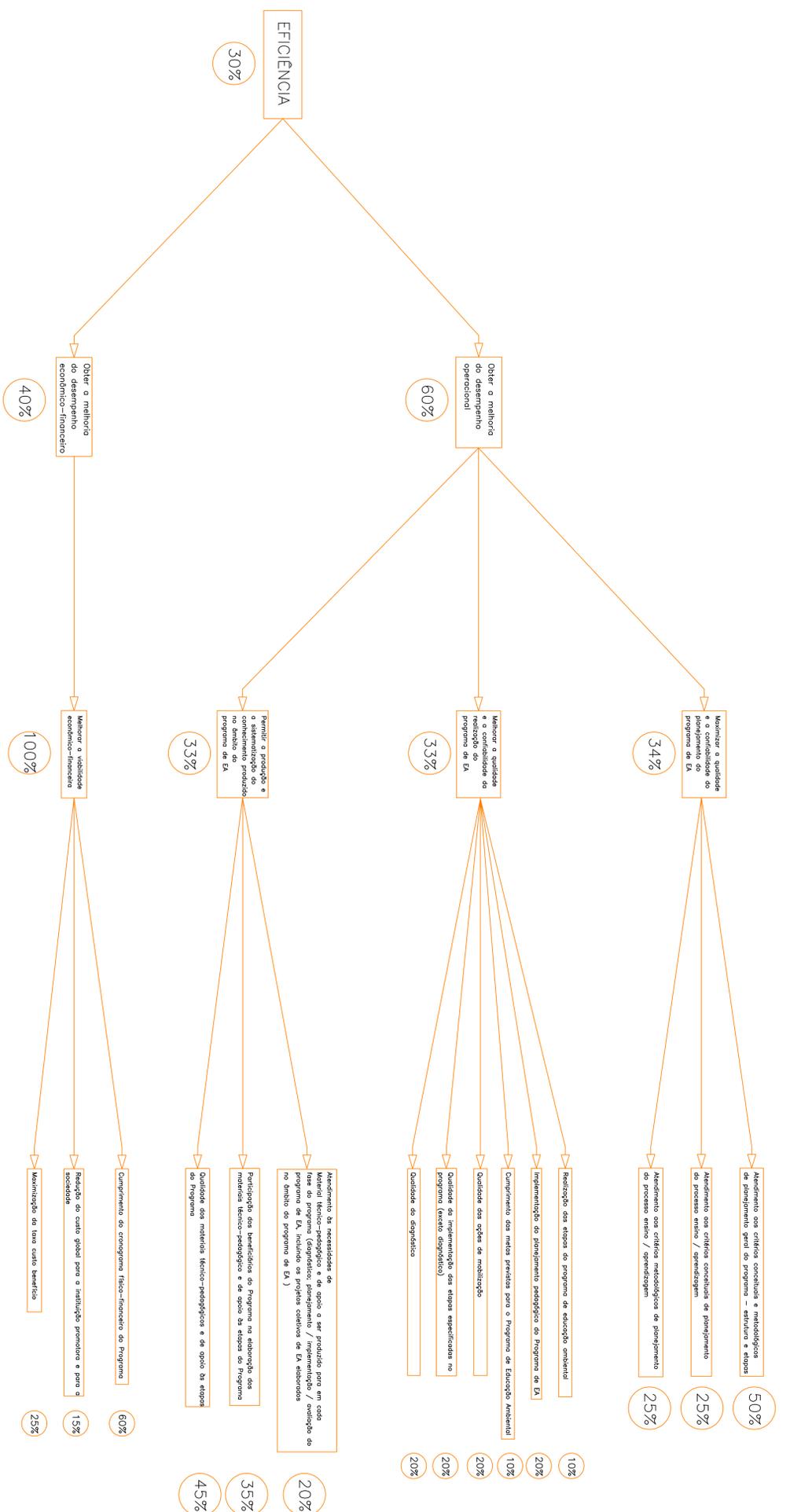


FIGURA 7 - Aplicação do Sistema de Monitoramento e Avaliação de Programas Governamentais de Educação Ambiental.



**ANEXO D**  
**SISTEMA DE MONITORAMENTO E AVALIACO DE PROGRAMAS GOVERNAMENTAIS DE EDUCACO AMBIENTAL**

**EFICIENCIA**  
**EFICACIA**



**CRITÉRIOS DE REFERÊNCIA PARA PLANEJAMENTO, IMPLEMENTAÇÃO, MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO DE PROGRAMAS GOVERNAMENTAIS  
DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL**

## Introdução

Apresentamos o Sistema de Monitoramento e Avaliação de Programas Governamentais de Educação Ambiental, bem como o conjunto integrado de critérios de referência para Planejamento, Implementação, Acompanhamento e Avaliação de tais Programas. O Sistema de Monitoramento e Avaliação proposto tem como propósito maior identificar o grau de Equidade que o Programa avaliado propicia, considerando os beneficiários e os impactos produzidos na sociedade. Além desta Diretriz Geral, analisa as diretrizes específicas de Eficiência, Eficácia e Efetividade. Para subsidiar tal análise, são explicitados os objetivos gerais e específicos de um Programa Governamental de Educação Ambiental os quais fornecem os balizadores necessários para o julgamento do seu mérito.

Para que o Sistema de Monitoramento e Avaliação possa ser utilizado para a avaliação e comparação de Programas de Educação Ambiental diferentes, elaborados e executados em diferentes contextos, são apresentadas medidas de desempenho – indicadores – que operacionalizam os conceitos, práticas, fundamentos e critérios de um Programa Governamental de Educação Ambiental. Os indicadores construídos servem para medir a disponibilização de bens e atividades, o acesso dos atores às intervenções, a relevância das ações executadas para os sujeitos e a intensidade e o sentido das mudanças ocorridas. Visam levar os avaliadores a “identificar os tipos intervenção que provocam maior impacto e gerem movimentos de transformação mais consistentes e duradouros.” Minayo (2005, pág. 59). Para tal, o sistema de monitoramento e avaliação aqui apresentado propõe um conjunto complexo e integrado de indicadores, os quais objetivam captar as mudanças ocorridas na realidade em função da implantação de determinado programa governamental de educação ambiental.

Ressaltamos que a exclusão de indicadores não aplicáveis a determinada situação específica de avaliação ou de difícil de medição no contexto da avaliação mostra-se possível. Esta subtração deverá vir, no entanto, acompanhada de justificativa por parte do avaliador, o qual não poderá de forma alguma excluir indicadores, visando minimizar lacunas identificadas no programa analisado. Lembramos que quando determinado indicador for excluído o seu peso no sistema deverá ser dividido pelas demais medidas do objetivo específico a este associado. Não poderão ser excluídos indicadores de modo a inviabilizar a avaliação do alcance de determinado objetivo específico.

Para facilitar a realização da avaliação de modo consistente, para cada indicador são apresentados os seguintes itens:

- a) “Descrição”, o qual contém o objeto de medição do indicador proposto, bem como a forma como este pode ser medido;
- b) “Critérios e indicativos para Avaliação”; desdobra o objeto de medição do indicador em princípios e práticas observáveis e mensuráveis;
- c) “Comentários”, onde o avaliador, de modo qualitativo, evidencia o grau de atendimento aos critérios de avaliação; e
- d) “Tabela para Atribuição de Valor Síntese” ao indicador em questão. São estabelecidas 3(três) faixas de pontuação. A faixa “0 a 39%” engloba a situação de preenchimento nulo, ou seja, o não atendimento a nenhum critério de medição do indicador ou o atendimento precário de tais critérios. Em geral, trata-se de situações associadas a um Programa conservador de Educação Ambiental, onde a participação e a intervenção social não fazem parte do seu escopo de forma sistemática. A faixa “40% a 69%” indica situação de atendimento parcial dos critérios de medição do indicador, apontando situações em geral de um Programa de educação ambiental que se aproxima do Programa Governamental de EA com foco na mudança social, no entanto, ainda necessita de ajustes para torná-lo um Programa transformador. A faixa “70% a 100%” engloba situação de preenchimento pleno, ou seja, o atendimento a todos os critérios de medição do indicador ou o atendimento de quase todos os critérios. Em geral, trata-se de situações associadas a um Programa transformador de Educação Ambiental, onde a participação e a intervenção social são sua marca.

Neste ponto, orienta-se o avaliador para atribuir determinado valor ao indicador em questão dentro da faixa percentual selecionada desde que sejam atendidas todas as exigências ali indicadas. Caso contrário, o avaliador deverá escolher a faixa percentual logo abaixo. Deste espectro de valores, deverá, então, apontar o valor percentual atribuído ao indicador em análise.

Com esta estrutura, espera-se que o avaliador ao operar seu julgamento com base em informações qualitativas e quantitativas, por meio de sucessivas análises e sínteses, possa elaborar interpretações e conclusões com maior aprofundamento e fidedignidade, visando uma avaliação mais contextualizada, ampla e precisa.

**Diretriz Geral**

Equidade

**Diretriz Específica**

Eficiência

**Objetivo Geral**

Obter a Melhoria do Desempenho Operacional

**Objetivo específico**

Maximizar a Qualidade e a Confiabilidade do Planejamento do Programa de EA

**Indicador 1**

Atendimento aos Critérios Conceituais e Metodológicos de Planejamento Geral do Programa – Estrutura e Etapas

**Descrição**

Este indicador visa medir o percentual de Atendimento aos Critérios Conceituais e Metodológicos de Planejamento Geral que orientam a concepção de um Programa Governamental de Educação Ambiental com foco na mudança social, influenciando a definição de sua Estrutura e Etapas de modo coerente e consistente. Sabe-se da importância deste indicador à medida que as decisões tomadas na fase de planejamento influenciam não só o nível de eficiência do Programa, como também de eficácia e efetividade posteriormente.

**Critérios e Indicativos para Avaliação****Critérios Conceituais e Metodológicos de Planejamento Geral do Programa – estrutura e etapas**

Considerando os objetivos de um Programa Governamental de EA, foram especificadas as etapas de modo adequado, considerando processos educativos formativos; processos educativos de promoção, divulgação e/ou acompanhamento da discussão pública de temas /conteúdos do Programa; e/ou processos educativos voltados para a elaboração, implementação e avaliação de projetos coletivos de EA?

O planejamento foi realizado com base nas conclusões e recomendações do diagnóstico?

As etapas do Programa expressam a aplicação do conceito de práxis educativa, facilitando o diálogo teoria/prática, a organização e a intervenção social?

Os objetivos do Programa são compatíveis com os objetivos e pressupostos de um programa de EA Governamental?

O Programa mostra-se adequado à dinâmica da realidade onde o programa de EA Governamental se inscreve?

O Programa mostra-se adequado às características dos sujeitos atendidos pelo programa de EA Governamental?

Existe compatibilidade entre objetivos, metas, justificativa, metodologia, recursos, resultados enunciados e perfil da equipe executora no programa/projeto?

O Programa prevê a alocação de mão-de-obra considerando todas as suas fases, de modo a torná-lo sustentável?

O Programa contempla a alocação de mão-de-obra qualificada, devidamente remunerada e com foco no desenvolvimento dos profissionais das comunidades locais?

O projeto possui etapa de acompanhamento e avaliação organizada e adequada à estrutura do Programa?

O Programa de EA possui carga horária compatível com os objetivos a serem alcançados?

O Programa de EA propõe de modo adequado metodologias participativas e dialógicas de modo a permitir o envolvimento efetivo dos sujeitos?

O Programa de EA está organizado em articulação com os programas governamentais desenvolvidos na região, fortalecendo, dessa forma, a estrutura do SISNAMA?

O Programa de EA apresenta planejamento e planos educacionais estabelecidos em diálogo com os beneficiários?

**Comentários**

--

**Tabela para Atribuição de Valor Síntese**

<b>Percentual de Atendimento aos Critérios Conceituais e Metodológicos de Planejamento Geral do Programa – Estrutura e Etapas</b>			
<b>0% a 39%</b>	<b>40% a 69%</b>	<b>70% a 100%</b>	<b>Valor</b>
O Programa de EA atendeu nenhum ou alguns dos critérios de Planejamento, considerando a definição geral de sua estrutura e etapas. Estas não se aproximam da proposta de um Programa Governamental de EA com foco na mudança social. Faz-se necessária uma revisão no seu planejamento e definição de etapas visando a aplicação de metodologias participativas e do conceito de práxis educativa.	O Programa de EA atendeu a maioria dos critérios de Planejamento, considerando a definição geral de sua estrutura e etapas. Estas se aproximam do Programa Governamental de EA com foco na mudança social, no entanto, ainda são necessários ajustes para torná-lo um Programa amplo, consistente e articulado às políticas públicas da região.	O Programa de EA atendeu quase todos ou todos os critérios de Planejamento, considerando a definição geral de sua estrutura e etapas. Estas estão coerentes com um Programa Governamental de EA com foco na mudança social.	

## Indicador 2

Atendimento aos Critérios Conceituais do Planejamento Pedagógico do Programa de EA

### Descrição

Soma-se à necessidade de avaliar a qualidade do planejamento das etapas e estrutura do Programa, a necessidade de julgamento da qualidade do planejamento pedagógico que organiza e materializa cada etapa do Programa que exige um processo educativo. Este indicador visa medir o percentual de Atendimento aos Critérios Conceituais do Planejamento Pedagógico do Programa de EA. Tal planejamento também precisa estar coerente com os princípios e práticas educativas que envolvem um Programa Governamental de Educação Ambiental. Neste caso, avalia-se, por meio dos planos educacionais e do material didático produzido, como os conceitos que serão construídos pelos participantes do Programa são planejados de serem trabalhados no Programa. Cumpre ressaltar que os conteúdos conceituais, procedimentais e atitudinais que compõem os critérios conceituais do planejamento pedagógico devem estar incluídos na íntegra no Programa. Quando da análise deste indicador, conteúdos não incluídos no planejamento, caso não sejam pertinentes deverão ter sua ausência justificada de tal de modo a não interferir no julgamento do avaliador.

### Critérios e Indicativos para Avaliação

Critérios conceituais de planejamento pedagógico de um Programa Governamental de Educação Ambiental	Situação de Avaliação em que os Critérios conceituais de planejamento pedagógico não são atendidos ou quase não são atendidos (situação 1)	Situação de Avaliação em que os Critérios conceituais de planejamento pedagógico são parcialmente atendidos (situação 2)	Situação de Avaliação em que os Critérios conceituais de planejamento pedagógico são quase ou totalmente atendidos (situação 3)
<b>Conteúdos conceituais</b>			
<b>Meio Ambiente</b>	O conceito de meio ambiente não é trabalhado de forma intencional, consistente e/ou sistematizada ao longo do Programa.  Não é possível identificar a concepção utilizada. Ou o conceito trabalhado aproxima-se de uma visão naturalizada.	O conceito de meio ambiente é trabalhado de forma intencional, consistente e/ou sistematizada ao longo do Programa.  O conceito é trabalhado na perspectiva de uma visão naturalizada.  Discute os recursos naturais renováveis e não renováveis.	O conceito de meio ambiente é trabalhado de forma intencional, consistente e/ou sistematizada ao longo do Programa.  O conceito integrado de meio ambiente (ambiente natural e construído) é utilizado como critério de análise para as questões socioambientais.  Discute os recursos naturais renováveis e não renováveis.  Discute o conceito de meio ambiente concebendo-o na sua totalidade, considerando a interdependência entre o meio natural, o sócio-econômico e o cultural.
<b>Sociedade e a crise ambiental</b>	Não são trabalhadas as relações	As relações Sociedade e crise ambiental	As relações Sociedade e crise ambiental são

	<p>Sociedade e crise ambiental. Ou são trabalhadas as relações de forma não planejada e/ou de modo assistemático.</p>	<p>são trabalhadas ao longo do Programa de modo planejado e/ou sistemático.</p> <p>Na Sociedade do consumo, a crise é resultado de valores e ações individuais. O consumo parece uma categoria abstrata e independente.</p> <p>A solução da crise está na mudança de valores e hábitos dos indivíduos.</p>	<p>trabalhadas ao longo do Programa de modo planejado e/ou sistemático. As relações Sociedade e crise ambiental são trabalhadas ao longo do Programa.</p> <p>A Sociedade do consumo por ser estruturada por meio do modo de produção capitalista acaba por forjar uma crise ambiental. A crise ambiental é intrínseca ao modelo de produção capitalista.</p> <p>A solução está na busca coletiva por novas práticas sociais de produção/consumo.</p>
<p><b>Resolução dos problemas, conflitos e/ou riscos socioambientais</b></p>	<p>Não é discutida a atuação do indivíduo para a resolução dos problemas, conflitos e/ou riscos socioambientais. Ou cabe ao indivíduo a mudança de hábitos e atitudes, visando a resolução de problemas e/ou riscos ambientais.</p> <p>Tem foco, por exemplo, em alterações em padrões de comportamentos individuais em sua residência basicamente.</p>	<p>Cabe ao indivíduo a mudança de valores, hábitos e atitudes em seus espaços de atuação, visando a resolução de problemas e/ou riscos ambientais.</p> <p>Tem foco, por exemplo, em alterações em padrões de comportamento individuais em instituições e residências.</p>	<p>Cabe ao cidadão a mobilização, organização, participação e controle social para alterar Políticas Públicas, práticas sociais, hábitos e atitudes, visando a resolução de problemas, conflitos e/ou riscos socioambientais.</p> <p>Tem foco, por exemplo, em alterações em práticas sociais nas comunidades, instituições e residências de modo coletivo e individual.</p>
<p><b>Impactos Ambientais (quando pertinente)</b></p>	<p>Os impactos socioambientais associados ao(s) empreendimento(s) que afeta(m) a região de influência do Programa são tratados indicando poucas de suas dimensões na vida dos indivíduos.</p> <p>Na questão referente à causalidade dos impactos, a forma de apresentação no Programa não evita processos de naturalização por parte dos sujeitos. A causalidade dos impactos socioambientais é explicitada, sem indicar relações recíprocas e interdependentes e a complexidade do conjunto de relações sócio econômicas, culturais, políticas, etc afetadas pelo</p>	<p>Os impactos socioambientais associados ao(s) empreendimento(s) que afeta(m) a região de influência do Programa são tratados indicando algumas de suas dimensões na vida dos indivíduos.</p> <p>A causalidade dos impactos socioambientais é parcialmente explicitada, indicando precariamente relações recíprocas e interdependentes e a complexidade do conjunto de relações sócio econômicas, culturais, políticas, etc afetadas pelo empreendimento em questão.</p>	<p>Os impactos socioambientais associados ao(s) empreendimento(s) que afeta(m) a região de influência do Programa são tratados indicando as suas múltiplas dimensões na vida dos indivíduos.</p> <p>A causalidade dos impactos socioambientais é explicitada, indicando relações recíprocas e interdependentes e a complexidade do conjunto de relações sócio econômicas, culturais, políticas, etc afetadas pelo empreendimento em questão.</p>

	<p>empreendimento em questão.</p> <p>São apresentados desproporcionalmente os impactos “positivos” causados pelo empreendimento. As ações mitigadoras e compensatórias necessárias a minimização dos impactos socioambientais são apresentadas de modo pouco contextualizado e realista.</p> <p>São enfatizadas desproporcionalmente ações com resultados positivos</p> <p>As relações existentes entre empreendimento; impactos socioambientais; conflitos, riscos, problemas e potencialidades na região; ações mitigadoras e compensatórias não são explicitadas.</p>	<p>As ações mitigadoras e compensatórias necessárias a minimização dos impactos socioambientais são apresentadas de modo pouco contextualizado e realista.</p> <p>São apresentados os impactos “positivos” e negativos causados pelo empreendimento de modo equilibrado.</p> <p>As relações existentes entre empreendimento; impactos socioambientais; conflitos, riscos, problemas e potencialidades na região; ações mitigadoras e compensatórias não são explicitadas de modo totalmente adequado.</p>	<p>As ações mitigadoras e compensatórias necessárias a minimização dos impactos socioambientais são apresentadas de modo contextualizado e realista.</p> <p>São apresentados os impactos “positivos” e negativos causados pelo empreendimento de modo equilibrado.</p> <p>As relações existentes entre empreendimento; impactos socioambientais; conflitos, riscos, problemas e potencialidades na região; ações mitigadoras e compensatórias são explicitadas de modo adequado.</p>
<b>Gestão Ambiental Pública</b>	<p>A gestão ambiental não é trabalhada ou é trabalhada de forma não planejada e/ou de modo assistemático.</p>	<p>A gestão ambiental é trabalhada de forma intencional e planejada.</p> <p>Ênfase na gestão ambiental na sua racionalidade técnica. Foco em sistemas voltados para instituições. Ênfase na tecnologia para a resolução de conflitos e/ou problemas ambientais.</p>	<p>A gestão ambiental é trabalhada de forma intencional e planejada.</p> <p>Ênfase na gestão ambiental na sua racionalidade técnica e política. Foco na participação e controle social. Apresentação de seu objetivo: redistribuição do acesso dos grupos sociais aos recursos, tendo em vista o princípio da justiça social. Foco em políticas públicas.</p>
<b>Legislação Ambiental pertinente ao Programa e estrutura do SISNAMA.</b>	<p>A legislação ambiental pertinente e/ou a estrutura do SISNAMA não é trabalhada ou é trabalhada de forma não planejada e/ou de modo assistemático.</p>	<p>A legislação ambiental pertinente e/ou a estrutura do SISNAMA é trabalhada de forma intencional e planejada. A legislação ambiental pertinente e/ou a estrutura do SISNAMA é apresentada como forma de justificar a importância da EA e/ou sensibilizar o indivíduo para atuar na conservação do meio ambiente.</p>	<p>A legislação ambiental pertinente e a estrutura do SISNAMA são trabalhadas de forma intencional e planejada. São apresentadas como instrumentos para o exercício da participação e do controle social.</p>

<p><b>Problemas, Conflitos e riscos socioambientais</b></p>	<p>São trabalhados majoritariamente problemas e riscos ambientais que afetam o planeta de modo global.</p> <p>Poucos problemas e riscos são articulados aos grupos sociais locais.</p> <p>Poucos problemas e riscos socioambientais são apresentados.</p>	<p>São trabalhados problemas e riscos ambientais que afetam os grupos sociais locais e/ou o planeta.</p> <p>Alguns problemas e riscos são articulados às questões socioambientais no âmbito local, regional, nacional e global.</p>	<p>São trabalhados problemas, conflitos e riscos socioambientais que afetam os grupos sociais locais.</p> <p>A maioria dos problemas, conflitos e riscos é articulada às questões socioambientais locais, regionais, nacionais e globais.</p>
<p><b>Soluções e potencialidades da região</b></p>	<p>Ênfase nos indivíduos que mudam hábitos e/ou adotam soluções técnicas disponíveis. A sociedade possui interesses igualmente comuns na resolução de problemas e riscos ambientais.</p>	<p>Ênfase nos indivíduos e nas instituições que mudam hábitos/rotinas e/ou que adotam soluções técnicas disponíveis. A sociedade possui interesses igualmente comuns na resolução de problemas e riscos ambientais.</p>	<p>Ênfase na busca coletiva de soluções criativas com base nas potencialidades locais. Aplicação de soluções técnicas disponíveis. Negociação de interesses contraditórios entre grupos sociais e instituições na resolução de problemas, conflitos e riscos ambientais.</p>
<p><b>Educação Ambiental</b></p>	<p>Não é trabalhado este conceito ou é trabalhado de forma não planejada e/ou de modo assistemático.</p>	<p>O conceito é trabalhado de modo intencional e planejado. Os conteúdos apresentados sobre EA abrangem na sua maioria: conceitos, princípios, e principais conferências sobre o tema.</p>	<p>O conceito é trabalhado de modo intencional e planejado. Os conteúdos apresentados sobre EA abrangem na sua maioria: conceitos, princípios, conferências, a Política Nacional de EA e as Concepções de EA - conservadora e transformadora.</p>
<p><b>Sustentabilidade</b></p>	<p>Não é trabalhada esta noção ou é trabalhada de forma não planejada e/ou de modo assistemático.</p>	<p>A noção de sustentabilidade é trabalhada de forma planejada e/ou sistemática. Os conteúdos apresentados abrangem alguns dos seguintes itens: a noção de sustentabilidade, o seu histórico, a sua relação com a expressão “desenvolvimento sustentável”, práticas sustentáveis de uso dos recursos.</p> <p>Não são discutidos os limites e possibilidades da noção de sustentabilidade.</p>	<p>A noção de sustentabilidade é trabalhada de forma planejada e/ou sistemática. Os conteúdos apresentados abrangem a maioria dos seguintes itens a noção de sustentabilidade, o seu histórico, a sua relação com a expressão “desenvolvimento sustentável”, práticas sustentáveis de uso dos recursos.</p> <p>Aborda a discussão sobre os limites e possibilidades desta noção. Destaca seu caráter conservador, conciliador e/ou limitado em termos técnicos, metodológicos e políticos.</p>
<p><b>Conteúdos Procedimentais</b></p>			

<b>Elaboração, implementação, acompanhamento e avaliação de projetos coletivos</b>	Não é trabalhada metodologia de elaboração, implementação, acompanhamento e avaliação de projetos coletivos Ou é trabalhada metodologia com foco menos abrangente, voltada para a elaboração de planos de ação (somatório de ações) para minimizar ou solucionar problemas e riscos ambientais.	É trabalhada metodologia de elaboração implementação, acompanhamento e avaliação de projetos para minimizar ou solucionar problemas, conflitos e/ou riscos ambientais.	É trabalhada metodologia de elaboração implementação, acompanhamento e avaliação de projetos coletivos minimizar ou solucionar problemas, conflitos e riscos ambientais. . Metodologias de tomada de decisões e busca de soluções coletivas que afetam a qualidade socioambiental são trabalhadas. .
<b>Estratégias para propiciar a organização e participação social</b>	Não são trabalhadas estratégias de organização e participação social. Ou estas categorias – organização e participação social - são trabalhadas somente de modo conceitual.	Algumas estratégias de organização e participação social são apresentadas, sendo propiciadas algumas vivências para o grupo.	A maioria das estratégias de organização e participação social é trabalhada de modo sistematizado, por meio de vivências para o grupo.
<b>Conteúdos Atitudinais</b>			
<b>Valorização da:</b>  <b>-participação individual e coletiva, permanente e responsável</b>  <b>- defesa da qualidade socioambiental como forma de exercício da cidadania</b>  <b>- ética</b>  <b>- pluralidade e diversidade individual e cultural.</b>  <b>- solidariedade</b>  <b>-igualdade, democracia, justiça social, responsabilidade e sustentabilidade</b>  <b>- diversidade social e biológica.</b>	Os conteúdos atitudinais não são sistematicamente trabalhados no Programa ou quase nenhum conteúdo atitudinal é trabalhado no Programa.	Alguns conteúdos atitudinais são trabalhados sistematicamente. Abrangem alguns dos seguintes itens: participação individual e coletiva, permanente e responsável  - defesa da qualidade socioambiental como forma de exercício da cidadania  - ética  - pluralidade e diversidade individual e cultural.  - solidariedade  -igualdade, democracia, justiça social, responsabilidade e sustentabilidade  - diversidade social e biológica.	A maioria dos conteúdos atitudinais é trabalhada de modo sistematizado. Abrangem a maioria dos seguintes itens: participação individual e coletiva, permanente e responsável  - defesa da qualidade socioambiental como forma de exercício da cidadania  - ética  - pluralidade e diversidade individual e cultural.  - solidariedade  -igualdade, democracia, justiça social, responsabilidade e sustentabilidade  - diversidade social e biológica.

<b>Os demais conteúdos conceituais do Programa (não listados anteriormente) são trabalhados de forma crítica.</b>	Dos demais conteúdos trabalhados no Programa quase nenhum é trabalhado na perspectiva crítica.	Dos demais conteúdos trabalhados no Programa, alguns são trabalhados na perspectiva crítica.	Dos demais conteúdos trabalhados no Programa, a maioria destes é trabalhada na perspectiva crítica.
<b>Os demais conteúdos conceituais do Programa (não listados anteriormente) são trabalhados de forma contextualizada e/ou ampla (superando o mero caráter instrumental do conteúdo).</b>	Dos demais conteúdos trabalhados no Programa quase nenhum é trabalhado na perspectiva contextualizada e/ou ampla.	Dos demais conteúdos trabalhados no Programa, alguns são trabalhados na perspectiva contextualizada e/ou ampla.	Dos demais conteúdos trabalhados no Programa, a maioria destes é trabalhada na perspectiva contextualizada e/ou ampla.

### Comentários

--

### Tabela para Atribuição de Valor Síntese

<b>Percentual de atendimento aos critérios conceituais de planejamento pedagógico do Programa de EA</b>			
<b>0% a 39%</b>	<b>40% a 69%</b>	<b>70% a 100%</b>	<b>Valor</b>
<p>O Programa de EA não atendeu nenhum critério conceitual do Planejamento Pedagógico. Ou atendeu poucos critérios conceituais do Planejamento Pedagógico, considerando a organização do processo ensino/aprendizagem de acordo com os princípios de um Programa Governamental de EA com foco na mudança social. (Situação 1)</p> <p>São trabalhados conteúdos conceituais, atitudinais e/ou procedimentais de Educação Ambiental.</p> <p>São trabalhados conteúdos conceituais, atitudinais e/ou procedimentais na sua maioria de forma assistemática e conservadora.</p>	<p>O Programa de EA atendeu alguns critérios conceituais do Planejamento Pedagógico, considerando a organização do processo ensino/aprendizagem de acordo com os princípios de um Programa Governamental de EA com foco na mudança social. (Situação 2)</p> <p>São trabalhados conteúdos conceituais, atitudinais e procedimentais de Educação Ambiental.</p> <p>São trabalhados alguns conteúdos conceituais, atitudinais e procedimentais de forma intencional,</p>	<p>O Programa de EA atendeu quase todos ou todos os critérios conceituais de Planejamento Pedagógico, considerando a organização do processo ensino/aprendizagem de acordo com os princípios de um Programa Governamental de EA com foco na mudança social. (Situação 3)</p> <p>São trabalhados conteúdos conceituais, atitudinais e procedimentais de Educação Ambiental.</p> <p>São trabalhados conteúdos conceituais, atitudinais e procedimentais quase todos de forma intencional, crítica e contextualizada.</p>	

	crítica e contextualizada.		
--	----------------------------	--	--

### Indicador 3

Atendimento aos critérios metodológicos do planejamento pedagógico do Programa

#### Descrição

Soma-se à necessidade de avaliar a qualidade do planejamento das etapas e estrutura do Programa, a de julgamento da qualidade do planejamento pedagógico que organiza, materializa e dá dinamismo a cada etapa do Programa que exige um processo educativo. Este indicador visa medir o percentual de Atendimento aos critérios metodológicos do planejamento pedagógico do Programa, ou seja, se há no planejamento do Programa atividades pedagógicas previstas que contemplem a operacionalização dos critérios metodológicos de desenvolvimento de um Programa Governamental de Educação Ambiental (Produção e aquisição de saberes, Interdisciplinaridade, Análise crítica, Problemática, Participação/diálogo, Realidade local/ trabalhar situações concretas, Elaboração de projetos). Tal planejamento precisa estar coerente com os princípios e práticas educativas que envolvem um Programa Governamental de Educação Ambiental.

#### Critérios e Indicativos para Avaliação

<b>Critérios metodológicos no planejamento pedagógico do Programa Governamental de Educação Ambiental</b>	<b>Situação de Avaliação em que os Critérios metodológicos de planejamento pedagógico não são atendidos ou quase não são atendidos (situação 1)</b>	<b>Situação de Avaliação em que os Critérios metodológicos de planejamento pedagógico são parcialmente atendidos (situação 2)</b>	<b>Situação de Avaliação em que os Critérios metodológicos de planejamento pedagógico são quase ou totalmente atendidos (situação 3)</b>
<b>Produção e aquisição de saberes</b>	Todos ou quase todos os conteúdos são trabalhados a partir da apresentação de saberes técnico-científicos.	Alguns conteúdos são trabalhados a partir da relação saber técnico-científico/popular.	A quase totalidade dos conteúdos ou todos os conteúdos são trabalhados a partir da relação saber técnico-científico/popular. Trata-se de um dos princípios de planejamento do programa.
<b>Interdisciplinaridade</b>	Todos ou quase todos os conteúdos são trabalhados de forma independente e estanque.  Não são apresentados os diversos “olhares” das disciplinas sobre os conteúdos.	Alguns conteúdos são trabalhados de forma interdisciplinar.	Quase todos os conteúdos são trabalhados de forma interdisciplinar.  A análise dos conceitos, fatos e processos trabalhados no Programa ocorre à luz das diversas áreas e disciplinas de conhecimento.
<b>Análise crítica</b>	Os conteúdos são trabalhados sem uma análise crítica ou quase todos os conteúdos são trabalhados sem uma análise crítica. Por exemplo, não é realizada uma análise dos limites e possibilidades dos conceitos associados à Educação Ambiental. Os conceitos e categorias trabalhadas não são analisados na perspectiva e contexto de uma sociedade capitalista.	Alguns conteúdos são trabalhados de forma crítica.	O Programa é realizado na perspectiva crítica onde a quase totalidade dos conteúdos é trabalhada nesta lógica.

	O Programa não possui o objetivo de levar os participantes a repensarem a sociedade onde vivem.	O Programa possui o objetivo de levar os participantes a repensarem a sociedade onde vivem, porém ainda não de modo abrangente e sistemático.	O programa propicia o repensar da sociedade de modo estrutural, abrangente e sistemático.
<b>Problematização</b>	A metodologia de problematização não é utilizada ou é aplicada de modo insipiente. Nenhum ou quase nenhum objetivo e conteúdo é trabalhado a partir da problematização.	A metodologia de problematização é utilizada para trabalhar alguns dos objetivos e conteúdos do Programa.	A metodologia de problematização é utilizada para trabalhar quase todos ou todos os objetivos e conteúdos do Programa. Trata-se de um princípio do planejamento.
<b>Participação/diálogo</b>	O Programa é desenvolvido com base no fornecimento de informações para os participantes. Todos ou quase todos os conteúdos são trabalhados de forma expositiva. As decisões sobre a condução do programa já foram tomadas antes de sua execução ou são tomadas na sua maioria pelo facilitador da ação educacional.	Algumas das ações educacionais do Programa é desenvolvida a partir de metodologias de ensino participativas. Há preocupação que algumas decisões sobre a condução do programa sejam tomadas de modo participativo.	As metodologias de ensino e a forma de condução da ação educacional são na sua totalidade ou quase na sua totalidade participativas. Os conhecimentos são construídos pelos participantes de modo ativo. As decisões sobre a condução do programa são tomadas na sua totalidade ou quase na sua totalidade de forma participativa.
<b>Realidade local/ trabalhar situações concretas</b>	O Programa é desenvolvido quase na sua totalidade ou na sua totalidade com base em dados de caráter global e informações desvinculadas da realidade local. São citados problemas ambientais globais. Nenhuma ou quase nenhuma solução para os problemas ambientais é buscadas prioritariamente na realidade local. A cultura local não é citada e nem valorizada no Programa.	A realidade local é apresentada em termos ambientais (por exemplo, os dados do diagnóstico socioambiental são apresentados). Algumas das soluções para os problemas ambientais são buscadas prioritariamente na realidade local. A cultura local é citada na ação educacional sem uma reflexão sobre sua importância.	O Programa é planejado na perspectiva da realidade local, a partir do diagnóstico socioambiental. Quase todas ou todas as soluções para os problemas/conflitos ambientais são buscadas primeiramente na realidade local. A cultura local é valorizada, inserida na ação educacional e acompanhada de uma reflexão sobre sua importância.
<b>Elaboração de projetos</b>	Não são elaborados projetos e nem planos de ação.  Ou são elaborados projetos, alguns de intervenção na realidade.  Em alguns destes projetos, são trabalhadas e construídas práticas sustentáveis de uso dos recursos. No entanto, estas práticas não construídas de modo articulado à vida comunitária. Têm enfoque individual e/ou	São elaborados projetos, alguns de intervenção na realidade.  Em alguns destes projetos, são trabalhadas e construídas práticas sustentáveis de uso dos recursos de modo articulado à vida comunitária.	São elaborados projetos, na sua maioria de intervenção na realidade.  Na maioria destes projetos, são trabalhadas e construídas práticas sustentáveis de uso dos recursos de modo estruturante e articulado à vida comunitária.  Há foco na organização social e mudança social.

	<p>institucional na sua quase totalidade.</p> <p>Não há compromisso com a busca de novos modos de vida.</p> <p>Ou todos ou quase todos os projetos têm foco na disseminação de informações, por exemplo, formação de multiplicadores com base em informações de EA.</p> <p>Ou são elaborados planos de ação, na maioria das vezes, como uma coletânea ações isoladas e pontuais, em um determinado período de tempo, para racionalizar o uso dos recursos.</p>	<p>Não há compromisso de modo geral com a busca de novos modos de vida.</p> <p>A maioria projetos tem foco na disseminação de informações, por exemplo, formação de multiplicadores com base em informações de EA.</p>	<p>Há compromisso com a busca de novos modos de vida.</p> <p>Podem incluir a disseminação/multiplicação de informações sobre EA.</p>
--	--	--	--

#### Comentários

--

#### Tabela para Atribuição de Valor Síntese

##### Percentual de Atendimento aos critérios metodológicos de planejamento pedagógico do Programa

0% a 39%	40% a 69%	70% a 100%	Valor
<p>O Programa de EA atendeu nenhum ou quase nenhum dos critérios metodológicos de Planejamento Pedagógico, considerando a organização do processo ensino/aprendizagem de acordo com os princípios de um Programa Governamental de EA com foco na mudança social. <b>(situação 1)</b></p> <p>O Programa não utiliza ou quase não utiliza a participação em alguns momentos da(s) ação(ões)</p>	<p>O Programa de EA atendeu alguns dos critérios metodológicos de Planejamento Pedagógico, considerando a organização do processo ensino/aprendizagem de acordo com os princípios de um Programa Governamental de EA com foco na mudança social. <b>(situação 2)</b></p> <p>O Programa utiliza a participação em alguns momentos da(s) ação(ões) educacional(is). Mais na construção do</p>	<p>O Programa de EA atendeu quase todos ou todos os critérios metodológicos de Planejamento Pedagógico, considerando a organização do processo ensino/aprendizagem de acordo com os princípios de um Programa Governamental de EA com foco na mudança social. <b>(situação 3)</b></p> <p>O Programa privilegia a participação como princípio do planejamento. Seja na construção do</p>	

<p>educacional(is). Mais na construção do conhecimento para a aquisição de conceitos; e menos na busca de formas de intervenção na realidade.</p> <p>A análise crítica e a problematização são ferramentas não utilizadas ou quase nunca utilizadas no planejamento do Programa.</p> <p>O Programa tende a apresentar um caráter conservador.</p>	<p>conhecimento para a aquisição de conceitos; e menos na busca de formas de intervenção na realidade.</p> <p>A análise crítica e a problematização são ferramentas utilizadas em alguns momentos do planejamento do Programa.</p> <p>O Programa possui algumas características de um Programa transformador, porém com enfoque na formação do cidadão mais nos seus aspectos conceituais. Mantém semelhança com o programa com enfoque conservador.</p>	<p>conhecimento para a aquisição de conceitos; seja na busca de formas de intervenção na realidade.</p> <p>A análise crítica e a problematização são ferramentas utilizadas de modo estruturante no planejamento do Programa.</p> <p>O Programa tende a apresentar um caráter transformador.</p>	
---	--	--	--

### Objetivo Específico

Melhorar a Qualidade e a Confiabilidade da realização do Programa de EA

### Indicador 4

Realização das Etapas do Programa de Educação Ambiental

### Descrição

Este indicador visa medir o percentual de Realização das Etapas do Programa de Educação Ambiental. Considera a importância do cumprimento das etapas previstas em um programa, assim como abrange a análise do avaliador sobre etapas mínimas não contempladas no planejamento do programa. Ou seja, pondera o fato de um programa estar plenamente executado, tendo em vista o planejamento elaborado, com o fato de não ser recomendável a ausência de algumas etapas em sua estrutura. Este indicador torna-se de suma relevância à medida que a falta de eficiência no planejamento compromete a eficiência na execução, a qual, por sua vez, interfere na eficácia e efetividade dos resultados do Programa.

### Critérios e Indicativos para Avaliação

Preencher o quadro abaixo com a carga horária de cada etapa do programa, estabelecida nos planos, e a carga horária realizada, obtida por meio de observação e/ou relatórios. Caso o programa não tenha especificado alguma(s) etapa(s) que seria(m) necessária(s) para o alcance da sua eficácia e efetividade, o avaliador deve inseri-la(s) na tabela abaixo, no(s) campo(s) referente(s) à(s) etapa(s) que deveria(m) ter sido planejada(s), bem como a carga horária mínima requerida para cada uma. Neste caso, a carga horária mínima realizada para cada uma delas será 0 (zero). A tabela abaixo preenchida fornecerá uma visão geral sobre o percentual de cumprimento da realização das Etapas do Programa.

Etapas definidas/requeridas pelo programa	Carga horária prevista ou requerida	Carga horária realizada	Percentual de cumprimento da carga horária de cada Etapa
Diagnóstico*			
Processo educativo Formativo			
Processo educativo de apoio, promoção, divulgação e/ou acompanhamento da discussão pública de temas /conteúdos do Programa			
Processo educativo voltado para a elaboração, implementação e avaliação de projetos coletivos de EA			
Etapa de acompanhamento e avaliação			

\*Diagnóstico - Segundo Ministério de Meio Ambiente (2006b), por meio do documento “Bases para a Formulação de um Programa de EA para a Bacia de Campos”, a etapa de diagnóstico em Programas de EA no âmbito do licenciamento de empreendimentos de atividades de produção e escoamento de petróleo e gás natural na Bacia de Campos deve ocorrer em um prazo de 6 a 12 meses.

### Comentários

(O avaliador deve registrar em seus comentários as causas e efeitos do não cumprimento das etapas do Programa, caso estas não tenham sido realizadas integralmente. Da mesma forma que deve indicar também os fatores que favoreceram a realização das etapas do Programa. Também deverá justificar a necessidade de execução de determinadas etapas que inicialmente não tenham sido previstas, caso tenha indicado-as como “etapas requeridas”).

--

**Tabela para Atribuição de Valor Síntese**

<b>Percentual médio de realização das etapas do Programa</b>				
	0% a 39%	40% a 69%	70% a 100%	<b>Valor</b>
<b>Realização das etapas do Programa</b>	As Etapas do Programa não foram realizadas. Ou quase todas as etapas do Programa deixaram de ser especificadas e/ou cumpridas.	As Etapas do Programa foram realizadas parcialmente. Algumas etapas do Programa deixaram de ser especificadas e/ou cumpridas.	As Etapas do Programa foram realizadas plenamente ou quase plenamente. Nenhuma ou quase nenhuma etapa do Programa deixou de ser especificada e cumprida.	
<b>Diagnóstico</b>	O diagnóstico não foi realizado ou foi realizado de modo incipiente, o que comprometeu a adequação do programa à realidade local e aos sujeitos.	O diagnóstico foi parcialmente realizado, o que tendeu a impactar negativamente a adequação do programa à realidade local e aos sujeitos.	O diagnóstico foi plenamente realizado ou quase plenamente realizado, o que favoreceu significativamente a adequação do programa à realidade local e aos sujeitos.	
<b>Processo educativo formativo</b>	O Processo educativo formativo não foi realizado ou foi realizado de modo incipiente, o que comprometeu diretamente a construção das competências definidas no Programa.	O Processo educativo formativo foi parcialmente realizado, o que afetou a construção das competências definidas no Programa.	O Processo educativo formativo foi plenamente realizado ou quase plenamente realizado, o que favoreceu a construção das competências definidas no Programa.	
<b>Processo educativo de apoio, promoção, divulgação e/ou acompanhamento da discussão pública de temas /conteúdos do Programa</b>	O Processo educativo de apoio, promoção, divulgação e/ou acompanhamento da discussão pública de temas /conteúdos do Programa não foi realizado ou foi realizado de modo incipiente, o que comprometeu o alcance dos resultados do Programa, principalmente no que se refere à construção de uma sociedade politicamente atuante.	O Processo educativo de apoio, promoção, divulgação e/ou acompanhamento da discussão pública de temas /conteúdos do Programa foi parcialmente realizado, o que dificultou, em parte, o alcance dos resultados do Programa, principalmente no que se refere à construção de uma sociedade politicamente atuante.	O Processo educativo de apoio, promoção, divulgação e/ou acompanhamento da discussão pública de temas /conteúdos do Programa foi plenamente realizado ou quase plenamente realizado, o que favoreceu o alcance dos resultados do Programa, principalmente no que se refere à construção de uma sociedade politicamente atuante.	

<p><b>Processo educativo voltado para a elaboração, implementação e avaliação de projetos coletivos de EA</b></p>	<p>O Processo educativo voltado para a elaboração, implementação e avaliação de projetos coletivos de EA não foi realizado ou foi realizado de modo incipiente, o que comprometeu o alcance dos resultados do Programa, principalmente no que se refere à construção de uma sociedade socialmente justa e ecologicamente equilibrada, uma vez que estes resultados dependem da intervenção dos sujeitos na realidade local.</p>	<p>O Processo educativo voltado para a elaboração, implementação e avaliação de projetos coletivos de EA foi parcialmente realizado, o que tendeu a dificultar o alcance dos resultados do Programa, principalmente no que se refere à construção de uma sociedade socialmente justa e ecologicamente equilibrada, uma vez que estes resultados dependem da intervenção dos sujeitos na realidade local.</p>	<p>O Processo educativo voltado para a elaboração, implementação e avaliação de projetos coletivos de EA foi plenamente realizado ou quase plenamente realizado, o que favoreceu significativamente os resultados do programa, principalmente no que se refere à construção de uma sociedade socialmente justa e ecologicamente equilibrada, uma vez que estes resultados dependem da intervenção dos sujeitos na realidade local.</p>	
<p><b>Etapa de acompanhamento e avaliação</b></p>	<p>O acompanhamento e avaliação do Programa não foram ou foram realizados de modo incipiente, o que comprometeu a correção de rumos do Programa de modo estruturado e ágil, bem como o aprendizado entre suas etapas e para futuros Programas.</p>	<p>O acompanhamento e avaliação do Programa foram parcialmente realizados, o que tendeu a dificultar a correção de rumos do Programa de modo estruturado e ágil, bem como o aprendizado entre suas etapas e para futuros Programas.</p>	<p>O acompanhamento e avaliação do Programa foram plenamente realizados ou quase plenamente realizados, o que favoreceu significativamente a correção de rumos do Programa de modo estruturado e ágil, bem como o aprendizado entre suas etapas e para futuros Programas.</p>	

**Indicador 5**

Implementação do planejamento pedagógico do Programa de EA

**Descrição**

Considerando que a Equidade a ser alcançada com a implementação do Programa passa pelo direito dos participantes do Programa de terem acesso à execução das atividades planejadas, este indicador visa medir até que ponto o planejamento pedagógico foi cumprido integralmente. Abrange a análise do cumprimento do planejamento pedagógico em todas as etapas do Programa em que se aplica este tipo de planejamento. A medição deste indicador visa verificar também, se o planejamento pedagógico inicial não foi cumprido devido ao fato de terem surgidas oportunidades de realização de atividades mais eficazes diante da dinâmica de condução do processo ensino/aprendizagem e participação dos sujeitos e estas oportunidades terem sido aproveitadas positivamente. Por outro lado, este indicador pretende indicar se o planejamento não foi cumprido integralmente, tendo sido as atividades planejadas inicialmente substituídas por outras inadequadas.

**Critérios e Indicativos para Avaliação****Implementação do planejamento pedagógico do Programa de EA**

As atividades pedagógicas previstas no planejamento foram realizadas integralmente? A qualidade das atividades pedagógicas planejadas – atividades criativas, adequadas em termos de tempo de duração previstas, adequadas em relação ao público alvo e adequadas aos objetivos de aprendizagem – facilitaram a implementação das atividades pedagógicas do Programa de Educação Ambiental?

Caso não tenham sido realizadas integralmente, estas foram substituídas por outras mais adequadas e eficazes? Ou seja, quando da implementação do planejamento pedagógico, surgiram oportunidades para ajustes na realização das atividades pedagógicas a partir da participação dos sujeitos e/ou por iniciativa do facilitador? Estas oportunidades foram utilizadas de modo criativo para facilitar o alcance dos objetivos de aprendizagem do Programa? Ou seja, as atividades implementadas superaram a qualidade daquelas planejadas anteriormente?

Caso não tenham sido realizadas integralmente, estas foram substituídas por outras menos adequadas e eficazes? Ou seja, as oportunidades de ajustes foram utilizadas inadequadamente, dificultando o alcance dos objetivos de aprendizagem do programa. As atividades implementadas apresentaram qualidade inferior àquelas planejadas anteriormente?

Em caso de não cumprimento do planejamento pedagógico do Programa de Educação ambiental, houve comprometimento no alcance dos objetivos de aprendizagem?

**Comentários**

O avaliador deve registrar em seus comentários as causas e efeitos do não cumprimento do planejamento pedagógico, caso este não tenha sido realizado integralmente. Da mesma forma que deve indicar também os fatores que favoreceram a realização do planejamento pedagógico em cada fase do Programa.

**Tabela para Atribuição de Valor Síntese**

<b>Percentual de realização das atividades pedagógicas do Programa</b>			
<b>0% a 39%</b>	<b>40% a 69%</b>	<b>70% a 100%</b>	<b>Valor</b>
<p>Nenhuma atividade planejada foi realizada ou poucas atividades planejadas foram realizadas.</p> <p>Diante das oportunidades de ajuste, foram realizadas poucas alterações adequadas na programação, o que interferiu na aprendizagem do grupo e/ou na execução adequada do planejamento inicialmente elaborado.</p> <p>Diante das oportunidades de ajuste, foram realizadas alterações na programação na sua maioria inadequadas, o que interferiu significativamente na aprendizagem do grupo e/ou equivocadamente no planejamento inicialmente elaborado.</p> <p>As atividades pedagógicas planejadas não foram realizadas na sua maioria ou foram substituídas na sua maioria por atividades inadequadas e/ou ineficazes.</p>	<p>Algumas atividades planejadas foram realizadas.</p> <p>Diante das oportunidades de ajuste, foram realizadas algumas alterações na programação adequadas, o que não alterou o nível de aprendizagem do grupo.</p> <p>Diante das oportunidades de ajuste, foram realizadas algumas alterações inadequadas na programação, Tal fato tendeu a alterar parcialmente o nível de aprendizagem do grupo e/ou a adequação da execução do planejamento inicialmente elaborado.</p> <p>Algumas atividades pedagógicas planejadas não foram realizadas ou foram substituídas na sua maioria por atividades inadequadas e/ou ineficazes.</p>	<p>Todas ou quase todas as atividades planejadas foram realizadas.</p> <p>Não foram necessárias alterações significativas na execução do planejamento.</p> <p>Os sujeitos do programa e o facilitador tiveram espaço/oportunidade para sugerir ajustes na realização das atividades pedagógicas. (faixa 70% a 100%)</p> <p>Diante das oportunidades de ajuste, as alterações na programação foram quase todas adequadas, o que potencializou a aprendizagem e o interesse do grupo e o planejamento inicialmente elaborado.</p> <p>Diante das oportunidades de ajustes, poucas alterações foram realizadas de modo inadequado na programação Tal fato tendeu a não interferir na aprendizagem do grupo e/ou na adequação da execução do planejamento inicialmente elaborado.</p> <p>Quase todas ou todas as atividades pedagógicas planejadas foram realizadas ou foram substituídas por atividades adequadas e eficazes.</p>	

**Indicador 6**

Cumprimento das metas previstas para o Programa de Educação Ambiental

**Descrição**

Segundo NOTA TÉCNICA CGPEG/DILIC/IBAMA Nº 01/10 (MMA, 2010), devem ser especificadas as metas e indicadores para as etapas de um Programa de Educação Ambiental, por exemplo, Diagnóstico, Projeto de Educação Ambiental, entre outras. Sendo assim, faz-se necessário avaliar o percentual de cumprimento das metas previstas para o Programa de Educação Ambiental.

**Critérios e Indicativos para Avaliação**

Cumprimento das metas previstas para o Programa de Educação Ambiental		
Número de Metas Previstas para o Programa de Educação Ambiental	Número de Metas do Programa de Educação Ambiental Realizadas	Percentual de realização de Metas do Programa de Educação Ambiental

**Comentários**

O avaliador deve registrar em seus comentários as causas do cumprimento ou não cumprimento das metas previstas. Cabe também um a análise em relação ao cumprimento das metas previstas por fase.

--

**Tabela para Atribuição de Valor Síntese**

Percentual de Cumprimento das metas previstas para o Programa de Educação Ambiental			
0% a 39%	40% a 69%	70% a 100%	Valor
Poucas metas do Programa foram atingidas. Algumas das metas atingidas são relevantes para o alcance dos objetivos de um Programa Governamental de Educação ambiental.	Algumas metas do Programa foram atingidas. A maioria das metas atingidas é relevante para o alcance dos objetivos de um Programa Governamental de Educação ambiental.	A maioria das metas do Programa foi atingida. A maioria das metas atingidas é relevante para o alcance dos objetivos de um Programa Governamental de Educação ambiental.  Ou todas as metas do Programa foram atingidas. A maioria das metas traçadas é relevante para o alcance dos objetivos de um Programa Governamental de Educação ambiental.	

## Indicador 7

Qualidade das ações de mobilização

### Descrição

Considerando que o alcance dos objetivos do programa de EA depende da seleção, representatividade, presença e participação dos sujeitos alvo da ação educacional, incluímos na qualidade da implementação das etapas do Programa as estratégias de mobilização utilizadas para garantir o engajamento dos sujeitos.

### Critérios e Indicativos para Avaliação

Qualidade das Ações de Mobilização
As estratégias de mobilização utilizadas (instrumentos de divulgação e comunicação) foram adequadas?
Os critérios de seleção dos participantes (por segmento social, gênero, religião, filiação política e etc.) foram adequados, tendo em vista os objetivos das etapas do Programa?
As estratégias de mobilização utilizadas contemplaram parcerias, por exemplo, mídias, lideranças ou agentes locais?
Foram adotados mecanismos para acompanhar o desempenho da mobilização e garantir os resultados esperados de participação dos sujeitos nas ações educacionais?
Foram planejadas e executadas estratégias e ações de mobilização ao longo do Programa, considerando as suas diversas etapas?
As ações de mobilização foram executadas de modo periódico, considerando o planejamento realizado?

### Comentários

--

### Tabela para Atribuição de Valor Síntese

Percentual de Qualidade das Ações de Mobilização			
0% a 39%	40% a 69%	70% a 100%	Valor
As ações de mobilização adotadas não foram adequadas ou quase nenhuma ação foi adequada, considerando os	Algumas ações de mobilização adotadas foram adequadas, considerando os resultados obtidos	As ações de mobilização adotadas foram adequadas na sua maioria, considerando os resultados obtidos com a seleção	

resultados obtidos com a seleção e participação dos sujeitos necessárias ao alcance dos objetivos do Programa de EA.	com a seleção e participação dos sujeitos, necessárias ao alcance dos objetivos do Programa de EA.	e participação dos sujeitos necessárias ao alcance dos objetivos do Programa de EA.	
--	--	---	--

**Indicador 8**

Qualidade da implementação das etapas especificadas no programa (exceto diagnóstico)

**Descrição**

Este indicador visa medir a qualidade da implementação das etapas especificadas no Programa de Educação Ambiental com exceção do diagnóstico, o qual, dada a sua relevância, será avaliado separadamente. Para julgar a qualidade da implementação das etapas do Programa foram elencados vários critérios organizados segundo os seguintes itens: Visão Geral do Programa; Pertinência dos Conteúdos programáticos; Adequação da Organização e Condução do processo educativo (Processo de Construção do conhecimento, Metodologia); Coerência entre objetivos e finalidades últimas de um Programa Governamental de EA e prática pedagógica; Adequação e contextualização da prática pedagógica, tendo em vista os sujeitos da ação educacional; Avaliação; e Papel dos educadores (Experiência e domínio de conhecimentos, Atuação na condução do processo educativo). A análise destes itens deve propiciar a obtenção de um valor síntese para expressar a qualidade da implementação das etapas especificadas no Programa de Educação Ambiental, com exceção do diagnóstico.

**Critérios e Indicativos para Avaliação**

<b>Qualidade da implementação das etapas especificadas no programa (exceto diagnóstico)</b>
<b>Visão Geral do Programa</b> <ul style="list-style-type: none"><li>• O processo educativo mostra-se inclusivo, dialógico, cooperativo e emancipatório?</li></ul>
<b>Pertinência dos Conteúdos programáticos</b> <ul style="list-style-type: none"><li>• Os conhecimentos trabalhados são válidos, ou seja, são um meio para o alcance dos objetivos de aprendizagem?</li><li>• Os conhecimentos trabalhados são corretos? As sínteses produzidas no âmbito do grupo no processo de construção do conhecimento são corretas?</li><li>• Os conceitos estruturantes da discussão de EA são apontados com frequência?</li><li>• Os conteúdos são trabalhados pautados por uma abordagem sistêmica, complexa e crítica?</li></ul>
<b>Adequação da Organização e Condução do processo educativo</b> <b>Processo de Construção do conhecimento</b> <ul style="list-style-type: none"><li>• O processo educativo é conduzido propiciando a construção do conhecimento mediante a análise e síntese sobre os diferentes tipos de conhecimento (senso comum, científico)?</li><li>• O processo educativo é conduzido propiciando a construção do conhecimento mediante a ampliação da dimensão crítica e reflexiva inerente à construção da consciência da realidade socioambiental e da autonomia intelectual e de escolha dos participantes?</li></ul>

<ul style="list-style-type: none"> <li>• A prática pedagógica é aberta e criativa, com foco na pesquisa e na produção de novos conhecimentos, na busca na definição de conteúdos pelo grupo?</li> <li>• O processo educativo favorece a produção e a aquisição de saberes?</li> </ul>
<p><b>Adequação da Organização e Condução do processo educativo</b></p> <p><b>Metodologia</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• O processo educativo é conduzido utilizando o enfoque interdisciplinar na construção do conhecimento de modo a favorecer a ampliação e integração dos conceitos trabalhados?</li> <li>• A problematização é utilizada como princípio organizativo do processo educativo?</li> <li>• A estratégia metodológica adotada para a condução do processo educativo é prioritariamente participativa?</li> <li>• Os princípios, conceitos e práticas de EA são trabalhados a partir das realidades locais, estabelecendo as devidas conexões com a realidade regional e planetária, objetivando a sensibilização para a transformação?</li> <li>• O processo educativo contempla o planejamento e execução de projetos ou outras formas de intervenção na realidade, como modo de expressar a articulação teoria/prática?</li> </ul>
<p><b>Coerência entre objetivos e finalidades últimas de um Programa Governamental de EA e prática pedagógica</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• O processo educativo constitui-se em uma ação articulada aos estudos preliminares elaborados (diagnóstico)?</li> <li>• O processo educativo constitui-se em uma ação com foco na busca de respostas concretas, com vistas à superação dos problemas vivenciados pelos grupos sociais no acesso, uso ou gestão de um determinado bem ou condição ambiental, de modo desigual?</li> <li>• A condução do processo educativo possibilita o posicionamento e a tomada de decisão por parte dos sujeitos da ação?</li> <li>• A estratégia metodológica adotada para a condução do processo educativo está de acordo com os objetivos e metas do programa/projeto?</li> <li>• A condução do processo educativo possibilita a busca de soluções coletivas para problemas, conflitos e/ou desafios do grupo?</li> <li>• A condução do processo educativo propicia o reconhecimento, a valorização e o respeito à pluralidade e à diversidade individual e cultural?</li> </ul>
<p><b>Adequação e contextualização da prática pedagógica, tendo em vista os sujeitos da ação educacional</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• As atividades pedagógicas executadas são adequadas às características dos sujeitos da ação educacional?</li> </ul>

• As atividades pedagógicas executadas são adequadas à dinâmica da realidade dos participantes (observância do horário escolhido às características e disponibilidade dos sujeitos e/ou grupo social, nível de escolaridade)?

• O processo educativo propicia a circulação de informações sobre o saber e a memória popular?

### **Avaliação**

Os educadores implementam formas de avaliação intencionais e planejadas de modo a verificar de modo sistematizado o alcance dos objetivos de aprendizagem pro parte do grupo?

### **Papel dos educadores**

#### **Experiência e domínio de conhecimentos**

- Os educadores possuem domínio dos conteúdos legal e técnico (instrumentos e ferramentas)?
- Os educadores conhecem detalhadamente a realidade em que estão atuando, considerando as potencialidades, problemas, conflitos e riscos socioambientais da região, bem como a dinâmica da realidade dos participantes da ação educacional?
- Os educadores conhecem detalhadamente a realidade em que estão atuando, considerando as informações sobre os meios social, econômico e cultural?
- Os educadores conhecem detalhadamente a realidade em que estão atuando, considerando a articulação das comunidades da região com as instâncias públicas, sua vivência em termos de organização e participação social? Conhecem as relações comunidade, governo e políticas públicas estabelecidas?
- Os educadores possuem experiência comprovada na promoção de ações de educação ambiental com jovens e adultos de grupos sociais diferenciados?

### **Papel dos educadores**

#### **Atuação na condução do processo educativo**

- Os educadores exerceram o papel de mediadores da aprendizagem durante a condução do processo educativo?
- Os educadores atuaram de forma adequada na condução do processo educativo no momento da resolução de impasses explicitando a sua capacidade para propor e/ou definir momento e modo de agir?
- Existe coerência entre a concepção de Educação Ambiental trabalhada no grupo e o modo de agir dos educadores na condução do Programa?
- Os educadores atuaram na condução do processo ensino/aprendizagem de modo a favorecer a participação dos indivíduos nas atividades?

- Os educadores atuaram de modo a evitar a concentração de falas, dispersão do público, apatia, polarização da discussão e/ou a manipulação?
- Os educadores atuaram de modo a favorecer o entendimento dos participantes do objetivo da ação educacional (por exemplo, facilidade na identificação de problemas, demandas e potencialidades)?
- Os educadores atuaram de modo a favorecer a autonomia por parte do grupo nas decisões contemplando demandas de interesse coletivo sem privilegiar algum grupo (por exemplo, agenda de prioridades elaborada consensualmente tendo as divergências significativas sido negociadas)?
- A relação do educador com os sujeitos da ação pautou-se prioritariamente no respeito, paciência, encorajamento e indução da aprendizagem?

### Comentários

--

### Tabela para Atribuição de Valor Síntese

Percentual de Qualidade da Implementação das Etapas Especificadas no Programa (exceto diagnóstico)				
Etapas especificadas no programa (exceto diagnóstico)	0% a 39%	40% a 69%	70% a 100%	Valor
<b>Visão Geral do Programa</b>	O Programa, devido a sua estrutura, organização e forma de condução não se caracteriza por ser inclusivo, dialógico, cooperativo e emancipatório. E/ou em poucos momentos trabalha algumas destas características.	O Programa, devido a sua estrutura, organização e forma de condução não se caracteriza por ser inclusivo, dialógico, cooperativo e emancipatório, porém em alguns momentos trabalha a maioria destas características de modo coerente – teoria e prática.	O Programa, devido a sua estrutura, organização e forma de condução mostra-se eminentemente inclusivo, dialógico, cooperativo e emancipatório.	
<b>Pertinência dos Conteúdos programáticos</b>	Nenhum ou quase nenhum conteúdo programático é trabalhado de forma pertinente, considerando os critérios de um Programa Governamental de EA.	Alguns conteúdos programáticos são trabalhados de forma pertinente, considerando os critérios de um Programa Governamental de EA.	A maioria ou dos conteúdos programáticos são trabalhados de forma pertinente, considerando os critérios de um Programa Governamental de EA.	
<b>Adequação da Organização e Condução do processo educativo</b>	A prática pedagógica não propicia de modo geral a construção do conhecimento pelo sujeito de forma ativa, atendendo precariamente os critérios de um Programa	A prática pedagógica propicia a construção do conhecimento pelo sujeito de forma ativa em alguns momentos do Programa, atendendo	A prática pedagógica propicia a construção do conhecimento pelo sujeito de forma ativa, atendendo majoritariamente os critérios de um Programa Governamental de	
<b>Processo de Construção do</b>				

<b>conhecimento</b>	Governamental de EA. A prática pedagógica caracteriza-se de modo geral pelo fornecimento de informações. É fechada e não favorece a produção de novos conhecimentos.	parcialmente os critérios de um Programa Governamental de EA.	EA. É aberta e favorece a produção de novos conhecimentos.
<b>Adequação da Organização e Condução do processo educativo</b>  <b>Metodologia</b>	O processo educativo tende a não estar centrado no educador, distanciando-se totalmente ou quase totalmente do atendimento aos critérios metodológicos de um Programa Governamental de EA.	O processo educativo tende estruturalmente a não estar centrado no sujeito da ação, porém em alguns momentos do Programa os critérios metodológicos de um Programa Governamental de EA são parcialmente.	O processo educativo está centrado no sujeito da ação, atendendo majoritariamente os critérios metodológicos de um Programa Governamental de EA.
<b>Coerência entre objetivos e finalidades últimas de um Programa Governamental de EA e prática pedagógica</b>	Existe nenhuma ou quase nenhuma coerência entre os objetivos e finalidades últimas de um Programa Governamental de EA e a prática pedagógica implementada. Os critérios conceituais e metodológicos de um Programa Governamental de EA foram precariamente atendidos.	Existe alguma coerência entre os objetivos e finalidades últimas de um Programa Governamental de EA e a prática pedagógica implementada. Os critérios conceituais e metodológicos de um Programa Governamental de EA foram parcialmente atendidos.	De modo geral, há forte coerência entre os objetivos e finalidades últimas de um Programa Governamental de EA e a prática pedagógica implementada. Os critérios conceituais e metodológicos de um Programa Governamental de EA foram atendidos majoritariamente.
<b>Adequação e contextualização da prática pedagógica, tendo em vista os sujeitos da ação educacional</b>	A prática pedagógica é pouco adequada ou não é adequada à realidade dos sujeitos da ação educacional.	A prática pedagógica tende a não ser adequada à realidade dos sujeitos da ação educacional, porém em alguns momentos do Programa as atividades pedagógicas são contextualizadas.	A prática pedagógica é majoritariamente adequada à realidade dos sujeitos da ação educacional.
<b>Avaliação</b>	O parecer sobre o alcance dos objetivos educacionais por parte dos sujeitos da ação educacional ocorre com base em avaliações realizadas de modo aleatório e/ou por observações informais e cotidianas. Os educadores não implementam formas de avaliação intencionais e planejadas.	O parecer sobre o alcance dos objetivos educacionais por parte dos sujeitos da ação educacional ocorre com base em algumas formas de avaliação intencionais e planejadas, porém insuficientes para diagnosticar a aprendizagem. E com base em observações cotidianas e informais	O parecer sobre o alcance dos objetivos educacionais por parte dos sujeitos da ação educacional ocorre com base em formas de avaliação intencionais e planejadas na sua maioria, as quais podem ser complementadas por observações cotidianas e informais.
<b>Papel dos educadores</b>  <b>Experiência e domínio de conhecimentos</b>	Os educadores que conduzem a ação educacional possuem nenhum ou quase nenhum dos requisitos de experiência e conhecimento necessários à condução do processo educativo segundo os critérios conceituais e metodológicos de um Programa	Os educadores que conduzem a ação educacional possuem alguns dos requisitos de experiência e conhecimento necessários à condução do processo educativo segundo os critérios conceituais e	Os educadores que conduzem a ação educacional possuem a maioria ou todos os requisitos de experiência e conhecimento necessários à condução do processo educativo segundo os critérios conceituais e metodológicos de um Programa

	Governamental de EA.	metodológicos de um Programa Governamental de EA.	Governamental de EA.	
<b>Papel dos educadores</b>  <b>Atuação na condução do processo educativo</b>	Os educadores não conduziram o processo educativo de modo democrático. Ou conduziram desta forma em quase nenhum momento do Programa.	Os educadores conduziram o processo educativo alterando momentos de caráter democrático com momentos impositivos.	Os educadores conduziram o processo educativo majoritariamente de modo democrático.	

**Indicador 9**

Qualidade do diagnóstico

**Descrição**

Este indicador visa medir a qualidade do diagnóstico realizado, tendo em vista a relevância desta fase do Programa para o seu planejamento, implementação, acompanhamento e avaliação. A abrangência e profundidade dos resultados obtidos com o diagnóstico, bem como a participação dos grupos sociais em questão na sua elaboração são critérios indispensáveis a esta avaliação.

**Critérios e Indicativos para Avaliação**

<b>Qualidade do Diagnóstico</b>
O Diagnóstico foi realizado com caráter participativo?
O Diagnóstico foi realizado contemplando a investigação no campo?
O diagnóstico propicia as bases necessárias à formulação dos projetos e etapas do Programa coerentes com a realidade local?
O diagnóstico contém a descrição básica dos projetos/etapas que o programa deve conter de modo a beneficiar os beneficiários do Programa?
Foi considerada uma diversidade de técnicas de levantamentos de dados compatível com a complexidade da realidade socioambiental, econômica, política e cultural a ser apreendida com o diagnóstico?
O período de realização do diagnóstico foi compatível com a metodologia participativa e com a extensão da área foco do Programa?
A carga horária utilizada para a realização do diagnóstico foi compatível com a metodologia participativa e com a extensão da área foco do Programa?
O levantamento e caracterização dos problemas e conflitos das localidades abrangidas pela área do Programa foram realizados com a participação dos grupos sociais abrangidos pela área do Programa?
O levantamento e caracterização das potencialidades das localidades abrangidas pela área do Programa foram realizados com a participação dos grupos sociais abrangidos pela área do Programa?
O levantamento e a priorização das demandas dos grupos sociais, abrangidos pela área do Programa, foram realizados a partir dos problemas, conflitos, riscos e potencialidades identificados?
O levantamento e caracterização dos problemas, conflitos, riscos e potencialidades das localidades abrangidas pela área do Programa foram realizados em âmbito local e regional,

extrapolando a realidade das comunidades alvo do Programa?

Foi realizado o inventário dos Programas e Projetos de Educação Ambiental implementados e/ou em execução na região?

Foi elaborada a descrição geral sobre os principais aspectos socioeconômicos e político-institucionais dos municípios que serão alvo do Programa?

Foi realizado o levantamento das formas associativas existentes e do grau de organização social em cada município ou região a ser atendida pelo Programa?\*

Houve a definição e a caracterização pertinentes dos grupos sociais que serão selecionados como sujeitos prioritários das ações educativas, a partir dos próprios resultados obtidos no diagnóstico?\*

Foi realizado o levantamento das relações de parceria e de oposição entre os grupos sociais e a relação de autonomia perante o poder municipal?\*

Houve a investigação sobre o nível e forma de participação dos grupos sociais a serem atingidos pelo Programa?

Há a descrição básica sobre como os grupos sociais a serem atingidos pelo Programa se relacionam com o meio ambiente e as questões socioambientais que os afetam?

Há descrição sobre suas representações sociais, hábitos e práticas sociais relacionadas ao meio ambiente?\*

Os sujeitos selecionados/ envolvidos na estruturação do Programa são representativos, tendo em vista os beneficiários a serem atendidos?

Houve o levantamento das características sociais, econômicas e culturais básicas dos grupos sociais envolvidos, visando a definição do conteúdo e da linguagem do Programa, entre outros aspectos?

Houve a utilização da Avaliação dos resultados dos Programas e Projetos de Educação Ambiental implementados na região (caso haja outros Programas), com vistas a um possível aproveitamento de seus resultados e de lições aprendidas?

Houve o levantamento de políticas públicas relacionadas às questões socioambientais e das possíveis articulações e interfaces com os Programas de EA a serem estruturados?

\*Fonte: FURNASa, 2008

### Comentários

--

### Tabela para Atribuição de Valor Síntese

Percentual de Qualidade do Diagnóstico			
0% a 39%	40% a 69%	70% a 100%	Valor
<p>O diagnóstico não foi realizado. Ou o diagnóstico foi realizado de forma expedita, assistemática, com pouca profundidade nos dados levantados e/ou com conclusões insuficientes, considerando as necessidades de insumos para o Planejamento do Programa.</p> <p>O diagnóstico foi realizado com pouca ou nenhuma participação das comunidades da área alvo do Programa.</p> <p>As conclusões não permitiram identificar os atores sociais envolvidos e as demandas socioambientais da região, e/ou os sujeitos prioritários das ações educativas.</p> <p>As conclusões resultam de levantamentos poucos representativos da realidade.</p> <p>O diagnóstico favorece parcialmente a definição de etapas do Programa de EA eficazes.</p> <p>O diagnóstico possibilita o planejamento do Programa de EA pouco articulado às políticas públicas, programas e projetos afins ao Programa de EA.</p>	<p>O diagnóstico foi realizado de forma planejada e sistemática – como uma etapa prevista no Programa.</p> <p>Há início de uso de metodologia participativa.</p> <p>As conclusões não permitiram ou permitiram parcialmente identificar adequadamente os atores sociais envolvidos e as demandas socioambientais da região, e/ou os sujeitos prioritários das ações educativas.</p> <p>Os dados levantados e/ou as conclusões elaboradas não expressam a coerência entre a proposição de etapas e projetos para o Programa de EA e as demandas dos diferentes grupos sociais, articuladas aos problemas, conflitos, riscos e/ou potencialidades locais.</p> <p>As conclusões resultam de levantamentos poucos representativos da realidade.</p> <p>O diagnóstico favorece parcialmente a definição de etapas do Programa eficazes.</p> <p>O diagnóstico possibilita o planejamento do Programa de EA mediamente articulado às políticas públicas, programas e projetos afins ao Programa de EA.</p>	<p>O diagnóstico foi realizado de forma planejada e sistemática – como uma etapa prevista no Programa.</p> <p>A metodologia participativa é adotada de forma consistente.</p> <p>As conclusões permitiram identificar os atores sociais envolvidos e as demandas socioambientais da região, e os sujeitos prioritários das ações educativas.</p> <p>Os dados levantados e/ou as conclusões elaboradas expressam a coerência entre a proposição de etapas e projetos para o Programa de EA e as demandas dos diferentes grupos sociais, articuladas aos problemas, conflitos, riscos e/ou potencialidades locais.</p> <p>As conclusões resultam de levantamentos representativos da realidade.</p> <p>O diagnóstico favorece a definição de etapas do Programa eficazes.</p> <p>O diagnóstico possibilita o planejamento do Programa de EA de modo altamente articulado às políticas públicas, programas e projetos afins ao Programa de EA.</p>	

### **Objetivo Específico**

Permitir a produção e a sistematização do conhecimento produzido no âmbito do Programa de EA

### **Indicador 10**

Atendimento às necessidades de Material técnico-pedagógico e de apoio para e em cada fase do Programa (diagnóstico/planejamento; implementação - processos educativos formativos; processos educativos de promoção, divulgação e/ou acompanhamento da discussão pública de temas /conteúdos do Programa; e/ou processos educativos voltados para a elaboração, implementação e avaliação de projetos coletivos de EA - acompanhamento/avaliação do Programa de EA).

### **Descrição**

Este indicador visa medir a existência de material técnico-pedagógico para dar suporte à sistematização e produção do conhecimento nas diversas etapas do Programa, facilitando a sua execução. Tais materiais têm como função sistematizar o conhecimento produzido; propiciar a construção do conhecimento por parte dos sujeitos que participam do Programa; registrar o conhecimento produzido pelos sujeitos que participam do Programa para propiciar o aprendizado de outros sujeitos; e/ou propiciar a memória do Programa. São exemplos de materiais educativos cartilha, livro, apostila, jogo, blog/site, arquivo *Power Point*, filme, entre outros.

### **Critérios e Indicativos para Avaliação**

#### **Atendimento às Necessidades de Material Técnico-pedagógico e de Apoio para e em Cada Fase do Programa**

Foi elaborado, se pertinente, material educativo para registrar e sistematizar os conhecimentos produzidos no âmbito do diagnóstico sobre os grupos sociais e a região alvo do Programa, bem como socializar os conhecimentos produzidos para outros grupos sociais? Foram produzidos materiais para atender a outras demandas locais?

Foi elaborado, se pertinente, material educativo para apoiar o processo formativo visando a construção ativa do conhecimento por parte dos sujeitos participantes do Programa? Foi elaborado, se pertinente, material educativo para registrar e sistematizar o conhecimento elaborado por parte dos sujeitos participantes do Programa? Foram produzidos materiais para atender a outras demandas locais?

Foi elaborado, se pertinente, material educativo para apoiar o processo formativo visando a construção ativa do conhecimento por parte dos sujeitos participantes do Programa? Foi elaborado, se pertinente, material educativo para registrar e sistematizar o conhecimento elaborado por parte dos sujeitos participantes do Programa? Foram produzidos materiais para atender a outras demandas locais?

Foi elaborado, se pertinente, material educativo para apoiar o processo educativo de apoio, promoção, divulgação e/ou acompanhamento da discussão pública de temas /conteúdos do Programa, visando registrar as vivências e achados dos sujeitos participantes do Programa? Foi elaborado, se pertinente, material educativo para socializar o saber sistematizado relativo à discussão pública de temas /conteúdos do Programa e propiciar a construção do conhecimento por parte dos sujeitos participantes do Programa?

Foi elaborado, se pertinente, material educativo para apoiar o processo educativo voltado para a elaboração, implementação e avaliação de projetos coletivos de EA, visando registrar as vivências e achados dos sujeitos participantes dos projetos coletivos de EA? Foi elaborado, se pertinente, material educativo para socializar o saber sistematizado relativo à elaboração, implementação e avaliação de projetos coletivos de EA e propiciar a construção do conhecimento por parte dos sujeitos participantes do Programa? Foi elaborado, se pertinente, material educativo para registrar a memória dos projetos coletivos de EA, incluindo as suas fases, a metodologia de construção e os resultados obtidos?

Foi elaborado, se pertinente, material de apoio para orientar, organizar e facilitar o processo de acompanhamento e avaliação do Programa em todas as suas etapas?

**Comentários**

--

**Tabela para Atribuição de Valor Síntese**

<b>Percentual de Atendimento às Necessidades de Material Técnico-pedagógico e de Apoio para e em Cada Fase do Programa</b>			
<b>0% a 39%</b>	<b>40% a 69%</b>	<b>70% a 100%</b>	<b>Valor</b>
As necessidades de produção de material pedagógico e de apoio para e em cada fase do Programa não foram atendidas ou quase não foram atendidas.	As necessidades de produção de material pedagógico e de apoio para e em cada fase do Programa foram mediamente atendidas.	As necessidades de produção de material pedagógico e de apoio para e em cada fase do Programa foram quase ou totalmente atendidas.	

**Indicador 11**

Participação dos beneficiários do Programa na elaboração dos materiais técnico-pedagógicos e de apoio às etapas do Programa

**Descrição**

Este indicador visa medir a participação dos beneficiários do Programa na elaboração de material técnico-pedagógico e de apoio para dar suporte à sistematização e produção do conhecimento nas diversas etapas do programa. Para efeito de avaliação, materiais elaborados com a participação dos beneficiários significam que são planejados, redigidos, ilustrados e/ou produzidos pelos beneficiários, com ou sem a atuação da equipe executora do Programa. Materiais elaborados sem a participação dos beneficiários significam que são planejados, redigidos, ilustrados e produzidos pela equipe executora do Programa. Incluem-se também os materiais educativos adquiridos e que, portanto, não foram elaborados especificamente para o Programa.

**Critérios e Indicativos para Avaliação****Participação dos beneficiários na elaboração dos materiais técnico-pedagógico e de apoio às etapas do Programa**

Foi elaborado, se pertinente, material educativo para registrar e sistematizar os conhecimentos produzidos no âmbito do diagnóstico sobre os grupos sociais e a região de influência do Programa, bem como socializar os conhecimentos produzidos para outros grupos sociais com a participação dos sujeitos do Programa? Foram produzidos materiais para atender a outras demandas locais com a participação dos sujeitos do Programa?

Foi elaborado, se pertinente, material educativo para apoiar o processo formativo visando a construção ativa do conhecimento por parte dos sujeitos do Programa com a sua participação? Foi elaborado, se pertinente, material educativo para registrar e sistematizar o conhecimento elaborado por parte dos sujeitos do Programa com a sua participação? Foram produzidos materiais para atender a outras demandas locais com a participação dos sujeitos do Programa?

Foram elaborados, se pertinente, materiais educativos para apoiar o processo formativo visando a construção ativa do conhecimento por parte dos sujeitos do Programa com a sua participação? Foram elaborados, se pertinente, materiais educativos para registrar e sistematizar o conhecimento elaborado por parte dos sujeitos do Programa com a sua participação? Foram produzidos materiais para atender a outras demandas locais com a participação dos sujeitos do Programa?

Foram elaborados, se pertinente, materiais educativos para apoiar o processo educativo para registro, promoção, divulgação e/ou acompanhamento da discussão pública de temas/conteúdos do Programa, visando registrar as vivências e conclusões dos sujeitos com a sua participação nas ações educativas? Foram elaborados, se pertinente, materiais educativos para socializar o saber sistematizado relativo à discussão pública de temas /conteúdos do Programa e propiciar a construção do conhecimento por parte dos sujeitos participantes do Programa com a sua atuação?

Foram elaborados, se pertinente, materiais educativos para apoiar o processo educativo voltado para a elaboração, implementação e avaliação de projetos coletivos de EA, visando registrar as vivências e achados dos sujeitos participantes dos projetos coletivos de EA com a sua atuação? Foram elaborados, se pertinente, materiais educativos para socializar o saber sistematizado relativo à elaboração, implementação e avaliação de projetos coletivos de EA e propiciar a construção do conhecimento por parte dos sujeitos participantes do Programa com a sua atuação? Foram elaborados, se pertinente, materiais educativos para registrar a memória dos projetos coletivos de EA, incluindo as suas fases, a metodologia de construção e os resultados obtidos com a atuação dos sujeitos participantes?

### Comentários

O avaliador deverá analisar a participação dos beneficiários na produção dos materiais, como esta ocorreu e as conseqüências para o alcance dos objetivos do Programa. A ausência de participação dos beneficiários também deve ser verificada, incluindo a explicitação das causas e efeitos envolvidos neste fato. A participação dos beneficiários implica na concepção do material, na definição dos seus conteúdos e na sua produção.

--

**Tabela para Atribuição de Valor Síntese**

Percentual de Participação dos beneficiários do Programa na elaboração dos materiais técnico-pedagógico e de apoio às etapas do Programa			
0% a 39%	40% a 69%	70% a 100%	Valor
<p>Nenhum ou quase nenhum material foi elaborado com a participação dos beneficiários.</p> <p>A quase ausência de participação dos beneficiários não auxiliou a aprendizagem significativa dos conteúdos em questão, uma vez que o registro dos saberes trabalhados na ação educacional não foi realizado pelos próprios participantes do Programa.</p> <p>A apresentação de materiais “prontos” no Programa tendeu a não reforçar os valores de organização do grupo, colaboração e autonomia.</p>	<p>Alguns materiais foram elaborados com a participação dos beneficiários.</p> <p>A participação dos beneficiários na elaboração de alguns materiais educativos tendeu a favorecer a aprendizagem significativa dos conteúdos em questão, uma vez que o registro dos saberes trabalhados na ação educacional foi realizado pelos próprios participantes do Programa.</p> <p>A participação dos beneficiários do Programa na elaboração de alguns materiais despertou o interesse para o exercício da organização do grupo, da colaboração e da autonomia.</p>	<p>Todos os materiais foram elaborados com a participação dos beneficiários. Ou quase todos os materiais foram elaborados com a participação dos beneficiários.</p> <p>A participação dos beneficiários na elaboração de quase todos os materiais educativos tendeu a favorecer a construção de competências, uma vez que o registro dos saberes trabalhados na ação educacional foi realizado pelos próprios participantes do Programa.</p> <p>A participação dos beneficiários do Programa na elaboração de quase todos os materiais propiciou oportunidades para o exercício da organização do grupo, da colaboração e da autonomia.</p>	

**Indicador 12**

Qualidade dos materiais técnico-pedagógicos e de apoio às etapas do Programa

**Descrição**

Este indicador visa medir a qualidade dos materiais técnico-pedagógico e de apoio às etapas do Programa, considerando a sua articulação com os critérios conceituais e metodológicos de Planejamento e realização do Programa de EA.

**Critérios e Indicativos para Avaliação**

<b>Qualidade dos materiais técnico-pedagógico e de apoio às etapas do Programa</b>
O material é aberto e diversificado do ponto de vista da construção do conhecimento, favorecendo a capacidade dialógica, a horizontalidade das relações, a reflexão individual e a criatividade?
O material privilegia a capacidade de reflexão e argumentação, sem se limitar ao puro raciocínio lógico-formal, evitando a imposição de idéias, normas e regras de ação?
Existe coerência entre a proposta de EA, a qual busca um mundo transformador e equitativo e a estrutura do material – forma de organização, textos, conteúdos e ilustrações?
Existe coerência entre as práticas de sustentabilidade e a concepção, estrutura e matéria-prima utilizada para a produção do material?
O material valoriza o lúdico, quando pertinente?
O material é aberto, valorizando o conhecimento e a experiência dos sujeitos para a aquisição e produção de novos conhecimentos, diferentemente de uma postura de fornecimento vertical de informações?
O material propõe um processo de aprendizagem ligado ao cotidiano e ao saber vivenciado, valorizando saberes não necessariamente frutos da ciência e da tecnologia?
O material apresenta experiências realizadas no que diz respeito à busca coletiva de alternativas para a melhoria das condições de vida das populações, incluindo o fornecimento de informações que possam orientar outros grupos na identificação de soluções e experiências semelhantes?
O material possibilita a construção de novos valores, superando a concepção de mero fornecedor de informações?
O material abrange em organização textual os seguintes elementos: contextualização histórica e social do discurso; descrição da situação; reflexão sobre o problema e/ou conflito em questão; abordagem crítica e ampla de causas e efeitos no contexto da situação; busca de propostas de soluções.
Existe coerência entre o público alvo do material e a linguagem, temática e competências a serem construídas com o material?
A linguagem é simples e adequada sem resultar em simplificações errôneas de conceitos?
O material dialoga com o leitor sem impor de forma moralista e/ou autoritária medidas/soluções para a resolução de problemas e/ou conflitos?

O material discute o meio ambiente partir de uma concepção integradora e totalizante, superando a visão idealizada da “natureza”?

O material propicia a contextualização histórica, social e política das questões socioambientais, evitando uma visão parcial e/ou fragmentada da realidade?

O material estimula a reflexão individual, a organização coletiva e a articulação dos grupos com o poder público na busca de soluções para problemas e/ou conflitos socioambientais, visando a melhoria da qualidade de vida de todos?

Considerando os objetivos do material, este aborda, se pertinente, a legislação ambiental e o SISNAMA de modo a potencializar a participação e o controle social?

O material valoriza a ação política coletiva para a solução das questões socioambientais, superando a visão de que a ação individual torna-se suficiente para resolver os problemas e conflitos socioambientais? A participação comunitária é estimulada?

O material relaciona a crise ambiental à “condição humana”, discutindo os aspectos sociais, econômicos e políticos determinantes da ação do sujeito no mundo? Supera a visão de que a degradação ambiental ocorre em função da “natureza humana” egoísta e destruidora? Supera a visão de que a solução para os problemas de degradação ambiental consistiria apenas em uma questão de decisão pessoal?

O material trabalha de forma ampla a solução para os problemas e conflitos ambientais posicionando a responsabilidades do individuo enquanto cidadão; da sociedade civil e do Estado? O material insere a participação e o controle social como instrumentos mediadores das relações entre estas esferas?

O material supera o “otimismo ingênuo” e o “pessimismo imobilizante” no trato das questões ambientais, estimulando a participação comunitária nas reflexões e ações voltadas para a resolução de problemas e conflitos ambientais? O material propõe a mobilização em vez da apatia e do imobilismo?

O material reconhece a diversidade, cooperação e a equidade como valores, evitando preconceitos e estereótipos do tipo racial, étnico, de gênero e de classe em textos e ilustrações?

Os textos e ilustrações incentivam a cooperação e a equidade entre pessoas de gêneros, cores, religiões e grupos sociais diferentes?

Fonte: Adaptado TRAJBER, R. e MANZOCHI, L. H., 1996

### **Comentários**

--

### **Tabela para Atribuição de Valor Síntese**

<b>Percentual de Qualidade dos Materiais Técnico-pedagógico e de Apoio às Etapas do Programa</b>
--

0% a 39%	40% a 69%	70% a 100%	<b>Valor</b>
<p>O material mostra-se essencialmente conservador, considerando a sua estrutura, textos e/ou ilustrações.</p> <p>O material possui quase nenhum ou nenhum texto e ilustração com traços de um material educativo crítico.</p> <p>O material reforça um processo educativo tradicional.</p> <p>O material pauta-se no fornecimento de informações, com pouco estímulo à reflexão e à participação individual e coletiva nas questões socioambientais.</p> <p>Trata-se de um material fechado. Tem caráter meramente informativo, sem que proponha a interação com o leitor e sua atuação como co-autor do material.</p>	<p>O material mostra-se majoritariamente conservador, considerando a sua estrutura, textos e/ou ilustrações.</p> <p>No entanto, possui alguns textos e ilustrações com traços de um material educativo crítico.</p> <p>O material para dar apoio a um processo educativo crítico necessita de ser trabalhado pelo educador de uma forma a superar suas lacunas</p> <p>Também em alguns trechos estimula a reflexão e a participação individual e coletiva nas questões socioambientais. Há ênfase na ação individual para a solução das questões socioambientais.</p> <p>Sua estrutura ainda mostra-se fechada, porém em alguns trechos possui características de um material aberto. Tem caráter meramente informativo. Em alguns momentos propõe a interação com o leitor e sua atuação como co-autor do material.</p>	<p>O material mostra-se essencialmente transformador, considerando a sua estrutura, textos e/ou ilustrações.</p> <p>O material possui quase todos ou todos os textos e ilustrações com traços de um material educativo crítico.</p> <p>O material pode dar suporte à implementação de um processo educativo crítico.</p> <p>Estimula a reflexão e a participação individual e coletiva nas questões socioambientais.</p> <p>Trata-se de um material aberto, criativo e diversificado. Tem caráter informativo e reflexivo. Em quase todos os momentos ou em todos os momentos propõe a interação com o leitor e sua atuação como co-autor do material.</p>	

**Objetivo Geral**

Obter a Melhoria do Desempenho Econômico-Financeiro

**Objetivo Específico**

Melhorar a viabilidade econômico-financeira

**Indicador 13**

Cumprimento do cronograma físico-financeiro do Programa

**Descrição**

Este indicador visa verificar o cumprimento das etapas previstas do Programa, com suas metas de execução, em articulação com a efetuação dos desembolsos financeiros previstos. Deverá ser calculado o percentual de cumprimento do cronograma físico-financeiro do Programa como um todo.

**Critérios e Indicativos para Avaliação**

<b>Cumprimento do cronograma físico-financeiro do Programa</b>
Qual o percentual de cumprimento do cronograma físico-financeiro do Programa como um todo?
Que fatores influenciaram o cumprimento do cronograma físico-financeiro do Programa?
Que fatores influenciaram o não cumprimento do cronograma físico-financeiro do Programa?
Em que medida o percentual de cumprimento do cronograma físico-financeiro influenciou o alcance dos objetivos do Programa? Em que medida o percentual de cumprimento do cronograma físico-financeiro influenciou a taxa custo/benefício do Programa?

**Comentários**

O avaliador deve registrar em seus comentários as causas e efeitos do não cumprimento do cronograma físico-financeiro do Programa, caso este não tenha sido cumprido conforme o previsto. Da mesma forma que deve indicar também os fatores que favoreceram o cumprimento do cronograma físico-financeiro do Programa. Deve buscar relacionar o grau de cumprimento do cronograma físico-financeiro com o alcance dos objetivos do Programa.

--

**Tabela para Atribuição de Valor Síntese**

<b>Percentual de cumprimento do cronograma físico-financeiro do Programa</b>			
<b>0% a 39%</b>	<b>40% a 69%</b>	<b>70% a 100%</b>	<b>Valor</b>
O percentual de realização do cronograma físico-financeiro comprometeu o alcance dos objetivos do Programa, bem como interferiu na taxa custo/benefício.	O percentual de realização do cronograma físico-financeiro tendeu a interferir no alcance dos objetivos do Programa.	O percentual de realização do cronograma físico-financeiro tendeu a favorecer o alcance dos objetivos do Programa.  Este percentual não interferiu na taxa custo/benefício prevista.	

**Indicador 14**

Redução do custo global para a instituição promotora e para a sociedade

**Descrição**

Considerando a diretriz geral de avaliação do Programa – a Equidade – a qual visa a distribuição justa e igualitária dos benefícios do Programa, faz-se necessário avaliar o uso eficiente dos recursos, visando a otimização dos custos. Este indicador assume maior relevância à medida que trata de recursos públicos ou privados destinados à aplicação na sociedade para fins públicos. Busca-se com este indicador verificar o custo global com o Programa estimando e o realizado, analisando-se o percentual de redução.

**Critérios e Indicativos para Avaliação**

<b>Redução do custo global para a instituição promotora e para a sociedade</b>		
Custo global previsto	Custo global realizado	Percentual de Redução

**Comentários**

--

**Tabela para Atribuição de Valor Síntese**

<b>Percentual de Redução do custo global para a instituição promotora e para a sociedade</b>			
0% a 39%	40% a 69%	70% a 100%	Valor
Ou o percentual de redução do custo global do Programa está na faixa de 1% a 10% (inclusive), indicando a busca pela maior eficiência no uso dos recursos.	O percentual de redução do custo global do Programa está na faixa de 11% a 25% (inclusive), indicando não só a busca pela maior eficiência, como a obtenção de resultados significativos.  Tais resultados tendem a refletir a adoção de medidas de controle, ações de redução de gastos e/ou ajustes no orçamento.	O percentual de redução do custo global do Programa está acima de 25%, indicando não só a busca pela maior eficiência, como a obtenção de resultados significativos  Tais resultados tendem a refletir a implementação de medidas de controle, ações de redução de gastos e/ou a oportunidades de otimização de recursos, por exemplo, o estabelecimento de parcerias obtidas ao longo da execução	

O percentual de redução do custo global do Programa é de 0%, pois não houve redução ou houve aumento no custo realizado do Programa.		do Programa.	
--	--	--------------	--

**Indicador 15**

Maximização da taxa custo/benefício

**Descrição**

Este indicador visa medir a maximização da taxa custo/benefício. Neste caso, considerando a realidade dos Programas Governamentais de EA, aplica-se a fórmula onde o benefício pode ser expresso por unidades não-monetárias de acordo com os objetivos últimos do Programa e os custos do programa devem ser expressos em unidades monetárias. (TENÓRIO, 1995) O benefício deve ser extraído do conjunto de metas do Programa, destacando-se a mais global, da mesma forma que se deve aplicar na fórmula o custo global do Programa. Entende-se por custo global aqueles realizados com as fases de diagnóstico, planejamento, implementação e avaliação ao longo da existência do Programa de Educação ambiental. A análise comparativa deve verificar a taxa custo/benefício prevista no planejamento do Programa e a taxa realizada após sua implementação. Pode ter foco específico na redução de custos; na maximização de benefícios ou na maximização da relação custo/benefício.

**Critérios e Indicativos para Avaliação**

<b>Cálculo da Variação Percentual de Maximização da Taxa Custo/benefício</b>					
Meta global do Programa		Taxa Custo/benefício prevista	Meta global do Programa realizada	Taxa Custo/benefício realizada	<b>Variação percentual de maximização da taxa custo/benefício</b>
Custo Global do Programa estimado			Custo Global do Programa realizado		

**Comentários**

O avaliador deve analisar a variação percentual de maximização da taxa custo/benefício, indicando as possíveis causas no contexto do Programa.

--

**Tabela para Atribuição de Valor Síntese**

<b>Percentual de maximização da taxa custo/benefício</b>			
0% a 39%	40% a 69%	70% a 100%	<b>Valor</b>
Com a implementação do Programa houve uma variação percentual entre 1% e 10% (inclusive) na direção da maximização da taxa custo/benefício, considerando a taxa	Com a implementação do Programa houve uma variação percentual entre	Com a implementação do Programa houve uma variação percentual acima de	

<p>inicial prevista.</p> <p>O percentual de maximização da taxa custo/benefício do Programa é de 0%, pois não houve redução nos custos e/ou nem aumento no benefício.</p>	<p>11% e 25% (inclusive) na direção da maximização da taxa custo/benefício, considerando a taxa inicial prevista.</p>	<p>25% na direção da maximização da taxa custo/benefício, considerando a taxa inicial prevista.</p>	
---	---	---	--

**Diretriz Específica**

Eficácia

**Objetivo Geral**

Promover a satisfação do beneficiário

**Objetivo Específico**

Propiciar a satisfação do beneficiário com o programa

**Indicador 16**

Satisfação dos beneficiários com o Programa

**Descrição**

Em se tratando de um Programa de Educação Ambiental, este indicador visa medir o percentual de satisfação dos beneficiários em relação aos bens e serviços ofertados pelo Programa. Avalia a percepção do usuário em relação à qualidade do atendimento e dos benefícios que está obtendo. Mede também a aceitação social do Programa. Cumpre ressaltar que este indicador ao medir a satisfação do beneficiário não analisa os resultados e impactos propriamente ditos do Programa. Atua na análise das percepções, significados e interpretações dos fenômenos envolvidos com a implementação do Programa segundo a ótica dos beneficiários.

**Critérios e Indicativos para Avaliação****Satisfação dos beneficiários com o Programa**

O Programa assegura canais de comunicação diretos entre a equipe coordenadora e executora do Programa e os usuários, a fim de aferir o grau de satisfação destes últimos e estimular a apresentação de sugestões?

Há registros sobre a percepção dos beneficiários sobre a qualidade do atendimento e dos benefícios que estão obtendo com o Programa? A percepção dos beneficiários é identificada por meio de levantamentos sistemáticos, incluindo instrumentos de coleta de informações adequados? A coleta de informações abrange os critérios abaixo listados?

- Qual o nível de satisfação global dos usuários com o Programa?

- Qual o nível de satisfação específico dos usuários em relação a:

- a relevância social do Programa?

- os benefícios obtidos com o Programa?

- os impactos causados pelo Programa e sua capacidade de alavancar mudanças sociais?

- adequação e adaptação do Programa as necessidades e interesses dos beneficiários (o beneficiário percebe-se como “incluído” no Programa)?
- as condições de acesso aos bens e serviços fornecidos pelo Programa?
- a oportunidade, acessibilidade, precisão e continuidade na entrega dos bens e serviços fornecidos pelo Programa?
- a extensão dos benefícios pelas comunidades?
- a linguagem utilizada no Programa (o quanto a linguagem utilizada propicia a inclusão e o engajamento dos usuários)?
- a qualidade do atendimento (comodidade e cortesia do atendimento e nas relações interpessoais estabelecidas, por exemplo, educador ambiental e usuário)?
- a comunicação da equipe coordenadora e executora do Programa com os beneficiários?
- a capacidade de resposta rápida e direta aos usuários?
- a possibilidade de participação efetiva no Programa?
- a sua participação no Programa?
- a sua capacidade e interesse de envolver outros indivíduos no Programa por perceberem a sua relevância social?
- a qualidade (requisitos do usuário), forma, período e tempo de realização do Programa?
- a qualidade da atuação da equipe coordenadora e executora do Programa (inclui os facilitadores – educadores ambientais)?

Adaptado: SILVA, 2002 e SILVA e COSTA, 2002

### **Comentários**

**Tabela para Atribuição de Valor Síntese**

<b>Percentual de Satisfação dos beneficiários com o Programa</b>			
<b>0% a 39%</b>	<b>40% a 69%</b>	<b>70% a 100%</b>	<b>Valor</b>
<p>O nível global de satisfação dos beneficiários está entre 0% e 39% (inclusive).</p> <p>Poucos índices específicos de satisfação dos beneficiários estão acima de 70%.</p> <p>Diante dos índices de satisfação alcançados, parece que o Programa não atendeu ou pouco atendeu as necessidades dos beneficiários. Os beneficiários tenderam a não perceber a qualidade e resultados do Programa. Provavelmente aspectos na forma, qualidade de sua operacionalização e entrega de benefícios comprometeram a satisfação dos beneficiários</p>	<p>O nível global de satisfação dos beneficiários está entre 40% e 70% (inclusive).</p> <p>Alguns índices específicos de satisfação dos beneficiários estão acima de 70%, incluindo os resultados relativos à percepção dos beneficiários sobre a relevância social do Programa e/ou os benefícios obtidos com o Programa.</p> <p>Diante dos índices de satisfação alcançados, parece que o Programa atendeu parcialmente as necessidades dos beneficiários. Embora a relevância social do Programa e/ou os benefícios obtidos tenham sido percebidos, provavelmente aspectos na forma e qualidade de sua operacionalização comprometeram a satisfação dos beneficiários.</p>	<p>O nível global de satisfação dos beneficiários está acima de 70%.</p> <p>A maioria dos índices específicos de satisfação dos beneficiários está acima de 70%, incluindo os resultados relativos à percepção dos beneficiários sobre a relevância social do Programa, os benefícios obtidos com o Programa e os impactos causados pelo Programa e sua capacidade de alavancar mudanças sociais.</p> <p>Diante dos índices de satisfação alcançados, parece que o Programa atendeu as necessidades dos beneficiários, os quais tenderam a se apropriar do Programa, percebendo-o como “seu”.</p>	

**Objetivo Geral**

Contribuir para a construção de uma sociedade culturalmente diversa

**Objetivo Específico**

Promover a construção de competências

**Indicador 17**

Construção de competências voltadas para a participação e controle social na gestão ambiental

**Descrição**

Em se tratando de um Programa de Educação Ambiental, este indicador visa medir o percentual de construção das competências relativas à intervenção qualificada do sujeito na sua realidade socioambiental. Pressupõe a análise pelo avaliador dos resultados da aprendizagem dos participantes, tendo em vista as competências definidas pelo Programa e as competências de referência listadas abaixo. Neste indicador, mede-se o quanto o Programa foi capaz de promover as competências dos indivíduos em provocar mudanças sociais no que diz respeito à diminuição das pressões sobre os recursos naturais e à melhoria da qualidade de vida de todos, por meio da mobilização, organização e participação social.

**Critérios e Indicativos para Avaliação****Construção de competências voltadas para a participação e controle social na Gestão Ambiental**

Estão explicitadas as competências a serem desenvolvidas com a implementação do Programa?

O Programa promove a construção das competências necessárias à preparação dos sujeitos para atuarem na gestão ambiental, conforme as competências de referência listadas abaixo e as demais competências indicadas no planejamento do Programa?

Há a avaliação da construção das competências de forma sistemática a fim de verificar o alcance dos seus objetivos de aprendizagem do Programa?

O programa propicia a construção das competências abaixo listadas (competências de referência)?

1. Identificar e implementar soluções abrangentes, transversais e estruturantes para os riscos, problemas e/ou conflitos socioambientais da região, alinhadas ao desenvolvimento social sustentável, à geração de trabalho e renda e às políticas públicas de modo a otimizar recursos, integrar ações e potencializar resultados, por meio da participação e do controle social
2. Planejar e atuar em projetos de intervenção na realidade como uma das estratégias para a solução de riscos, problemas e/ou conflitos socioambientais, considerando a cultura local, o desenvolvimento social sustentável e a geração de trabalho e renda, articulando-os às políticas públicas existentes, de modo a otimizar recursos, integrar ações e potencializar resultados, por meio da participação e do controle social, considerando:

3. Identificar as potencialidades, riscos, problemas e/ou conflitos socioambientais da região à luz dos interesses contraditórios inerentes a uma sociedade estruturada segundo o modo de produção capitalista
4. Analisar criticamente a realidade socioambiental local (potencialidades, riscos, conflitos e/ou problemas socioambientais) com base na dialética e na complexidade, considerando a sua interdependência com a realidade regional e global
5. Utilizar a legislação ambiental, a estrutura do SISNAMA (Sistema Nacional de Meio Ambiente), SNUC (Sistema Nacional de Unidades de Conservação), SINGREH (Sistema Nacional de Gerenciamento dos Recursos Hídricos), as políticas públicas, os programas e os projetos no âmbito da gestão ambiental para identificar e implementar cursos de ação em Educação Ambiental
6. Analisar as possibilidades de ação individual e coletiva considerando o seu impacto para o processo de mudança social, incluindo os aspectos técnico-científicos, políticos, culturais, econômicos, entre outros
7. Incentivar e implementar iniciativas que valorizem a relação entre cultura e meio ambiente, assim como a interação entre os saberes populares e os conhecimentos técnico-científicos na busca e implementação de soluções para riscos, problemas e/ou conflitos socioambientais
8. Identificar e implementar alternativas e cursos de ação em Educação Ambiental alinhando valores, hábitos e atitudes aos objetivos de melhoria das condições de vida das populações no âmbito individual
9. Identificar e implementar alternativas e de cursos de ação em Educação Ambiental, alinhando valores, práticas, políticas e diretrizes das instituições aos objetivos de melhoria das condições de vida das populações no âmbito individual e coletivo
10. Identificar e implementar alternativas e de cursos de ação em Educação Ambiental, alinhando valores, práticas, hábitos e costumes das comunidades aos objetivos de melhoria das condições de vida das populações no âmbito individual e coletivo
11. Atuar no controle e na participação social por meio do uso de canais existentes ou da criação de novos, visando a melhoria das condições de vida das populações, por meio da solução de riscos, problemas e/ou conflitos socioambientais
12. Atuar na criação de espaços de debate sobre as realidades locais para o desenvolvimento de mecanismos de articulação social, fortalecendo as práticas comunitárias sustentáveis e garantindo a participação da população nos processos decisórios sobre a gestão dos recursos ambientais.
13. Participar na criação, fortalecimento e/ou sustentação de grupos organizados (comunitários, profissionais, institucionais, associações, cooperativas, comitês, entre outros) que atuam em programas de intervenção em educação ambiental
14. Estabelecer em conjunto com a comunidade critérios para a aprovação de projetos de educação para sociedades sustentáveis, discutindo prioridades sociais junto às agências financiadoras e/ou órgãos públicos pertinentes
15. Elaborar alternativas e cursos de ação em Educação Ambiental, considerando as Políticas Públicas como um dos instrumentos de mediação das relações indivíduo, sociedade civil e Estado, visando a melhoria das condições de vida das populações

16. Identificar e implementar cursos de ação que culminem na criação de novas políticas públicas ou alteração ou ampliação no escopo de políticas públicas existentes, viabilizando o acesso a direitos que redundem na melhoria da qualidade de vida de todos
17. Elaborar cursos de ação voltados para a inclusão das questões ambientais nas agendas dos segmentos públicos e privados dos estados e municípios.
18. Participar de forma crítica nas decisões da vida pública e nas atividades de EA realizadas pelos grupos organizados, considerando a responsabilidade individual e coletiva pela solução dos riscos, problemas e ou conflitos socioambientais

### Comentários

--

### Tabela para Atribuição de Valor Síntese

<b>Percentual de construção de competências voltadas para a participação e controle social na gestão ambiental</b>			
0% a 39%	40% a 69%	70% a 100%	<b>Valor</b>
<p>Nenhuma competência foi construída com a execução do Programa. Ou poucas competências voltadas para a conservação do meio ambiente foram construídas, considerando-se a ação individual e coletiva para a redução das pressões sobre os recursos naturais. O Programa tem somente foco na mudança cultural*.</p> <p>Quase nenhuma competência foi construída considerando-se a intervenção dos indivíduos por meio de projetos comunitários. Algumas competências foram construídas considerando-se a intervenção dos indivíduos com foco em alteração nos hábitos cotidianos e poucas por meio de projetos de intervenção na realidade das instituições.</p>	<p>Algumas competências voltadas para a conservação do meio ambiente foram construídas, considerando basicamente a ação individual e coletiva para a redução das pressões sobre os recursos naturais. O Programa tem foco prioritariamente na mudança cultural.</p> <p>Poucas competências foram construídas considerando-se a intervenção dos indivíduos por meio de projetos comunitários. O indivíduo é capaz de planejar projetos de intervenção na realidade visando a conservação do meio ambiente com foco na mudança da realidade das instituições.</p>	<p>A maioria das competências voltadas para a conservação do meio ambiente foi construída, considerando a ação individual e coletiva para a redução das pressões sobre os recursos naturais e a melhoria da qualidade de vida da população com foco na mudança social*.</p> <p>A maioria das competências foi construída considerando-se a intervenção dos indivíduos por meio de projetos comunitários.</p>	

<p>A formação dos participantes contempla a sua preparação para agir basicamente de forma individual sobre uma realidade, na maioria das vezes distante e genérica, com riscos, problemas e/ou conflitos socioambientais.</p> <p>O Programa pode preparar os indivíduos para disseminar informações sobre meio ambiente.</p> <p>Quase nenhuma competência voltada para a participação e o controle social na gestão ambiental pública foi construída, considerando-se a organização e a atuação social necessárias à solução de riscos, problemas/conflitos socioambientais.</p> <p>Quase nenhuma competência foi construída considerando-se o exercício da cidadania e atuação dos indivíduos na esfera das políticas públicas.</p> <p>Não há dados suficientes para se avaliar os resultados de aprendizagem do Programa, considerando as competências que devem ser construídas.</p>	<p>A formação dos participantes contempla a sua preparação para analisar e agir de forma contextualizada sobre uma realidade com riscos, problemas e/ou conflitos socioambientais.</p> <p>A sua formação contempla a preparação para disseminar informações sobre meio ambiente.</p> <p>Poucas competências voltadas para a participação e o controle social na gestão ambiental pública foram construídas, considerando-se a organização e a atuação social necessárias à solução de riscos, problemas e/ou conflitos socioambientais.</p> <p>Poucas competências foram construídas considerando-se principalmente o exercício da cidadania e atuação dos indivíduos na esfera das políticas públicas.</p> <p>Há dados parcialmente suficientes para se avaliar os resultados de aprendizagem do Programa, considerando as competências que devem ser construídas.</p>	<p>A formação dos participantes contempla a sua preparação para analisar e agir de forma abrangente sobre uma realidade complexa e contraditória com riscos, problemas e/ou conflitos socioambientais. O indivíduo é capaz de relacionar projetos e ações de intervenção a Políticas públicas.</p> <p>A sua formação contempla a preparação para disseminar informações sobre meio ambiente.</p> <p>A formação dos participantes abrange a preparação do sujeito para atuar na gestão ambiental por meio da participação e do controle social. A maioria das competências voltadas para a participação e o controle social na gestão ambiental pública foi construída, considerando-se a organização e a atuação social necessárias à solução de riscos, problemas, e/ou conflitos socioambientais.</p> <p>A maioria das competências foi construída considerando-se principalmente o exercício da cidadania e a atuação dos indivíduos na esfera das políticas públicas. O exercício da cidadania contempla a criação de direitos no que tange à gestão ambiental para os demais cidadãos.</p> <p>Há dados suficientes para se avaliar os resultados de aprendizagem do Programa, considerando as competências que devem ser construídas.</p>
---	---	--

\*Fonte: LAYRARGUES In LOUREIRO, C. F. B., LAYRARGUES, P. P. e CASTRO, R. S., 2006

**Objetivo Específico**

Favorecer a preservação do legado cultural

**Indicador 18**

Atendimento às necessidades de preservação do legado cultural e fortalecimento da identidade cultural local dos grupos sociais

**Descrição**

Em se tratando de um Programa de Educação Ambiental, este indicador visa medir o percentual de atendimento às necessidades de desenvolvimento de espaços pedagógicos voltados para a valorização do reconhecimento das diversidades e da pluralidade cultural, considerando a preservação do legado cultural dos grupos sociais atendidos pelo Programa. Este deve propiciar o reconhecimento e a incorporação do legado cultural fundante do grupo participante, considerando que identidade cultural e emancipação andam juntas. (PEREIRA, 2009) Para Demo (1996 APUD IDEM), a “cultura comunitária é a parteira da participação.” (p. 183) O Programa de Educação Ambiental deve levar os participantes a refletirem criticamente sobre os valores interiorizados e impostos por culturas consideradas superiores, desvelando sua cultura e sua identidade local. O fortalecimento da cultura local, do valor de reconhecimento do plural e do diverso são elementos indispensáveis à formação de cidadãos capazes de se comprometerem com projetos de construção de sociedades sustentáveis. Ainda Demo (IDEM, p. 183) nos indica que “a comunidade somente reconhecerá como seu aquele projeto que (...) é capaz de revestir-se de traços culturais do grupo.”

**Critérios e Indicativos para Avaliação**

<b>Percentual de Atendimento às necessidades de preservação do legado cultural e fortalecimento da identidade cultural dos grupos sociais</b>
O Programa de Educação ambiental contempla atividades de fomento e/ou resgate da identidade cultural dos grupos sociais atingidos pelo Programa de modo a contribuir para a sua coesão, sabendo-se que tal coesão favorece um maior grau de autonomia e participação nas ações sociais, políticas e econômicas?
O Programa de Educação Ambiental promove em suas etapas e no processo educativo atividades conceituais relacionadas à identificação, resgate, valorização e disseminação da cultura local, visando a preservação do legado cultural e o reconhecimento da pluralidade e da diversidade cultural da região?
O Programa de Educação Ambiental promove em suas etapas e no processo educativo atividades vivenciais relacionadas à identificação, resgate, valorização e disseminação da cultura local, visando a preservação do legado cultural e o reconhecimento da pluralidade e diversidade cultural da região?
O Programa de Educação Ambiental trabalha no processo educativo uma visão da história dos diversos grupos sociais, visando favorecer o reconhecimento e o respeito à pluralidade e às diversidades culturais locais, evitando os enfoques etnocêntricos?
O Programa desenvolve atividades para a (re)construção da(s) história(s) dos grupos sociais participantes e para o fortalecimento de sua(s) identidade(s)?
O reconhecimento da diversidade e pluralidade cultural é praticado ao longo do Programa de Educação Ambiental, evitando-se posições etnocêntricas em relação a saberes, práticas e valores socioculturais?
O Programa de Educação Ambiental, se pertinente, promove um diálogo sobre o processo de industrialização, urbanização e massificação da cultura e o seu impacto na cultura local com suas tradições e costumes?

O Programa de Educação Ambiental promove um diálogo entre as práticas sociais afetas à cultura local com suas tradições e costumes, e sua relação com a sustentabilidade socioambiental da região?

A condução do Programa de Educação Ambiental contempla o respeito ao contexto cultural dos participantes, suas vivências, necessidades e motivações, dando voz e autoria para estes ao longo da estruturação e execução do Programa?

O Programa de Educação Ambiental promove a construção do conhecimento a partir dos diversos saberes produzidos pelos sujeitos do Programa?

São desenvolvidas atividades no Programa de Educação Ambiental para possibilitar a socialização dos bens culturais com os participantes - co-gestores, fruidores e principais destinatários de tais bens culturais?\*

O Programa leva o participante a pensar e a questionar a situação atual de seu grupo social através da reflexão sobre seu passado, pois o legado cultural constitui-se em um meio para se construir a relação entre identidade e comunidade local?\*

\*Fonte adaptada; FARIA, N. D. M. de; WOORTMANN, E. F. A Educação Patrimonial como elemento de socialização para jovens em situação de risco. **Revista Hospitalidade**. São Paulo, v. VI, n. 2, p. 49-72, jun.- dez. 2009.

### Comentários

--

### Tabela para Atribuição de Valor Síntese

Percentual de Atendimento às necessidades de preservação do legado cultural e fortalecimento da identidade cultural dos grupos sociais			
0% a 39%	40% a 69%	70% a 100%	Valor
O valor “reconhecimento e o respeito à pluralidade e à diversidade individual e cultural” é praticado em poucos momentos do Programa e se traduz em poucas decisões e ações concretas – atividades educativas e eventos, com foco conceitual -, com a finalidade de resgatar, reconhecer e valorizar a diversidade cultural e fortalecer a identidade cultural dos grupos sociais.	O valor “reconhecimento e o respeito à pluralidade e à diversidade individual e cultural” é praticado em alguns momentos do Programa e se traduz em algumas decisões e ações concretas – atividades educativas e eventos, incluindo poucas vivências-, com a finalidade de resgatar, reconhecer e valorizar a diversidade cultural e fortalecer a identidade cultural dos grupos sociais.	O valor “reconhecimento e o respeito à pluralidade e à diversidade individual e cultural” é praticado continuamente ao longo do Programa e se traduz em decisões e ações concretas – atividades educativas e eventos, incluindo vivências -, com a finalidade de resgatar, reconhecer e valorizar a diversidade cultural e fortalecer a identidade cultural dos grupos sociais.	

<p>O resgate, reconhecimento e valorização da diversidade cultural e fortalecimento da identidade cultural dos grupos sociais é trabalhado no Programa de forma conceitual, apresentando-os como objetivos e/ou princípios da Educação ambiental. Ou seja, tende a não serem desenvolvidas atividades vivenciais ligadas à preservação do legado cultural.</p> <p>A conduta do facilitador, as metodologias adotadas, a seleção dos participantes do Programa não evidenciam necessariamente alinhamento com o valor “reconhecimento e o respeito à pluralidade e à diversidade individual e cultural”. Ou seja, há pouca coerência entre teoria e prática.</p> <p>São desenvolvidas, na sua quase totalidade, atividades conceituais para resgate e valorização da cultura local, estimulando a reflexão sobre o fortalecimento da identidade cultural dos grupos.</p> <p>Não há evidências de que o Programa possibilite a vivência dos sentimentos de identidade individual e coletiva a partir das atividades desenvolvidas. Logo, não há evidências também de que o trabalho realizado em torno da preservação do legado cultural no Programa favoreça o engajamento dos sujeitos na busca de soluções para problemas, riscos, conflitos socioambientais, a partir do fortalecimento da sua identidade cultural.</p> <p>O Programa de Educação Ambiental dá voz e autoria para os sujeitos participantes em poucos momentos e etapas, valorizando sua identidade cultural. Não há evidências de que as atividades desenvolvidas em torno da preservação do legado cultural e do fortalecimento da identidade cultural do grupo contribua para prepará-los para o exercício da organização e da participação social.</p>	<p>A conduta do facilitador, as metodologias adotadas, a seleção dos participantes do Programa ainda não consistem em um todo orgânico em relação ao valor “reconhecimento e o respeito à pluralidade e à diversidade individual e cultural”. Ou seja, não há total coerência entre teoria e prática.</p> <p>São desenvolvidas intencionalmente, na sua maioria, atividades conceituais para resgate e valorização da cultura local, estimulando a reflexão sobre o fortalecimento da identidade cultural dos grupos.</p> <p>Não há evidências de que o Programa possibilite a vivência dos sentimentos de identidade individual e coletiva a partir das atividades desenvolvidas. Logo, não há evidências também de que o trabalho realizado em torno da preservação do legado cultural no Programa favoreça o engajamento dos sujeitos na busca de soluções para problemas, riscos, conflitos socioambientais, a partir do fortalecimento da sua identidade cultural.</p> <p>O Programa de Educação Ambiental dá voz e autoria para os sujeitos participantes em alguns momentos e etapas, valorizando sua identidade cultural. Não há evidências de que as atividades desenvolvidas em torno da preservação do legado cultural e do fortalecimento da identidade cultural do grupo contribua para prepará-los para o exercício da organização e da participação social.</p>	<p>A conduta do facilitador, as metodologias adotadas, a seleção dos participantes do Programa refletem o valor “reconhecimento e o respeito à pluralidade e à diversidade individual e cultural” em ação.</p> <p>O sentimento de identidade individual e coletiva é vivenciado e experimentado no Programa de Educação ambiental por meio de diversas atividades e práticas planejadas e sistematizadas.</p> <p>São desenvolvidas intencionalmente, na sua maioria, atividades vivenciais para resgate e valorização da cultura local, estimulando o fortalecimento da identidade cultural dos grupos de modo a favorecer o engajamento dos sujeitos na busca de soluções para problemas, riscos, conflitos socioambientais, visando a melhoria da qualidade de vida de todos e todas.</p> <p>O Programa de Educação Ambiental foi planejado e executado intencionalmente de modo a dar voz e autoria para os sujeitos participantes, valorizando sua identidade cultural, de modo a prepará-los para o exercício da organização e da participação social.</p>
--	--	---

Ou o Programa de Educação ambiental não trabalha com as questões afetas à preservação do legado cultural, valorização da cultura local e fortalecimento da identidade cultural dos grupos sociais.			
--	--	--	--

**Indicador 19**

Projetos coletivos de Educação Ambiental que incorporam a cultura local

**Descrição**

Este indicador visa medir a internalização do valor “Reconhecimento da pluralidade e diversidade cultural” propiciada pelo Programa de Educação Ambiental, buscando evidenciar a implementação de ações por parte dos participantes voltadas para a valorização da cultura local, preservação do legado cultural e fortalecimento da identidade cultural local dos grupos sociais envolvidos. Desta forma, busca medir o percentual dos Projetos coletivos de Educação Ambiental construídos pelos participantes, os quais se constituem formas de intervenção na realidade, visando transformá-la, que incorporam ações alinhadas à valorização da cultura local e preservação do legado cultural.

**Critérios e Indicativos para Avaliação****Percentual de Projetos coletivos de Educação Ambiental que incorporam a cultura local**

Os Projetos coletivos de Educação Ambiental foram planejados e implementados com o objetivo de valorizar a cultura local, preservar o legado cultural e promover o reconhecimento da pluralidade e diversidade cultural por meio de atividades planejadas e sistemáticas?

Os Projetos coletivos de Educação Ambiental ao mobilizarem mais participantes (além daqueles que inicialmente participaram do Programa) respeitaram o seu contexto cultural, suas vivências, necessidades e motivações, dando voz e autoria para estes ao longo do Projeto, considerando a forma de planejar, conduzir e avaliar o Projeto?

No Projeto, as práticas sociais - expressão da cultura local - foram consideradas na busca de soluções para os conflitos, riscos e problemas socioambientais da região?

O Projeto ao propor soluções para os conflitos, riscos e problemas socioambientais da região considerou os saberes dos diversos grupos sociais envolvidos, evitando posições etnocêntricas?

As atividades desenvolvidas no âmbito dos projetos visando a busca de soluções para os conflitos, riscos e problemas socioambientais da região favoreceram a identidade comunitária – expressões de cultura própria, de criatividade comunitária e de memória histórica?

O Projeto enquanto instrumento para proposição e implementação de formas de intervenção organizadas visando a solução de conflitos, riscos e problemas socioambientais da região expressa o valor “reconhecimento e o respeito à pluralidade e à diversidade individual e cultural” em ação?

**Comentários**

**Tabela para Atribuição de Valor Síntese**

<b>Percentual de Projetos coletivos de Educação Ambiental que incorporam a cultura local</b>			
<b>0% a 39%</b>	<b>40% a 69%</b>	<b>70% a 100%</b>	<b>Valor</b>
<p>O percentual de Projetos coletivos no âmbito do Programa de Educação Ambiental, planejados e implementados com o objetivo de valorizar a cultura local, preservar o legado cultural e promover o reconhecimento da pluralidade e diversidade cultural por meio de atividades planejadas e sistemáticas está abaixo de 35%.</p> <p>O percentual de Projetos coletivos no âmbito do Programa de Educação Ambiental que adotaram práticas concretas para dar voz e autoria aos participantes incluídos (além daqueles que inicialmente participaram do Programa) respeitando o seu contexto cultural, suas vivências, necessidades e motivações está entre 0% e 34%(inclusive).</p> <p>O percentual de Projetos que consideraram as práticas sociais - expressão da cultura local - na busca de soluções para os conflitos, riscos e problemas socioambientais da região está entre 0% e 34%(inclusive).</p> <p>O percentual de Projetos que consideraram, ao propor soluções para os conflitos, riscos e/ou problemas socioambientais da região, os saberes dos diversos grupos sociais envolvidos, evitando posições etnocêntricas, está entre 0% e 34%(inclusive).</p> <p>O percentual de Projetos que expressaram por meio de ações e decisões o valor “reconhecimento e respeito à pluralidade e à diversidade individual e cultural” em ação está entre 0% e 34%(inclusive).</p> <p>O percentual de Projetos que incorporaram ações</p>	<p>O percentual de Projetos coletivos no âmbito do Programa de Educação Ambiental, planejados e implementados com o objetivo de valorizar a cultura local, preservar o legado cultural e promover o reconhecimento da pluralidade e diversidade cultural por meio de atividades planejadas e sistemáticas está entre 35% e 65% (inclusive).</p> <p>O percentual de Projetos coletivos no âmbito do Programa de Educação Ambiental que adotaram práticas concretas para dar voz e autoria aos participantes incluídos (além daqueles que inicialmente participaram do Programa) respeitando o seu contexto cultural, suas vivências, necessidades e motivações está entre 35% e 64%(inclusive).</p> <p>O percentual de Projetos que consideraram as práticas sociais - expressão da cultura local - na busca de soluções para os conflitos, riscos e problemas socioambientais da região está entre 35% e 64%(inclusive).</p> <p>O percentual de Projetos que consideraram, ao propor soluções para os conflitos, riscos e/ou problemas socioambientais da região, os saberes dos diversos grupos sociais envolvidos, evitando posições etnocêntricas, está entre 35% e 64%(inclusive).</p> <p>O percentual de Projetos que expressaram por meio de ações e decisões o valor “reconhecimento e respeito à pluralidade e à diversidade individual e cultural” em ação está entre 35% e 64%(inclusive).</p> <p>O percentual de Projetos que incorporaram ações</p>	<p>O percentual de Projetos coletivos no âmbito do Programa de Educação Ambiental, planejados e implementados com o objetivo de valorizar a cultura local, preservar o legado cultural e promover o reconhecimento da pluralidade e diversidade cultural por meio de atividades planejadas e sistemáticas está acima de 65%.</p> <p>O percentual de Projetos coletivos no âmbito do Programa de Educação Ambiental que adotaram práticas concretas para dar voz e autoria aos participantes incluídos (além daqueles que inicialmente participaram do Programa) respeitando o seu contexto cultural, suas vivências, necessidades e motivações está acima de 65%.</p> <p>O percentual de Projetos que consideraram as práticas sociais - expressão da cultura local - na busca de soluções para os conflitos, riscos e problemas socioambientais da região está acima de 65%.</p> <p>O percentual de Projetos que consideraram, ao propor soluções para os conflitos, riscos e/ou problemas socioambientais da região, os saberes dos diversos grupos sociais envolvidos, evitando posições etnocêntricas, está acima de 65%.</p> <p>O percentual de Projetos que expressaram por meio de ações e decisões o valor “reconhecimento e respeito à pluralidade e à diversidade individual e cultural” em ação está acima de 65%.</p> <p>O percentual de Projetos que incorporaram ações</p>	

<p>específicas para preservação do legado cultural está entre 0% e 19%(inclusive).</p> <p>Os participantes dos Projetos parecem ter uma atitude favorável em relação à necessidade de “reconhecimento e respeito à pluralidade e à diversidade individual e cultural” e a “preservação do legado cultural”. Não há, no entanto, evidências da internalização destes valores.</p>	<p>específicas para preservação do legado cultural está entre 20% e 44%(inclusive).</p> <p>O “reconhecimento e respeito à pluralidade e à diversidade individual e cultural” e a “preservação do legado cultural” parecem ser valorizados pelos participantes dos Projetos, podendo evidenciar a internalização de tais valores.</p>	<p>específicas para preservação do legado cultural está acima de 45%.</p> <p>Os valores “reconhecimento e respeito à pluralidade e à diversidade individual e cultural” e “preservação do legado cultural” parecem estar, de modo geral, internalizados nos participantes dos Projetos, caracterizando suas ações.</p>	
--	--	--	--

**Objetivo Específico**

Promover a democratização das informações socioambientais afetas ao Programa

**Indicador 20**

Beneficiários diretos do Programa que receberam os materiais educativos produzidos

**Descrição**

Este indicador visa medir o percentual de Beneficiários diretos do Programa que receberam os materiais educativos produzidos, pois o recebimento dos materiais pelos sujeitos tende a favorecer a socialização do saber sistematizado e o registro das memórias do Programa. São considerados os beneficiários diretos aqueles que foram os sujeitos prioritários do Programa e que participaram inicialmente, desde a sua estruturação até sua finalização. Os sujeitos que ingressaram no Programa por meio de um desdobramento de suas ações são considerados beneficiários indiretos. Por exemplo, um Programa de Educação Ambiental voltado para líderes comunitários de uma determinada localidade tem neste público os beneficiários diretos. Já os demais sujeitos da comunidade envolvidos nos projetos desenvolvidos pelos primeiros são considerados beneficiários indiretos.

**Critérios e Indicativos para Avaliação**

<b>Percentual de Beneficiários diretos do Programa que receberam os materiais educativos produzidos</b>
Do número de beneficiários diretos, quantos receberam os materiais produzidos, considerando as necessidades de socialização do saber sistematizado e registro das memórias do Programa?
Do número de beneficiários diretos, quantos receberam os materiais produzidos, considerando cada fase do Programa?
Os materiais produzidos em cada fase do Programa foram distribuídos igualmente para os beneficiários diretos, considerando critérios consistentes?
Caso todos beneficiários diretos não tenham recebido os materiais, os critérios adotados para a distribuição otimizada foram adequados, como, por exemplo, o uso compartilhado?
Caso nem todos os beneficiários diretos tenham recebido os materiais, a priorização realizada comprometeu o alcance dos objetivos do Programa?

**Comentários**

--

**Tabela para Atribuição de Valor Síntese**

<b>Percentual de Beneficiários diretos do Programa que receberam os materiais educativos produzidos</b>			
0% a 39%	40% a 69%	70% a 100%	<b>Valor</b>
Nem todos os beneficiários receberam os materiais	Nem todos os beneficiários receberam os	O percentual de beneficiários diretos que receberam os	

<p>produzidos. Os critérios de priorização adotados estão pouco adequados e praticamente não são justificáveis.</p> <p>Neste caso, alguns dos beneficiários diretos tiveram acesso aos materiais, ou seja, foram atingidos pela distribuição do material de alguma forma.</p> <p>O percentual de beneficiários diretos que receberam os materiais educativos produzidos está entre 1% a 39%, considerando o grau de adequação dos critérios de distribuição priorizada.</p> <p>Deve-se considerar a relação custo/benefício entre minimizar a socialização do saber sistematizado pela redução do número de beneficiários a receber os materiais educativos e a redução de custos com a distribuição otimizada dos materiais.</p> <p>A priorização realizada na distribuição dos materiais tendeu a interferir no alcance do objetivo do Programa de democratização das informações sobre meio ambiente.</p> <p>O percentual de 0% corresponde a não distribuição dos materiais educativos produzidos ou a não produção de materiais educativos para apoiar a socialização do saber sistematizado e o registro da memória do Programa.</p>	<p>materiais produzidos. Os critérios de priorização adotados estão mediamente adequados e podem ser mediamente justificados.</p> <p>Neste caso, a maioria dos beneficiários diretos teve acesso aos materiais, ou seja, foram atingidos pela distribuição do material de alguma forma.</p> <p>O percentual de beneficiários diretos que receberam os materiais educativos produzidos está entre 40% a 69%, considerando o grau de adequação dos critérios de distribuição priorizada.</p> <p>Deve-se considerar a relação custo/benefício entre minimizar a socialização do saber sistematizado pela redução do número de beneficiários a receber os materiais educativos e a redução de custos com a distribuição otimizada dos materiais.</p> <p>A priorização realizada na distribuição dos materiais pode ter interferido no alcance do objetivo do Programa de democratização das informações sobre meio ambiente.</p>	<p>materiais educativos produzidos é de 100%. Pois todos os beneficiários diretos receberam os materiais educativos do Programa. Cada tipo de material educativo produzido em cada fase do Programa foi distribuído para todos os beneficiários diretos.</p> <p>Ou nem todos os beneficiários receberam os materiais produzidos, porém os critérios de priorização adotados estão adequados e facilmente justificáveis.</p> <p>Neste caso, todos os beneficiários diretos tiveram acesso aos materiais, ou seja, foram atingidos pela distribuição do material de alguma forma. Por exemplo, a estratégia de uso compartilhado foi adotada com sucesso.</p> <p>Neste caso, o percentual de beneficiários diretos que receberam os materiais educativos produzidos está entre 70% a 99%, considerando o grau de adequação dos critérios para a distribuição priorizada.</p> <p>Deve-se considerar a relação custo/benefício entre minimizar a socialização do saber sistematizado pela redução do número de beneficiários a receber os materiais educativos e a redução de custos com a distribuição otimizada dos materiais.</p> <p>A priorização realizada na distribuição dos materiais não comprometeu o alcance do objetivo do Programa de democratização das informações sobre meio ambiente.</p>	
--	--	--	--

**Indicador 21**

Beneficiários indiretos do Programa que receberam os materiais educativos produzidos

**Descrição**

Este indicador visa medir o percentual de Beneficiários indiretos do Programa que receberam os materiais educativos produzidos, pois o recebimento dos materiais pelos sujeitos tende a favorecer a socialização do saber sistematizado e o registro das memórias do Programa.

**Critérios e Indicativos para Avaliação**

<b>Percentual de Beneficiários indiretos do Programa que receberam os materiais educativos produzidos</b>
Do número de beneficiários indiretos, quantos receberam os materiais produzidos, considerando as necessidades de socialização do saber sistematizado e registro das memórias do Programa?
Do número de beneficiários indiretos, quantos receberam os materiais produzidos, considerando cada fase do Programa?
Os materiais produzidos em cada fase do Programa foram distribuídos igualmente para os beneficiários diretos, considerando critérios consistentes?
Caso todos os beneficiários indiretos não tenham recebido os materiais, os critérios adotados para a distribuição otimizada foram adequados, como, por exemplo, o uso compartilhado?
Caso nem todos os beneficiários indiretos tenham recebido os materiais, a priorização realizada comprometeu o alcance dos objetivos do Programa?

**Comentários**

--

**Tabela para Atribuição de Valor Síntese**

<b>Percentual de Beneficiários indiretos do Programa que receberam os materiais educativos produzidos</b>			
0% a 39%	40% a 69%	70% a 100%	<b>Valor</b>
Nem todos os beneficiários indiretos receberam os materiais produzidos. Os critérios de priorização adotados estão pouco adequados e praticamente não são justificáveis.	Nem todos os beneficiários indiretos receberam os materiais produzidos. Neste caso, a maioria dos beneficiários indiretos teve acesso aos materiais, ou	O percentual de beneficiários indiretos que receberam os materiais educativos produzidos é de 100%. Cada tipo de material educativo produzido em cada fase do Programa foi distribuído para todos os beneficiários indiretos.	

<p>Neste caso, alguns dos beneficiários indiretos tiveram acesso aos materiais, ou seja, foram atingidos pela distribuição do material de alguma forma.</p> <p>O percentual de beneficiários indiretos que receberam os materiais educativos produzidos está entre 1% a 39%, considerando o grau de adequação dos critérios de distribuição priorizada.</p> <p>Deve-se considerar a relação custo/benefício entre minimizar a socialização do saber sistematizado pela redução do número de beneficiários a receber os materiais educativos e a redução de custos com a distribuição otimizada dos materiais.</p> <p>A priorização realizada na distribuição dos materiais tendeu a interferir no alcance do objetivo do Programa de democratização das informações sobre meio ambiente.</p> <p>O percentual de 0% corresponde a não distribuição dos materiais educativos produzidos ou a não produção de materiais educativos para apoiar a socialização do saber sistematizado e o registro da memória do Programa.</p>	<p>seja, foram atingidos pela distribuição do material de alguma forma.</p> <p>Os critérios de priorização adotados estão mediamente adequados e podem ser mediamente justificados.</p> <p>O percentual de beneficiários indiretos que receberam os materiais educativos produzidos está entre 40% a 69%, considerando o grau de adequação dos critérios de distribuição priorizada.</p> <p>Deve-se considerar a relação custo/benefício entre minimizar a socialização do saber sistematizado pela redução do número de beneficiários a receber os materiais educativos e a redução de custos com a distribuição otimizada dos materiais.</p> <p>A priorização realizada na distribuição dos materiais pode ter interferido no alcance do objetivo do Programa de democratização das informações sobre meio ambiente.</p>	<p>Ou nem todos os beneficiários indiretos receberam os materiais produzidos, porém os critérios de priorização adotados estão adequados e facilmente justificáveis. Neste caso, todos os beneficiários indiretos tiveram acesso aos materiais, ou seja, foram atingidos pela distribuição do material de alguma forma. Por exemplo, a estratégia de uso compartilhado foi adotada com sucesso.</p> <p>Neste caso, o percentual de beneficiários indiretos que receberam os materiais educativos produzidos está entre 70% a 99%, considerando o grau de adequação dos critérios para a distribuição priorizada.</p> <p>Deve-se considerar a relação custo/benefício entre minimizar a socialização do saber sistematizado pela redução do número de beneficiários a receber os materiais educativos e a redução de custos com a distribuição otimizada dos materiais.</p> <p>A priorização realizada na distribuição dos materiais não comprometeu o alcance do objetivo do Programa de democratização das informações sobre meio ambiente.</p>	
--	--	--	--

**Indicador 22**

Realização de eventos/cursos de disseminação das informações sobre as questões socioambientais afetas aos sujeitos abrangidos pelo Programa no âmbito dos Projetos coletivos de Educação Ambiental

**Descrição**

Este indicador visa medir o percentual de realização de eventos/cursos de disseminação das informações sobre as questões socioambientais afetas aos sujeitos abrangidos pelo Programa no âmbito dos Projetos Coletivos de EA. Considera-se que um Programa de Educação Ambiental para ter resultados abrangentes e efetivos deve contemplar o planejamento e acompanhamento da execução de Projetos Coletivos de Educação Ambiental. Deve contemplar o percentual de realização dos eventos/cursos de disseminação das informações sobre as questões socioambientais afetas aos sujeitos abrangidos pelo Programa no âmbito dos Projetos coletivos de Educação Ambiental planejados.

**Critérios e Indicativos para Avaliação**

<b>Realização de eventos/cursos de disseminação das informações sobre as questões socioambientais afetas aos sujeitos abrangidos pelo Programa no âmbito dos Projetos coletivos de Educação Ambiental</b>
Há registros sobre eventos/cursos de disseminação das informações sobre as questões socioambientais no âmbito dos Projetos coletivos de Educação Ambiental?
Há registros sobre o número previsto e realizado de eventos/cursos de disseminação das informações sobre as questões socioambientais afetas aos sujeitos abrangidos pelo Programa no âmbito dos Projetos coletivos de Educação Ambiental? Há registros sobre o percentual de realização de tais eventos?
Foram realizados eventos/cursos no âmbito dos Projetos coletivos de Educação Ambiental para disseminar as informações sobre as questões socioambientais para as comunidades, considerando os problemas, riscos e conflitos socioambientais da região?
Considerando a pertinência dos recursos (financeiros, materiais e humanos) alocados nos Projetos, os seus objetivos, sua estrutura e etapas, o número de eventos/cursos realizados foi adequado para disseminar as informações sobre as questões socioambientais afetas às comunidades, tendo em vista os problemas, riscos e conflitos socioambientais da região?
Considerando os objetivos dos Projetos, os eventos/cursos realizados foram relevantes para disseminar as informações sobre as questões socioambientais para as comunidades, tendo em vista a busca e implementação de soluções para os problemas, riscos e conflitos socioambientais da região?

**Comentários**

--

**Tabela para Atribuição de Valor Síntese**

<b>Percentual de Realização de eventos/cursos de disseminação das informações sobre as questões socioambientais afetas aos sujeitos abrangidos pelo Programa no âmbito dos Projetos coletivos de Educação Ambiental</b>			
0% a 39%	40% a 69%	70% a 100%	<b>Valor</b>

<p>Ou foram realizados eventos/cursos no âmbito dos Projetos coletivos de Educação Ambiental para disseminar as informações sobre as questões socioambientais para as comunidades, considerando os problemas, riscos e/ou conflitos socioambientais da região.</p> <p>Considerando os recursos (financeiros, materiais e humanos) alocados nos Projetos, os seus objetivos, sua estrutura e etapas, o número de eventos/cursos realizados foi inadequado ou pouco adequado para disseminar as informações sobre as questões socioambientais para as comunidades para as comunidades, tendo em vista a busca e implementação de soluções para os problemas, riscos e/ou conflitos socioambientais da região.</p> <p>Considerando os objetivos dos Projetos, quase todos ou todos os eventos/cursos realizados foram inadequados ou pouco adequados relevantes para disseminar as informações sobre as questões socioambientais para as comunidades para as comunidades, tendo em vista os problemas, riscos e conflitos socioambientais da região.</p> <p>Não foram realizados eventos/cursos no âmbito dos Projetos coletivos de Educação Ambiental.</p>	<p>Foram realizados eventos/cursos no âmbito dos Projetos coletivos de Educação Ambiental para disseminar as informações sobre as questões socioambientais para as comunidades, considerando os problemas, riscos e/ou conflitos socioambientais da região.</p> <p>Considerando os recursos (financeiros, materiais e humanos) alocados nos Projetos, os seus objetivos, sua estrutura e etapas, o número de eventos/cursos realizados foi mediantemente adequado para disseminar as informações sobre as questões socioambientais para as comunidades para as comunidades, tendo em vista a busca e implementação de soluções para os problemas, riscos e/ou conflitos socioambientais da região.</p> <p>Considerando os objetivos dos Projetos, quase todos ou todos os eventos/cursos realizados foram mediantemente relevantes para disseminar as informações sobre as questões socioambientais para as comunidades para as comunidades, tendo em vista os problemas, riscos e conflitos socioambientais da região.</p> <p>.</p>	<p>Foram realizados eventos/cursos no âmbito dos Projetos coletivos de Educação Ambiental para disseminar as informações sobre as questões socioambientais para as comunidades, considerando os problemas, riscos e/ou conflitos socioambientais da região.</p> <p>Considerando os recursos (financeiros, materiais e humanos) alocados nos Projetos, os seus objetivos, sua estrutura e etapas, o número de eventos/cursos realizados foi adequado para disseminar as informações sobre as questões socioambientais para as comunidades para as comunidades, tendo em vista a busca e implementação de soluções para os problemas, riscos e/ou conflitos socioambientais da região.</p> <p>Considerando os objetivos dos Projetos, quase todos ou todos os eventos/cursos realizados foram relevantes para disseminar as informações sobre as questões socioambientais para as comunidades para as comunidades, tendo em vista os problemas, riscos e conflitos socioambientais da região.</p>	
--	--	---	--

**Indicador 23**

Participantes dos eventos/cursos de disseminação das informações sobre as questões socioambientais afetas aos sujeitos abrangidos pelo Programa no âmbito dos Projetos coletivos de Educação Ambiental

**Descrição**

Este indicador visa medir, de modo geral, o percentual de participantes dos eventos/ cursos de disseminação das informações sobre meio ambiente no âmbito dos Projetos coletivos de EA, analisando especificamente o número de participantes por evento/curso; o percentual (%) de participantes do total previsto por evento/curso; o número total de participantes do conjunto de eventos/cursos; e o percentual de participantes do total previsto. Considera que o Programa de Educação Ambiental deve fomentar nos projetos coletivos de Educação Ambiental não só a realização de eventos/cursos, como também a participação dos beneficiários diretos e indiretos nestas ações de modo a favorecer o alcance dos objetivos do Programa e dos Projetos.

**Critérios e Indicativos para Avaliação****Participantes dos eventos/ cursos de disseminação das informações sobre as questões socioambientais afetas aos sujeitos abrangidos pelo Programa no âmbito dos Projetos coletivos de Educação Ambiental**

Foram devidamente registrados o número de participantes por evento/curso; o percentual (%) de participantes do total previsto por evento/curso; o número total de participantes do conjunto de eventos/cursos; e o percentual de participantes do total previsto?

A participação dos beneficiários diretos e indiretos nos eventos/cursos foi adequada em termos absolutos, considerando as metas e objetivos do Programa; as características e os desafios em termos de solução dos riscos, problemas e/ou conflitos da região?

A participação dos beneficiários diretos e indiretos nos eventos/cursos foi adequada em termos percentuais, considerando as metas e objetivos do Programa; as características e os desafios em termos de solução dos riscos, problemas e/ou conflitos da região?

Considerando as características da região, as metas e objetivos do Programa; a necessidade de envolvimento de um maior número possível de participantes na identificação de riscos, problemas e/ou conflitos da região a serem evitados, minimizados, solucionados e/ou mediados e na busca e implementação de soluções para estas questões socioambientais, a participação como um todo dos beneficiários diretos e indiretos nos eventos/cursos foi adequada?

**Comentários**

--

**Tabela para Atribuição de Valor Síntese**

<b>Percentual de Participantes dos eventos/ cursos de disseminação das informações sobre as questões socioambientais afetas aos sujeitos abrangidos pelo Programa no âmbito dos Projetos coletivos de Educação Ambiental</b>			
<b>0% a 39%</b>	<b>40% a 69%</b>	<b>70% a 100%</b>	<b>Valor</b>
<p>A participação dos beneficiários diretos e indiretos nos eventos/cursos foi pouco adequada ou inadequada em termos absolutos, considerando as metas e objetivos do Programa; as características e os desafios em termos de solução dos riscos, problemas e/ou conflitos da região.</p> <p>A participação dos beneficiários diretos e indiretos nos eventos/cursos foi pouco adequada ou inadequada em termos percentuais (previsto/realizado), considerando as metas e objetivos do Programa; as características e os desafios em termos de solução dos riscos, problemas e/ou conflitos da região.</p> <p>Considerando as características da região, as metas e objetivos do Programa; a necessidade de envolvimento de um maior número possível de participantes na identificação de riscos, problemas e/ou conflitos da região a serem evitados, minimizados, solucionados e/ou mediados, e na busca e implementação de soluções para estas questões socioambientais, a participação como um todo dos beneficiários diretos e indiretos nos eventos/cursos foi pouco adequada ou inadequada.</p>	<p>A participação dos beneficiários diretos e indiretos nos eventos/cursos foi mediantemente adequada em termos absolutos, considerando as metas e objetivos do Programa; as características e os desafios em termos de solução dos riscos, problemas e/ou conflitos da região.</p> <p>A participação dos beneficiários diretos e indiretos nos eventos/cursos foi mediantemente adequada em termos percentuais (previsto/realizado), considerando as metas e objetivos do Programa; as características e os desafios em termos de solução dos riscos, problemas e/ou conflitos da região.</p> <p>Considerando as características da região, as metas e objetivos do Programa; a necessidade de envolvimento de um maior número possível de participantes na identificação de riscos, problemas e/ou conflitos da região a serem evitados, minimizados, solucionados e/ou mediados, e na busca e implementação de soluções para estas questões socioambientais, a participação como um todo dos beneficiários diretos e indiretos nos eventos/cursos foi mediantemente adequada.</p>	<p>A participação dos beneficiários diretos e indiretos nos eventos/cursos foi adequada em termos absolutos, considerando as metas e objetivos do Programa; as características e os desafios em termos de solução dos riscos, problemas e/ou conflitos da região.</p> <p>A participação dos beneficiários diretos e indiretos nos eventos/cursos foi adequada em termos percentuais (previsto/realizado), considerando as metas e objetivos do Programa; as características e os desafios em termos de solução dos riscos, problemas e/ou conflitos da região.</p> <p>Considerando as características da região, as metas e objetivos do Programa; a necessidade de envolvimento de um maior número possível de participantes na identificação de riscos, problemas e/ou conflitos da região a serem evitados, minimizados, solucionados e/ou mediados, e na busca e implementação de soluções para estas questões socioambientais, a participação como um todo dos beneficiários diretos e indiretos nos eventos/cursos foi adequada.</p>	

**Indicador 24**

Participantes dos eventos/ cursos de disseminação das informações sobre as questões socioambientais no âmbito dos Projetos coletivos de Educação Ambiental por segmentos da sociedade

**Descrição**

Este indicador visa medir o percentual de participantes dos eventos/cursos de disseminação das informações sobre meio ambiente no âmbito dos Projetos coletivos de EA por segmentos da sociedade nos eventos. Sabendo-se que Programas de Educação Ambiental envolvem o debate e a busca de soluções para riscos, conflitos e/ou problemas socioambientais, faz-se necessário não só envolver o maior número possível de participantes, como também garantir a representatividade destes participantes à luz dos diversos segmentos da sociedade afetos às questões socioambientais em discussão.

**Critérios e Indicativos para Avaliação****Participantes dos eventos/ cursos de disseminação das informações sobre as questões socioambientais no âmbito dos Projetos coletivos de EA por segmentos da sociedade**

Foram devidamente registrados o número de participantes por eventocurso por segmento da sociedade e o número percentual (%) de participantes do total previsto por eventocurso por segmento da sociedade? Foi devidamente registrado o número total de participantes por segmento da sociedade e o total previsto de participantes por segmento da sociedade?

A participação dos beneficiários diretos e indiretos nos eventos/cursos foi adequada em termos absolutos por segmento da sociedade, considerando os objetivos do Programa; as características locais e os desafios em termos de solução dos riscos, problemas e/ou conflitos da região?

A participação dos beneficiários diretos e indiretos nos eventos/cursos foi adequada em termos percentuais por segmento da sociedade, considerando os objetivos do Programa; as características locais e os desafios em termos de solução dos riscos, problemas e/ou conflitos da região?

Considerando as características da região, as metas e objetivos do Programa; a necessidade de abrangência do maior número possível de segmentos da sociedade envolvidos na identificação de riscos, problemas e/ou conflitos da região a serem evitados, minimizados, solucionados e/ou mediados e na busca e implementação de soluções para estas questões socioambientais, a participação dos beneficiários diretos e indiretos nos eventos/cursos foi adequada?

**Comentários**

--

**Tabela para Atribuição de Valor Síntese****Percentual de participantes dos eventos/ cursos de disseminação das informações sobre as questões socioambientais no âmbito dos Projetos coletivos de EA por segmentos da sociedade**

0% a 39%	40% a 69%	70% a 100%	<b>Valor</b>
----------	-----------	------------	--------------

<p>A participação dos beneficiários diretos e indiretos nos eventos/cursos foi pouco adequada ou inadequada em termos absolutos por segmento da sociedade, considerando os objetivos do Programa; as características locais e os desafios em termos de solução dos riscos, problemas e/ou conflitos da região.</p> <p>A participação dos beneficiários diretos e indiretos nos eventos/cursos foi pouco adequada ou inadequada em termos percentuais (previsto/realizado) por segmento da sociedade, considerando os objetivos do Programa; as características locais e os desafios em termos de solução dos riscos, problemas e/ou conflitos da região.</p> <p>Houve poucos participantes por cada um dos poucos segmentos da sociedade representados nos eventos/cursos. Ou seja, alguns dos participantes estiveram presentes de alguns dos segmentos envolvidos.</p> <p>Considerando as características da região, as metas e objetivos do Programa; a necessidade de abrangência do maior número possível de segmentos da sociedade envolvidos na identificação de riscos, problemas e/ou conflitos da região a serem evitados, minimizados, solucionados e/ou mediados e na busca e implementação de soluções para estas questões socioambientais, a participação dos beneficiários diretos e indiretos nos eventos/cursos foi pouco representativa ou não foi representativa.</p>	<p>A participação dos beneficiários diretos e indiretos nos eventos/cursos foi mediamente adequada em termos absolutos por segmento da sociedade, considerando os objetivos do Programa; as características locais e os desafios em termos de solução dos riscos, problemas e/ou conflitos da região.</p> <p>A participação dos beneficiários diretos e indiretos nos eventos/cursos foi mediamente adequada em termos percentuais (previsto/realizado) por segmento da sociedade, considerando os objetivos do Programa; as características e os desafios em termos de solução dos riscos, problemas e/ou conflitos da região.</p> <p>A maioria dos participantes por segmento da sociedade ou a maioria dos segmentos da sociedade foi representado nos cursos/eventos; ou, ainda, a maioria dos participantes da maioria dos segmentos da sociedade foi representada nos eventos/cursos.</p> <p>Considerando as características da região, as metas e objetivos do Programa; a necessidade de abrangência do maior número possível de segmentos da sociedade envolvidos na identificação de riscos, problemas e/ou conflitos da região a serem evitados, minimizados, solucionados e/ou mediados e na busca e implementação de soluções para estas questões socioambientais, a participação dos beneficiários diretos e indiretos nos eventos/cursos foi mediamente representativa.</p>	<p>A participação dos beneficiários diretos e indiretos nos eventos/cursos foi adequada em termos absolutos por segmento da sociedade, considerando os objetivos do Programa; as características locais e os desafios em termos de solução dos riscos, problemas e/ou conflitos da região.</p> <p>A participação dos beneficiários diretos e indiretos nos eventos/cursos foi adequada em termos percentuais por segmento da sociedade, considerando os objetivos do Programa; as características locais e os desafios em termos de solução dos riscos, problemas e/ou conflitos da região.</p> <p>Houve um número adequado de participantes por segmento da sociedade e um número adequado de segmentos da sociedade representados nos cursos/eventos. Ou seja, quase todos os participantes estiveram presentes de quase todos os segmentos envolvidos.</p> <p>Considerando as características da região, as metas e objetivos do Programa; a necessidade de abrangência do maior número possível de segmentos da sociedade envolvidos na identificação de riscos, problemas e/ou conflitos da região a serem evitados, minimizados, solucionados e/ou mediados e na busca e implementação de soluções para estas questões socioambientais, a participação dos beneficiários diretos e indiretos nos eventos/cursos foi representativa.</p>	
--	--	---	--

**Indicador 25**

Disseminação de informações sobre as questões socioambientais afetas ao Programa, incluindo demais temáticas socioambientais pertinentes e informações sobre os Projetos coletivos de Educação Ambiental

**Descrição**

Este indicador visa medir o percentual de disseminação das informações as questões socioambientais afetas ao Programa, incluindo demais temáticas socioambientais pertinentes e informações sobre os Projetos coletivos de Educação Ambiental, considerando que os Programas de Educação Ambiental devem propiciar a sensibilização, mobilização e atuação dos sujeitos em torno das questões socioambientais tratadas via, entre outras formas, acesso às informações necessárias. O objetivo de democratização das informações sobre meio ambiente deve estar presente no Programa e deve se refletir nos Projetos Coletivos de Educação Ambiental construídos. Deve considerar os sujeitos como receptores e emissores das informações sobre meio ambiente.

**Critérios e Indicativos para Avaliação****Disseminação de informações sobre as questões socioambientais afetas ao Programa, incluindo demais temáticas socioambientais pertinentes e informações sobre os Projetos coletivos de Educação Ambiental**

Há o registro dos conteúdos veiculados nos meios de comunicação, como por exemplo, notícias, programas de TV e rádio durante a execução do Programa?

Há a veiculação de informações sobre as questões socioambientais afetas ao Programa, incluindo demais temáticas socioambientais pertinentes e informações sobre os Projetos coletivos de Educação Ambiental nos meios de comunicação para apoiar o processo de sensibilização, mobilização e atuação dos sujeitos em torno da busca de solução para os riscos, conflitos e/ou problemas socioambientais tratados no âmbito do Programa?

O Programa contempla a veiculação de informações de caráter educativo sobre as questões socioambientais afetas ao Programa, em linguagem acessível a todos, por intermédio dos meios de comunicação em geral?

Os Projetos coletivos de Educação Ambiental contemplam a veiculação de informações de caráter educativo sobre as questões socioambientais afetas ao Programa, em linguagem acessível a todos, por intermédio dos meios de comunicação em geral?

Os Projetos estimulam a produção de conteúdos sobre as questões socioambientais foco do Programa pelas comunidades para serem divulgados nos meios de comunicação?

O Programa, bem como os projetos coletivos de Educação Ambiental, fornecem os meios para que os sujeitos consigam veicular os programas gerados pelas comunidades locais?

O Programa possibilita que os meios de comunicação se tornem colaboradores ativos e permanentes na disseminação de informações e práticas educativas sobre meio ambiente?

Há, quando pertinente, estímulo e apoio à estruturação de veículos técnico-científicos para divulgação na área de educação ambiental das experiências e resultados obtidos com o Programa?

O Programa prevê a criação e a alimentação de repositórios de conhecimentos, por exemplo, bancos de dados, com informações sobre meio ambiente de modo geral, com as questões socioambientais da região, e com as ações desenvolvidas na área de educação ambiental, entre outras?

O Programa, bem como os projetos coletivos de Educação Ambiental, realiza a identificação e divulgação de experiências exitosas em educação ambiental como forma de estimular o engajamento e a mobilização social?

O Programa por meio de ações na área de comunicação possibilita transformações de modo que os meios de comunicação se comprometam com os interesses de todos os setores da sociedade?

Fonte: Adaptado MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE, 2006a e Tratado das Sociedades Sustentáveis e Responsabilidade Global, 1992

### Comentários

**Tabela para Atribuição de Valor Síntese**

Percentual de Disseminação de informações sobre as questões socioambientais afetas ao Programa, incluindo demais temáticas socioambientais pertinentes e informações sobre os Projetos coletivos de Educação Ambiental			
0% a 39%	40% a 69%	70% a 100%	Valor
<p>O Programa contempla ações na área de comunicação de modo a apoiar o processo de sensibilização, mobilização e atuação dos sujeitos em torno da busca de solução para os riscos, conflitos e/ou problemas socioambientais tratados durante a sua execução, sem que houvesse um planejamento destas ações na sua concepção.</p> <p>A comunicação contemplada no Programa inclui o uso dos meios de comunicação para divulgar os conteúdos sobre as questões socioambientais afetas ao Programa nos meios de comunicação. No entanto, poucas informações necessárias à busca de soluções pelas comunidades tendo em vista os <b>riscos, conflitos e/ou problemas tratados no âmbito do Programa são veiculadas.</b></p> <p>A veiculação das informações ocorre em linguagem acessível a todos, por intermédio dos meios de comunicação em geral em algumas</p>	<p>O Programa contempla, de forma <b>planejada</b>, ações na área de comunicação de modo a apoiar o processo de sensibilização, mobilização e atuação dos sujeitos em torno da busca de solução para os riscos, conflitos e/ou problemas socioambientais tratados no âmbito do Programa.</p> <p>A comunicação contemplada no Programa inclui o uso dos meios de comunicação para divulgar os conteúdos sobre as questões socioambientais afetas ao Programa nos meios de comunicação. No entanto, somente algumas informações necessárias à busca de soluções pelas comunidades tendo em vista os <b>riscos, conflitos e/ou problemas tratados no âmbito do Programa são veiculadas.</b></p> <p>A veiculação das informações ocorre em linguagem acessível a todos, por intermédio dos meios de comunicação em geral na maioria das situações de</p>	<p>O Programa contempla, de forma <b>planejada</b>, ações na área de comunicação de modo a apoiar o processo de sensibilização, mobilização e atuação dos sujeitos em torno da busca de solução para os riscos, conflitos e/ou problemas socioambientais tratados no âmbito do Programa.</p> <p>A comunicação contemplada no Programa inclui o uso dos meios de comunicação para divulgar os conteúdos sobre as questões socioambientais afetas ao Programa. Todas ou quase todas as informações necessárias à busca de soluções pelas comunidades tendo em vista os <b>riscos, conflitos e/ou problemas tratados no âmbito do Programa são veiculadas.</b></p> <p>A veiculação das informações, incluindo aquelas disseminadas no âmbito dos Projetos coletivos de Educação ambiental ocorre em linguagem acessível a</p>	

<p>situações de comunicação.</p> <p>Os meios de comunicação disseminem informações e práticas educativas sobre as questões socioambientais afetas ao Programa, de forma reativa, quando da intervenção do Programa.</p> <p>O Programa abrange ações de comunicação onde há a possibilidade dos beneficiários diretos e indiretos de receberem conteúdos sobre as questões socioambientais afetas ao Programa.</p>	<p>comunicação.</p> <p>O Programa possibilita que os meios de comunicação se tornem <b>colaboradores ativos</b> na disseminação de informações e práticas educativas sobre as questões socioambientais afetas ao Programa, quando da duração do Programa.</p> <p>O Programa abrange ações de comunicação onde há a possibilidade dos beneficiários diretos e indiretos de receberem conteúdos sobre as questões socioambientais afetas ao Programa.</p>	<p>todos, por intermédio dos meios de comunicação em geral.</p> <p>O Programa possibilita que os meios de comunicação se tornem <b>colaboradores ativos e permanentes</b> na disseminação de informações e práticas educativas sobre as questões socioambientais afetas ao Programa.</p> <p>O Programa abrange ações de comunicação onde há a possibilidade dos beneficiários diretos e indiretos de receberem e <b>produzirem</b> conteúdos sobre as questões socioambientais afetas ao Programa, fornecendo os meios para que os sujeitos consigam veicular os programas gerados pelas comunidades locais.</p> <p>O Programa por meio de ações na área de comunicação possibilita transformações de modo que os meios de comunicação se comprometam com os interesses de <b>todos os setores da sociedade.</b></p>	
---	---	--	--

**Indicador 26**

Qualidade da informação disseminada/veiculada

**Descrição**

Este indicador visa medir o percentual de qualidade da informação disseminada quando da implementação do Programa de Educação Ambiental, com o objetivo de democratizar os conteúdos sobre meio ambiente. Tal indicador apresenta a necessidade de reflexão sobre que tipo de conteúdo está sendo socializado de modo a enriquecer a análise sobre a disseminação das informações sobre meio ambiente, a qual considera também a abrangência deste processo. Sabe-se da importância da democratização das informações sobre meio ambiente uma vez que os beneficiários diretos e indiretos precisam instrumentalizar-se para atuar no ambiente de forma qualificada; no entanto, faz-se necessário julgar a qualidade das informações veiculadas. Cumpre ressaltar que este indicador analisa os conteúdos veiculados nos meios de comunicação; nos eventos e cursos realizados no âmbito Projetos coletivos de Educação Ambiental, e nos Programas e Projetos frutos de políticas públicas existentes. A qualidade dos conteúdos disseminados nos materiais educativos é verificada no indicador “Qualidade dos materiais técnico-pedagógico e de apoio às etapas do Programa”, assim como a qualidade dos conteúdos trabalhados nas etapas do Programa - processo educativo formativo e processo formativo de apoio, promoção, divulgação e/ou acompanhamento da discussão pública de temas/conteúdos do Programa - é analisada por meio dos indicadores “Atendimento aos critérios conceituais de planejamento do processo Ensino/aprendizagem” e “Qualidade da implementação das etapas especificadas no programa (exceto diagnóstico)”.

**Critérios e Indicativos para Avaliação****Qualidade da informação disseminada**

Há o registro dos conteúdos disseminados nos meios de comunicação, como por exemplo, notícias, programas de TV e rádio; nos cursos e eventos realizados no âmbito dos Projetos coletivos de Educação Ambiental; e nos Programas e Projetos fruto de políticas públicas existentes?

As informações disseminadas são válidas, ou seja, são um meio para subsidiar os beneficiários diretos/indiretos na busca de soluções, individuais e coletivas, para problemas, riscos e/ou conflitos socioambientais, bem como na gestão das potencialidades da região?

O Programa contribui para que a disseminação de informações voltadas para a preservação e conservação de recursos naturais e a melhoria da qualidade de vida de todos contemple a pluralidade de versões, no caso da sua veiculação nos meios de comunicação, com fidedignidade e contextualização?

As informações disseminadas são corretas? As informações disseminadas são pautadas por uma abordagem sistêmica, complexa e crítica?

Quando da necessidade de veiculação de informações sobre os impactos socioambientais causados por empreendimentos na região, são citadas ações mitigadoras e compensatórias, além das ações veiculadas a possíveis impactos positivos? São tratadas as diferentes dimensões dos impactos socioambientais na vida das pessoas, evidenciando relações de causa e efeito de forma realista, evitando a naturalização dos impactos socioambientais na vida da comunidade?

A forma de disseminação das informações sobre meio ambiente propicia a reflexão, evitando a imposição de idéias, normas e regras de ação?

A disseminação das informações sobre meio ambiente permite a contextualização histórica e social do discurso, a descrição adequada da situação; a apresentação dos riscos, problemas e/ou conflitos, bem como das propostas de soluções?

A disseminação das informações sobre meio ambiente valoriza a participação comunitária de modo a estimulá-la?

As informações sobre meio ambiente são veiculadas de forma a evitar distorções, reduções e/ou fragmentações nos conteúdos disseminados, o mascaramento da realidade e/ou a apresentação parcial dos diferentes pontos de vista sociais relacionados à temática apresentada?

**Comentários**

**Tabela para Atribuição de Valor Síntese**

**Percentual de Qualidade da informação disseminada**

0% a 39%	40% a 69%	70% a 100%	Valor
Alguns conteúdos sobre meio ambiente disseminados são apresentados de modo fidedigno e realista, mantendo a descrição adequada da situação, a contextualização histórica e social do discurso, e evitando, por outro lado, as distorções, reduções e/ou fragmentações nas informações disseminadas.	A maioria dos conteúdos sobre meio ambiente disseminados é apresentada de modo fidedigno e realista, mantendo a descrição adequada da situação, a contextualização histórica e social do discurso, e evitando, por outro lado, as distorções, reduções e/ou fragmentações nas informações disseminadas.	Todos ou quase todos os conteúdos sobre meio ambiente disseminados são apresentados de modo fidedigno e realista, mantendo a descrição adequada da situação, a contextualização histórica e social do discurso, e evitando, por outro lado, as distorções, reduções e/ou fragmentações nas informações disseminadas.	
Alguns conteúdos sobre meio ambiente disseminados são pautados por uma abordagem sistêmica, complexa, reflexiva e crítica.	A maioria dos conteúdos sobre meio ambiente disseminados é pautada por uma abordagem sistêmica, complexa, reflexiva e crítica.	Todos ou quase todos os conteúdos sobre meio ambiente disseminados são pautados por uma abordagem sistêmica, complexa, reflexiva e crítica.	
Alguns conteúdos sobre meio ambiente disseminados são disseminados apresentando valores compatíveis com a formação de sujeitos preparados para atuar de modo participativo na gestão ambiental.	A maioria dos conteúdos sobre meio ambiente disseminados é disseminados apresentando valores compatíveis com a formação de sujeitos preparados para atuar de modo participativo na gestão ambiental.	Todos ou quase todos os conteúdos sobre meio ambiente disseminados são disseminados apresentando valores compatíveis com a formação de sujeitos preparados para atuar de modo participativo na gestão ambiental.	
Alguns conteúdos sobre meio ambiente são veiculadas de forma a evitar distorções, reduções e/ou fragmentações, o mascaramento da realidade	A maioria dos conteúdos sobre meio ambiente disseminados é veiculada de forma a evitar distorções, reduções e/ou fragmentações, o mascaramento da	Todos ou quase todos os conteúdos sobre meio ambiente são veiculadas de forma a evitar distorções, reduções e/ou fragmentações, o mascaramento da realidade e/ou a	

e/ou a apresentação parcial dos diferentes pontos de vista sociais relacionados à temática apresentada.	realidade e/ou a apresentação parcial dos diferentes pontos de vista sociais relacionados à temática apresentada.	apresentação parcial dos diferentes pontos de vista sociais relacionados à temática apresentada.	
---	---	--	--

**Indicador 27**

Segmentos envolvidos nos riscos, conflitos e/ou problemas alvo do Programa de Educação Ambiental com acesso às informações socioambientais afetas ao Programa

**Descrição**

Este indicador visa medir o percentual de segmentos da sociedade envolvidos nos riscos, conflitos e/ou problemas alvo do Programa de Educação Ambiental com acesso às informações socioambientais afetas ao Programa. Ou seja, verifica com base nos segmentos da sociedade alvo do Programa e a quantidade de beneficiários diretos e indiretos por segmento, o percentual de segmentos da sociedade em que há um número representativo de beneficiários com acesso a tais informações, de modo a possibilitar sua intervenção qualificada na realidade. Para avaliar este indicador, deve-se considerar o número de beneficiários diretos e indiretos previstos e realizados de serem atingidos em todas as etapas do Programa por segmento da sociedade.

**Critérios e Indicativos para Avaliação**

<b>Segmentos envolvidos nos riscos, conflitos e/ou problemas alvo do Programa de Educação Ambiental com acesso às informações socioambientais afetas ao Programa</b>			
Segmentos da Sociedade afetados pelos riscos, problemas e/ou conflitos trabalhados pelo Programa	Número de beneficiários a serem atingidos pelo Programa em cada segmento considerando o acesso às informações socioambientais afetas ao Programa	Número de beneficiários atingidos pelo Programa em cada segmento considerando o acesso às informações socioambientais afetas ao Programa	Percentual de beneficiários atingidos pelo Programa em cada segmento (%)

**Comentários**

--

**Tabela para Atribuição de Valor Síntese**

<b>Percentual de Segmentos envolvidos nos riscos, conflitos e/ou problemas alvo do Programa de Educação Ambiental com acesso às informações socioambientais afetas ao Programa</b>			
0% a 39%	40% a 69%	70% a 100%	<b>Valor</b>
Alguns segmentos da sociedade envolvidos nos riscos, conflitos e/ou problemas alvo do Programa de Educação Ambiental possuem percentual de beneficiários com acesso às informações	A maioria dos segmentos da sociedade envolvidos nos riscos, conflitos e/ou problemas alvo do Programa de Educação Ambiental possui percentual de beneficiários com acesso às informações socioambientais afetas ao	Todos ou quase todos os segmentos da sociedade envolvidos nos riscos, conflitos e/ou problemas alvo do Programa de Educação Ambiental possuem percentual de beneficiários com acesso às informações	

<p>socioambientais afetas ao Programa acima se 60%.</p> <p>Visando diminuir a assimetria de poder no que se refere às diferentes possibilidades dos grupos sociais de intervirem para transformar o ambiente, poucos dos segmentos de beneficiários que mais necessitam de acesso a informações sobre meio ambiente foram atingidos significativamente (percentual acima de 60%).</p> <p>Ou nenhum segmento da sociedade envolvido nos riscos, conflitos e/ou problemas alvo do Programa de Educação Ambiental teve acesso às informações socioambientais afetas ao Programa.</p>	<p>Programa acima se 60%.</p> <p>Visando diminuir a assimetria de poder no que se refere às diferentes possibilidades dos grupos sociais de intervirem para transformar o ambiente, alguns dos segmentos de beneficiários que mais necessitam de acesso a informações sobre meio ambiente foram atingidos significativamente (percentual acima de 60%).</p>	<p>socioambientais afetas ao Programa acima se 60%.</p> <p>Visando diminuir a assimetria de poder no que se refere às diferentes possibilidades dos grupos sociais de intervirem para transformar o ambiente, os segmentos de beneficiários que mais necessitam de acesso a informações sobre meio ambiente foram atingidos significativamente (percentual acima de 60%).</p>	
---	---	---	--

**Indicador 28**

Inserção de informações sobre meio ambiente em Programas e projetos no âmbito de políticas públicas existentes

**Descrição**

Este indicador visa medir o percentual de Inserção de informações sobre meio ambiente em Programas e Projetos no âmbito de Políticas Públicas existentes (diferentes daquela ao qual o Programa está diretamente vinculado). Considera tanto as ações de disseminação de conteúdos ambientais concebidas e executadas no âmbito do Programa de Educação Ambiental em questão, como também abrange as ações desenvolvidas no âmbito dos Projetos coletivos de Educação Ambiental (desdobramentos do Programa). Este indicador torna-se de extrema relevância uma vez que possibilita verificar a amplitude das iniciativas de disseminação de informações sobre meio ambiente do Programa e dos Projetos Coletivos desenvolvidos, analisando a sua articulação com Programas e Projetos existentes. Cabe ao avaliador buscar no diagnóstico a referência sobre as iniciativas de Educação Ambiental em andamento e os Programas e Projetos fruto de Políticas Públicas disponíveis na região para verificar o quanto o Programa e seus Projetos potencializaram tais ações.

**Critérios e Indicativos para Avaliação****Inserção de informações sobre meio ambiente em Programas e projetos no âmbito de políticas públicas existentes**

Considerando o diagnóstico realizado, o Programa identificou e aproveitou oportunidades de inserir a temática ambiental em Programas e Projetos fruto de políticas públicas existentes, favorecendo a articulação e integração entre iniciativas, a potencialização de resultados e a otimização de recursos? Das oportunidades identificadas, quantas foram transformadas em ações de inserção da temática ambiental em Programas e Projetos existentes no âmbito de políticas públicas existentes?

O Programa trabalhou adequadamente a perspectiva da gestão ambiental no âmbito de políticas públicas de modo que os projetos coletivos de Educação Ambiental consideraram em seu planejamento e execução a inserção da temática ambiental em outros programas e projetos existentes, de modo a ampliar os resultados esperados?

A inserção da temática ambiental nos programas e projetos ocorreu mediante ações estruturadas e permanentes?

A inserção da temática ambiental nos programas e projetos possibilitou a ampliação do acesso às informações sobre meio ambiente para beneficiários diretos, indiretos e comunidades em geral?

**Comentários****Tabela para Atribuição de Valor Síntese****Percentual de Inserção de informações sobre meio ambiente em Programas e projetos no âmbito de políticas públicas existentes**

0% a 39%	40% a 69%	70% a 100%	<b>Valor</b>
<p>O Programa identificou poucas oportunidade(s) de inserir a temática ambiental em programas e projetos fruto de políticas públicas existentes e aproveitou somente parte destas oportunidades, favorecendo a articulação e integração entre iniciativas, a potencialização de resultados e a otimização de recursos, ainda que de forma desassociada do diagnóstico realizado e de forma não planejada no decorrer do Programa.</p> <p>O Programa não trabalhou adequadamente a perspectiva da gestão ambiental no âmbito de políticas públicas de modo que os projetos coletivos de Educação Ambiental não identificaram e/ou não consideraram em seu planejamento e execução a inserção da temática ambiental em outro(s) programa(s) e projeto(s) existente(s).</p> <p>A inserção da temática ambiental nos programas e projetos ocorreu mediante ações na sua totalidade pontuais e transitórias.</p> <p>Ou o Programa não identificou oportunidade(s) para inserir a temática ambiental em programas e projetos fruto de políticas públicas.</p>	<p>Considerando o diagnóstico realizado, o Programa identificou algumas oportunidade(s) para inserir a temática ambiental em programas e projetos fruto de políticas públicas existentes, porém aproveitou somente parte destas oportunidades, favorecendo a articulação e integração entre iniciativas, a potencialização de resultados e a otimização de recursos.</p> <p>O Programa não trabalhou adequadamente a perspectiva da gestão ambiental no âmbito de políticas públicas de modo que os projetos coletivos de Educação Ambiental não identificaram e/ou não consideraram em seu planejamento e execução a inserção da temática ambiental em outro(s) programa(s) e projeto(s) existente(s).</p> <p>A inserção da temática ambiental nos programas e projetos ocorreu mediante ações, na sua maioria, pontuais e transitórias.</p>	<p>Considerando o diagnóstico realizado, o Programa identificou e aproveitou muitas as oportunidade(s) para inserir a temática ambiental em programas e projetos fruto de políticas públicas existentes, favorecendo a articulação e integração entre iniciativas, a potencialização de resultados e a otimização de recursos.</p> <p>O Programa trabalhou adequadamente a perspectiva da gestão ambiental no âmbito de políticas públicas de modo que os projetos coletivos de Educação Ambiental consideraram em seu planejamento e execução a inserção da temática ambiental em outro(s) programa(s) e projeto(s) existente(s).</p> <p>A inserção da temática ambiental nos programas e projetos ocorreu mediante ações, na sua maioria, estruturadas e permanentes.</p>	

**Diretriz Específica**

Efetividade

**Objetivo Geral**

Contribuir para a construção de uma sociedade ecologicamente equilibrada

**Objetivo específico**

Promover a diminuição das pressões sobre os recursos naturais existentes

**Indicador 29**

Redução, Reaproveitamento e/ou Reciclagem de Materiais

**Descrição**

A inclusão do indicador Redução, Reaproveitamento e/ou Reciclagem de Materiais no sistema de monitoramento e avaliação de Programas Governamentais de Educação Ambiental, bem como dos demais associados ao “Objetivo Promover a diminuição das pressões sobre os recursos naturais existentes”, quais sejam: “Conservação de Energia”; “Redução dos problemas ambientais – poluição, escassez de água, efeito estufa, diminuição da biodiversidade”, deve-se à premissa de que os Programas de Educação Ambiental precisam contribuir para a redução das pressões sobre os recursos naturais, tendo em vista o abalo das condições de vida no Planeta. O conjunto de indicadores “Redução, Reaproveitamento e/ou Reciclagem de materiais”; “Conservação de Energia”; “Redução dos problemas ambientais – poluição, escassez de água, efeito estufa, diminuição da biodiversidade” estabelecem, na verdade, categorias amplas de análise sobre a redução das pressões sobre os recursos naturais. Cada Programa Governamental de Educação Ambiental deve ter, de acordo com seus objetivos e metas, indicadores específicos referentes aos desafios ambientais propostos nas três categorias acima citadas ou em algumas delas, em consonância com suas peculiaridades. Em outras palavras, pode-se ressaltar que nem sempre o Programa de Educação Ambiental em questão terá indicadores nas três categorias citadas dada a realidade na qual se inscreve. O avaliador deverá analisar em cada categoria os seguintes itens: a pertinência dos indicadores trabalhados, ou seja, dados os objetivos do Programa, até que ponto os indicadores são adequados para medir os resultados esperados; a evolução dos resultados apresentados, ou seja, em que medida os indicadores apresentam uma evolução satisfatória, considerando marcos antes e depois do início do programa e medidas ao longo do programa; a abrangência dos resultados, ou seja, os indicadores apresentados evidenciam que grau de amplitude dos resultados (incluem dados no âmbito individual, institucional, comunitário/ local, regional e/ou global) e, por último, a qualidade dos resultados apresentados, que visa medir o seu mérito, tendo como referência outras medidas que auxiliem na comparação da qualidade de resultados. O indicador Redução, Reaproveitamento e/ou Reciclagem de Materiais deve propiciar a avaliação de resultados referentes à aplicação do conceito dos 3R’s a materiais, em geral, visando o combate ao desperdício e a otimização de recursos.

**Critérios e Indicativos para Avaliação****Redução, Reaproveitamento e/ou Reciclagem de materiais**

O Programa em seu planejamento aponta os indicadores que irá utilizar para servir de base para o seu monitoramento e avaliação no que se refere ao alcance do objetivo Promover a diminuição das pressões sobre os recursos naturais existentes?

Há registros sobre índices de Redução, Reaproveitamento e/ou Reciclagem de materiais?

Tendo em vista os objetivos e ações do Programa, os dados apresentados são relevantes para a medição dos resultados esperados?

Dados os objetivos e ações do Programa, são apresentados indicadores capazes de possibilitar a medição da evolução dos resultados apresentados? Neste caso, há uma evolução satisfatória, considerando marcos antes e depois do início do programa e medidas ao longo do Programa?

Tendo em vista os objetivos, ações e características do Programa, são apresentados indicadores que apresentam uma adequada abrangência dos resultados, incluindo dados no âmbito individual, institucional, comunitário/ local, regional e/ou global?

Dados os objetivos e ações do Programa, são apresentados indicadores capazes de possibilitar a medição da qualidade dos resultados apresentados, do seu mérito, tendo como referência outras medidas que auxiliem na comparação de tais resultados?

A ausência de indicadores voltados para a Redução, Reaproveitamento e/ou Reciclagem de materiais interfere na qualidade da avaliação do Programa de Educação Ambiental, prejudicando-a?

Fonte adaptada: Fundação Nacional da Qualidade, 2009

### Comentários

--

**Tabela para Atribuição de Valor Síntese**

**Percentual de Redução, Reaproveitamento e/ou Reciclagem de materiais**

0% a 39%	40% a 69%	70% a 100%	<b>Valor</b>
<p>Poucos dos resultados apresentados são pertinentes e coerentes, tendo em vista a análise dos resultados do Programa, conforme os seus objetivos e ações.</p> <p>A ausência de muitos indicadores relativos à redução, reaproveitamento e/ou reciclagem de materiais influenciou significativamente o julgamento de mérito do Programa em relação a sua capacidade de contribuir para a redução das pressões sobre os recursos naturais.</p> <p>Dos resultados apresentados pertinentes, poucos têm evolução satisfatória no tempo, considerando a periodicidade de medição adequada dos</p>	<p>Alguns dos resultados apresentados são pertinentes e coerentes, tendo em vista a análise dos resultados do Programa, conforme os seus objetivos e ações.</p> <p>A ausência de alguns indicadores relativos à redução, reaproveitamento e/ou reciclagem de materiais influenciou mediamente o julgamento de mérito do Programa em relação a sua capacidade de contribuir para a redução das pressões sobre os recursos naturais.</p> <p>Dos resultados apresentados pertinentes, alguns têm evolução satisfatória no tempo, considerando a periodicidade de medição adequada dos indicadores.</p>	<p>A maioria dos resultados apresentados é pertinente e coerente, tendo em vista a análise dos resultados do Programa, conforme os seus objetivos e ações.</p> <p>A ausência de alguns indicadores relativos à redução, reaproveitamento e/ou reciclagem de materiais não comprometeu o julgamento de mérito do Programa em relação a sua capacidade de contribuir para a redução das pressões sobre os recursos naturais.</p> <p>Dos resultados apresentados pertinentes, a maioria tem evolução satisfatória no tempo, considerando a periodicidade de medição adequada dos indicadores.</p>	

<p>indicadores.</p> <p>Dados os objetivos, ações e características do Programa, poucos dos indicadores apresentam uma adequada abrangência dos resultados, incluindo dados no âmbito individual, institucional, comunitário/ local, regional e/ou global.</p> <p>Dos resultados apresentados pertinentes, poucos são significativos para evidenciar o mérito do Programa.</p> <p>Ou, embora relevantes para a verificação do alcance dos objetivos do Programa de Educação Ambiental, os indicadores sobre a Redução, Reaproveitamento e/ou Reciclagem de materiais não são apresentados.</p>	<p>Dados os objetivos, ações e características do Programa, alguns dos indicadores apresentam uma adequada abrangência dos resultados, incluindo dados no âmbito individual, institucional, comunitário/ local, regional e/ou global.</p> <p>Dos resultados apresentados pertinentes, alguns evidenciam o mérito do Programa.</p>	<p>Dados os objetivos, ações e características do Programa, a maioria dos indicadores apresenta uma adequada abrangência dos resultados, incluindo dados no âmbito individual, institucional, comunitário/ local, regional e/ou global.</p> <p>Dos resultados apresentados pertinentes, a maioria evidencia adequadamente o mérito do Programa.</p>	
---	---	---	--

### **Indicador 30**

#### Conservação de Energia

#### **Descrição**

A inclusão do indicador Conservação de Energia em uma categoria própria no sistema de monitoramento e avaliação de Programas Governamentais de Educação Ambiental deve-se à importância da variável Energia para a redução das pressões sobre os recursos naturais. Seu impacto é transversal no sentido de perpassar todas as atividades humanas e, na maioria das vezes, mostra-se em nível global. Este indicador visa medir os resultados alcançados com ações de combate ao desperdício e uso eficiente de energia. Considera todas as formas de energia, não só a elétrica. Abrange também os resultados de iniciativas de aplicação de fontes renováveis de geração de energia elétrica para a expansão do sistema ou em substituição ao uso de fontes não renováveis. Inclui iniciativas de projetos de geração distribuída de energia, os quais tendem a gerar impactos ambientais de menor significado e abrangência. O avaliador deverá analisar na categoria Conservação de Energia, conforme citado anteriormente, os seguintes itens: a pertinência dos indicadores trabalhados, ou seja, dados os objetivos do Programa, até que ponto os indicadores são adequados para medir os resultados esperados; a evolução dos resultados apresentados, ou seja, em que medida os indicadores apresentam uma evolução satisfatória, considerando marcos antes e depois do início do programa e medidas ao longo do programa; a abrangência dos resultados, ou seja, os indicadores apresentados evidenciam que grau de amplitude dos resultados (incluem dados no âmbito individual, institucional, comunitário/ local, regional e/ou global); e, por último, a qualidade dos resultados apresentados, que visa medir o seu mérito, tendo como referência outras medidas que auxiliem na comparação da qualidade de resultados.

#### **Critérios e Indicativos para Avaliação**

<b>Conservação de Energia</b>
O Programa em seu planejamento aponta os indicadores que irá utilizar para servir de base para o seu monitoramento e avaliação no que se refere ao alcance do objetivo “Promover a diminuição das pressões sobre os recursos naturais existentes”?
Há registros sobre índices de conservação de energia, incluindo o uso eficiente e/ou o combate ao desperdício? Há registros sobre projetos de geração distribuída? Há registros sobre projetos de expansão de sistemas de energia elétrica por fontes renováveis? Há registros sobre projetos de geração de energia elétrica por fontes renováveis em substituição ao uso de fontes não renováveis? Há registros sobre a melhoria do acesso da população à energia de forma segura, regular e com qualidade?
Tendo em vista os objetivos e ações do Programa, os dados apresentados são relevantes para a medição dos resultados esperados?
Dados os objetivos e ações do Programa, são apresentados indicadores capazes de possibilitar a medição da evolução dos resultados apresentados? Neste caso, há uma evolução satisfatória, considerando marcos antes e depois do início do programa e medidas ao longo do Programa?
Dados os objetivos, ações e características do Programa, são apresentados indicadores que apresentam uma adequada abrangência dos resultados, incluindo dados no âmbito individual, institucional, comunitário/ local, regional e/ou global?
Dados os objetivos e ações do Programa, são apresentados indicadores capazes de possibilitar a medição da qualidade dos resultados apresentados, do seu mérito, tendo como referência outras medidas que auxiliem na comparação de tais resultados?
A ausência de indicadores voltados para a conservação de energia interfere na qualidade da avaliação do Programa de Educação Ambiental, prejudicando-a?

**Comentários**

**Tabela para Atribuição de Valor Síntese**

<b>Percentual de Conservação de Energia</b>			
<b>0% a 39%</b>	<b>40% a 69%</b>	<b>70% a 100%</b>	<b>Valor</b>
<p>Poucos dos resultados apresentados são pertinentes e coerentes, tendo em vista a análise dos resultados do Programa, conforme os seus objetivos e ações.</p> <p>A ausência de muitos indicadores relativos à Conservação de Energia influenciou significativamente o julgamento de mérito do Programa em relação a sua capacidade de contribuir para a redução das pressões sobre os recursos naturais.</p> <p>Dos resultados apresentados pertinentes, poucos têm evolução satisfatória no tempo, considerando a periodicidade de medição adequada dos indicadores.</p> <p>Dados os objetivos, ações e características do Programa, poucos dos indicadores apresentam uma adequada abrangência dos resultados, incluindo dados no âmbito individual, institucional, comunitário/ local, regional e/ou global.</p> <p>Dos resultados apresentados pertinentes, poucos são significativos para evidenciar o mérito do Programa.</p>	<p>Alguns dos resultados apresentados são pertinentes e coerentes, tendo em vista a análise dos resultados do Programa, conforme os seus objetivos e ações.</p> <p>A ausência de alguns indicadores relativos à Conservação de Energia influenciou mediamente o julgamento de mérito do Programa em relação a sua capacidade de contribuir para a redução das pressões sobre os recursos naturais.</p> <p>Dos resultados apresentados pertinentes, alguns têm evolução satisfatória no tempo, considerando a periodicidade de medição adequada dos indicadores.</p> <p>Dados os objetivos, ações e características do Programa, alguns dos indicadores apresentam uma adequada abrangência dos resultados, incluindo dados no âmbito individual, institucional, comunitário/ local, regional e/ou global.</p> <p>Dos resultados apresentados pertinentes, alguns evidenciam o mérito do Programa.</p>	<p>A maioria dos resultados apresentados é pertinente e coerente, tendo em vista a análise dos resultados do Programa, conforme os seus objetivos e ações.</p> <p>A ausência de alguns indicadores relativos à Conservação de Energia não comprometeu o julgamento de mérito do Programa em relação a sua capacidade de contribuir para a redução das pressões sobre os recursos naturais.</p> <p>Dos resultados apresentados pertinentes, a maioria tem evolução satisfatória no tempo, considerando a periodicidade de medição adequada dos indicadores.</p> <p>Dados os objetivos, ações e características do Programa, a maioria dos indicadores apresenta uma adequada abrangência dos resultados, incluindo dados no âmbito individual, institucional, comunitário/ local, regional e/ou global.</p> <p>Dos resultados apresentados pertinentes, a maioria evidencia adequadamente o mérito do Programa.</p>	

Ou, embora relevantes para a verificação do alcance dos objetivos do Programa de Educação Ambiental, os indicadores sobre Conservação de Energia não são apresentados.			
--	--	--	--

**Indicador 31**

Redução dos problemas ambientais – poluição, escassez de água, efeito estufa, diminuição da biodiversidade

**Descrição**

A inclusão do indicador Redução dos problemas ambientais – poluição, escassez de água, efeito estufa, diminuição da biodiversidade em uma categoria própria no sistema de monitoramento e avaliação de Programas Governamentais de Educação Ambiental deve-se à importância de se reservar um espaço neste sistema para a inclusão de indicadores relativos a riscos, problemas, conflitos, potencialidades tratadas no Programa que estejam vinculados à redução das pressões sobre os recursos naturais, tendo em vista a melhoria das condições de vida no Planeta. Trata-se de indicadores customizados de acordo com os objetivos e metas do Programa e que não estejam contemplados nas outras categorias - “Redução, Reaproveitamento e/ou Reciclagem de materiais”; “Conservação de Energia”. As categorias organizadas para auxiliar na medição do alcance do objetivo “Promover a diminuição das pressões sobre os recursos naturais existentes” não são auto-excludentes, visam apenas sinalizar a importância da existência de indicadores capazes de abranger a medição de resultados relativos a todos os desafios ambientais a serem enfrentados, bem como indicadores que se ajustem às diferentes realidades nas quais os Programas são desenvolvidos. O avaliador não deverá interferir na classificação dos indicadores nas categorias propostas realizada pela Coordenação do Programa em questão, respeitando-se a premissa de que um indicador deverá ser avaliado em uma categoria apenas. Ressalta-se, ainda, que o avaliador deverá analisar na categoria “Redução dos problemas ambientais – poluição, escassez de água, efeito estufa, diminuição da biodiversidade”, conforme citado anteriormente, os seguintes itens: a pertinência dos indicadores trabalhados, ou seja, dados os objetivos do Programa, até que ponto os indicadores são adequados para medir os resultados esperados; a evolução dos resultados apresentados, ou seja, em que medida os indicadores apresentam uma evolução satisfatória, considerando marcos antes e depois do início do programa e medidas ao longo do programa; a abrangência dos resultados, ou seja, os indicadores apresentados evidenciam que grau de amplitude dos resultados (incluem dados no âmbito individual, institucional, comunitário/ local, regional e/ou global); e, por último, a qualidade dos resultados apresentados, que visa medir o seu mérito, tendo como referência outras medidas que auxiliem na comparação da qualidade de resultados.

**Critérios e Indicativos para Avaliação****Redução dos problemas ambientais – poluição, escassez de água, efeito estufa, diminuição da biodiversidade**

O Programa em seu planejamento aponta os indicadores que irá utilizar para servir de base para o seu monitoramento e avaliação no que se refere ao alcance do objetivo Promover a diminuição das pressões sobre os recursos naturais existentes?

Há registros sobre índices de Redução dos problemas ambientais, como por exemplo, aqueles referentes à poluição, lixo, escassez de água, efeito estufa, chuva ácida, perda da biodiversidade, desmatamento, considerando os objetivos e ações do Programa?

Tendo em vista os objetivos e ações do Programa, os dados apresentados possibilitam a medição dos resultados esperados?

Tendo em vista os objetivos e ações do Programa, são apresentados indicadores capazes de possibilitar a medição da evolução dos resultados apresentados? Neste caso, há uma evolução satisfatória, considerando marcos antes e depois do início do programa e medidas ao longo do Programa?

Considerando os objetivos, ações e características do Programa, são apresentados indicadores que apresentam uma adequada abrangência dos resultados, incluindo dados no âmbito individual, institucional, comunitário/ local, regional e/ou global?

Dados os objetivos e ações do Programa, são apresentados indicadores capazes de possibilitar a medição da qualidade dos resultados apresentados, do seu mérito, tendo como referência outras medidas que auxiliem na comparação de tais resultados?

A ausência de indicadores voltados para a redução dos problemas ambientais – poluição, escassez de água, efeito estufa, diminuição da biodiversidade, entre outros, interfere na qualidade da avaliação do Programa de Educação Ambiental, prejudicando-a?

### Comentários

**Tabela para Atribuição de Valor Síntese**

<b>Percentual de Redução dos problemas ambientais – poluição, escassez de água, efeito estufa, diminuição da biodiversidade</b>			
<b>0% a 39%</b>	<b>40% a 69%</b>	<b>70% a 100%</b>	<b>Valor</b>
<p>Poucos dos resultados apresentados são pertinentes e coerentes, tendo em vista a análise dos resultados do Programa, conforme os seus objetivos e ações.</p> <p>A ausência de muitos indicadores relativos à Redução dos problemas ambientais, como por exemplo, aqueles referentes à poluição, lixo, escassez de água, efeito estufa, chuva ácida, perda da biodiversidade, desmatamento influenciou significativamente o julgamento de mérito do Programa em relação a sua capacidade de contribuir para a redução das pressões sobre os recursos naturais.</p> <p>Dos resultados apresentados pertinentes, poucos têm evolução satisfatória no tempo, considerando a periodicidade de medição adequada dos indicadores.</p> <p>Dados os objetivos, ações e características do Programa, poucos dos indicadores apresentam uma adequada abrangência dos resultados, incluindo</p>	<p>Alguns dos resultados apresentados são pertinentes e coerentes, tendo em vista a análise dos resultados do Programa, conforme os seus objetivos e ações.</p> <p>A ausência de alguns indicadores relativos à Redução dos problemas ambientais, como por exemplo, aqueles referentes à poluição, lixo, escassez de água, efeito estufa, chuva ácida, perda da biodiversidade, desmatamento influenciou mediamente o julgamento de mérito do Programa em relação a sua capacidade de contribuir para a redução das pressões sobre os recursos naturais.</p> <p>Dos resultados apresentados pertinentes, alguns têm evolução satisfatória no tempo, considerando a periodicidade de medição adequada dos indicadores.</p> <p>Dados os objetivos, ações e características do Programa, alguns dos indicadores apresentam uma adequada abrangência dos resultados, incluindo dados no âmbito</p>	<p>A maioria dos resultados apresentados é pertinente e coerente, tendo em vista a análise dos resultados do Programa, conforme os seus objetivos e ações.</p> <p>A ausência de alguns indicadores relativos à Redução dos problemas ambientais, como por exemplo, aqueles referentes à poluição, lixo, escassez de água, efeito estufa, chuva ácida, perda da biodiversidade, desmatamento não comprometeu o julgamento de mérito do Programa em relação a sua capacidade de contribuir para a redução das pressões sobre os recursos naturais.</p> <p>Dos resultados apresentados pertinentes, a maioria tem evolução satisfatória no tempo, considerando a periodicidade de medição adequada dos indicadores.</p> <p>Dados os objetivos, ações e características do Programa, a maioria dos indicadores apresenta uma adequada abrangência dos resultados, incluindo dados no âmbito individual, institucional, comunitário/ local, regional</p>	

<p>dados no âmbito individual, institucional, comunitário/ local, regional e/ou global.</p> <p>Dos resultados apresentados pertinentes, poucos são significativos para evidenciar o mérito do Programa.</p> <p>Ou, embora relevantes para a verificação do alcance dos objetivos do Programa de Educação Ambiental, os indicadores sobre a Redução dos problemas ambientais, como por exemplo, aqueles referentes à poluição, lixo, escassez de água, efeito estufa, chuva ácida, e/ou perda da biodiversidade não são apresentados.</p>	<p>individual, institucional, comunitário/ local, regional e/ou global.</p> <p>Dos resultados apresentados pertinentes, alguns evidenciam o mérito do Programa.</p>	<p>e/ou global.</p> <p>Dos resultados apresentados pertinentes, a maioria evidencia adequadamente o mérito do Programa.</p>	
--	---	---	--

**Objetivo Geral**

Contribuir para a construção de uma sociedade socialmente justa

**Objetivo específico**

Contribuir para a melhoria das condições de qualidade de vida

**Indicador 32**

Realização de projetos coletivos e ações zelando pela coerência entre os princípios da Educação Ambiental e a implementação das ações como desdobramentos do Programa de Educação Ambiental

**Descrição**

Sabendo-se que os Programas de Educação Ambiental precisam contribuir para a redução das pressões sobre os recursos naturais e para a melhoria das condições de vida de todos, faz-se necessário avaliar o quanto tais Programas contribuem na preparação dos sujeitos para intervirem de modo qualificado na realidade de modo a transformá-la. Uma das formas que o Programa pode adotar para operacionalizar o conceito de práxis educativa a ser utilizado em sua concepção consiste na aplicação da metodologia de projeto (ver Indicador 3 – Atendimento aos critérios metodológicos no planejamento pedagógico do Programa). Assim, o indicador “Realização de projetos coletivos e ações zelando pela coerência entre os princípios da Educação Ambiental e a implementação das ações como desdobramentos do Programa de Educação Ambiental” visa medir o quanto o Programa propiciou de intervenções na realidade por meio de seu desdobramento em projetos coletivos, planos de ação e/ou ações “independentes”. Na medição deste indicador considera-se o projeto como um conjunto organizado e integrado de objetivos, metas, estratégias, ações, recursos, prazos, duração com finalidade específica. Já o plano de ação é considerado um instrumento de planejamento mais simplificado onde há objetivos, ações, prazos, recursos, duração voltados para uma finalidade específica, porém com um grau de organização, integração e organicidade de seus elementos menor do que o do projeto. Aproxima-se mais de uma coleção de ações visando o alcance de determinado(s) objetivo(s). As ações “independentes” são consideradas aqui iniciativas declaradas dos sujeitos ou dos grupos de sujeitos que integram o Programa, porém planejadas para serem executadas de modo isolado.

**Critérios e Indicativos para Avaliação**

<b>Realização de projetos coletivos e ações zelando pela coerência entre os princípios da Educação Ambiental e a implementação das ações como desdobramentos do Programa de Educação Ambiental</b>
Há registro sobre os projetos coletivos, planos de ação e/ou ações planejadas como desdobramentos do Programa de Educação Ambiental?
Há registro do número de desdobramentos realizados (projetos coletivos, planos de ação e/ou ações independentes) frente ao número de sujeitos participantes das ações educativas do Programa (processos educativos formativos; de apoio, promoção, divulgação e/ou acompanhamento da discussão pública de temas do Programa e/ou processo educativo para a elaboração, implementação e avaliação de projetos coletivos de Educação Ambiental)?
O Programa de Educação Ambiental possui etapa específica ou momento específico em uma determinada etapa voltado para a elaboração, implementação e avaliação de Projetos coletivos de Educação Ambiental?
Os projetos coletivos de Educação Ambiental foram elaborados com base em um planejamento participativo, como forma concreta de desenvolver nos sujeitos a capacidade de perceber os problemas e de montar para eles soluções viáveis, comunitariamente planejadas e executadas?*
O Programa de Educação Ambiental foi desdobrado em projetos coletivos, evitando o desdobramento em planos de ação (coleção de ações) e/ou ações isoladas?

Os projetos coletivos de Educação Ambiental visam a intervenção na realidade considerando os riscos, problemas, conflitos e/ou potencialidades tratadas pelo Programa?

Os projetos coletivos de Educação Ambiental visam somente a multiplicação de informações por meio de processos de formação em EA, por exemplo, projetos com foco na criação de multiplicadores?

\*Fonte: DEMO, 2008

### Comentários

--

**Tabela para Atribuição de Valor Síntese**

Percentual de Realização de projetos coletivos e ações zelando pela coerência entre os princípios da Educação Ambiental e a implementação das ações como desdobramentos do Programa de Educação Ambiental			
0% a 39%	40% a 69%	70% a 100%	Valor
<p>O Programa foi desdobrado majoritariamente em planos de ação de Educação Ambiental e/ou ações independentes.</p> <p>A maioria dos planos de ação de Educação Ambiental e/ou ações independentes visam a intervenção na realidade considerando os riscos, problemas, conflitos e/ou potencialidades tratadas pelo Programa e/ou o objetivo de disseminação de informações.</p> <p>Somente alguns sujeitos se engajaram na elaboração das propostas de ação, majoritariamente planos de ação ou ações isoladas. Tal fato parece a</p>	<p>O Programa foi desdobrado majoritariamente em projetos coletivos de Educação Ambiental.</p> <p>A maioria dos projetos coletivos de EA visa somente a multiplicação de informações por meio de processos de formação em Educação Ambiental, por exemplo, projetos com foco na criação de multiplicadores.</p> <p>Poucos projetos coletivos de Educação Ambiental visam a intervenção na realidade considerando os riscos, problemas, conflitos e/ou potencialidades tratadas pelo Programa.</p> <p>A maioria dos sujeitos participou da elaboração das propostas de ação, majoritariamente projetos coletivos. Ou seja, quase metade dos participantes não se engajou</p>	<p>O Programa foi desdobrado majoritariamente em projetos coletivos de Educação Ambiental.</p> <p>A maioria dos projetos coletivos de Educação Ambiental visa a intervenção na realidade considerando os riscos, problemas, conflitos e/ou potencialidades tratadas pelo Programa.</p> <p>Poucos projetos coletivos de Educação Ambiental visam somente a multiplicação de informações por meio de processos de formação em EA, por exemplo, projetos com foco na criação de multiplicadores.</p> <p>Todos ou quase todos os sujeitos se engajaram na elaboração das propostas de ação, majoritariamente projetos coletivos, evidenciando o seu comprometimento</p>	

<p>evidenciar a necessidade de reformulação do Programa de forma que haja uma tendência à elaboração de projetos coletivos e uma formação mais sólida dos participantes no que diz respeito ao comprometimento com as questões socioambientais e com a participação na vida pública.</p> <p>Ou o Programa foi não desdobrado em nenhum tipo de proposta.</p>	<p>nas atividades de desdobramento do Programa em projetos ou ações. Tal fato tende a evidenciar a necessidade deste trabalhar o comprometimento de tais sujeitos com as questões socioambientais e a importância de sua participação na vida pública.</p>	<p>com as questões socioambientais, com a necessidade de intervenção na realidade e participação na vida pública.</p>	
--	--	---	--

**Indicador 33**

Alternativas de ações/projetos coletivos (como desdobramentos do Programa de Educação Ambiental) articulados a políticas públicas existentes, de modo a otimizar recursos, integrar ações e potencializar resultados

**Descrição**

Verifica-se na medição do indicador “Alternativas de ações/projetos coletivos (como desdobramentos do Programa de Educação Ambiental) articulados a políticas públicas existentes, de modo a otimizar recursos, integrar ações e potencializar resultados”, o percentual de ações/projetos articulados a Políticas Públicas, tendo em vista o número total de ações/projetos elaborados. Há necessidade de os projetos investirem na articulação com políticas públicas que ocorrem nos municípios, sejam estas de origem federal, estadual ou municipal. Acredita-se que projetos com este nível de articulação tendem a propiciar resultados mais efetivos e abrangentes considerando-se a gestão ambiental voltada para interesses coletivos. Pois se sabe que “[...] o poder de decidir e intervir para transformar o ambiente seja ele físico, natural ou construído e os benefícios e custos dele decorrentes, estão distribuídos socialmente e geograficamente de modo assimétrico” (QUINTAS, 2009 e 2002 apud UEMA, 2006, p. 142). As ações/projetos articulados a políticas públicas tendem a otimizar recursos, integrar ações, potencializar e perenizar resultados. Logo, este indicador volta-se para a necessidade de avaliação das ações/projetos elaborados como desdobramentos do Programa do ponto de vista da sua articulação e integração com as políticas públicas existentes. O avaliador deverá, ainda, analisar se as ações/projetos foram planejadas de modo articulado a políticas públicas, considerando o quanto tais iniciativas foram estruturantes, permanentes e de amplo impacto. Este indicador aponta também para o quanto o Programa atuou na formação ampla e integral dos sujeitos, tendo como elementos fundantes do processo educativo a gestão ambiental e as políticas públicas.

**Critérios e Indicativos para Avaliação****Alternativas de ações/projetos coletivos (como desdobramentos do Programa de Educação Ambiental) articulados a políticas públicas existentes, de modo a otimizar recursos, integrar ações e potencializar resultados**

Há registros do número de ações/projetos elaborados como desdobramentos no âmbito do Programa de Educação Ambiental? Há registros da descrição destas ações/projetos? Quantas ações/projetos foram planejadas de modo articulado a políticas públicas existentes, de modo a otimizar recursos, integrar ações e potencializar resultados?

As ações/projetos foram planejadas de modo articulado às políticas públicas existentes, de modo a otimizar recursos, integrar ações e potencializar resultados?

As ações/projetos foram planejadas de modo articulado às políticas públicas a partir do diálogo com diversas instâncias e esferas do governo?

As ações/projetos foram planejadas de modo articulado às políticas públicas favorecendo a integração entre as ações, projetos e programas existentes?

As ações/projetos foram planejadas de modo articulado às políticas públicas considerando iniciativas estruturantes, permanentes e de amplo impacto?

As ações/projetos foram planejadas de modo articulado às políticas públicas existentes para melhor atender às necessidades dos beneficiários?

Considerando a estrutura das políticas públicas existentes, as formas de integração das ações/ projetos de Educação Ambiental propostas possibilitaram avanços institucionais inovadores?

**Comentários**

**Tabela para Atribuição de Valor Síntese**

<b>Percentual de Alternativas de ações/projetos coletivos (como desdobramentos do Programa de Educação Ambiental) articulados a políticas públicas existentes, de modo a otimizar recursos, integrar ações e potencializar resultados</b>			
<b>0% a 39%</b>	<b>40% a 69%</b>	<b>70% a 100%</b>	<b>Valor</b>
<p>Das ações/projetos coletivos elaborados como desdobramentos no âmbito do Programa de Educação Ambiental, poucos foram planejados de modo articulado às políticas públicas existentes, de forma a otimizar recursos, integrar ações e potencializar resultados.</p> <p>Poucas das ações e dos projetos coletivos construídos dialogaram com os programas governamentais em âmbitos nacional, estadual e/ou municipal, fortalecendo-os e sendo por eles fortalecido, agregando a estes reflexões e práticas marcadamente socioambientais e educacionais.</p> <p>Quase nenhuma ação/projeto coletivo foi planejado, de modo articulado, às políticas públicas, considerando iniciativas estruturantes, permanentes e de amplo impacto, em consonância com as necessidades dos beneficiários.</p> <p>Considerando a estrutura das políticas públicas existentes, quase nenhuma das formas de integração das ações/ projetos de Educação Ambiental propostas possibilitaram avanços institucionais inovadores.</p>	<p>Das ações/projetos coletivos elaborados como desdobramentos no âmbito do Programa de Educação Ambiental, alguns foram planejados de modo articulado às políticas públicas existentes, de forma a otimizar recursos, integrar ações e potencializar resultados.</p> <p>Algumas das ações e dos projetos coletivos construídos dialogaram com os programas governamentais em âmbitos nacional, estadual e/ou municipal, fortalecendo-os e sendo por eles fortalecido, agregando a estes reflexões e práticas marcadamente socioambientais e educacionais.</p> <p>Poucas ações/projetos coletivos foram planejados, de modo articulado, às políticas públicas, considerando iniciativas estruturantes, permanentes e de amplo impacto, em consonância com as necessidades dos beneficiários.</p> <p>Considerando a estrutura das políticas públicas existentes, poucas das formas de integração das ações/ projetos de Educação Ambiental propostas possibilitaram avanços institucionais inovadores.</p>	<p>Das ações/projetos coletivos elaborados como desdobramentos no âmbito do Programa de Educação Ambiental, a maioria foi planejada de modo articulado às políticas públicas existentes, de forma a otimizar recursos, integrar ações e potencializar resultados.</p> <p>A maioria das ações e dos projetos coletivos construídos dialogou com os programas governamentais em âmbitos nacional, estadual e/ou municipal, fortalecendo-os e sendo por eles fortalecido, enriquecendo os últimos a partir de reflexões e práticas marcadamente socioambientais e educacionais.</p> <p>Algumas das ações/projetos coletivos foram planejados, de modo articulado, às políticas públicas considerando iniciativas estruturantes, permanentes e de amplo impacto, em consonância com as necessidades dos beneficiários.</p> <p>Considerando a estrutura das políticas públicas existentes, algumas das formas de integração das ações/ projetos de Educação Ambiental propostas possibilitaram avanços institucionais inovadores.</p>	

**Indicador 34**

Setores do Estado com os quais os projetos coletivos (como desdobramentos do Programa de Educação Ambiental) se articularam

**Descrição**

Este indicador trata dos projetos articulados às políticas públicas, visando uma análise mais apurada desta articulação no contexto do conjunto dos projetos coletivos de Educação Ambiental, desdobrados no âmbito do Programa. Visa medir o percentual de setores do Estado com os quais os projetos se articulam de forma a evidenciar a amplitude dos seus objetivos e ações. Pretende-se analisar o quanto os projetos consideraram a sua integração e articulação com os diversos setores do Estado, para otimizar recursos, potencializar resultados e favorecer a sua sustentabilidade no tempo. Para que seja possível a medição deste indicador, faz-se necessária a indicação da organização dos setores do Estado nos níveis municipal, estadual e/ou federal (de acordo com o nível de articulação dos projetos e da esfera do governo tratada). Estes dados podem estar disponíveis no diagnóstico realizado quando da estruturação do Programa. O avaliador deverá analisar, de acordo com os objetivos dos projetos e os riscos, problemas e/ou conflitos tratados pelo Programa, se a abrangência dos setores envolvidos nos projetos está adequada. Espera-se que os Programas de Educação Ambiental sejam desdobrados pelos participantes em projetos coletivos. Entretanto, se o avaliador julgar pertinente e relevante poderá analisar neste indicador o nível de articulação das ações (desdobramentos do Programa de Educação Ambiental) com os setores do Estado. Neste caso, o avaliador deverá justificar a sua opção.

**Critérios e Indicativos para Avaliação****Setores do Estado com os quais os projetos coletivos (como desdobramentos do Programa de Educação Ambiental) se articularam**

Há registros da descrição dos projetos coletivos construídos como desdobramentos do Programa de Educação Ambiental? Quantos projetos foram planejados de modo articulado a políticas públicas existentes, de modo a otimizar recursos, integrar ações e potencializar resultados? Dos projetos coletivos de Educação Ambiental articulados com políticas públicas descritos, há de forma explícita todos os setores envolvidos com estas iniciativas?

Os projetos coletivos de Educação Ambiental foram planejados de modo articulado às políticas públicas e aos diversos setores do Estado, visando a ampliação de resultados no tempo e no espaço?

O maior número possível de setores foi envolvido, considerando as peculiaridades e necessidades locais?

**Comentários****Tabela para Atribuição de Valor Síntese****Percentual de Setores do Estado com os quais os projetos coletivos (como desdobramentos do Programa de Educação Ambiental) se articularam s**

0% a 39%	40% a 69%	70% a 100%	<b>Valor</b>
<p>Poucos projetos coletivos de Educação Ambiental foram planejados de modo articulado às políticas públicas e aos diversos setores do Estado, visando a ampliação de resultados no tempo e no espaço.</p> <p>Quase nenhum projeto coletivo de Educação Ambiental conseguiu abranger o maior número possível de setores, considerando as peculiaridades e necessidades locais.</p>	<p>Alguns dos projetos coletivos de Educação Ambiental foram planejados de modo articulado às políticas públicas e aos diversos setores do Estado, visando a ampliação de resultados no tempo e no espaço.</p> <p>Poucos projetos coletivos de Educação Ambiental conseguiram abranger o maior número possível de setores, considerando as peculiaridades e necessidades locais.</p>	<p>A maioria dos projetos coletivos de Educação Ambiental foi planejada de modo articulado às políticas públicas e aos diversos setores do Estado, visando a ampliação de resultados no tempo e no espaço.</p> <p>Na maioria dos projetos coletivos de Educação Ambiental, o maior número possível de setores foi envolvido, considerando as peculiaridades e necessidades locais.</p>	

### **Indicador 35**

Abrangência dos impactos esperados com os projetos coletivos (como desdobramentos do Programa de Educação Ambiental)

#### **Descrição**

Este indicador visa medir o percentual de abrangência dos impactos esperados com os projetos. Inclui a análise de diversas variáveis, tais como: resultados a serem obtidos a partir de ações de intervenção na realidade local; resultados a serem obtidos com ações de multiplicação de informações; resultados a serem obtidos em nível individual, institucional e/ou comunitário; resultados de curta permanência, média e longa; resultados pontuais; resultados estruturais e sistêmicos; e resultados sustentáveis. Tendo em vista que os Programas de Educação Ambiental visam a busca da melhoria das condições de vida no planeta, faz-se necessário que estes sejam planejados de forma a produzir resultados e impactos duráveis, amplos e representativos. Este indicador propicia a análise sobre o quanto o Programa contribuiu para a formação de sujeitos capazes de identificar cursos de ação e resultados que devem ser planejados para que um Projeto de Educação Ambiental alcance seus objetivos de melhoria das condições de vida das comunidades de forma estruturada e duradoura. Espera-se que os Programas de Educação Ambiental sejam desdobrados pelos participantes em projetos coletivos. Entretanto, se o avaliador julgar pertinente e relevante poderá analisar neste indicador a abrangência dos impactos esperados com as ações planejadas como desdobramentos do Programa de Educação Ambiental. Neste caso, o avaliador deverá justificar a sua opção, já que, em geral, as ações possuem menor amplitude de resultados do que os projetos.

#### **Critérios e Indicativos para Avaliação**

<b>Abrangência dos impactos esperados com os projetos</b> coletivos (como desdobramentos do Programa de Educação Ambiental)
Os projetos coletivos de Educação Ambiental são compatíveis com os riscos, problemas, conflitos e/ou potencialidades tratadas pelo Programa?
Os projetos coletivos de Educação Ambiental englobam questões socioambientais inicialmente não tratadas pelo Programa, evidenciando a transferência de aprendizados e a reflexão contínua?
Os projetos coletivos de Educação Ambiental que visam a intervenção na realidade têm foco na melhoria das condições de vida das comunidades/beneficiários do Programa, incluindo ações de melhoria nos diversos espaços sociais existentes?
Os projetos coletivos de Educação Ambiental trabalham com a construção e implementação de práticas sustentáveis de uso dos recursos de modo estruturante e articulado à vida comunitária, na perspectiva da busca de novos modos de vida?
Os projetos coletivos de Educação Ambiental possuem foco na organização e na mudança social*, visando resultados com permanência no longo prazo?
Os projetos coletivos de Educação Ambiental contemplam ações estruturais e sistêmicas, de modo a garantir a perpetuação dos resultados no tempo?
Os projetos coletivos de Educação Ambiental tendem a ser sustentáveis, considerando o tipo de ações que contemplam, a sua organização e os mecanismos de obtenção de recursos?
As mudanças propostas abrangem toda a comunidade?
Os projetos coletivos de Educação Ambiental superam as iniciativas com foco restrito em mudanças nos hábitos do indivíduo e/ou nas rotinas e equipamentos de instituições?

Os projetos coletivos de Educação Ambiental contemplam ações de interferência nos modos de vida da comunidade (mudança em relações e práticas sociais; adoção e criação de “tecnologias limpas”; oferta de capacitação; alteração de regras, leis e políticas públicas; criação/alteração de formas de produção, valorizando as práticas locais e sustentáveis, entre outras)?

Os projetos coletivos de Educação Ambiental buscam resultados para além daqueles restritos às instituições (mudanças em práticas sociais e padrões de comportamento, adoção e criação de tecnologias limpas aplicadas a processos produtivos e instalações, oferta de capacitação e mudanças em processos administrativos e tecnológicos e regras de funcionamento das instalações) ou às mudanças individuais (oferta de capacitação, mudanças de hábitos e atitudes dos indivíduos)?

### Comentários

--

**Tabela para Atribuição de Valor Síntese**

Percentual de Abrangência dos impactos esperados com os projetos coletivos (como desdobramentos do Programa de Educação Ambiental)			
0% a 39%	40% a 69%	70% a 100%	Valor
<p>Poucos projetos coletivos de Educação Ambiental visam a intervenção na realidade com foco na melhoria das condições de vida das comunidades/beneficiários do Programa e são compatíveis com os riscos, problemas e/ou conflitos tratados pelo Programa.</p> <p>Poucos projetos coletivos de Educação Ambiental trabalham com a construção e implementação de práticas sustentáveis de uso dos recursos de modo estruturante e articulado à vida comunitária, na perspectiva da busca de novos modos de vida. Tratam-se mais de ações pontuais ligadas à mudança de hábitos e costumes dos participantes.</p> <p>A maioria dos projetos coletivos de Educação Ambiental tem somente foco na mudança cultural*.</p>	<p>Alguns projetos coletivos de Educação Ambiental visam a intervenção na realidade com foco na melhoria das condições de vida das comunidades/beneficiários do Programa e são compatíveis com os riscos, problemas e/ou conflitos tratados pelo Programa.</p> <p>Alguns projetos coletivos de Educação Ambiental trabalham com a construção e implementação de práticas sustentáveis de uso dos recursos de modo estruturante e articulado à vida comunitária, na perspectiva da busca de novos modos de vida. Tratam-se mais de ações pontuais ligadas às instituições dos participantes.</p> <p>Alguns projetos coletivos de Educação Ambiental têm foco na organização social e na mudança social,</p>	<p>A maioria dos projetos coletivos de Educação Ambiental visa a intervenção na realidade com foco na melhoria das condições de vida das comunidades/beneficiários do Programa e é compatível com os riscos, problemas e/ou conflitos tratados pelo Programa.</p> <p>A maioria dos projetos coletivos de Educação Ambiental trabalha com a construção e implementação de práticas sustentáveis de uso dos recursos de modo estruturante e articulado à vida comunitária, na perspectiva da busca de novos modos de vida.</p> <p>A maioria dos projetos coletivos de Educação Ambiental tem foco na organização social e na mudança social,</p>	

<p>Quase nenhum projeto tende a produzir resultados sustentáveis no tempo e no espaço.</p> <p>Ou não foram desenvolvidos projetos coletivos de Educação Ambiental.</p>	<p>superando a busca de resultados restritos às instituições e/ou aos sujeitos individualmente.</p> <p>Poucos projetos tendem a produzir resultados sustentáveis no tempo e no espaço.</p>	<p>superando a busca de resultados restritos às instituições e/ou aos sujeitos individualmente.</p> <p>A maioria dos projetos tende a produzir resultados sustentáveis no tempo e no espaço.</p>	
--	--	--	--

\*Fonte: LAYRARGUES In LOUREIRO, LAYRARGUES e CASTRO, 2006

**Indicador 36**

Projetos coletivos implementados (como desdobramentos do Programa de Educação Ambiental)

**Descrição**

Este indicador visa medir o percentual de Projetos coletivos de Educação Ambiental como desdobramentos do Programa que foram implementados, considerando aqueles que foram estruturados (Indicador 32 - Realização de projetos coletivos e ações zelando pela coerência entre os princípios da Educação Ambiental e a implementação das ações como desdobramentos do Programa de Educação Ambiental). Tal medida possibilita verificar na prática o grau de intervenção na realidade socioambiental estimulada pelo Programa, bem como o quanto este formou os sujeitos participantes para serem comprometidos com a sua transformação. Para medição deste indicador, será considerado um Projeto implementado aquele que pelo menos foi iniciado, tendo seus recursos alocados, disponibilizados e utilizados, ainda que parcialmente. Caso nem todos os projetos planejados tenham sido implementados, caberá ao avaliador analisar as justificativas apresentadas para tal e as estratégias utilizadas pela equipe executora e pelos participantes dos projetos para buscar superar dificuldades e perseguir os resultados esperados. Espera-se que os Programas de Educação Ambiental sejam desdobrados pelos participantes em projetos coletivos. Entretanto, se o avaliador julgar pertinente e relevante poderá analisar neste indicador as ações implementadas como desdobramentos do Programa de Educação Ambiental. Neste caso, o avaliador deverá justificar a sua opção, já que, em geral, as ações possuem menor complexidade de implantação do que os projetos coletivos.

**Critérios e Indicativos para Avaliação**

<b>Projetos coletivos implementados (como desdobramentos do Programa de Educação Ambiental)</b>
Há registro sobre o número e descrição dos projetos coletivos de Educação Ambiental planejados como desdobramentos do Programa?
Há registro do número de projetos coletivos de Educação Ambiental implementados comparado com o número de projetos planejados?
Os projetos coletivos de Educação Ambiental foram planejados de modo participativo?
Os projetos coletivos de Educação Ambiental possuem escopo, metas, recursos e prazos estabelecidos de modo a favorecer a sua implementação?
Quais dificuldades e facilidades foram encontradas pelos participantes dos projetos coletivos de Educação Ambiental na sua implementação?
Quais as estratégias utilizadas pela equipe executora e pelos participantes dos projetos para buscar superar dificuldades e perseguir os resultados esperados?

**Comentários**

(O avaliador deve analisar o percentual de Projetos implementados à luz de justificativas para explicar tal índice em função de características da realidade local e do planejamento dos projetos coletivos de Educação Ambiental, entre outros fatores).

--

**Tabela para Atribuição de Valor Síntese**

<b>Percentual de Projetos coletivos implementados (como desdobramentos do Programa de Educação Ambiental)</b>			
<b>0% a 39%</b>	<b>40% a 69%</b>	<b>70% a 100%</b>	<b>Valor</b>
<p>O percentual de projetos coletivos de Educação Ambiental implementados mostra-se abaixo de 50%, o que tende a evidenciar o engajamento pouco satisfatório dos participantes do Programa em tais projetos.</p> <p>Ou as justificativas para a implementação de poucos projetos foram aceitáveis.</p> <p>Poucas estratégias utilizadas pela equipe executora e pelos participantes do Programa para buscar superar dificuldades na execução dos projetos e perseguir os resultados esperados foram adequadas.</p> <p>Ou ainda nenhum projeto coletivo de Educação Ambiental foi implementado.</p>	<p>O percentual de projetos coletivos de Educação Ambiental implementados mostra-se entre 75% e 50% (inclusive), o que tende a evidenciar o engajamento mediamente satisfatório dos participantes do Programa em tais projetos.</p> <p>Ou as justificativas para a não implementação da maioria dos projetos foram aceitáveis.</p> <p>Algumas estratégias utilizadas pela equipe executora e pelos participantes do Programa para buscar superar dificuldades na implantação dos projetos e perseguir os resultados esperados foram adequadas.</p>	<p>O percentual de projetos coletivos de Educação Ambiental implementados mostra-se acima de 75%, o que tende a evidenciar o engajamento satisfatório dos participantes do Programa em tais projetos e/ou o seu planejamento adequado de modo a facilitar a sua execução.</p> <p>Ou as justificativas para a não implementação de quase todos os projetos foram adequadas.</p> <p>A maioria das estratégias utilizadas pela equipe executora e pelos participantes do Programa para buscar superar dificuldades na implantação dos projetos e perseguir os resultados esperados foi adequada.</p>	

**Indicador 37**

Projetos coletivos (como desdobramentos do Programa de Educação Ambiental) em andamento após 50% de realização do prazo estimado

**Descrição**

Considerando a necessidade de os projetos coletivos de Educação Ambiental serem sustentáveis no tempo para produzirem os resultados esperados, este indicador visa medir o percentual de Projetos coletivos em andamento após 50% de realização do seu prazo de execução estimado. Espera-se que os Programas de Educação Ambiental sejam desdobrados pelos participantes em projetos coletivos. Entretanto, se o avaliador julgar pertinente e relevante poderá analisar neste indicador as ações (desdobramentos do Programa de Educação Ambiental) em andamento após 50% de realização do prazo estimado. Neste caso, o avaliador deverá justificar a sua opção, já que, em geral, as ações possuem menor complexidade de implantação do que os projetos coletivos.

**Critérios e Indicativos para Avaliação**

<b>Projetos coletivos (como desdobramentos do Programa de Educação Ambiental) em andamento após 50% de realização do prazo estimado</b>
Há registro sobre o número e descrição dos projetos coletivos de Educação Ambiental planejados como desdobramentos do Programa?
Há registro do número de projetos coletivos de Educação Ambiental em funcionamento após 50% de realização do prazo estimado comparado com o número de projetos planejados?
Os projetos coletivos de Educação Ambiental possuem formas de operacionalização que favorecem a sua implementação e a continuidade de seu funcionamento?
Quais dificuldades e facilidades foram encontradas pelos participantes dos projetos para garantirem o funcionamento dos projetos coletivos de Educação Ambiental após 50% de realização do prazo estimado?
Quais as estratégias utilizadas pela equipe executora e pelos participantes dos projetos para buscar superar dificuldades e perseguir os resultados esperados?

**Comentários**

(O avaliador deve analisar o percentual de Projetos em andamento após 50% de realização do prazo estimado à luz de justificativas para explicar tal índice em função de características da realidade local e das formas de operacionalização dos projetos coletivos de Educação Ambiental).

--

**Tabela para Atribuição de Valor Síntese**

<b>Percentual de Projetos coletivos (como desdobramentos do Programa de Educação Ambiental) em andamento após 50% de realização do prazo estimado</b>			
0% a 39%	40% a 69%	70% a 100%	<b>Valor</b>
O percentual de projetos coletivos de Educação Ambiental em funcionamento após 50% de	O percentual de projetos coletivos de Educação Ambiental em funcionamento após 50% de realização	O percentual de projetos coletivos de Educação Ambiental em funcionamento após 50% de realização do	

<p>realização do prazo estimado mostra-se abaixo de 50%, o que tende a evidenciar o engajamento pouco satisfatório dos participantes do Programa em tais projetos e/ou inadequações na forma de executá-los.</p> <p>As justificativas para quase nenhum dos projetos estarem em funcionamento após 50% de realização do prazo estimado foram aceitáveis.</p> <p>Poucas estratégias utilizadas pela equipe executora e pelos participantes do Programa para buscar superar dificuldades na execução dos projetos e perseguir os resultados esperados foram adequadas.</p> <p>Ou ainda nenhum projeto coletivo de Educação Ambiental está em funcionamento após 50% de realização do prazo estimado.</p>	<p>do prazo estimado mostra-se entre 75% e 50% (inclusive), o que tende a evidenciar o engajamento mediamente satisfatório dos participantes do Programa em tais projetos e/ou inadequações na forma de executá-los.</p> <p>Ou as justificativas para somente alguns projetos estarem em funcionamento após 50% de realização do prazo estimado foram aceitáveis.</p> <p>Algumas estratégias utilizadas pela equipe executora e pelos participantes do Programa para buscar superar dificuldades na execução dos projetos e perseguir os resultados esperados foram adequadas.</p>	<p>prazo estimado mostra-se acima de 75% (inclusive), o que tende a evidenciar o engajamento satisfatório dos participantes do Programa em tais projetos e/ou a adequação da forma de executá-los.</p> <p>Ou as justificativas para somente a maioria dos projetos estarem em funcionamento após 50% de realização do prazo estimado foram adequadas.</p> <p>A maioria das estratégias utilizadas pela equipe executora e pelos participantes do Programa para buscar superar dificuldades na execução dos projetos e perseguir os resultados esperados foi adequada.</p>	
--	--	---	--

**Indicador 38**

Projetos coletivos (como desdobramentos do Programa de Educação Ambiental) em andamento até a sua finalização

**Descrição**

Considerando a necessidade de os projetos coletivos de Educação Ambiental serem sustentáveis no tempo para produzirem os resultados esperados, este indicador visa medir o percentual de Projetos em andamento até a finalização do prazo de execução estimado. Espera-se que os Programas de Educação Ambiental sejam desdobrados pelos participantes em projetos coletivos. Entretanto, se o avaliador julgar pertinente e relevante poderá analisar neste indicador as ações (desdobramentos do Programa de Educação Ambiental) em andamento até a sua finalização. Neste caso, o avaliador deverá justificar a sua opção, já que, em geral, as ações possuem menor complexidade de implantação do que os projetos coletivos.

**Critérios e Indicativos para Avaliação**

<b>Projetos coletivos (como desdobramentos do Programa de Educação Ambiental) em andamento até a sua finalização</b>
Há registro sobre o número e descrição dos projetos coletivos de Educação Ambiental planejados como desdobramentos do Programa?
Há registro do número de projetos coletivos de Educação Ambiental em funcionamento até a sua finalização tendo em vista o prazo de execução estimado comparado com o número de projetos planejados?
Os projetos coletivos de Educação Ambiental possuem formas de operacionalização que favorecem o seu funcionamento até a sua finalização, tendo em vista o prazo de execução estimado?
Quais dificuldades e facilidades foram encontradas pelos participantes dos projetos para garantirem o funcionamento dos projetos coletivos de Educação Ambiental até a sua finalização tendo em vista o prazo de execução estimado?
Quais as estratégias utilizadas pela equipe executora e pelos participantes dos projetos para buscar superar dificuldades e perseguir os resultados esperados?

**Comentários**

(O avaliador deve analisar o percentual de Projetos em andamento até a finalização do prazo estimado à luz de justificativas para explicar tal índice em função de características da realidade local e das formas de operacionalização dos projetos coletivos de Educação Ambiental).

--

**Tabela para Atribuição de Valor Síntese**

<b>Percentual de Projetos coletivos (como desdobramentos do Programa de Educação Ambiental) em andamento até a sua finalização</b>
--

0% a 39%	40% a 69%	70% a 100%	<b>Valor</b>
<p>O percentual de projetos coletivos de Educação Ambiental em funcionamento até a sua finalização tendo em vista o prazo de execução estimado mostra-se abaixo de 50%, o que tende a evidenciar o engajamento pouco satisfatório dos participantes do Programa em tais projetos e/ou inadequações na forma de executá-los.</p> <p>As justificativas para quase nenhum dos projetos estarem em funcionamento até a sua finalização tendo em vista o prazo de execução estimado foram aceitáveis.</p> <p>Poucas estratégias utilizadas pela equipe executora e pelos participantes do Programa para buscar superar dificuldades na execução dos projetos e perseguir os resultados esperados foram adequadas.</p> <p>Ou ainda nenhum projeto coletivo de Educação Ambiental está em funcionamento até a sua finalização tendo em vista o prazo de execução estimado</p>	<p>O percentual de projetos coletivos de Educação Ambiental em funcionamento até a sua finalização tendo em vista o prazo de execução estimado mostra-se entre 75% e 50% (inclusive), o que tende a evidenciar o engajamento mediamente satisfatório dos participantes do Programa em tais projetos e/ou inadequações na forma de executá-los.</p> <p>Ou as justificativas para somente alguns dos projetos estarem em funcionamento até a sua finalização tendo em vista o prazo de execução estimado foram aceitáveis.</p> <p>Algumas estratégias utilizadas pela equipe executora e pelos participantes do Programa para buscar superar dificuldades na execução dos projetos e perseguir os resultados esperados foram adequadas.</p>	<p>O percentual de projetos coletivos de Educação Ambiental em funcionamento até a sua finalização tendo em vista o prazo de execução estimado mostra-se acima de 75%, o que tende a evidenciar o engajamento satisfatório dos participantes do Programa em tais projetos e/ou a adequação da forma de executá-los.</p> <p>Ou as justificativas para somente a maioria dos projetos estarem em funcionamento até a sua finalização tendo em vista o prazo de execução estimado foram adequadas.</p> <p>A maioria das estratégias utilizadas pela equipe executora e pelos participantes do Programa para buscar superar dificuldades na execução dos projetos e perseguir os resultados esperados foi adequada.</p>	

**Indicador 39**

Participantes do Programa de EA que atuaram nos projetos coletivos de EA (caso seja o mesmo público alvo)

**Descrição**

Este indicador visa medir o percentual de sujeitos participantes das ações educativas do Programa (processos educativos formativos; de apoio, promoção, divulgação e/ou acompanhamento da discussão pública de temas do Programa e/ou processo educativo para a elaboração, implementação e avaliação de projetos coletivos de Educação Ambiental) que se engajaram na implementação dos projetos coletivos de Educação Ambiental. Neste ponto, verifica-se a eficácia do Programa em contribuir para a formação de indivíduos capazes de se comprometerem com a intervenção na sua realidade, visando a mudança cultural e social. Espera-se que os Programas de Educação Ambiental sejam desdobrados pelos participantes em projetos coletivos. Entretanto, se o avaliador julgar pertinente e relevante poderá analisar neste indicador o percentual de sujeitos participantes das ações educativas do Programa que se engajaram na implementação das ações elaboradas como desdobramentos do Programa de Educação Ambiental. Neste caso, o avaliador deverá justificar a sua opção, já que, em geral, as ações possuem menor complexidade de implantação do que os projetos coletivos, facilitando a participação dos indivíduos.

**Critérios e Indicativos para Avaliação**

<b>Participantes do Programa de EA que atuaram nos projetos coletivos de EA (caso seja o mesmo público alvo)</b>
Há registro do número de sujeitos participantes das ações educativas do Programa (processos educativos formativos; de apoio, promoção, divulgação e/ou acompanhamento da discussão pública de temas do Programa e/ou processo educativo para a elaboração, implementação e avaliação de projetos coletivos de Educação Ambiental)?
Há registro do percentual de sujeitos que atuaram nos projetos coletivos de EA considerando o número total de sujeitos participantes do Programa?
Há registros sobre a percepção dos participantes do Programa em relação às necessidades de participação e intervenção na realidade visando a obtenção de melhorias nas condições de vida para todos?
Há registros sobre a percepção dos participantes do Programa em relação ao seu grau de participação nos projetos coletivos de Educação Ambiental visando a obtenção de melhorias nas condições de vida para todos?
Quais dificuldades e facilidades foram encontradas pelos participantes do Programa para atuarem nos projetos coletivos de Educação Ambiental?
Quais as estratégias utilizadas pela equipe executora e pelos participantes do Programa para buscar superar dificuldades e perseguir os resultados esperados?

**Comentários**

(O avaliador deve analisar o percentual de Participantes do Programa de EA que atuaram nos projetos coletivos de EA - caso seja o mesmo público alvo - à luz das justificativas encontradas para explicar tal índice em função de características da realidade local e do grau de participação dos sujeitos do Programa nos projetos coletivos)

**Tabela para Atribuição de Valor Síntese**

<b>Percentual de Participantes do Programa de EA que atuaram nos projetos coletivos de EA (caso seja o mesmo público alvo)</b>			
<b>0% a 39%</b>	<b>40% a 69%</b>	<b>70% a 100%</b>	<b>Valor</b>
<p>O percentual de Participantes do Programa de Educação Ambiental que atuaram nos projetos coletivos de EA mostra-se abaixo de 50%, o que tende a evidenciar o engajamento dos participantes do Programa em tais projetos e o seu comprometimento com a intervenção na sua realidade, fator primordial para a obtenção de melhorias nas condições de vida das populações, como pouco satisfatórios.</p> <p>Ou as justificativas para quase nenhum dos participantes do Programa de Educação Ambiental atuarem nos projetos coletivos de EA foram aceitáveis.</p> <p>Poucas estratégias utilizadas pela equipe executora e pelos participantes do Programa para buscar superar dificuldades na execução dos projetos e perseguir os resultados esperados foram adequadas.</p> <p>Ou ainda nenhum Participante do Programa de Educação Ambiental atua nos projetos coletivos de EA.</p>	<p>O percentual de Participantes do Programa de Educação Ambiental que atuaram nos projetos coletivos de EA mostra-se entre 75% e 50% (inclusive), o que tende a evidenciar o engajamento dos participantes do Programa em tais projetos, e o comprometimento com a intervenção na sua realidade, fator primordial para a obtenção de melhorias nas condições de vida das populações, como mediamente satisfatórios.</p> <p>Ou as justificativas para somente alguns participantes do Programa de Educação Ambiental atuarem nos projetos coletivos de EA foram aceitáveis.</p> <p>Algumas estratégias utilizadas pela equipe executora e pelos participantes do Programa para buscar superar dificuldades na execução dos projetos e perseguir os resultados esperados foram adequadas.</p>	<p>O percentual de Participantes do Programa de Educação Ambiental que atuaram nos projetos coletivos de EA mostra-se acima de 75% (inclusive), o que tende a evidenciar o engajamento satisfatório dos participantes do Programa em tais projetos e o seu comprometimento com a intervenção na sua realidade, fator primordial para a obtenção de melhorias nas condições de vida das populações.</p> <p>Ou as justificativas para somente a maioria dos participantes do Programa de Educação Ambiental terem atuado nos projetos coletivos de EA foram adequadas.</p> <p>A maioria das estratégias utilizadas pela equipe executora e pelos participantes do Programa para buscar superar dificuldades na execução dos projetos e perseguir os resultados esperados foi adequada.</p>	

**Indicador 40**

Beneficiários atendidos com os projetos coletivos (como desdobramentos do Programa de Educação Ambiental)

**Descrição**

Este indicador visa medir o percentual de Beneficiários atendidos com os projetos coletivos (como desdobramentos do Programa de Educação Ambiental). Inclui a análise do número de beneficiários a serem atendidos com cada um dos projetos coletivos (previsto e realizado), do número global de beneficiários atendidos com os projetos coletivos (previsto e realizado), bem como dos tipos de beneficiários atendidos, ou seja, se estes estão de acordo com as necessidades locais, considerando os riscos, problemas e/ou conflitos socioambientais identificados e a melhoria da qualidade de vida de todos. Além disso, deve-se analisar se os beneficiários atendidos são representativos do ponto de vista dos setores da sociedade que necessitam de ser impactados. Para verificar se os tipos e a representatividade de beneficiários atendidos estão de acordo com os objetivos do Programa de Educação Ambiental deve-se consultar o diagnóstico, o qual indica os principais grupos impactados e pelos riscos, problemas e/ou conflitos socioambientais identificados na região e pelas demandas de melhoria na qualidade de vida de todos, bem como os setores aos quais pertencem tais beneficiários. Espera-se que os Programas de Educação Ambiental sejam desdobrados pelos participantes em projetos coletivos. Entretanto, se o avaliador julgar pertinente e relevante poderá analisar neste indicador o percentual de Beneficiários atendidos com as ações implementadas como desdobramentos do Programa de Educação Ambiental, considerando-se o número total previsto. Neste caso, o avaliador deverá justificar a sua opção, já que, em geral, as ações possuem menor complexidade de implantação do que os projetos coletivos, podendo facilitar o número de beneficiários atendidos, ainda que de forma “superficial”.

**Critérios e Indicativos para Avaliação****Beneficiários atendidos com os projetos coletivos (como desdobramentos do Programa de Educação Ambiental)**

Há registros sobre o número de beneficiários a serem atendidos com cada um dos Projetos coletivos de Educação Ambiental? Há registros sobre o número global de beneficiários a serem atendidos com os Projetos coletivos de Educação Ambiental?

Há registros sobre o número de beneficiários atendidos efetivamente com cada um dos Projetos coletivos de Educação Ambiental? Há registros sobre o número global de beneficiários atendidos efetivamente com os Projetos coletivos de Educação Ambiental?

Há registros sobre os setores aos quais pertencem os beneficiários atendidos com os projetos coletivos de Educação Ambiental?

A quantidade de beneficiários atendidos pelos projetos coletivos de Educação Ambiental é compatível com a necessidade de busca de alternativas para a resolução dos riscos, problemas e/ou conflitos tratados pelo Programa?

Os projetos coletivos de Educação Ambiental elaborados propiciam um impacto significativo em termos de atendimento aos beneficiários indiretos do Programa de Educação Ambiental?

Os tipos de beneficiários atendidos são aqueles sujeitos que necessitam de participar das iniciativas de busca de alternativas para a resolução dos problemas, riscos e/ou conflitos socioambientais identificados e a melhoria da qualidade de vida de todos?

Os tipos de beneficiários atendidos abrangem os setores da sociedade que necessitam de participar das iniciativas de busca de alternativas para resolução dos riscos, problemas e/ou conflitos socioambientais identificados e de melhorias na qualidade de vida de todos?

## Comentários

--

**Tabela para Atribuição de Valor Síntese**

<b>Percentual de Beneficiários atendidos com os projetos coletivos (como desdobramentos do Programa de Educação Ambiental)</b>			
0% a 39%	40% a 69%	70% a 100%	<b>Valor</b>
<p>O percentual de atendimento dos beneficiários, tendo em vista o número previsto de atendimento, mostra-se pouco satisfatório - abaixo de 35%.</p> <p>A quantidade de beneficiários atendidos pelos projetos coletivos de Educação Ambiental propicia impactos pouco positivos na busca de alternativas para a resolução dos riscos, problemas e/ou conflitos tratados pelo Programa.</p> <p>Os beneficiários atendidos são pouco representativos, considerando os sujeitos que necessitam de participar das iniciativas de busca de alternativas para resolução dos riscos, problemas e/ou conflitos socioambientais identificados e de melhorias na qualidade de vida de todos e os setores que necessitam de ser impactados.</p> <p>Além disso, poucos beneficiários pertencem aos setores da sociedade que necessitam de ser impactados.</p>	<p>O percentual de atendimento dos beneficiários, tendo em vista o número previsto de atendimento, mostra-se mediamente satisfatório - entre 65% e 35% (inclusive).</p> <p>A quantidade de beneficiários atendidos pelos projetos coletivos de Educação Ambiental propicia impactos positivos na busca de alternativas para a resolução dos riscos, problemas e/ou conflitos tratados pelo Programa.</p> <p>Os beneficiários atendidos são mediamente representativos, considerando os sujeitos que necessitam de participar das iniciativas de busca de alternativas para resolução dos riscos, problemas e/ou conflitos socioambientais identificados e de melhorias na qualidade de vida de todos e os setores que necessitam de ser impactados.</p> <p>Além disso, a maioria dos beneficiários pertence aos setores da sociedade que necessitam de ser impactados.</p>	<p>O percentual de atendimento dos beneficiários, tendo em vista o número previsto de atendimento, mostra-se satisfatório - acima de 65%.</p> <p>A quantidade de beneficiários atendidos pelos projetos coletivos de Educação Ambiental propicia impactos positivos significativos na busca de alternativas para a resolução dos riscos, problemas e/ou conflitos tratados pelo Programa.</p> <p>Os beneficiários atendidos são representativos, considerando os sujeitos que necessitam de participar das iniciativas de busca de alternativas para resolução dos riscos, problemas e/ou conflitos socioambientais identificados e de melhorias na qualidade de vida de todos.</p> <p>Além disso, os beneficiários pertencem aos setores da sociedade que necessitam de ser impactados.</p>	

**Indicador 41**

Setores da sociedade que efetuaram mudanças em relações e práticas sociais voltadas para a melhoria da qualidade de vida de todos

**Descrição**

Este indicador visa medir o percentual de setores da sociedade que efetuaram mudanças em relações e práticas sociais voltadas para a melhoria da qualidade de vida de todos. Pretende-se analisar o quanto os projetos coletivos de Educação Ambiental conseguiram impactar os diversos setores da sociedade, considerando os beneficiários diretos e indiretos do Programa e o êxito na busca de soluções para os riscos, problemas e/ou conflitos tratados. Para que seja possível a medição deste indicador, faz-se necessária a indicação da organização dos setores da sociedade de acordo com o diagnóstico inicialmente realizado. O avaliador deverá analisar de acordo com os objetivos dos projetos coletivos de Educação Ambiental e os riscos, problemas e/ou conflitos tratados pelo Programa se a abrangência dos setores impactados pelos projetos está adequada. Espera-se que os Programas de Educação Ambiental sejam desdobrados pelos participantes em projetos coletivos. Entretanto, se o avaliador julgar pertinente e relevante poderá analisar neste indicador os setores da sociedade que efetuaram mudanças em relações e práticas sociais voltadas para a melhoria da qualidade de vida de todos a partir das ações implementadas como desdobramentos do Programa de Educação Ambiental. Neste caso, o avaliador deverá justificar a sua opção, já que, em geral, ações isoladas tendem a gerar menos resultados significativos dos os projetos coletivos.

**Critérios e Indicativos para Avaliação**

<b>Setores da sociedade que efetuaram mudanças em relações e práticas sociais voltadas para a melhoria da qualidade de vida de todos</b>
Há registros sobre a organização dos setores da sociedade de acordo com o diagnóstico inicialmente realizado?
Há registros sobre os setores da sociedade que efetuaram mudanças em relações e práticas sociais voltadas para a melhoria da qualidade de vida de todos a partir da implementação dos projetos coletivos de Educação ambiental?
Há registros sobre o quanto os projetos coletivos de Educação Ambiental conseguiram impactar os diversos setores da sociedade, considerando os beneficiários diretos e indiretos do Programa e o êxito na busca de soluções para os riscos, problemas e/ou conflitos tratados?
De acordo com os riscos, problemas e/ou conflitos tratados pelo Programa, a abrangência dos setores impactados pelos projetos foi adequada do ponto de vista da mudança em relações e práticas sociais, tendo em vista a melhoria da qualidade de vida de todos?

**Comentários**

--

**Tabela para Atribuição de Valor Síntese**

<b>Percentual de Setores da sociedade que efetuaram mudanças em relações e práticas sociais voltadas para a melhoria da qualidade de vida de todos</b>			
<b>0% a 39%</b>	<b>40% a 69%</b>	<b>70% a 100%</b>	<b>Valor</b>
De acordo com os riscos, problemas e/ou conflitos tratados pelo Programa, a abrangência dos setores impactados foi pouco adequada do ponto de vista da mudança em relações e práticas sociais voltadas para a resolução das questões socioambientais identificadas e para a obtenção de melhorias na qualidade de vida de todos.	De acordo com os riscos, problemas e/ou conflitos tratados pelo Programa, a abrangência dos setores impactados foi mediantemente adequada do ponto de vista da mudança em relações e práticas sociais voltadas para a resolução das questões socioambientais identificadas e para a obtenção de melhorias na qualidade de vida de todos.	De acordo com os riscos, problemas e/ou conflitos tratados pelo Programa, a abrangência dos setores impactados foi adequada do ponto de vista da mudança em relações e práticas sociais voltadas para a resolução das questões socioambientais identificadas e para a obtenção de melhorias na qualidade de vida de todos.	

**Indicador 42**

Abrangência dos impactos obtidos com os projetos coletivos (como desdobramentos do Programa de Educação Ambiental)

**Descrição**

Este indicador visa medir o percentual de abrangência dos impactos obtidos com os projetos. Inclui a análise de diversas variáveis, tais como: resultados obtidos a partir de ações de intervenção na realidade local; resultados obtidos com ações de multiplicação de informações; resultados obtidos em nível individual, institucional e/ou comunitário; resultados de curta permanência, média e longa; resultados pontuais; resultados estruturais e sistêmicos; resultados sustentáveis. Tendo em vista que os Programas de Educação Ambiental visam a busca da melhoria das condições de vida no planeta, faz-se necessário que estes produzam resultados e impactos duráveis, amplos e representativos. Caso os resultados obtidos tenham sido diferentes daqueles esperados, caberá ao avaliador analisar as justificativas apresentadas para tal e as estratégias utilizadas pela equipe executora do projeto para superar dificuldades e perseguir os resultados esperados. Espera-se que os Programas de Educação Ambiental sejam desdobrados pelos participantes em projetos coletivos. Entretanto, se o avaliador julgar pertinente e relevante poderá analisar neste indicador a abrangência dos impactos obtidos com as ações (desdobramentos do Programa de Educação Ambiental). Neste caso, o avaliador deverá justificar a sua opção, já que, em geral, as ações possuem menor amplitude de resultados do que os projetos coletivos.

**Critérios e Indicativos para Avaliação**

<b>Abrangência dos impactos obtidos com os projetos coletivos (como desdobramentos do Programa de Educação Ambiental)</b>
Os resultados dos projetos coletivos de Educação Ambiental foram compatíveis com as necessidades advindas dos riscos, problemas, conflitos e potencialidades tratadas pelo Programa? Os projetos coletivos de Educação Ambiental englobaram questões socioambientais inicialmente não tratadas pelo Programa, evidenciando a transferência de aprendizados e a reflexão contínua?
Os projetos coletivos de Educação Ambiental que visam a intervenção na realidade tiveram foco na melhoria das condições de vida das comunidades/beneficiários do Programa, incluindo ações de melhoria nos diversos espaços sociais existentes?
Os projetos trabalharam com a construção e implementação de práticas sustentáveis de uso dos recursos de modo estruturante e articulado à vida comunitária, na perspectiva da busca de novos modos de vida?
Os resultados obtidos com os projetos coletivos de Educação Ambiental evidenciaram seu foco na organização social e na mudança social*, visando resultados com permanência no longo prazo?
Os projetos coletivos de Educação Ambiental contemplaram ações estruturais e sistêmicas, abrangendo toda a comunidade local, de modo a garantir a perpetuação dos resultados no tempo?
Os projetos coletivos de Educação Ambiental tendem a ser sustentáveis, considerando o tipo de ações que contemplaram, a sua organização e os mecanismos de obtenção de recursos?
Os projetos contemplaram ações de interferência nos modos de vida da comunidade (mudança em relações e práticas sociais; adoção e criação de “tecnologias limpas”; oferta de capacitação, alteração de regras, leis e políticas, criação/alteração de formas de produção, valorizando as práticas locais e sustentáveis, entre outras)?

As mudanças propostas abrangeram toda a comunidade?

Os projetos coletivos de Educação Ambiental superaram as iniciativas com foco restrito em mudanças nos hábitos do indivíduo e/ou nas rotinas e equipamentos de instituições?

Os projetos coletivos de Educação Ambiental buscaram resultados para além daqueles restritos às instituições (mudanças em práticas sociais e padrões de comportamento, adoção e criação de tecnologias limpas aplicadas a processos produtivos e instalações, oferta de capacitação e mudanças em processos administrativos e tecnológicos e regras de funcionamento das instalações) ou às mudanças individuais (oferta de capacitação, mudanças de hábitos e atitudes)?

Caso os resultados obtidos com os projetos coletivos de Educação ambiental tenham sido diferentes daqueles esperados, quais foram os fatores que contribuíram para isso?

### Comentários

--

### Tabela para Atribuição de Valor Síntese

Percentual de Abrangência dos impactos obtidos com os projetos coletivos (como desdobramentos do Programa de Educação Ambiental)			
0% a 39%	40% a 69%	70% a 100%	Valor
Poucos projetos coletivos de Educação Ambiental propiciaram a intervenção por parte dos sujeitos na realidade, com foco na melhoria das condições de vida das comunidades/beneficiários do Programa.	Alguns projetos coletivos de Educação Ambiental propiciaram a intervenção por parte dos sujeitos na realidade, com foco na melhoria das condições de vida das comunidades/beneficiários do Programa.	A maioria dos projetos coletivos de Educação Ambiental propiciou a intervenção por parte dos sujeitos na realidade, com foco na melhoria das condições de vida das comunidades/beneficiários do Programa.	
Poucos projetos coletivos de Educação Ambiental foram compatíveis com os riscos, problemas, e/ou conflitos tratados pelo Programa.	Alguns projetos coletivos de Educação Ambiental foram compatíveis com os riscos, problemas, e/ou conflitos tratados pelo Programa.	A maioria dos projetos coletivos de Educação Ambiental foi compatível com os riscos, problemas, e/ou conflitos tratados pelo Programa.	
Quase nenhum projeto coletivo de Educação Ambiental trabalhou com a construção e implementação de práticas sustentáveis de uso dos recursos de modo estruturante e articulado à vida comunitária, na perspectiva da busca de novos modos de vida. Tais projetos tenderam a promover ações pontuais ligadas à mudança de hábitos e	Alguns projetos coletivos de Educação Ambiental trabalharam com a construção e implementação de práticas sustentáveis de uso dos recursos de modo estruturante e articulado à vida comunitária, na perspectiva da busca de novos modos de vida.	A maioria dos projetos coletivos de Educação Ambiental trabalhou com a construção e implementação de práticas sustentáveis de uso dos recursos de modo estruturante e articulado à vida comunitária, na perspectiva da busca de novos modos de vida.	

<p>costumes dos beneficiários.</p> <p>A maioria dos projetos coletivos de Educação Ambiental teve somente foco na mudança cultural*.</p> <p>Quase nenhum projeto coletivo tendeu a produzir resultados sustentáveis no tempo e no espaço.</p> <p>Quase nenhum projeto coletivo causou impactos significativos na realidade, sendo possível evidenciar apenas poucos resultados concretos.</p> <p>Ou não foram desenvolvidos projetos coletivos de Educação Ambiental.</p>	<p>Alguns projetos coletivos de Educação Ambiental tiveram foco na organização social e na mudança social, superando a busca de resultados restritos às instituições e/ou aos sujeitos individualmente.</p> <p>Poucos projetos coletivos tenderam a produzir resultados sustentáveis no tempo e no espaço.</p> <p>Somente alguns projetos coletivos causaram impactos significativos na realidade, sendo possível evidenciar alguns resultados concretos.</p>	<p>A maioria dos projetos coletivos de Educação Ambiental teve foco na organização social e na mudança social, superando a busca de resultados restritos às instituições e/ou aos sujeitos individualmente.</p> <p>Alguns dos projetos coletivos tenderam a produzir resultados sustentáveis no tempo e no espaço.</p> <p>A maioria dos projetos coletivos causou impactos significativos na realidade, sendo possível evidenciar resultados concretos.</p>	
---	---	---	--

\*Fonte: LAYRARGUES In LOUREIRO, LAYRARGUES, e CASTRO, 2006

**Objetivo Geral**

Contribuir para a construção de uma sociedade politicamente atuante

**Objetivo específico**

Possibilitar a geração de trabalho e renda

**Indicador 43**

Agentes que ingressaram na economia local

**Descrição**

Tendo em vista o disposto na Lei Nacional de Educação Ambiental (1999) que indica a necessidade de se considerar a interdependência entre o meio natural, o socioeconômico e o cultural, os Programas de Educação Ambiental devem contemplar, ainda que sejam ações de outra natureza que não a educativa, ações de intervenção direta na dimensão organizativa e econômica das comunidades. Sabe-se da importância de implementação de ações voltadas ao desenvolvimento social sustentável e à geração de trabalho e renda (FURNAS, 2008a) para a concretização de mudanças estruturais e perenes na realidade socioambiental. O indicador “Agentes que ingressaram na economia local” enquanto desdobramento do objetivo específico “Possibilitar a geração de trabalho e renda” vem possibilitar a avaliação do Programa de Educação Ambiental no que diz respeito à sua capacidade de implementar cursos de ação voltados para a inserção dos sujeitos das comunidades na economia local, a partir de iniciativas estruturadas de geração de trabalho e renda sob o enfoque do desenvolvimento social local sustentável.

**Critérios e Indicativos para Avaliação****Agentes que ingressaram na economia local**

Há registro do número de agentes fora de atividades econômicas na localidade abrangida pelo Programa? Há registro do número de agentes que ingressaram na economia local a partir das atividades e projetos do Programa de Educação Ambiental?

O Programa de Educação Ambiental propiciou o ingresso de agentes em atividades econômicas locais devido a ações e projetos coletivos de Educação Ambiental?

O Programa contemplou em suas atividades a alocação de mão de obra local para dar sustentabilidade no longo prazo a sua execução, acompanhamento e avaliação? Por exemplo, a alocação de formadores de formadores, mobilizadores da região, entre outros.

O número de agentes que ingressaram na economia local foi adequado, considerando as necessidades de inserção de mão de obra da comunidade em atividades econômicas e a capacidade do Programa de alavancar cursos de ação com esta finalidade?

**Comentários**

--

**Tabela para Atribuição de Valor Síntese**

<b>Percentual de Agentes que ingressaram na economia local</b>			
<b>0% a 39%</b>	<b>40% a 69%</b>	<b>70% a 100%</b>	<b>Valor</b>
<p>O Programa de Educação Ambiental implementou cursos de ação voltados para a inserção dos sujeitos das comunidades na economia local, a partir de iniciativas de geração de trabalho e renda - poucas estruturadas e sob o enfoque do desenvolvimento social local sustentável.</p> <p>O número de agentes que ingressaram na economia local a partir das atividades e projetos do Programa de Educação Ambiental foi pouco adequado, considerando as necessidades de inserção de mão de obra da comunidade em atividades econômicas, a capacidade do Programa de alavancar cursos de ação com esta finalidade, a sua capacidade de efetivá-los e os recursos aplicados, entre outros fatores.</p> <p>O Programa contemplou em suas atividades, de forma pouco adequada, a alocação de mão de obra local para dar sustentabilidade no longo prazo a sua execução, acompanhamento e avaliação. (se necessário). Utiliza inadequadamente o voluntariado, por exemplo. Quando contrata mão de obra para auxiliar no desenrolar do Programa o faz trazendo profissionais de fora da localidade, sem investir na formação e preparação de agentes locais.</p> <p>Ou o Programa de Educação Ambiental não implementou cursos de ação voltados para a inserção dos sujeitos das comunidades na economia local, a partir de iniciativas de geração de trabalho e renda. Palestras sobre o assunto não são consideradas iniciativas desta natureza.</p>	<p>O Programa de Educação Ambiental implementou cursos de ação voltados para a inserção dos sujeitos das comunidades na economia local, a partir de iniciativas de geração de trabalho e renda - algumas estruturadas e sob o enfoque do desenvolvimento social local sustentável.</p> <p>O número de agentes que ingressaram na economia local a partir das atividades e projetos do Programa de Educação Ambiental foi mediantemente adequado, considerando as necessidades de inserção de mão de obra da comunidade em atividades econômicas, a capacidade do Programa de alavancar cursos de ação com esta finalidade e a sua capacidade de efetivá-los, entre outros fatores.</p> <p>O Programa contemplou em suas atividades, de forma mediantemente adequada, a alocação de mão de obra local para dar sustentabilidade no longo prazo a sua execução, acompanhamento e avaliação (se necessário).</p>	<p>O Programa de Educação Ambiental implementou cursos de ação voltados para a inserção dos sujeitos das comunidades na economia local, a partir de iniciativas de geração de trabalho e renda - a maioria estruturada e sob o enfoque do desenvolvimento social local sustentável.</p> <p>O número de agentes que ingressaram na economia local a partir das atividades e projetos do Programa de Educação Ambiental foi adequado, considerando as necessidades de inserção de mão de obra da comunidade em atividades econômicas e a capacidade do Programa de alavancar cursos de ação com esta finalidade, entre outros fatores.</p> <p>O Programa contemplou em suas atividades, de forma adequada, a alocação de mão de obra local para dar sustentabilidade no longo prazo a sua execução, acompanhamento e avaliação (se necessário).</p>	

**Indicador 44**

Setores aos quais os agentes pertencem

**Descrição**

O indicador “Setores aos quais os agentes pertencem” visa medir se a abrangência dos setores envolvidos na inserção dos agentes na economia local está adequada, considerando as necessidades desta realidade. Para que seja possível a medição deste indicador, faz-se necessária a indicação da organização dos setores da economia de acordo com diagnóstico inicialmente realizado, bem como das potencialidades e fragilidades em termos de desenvolvimento econômico local.

**Critérios e Indicativos para Avaliação**

<b>Setores aos quais os agentes pertencem</b>
Há registro do número de beneficiários que ingressaram na economia local a partir das atividades e projetos do Programa de Educação Ambiental?
Há registro do número de beneficiários que ingressaram na economia local a partir das atividades e projetos do Programa de Educação Ambiental por setores da sociedade?
Diante das necessidades de inserção de agentes sem trabalho na economia local, a abrangência da alocação dos agentes em atividades econômicas, considerando os setores da economia existentes na localidade foi adequada? As iniciativas de geração de trabalho e renda no âmbito do Programa de Educação ambiental tenderam a atingir de forma integrada os setores da economia, de acordo com as necessidades e vocações da localidade, de modo a potencializar resultados e a propiciar benefícios mais igualitários para os agentes locais?
As iniciativas de geração de trabalho e renda no âmbito do Programa de Educação ambiental tenderam a atingir de forma integrada os setores da economia de modo a favorecer a sustentabilidade das iniciativas de geração de trabalho e renda?

**Comentários**

--

**Tabela para Atribuição de Valor Síntese**

<b>Percentual de Setores aos quais os agentes pertencem</b>			
0% a 39%	40% a 69%	70% a 100%	<b>Valor</b>
Diante das necessidades de inserção de agentes sem trabalho na economia local, a abrangência da alocação dos agentes em atividades econômicas, considerando os setores da economia existentes na localidade foi pouco adequada.	Diante das necessidades de inserção de agentes sem trabalho na economia local, a abrangência da alocação dos agentes em atividades econômicas, considerando os setores da economia existentes na localidade foi mediantemente adequada.	Diante das necessidades de inserção de agentes sem trabalho na economia local, a abrangência da alocação dos agentes em atividades econômicas, considerando os setores da economia existentes na localidade foi adequada.	

<p>As iniciativas de geração de trabalho e renda no âmbito do Programa de Educação ambiental tenderam a se concentrar em poucos setores da economia, considerando as necessidades e vocações da localidade, o que comprometeu a busca de resultados e benefícios mais igualitários para os agentes locais.</p> <p>Ou as justificativas para a incorporação de somente poucos setores da economia de acordo com as vocações locais foram aceitáveis.</p> <p>Ou o Programa de Educação Ambiental não possibilitou a inserção dos sujeitos das comunidades na economia local, a partir de iniciativas de geração de trabalho e renda.</p> <p>Ou o Programa de Educação Ambiental não implementou cursos de ação voltados a geração de trabalho e renda.</p>	<p>As iniciativas de geração de trabalho e renda no âmbito do Programa de Educação Ambiental tenderam a atingir de forma integrada a maioria dos setores da economia, de acordo com as necessidades e vocações da localidade, de modo a potencializar resultados e a propiciar benefícios mais igualitários para os agentes locais.</p> <p>Ou as justificativas para a não incorporação da maioria dos setores da economia de acordo com as vocações locais foram aceitáveis.</p>	<p>As iniciativas de geração de trabalho e renda no âmbito do Programa de Educação Ambiental tenderam a atingir de forma integrada quase todos ou todos os setores da economia, de acordo com as necessidades e vocações da localidade de modo a potencializar resultados e a propiciar benefícios mais igualitários para os agentes locais.</p> <p>A articulação das iniciativas de geração de trabalho e renda com os diversos setores da economia de forma geral favoreceu a sua sustentabilidade, contribuindo para a melhoria da qualidade de vida dos agentes.</p> <p>Ou as justificativas para a não incorporação de quase todos os setores da economia de acordo com as vocações locais foram adequadas.</p>	
--	---	--	--

**Indicador 45**

Agentes que ingressaram na economia local com capacitação

**Descrição**

O indicador “Agentes que ingressaram na economia local com capacitação” visa medir o percentual de agentes que ingressaram na economia local com preparação profissional, comparando-se com o número total de agentes inseridos. Analisa a implementação de cursos de ação voltados à capacitação de tais agentes para propiciar a sua inserção na economia local de forma mais efetiva e duradoura. Verifica ainda se tais ações de capacitação foram devidamente planejadas de forma a terem recursos alocados previamente, bem como se estão de acordo com as necessidades locais.

**Critérios e Indicativos para Avaliação**

<b>Agentes que ingressaram na economia local com capacitação</b>
Há registro do número de beneficiários que ingressaram na economia local a partir das atividades e projetos do Programa de Educação Ambiental? Há registro do número de beneficiários que ingressaram na economia local a partir das atividades e projetos do Programa de Educação Ambiental com capacitação?
O Programa de Educação Ambiental propiciou o ingresso de beneficiários em atividades econômicas locais devido a projetos coletivos de Educação Ambiental prevendo e propiciando a sua capacitação?
O Programa contemplou em suas atividades a alocação de mão de obra local para dar sustentabilidade no longo prazo a sua execução, acompanhamento e avaliação promovendo a sua capacitação? Por exemplo, a alocação de formadores de formadores, mobilizadores da região, entre outros.
As ações de capacitação foram devidamente planejadas considerando a alocação prévia de recursos e as características das comunidades?
O número de agentes que ingressaram na economia local com capacitação foi adequado considerando as necessidades de qualificação de mão de obra na comunidade?

**Comentários**

--

**Tabela para Atribuição de Valor Síntese**

<b>Percentual de Agentes que ingressaram na economia local com capacitação</b>			
0% a 39%	40% a 69%	70% a 100%	<b>Valor</b>
Alguns agentes que ingressaram na economia local tiveram capacitação a partir das atividades e projetos do Programa de Educação Ambiental o	A maioria dos agentes que ingressaram na economia local teve capacitação a partir das atividades e projetos do Programa de Educação Ambiental o que tendeu a	Quase todos ou todos os agentes que ingressaram na economia local tiveram capacitação a partir das atividades e projetos do Programa de Educação	

<p>que tendeu a propiciar a sua inserção de forma mais efetiva e duradoura. Este percentual mostra-se abaixo de 51%. No entanto, o Programa ofereceu oportunidades desiguais para os agentes que ingressaram na economia, já que a maioria não obteve capacitação.</p> <p>Não há evidências se as ações de capacitação foram devidamente planejadas ou poucas ações de capacitação foram devidamente planejadas, considerando a alocação prévia de recursos (constam dos planos do Programa) e as características das comunidades.</p> <p>Poucos agentes das comunidades alocados no próprio Programa, para atuar na sua execução, acompanhamento e/ou avaliação tiveram capacitação.</p> <p>O Programa contribuiu de forma mediantemente adequada para o atendimento às necessidades de qualificação de mão de obra na comunidade.</p> <p>Ou o Programa não promoveu capacitação para os agentes que ingressaram na economia local</p> <p>Ou foram realizadas ações de capacitação para os agentes da comunidade sem que houvesse um curso de ação voltado para a sua inserção na economia local.</p> <p>Ou o Programa de Educação Ambiental não implementou cursos de ação voltados a geração de trabalho e renda.</p>	<p>propiciar a sua inserção de forma mais efetiva e duradoura. Este percentual mostra-se entre 75% e 51% (inclusive).</p> <p>Não há evidências se as ações de capacitação foram devidamente planejadas ou algumas ações de capacitação foram devidamente planejadas, considerando a alocação prévia de recursos (constam dos planos do Programa) e as características das comunidades.</p> <p>Alguns agentes das comunidades alocados no próprio Programa, para atuar na sua execução, acompanhamento e/ou avaliação tiveram capacitação. Por exemplo, houve processo educativo para os formadores de formadores locais.</p> <p>O Programa contribuiu de forma adequada para o atendimento às necessidades de qualificação de mão de obra na comunidade.</p>	<p>Ambiental o que tendeu a propiciar a sua inserção de forma mais efetiva e duradoura. Este percentual mostra-se acima de 75%.</p> <p>A maioria das ações de capacitação foi devidamente planejada, considerando a alocação prévia de recursos (constam dos planos do Programa) e as características das comunidades.</p> <p>A maioria dos agentes locais alocados no próprio Programa, para atuar na sua execução, acompanhamento e/ou avaliação teve capacitação. Por exemplo, houve processo educativo para os formadores de formadores locais.</p> <p>O Programa contribuiu de forma muito adequada para o atendimento às necessidades de qualificação de mão de obra na comunidade, adotando a capacitação dos beneficiários atingidos pelas iniciativas de geração de trabalho e renda como um princípio.</p>	
--	--	--	--

**Indicador 46**

Produtos/serviço gerado

**Descrição**

O indicador visa medir o percentual de unidades de produto/serviço gerado, considerando a análise mais global da contribuição do projeto para o desenvolvimento de atividades produtivas que possam causar melhorias na qualidade de vida e na geração de renda na comunidade. Este indicador deve evidenciar o funcionamento das iniciativas de geração de trabalho e renda no âmbito do Programa de Educação ambiental no tempo e no espaço. Considera o número previsto e realizado de geração de unidades de produto/serviço em unidades de tempo estimado (semanal, mensal, bimestral etc.), a fim de indicar o percentual médio de realização alcançado, o que deve evidenciar, por sua vez, o funcionamento das atividades produtivas que compõem as iniciativas de geração de trabalho e renda. Cabe ao avaliador analisar as justificativas para as interrupções na geração do produto e/ou serviço em questão no tempo previsto.

**Critérios e Indicativos para Avaliação****Produtos/serviço gerado**

Há registros sobre a produção local antes e depois das iniciativas de geração de trabalho e renda em unidades do produto ou serviço no âmbito do Programa? Há registros sobre a evolução no tempo da produção local (se pertinente)? Há registros sobre o número previsto e realizado para a geração de produtos e/ou serviços?

O volume de produtos/serviços entregues evidencia o funcionamento regular, sem interrupções, dos projetos de geração de trabalho e renda do Programa de Educação Ambiental, considerando o previsto e o realizado em unidades do produto ou serviço?

Os projetos para geração de trabalho e renda têm asseguradas fontes de recursos que permitem a sua sustentabilidade?

A evolução da produção de unidades do produto ou serviço evidencia que as iniciativas de projetos para geração de trabalho e renda no âmbito do Programa de Educação Ambiental se mostram sustentáveis no tempo e no espaço?

A evolução da produção de unidades do produto ou serviço gerado mostra-se compatível com os recursos alocados e com o esforço empreendido pela equipe executora do Programa e/ou pelos agentes que ingressaram na economia local?

**Comentários****Tabela para Atribuição de Valor Síntese****Percentual de Produtos/serviço gerado**

0% a 39%	40% a 69%	70% a 100%	Valor
O volume de produtos/serviços gerados evidenciou o funcionamento irregular e com interrupções	O volume de produtos/serviços gerados evidenciou o funcionamento quase regular e com algumas	O volume de produtos/serviços gerados evidenciou o funcionamento regular, sem interrupções, das iniciativas	

<p>freqüentes das iniciativas de geração de trabalho e renda do Programa de Educação Ambiental, considerando o previsto e o realizado em unidades do produto ou serviço no tempo.</p> <p>A evolução da produção de unidades do produto ou serviço evidencia que as iniciativas de geração de trabalho e renda no âmbito do Programa de Educação Ambiental se mostram pouco sustentáveis no tempo e no espaço.</p> <p>A evolução da produção de unidades do produto ou serviço gerado mostra-se pouco compatível com os recursos alocados e com o esforço empreendido pela equipe executora do Programa e/ou pelos agentes que ingressaram na economia local.</p> <p>Novas estratégias de estruturação das iniciativas de geração e renda precisam ser planejadas de modo a propiciar benefícios mais justos para os beneficiários.</p> <p>Ou as iniciativas de geração e renda não possibilitaram a operacionalização da produção ou prestação de serviço previsto.</p> <p>Ou o Programa de Educação Ambiental não implementou cursos de ação voltados a geração de trabalho e renda.</p>	<p>interrupções das iniciativas de geração de trabalho e renda do Programa de Educação Ambiental, considerando o previsto e o realizado em unidades do produto ou serviço no tempo.</p> <p>A evolução da produção de unidades do produto ou serviço evidencia que as iniciativas de geração de trabalho e renda no âmbito do Programa de Educação Ambiental se mostram quase sustentáveis no tempo e no espaço.</p> <p>A evolução da produção de unidades do produto ou serviço gerado mostra-se parcialmente compatível com os recursos alocados e com o esforço empreendido pela equipe executora do Programa e/ou pelos agentes que ingressaram na economia local.</p> <p>Ou as justificativas para explicar a geração de produtos/serviços irregular e com interrupções freqüentes, considerando o previsto e o realizado em unidades do produto ou serviço no tempo foram aceitáveis.</p>	<p>de geração de trabalho e renda do Programa de Educação Ambiental, considerando o previsto e o realizado em unidades do produto ou serviço no tempo.</p> <p>A evolução da produção de unidades do produto ou serviço evidencia que as iniciativas de geração de trabalho e renda no âmbito do Programa de Educação Ambiental se mostram sustentáveis no tempo e no espaço.</p> <p>A evolução da produção de unidades do produto ou serviço gerado mostra-se compatível com os recursos alocados e com o esforço empreendido pela equipe executora do Programa e/ou pelos agentes que ingressaram na economia local.</p>	
---	--	---	--

### **Objetivo Específico**

Favorecer o desenvolvimento local

### **Indicador 47**

Processos econômicos criados que consideram a sustentabilidade ambiental, social e cultural da região visando o desenvolvimento local.

### **Descrição**

O indicador visa medir o percentual de processos econômicos criados ou (re)organizados, (re)estruturados que consideram a sustentabilidade ambiental, social e cultural da região visando o desenvolvimento local. Considera a análise do quanto as iniciativas de geração de trabalho e renda no âmbito do Programa de Educação Ambiental foram estruturantes, propiciando a melhoria da qualidade de vida da população e a redução das pressões sobre os recursos naturais na perspectiva da mudança social. Deve-se verificar com este indicador se as iniciativas de geração de trabalho e renda no âmbito do Programa de Educação Ambiental impactaram o desenvolvimento local, incluindo aí a sua economia, de modo sustentável, já que há atividades de trabalho e renda que não necessariamente impactam o desenvolvimento social local devido ao seu caráter efêmero, pontual e restrito em termos de abrangência dos seus resultados.

### **Critérios e Indicativos para Avaliação**

<b>Processos econômicos criados que consideram a sustentabilidade ambiental, social e cultural da região visando o desenvolvimento local</b>
Há registros de melhoria das condições de vida dos agentes que ingressaram na economia local e toda a rede de beneficiados a partir das iniciativas de geração de trabalho e renda do Programa de Educação Ambiental?
As iniciativas de geração de trabalho e renda têm foco no desenvolvimento social sustentável?
As iniciativas de apoio/fomento de projetos de base local, visando a geração de trabalho e renda permitiram a institucionalização de processos econômicos sustentáveis e o desenvolvimento local?
As iniciativas de apoio/fomento de projetos de base local, visando a geração de trabalho e renda respeitaram o caráter endógeno do desenvolvimento local e a percepção dos atores locais?
Houve continuidade espacial, temporal e cultural das iniciativas de apoio/fomento de projetos de base local visando a geração de trabalho e renda, evitando-se desperdícios de tempo, energia e esperança quanto aos sentidos de melhoria das condições de vida almejadas?
As iniciativas de apoio/fomento de projetos de base local, visando a geração de trabalho e renda impactaram os processos econômicos possibilitando o repensar da ordem do capital e buscando novos modos de produção e distribuição de bens e serviços, por exemplo, a economia solidária?
As iniciativas de apoio/fomento de projetos de base local, visando a geração de trabalho e renda impactaram os processos econômicos possibilitando a redução da exclusão social?
A inserção de agentes na economia local propiciou o desenvolvimento local e a melhoria das condições de vida das populações?

A inserção de agentes na economia local propiciou a redução da exclusão política e econômica?

A apropriação das práticas sociais locais como fator de produção, foram planejadas e implementadas de forma a não comprometer o bem-estar coletivo, integrando-se as questões sociais e ambientais?

As iniciativas de apoio/fomento de projetos de base local, visando a geração de trabalho e renda foram planejadas, executadas e acompanhadas em articulação com o Estado, vinculando-se a políticas públicas, se pertinente?

Existem mecanismos participativos de gestão da produção e distribuição, por exemplo, comitês, associações, cooperativas, como forma de redução da assimetria de poder entre os atores envolvidos e mediação de conflitos entre estes? A autonomia na gestão foi um princípio adotado nestes grupos organizados?

Os processos econômicos criados consideraram a sustentabilidade ambiental, social e cultural da região?

As iniciativas de apoio/fomento de projetos de base local, visando a geração de trabalho e renda permitiram o acesso e/ou disponibilidade de recursos econômicos e naturais para os agentes, bem como a construção uma identidade sócio-cultural para o grupo, permitindo-lhe obter as condições para agir, se reproduzir socialmente e mudar normas e regras que governam o controle e uso dos diversos recursos? Possibilitaram e/ou ampliaram o acesso aos instrumentos de produção (acesso a terra, a instrumentos e lugares de trabalho produtivo)?

As iniciativas de apoio/fomento de projetos de base local, visando a geração de trabalho e renda buscaram minimizar os dilemas da exclusão social?

Fonte: MENDONÇA, 2010

### Comentários

--

**Tabela para Atribuição de Valor Síntese**

Percentual de Processos econômicos criados que considerem a sustentabilidade ambiental, social e cultural da região visando o desenvolvimento local			
0% a 39%	40% a 69%	70% a 100%	Valor
Nenhum ou quase nenhum processo econômico criado considerou a sustentabilidade ambiental, social e cultural da região.	Alguns processos econômicos criados consideraram a sustentabilidade ambiental, social e cultural da região.	Todos ou quase os processos econômicos criados consideraram a sustentabilidade ambiental, social e cultural da região.	
Nenhuma ou quase nenhuma iniciativa de	Algumas iniciativas de apoio/fomento de projetos de	Todas ou quase todas as iniciativas de apoio/fomento de	

<p>apoio/fomento de projetos de base local, visando a geração de trabalho e renda permitiu a institucionalização de processos econômicos sustentáveis e o desenvolvimento local. Nenhuma ou quase nenhuma iniciativa tendeu a superar possíveis discontinuidades, minimizando o desperdício de tempo, energia e esperança quanto aos sentidos de melhoria das condições almejados por parte dos agentes..</p> <p>No entanto, a maioria das iniciativas de apoio/fomento de projetos de base local, visando a geração de trabalho e renda não alcançou a institucionalização dos processos econômicos criados, enfrentando discontinuidades espaciais, temporais e/ou culturais graves.</p> <p>Nenhuma ou quase nenhuma iniciativa de apoio/fomento de projetos de base local, visando a geração de trabalho e renda respeitaram o caráter endógeno do desenvolvimento local e a percepção dos atores locais. Foram iniciativas implementadas na sua maioria a despeito das peculiaridades locais.</p> <p>Nenhuma ou quase nenhuma iniciativa de apoio/fomento de projetos de base local, visando a geração de trabalho e renda permitiram o real acesso e/ou disponibilidade de recursos econômicos e naturais para os agentes, bem como a construção uma identidade sócio-cultural para o grupo, permitindo-lhe obter as condições para agir, se reproduzir socialmente e mudar normas e regras que governam o controle e uso dos diversos recursos, concretizadas em melhorias de qualidade de vida para os grupos sociais.</p> <p>Nenhuma ou quase nenhuma iniciativa de</p>	<p>base local, visando a geração de trabalho e renda permitiram a institucionalização de processos econômicos sustentáveis e o desenvolvimento local. Tais iniciativas tenderam a superar possíveis discontinuidades, minimizando o desperdício de tempo, energia e esperança quanto aos sentidos de melhoria das condições almejados por parte dos agentes.</p> <p>Outras iniciativas de apoio/fomento de projetos de base local, visando a geração de trabalho e renda não alcançaram a institucionalização dos processos econômicos criados, enfrentando discontinuidades espaciais, temporais e/ou culturais.</p> <p>Algumas das iniciativas de apoio/fomento de projetos de base local, visando a geração de trabalho e renda respeitaram o caráter endógeno do desenvolvimento local e a percepção dos atores locais.</p> <p>Algumas iniciativas de apoio/fomento de projetos de base local, visando a geração de trabalho e renda permitiram o acesso e/ou disponibilidade de recursos econômicos e naturais para os agentes, bem como a construção uma identidade sócio-cultural para o grupo, permitindo-lhe obter as condições para agir, se reproduzir socialmente e mudar normas e regras que governam o controle e uso dos diversos recursos, concretizadas em melhorias de qualidade de vida para os grupos sociais.</p> <p>Algumas iniciativas de apoio/fomento de projetos de</p>	<p>projetos de base local, visando a geração de trabalho e renda permitiram a institucionalização de processos econômicos sustentáveis e o desenvolvimento local. Tais iniciativas tenderam a superar possíveis discontinuidades espaciais, temporais e culturais, minimizando o desperdício de tempo, energia e esperança quanto aos sentidos de melhoria das condições de vida almejadas por parte dos agentes.</p> <p>Todas ou quase todas as iniciativas de apoio/fomento de projetos de base local, visando a geração de trabalho e renda respeitaram o caráter endógeno do desenvolvimento local e a percepção dos atores locais.</p> <p>Todas ou quase todas as iniciativas de apoio/fomento de projetos de base local, visando a geração de trabalho e renda permitiram o acesso e/ou disponibilidade de recursos econômicos e naturais para os agentes, bem como a construção uma identidade sócio-cultural para o grupo, permitindo-lhe obter as condições para agir, se reproduzir socialmente e mudar normas e regras que governam o controle e uso dos diversos recursos, concretizadas em melhorias de qualidade de vida para os grupos sociais. Tais iniciativas tendem a contribuir, em suma, para o desenvolvimento de novos modos de vida, mais justos e igualitários.</p> <p>Todas ou quase todas as iniciativas de apoio/fomento de</p>
---	---	---

<p>apoio/fomento de projetos de base local, visando a geração de trabalho e renda impactaram os processos econômicos possibilitando o repensar da ordem do capital e buscando novos modos de produção e distribuição de bens e serviços, por exemplo, a economia solidária. Tais iniciativas acabaram por reproduzir a lógica dos mercados e a tentar reproduzi-la na escala local. São exemplos dessas iniciativas os projetos focados no Empreendedorismo.</p> <p>A implementação de quase nenhuma iniciativa de apoio/fomento de projetos de base local, visando a geração de trabalho e renda contou com a adoção de mecanismos participativos de gestão da produção e distribuição, por exemplo, comitês, associações, cooperativas, como forma de redução da assimetria de poder entre os atores envolvidos e mediação de conflitos entre estes, o que tenderia a favorecer a perenização de tais iniciativas e o exercício da cidadania por parte dos agentes que ingressaram na economia..</p> <p>Nenhuma ou quase nenhuma iniciativa de apoio/fomento de projetos de base local, visando a geração de trabalho e renda possibilitou a redução da exclusão social.</p> <p>Ou o Programa de Educação Ambiental não implementou cursos de ação voltados a geração de trabalho e renda.</p>	<p>base local, visando a geração de trabalho e renda impactaram os processos econômicos possibilitando o repensar da ordem do capital e buscando novos modos de produção e distribuição de bens e serviços, por exemplo, a economia solidária.</p> <p>A implementação de algumas das iniciativas de apoio/fomento de projetos de base local, visando a geração de trabalho e renda contou com a adoção de mecanismos participativos de gestão da produção e distribuição, por exemplo, comitês, associações, cooperativas, como forma de redução da assimetria de poder entre os atores envolvidos e mediação de conflitos entre estes, favorecendo a perenização de tais iniciativas.</p> <p>Algumas das iniciativas de apoio/fomento de projetos de base local, visando a geração de trabalho e renda possibilitaram a redução da exclusão social. Provavelmente tais iniciativas precisam ser ampliadas para outros grupos sociais da região.</p>	<p>projetos de base local, visando a geração de trabalho e renda impactaram os processos econômicos possibilitando o repensar da ordem do capital e buscando novos modos de produção e distribuição de bens e serviços, por exemplo, a economia solidária.</p> <p>A implementação da maioria das iniciativas de apoio/fomento de projetos de base local, visando a geração de trabalho e renda contou com a adoção de mecanismos participativos de gestão da produção e distribuição, por exemplo, comitês, associações, cooperativas, como forma de redução da assimetria de poder entre os atores envolvidos e mediação de conflitos entre estes, favorecendo a perenização de tais iniciativas.</p> <p>A maioria das iniciativas de apoio/fomento de projetos de base local, visando a geração de trabalho e renda possibilitou a redução da exclusão social.</p>	
--	--	--	--

**Indicador 48**

Beneficiários impactados com a criação de processos econômicos que consideram a sustentabilidade ambiental, social e cultural da região.

**Descrição**

O indicador visa medir o percentual de beneficiários impactados com a criação e implementação de processos econômicos que consideram a sustentabilidade ambiental, social e cultural da região, tendo em vista o número total de beneficiários impactados com a criação dos processos econômicos no âmbito do Programa de Educação Ambiental através de suas iniciativas de geração de trabalho e renda. Este total de sujeitos deve ser comparado com o total de agentes que ingressaram na economia a partir da criação de processos econômicos no âmbito do Programa de Educação Ambiental (Indicador “Agentes que ingressaram na economia local”) somado ao número de atores que se beneficiaram da obtenção dos bens e/ou serviços devido à criação e implementação de tais processos econômicos. Este indicador inclui na categoria “Beneficiários impactados” os agentes que ingressaram na economia local, atuando na produção e/ou distribuição de bens e/ou serviços, bem como os atores que se beneficiaram da obtenção destes bens e/ou serviços. Considera ainda os agentes que ingressaram na economia por exercerem atividades no âmbito do próprio Programa, por exemplo, multiplicadores, dinamizadores etc. Para facilitar a análise deste indicador podem ser realizadas estimativas quanto aos números dos agentes envolvidos diretamente e indiretamente com os processos econômicos criados, (re)organizados, (re)estruturados.

**Critérios e Indicativos para Avaliação**

	<b>Número</b>
<b>Beneficiários impactados com a criação de processos econômicos que consideram a sustentabilidade ambiental, social e cultural da região no âmbito do Programa de Educação Ambiental</b>  (Número de agentes que ingressaram na economia a partir da criação de processos econômicos que consideram a sustentabilidade ambiental, social e cultural da região + Número de atores que obtiveram bens e/ou serviços fruto dos novos processos econômicos criados que consideram a sustentabilidade ambiental, social e cultural da região)	
<b>Beneficiários impactados com a criação de processos econômicos no âmbito do Programa de Educação Ambiental</b>  (Número total de agentes que ingressaram na economia a partir da criação de processos econômicos + Número de atores que se beneficiaram da obtenção do bem e/ou serviço devido à criação e implementação de processos econômicos no âmbito do Programa de educação ambiental)	
<b>Percentual de beneficiários impactados com a criação de processos econômicos que consideram a sustentabilidade ambiental, social e cultural da região no âmbito do Programa de Educação Ambiental</b>	

**Comentários**

--

**Tabela para Atribuição de Valor Síntese**

<b>Percentual de Beneficiários impactados com a criação de processos econômicos que consideram a sustentabilidade ambiental, social e cultural da região.</b>			
<b>0% a 39%</b>	<b>40% a 69%</b>	<b>70% a 100%</b>	<b>Valor</b>
<p>O percentual de beneficiários impactados com a criação de processos econômicos que consideram a sustentabilidade ambiental, social e cultural da região está na faixa de 50% a 0% (inclusive).</p> <p>Tais resultados tendem a indicar que a minoria dos sujeitos impactados pelas iniciativas de geração de trabalho e renda está associada a processos econômicos que consideram a sustentabilidade ambiental, social e cultural da região.</p> <p>Além disso, estes resultados parecem indicar também que os maiores investimentos do Programa de Educação Ambiental tenderam a ocorrer em iniciativas pouco estruturadas e sustentáveis. Ou pela natureza das iniciativas mais estruturadas e focadas na realidade local, considerando a sustentabilidade ambiental, social e cultural da região, um menor número de pessoas foi envolvido devido à necessidade da alocação de recursos de forma significativa nestes projetos.</p> <p>Ou ainda nenhum beneficiário foi impactado por processos econômicos que consideram a sustentabilidade ambiental, social e cultural da região.</p> <p>Ou o Programa de Educação Ambiental não implementou cursos de ação voltados a geração de trabalho e renda.</p>	<p>O percentual de beneficiários impactados com a criação de processos econômicos que consideram a sustentabilidade ambiental, social e cultural da região está na faixa de 75% a 51% (inclusive).</p> <p>Tais resultados tendem a indicar que a maioria dos sujeitos impactados pelas iniciativas de geração de trabalho e renda está associada a processos econômicos que consideram a sustentabilidade ambiental, social e cultural da região.</p> <p>Além disso, estes resultados parecem indicar que investimentos significativos do Programa de Educação Ambiental tenderam a ocorrer em iniciativas mais estruturadas e focadas na realidade local. No entanto, provavelmente melhorias ainda podem ser realizadas de modo que as iniciativas de geração de trabalho e renda, de modo geral, compreendam a criação/reorganização de processos econômicos em direção à sustentabilidade ambiental, social e cultural da região.</p>	<p>O percentual de beneficiários impactados com a criação de processos econômicos que consideram a sustentabilidade ambiental, social e cultural da região mostra-se acima de 75%.</p> <p>Tais resultados tendem a indicar que todos ou quase todos os sujeitos impactados pelas iniciativas de geração de trabalho e renda estão associados a processos econômicos que consideram a sustentabilidade ambiental, social e cultural da região.</p> <p>Além disso, estes resultados parecem indicar também que os maiores investimentos do Programa de Educação Ambiental tenderam a ocorrer em iniciativas estruturadas e focadas na realidade local.</p>	

**Indicador 49**

Renda gerada

**Descrição**

O indicador visa medir o percentual de renda gerada pelos agentes que ingressaram na economia local de modo a verificar se o esforço do Programa de engajar os beneficiários em atividades produtivas realmente propiciou resultados socioeconômicos relevantes. A periodicidade de levantamento destas informações deve ocorrer em função das características do projeto. Caso as iniciativas de geração de trabalho e “renda” lidem com outra lógica de acesso a bens e serviços associados à qualidade de vida das populações que não redunde na acumulação de unidades monetárias, o indicador aqui proposto deverá medir a ampliação do acesso aos bens e serviços em si. Para análise deste indicador, o avaliador deverá considerar o público alvo das iniciativas em questão, incluindo o patamar inicial de renda dos agentes; os investimentos e esforços empreendidos pelas equipes executoras do Programa e beneficiários; e o tipo de atividade econômica alvo do Programa. Podemos citar algumas experiências e valores relativos a projetos de geração de trabalho e renda, a título de exemplo: Projeto na área de resíduos sólidos proposto pelo Movimento Nacional de Catadores de Recicláveis ao Governo Federal, em 2007, para a criação e fortalecimento de cooperativas de catadores para a geração de 40 mil postos de trabalho, beneficiando cerca de 175 mil pessoas, prevê um aumento na renda per capita de R\$ 60/100 a R\$300/450. (INSTITUTO ETHOS DE EMPRESAS E RESPONSABILIDADE SOCIAL, 2007). Experiências de geração de trabalho e renda com pequenos agricultores rurais do Estado do Ceará com patamar de renda de um salário mínimo contemplaram a implantação de 27 projetos de agricultura irrigada propiciando uma renda líquida acima de R\$ 700,00. (AGÊNCIA DA GTZ NO BRASIL, S/ANO)

**Critérios e Indicativos para Avaliação**

<b>Renda Gerada</b>
Há registro da renda gerada a partir das iniciativas de geração de trabalho e renda do Programa de Educação Ambiental? Há registro do investimento efetuado para a implementação das iniciativas de geração de trabalho e renda?
Há registro da renda per capita dos agentes que ingressaram na economia antes e depois da implementação do Programa de Educação Ambiental no que diz respeito às iniciativas de geração de trabalho e renda?
Há registro da renda gerada pelas iniciativas de geração de trabalho e renda do Programa de Educação Ambiental? E do número de beneficiários diretamente envolvidos (atuam na produção e/ou distribuição de produtos/serviços)?
As iniciativas de geração de trabalho e renda do Programa de Educação Ambiental propiciaram o aumento da renda produzida pelos agentes que ingressaram na economia local? As iniciativas de geração de trabalho e renda do Programa de Educação Ambiental propiciaram um aumento da renda per capita média dos agentes que ingressaram na economia local?
A variação da renda per capita dos agentes que ingressaram na economia antes e depois da implementação das iniciativas de geração de trabalho e renda do Programa de Educação Ambiental evidencia a ampliação da sua possibilidade de acesso a bens e serviços, indicando impactos positivos na qualidade de vida destes sujeitos?
Caso as iniciativas de geração de trabalho e “renda” lidem com outra lógica de acesso a bens e serviços associados à qualidade de vida das populações que não redunde na acumulação de unidades monetárias, estas propiciaram a ampliação ao acesso aos bens e serviços em si, indicando impactos positivos na qualidade de vida dos sujeitos?
As iniciativas de geração de trabalho e renda do Programa de Educação Ambiental propiciaram um aumento na renda dos agentes que ingressaram na economia local compatível com

os recursos alocados e com o esforço empreendido pela equipe executora do Programa e/ou pelos agentes que ingressaram na economia local?

As iniciativas de geração de trabalho e renda do Programa de Educação Ambiental propiciaram um aumento na renda dos agentes que ingressaram na economia local de modo igualitário? Ou seja, as iniciativas de geração de trabalho e renda do Programa de Educação Ambiental propiciaram um aumento na renda dos agentes que ingressaram na economia local sem haver concentração de renda e sim, uma distribuição equilibrada entre os agentes?

**Comentários**

**Tabela para Atribuição de Valor Síntese**

<b>Percentual de Renda Gerada</b>			
<b>0% a 39%</b>	<b>40% a 69%</b>	<b>70% a 100%</b>	<b>Valor</b>
Nenhuma ou quase nenhuma iniciativa de geração de trabalho e renda do Programa de Educação Ambiental propiciou um aumento na renda dos agentes que ingressaram na economia local passível de ser concretizado na ampliação das condições de acesso a bens e serviços diretamente ligados à qualidade de vida dos agentes.	Algumas iniciativas de geração de trabalho e renda do Programa de Educação Ambiental propiciaram um aumento na renda dos agentes que ingressaram na economia local passível de ser concretizado na ampliação das condições de acesso a bens e serviços diretamente ligados à qualidade de vida dos agentes.	Todas ou quase todas as iniciativas de geração de trabalho e renda do Programa de Educação Ambiental propiciaram um aumento na renda dos agentes que ingressaram na economia local passível de ser concretizado na ampliação das condições de acesso a bens e serviços diretamente ligados à qualidade de vida dos agentes.	
Nenhuma ou quase nenhuma iniciativa de geração de trabalho e renda do Programa de Educação Ambiental propiciou um aumento na renda dos agentes que ingressaram na economia local compatível com os recursos alocados e com o esforço empreendido pela equipe executora do Programa e/ou pelos agentes que ingressaram na economia local.	Algumas das iniciativas de geração de trabalho e renda do Programa de Educação Ambiental propiciaram um aumento na renda dos agentes que ingressaram na economia local compatível com os recursos alocados e com o esforço empreendido pela equipe executora do Programa e/ou pelos agentes que ingressaram na economia local.	Todas ou quase todas as iniciativas de geração de trabalho e renda do Programa de Educação Ambiental propiciaram um aumento na renda dos agentes que ingressaram na economia local compatível com os recursos alocados e com o esforço empreendido pela equipe executora do Programa e/ou pelos agentes que ingressaram na economia local.	
Nenhuma ou quase nenhuma iniciativa de geração de trabalho e renda do Programa de Educação Ambiental propiciou um aumento na renda dos agentes que ingressaram na economia local de	Algumas iniciativas de geração de trabalho e renda do Programa de Educação Ambiental propiciaram um aumento na renda dos agentes que ingressaram na economia local de modo igualitário.	Todas ou quase todas as iniciativas de geração de trabalho e renda do Programa de Educação Ambiental propiciaram um aumento na renda dos agentes que ingressaram na economia local de modo igualitário.	

<p>modo igualitário. Tais resultados tendem a evidenciar iniciativas de geração e renda pouco estruturantes e/ou muito similares à organização do mercado nas suas relações desiguais de produção e distribuição de riqueza gerada.</p> <p>Ou o Programa de Educação Ambiental não implementou cursos de ação voltados a geração de trabalho e renda.</p>			
---	--	--	--

### **Objetivo Específico**

Possibilitar a organização e a mobilização social

### **Indicador 50**

Criação ou fortalecimento de grupos organizados – comunitários, profissionais, institucionais, associações, cooperativas, comitês, entre outros – a partir do Programa de Educação Ambiental

### **Descrição**

Segundo o Programa Nacional de Educação Ambiental – ProNEA (Ministério do Meio Ambiente, 2005b), para que um programa de Educação ambiental possa cumprir seus objetivos deve fomentar a criação de “espaços de debate das realidades locais para o desenvolvimento de mecanismos de articulação social, fortalecendo as práticas comunitárias sustentáveis e garantindo a participação da população nos processos decisórios sobre a gestão dos recursos ambientais.”(p. 40). Logo, o indicador “Criação ou fortalecimento de grupos organizados – comunitários, profissionais, institucionais, associações, cooperativas, comitês, entre outros – a partir do Programa de Educação Ambiental” visa medir o quanto tais espaços sociais organizados foram instituídos, verificando o grau de contribuição do Programa para a organização e mobilização social.

### **Critérios e Indicativos para Avaliação**

<b>Criação ou fortalecimento de grupos organizados – comunitários, profissionais, institucionais, associações, cooperativas, comitês, entre outros – a partir do Programa de Educação Ambiental</b>
Há registro de quantos e quais grupos existiam na região afetada pelo Programa antes de sua implementação? Há registro sobre os grupos organizados em que os sujeitos do Programa já participavam antes?
Há registro, a partir do diagnóstico realizado, do inventário dos Programas e Projetos de Educação Ambiental implementados e/ou em execução na região; dos principais aspectos político-institucionais dos municípios que são alvo do Programa; das formas associativas existentes e do grau de organização social em cada município ou região atendida pelo Programa; das relações de parceria e de oposição entre os grupos sociais e a relação de autonomia perante o poder municipal; sobre o nível inicial e forma de participação dos grupos sociais atingidos pelo Programa?
Considerando a realidade local, o número de grupos organizados criados ou fortalecidos mostra-se adequado?
A criação ou fortalecimento dos grupos organizados possibilita a organização e a mobilização social?
A criação ou fortalecimento dos grupos organizados considerou a sua estruturação com base em normas e/ou procedimentos de funcionamento e de gestão, incluindo as formas de acompanhamento de suas atividades?
A criação ou fortalecimento dos grupos organizados considerou a representatividade da liderança, considerando o seu caráter delegado, sua autoridade derivada, (não é própria); sua liderança autenticamente reconhecida?
A criação ou fortalecimento dos grupos organizados considerou os aspectos da liderança ser rotativa, de dever prestar contas, deve entender-se como serviço à comunidade?
A criação ou fortalecimento dos grupos organizados considerou a liderança democraticamente conquistada, não se tratando de liderança imposta ou externa?

A criação ou fortalecimento dos grupos organizados ocorreu com a credibilidade na liderança e no próprio grupo?

A criação ou fortalecimento dos grupos organizados ocorreu de forma legítima, incluindo um processo democrático e comunitário de construção das regras de seu funcionamento, o qual inclui a definição de quem é “associado”, quais os seus direitos, deveres, como se consubstanciam os dirigentes, como se promove a auto-sustentação do grupo?

A criação ou fortalecimento dos grupos organizados incluiu mecanismos de acompanhamento da participação da base – no comparecimento às reuniões, no monitoramento das ações da cúpula, na reivindicação dos direitos do associado, no interesse pela vitalidade da comunidade?

Fonte: DEMO, 2008

### Comentários

--

**Tabela para Atribuição de Valor Síntese**

<b>Percentual de Criação ou fortalecimento de grupos organizados – comunitários, profissionais, institucionais, associações, cooperativas, comitês, entre outros – a partir do Programa de Educação Ambiental</b>			
<b>0% a 39%</b>	<b>40% a 69%</b>	<b>70% a 100%</b>	<b>Valor</b>
<p>Considerando a realidade local, o número de grupos organizados criados ou fortalecidos mostra-se pouco adequado, o que tende a comprometer a organização e a mobilização social.</p> <p>Além disso, a criação ou fortalecimento dos grupos não contou, na sua maioria, com um processo organizado, democrático e/ou comunitário de instituição. Em alguns casos, não estão claras as regras de funcionamento alguns grupos e os mecanismos de auto-sustentação, o que tende a comprometer a eficácia de suas ações para a organização e mobilização social.</p>	<p>Considerando a realidade local, o número de grupos organizados criados ou fortalecidos mostra-se mediantemente adequado.</p> <p>A criação ou fortalecimento de alguns grupos contou com um processo organizado, democrático e/ou comunitário de instituição. Logo, em alguns casos, não estão claras as regras de funcionamento de alguns grupos e os mecanismos de auto-sustentação, o que pode comprometer a eficácia de suas ações para a organização e mobilização social. Neste caso, estes grupos tenderão a depender mais das condições externas favoráveis e do nível de engajamento dos participantes, entre outros fatores, para atingir seus objetivos, principalmente no longo prazo.</p>	<p>Considerando a realidade local, o número de grupos organizados criados ou fortalecidos mostra-se adequado.</p> <p>A criação ou fortalecimento dos grupos organizados possibilita a organização e a mobilização social, considerando o processo democrático e comunitário de sua instituição na maioria dos casos, o qual inclui mecanismos de proteção ao seu funcionamento e auto-sustentação.</p>	

Ou nenhum grupo organizado foi criado ou fortalecido a partir do Programa de Educação Ambiental.			
--	--	--	--

**Indicador 51**

Indivíduos integrantes do Programa de Educação Ambiental que participam de Grupos organizados

**Descrição**

Considerando o objetivo do Programa de Educação Ambiental de possibilitar a organização e a mobilização social, faz-se necessário analisar a quantidade de indivíduos integrantes do Programa de Educação Ambiental que participam de Grupos organizados. Este indicador possibilita verificar, em certa medida, a eficácia da formação dos participantes do Programa, ao medir o quanto estes se engajaram em atividades de organização e mobilização social. Características locais e de implementação do Programa de Educação Ambiental que interferiram no índice de participação dos seus integrantes que atuam em Grupos organizados devem ser citadas.

**Critérios e Indicativos para Avaliação**

Descrição	Valor
Número de Indivíduos integrantes do Programa de EA que participam de Grupos organizados	
Número de Indivíduos integrantes do Programa de EA	
<b>Percentual de Indivíduos integrantes do Programa de EA que participam de Grupos organizados</b>	

**Comentários**

(O avaliador deve analisar o percentual de Indivíduos integrantes do Programa de EA que participam de Grupos organizados à luz de justificativas para explicar tal índice em função de características da realidade local e da implementação do Programa).

--

**Tabela para Atribuição de Valor Síntese**

Percentual de Indivíduos integrantes do Programa de EA que participam de Grupos organizados			Valor
0% a 39%	40% a 69%	70% a 100%	
<p>Alguns integrantes do Programa de EA participam de Grupos organizados – comunitários, profissionais, associações, cooperativas, comitês, o que tende a contribuir pouco para a busca de soluções para os riscos, problemas e/ou conflitos socioambientais identificados e para a melhoria da qualidade de vida de todos, via organização e mobilização social.</p> <p>Não está claro se o engajamento dos participantes, dado o percentual de participação, deveu-se aos efeitos da formação propiciada pelo Programa.</p>	<p>A maioria dos integrantes do Programa de EA participa de Grupos organizados – comunitários, profissionais, associações, cooperativas, comitês, o que contribui para a busca de soluções para os riscos, problemas e/ou conflitos socioambientais identificados e para a melhoria da qualidade de vida de todos, via organização e mobilização social.</p>	<p>Todos ou quase todos os integrantes do Programa de EA participam de Grupos organizados – comunitários, profissionais, associações, cooperativas, comitês, o que contribui de modo significativo para a busca de soluções para os riscos, problemas e/ou conflitos socioambientais identificados e para a melhoria da qualidade de vida de todos, via organização e mobilização social.</p>	

<p>Ou nenhum integrante do Programa de EA participa de Grupos organizados – comunitários, profissionais, associações, cooperativas, comitês, o que dificulta a busca de soluções para os riscos, problemas e/ou conflitos socioambientais identificados e para a melhoria da qualidade de vida de todos, via organização e mobilização social.</p> <p>Ou ainda nenhum grupo organizado foi criado ou fortalecido a partir do Programa de Educação Ambiental.</p>			
--	--	--	--

**Indicador 52**

Setores da sociedade representados nos Grupos

**Descrição**

Considerando o objetivo do Programa de Educação Ambiental de possibilitar a organização e a mobilização social, faz-se necessário analisar a representatividade dos Grupos organizados, criados ou fortalecidos, tendo em vista os setores da sociedade por estes abrangidos. Esta análise deve ter como base a busca de soluções para os riscos, problemas e/ou conflitos socioambientais identificados no âmbito do Programa, bem como a busca de melhoria da qualidade de vida de todos, a partir da sua participação nas decisões da vida pública. Este indicador pode, ainda, analisar, além dos setores da sociedade representados nos Grupos, detalhes sobre as instituições públicas, privadas e associações, dentre outras integrantes de tais Grupos.

**Critérios e Indicativos para Avaliação**

<b>Setores da sociedade representados nos Grupos</b>	
Considerando a busca de soluções para os riscos, problemas e/ou conflitos socioambientais identificados no âmbito do Programa, bem como a busca de melhoria da qualidade de vida de todos, os Grupos organizados criados ou fortalecidos, são representativos do ponto de vista dos setores da sociedade abrangidos (governo, entidades privadas e terceiro setor), considerando a realidade local?	
Considerando a busca de soluções para os riscos, problemas e/ou conflitos socioambientais identificados no âmbito do Programa, bem como a busca de melhoria da qualidade de vida de todos, os Grupos organizados criados ou fortalecidos, são representativos do ponto de vista das instituições que os constituem por setor da sociedade abrangido (instituições públicas, privadas e do terceiro setor), considerando a realidade local?	

**Comentários**

(O avaliador deve analisar o percentual de Setores da sociedade representados nos Grupos à luz das características da realidade local nas suas formas de organização social, incluindo as organizações existentes, bem como dos desafios socioambientais identificados e das demandas por melhorias na qualidade de vida de todos).

--

**Tabela para Atribuição de Valor Síntese**

<b>Percentual de Setores da sociedade representados nos Grupos</b>			
0% a 39%	40% a 69%	70% a 100%	<b>Valor</b>
Poucos grupos organizados criados ou fortalecidos a partir do Programa de Educação Ambiental são representativos do ponto de vista da sua abrangência pelos setores da sociedade, considerando a realidade local no que diz respeito aos riscos, problemas e/ou conflitos	A maioria dos grupos organizados criados ou fortalecidos a partir do Programa de Educação Ambiental é representativa do ponto de vista da sua abrangência pelos setores da sociedade, considerando a realidade local no que diz respeito aos riscos,	Quase todos os grupos organizados criados ou fortalecidos a partir do Programa de Educação Ambiental são representativos do ponto de vista da sua abrangência pelos setores da sociedade, considerando a realidade local no que diz respeito	

<p>socioambientais identificados no âmbito do Programa, bem como a busca de melhoria da qualidade de vida de todos.</p> <p>Ou nenhum grupo organizado criado ou fortalecido a partir do Programa de Educação Ambiental é representativo do ponto de vista da sua abrangência pelos setores da sociedade, considerando a realidade local no que diz respeito aos riscos, problemas e/ou conflitos socioambientais identificados no âmbito do Programa, bem como a busca de melhoria da qualidade de vida de todos.</p> <p>Ou nenhum grupo organizado foi criado ou fortalecido a partir do Programa de Educação Ambiental.</p>	<p>problemas e/ou conflitos socioambientais identificados no âmbito do Programa, bem como a busca de melhoria da qualidade de vida de todos.</p>	<p>aos riscos, problemas e/ou conflitos socioambientais identificados no âmbito do Programa, bem como à busca da melhoria da qualidade de vida de todos.</p>	
---	--	--	--

**Indicador 53**

Atividades de EA realizadas pelos grupos organizados

**Descrição**

Este indicador visa medir a intensidade do funcionamento dos Grupos Organizados, considerando o número de atividades previstas e realizadas em uma unidade de tempo estimada (semanal, mensal, bimestral etc.). Verifica também o percentual de realização de atividades de Educação Ambiental, considerando o total de atividades realizadas pelos Grupos organizados, bem como sua adequação, tendo em vista os objetivos do Programa de promoção da busca e implementação de soluções para os problemas, riscos e/ou conflitos socioambientais da região e da melhoria da qualidade de vida de todos.

**Critérios e Indicativos para Avaliação**

<b>Atividades de EA realizadas pelos grupos organizados</b>
Há registros sobre o número de atividades previstas e realizadas pelos Grupos Organizados? Dentre estas, há registros sobre o número de atividades de EA previstas e realizadas pelos Grupos Organizados?
Considerando a pertinência dos recursos (financeiros, materiais e humanos) alocados no Programa e o número de grupos organizados em funcionamento, o número de Atividades de Educação Ambiental realizado foi adequado?
Considerando os objetivos do Programa, o percentual de atividades de Educação Ambiental realizadas foi adequado, tendo em vista a busca e implementação de soluções para os problemas, riscos e/conflitos socioambientais da região e a melhoria da qualidade de vida de todos, a partir da organização e da mobilização social?
Os tipos de atividades realizadas foram relevantes, tendo em vista a perspectiva da mobilização e da organização social? São exemplos de tipos de atividades: participação do Grupo em audiências e reuniões públicas; apresentação das atividades e causas do Grupo em eventos públicos; realização de cursos e oficinas; realização de eventos de mobilização; representação do Grupo em fóruns (câmeras técnicas, conselhos deliberativos), entre outros.
Os tipos de atividades realizadas de Educação ambiental foram relevantes, tendo em vista a perspectiva da mobilização e da organização social, servindo para forjar e ao mesmo tempo alimentar o projeto comum do grupo?

**Comentários**

--

**Tabela para Atribuição de Valor Síntese**

<b>Percentual de Atividades de EA realizadas pelos grupos organizados</b>			
0% a 39%	40% a 69%	70% a 100%	<b>Valor</b>

<p>Poucos grupos organizados encontram-se em funcionamento sistemático.</p> <p>Foi realizado um número pouco adequado de atividades de Educação Ambiental, considerando a intensidade de implementação destas atividades, visando a mobilização social, principalmente em torno dos riscos, problemas e/ou conflitos socioambientais identificados, bem como de outras temáticas socioambientais relevantes.</p> <p>Considerando os objetivos dos Projetos, os tipos de atividade de Educação Ambiental realizados não foram, na sua maioria, relevantes para organizar, mobilizar e/ou disseminar as informações sobre as questões socioambientais para as comunidades, tendo em vista a busca e implementação de soluções para os problemas, riscos e/ou conflitos socioambientais da região.</p> <p>Ou nenhuma atividade de Educação Ambiental foi implementada pelos grupos organizados criados ou fortalecidos no âmbito do Programa.</p> <p>Ou nenhum grupo organizado foi criado ou fortalecido a partir do Programa de Educação Ambiental.</p>	<p>Alguns grupos organizados encontram-se em funcionamento sistemático.</p> <p>Foi realizado um número mediamente adequado de atividades de Educação Ambiental, considerando a intensidade de implementação destas atividades, visando a mobilização social, principalmente em torno dos riscos, problemas e/ou conflitos socioambientais identificados, bem como de outras temáticas socioambientais relevantes.</p> <p>Considerando os objetivos dos Projetos, os tipos de atividade de Educação Ambiental realizados não foram, na sua maioria, relevantes para organizar, mobilizar e/ou disseminar as informações sobre as questões socioambientais para as comunidades, tendo em vista a busca e implementação de soluções para os problemas, riscos e/ou conflitos socioambientais da região.</p>	<p>Todos ou quase todos os grupos organizados encontram-se em funcionamento sistemático.</p> <p>Foi realizado um número adequado de atividades de Educação Ambiental, considerando a intensidade de implementação destas atividades, visando a mobilização social, principalmente em torno dos riscos, problemas e/ou conflitos socioambientais identificados, bem como de outras temáticas socioambientais relevantes.</p> <p>Considerando os objetivos dos Projetos, os tipos de atividade de Educação Ambiental realizados foram relevantes para organizar, mobilizar e disseminar as informações sobre as questões socioambientais para as comunidades, tendo em vista a busca e implementação de soluções para os problemas, riscos e/ou conflitos socioambientais da região.</p>	
--	--	--	--

**Indicador 54**

Público presente em relação ao público esperado nas atividades de EA realizadas pelos grupos organizados

**Descrição**

Este indicador visa medir o percentual do público presente em relação ao esperado nas atividades de EA realizadas pelos Grupos organizados, de modo a se verificar o impacto destas atividades para o alcance do objetivo de organização e mobilização social, visando a busca coletiva de soluções para as questões socioambientais locais e de qualidade de vida. Deve-se medir o público esperado em cada evento e o público presente, calculando-se o percentual médio de participação por Grupo organizado e depois o percentual médio de participação relativo a todos os Grupos. Características locais e de implementação do Programa de Educação Ambiental que interferiram neste indicador de participação devem ser citadas. Para facilitar o cálculo deste indicador, podem ser utilizados números estimados de participantes.

**Critérios e Indicativos para Avaliação**

<b>Público presente em relação ao público esperado nas atividades de EA realizadas pelos Grupos organizados</b>
---

Há registros sobre o público previsto e o realizado em cada evento de cada um dos Grupos? Há registros sobre o percentual médio de participação por Grupo? Há registros sobre o percentual médio global de participação, considerando o público previsto e o realizado no conjunto dos Grupos?
--

O percentual de participação do público esperado nas atividades de Educação Ambiental foi satisfatório, considerando os objetivos de organização e mobilização social?
--

**Comentários**

(O avaliador deve analisar o percentual de Público presente em relação ao público esperado nas atividades de EA realizadas pelos Grupos organizados em função de características da realidade local e da implementação do Programa, entre outros aspectos).

**Tabela para Atribuição de Valor Síntese**

<b>Percentual de Público presente em relação ao público esperado nas atividades de EA realizadas pelos Grupos organizados</b>			
0% a 39%	40% a 69%	70% a 100%	<b>Valor</b>
Considerando as atividades de Educação Ambiental realizadas, o percentual médio global de participação do público esperado foi pouco satisfatório, estando abaixo de 51%.	Considerando as atividades de Educação Ambiental realizadas, o percentual médio global de participação do público esperado foi satisfatório, estando entre 75% a 51% (inclusive).	Considerando as atividades de Educação Ambiental realizadas, o percentual médio global de participação do público esperado foi muito satisfatório, estando acima de 75%.	
Tal índice evidencia um grau de intensidade de participação baixo que pode interferir no grau de	Tal índice evidencia um grau de intensidade de participação que pode favorecer a articulação, integração	Tal índice evidencia um grau de intensidade de participação que favorece a articulação, a integração da	

<p>articulação, integração da comunidade e de legitimidade na busca de soluções para os riscos, problemas e/ou conflitos da população.</p> <p>O alcance dos objetivos de organização e mobilização social tende a estar muito sujeito a interferência de fatores externos ao funcionamento do Grupo e das atividades, bem como do poder de representatividade e articulação dos sujeitos presentes nas atividades, já que a intensidade de participação foi baixa.</p> <p>Ou nenhuma atividade de Educação Ambiental foi implementada pelos grupos organizados criados ou fortalecidos no âmbito do Programa.</p> <p>Ou nenhum grupo organizado foi criado ou fortalecido a partir do Programa de Educação Ambiental.</p>	<p>da comunidade e a busca de soluções para os riscos, problemas e/ou conflitos de modo legítimo.</p> <p>O alcance dos objetivos de organização e mobilização social tende a depender mais da influência de fatores externos ao funcionamento do Grupo e das atividades, bem como do poder de representatividade e articulação dos sujeitos presentes nas atividades, já que a intensidade de participação foi média.</p>	<p>comunidade e a busca de soluções para os riscos, problemas e/ou conflitos de modo legítimo.</p>	
---	---	--	--

**Indicador 55**

Participantes dos Grupos organizados em relação ao número de participantes inscritos nos Grupos

**Descrição**

Este indicador visa medir o percentual de participação dos integrantes de cada Grupo organizado, considerando-se o número de indivíduos que efetivamente atuam no seu funcionamento frente ao número de indivíduos indicados, inscritos e/ou nomeados para compor tais Grupos organizados. Deve-se calcular um percentual médio para o conjunto dos Grupos organizados criados ou fortalecidos no âmbito do Programa de Educação ambiental. Características locais e de implementação do Programa de Educação Ambiental que interferiram neste indicador de participação devem ser citadas.

**Critérios e Indicativos para Avaliação**

<b>Participantes dos grupos em relação ao número de participantes inscritos nos Grupos</b>
Há registro dos participantes que compõem os Grupos organizados? Há registros sobre a participação dos participantes inscritos em cada um dos Grupos organizados? Há registro sobre o percentual de participação dos inscritos em cada Grupo? Há registros sobre o percentual global de participação dos inscritos considerando o conjunto dos Grupos?
Há registros sobre a participação dos inscritos nos Grupos?
Os participantes comparecem às reuniões, atuam segundo o compromisso da auto-sustentação do Grupo, monitoram as ações da cúpula, agem com interesse pela vitalidade do Grupo?
O percentual de sujeitos indicados, inscritos e/ou nomeados para compor os Grupos organizados criados ou fortalecidos que efetivamente participam de suas atividades é adequado, tendo em vista a necessidade de organização e mobilização social para a resolução das questões socioambientais tratadas pelo Programa?
O percentual de sujeitos indicados, inscritos e/ou nomeados para compor os Grupos organizados criados ou fortalecidos que efetivamente participam de suas atividades é adequado, tendo em vista o funcionamento e a continuidade dos Grupos?

Fonte: DEMO, 2008

**Comentários**

(O avaliador deve analisar o percentual de Participantes dos grupos em relação ao número de participantes inscritos nos Grupos à luz de justificativas para explicar tal índice em função de características da realidade local e da implementação do Programa, entre outros aspectos).

--

**Tabela para Atribuição de Valor Síntese**

<b>Percentual de Participantes dos grupos em relação ao número de participantes inscritos nos Grupos</b>			
0% a 39%	40% a 69%	70% a 100%	<b>Valor</b>

<p>O percentual de participação dos inscritos mostra-se abaixo de 51%.</p> <p>O percentual de sujeitos indicados, inscritos e/ou nomeados para compor os Grupos organizados criados ou fortalecidos que efetivamente participam de suas atividades é pouco adequado, tendo em vista a necessidade de organização e mobilização social para a resolução das questões socioambientais tratadas pelo Programa.</p> <p>O percentual de sujeitos indicados, inscritos e/ou nomeados para compor os Grupos organizados criados ou fortalecidos que efetivamente participam de suas atividades é pouco adequado, tendo em vista a necessidade de funcionamento dos Grupos e de sua continuidade no tempo e no espaço.</p> <p>Alguns dos participantes inscritos nos Grupos comparecem às reuniões, atuam segundo o compromisso da auto-sustentação do Grupo, monitoram as ações da cúpula e agem com interesse pela vitalidade do Grupo.</p> <p>Ou nenhum grupo organizado foi criado ou fortalecido a partir do Programa de Educação Ambiental.</p>	<p>O percentual de participação dos inscritos mostra-se entre 75% e 51% (inclusive).</p> <p>O percentual de sujeitos indicados, inscritos e/ou nomeados para compor os Grupos organizados criados ou fortalecidos que efetivamente participam de suas atividades é mediamente adequado, tendo em vista a necessidade de organização e mobilização social para a resolução das questões socioambientais tratadas pelo Programa.</p> <p>O percentual de sujeitos indicados, inscritos e/ou nomeados para compor os Grupos organizados criados ou fortalecidos que efetivamente participam de suas atividades é mediamente adequado, tendo em vista o funcionamento dos Grupos e a maior possibilidade de garantia de sua continuidade no tempo e no espaço.</p> <p>Alguns dos participantes inscritos nos Grupos comparecem às reuniões, atuam segundo o compromisso da auto-sustentação do Grupo, monitoram as ações da cúpula e agem com interesse pela vitalidade do Grupo.</p>	<p>O percentual de participação dos inscritos mostra-se acima de 75%.</p> <p>O percentual de sujeitos indicados, inscritos e/ou nomeados para compor os Grupos organizados criados ou fortalecidos que efetivamente participam de suas atividades é adequado, tendo em vista a necessidade de organização e mobilização social para a resolução das questões socioambientais tratadas pelo Programa.</p> <p>O percentual de sujeitos indicados, inscritos e/ou nomeados para compor os Grupos organizados criados ou fortalecidos que efetivamente participam de suas atividades é adequado, tendo em vista o funcionamento dos Grupos e a maior possibilidade de garantia de sua continuidade no tempo e no espaço.</p> <p>A maioria dos participantes inscritos nos Grupos comparece às reuniões, atua segundo o compromisso da auto-sustentação do Grupo, monitora as ações da cúpula e age com interesse pela vitalidade do Grupo.</p>	
---	--	--	--

**Objetivo Específico**

Favorecer a participação e controle social voltado para a atuação nas decisões da vida pública

**Indicador 56**

Ações de melhoria socioambiental decorrentes da participação comunitária

**Descrição**

Este indicador visa medir o percentual de melhorias socioambientais obtidas a partir da ação comunitária fomentada pelo Programa de Educação Ambiental. Tais ações incluem aquelas resultantes da implementação dos projetos coletivos desenvolvidos, os quais podem fomentar a ação de Grupos Organizados e/ou das iniciativas de geração de trabalho e renda. Tais melhorias devem ser analisadas considerando-se os seus impactos para a resolução dos riscos, problemas e/ou conflitos identificados e para a melhoria da qualidade de vida de todos. Devem indicar a participação dos sujeitos na vida pública, tendo como resultado conquistas democráticas para os diferentes grupos sociais envolvidos. Neste indicador, destaca-se a análise das medidas para a melhoria socioambiental das populações como fruto do empoderamento dos diversos grupos sociais participantes do Programa de Educação ambiental, capazes de intervirem, de modo qualificado, nos processos decisórios relativos ao acesso aos recursos ambientais e seu uso, bem como aos demais recursos que afetam a sua qualidade de vida. Caberá ao avaliador realizar uma análise deste indicador à luz das condições político-institucionais, descritas no diagnóstico e/ou observadas em campo, bem das demais circunstâncias que possam ter afetado o planejamento, implementação e/ou acompanhamento das medidas de melhoria socioambiental fruto da participação e do controle social.

**Critérios e Indicativos para Avaliação****Ações de melhoria socioambiental decorrentes da participação comunitária**

Há registros das melhorias socioambientais obtidas a partir da ação comunitária fomentada pelo Programa de Educação Ambiental? Tais ações podem incluir aquelas resultantes da implementação das ações/projetos coletivos desenvolvidos, os quais podem fomentar a ação de Grupos Organizados e/ou iniciativas de geração de trabalho e renda?

Todas as ações/projetos coletivos de Educação Ambiental conseguiram fomentar a participação e o controle social, o que redundou em ações de melhoria para a comunidade?

Que tipo de ações de melhoria socioambiental foram implementadas? As ações de melhoria socioambiental são estruturantes?

Estas resultaram em mudanças concretas na realidade, no acesso a direitos e/ou recursos antes não disponíveis para as comunidades? Por exemplo, uma comunidade que se mobiliza para criar coletivamente, com todas as instituições e setores daquela sociedade local, regras de uso, fiscalização e acompanhamento da utilização do reservatório de uma hidrelétrica que redundem na minimização da poluição do lago.

Que tipos de condições e circunstâncias afetaram o planejamento, implementação e/ou acompanhamento das medidas de melhoria socioambiental fruto da participação e do controle social (condições político-institucionais, complexidade das questões socioambientais, etc.)?

**Comentários**

(O avaliador deve realizar uma análise deste indicador à luz das condições político-institucionais, descritas no diagnóstico e/ou observadas em campo, bem das demais circunstâncias que possam ter afetado o planejamento, implementação e/ou acompanhamento das medidas de melhoria socioambiental fruto da participação e do controle social.)

**Tabela para Atribuição de Valor Síntese**

<b>Percentual de Ações de melhoria socioambiental decorrentes da participação comunitária</b>			
<b>0% a 39%</b>	<b>40% a 69%</b>	<b>70% a 100%</b>	<b>Valor</b>
<p>O Programa de Educação Ambiental, via projetos coletivos, funcionamento de Grupos organizados e/ou ações de geração de trabalho e renda, entre outras formas, pouco favoreceu a implementação de ações de melhoria socioambiental com resultados concretos na realidade, considerando a capacidade de organização e participação dos beneficiários para resolver os problemas, riscos e/ou conflitos detectados.</p> <p>Poucas ações de melhoria socioambiental foram planejadas, implementadas e/ou acompanhadas, dada a qualidade da participação e do controle social dos beneficiários na gestão ambiental, consideradas também as condições político-institucionais e demais circunstâncias que afetaram este processo.</p> <p>Poucos tipos de ações de melhoria socioambiental implementadas resultaram em mudanças concretas na realidade, no acesso a direitos e/ou recursos antes não disponíveis para as comunidades.</p> <p>As medidas de melhoria socioambiental foram pouco estruturantes e adequadas em termos qualitativos e/ou quantitativos.</p> <p>Ou não foram implementadas ações de melhoria socioambiental a partir da ação comunitária fomentada pelo Programa de Educação Ambiental.</p>	<p>O Programa de Educação Ambiental, via projetos coletivos, funcionamento de Grupos organizados e/ou ações de geração de trabalho e renda, entre outras formas, possibilitou mediamente a implementação de ações de melhoria socioambiental com resultados concretos na realidade, considerando a capacidade de organização e participação dos beneficiários para resolver os problemas, riscos e/ou conflitos detectados.</p> <p>Nem todas as ações de melhoria socioambiental foram planejadas, implementadas e/ou acompanhadas, dada a qualidade da participação e do controle social dos beneficiários na gestão ambiental, consideradas também as condições político-institucionais e demais circunstâncias que afetaram este processo.</p> <p>Alguns tipos de ações de melhoria socioambiental implementadas resultaram em mudanças concretas na realidade, no acesso a direitos e/ou recursos antes não disponíveis para as comunidades.</p> <p>As medidas de melhoria socioambiental foram mediamente estruturantes e adequadas em termos qualitativos e/ou quantitativos.</p>	<p>O Programa de Educação Ambiental, via projetos coletivos, funcionamento de Grupos organizados e/ou ações de geração de trabalho e renda, entre outras formas, possibilitou a implementação de ações de melhoria socioambiental com resultados concretos na realidade.</p> <p>As ações de melhoria socioambiental foram planejadas, implementadas e acompanhadas como resultado da participação e do controle social dos beneficiários na gestão ambiental.</p> <p>A maioria dos tipos de ações de melhoria socioambiental implementadas resultou em mudanças concretas na realidade, no acesso a direitos e/ou recursos antes não disponíveis para as comunidades.</p> <p>As medidas de melhoria socioambiental foram estruturantes e adequadas em termos qualitativos e quantitativos.</p>	

**Indicador 57**

Setores da sociedade impactados pelas ações de melhoria socioambiental decorrentes da participação comunitária

**Descrição**

Este indicador visa medir o percentual de setores da sociedade impactados pelas ações de melhoria socioambiental, visando analisar a abrangência das iniciativas decorrentes da participação comunitária. Quanto mais abrangente, mais estruturante tende a ser a ação de melhoria, podendo potencializar resultados e favorecer a sua sustentabilidade no tempo. Para que seja possível a medição deste indicador, faz-se necessária a indicação da organização dos setores da sociedade, de acordo com o diagnóstico realizado quando da estruturação do Programa. O avaliador deverá analisar de acordo com os objetivos dos projetos e os riscos, problemas e/ou conflitos tratados pelo Programa se a abrangência dos setores envolvidos nas ações, fruto da participação comunitária, está adequada.

**Critérios e Indicativos para Avaliação**

<b>Setores da sociedade impactados pelas ações de melhoria socioambiental decorrentes da participação comunitária</b>
Há registros da descrição das ações de melhoria socioambiental fruto da ação comunitária? Das ações descritas, há de forma explícita todos os setores impactados por tais iniciativas?
As ações de melhoria socioambiental impactaram os setores da sociedade pertinentes, considerando as peculiaridades e necessidades locais? O maior número possível de setores pertinentes foi envolvido, considerando as peculiaridades e necessidades locais?
As ações de melhoria socioambiental impactaram diversos setores da sociedade, visando a ampliação de resultados no tempo e no espaço?
As ações de melhoria socioambiental impactaram diversos setores da sociedade, evidenciando a abrangência dos resultados obtidos?
Que tipos de condições e circunstâncias afetaram a abrangência das medidas de melhoria socioambiental fruto da participação e do controle social (condições político-institucionais, complexidade das questões socioambientais, etc.)?

**Comentários**

(O avaliador deve realizar uma análise deste indicador à luz das condições político-institucionais, descritas no diagnóstico e/ou observadas em campo, bem como das demais circunstâncias que possam ter afetado o planejamento, implementação e/ou acompanhamento das medidas de melhoria socioambiental fruto da participação e do controle social.)

--

**Tabela para Atribuição de Valor Síntese**

<b>Percentual de Setores da sociedade impactados pelas ações de melhoria socioambiental decorrentes da participação comunitária</b>			
0% a 39%	40% a 69%	70% a 100%	<b>Valor</b>

<p>O Programa de Educação Ambiental, via projetos coletivos, funcionamento de Grupos organizados e/ou ações de geração de trabalho e renda, entre outras formas, pouco favoreceu a implementação de ações de melhoria socioambiental abrangentes.</p> <p>Poucas ações de melhoria socioambiental implementadas impactaram os diversos setores afetados pelos riscos, problemas e/ou conflitos socioambientais e/ou os setores capazes de alavancar a melhoria das condições de vida das populações.</p> <p>Algumas das ações de melhoria socioambiental implementadas foram abrangentes, evidenciando-se uma baixa capacidade de organização, participação e controle social dos beneficiários, considerando-se um cenário favorável (condições sócio-políticas, demais circunstâncias que afetam este processo e a complexidade das questões socioambientais trabalhadas).</p> <p>Ou nenhuma ações de melhoria socioambiental implementadas foi abrangente.</p> <p>Ou não foram implementadas ações de melhoria socioambiental a partir da ação comunitária fomentada pelo Programa de Educação Ambiental.</p>	<p>O Programa de Educação Ambiental, via projetos coletivos, funcionamento de Grupos organizados e/ou ações de geração de trabalho e renda, entre outras formas, possibilitou mediante a implementação de ações de melhoria socioambiental abrangentes.</p> <p>Algumas ações de melhoria socioambiental implementadas impactaram os diversos setores afetados pelos riscos, problemas e/ou conflitos socioambientais e/ou os setores capazes de alavancar a melhoria das condições de vida das populações.</p> <p>Algumas das ações de melhoria socioambiental implementadas foram abrangentes, evidenciando-se uma capacidade média de organização, participação e controle social dos beneficiários, considerando-se um cenário favorável (condições sócio-políticas, demais circunstâncias que afetam este processo e a complexidade das questões socioambientais trabalhadas).</p>	<p>O Programa de Educação Ambiental, via projetos coletivos, funcionamento de Grupos organizados e/ou ações de geração de trabalho e renda, entre outras formas, possibilitou a implementação de ações de melhoria socioambiental abrangentes.</p> <p>Todas ou quase todas as ações de melhoria socioambiental implementadas impactaram os diversos setores afetados pelos riscos, problemas e/ou conflitos socioambientais e/ou os setores capazes de alavancar a melhoria das condições de vida das populações.</p> <p>Todas ou quase todas as ações de melhoria socioambiental implementadas foram abrangentes, evidenciando a ampla capacidade de organização, participação e controle social dos beneficiários, considerando-se as condições sócio-políticas e demais circunstâncias que afetam este processo.</p>	
---	--	---	--

**Indicador 58**

Beneficiários impactados pelas ações de melhoria socioambiental fruto da participação comunitária em relação aos beneficiários do projeto coletivo no âmbito do Programa de Educação Ambiental

**Descrição**

Este indicador visa medir o percentual de beneficiários impactados pelas ações de melhoria fruto da participação comunitária em relação aos beneficiários do projeto coletivo no âmbito do Programa de Educação Ambiental, considerando a abrangência dos impactos causados por estas iniciativas. Difere do indicador “Beneficiários atendidos com os projetos” por deter-se nos impactos causados pelas melhorias conquistadas pelos grupos sociais a partir de sua organização, mobilização e participação social. A relevância do indicador “Beneficiários impactados pelas ações de melhoria socioambiental fruto da participação comunitária em relação aos beneficiários do projeto coletivo no âmbito do Programa de Educação Ambiental” dá-se pelo fato de um projeto abranger, por exemplo, a formação de multiplicadores, neste caso sendo tais multiplicadores os beneficiários desta ação, mas não abranger beneficiários impactados por ações diretas de melhoria da qualidade de vida de todos, desencadeadas a partir da participação social na vida pública dos grupos sociais envolvidos no projeto. O avaliador deverá analisar as condições e circunstâncias que influenciaram o percentual de Beneficiários impactados pelas ações de melhoria socioambiental fruto da participação comunitária em relação aos beneficiários do projeto coletivo no âmbito do Programa de Educação Ambiental (condições político-institucionais, complexidade das questões socioambientais, etc.).

**Critérios e Indicativos para Avaliação**

<b>Beneficiários impactados pelas ações de melhoria socioambiental fruto da participação comunitária em relação aos beneficiários do projeto coletivo no âmbito do Programa de Educação Ambiental</b>
Há registros do número total de beneficiários impactados por cada projeto coletivo no âmbito do Programa de Educação Ambiental, considerando-se o conjunto das ações desenvolvidas?
Há registros do número total de beneficiários impactados pelo conjunto de projetos coletivos no âmbito do Programa de Educação Ambiental, considerando-se o conjunto das ações desenvolvidas?
Há registros do número total de beneficiários impactados pelas ações de melhoria socioambiental de cada projeto coletivo no âmbito do Programa de Educação Ambiental?
Há registros do número total de beneficiários impactados pelas ações de melhoria socioambiental do conjunto de projetos coletivos no âmbito do Programa de Educação Ambiental?
O percentual de Beneficiários impactados pelas ações de melhoria socioambiental fruto da participação comunitária em relação aos beneficiários do projeto coletivo no âmbito do Programa de Educação Ambiental evidencia que o maior número de sujeitos impactados pelos projetos, desdobramentos do Programa de Educação ambiental, o foram por meio de medidas de melhoria socioambiental implementadas? Este percentual indica o maior foco dos projetos em ações concretas para a mudança na realidade?
Que tipos de condições e circunstâncias influenciaram o percentual de Beneficiários impactados pelas ações de melhoria socioambiental fruto da participação comunitária em relação aos beneficiários do projeto coletivo no âmbito do Programa de Educação Ambiental (condições político-institucionais, complexidade das questões socioambientais, etc.)?

**Comentários**

(O avaliador deve realizar uma análise deste indicador à luz das condições político-institucionais, descritas no diagnóstico e/ou observadas em campo, bem como das demais circunstâncias que possam ter afetado o planejamento, implementação e/ou acompanhamento das medidas de melhoria socioambiental fruto da participação e do controle social.)

--

**Tabela para Atribuição de Valor Síntese**

<b>Percentual de Beneficiários impactados pelas ações de melhoria socioambiental fruto da participação comunitária em relação aos beneficiários do projeto coletivo no âmbito do Programa de Educação Ambiental</b>			
<b>0% a 39%</b>	<b>40% a 69%</b>	<b>70% a 100%</b>	<b>Valor</b>
<p>O percentual de beneficiários impactados pelas ações de melhoria socioambiental do conjunto de projetos coletivos no âmbito do Programa de Educação Ambiental mostra-se abaixo de 51%, evidenciando que do total de beneficiários atendidos com os projetos, desdobramentos do Programa, a metade ou menos da metade o foi a partir de medidas de ações de melhoria socioambiental, as quais produzem resultados no âmbito da melhoria da qualidade de vida dos grupos.</p> <p>O resultado deste indicador tende a apontar a necessidade do Programa trabalhar mais na formação de indivíduos capazes de elaborar projetos, de se organizar, de participar e de alcançar resultados concretos para a sua comunidade, considerando que não foram as condições externas ao Programa que influenciaram um não atendimento adequado dos beneficiários. Os projetos parecem ter foco na mudança cultural.</p> <p>O indicador em questão pode apontar também para a necessidade de redirecionamento de parte das ações dos projetos de modo a favorecer de modo mais direto os beneficiários a partir de ações de melhoria socioambiental.</p> <p>Ou não foram implementadas ações de melhoria socioambiental a partir da ação comunitária fomentada pelo Programa de Educação Ambiental.</p>	<p>O percentual de beneficiários impactados pelas ações de melhoria socioambiental do conjunto de projetos coletivos no âmbito do Programa de Educação Ambiental mostra-se entre 51% e 75% (inclusive), evidenciando que do total de beneficiários atendidos com os projetos, desdobramentos do Programa, a maioria o foi a partir de medidas de ações de melhoria socioambiental, as quais produzem resultados no âmbito da melhoria da qualidade de vida dos grupos.</p> <p>O resultado deste indicador parece indicar que o Programa obteve êxito em formar indivíduos capazes de elaborar projetos, se organizar, participar e alcançar resultados concretos para a sua comunidade. Os projetos parecem ter foco prioritariamente na mudança social.</p>	<p>O percentual de beneficiários impactados pelas ações de melhoria socioambiental do conjunto de projetos coletivos no âmbito do Programa de Educação Ambiental mostra-se superior a 75%, evidenciando que do total de beneficiários atendidos com os projetos, desdobramentos do Programa, quase todos o foram a partir de medidas de ações de melhoria socioambiental, as quais produzem resultados no âmbito da melhoria da qualidade de vida dos grupos.</p> <p>O resultado deste indicador parece indicar que o Programa obteve êxito em formar indivíduos capazes de elaborar projetos, se organizar, participar e alcançar resultados concretos para a sua comunidade. Os projetos parecem ter foco na mudança social.</p>	

**Indicador 59**

Tempo de funcionamento do(s) Grupo(s) organizados tendo em vista o tempo de duração dos projetos

**Descrição**

Este indicador visa medir o percentual de Tempo de funcionamento do(s) Grupo(s) organizado(s) comparando-o ao tempo de duração dos projetos com o objetivo de verificar se o tempo de funcionamento do(s) primeiro(s) ultrapassa o tempo estimado para implementação das iniciativas aos quais este(s) se vincula(m). Se o tempo de funcionamento do(s) Grupo(s) ultrapassar o dos projetos tende-se a evidenciar o grau de sustentabilidade do(s) grupo(s), o que, por sua vez, se mostra extremamente relevante do ponto de vista da participação e do controle social.

**Critérios e Indicativos para Avaliação**

<b>Tempo de funcionamento do(s) Grupo(s) organizado(s) tendo em vista o tempo de duração dos projetos</b>
Há registros do tempo de funcionamento dos Grupos organizados até o presente momento da avaliação do Programa? Há registros das iniciativas (projetos) aos quais estes Grupos se vincularam? Há registros do tempo de funcionamento previsto para estas iniciativas?
O tempo de funcionamento dos Grupos extrapolou o tempo de funcionamento destas iniciativas?
O funcionamento dos Grupos ganhou “vida própria” independente das ações de sustentação dos projetos, evidenciando o engajamento dos participantes na vida pública, buscando soluções para riscos, problemas e/ou conflitos socioambientais e para a melhoria da qualidade de vida de todos?
Os grupos organizados criados e/ou fortalecidos têm auto-sustentação?

**Comentários**

--

**Tabela para Atribuição de Valor Síntese**

<b>Percentual de Tempo de funcionamento do(s) Grupo(s) organizado(s) tendo em vista o tempo de duração dos projetos</b>			
0% a 39%	40% a 69%	70% a 100%	<b>Valor</b>
Alguns dos grupos têm tempo de funcionamento maior do que o das iniciativas aos quais se vincularam, evidenciando a sua sustentabilidade suportada pelo engajamento dos participantes e/ou por condições sociopolíticas favoráveis.	A maioria dos grupos tem tempo de funcionamento maior do que o das iniciativas aos quais se vincularam, evidenciando a sua sustentabilidade suportada pelo engajamento dos participantes e/ou por condições sociopolíticas favoráveis.	Quase todos os grupos têm tempo de funcionamento maior do que o das iniciativas aos quais se vincularam, evidenciando a sua sustentabilidade suportada pelo engajamento dos participantes e/ou por condições sociopolíticas favoráveis. Tais Grupos tendem a gerar	

<p>A maioria dos grupos possui têm tempo de funcionamento menor do que o das iniciativas aos quais se vincularam, evidenciando a ausência significativa de sustentabilidade.</p> <p>Ou não foram criados ou fortalecidos Grupos como fruto das iniciativas do Programa de Educação Ambiental.</p>	<p>Alguns dos demais Grupos têm tempo de funcionamento aproximadamente igual ao das iniciativas aos quais se vincularam, evidenciando a sua sustentabilidade suportada pelo funcionamento de tais iniciativas.</p>	<p>melhorias para as comunidades devido a sua atuação “permanente”.</p>	
---	--	---	--

**Indicador 60**

Capacidade da comunidade de se organizar (grupos) para estabelecer critérios para a aprovação, captação e proposição de projetos de educação ambiental voltados para a melhoria da qualidade de vida de todos, discutindo prioridades sociais junto às agências financiadoras e/ou órgãos públicos envolvidos.

**Descrição**

Este indicador visa medir o percentual de capacidade da comunidade de se organizar (grupos) para estabelecer critérios para a aprovação, captação e/ou proposição de projetos de educação ambiental voltados para a melhoria da qualidade de vida de todos, discutindo prioridades sociais junto às agências financiadoras e/ou órgãos públicos envolvidos, com o objetivo de analisar o quanto os sujeitos integrantes do Programa de Educação Ambiental internalizaram a necessidade de busca de soluções para as questões socioambientais. O resultado de tal indicador tende a evidenciar o quanto a comunidade impactada pelo Programa mostra-se capaz de se organizar e participar ativamente da vida pública, visando conquistas para todos. Segundo Demo (2008), participação é conquista. A análise aqui proposta visa indicar o quanto a comunidade superou a condição de massa de manobra, de instrumento a serviço dos outros e mostra-se capaz de autodeterminar-se e conquistar seu espaço próprio e criativo.

**Critérios e Indicativos para Avaliação**

<b>Capacidade da comunidade de se organizar (grupos) para estabelecer critérios para a aprovação, captação e proposição de projetos de educação ambiental voltados para a melhoria da qualidade de vida de todos, discutindo prioridades sociais junto às agências financiadoras e/ou órgãos públicos envolvidos</b>
--

Como desdobramento do Programa de Educação Ambiental, a comunidade se organizou em grupos para estabelecer critérios para a aprovação, captação e/ou proposição de projetos de educação ambiental voltados para a melhoria da qualidade de vida de todos, discutindo prioridades sociais junto às agências financiadoras e/ou órgãos públicos envolvidos?
---

Quais foram as condições locais, entre estas, as político-institucionais que interferiram no grau de organização da comunidade para captar e/ou aprovar projetos de educação ambiental, voltados para a melhoria da qualidade de vida de todos, bem como discutir prioridades sociais junto às agências financiadoras e/ou órgãos públicos envolvidos?
--

A comunidade conseguiu não só estabelecer critérios para a aprovação, captação e/ou proposição de projetos de educação ambiental voltados para a melhoria da qualidade de vida de todos, discutindo prioridades sociais junto às agências financiadoras e/ou órgãos públicos envolvidos como também obteve êxito na captação e/ou aprovação de projetos para a localidade?
--

**Comentários**

--

**Tabela para Atribuição de Valor Síntese**

<b>Percentual de Capacidade da comunidade de se organizar (grupos) para estabelecer critérios para a aprovação, captação e proposição de projetos de educação ambiental voltados para a melhoria da qualidade de vida de todos, discutindo prioridades sociais junto às agências financiadoras e/ou órgãos públicos envolvidos</b>
--

0% a 39%	40% a 69%	70% a 100%	<b>Valor</b>
<p>A comunidade buscou sem êxito se organizar para estabelecer critérios para a aprovação, captação e/ou proposição de projetos de educação ambiental voltados para a melhoria da qualidade de vida de todos, discutindo prioridades sociais junto às agências financiadoras e/ou órgãos públicos envolvidos.</p> <p>Ou a comunidade não buscou se organizar para estabelecer critérios para a aprovação, captação e/ou proposição de projetos de educação ambiental voltados para a melhoria da qualidade de vida de todos, discutindo prioridades sociais junto às agências financiadoras e/ou órgãos públicos envolvidos por não ter internalizado esta possibilidade como necessidade e/ou aspiração.</p> <p>Neste ponto, excetuadas as condições internas e externas à comunidade desfavoráveis, o Programa parece ainda ter que atuar na ampliação da formação dos indivíduos e grupos, visando torná-los capazes de autodeterminar-se e conquistar seu espaço próprio e criativo em busca de novos patamares de qualidade de vida para a região</p> <p>Ou a comunidade não buscou se organizar (grupos) para estabelecer critérios para a aprovação, captação e proposição de projetos de educação ambiental voltados para a melhoria da qualidade de vida de todos, discutindo prioridades sociais junto às agências financiadoras e/ou órgãos públicos envolvidos.</p>	<p>A comunidade se organizou em grupos para estabelecer critérios para a aprovação, captação e/ou proposição de projetos de educação ambiental voltados para a melhoria da qualidade de vida de todos, discutindo prioridades sociais junto às agências financiadoras e/ou órgãos públicos envolvidos, porém não foi capaz de manter em funcionamento tais grupos de modo a alcançar seus objetivos.</p> <p>O resultado deste indicador aponta para o fato do Programa ter contribuído para desenvolver nos sujeitos a capacidade de mobilização, organização, participação e controle social da comunidade, bem como ter contribuído para o alargamento dos conceitos, necessidades e aspirações da comunidade em torno da melhoria das suas condições de vida.</p> <p>Faz-se necessário desenvolver estudos na comunidade para verificar que valores e práticas sociais precisam ainda ser mais trabalhados de modo que a sua capacidade de mobilização, participação e controle social possam ser ampliadas, visando alavancar novos patamares de qualidade de vida para a região, potencializando, por outro lado, as conquistas já efetuadas.</p>	<p>A comunidade não só se organizou em grupos para estabelecer critérios para a aprovação, captação e/ou proposição de projetos de educação ambiental voltados para a melhoria da qualidade de vida de todos, discutindo prioridades sociais junto às agências financiadoras e/ou órgãos públicos envolvidos, como também foi capaz de aprovar e/ou captar este tipo de projeto, trazendo benefícios significativos para a localidade.</p> <p>O resultado deste indicador aponta para o fato do Programa ter possibilitado alavancar um alto grau de refinamento da capacidade de mobilização, organização, participação e controle social da comunidade, bem como ter contribuído para o alargamento dos conceitos, necessidades e aspirações da comunidade em torno da melhoria das suas condições de vida.</p> <p>(Resultados que indicam o funcionamento regular dos grupos para estabelecer critérios para a aprovação, captação e/ou proposição de projetos de educação ambiental voltados para a melhoria da qualidade de vida de todos, discutindo prioridades sociais junto às agências financiadoras e/ou órgãos públicos envolvidos, porém sem sucesso na obtenção de projetos, devido a circunstâncias alheias à organização e participação de tais grupos, são enquadradas nesta faixa percentual de atribuição de valores.)</p>	

**Indicador 61**

Mudança/ampliação/criação de políticas públicas (implementação de cursos de ação que culminem na criação de novas políticas públicas ou alteração ou ampliação no escopo de políticas públicas existentes, viabilizando o acesso a direitos que redundem na melhoria da qualidade de vida de todos)

**Descrição**

Este indicador visa medir o percentual de mudanças e/ou ampliações em políticas públicas existentes ou, ainda, de criação de novas políticas públicas, visando o acesso a direitos que redundem na melhoria da qualidade de vida de todos, com o objetivo de verificar o quanto a comunidade mostra-se capaz de influenciar a vida pública na esfera mais ampla de sua participação – as políticas públicas. Neste ponto, verifica-se o quanto o Programa de Educação Ambiental possibilitou que a comunidade identificasse tais políticas como instrumento de mediação entre a sociedade e o Estado e construiu uma atitude de independência, autonomia e de reivindicação, capaz de superar uma postura de espera paternalista, de tendência assistencialista em relação ao Estado (DEMO, 2008).

**Critérios e Indicativos para Avaliação**

<b>Mudança/ampliação/criação de políticas públicas (implementação de cursos de ação que culminem na criação de novas políticas públicas ou alteração ou ampliação no escopo de políticas públicas existentes, viabilizando o acesso a direitos que redundem na melhoria da qualidade de vida de todos)</b>
A criação, mudança e/ou ampliação de políticas públicas existentes indica a existência de um diálogo interdisciplinar entre as políticas setoriais e a participação qualificada da comunidade nas decisões sobre o planejamento e impacto de tais políticas?
A criação, mudança e/ou ampliação de políticas públicas existentes indica a capacidade da comunidade de crítica e autocrítica, de se organizar para buscar de soluções, de se planejar e, sobretudo, de estabelecer um objetivo comum amplo de autodeterminação em relação ao Estado que redunde em conquistas socioambientais?
A criação, mudança e/ou ampliação de políticas públicas existentes indica a capacidade da comunidade de pensar criticamente a realidade, de oferecer soluções plausíveis e de conquistar no espaço e no tempo sua autonomia?
A criação, mudança e/ou ampliação de políticas públicas existentes foi planejada com base na consciência social da comunidade ao identificar, por exemplo, injustiças sociais, direitos negados, discriminações e/ou a pobreza como forma de opressão do ser humano?
O impacto das mudanças, ampliações e/ou criações de políticas públicas em termos de beneficiários atingidos e resultados/impactos obtidos com a implantação de tais alterações no cenário das políticas públicas foi positivo?
O impacto das mudanças, ampliações e/ou criações de políticas públicas em termos de beneficiários atingidos e resultados/impactos previstos com a implantação de tais alterações no cenário das políticas públicas foi abrangente, auto-sustentado e relevante socialmente?
A maioria dos participantes do Programa de Educação Ambiental se envolveu na criação, mudança e/ou ampliação de políticas públicas existentes a fim de viabilizar o acesso a direitos que redundem na melhoria da qualidade de vida de todos?

**Comentários**

--

**Tabela para Atribuição de Valor Síntese**

<b>Percentual de Mudança/ampliação/criação de políticas públicas (implementação de cursos de ação que culminem na criação de novas políticas públicas ou alteração ou ampliação no escopo de políticas públicas existentes, viabilizando o acesso a direitos que redundem na melhoria da qualidade de vida de todos)</b>			
<b>0% a 39%</b>	<b>40% a 69%</b>	<b>70% a 100%</b>	<b>Valor</b>
<p>Quase nenhum participante do Programa de Educação Ambiental se envolveu na criação, mudança e/ou ampliação de políticas públicas existentes a fim de viabilizar o acesso a direitos que redundem na melhoria da qualidade de vida de todos.</p> <p>O impacto das mudanças, ampliações e/ou criação de políticas públicas em termos de beneficiários atingidos e resultados/impactos obtidos com a implantação de tais alterações no cenário das políticas públicas, foi pouco abrangente, auto-sustentado e relevante socialmente em direção à mudança social.</p> <p>Contemplou, por exemplo, a alteração, mudança e/ou criação de políticas públicas com pouco impacto social em termos de mudanças estruturais na sociedade, como por exemplo, ampliar o calendário de comemorações escolares afetas ao meio ambiente.</p> <p>A comunidade evidenciou a sua capacidade de participação e controle social, voltado para as decisões em torno de políticas públicas e a resolução das questões socioambientais identificadas, entre outras ações, pelo planejamento</p>	<p>Alguns participantes do Programa de Educação Ambiental se envolveram na criação, mudança e/ou ampliação de políticas públicas existentes a fim de viabilizar o acesso a direitos que redundem na melhoria da qualidade de vida de todos, o que parece apontar para a capacidade do Programa de contribuir para a formação de sujeitos capazes de atuar de forma ampla como cidadãos.</p> <p>O impacto das mudanças, ampliações e/ou criação de políticas públicas em termos de beneficiários atingidos e resultados/impactos obtidos com a implantação de tais alterações no cenário das políticas públicas foi parcialmente abrangente, auto-sustentado e relevante socialmente em direção à mudança social.</p> <p>Contemplou, por exemplo, a alteração, mudança e/ou criação de políticas públicas com pouco impacto social em termos de mudanças estruturais na sociedade, como por exemplo, a criação de prêmio para escolas “ambientalmente corretas”, entre outros exemplos.</p> <p>A comunidade evidenciou a sua capacidade de participação e controle social, voltado para as decisões em torno de políticas públicas e a resolução das questões socioambientais identificadas, entre outras ações, pelo planejamento e proposição de alterações em direção à</p>	<p>A maioria dos participantes do Programa de Educação Ambiental se envolveu na criação, mudança e/ou ampliação de políticas públicas existentes a fim de viabilizar o acesso a direitos que redundem na melhoria da qualidade de vida de todos, o que aponta para a capacidade do Programa de contribuir para a formação de sujeitos capazes de atuar de forma ampla como cidadãos.</p> <p>O impacto das mudanças, ampliações e/ou criação de políticas públicas em termos de beneficiários atingidos e resultados/impactos obtidos com a implantação de tais alterações no cenário das políticas públicas foi abrangente, auto-sustentado e relevante socialmente em direção à mudança social.</p> <p>Contemplou, por exemplo, a alteração, mudança e/ou criação de políticas públicas com impacto social em termos de mudanças estruturais na sociedade. Por exemplo, a criação de um Conselho Gestor com representantes da sociedade para atuar junto ao órgão licenciador na busca de um processo de licenciamento mais democrático e efetivo, segundo o estado da arte em Educação Ambiental.</p> <p>O planejamento, proposição e obtenção de resultados em torno da criação, mudança e/ou ampliação de políticas públicas existentes indica a existência de um alto grau de refinamento na capacidade da comunidade de participação e controle social qualificado, voltado para as</p>	

<p>da criação, mudança e/ou ampliação de políticas públicas existentes.</p> <p>O Programa parece não ter contribuído de forma decisiva para formar indivíduos e grupos capazes de autodeterminar-se e conquistar seu espaço próprio e criativo em busca de melhorias na sociedade, por meio do instrumento mais amplo de participação popular – o acesso ao ciclo de políticas públicas.</p> <p>Ainda se fazem necessários aprendizados por meio do Programa ou a partir de outras iniciativas no que diz respeito a levar a comunidade a identificar soluções estruturantes em termos de políticas públicas e formas de propor tais alterações, bem como a fortalecer a sua capacidade de autodeterminar-se no tempo e no espaço.</p> <p>Ou não foi implementado nenhum curso de ação voltado para a criação de novas políticas públicas ou alteração ou ampliação no escopo de políticas públicas existentes, a fim de viabilizar o acesso a direitos que redundem na melhoria da qualidade de vida de todos.</p>	<p>criação, mudança e/ou ampliação de políticas públicas existentes.</p> <p>O Programa parece ter contribuído para formar indivíduos e grupos capazes de autodeterminar-se e conquistar seu espaço próprio e criativo em busca de melhorias na sociedade, por meio do instrumento mais amplo de participação popular – o acesso e interferência no ciclo de políticas públicas.</p> <p>Ainda se fazem necessários aprendizados por meio do Programa ou a partir de outras iniciativas no que diz respeito a levar a comunidade a identificar soluções estruturantes em termos de políticas públicas e estratégias para a obtenção dos resultados esperados.</p> <p>(Resultados que indicam a participação e controle social dos sujeitos do Programa para o planejamento de mudanças, ampliação ou criação de políticas públicas, porém sem sucesso na proposição de tais alterações, devido a circunstâncias alheias à organização e participação de tais sujeitos, são enquadradas nesta faixa percentual de atribuição de valores.)</p>	<p>decisões em torno de políticas públicas e resolução das questões socioambientais identificadas.</p> <p>O Programa parece ter contribuído para formar indivíduos e grupos capazes de autodeterminar-se e conquistar seu espaço próprio e criativo em busca de melhorias estruturais na sociedade, por meio do instrumento mais amplo de participação popular – o acesso e interferência no ciclo de políticas públicas.</p> <p>(Resultados que indicam a participação e controle social dos sujeitos do Programa para planejar e propor mudanças, ampliação ou criação de políticas públicas, porém sem sucesso, devido a circunstâncias alheias organização e participação de tais sujeitos, são enquadradas nesta faixa percentual de atribuição de valores.)</p>	
---	--	---	--

**Indicador 62**

Iniciativas de inclusão das questões ambientais nas agendas dos segmentos públicos e privados dos estados e municípios

**Descrição**

Este indicador visa medir o percentual de Iniciativas de inclusão das questões socioambientais nas agendas dos segmentos públicos e privados dos estados e municípios como forma de evidenciar a capacidade da comunidade de reivindicação organizada e competente, superando o conformismo e a passividade, bem como atitudes de espera perante posturas assistencialistas por parte do Estado. A análise das iniciativas de inclusão das questões socioambientais nas agendas dos segmentos públicos e privados dos estados e municípios visa indicar o quanto a comunidade mostra-se capaz de se organizar, de pensar criticamente e de oferecer soluções próprias, de planejar comunitariamente as suas ações e de autodeterminar-se em busca de soluções para seus problemas, riscos e/ou conflitos socioambientais, bem como para a melhoria da qualidade de vida de todos.

**Critérios e Indicativos para Avaliação**

<b>Iniciativas de inclusão das questões ambientais nas agendas dos segmentos públicos e privados dos estados e municípios</b>
Há registros sobre as iniciativas de inclusão das questões socioambientais nas agendas dos segmentos públicos e privados dos estados e municípios como forma de evidenciar a capacidade da comunidade de reivindicação organizada e competente, superando o conformismo e a passividade, bem como atitudes de espera perante posturas assistencialistas por parte do Estado?
Os sujeitos do Programa e a comunidade mobilizada atuam de modo a inserir temas socioambientais e demais temas socialmente relevantes (transferência de aprendizado) nas agendas dos segmentos públicos e privados dos estados e municípios?
Os sujeitos do Programa e a comunidade mobilizada atuam de modo a interferir na passagem dos temas propostos para a agenda governamental para a agenda de decisão do governo?
Os sujeitos do Programa e a comunidade mobilizada atuam de modo a inserir temas socioambientais e demais temas socialmente relevantes na agenda governamental, levando não só problemas, mas também propostas de ação?
Sabendo-se que para um problema entrar na agenda governamental é determinante um processo político favorável, há atuação de forma organizada das forças da sociedade, mobilizadas pelos sujeitos do Programa e pela comunidade atuante nas ações e iniciativas do Programa?
Os sujeitos do Programa e a comunidade atuam por meio de mecanismos adequados de organização, mobilização, articulação e participação para inserir temas socioambientais e demais temas socialmente relevantes nas agendas dos segmentos públicos e privados dos estados e municípios? Por exemplo, por meio da elaboração de estudos, pesquisas, documentos com propostas de alternativas de solução, mobilizações sociais, mobilizações políticas, criação de grupos específicos para discutir os problemas pautados na agenda, realização de eventos, inserção de temas na mídia, inserção das questões na pauta de discussão de governantes, entre outras.

**Comentários**

--

**Tabela para Atribuição de Valor Síntese**

<b>Percentual de Iniciativas de inclusão das questões ambientais nas agendas dos segmentos públicos e privados dos estados e municípios</b>			
<b>0% a 39%</b>	<b>40% a 69%</b>	<b>70% a 100%</b>	<b>Valor</b>
<p>Quase nenhum sujeito do Programa atua com iniciativas de inclusão das questões socioambientais e demais temas de interesse social nas agendas dos segmentos públicos e privados dos estados e municípios como forma de evidenciar a capacidade da comunidade de reivindicação organizada e competente, superando o conformismo e a passividade, bem como atitudes de espera perante posturas assistencialistas por parte do Estado.</p> <p>Os sujeitos do Programa e a comunidade atuam por meio de mecanismos pouco adequados de organização, mobilização, articulação e participação para inserir temas socioambientais e demais temas socialmente relevantes nas agendas dos segmentos públicos e privados dos estados e municípios.</p>	<p>Alguns sujeitos do Programa atuam com iniciativas de inclusão das questões socioambientais e demais temas de interesse social nas agendas dos segmentos públicos e privados dos estados e municípios como forma de evidenciar a capacidade da comunidade de reivindicação organizada e competente, superando o conformismo e a passividade, bem como atitudes de espera perante posturas assistencialistas por parte do Estado.</p> <p>Os sujeitos do Programa e a comunidade atuam por meio de mecanismos mediamente adequados de organização, mobilização, articulação e participação para inserir temas socioambientais e demais temas socialmente relevantes nas agendas dos segmentos públicos e privados dos estados e municípios.</p>	<p>A maioria dos sujeitos do Programa atua com iniciativas de inclusão das questões socioambientais e demais temas de interesse social nas agendas dos segmentos públicos e privados dos estados e municípios como forma de evidenciar a capacidade da comunidade de reivindicação organizada e competente, superando o conformismo e a passividade, bem como atitudes de espera perante posturas assistencialistas por parte do Estado.</p> <p>Os sujeitos do Programa e a comunidade atuam por meio de mecanismos adequados de organização, mobilização, articulação e participação para inserir temas socioambientais e demais temas socialmente relevantes nas agendas dos segmentos públicos e privados dos estados e municípios.</p> <p>Os sujeitos do Programa e a comunidade mobilizada atuam de modo a interferir na passagem dos temas propostos para a agenda governamental para a agenda de decisão do governo.</p>	

**Indicador 63**

Resolução dos conflitos, problemas e/ou riscos socioambientais

**Descrição**

Este indicador visa medir o percentual de Resolução dos conflitos, problemas e/ou riscos socioambientais identificados quando da implementação do Programa de Educação Ambiental. Trata-se de um dos indicadores mais abrangentes do sistema de medição para verificar o quanto o Programa impactou positivamente as populações alvo, preparando-as para ampliar o exercício da sua cidadania. Espera-se verificar o êxito do Programa em alavancar resultados de melhoria de vida para as comunidades por meio da sua organização, mobilização, participação e controle social, no longo prazo e de forma sustentável. Acredita-se que um Programa Governamental de Educação Ambiental que entrelaça questões econômicas, culturais e da educação em geral fornece maior possibilidade de geração e permanência de impactos positivos, caracterizando a ocorrência de uma mudança social na região.

**Critérios e Indicativos para Avaliação**

<b>Resolução do conflito, problemas e/ou risco socioambiental</b>
O Programa propiciou a leitura crítica e compreensão da dinâmica sócio-política dos conflitos, problemas e/ou riscos socioambientais identificados?
Foram atribuídos ao Programa de Educação Ambiental em questão resultados que evidenciam a resolução e/ou a mediação dos conflitos socioambientais identificados quando do seu diagnóstico, planejamento, execução e avaliação?
Foram atribuídos ao Programa de Educação Ambiental em questão resultados que evidenciam a solução e/ou minimização dos problemas socioambientais identificados quando do seu diagnóstico, planejamento, execução e avaliação?
Foram atribuídos ao Programa de Educação Ambiental em questão resultados que evidenciam a minimização ou eliminação dos riscos socioambientais identificados quando do seu diagnóstico, planejamento, execução e avaliação?
O Programa propiciou a elevação da capacidade de resolver problemas materiais na região, por exemplo, nutrição, renda, trabalho, habitação de modo a contribuir para a resolução de conflitos, problemas e/ou riscos socioambientais?
O Programa propiciou a elevação da capacidade de resolver problemas políticos, por exemplo, participar, autogerir, reivindicar, controlar o Estado de modo a contribuir para a resolução de conflitos, problemas e/ou riscos socioambientais?
O Programa propiciou a elevação dos estágios de amadurecimento da cidadania organizada, entendida como construção política comunitária de espaço próprio e criativo e aquisição/ampliação da capacidade da comunidade para reivindicar direitos e não pedir favores?
Há constatação de que com a implantação do Programa a vida das comunidades melhorou de fato? Há evidências que com a implantação do Programa o acesso e/ou extensão dos direitos básicos melhoraram, se pertinente? Há constatação de que com a implantação do Programa há diferença entre a vida de antes e a de agora?
Ate que ponto o Programa fomentou a criação e/ou fortalecimento de algum espaço da formação/exercício da cidadania?

O programa representa um caminho democrático na sociedade, na região e/ou na comunidade que se expressou, entre outros fatores, pela resolução, mediação, minimização dos conflitos, problemas e/ou riscos socioambientais?

Fonte: DEMO, 2008

### Comentários

#### Tabela para Atribuição de Valor Síntese

##### Percentual de Resolução do conflito, problemas e/ou risco socioambiental

0% a 39%	40% a 69%	70% a 100%	Valor
<p>O Programa propiciou, de forma pouco significativa, a leitura crítica e a compreensão da dinâmica sócio-política dos conflitos, problemas e/ou riscos socioambientais identificados.</p> <p>Mesmo considerando-se a complexidade da realidade local, foram atribuídos ao Programa de Educação Ambiental em questão resultados ainda que pouco significativos que evidenciam a sua contribuição para a resolução e/ou a mediação dos conflitos socioambientais identificados; ou minimização de riscos ou de problemas.</p>	<p>O Programa propiciou em parte a leitura crítica e a compreensão da dinâmica sócio-política dos conflitos, problemas e/ou riscos socioambientais identificados.</p> <p>Além disso, possibilitou aos sujeitos do Programa a identificação de diferentes papéis na sociedade no contexto dos conflitos, riscos e/ou problemas e o canais corretos (órgãos públicos e privados) para endereçamento de suas reivindicações.</p> <p>Mesmo considerando-se a complexidade da realidade local, foram atribuídos ao Programa de Educação Ambiental em questão parte dos resultados que evidenciam a resolução e/ou a mediação dos conflitos socioambientais identificados; ou minimização de riscos ou de problemas.</p>	<p>O Programa propiciou a leitura crítica e a compreensão da dinâmica sócio-política dos conflitos, problemas e/ou riscos socioambientais identificados.</p> <p>Além disso, possibilitou aos sujeitos do Programa a identificação de diferentes papéis na sociedade no contexto dos conflitos, riscos e/ou problemas e o canais corretos (órgãos públicos e privados) para endereçamento de suas reivindicações.</p> <p>Mesmo considerando-se a complexidade da realidade local, foram atribuídos ao Programa de Educação Ambiental em questão resultados que evidenciam a resolução e/ou a mediação dos conflitos socioambientais identificados.</p> <p>E/ou foram atribuídos ao Programa de Educação Ambiental em questão resultados que evidenciam a solução e/ou minimização dos problemas socioambientais identificados.</p>	

<p>Ou o Programa trabalhou com conflitos, problemas e/ou riscos socioambientais tão amplos e/ou com a falta de foco na mudança da realidade que não foi possível atribuir resultados de resolução ou minimização dos mesmos.</p> <p>Ou o Programa não contribuiu para a resolução dos conflitos, problemas e/ou riscos socioambientais com os quais trabalhou.</p>	<p>O programa representa uma possibilidade de caminho em direção ao aprendizado da participação e controle social na região e/ou na comunidade que se expressou, entre outros fatores, pela contribuição à resolução, mediação, minimização dos conflitos, problemas e/ou riscos socioambientais.</p>	<p>E/ou foram atribuídos ao Programa de Educação Ambiental em questão resultados que evidenciam a minimização ou eliminação dos riscos socioambientais identificados.</p> <p>Com a implantação do Programa a vida das comunidades melhorou de fato, considerando-se a melhoria do acesso e/ou extensão dos direitos básicos.</p> <p>O programa representa um caminho democrático na sociedade, na região e/ou na comunidade que se expressou, entre outros fatores, pela resolução, mediação, minimização dos conflitos, problemas e/ou riscos socioambientais.</p> <p>(Resultados que indicam que a resolução dos conflitos, problemas e/ou riscos socioambientais não ocorreu devido à complexidade do contexto sócio-político e econômico e não devido à falta de efetividade do Programa são enquadrados nesta faixa percentual de atribuição de valores.)</p>	
--	---	--	--

Após a finalização da avaliação, apresentamos abaixo uma aproximação sobre as principais conclusões sobre o programa avaliado. De forma alguma, as conclusões aqui citadas substituem as sínteses e análises elaboradas pelos avaliadores especificamente para o programa em questão.

<b>Síntese da Avaliação</b>	
<b>Faixas percentuais</b>	<b>Comentários</b>
<b>0 a 39%</b>	<p>O planejamento do programa seguiu na sua maioria as premissas de um programa conservador com enfoque na disseminação de informações. Possui foco na preparação do indivíduo para a mudança de hábitos e atitudes voltados para a resolução dos problemas ambientais.</p> <p>O planejamento apresentado, realizado com as premissas de um programa com foco na difusão de informações, tende a trazer impactos na obtenção da eficácia do programa (foco maior nas competências voltadas para a conservação do meio ambiente) e na sua efetividade, uma vez que o programa não trabalha adequadamente a organização e a participação social. Provavelmente os impactos esperados de mudança na realidade socioambiental dificilmente serão alcançados, considerando o não acesso e interação dos sujeitos com as políticas públicas.</p> <p>Algumas metodologias participativas de ensino são usadas. O Programa deve potencializar a sua aplicação. Deve também trabalhar com categorias, tais como: gestão ambiental, políticas públicas, participação e controle social.</p> <p>O programa atende em geral os objetivos de disseminação de informações sobre o meio ambiente e o papel de cada indivíduo na sua vida cotidiana. Constitui-se em proposta social relevante à medida que sensibiliza os indivíduos para as questões socioambientais que impactam sua vida. Distancia-se da proposta de um programa governamental de EA voltado para a construção de sociedades mais justas e igualitárias. Necessita ainda ampliar o olhar sobre os conceitos trabalhados de modo a torná-los mais contextualizados e críticos.</p> <p>Deve-se repensar estruturalmente o programa para atender aos critérios de um programa governamental no âmbito das políticas públicas, ampliando seus objetivos.</p>

<p><b>40% a</b> <b>69%</b></p>	<p>O planejamento do programa seguiu algumas premissas de um programa transformador, com enfoque na formação do cidadão, porém mais nos seus aspectos conceituais. Mantém alguma semelhança com programas com enfoque conservador à medida que ainda insere a questão da mudança de hábitos no elenco de seus objetivos. Não foi planejado de modo significativo do ponto de vista do beneficiário. Ou seja, ainda pode melhorar de forma a incorporar a participação do beneficiário como elemento para contribuir para a estruturação do programa.</p> <p>Trabalha informações de modo crítico, porém não propiciou a vivência dos cidadãos na organização e participação social, inclusive nas definições do próprio programa.</p> <p>O planejamento apresentado foi realizado com base em algumas premissas de um programa transformador, com foco na gestão ambiental pública. O planejamento tal qual elaborado contribui para que o programa obtenha a eficácia (foco nas competências voltadas para a conservação do meio ambiente), porém dependerá de muitos outros fatores a construção das competências de participação e controle social. Quanto à efetividade do Programa, uma vez que este trabalhou mais conceitualmente a organização e a participação social, provavelmente os impactos esperados de mudança na realidade socioambiental dependerão mais da vontade individual e dos compromissos políticos dos participantes. Pois estes não tiveram o aprendizado de ações de organização e participação ao longo do Programa. Os participantes terão que realizar mais transferências e abstrações durante a implementação do Programa para contribuírem para o alcance dos resultados. As adversidades e condições da realidade local provavelmente terão mais influência no alcance dos resultados.</p> <p>O programa trabalha mais conceitualmente os conteúdos de um programa de EA de modo crítico. Metodologicamente alterna entre o enfoque conservador e transformador. Faz-se necessário dar continuidade ao programa, planejando-o seguindo a lógica de um Programa de formação do cidadão para o controle e participação social.</p> <p>Deve-se repensar os objetivos do programa, ampliando-os, assim como intensificar o uso da metodologia participativa e ajustar conceitos.</p> <p>O programa tem relevância social estabelecida, podendo contribuir ainda mais para resolver os riscos e problemas com os quais lida. Tem como um dos seus méritos a satisfação dos beneficiários.</p>
<p><b>70% a</b> <b>100%</b></p>	<p>O planejamento do programa seguiu na sua maioria as premissas de um programa transformador com enfoque na formação do cidadão voltado para exercer a participação e o controle social no que se refere à gestão ambiental pública.</p> <p>O planejamento apresentado, realizado com as premissas de um programa transformador, com foco na gestão ambiental pública tende a trazer impactos positivos na obtenção da eficácia do programa (foco nas competências voltadas para a conservação do meio ambiente e nas de participação e controle social) e na sua efetividade, uma vez que o Programa trabalhou adequadamente a organização e a participação social. Provavelmente os impactos esperados de mudança na realidade socioambiental serão alcançados, respeitados os compromissos políticos dos participantes e as adversidades da realidade local.</p> <p>O programa tem como um dos seus méritos a satisfação dos beneficiários.</p> <p>Deve-se garantir a execução e continuidade do Programa. Monitorar e divulgar seus resultados ao longo do tempo. Utilizar esta experiência bem sucedida para estruturar outros programas.</p> <p>Deve-se manter a dinâmica de planejamento, execução, acompanhamento e avaliação proposta.</p>

## **Glossário**

### **Conflito**

O conflito socioambiental se constitui quando ocorrem disputas entre atores sociais que pleiteiam diferentes formas de acesso, uso e gestão de determinado bem ou condição socioambiental. (Adaptado: CARVALHO e SCOTTO, 1995 apud UEMA, 2006, p. 131)

### **Gestão Ambiental**

“A Gestão Ambiental é um processo de mediação de interesses e conflitos entre atores sociais que agem sobre os meios físico natural e construído. Esse processo de mediação define e redefine, continuamente, o modo como os diferentes atores sociais, através de suas práticas, alteram a qualidade do meio ambiente e também como se distribuem na sociedade, os custos e os benefícios decorrentes da ação desses agentes.” (PRICE WATERHOUSE – GEOTÉCNICA, 1992, apud UEMA, 2006, p. 83)

### **Potencialidade**

A potencialidade socioambiental consiste em um “conjunto de atributos de um bioma/ecossistema, (recursos pesqueiros, recursos florestais, manguezais, praias, rios, paisagens, áreas com potencial ecoturístico, etc.)” bem como os atributos sócio-culturais associados (expressões de cultura e de criatividade comunitária – arte popular, culinária e farmacopéia - e de memória histórica produzida) “passíveis de uso sustentável por grupos sociais” em direção à melhoria das suas condições de vida. (QUINTAS, 2002 apud UEMA, 2006, p. 131)

### **Problema**

O problema socioambiental se caracteriza quando há a identificação do “dano socioambiental decorrente de determinado uso, podendo haver diferentes tipos de reação face ao mesmo por parte dos atingidos, de outros agentes da sociedade civil e do Estado.” (LOUREIRO, 2011, s/p.)

### **Risco**

Os riscos socioambientais se constituem em “perigos prováveis e em certa medida previsíveis, decorrentes de atividades vinculadas à cadeia produtiva, cuja percepção dos mesmos está em função da posição social que cada grupo ou pessoa ocupa. A percepção técnica do risco ambiental tende a ser diferente da percepção dos grupos comunitários, o que, pensando em termos de educação ambiental, exige diálogo e capacidade de compreensão mútua para que seja determinado de modo o mais preciso possível.” (LOUREIRO, 2011, s/p.)

## ANEXO F – RELATÓRIO DE APLICAÇÃO DO MODELO DE AVALIAÇÃO DE PROGRAMAS GOVERNAMENTAIS DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL.

### Relatório de Avaliação

Indicador 1	Valor (%)	Valor (%) ponderado
Atendimento aos critérios conceituais e metodológicos de Planejamento Geral do Programa – estrutura e etapas <b>(50%)</b>	50	25
<p>O Programa de EA atendeu a maioria dos critérios de Planejamento, considerando a definição geral de sua estrutura e etapas. Estas se aproximam do Programa Governamental de EA com foco na mudança social, no entanto, ainda são necessários ajustes para torná-lo um Programa amplo, consistente e articulado às políticas públicas da região.</p> <p>O Programa necessita ter no seu planejamento maior foco na mudança social e articulação com políticas públicas. Embora o Programa em questão tenha a chancela do MEC, este ponto não garante a sua articulação com as demais políticas públicas para além daquelas do setor elétrico.</p>		

Indicador 2	Valor (%)	Valor (%) ponderado
Atendimento aos critérios conceituais de planejamento do processo Ensino/aprendizagem <b>(25%)</b>	45	11,25
<p>O Programa de EA atendeu alguns critérios conceituais do Planejamento Pedagógico, considerando a organização do processo ensino/aprendizagem de acordo com os princípios de um Programa Governamental de EA com foco na mudança social.</p> <p>São trabalhados conteúdos conceituais, atitudinais e procedimentais de Educação Ambiental.</p> <p>São trabalhados alguns conteúdos conceituais, atitudinais e procedimentais de forma intencional, crítica e contextualizada.</p> <p>O conteúdo de educação ambiental é apresentado no Programa em questão de forma extensa e crítica, incluindo conceitos e princípios. São trabalhos por meio de oficina, entre outros momentos na formação, os conteúdos atitudinais amplamente.</p> <p>Faz-se necessário trabalhar conteúdos conceituais como “Gestão Ambiental Pública” e “Legislação Ambiental pertinente ao Programa e estrutura do SISNAMA”. O programa não aborda conflitos.</p> <p>Do ponto de vista procedimental são trabalhadas as “Estratégias para propiciar a organização e participação social”.</p> <p>Também o conteúdo “Resolução dos problemas, conflitos e/ou riscos socioambientais” não é trabalhado na perspectiva da mobilização, organização, participação e controle social para alterar Políticas Públicas, práticas sociais, hábitos e atitudes, visando a resolução de problemas, conflitos e/ou riscos socioambientais.</p> <p>Falta leitura histórica no tratamento dos conceitos, bem como de um olhar crítico abrangendo mais aspectos do programa.</p>		

Indicador 3	Valor (%)	Valor (%) ponderado
Atendimento aos critérios metodológicos de planejamento do processo Ensino/aprendizagem <b>(25%)</b>	69	17,25
<p>“O programa leva os sujeitos a atuarem de forma participativa na construção do conhecimento, porém a metodologia de resolução de problemas era aplicada com enfoque muito teórico, sem envolver na prática instrumentos para a mudança social.</p> <p>De modo geral, o Programa não entra na execução da mudança. Algumas ações educacionais propostas, como pro exemplo aquela que trabalha com times de alunos e professores chegam mais perto da proposta de educação ambiental transformadora.</p>		

<b>Objetivo Específico</b>	<b>Valor (%)</b>	<b>Valor ponderado (%)</b>
<b>Maximizar a Qualidade e a Confiabilidade do Planejamento do Programa de EA (34%)</b>	53,5	18,19
<p>Necessidade de atuar ampliação dos objetivos e público do programa, bem como no atendimento aos critérios conceituais, incorporando o conceito de gestão pública e políticas públicas, bem como estratégias de mobilização social no âmbito dos conteúdos procedimentais.</p>		

<b>Indicador 4</b>	<b>Valor (%)</b>	<b>Valor ponderado (%)</b>
<b>Realização das Etapas do Programa de Educação Ambiental (10%)</b>	55	5,5
<p>As Etapas do Programa são realizadas quase plenamente de modo geral.</p> <p>Necessidade de ampliar os objetivos do programa em direção à construção de uma sociedade justa.</p> <p>Necessidade de buscar a intervenção na realidade local.</p> <p>Nas etapas de acompanhamento e avaliação várias lacunas foram identificadas, como por exemplo, a ausência de mecanismos de avaliação e a dificuldade de realizar todas as reuniões de acompanhamento previstas.</p> <p>O diagnóstico praticamente não é realizado na complexidade requerida pela concepção transformadora de educação ambiental. O programa contempla uma ou mais visitas institucionais à secretaria de educação do município escolhido para a implementação do programa. No diagnóstico eram levantadas informações sobre a localidade, mas não na extensão requerida e nem com a participação das populações locais.</p>		

<b>Indicador 5</b>	<b>Valor (%)</b>	<b>Valor ponderado (%)</b>
<b>Implementação do planejamento pedagógico do Programa de EA (20%)</b>	70	14
<p>O Programa possui planejamento pedagógico estruturado, o qual é praticamente todo implementado, tendo ajustes quando necessários.</p> <p>No entanto, quando da implementação do planejamento pedagógico, não eram consideradas oportunidades para ajustes na realização das atividades pedagógicas a partir da participação dos sujeitos.</p> <p>Foi destacado também o quanto os beneficiários gostam do Programa em todas as suas etapas, principalmente devido à sua metodologia participativa de aprendizagem.</p>		

<b>Indicador 6</b>	<b>Valor (%)</b>	<b>Valor ponderado (%)</b>
<b>Cumprimento das metas previstas para o Programa de Educação Ambiental (10%)</b>	69	6,9
<p>Considerando a análise do cumprimento de metas do Programa, é possível diferenciar metas relevantes do ponto de vista de um Programa Governamental de EA (mudança social) das metas pouco significativas e mais “pontuais”.</p> <p>Foram elencadas as metas do Programa. A maioria não se encaixava no primeiro conceito. Porém das metas elencadas, a maioria era alcançada e superada.</p>		

Indicador 7	Valor (%)	Valor (%) ponderado
Qualidade das ações de mobilização (20%)	45	9
<p>Algumas ações de mobilização adotadas foram adequadas, considerando os resultados obtidos com a seleção e participação dos sujeitos, necessárias ao alcance dos objetivos do Programa de EA.</p> <p>Algumas práticas bem sucedidas de divulgação, como chegar um dia antes na cidade para checar as confirmações de presença nos cursos e eventos do programa, foram descontinuadas, devido à redução de custos, quando o Programa foi ampliado significativamente.</p> <p>Faltam práticas para acompanhar a divulgação realizada, por exemplo, o envio de convites para as escolas.</p>		

Indicador 8	Valor (%)	Valor (%) ponderado
Qualidade da implementação das etapas especificadas no programa (exceto diagnóstico) (20%)	69	13,8
<p>O Programa, devido a sua estrutura, organização e forma de condução não se caracteriza plenamente por ser inclusivo, dialógico, cooperativo e emancipatório, porém em alguns momentos trabalha a maioria destas características de modo coerente – teoria e prática.</p> <p>Alguns conteúdos programáticos são trabalhados de forma pertinente, considerando os critérios de um Programa Governamental de EA.</p> <p>A prática pedagógica propicia a construção do conhecimento pelo sujeito de forma ativa, atendendo majoritariamente os critérios de um Programa Governamental de EA. É aberta e favorece a produção de novos conhecimentos.</p> <p>O processo educativo está centrado no sujeito da ação, atendendo majoritariamente os critérios metodológicos de um Programa Governamental de EA.</p> <p>Existe alguma coerência entre os objetivos e finalidades últimas de um Programa Governamental de EA e a prática pedagógica implementada. Os critérios conceituais e metodológicos de um Programa Governamental de EA foram parcialmente atendidos.</p> <p>A prática pedagógica é majoritariamente adequada à realidade dos sujeitos da ação educacional.</p> <p>O parecer dos educadores ambientais sobre o alcance dos objetivos educacionais nos processos formativos ocorre com base em algumas formas de avaliação intencionais e planejadas. E com base em observações cotidianas e informais.</p> <p>Os educadores que conduzem a ação educacional possuem alguns dos requisitos de experiência e conhecimento necessários à condução do processo educativo segundo os critérios conceituais e metodológicos de um Programa Governamental de EA.</p> <p>Os educadores conduzem, em geral, o processo educativo alterando momentos de caráter democrático com momentos impositivos.</p>		

Indicador 9	Valor (%)	Valor (%) ponderado
Qualidade do diagnóstico (20%)	39	7,8
<p>O diagnóstico não possibilita o planejamento do Programa de EA mediante articulado às políticas públicas, programas e projetos afins ao Programa de EA.</p> <p>O diagnóstico é realizado com nenhuma participação das comunidades da área alvo do Programa. Não há metodologias participativas.</p> <p>O diagnóstico favorece parcialmente a definição de etapas do Programa de EA eficazes.</p>		

<b>Objetivo Específico</b>	<b>Valor (%)</b>	<b>Valor (%) ponderado</b>
<b>Melhorar a Qualidade e a Confiabilidade da realização do Programa de EA (33%)</b>	57	18,81
<p>Necessidade de melhoria na Realização das Etapas do Programa de Educação Ambiental principalmente no que se refere ao diagnóstico e avaliação.</p> <p>Quanto à qualidade das ações de mobilização, algumas melhorias podem ser realizadas:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- trabalhar melhor a secretaria de educação para que os professores sejam indicados a partir de seu interesse despertado e não por obrigatoriedade.</li> <li>- “Bater de porta em porta” na casa dos participantes para divulgar o programa e interagir com a comunidade local.</li> </ul>		

<b>Indicador 10</b>	<b>Valor (%)</b>	<b>Valor (%) ponderado</b>
<b>Atendimento às necessidades de Material técnico-pedagógico e de apoio a ser produzido para e em cada fase do Programa (diagnóstico; planejamento/ implementação/avaliação do Programa de EA, incluindo os projetos coletivos de EA elaborados no âmbito do Programa de EA) (20%)</b>	80	16
<p>As necessidades de produção de material pedagógico e de apoio para e em cada fase do Programa foram quase ou totalmente atendidas.</p> <p>Há kit de material didático pedagógico estruturado, democraticamente distribuído para as escolas, com base em critérios transparentes. Uso compartilhado e sustentável do material.</p>		

<b>Indicador 11</b>	<b>Valor (%)</b>	<b>Valor (%) ponderado</b>
<b>Participação dos beneficiários do Programa na elaboração dos materiais técnico-pedagógicos e de apoio às etapas do Programa (35%)</b>	69	24,15
<p>Alguns materiais foram elaborados com a participação dos beneficiários.</p> <p>A participação dos beneficiários do Programa na elaboração de alguns materiais despertou o interesse para o exercício da organização do grupo, da colaboração e da autonomia.</p> <p>Os materiais educativos elaborados pelos beneficiários do Programa eram viabilizados pela Empresa de modo a ser utilizado por outros beneficiários.</p>		

<b>Indicador 12</b>	<b>Valor (%)</b>	<b>Valor (%) ponderado</b>
<b>Qualidade dos materiais técnico-pedagógicos e de apoio às etapas do Programa (45%)</b>	69	31,05
<p>O material mostra-se majoritariamente conservador, considerando a sua estrutura, textos e/ou ilustrações.</p> <p>No entanto, possui alguns textos e ilustrações com traços de um material educativo crítico.</p> <p>O material para dar apoio a um processo educativo crítico necessita de ser trabalhado pelo educador de uma forma a superar suas lacunas.</p>		

<b>Objetivo Específico</b>	Valor (%)	Valor (%) ponderado
Permitir a produção e a sistematização do conhecimento produzido no âmbito do Programa de EA <b>(33%)</b>	71,2	23,5
<p>A produção e a sistematização do conhecimento produzido no âmbito do Programa de EA constituem-se em pontos fortes do programa. Como forma de favorecer o alcance pleno deste objetivo, deve-se investir na produção de materiais críticos e abertos, além de contar de forma mais decisiva com a participação de beneficiários na sua definição e produção.</p>		

<b>Indicador 13</b>	Valor (%)	Valor (%) ponderado
Cumprimento do cronograma físico-financeiro do Programa <b>(60%)</b>	70	42
<p>A previsão de realização do cronograma físico-financeiro se confirma em quase todas as implantações. Há normalmente pequenas alterações no cronograma. O percentual de realização do cronograma físico-financeiro tendeu a favorecer o alcance dos objetivos do Programa.</p>		

<b>Indicador 14</b>	Valor (%)	Valor (%) ponderado
Redução do custo global para a instituição promotora e para a sociedade <b>(15%)</b>	40	6
<p>O percentual de redução do custo global do Programa está na faixa de 11% a 25% (inclusive), indicando não só a busca pela maior eficiência, como a obtenção de resultados significativos.</p> <p>Tais resultados tendem a refletir a adoção de medidas de controle, ações de redução de gastos e estabelecimento de parcerias com prefeituras e empresas.</p>		

<b>Indicador 15</b>	Valor (%)	Valor (%) ponderado
Maximização da taxa custo/benefício <b>(25%)</b>	50	12,5
<p>Em geral, as metas de capacitação de professores e alunos estabelecidas no planejamento anual são superadas, mantendo-se o mesmo orçamento ou até reduzindo-o. Do início da implantação do Programa até o momento, este foi bastante otimizado, incluindo alternativas operacionais mais eficazes. A forma nucleada de realizar o programa foi superada pelo atendimento a um município por vez, com mais professores atendidos por localidade, favorecendo a organização e a participação dos beneficiários.</p>		

<b>Objetivo Específico</b>	Valor (%)	Valor (%) ponderado
Melhorar a viabilidade econômico-financeira <b>(100%)</b>	60,5	60,5
<p>Ainda existem oportunidades de redução de custos e melhoria no alcance de benefícios para o programa.</p>		

Indicador 16	Valor (%)	Valor (%) ponderado
Satisfação dos beneficiários com o Programa ( <b>100%</b> )	80	80
<p>O nível global de satisfação dos beneficiários está acima de 70%.</p> <p>A maioria dos índices específicos de satisfação dos beneficiários está acima de 70%, incluindo os resultados relativos à percepção dos beneficiários sobre a relevância social do Programa, os benefícios obtidos com o Programa e os impactos causados pelo Programa e sua capacidade de alavancar mudanças sociais.</p> <p>Diante dos índices de satisfação alcançados, parece que o Programa atendeu as necessidades dos beneficiários.</p> <p>Os beneficiários ainda não tenderam a se apropriar do Programa, percebendo-o como “seu”.</p>		

Objetivo Específico	Valor (%)	Valor (%) ponderado
Propiciar a satisfação do beneficiário com o Programa ( <b>100%</b> )	80	80
<p>Devem ser criados mecanismos para tornar o programa mais participativo, por exemplo, envolvendo os beneficiários desde o início de sua estruturação, por exemplo, por meio de metodologia participativa, de modo a contribuir para que estes se sintam mais “donos do programa”, assim como mais responsáveis por seus resultados. A adaptação do programa à realidade local e o trabalho de valorização da cultural local podem auxiliar neste processo.</p>		

Indicador 17	Valor (%)	Valor (%) ponderado
Construção de competências voltadas para a participação e controle social na gestão ambiental ( <b>100%</b> )	69	69
<p>Algumas competências voltadas para a conservação do meio ambiente foram construídas, considerando basicamente a ação individual e coletiva para a redução das pressões sobre os recursos naturais. O Programa tem foco prioritariamente na mudança cultural.</p> <p>Poucas competências foram construídas considerando-se a intervenção dos indivíduos por meio de projetos comunitários. O indivíduo é capaz de planejar projetos de intervenção na realidade visando a conservação do meio ambiente com foco na mudança da realidade das instituições.</p> <p>A formação dos participantes contempla a sua preparação para analisar e agir de forma contextualizada sobre uma realidade com riscos, problemas e/ou conflitos socioambientais.</p> <p>A sua formação contempla a preparação para disseminar informações sobre meio ambiente.</p> <p>Poucas competências voltadas para a participação e o controle social na gestão ambiental pública foram construídas, considerando-se a organização e a atuação social necessárias à solução de riscos, problemas e/ou conflitos socioambientais.</p>		

Objetivo Específico	Valor (%)	Valor (%) ponderado
Promover a construção de competências ( <b>50%</b> )	69	34,5
<p>Para ampliar a construção das competências em direção ao atendimento de um programa governamental de educação ambiental, o programa deve trabalhar com algumas outras categorias, como por exemplo, gestão ambiental, políticas públicas, participação e controle social orientando o processo educativo instaurado com o programa.</p>		

Indicador 18	Valor (%)	Valor (%) ponderado
Atendimento às necessidades de preservação do legado cultural e fortalecimento da identidade cultural local dos grupos sociais <b>(60%)</b>	45	27
<p>A identidade local é trabalhada em oficinas, dinâmicas e na elaboração do projeto. Neste caso, a identidade da escola era reforçada. Incentiva-se o trabalho coletivo na escola.</p> <p>As necessidades de preservação do legado cultural e fortalecimento da identidade cultural local dos grupos sociais são trabalhadas nas ações educativas, principalmente curso de capacitação e reuniões de acompanhamento. No entanto, este não se constitui em um objetivo explícito do Programa.</p>		

Indicador 19	Valor (%)	Valor (%) ponderado
Projetos coletivos de EA que incorporam a cultura local <b>(40%)</b>	39	15,6
<p>O percentual de Projetos que expressam por meio de ações e decisões o valor “reconhecimento e respeito à pluralidade e à diversidade individual e cultural” em ação está entre 0% e 34% (inclusive).</p> <p>Os participantes dos Projetos parecem ter uma atitude favorável em relação à necessidade de “reconhecimento e respeito à pluralidade e à diversidade individual e cultural” e a “preservação do legado cultural”. Não há, no entanto, evidências da internalização destes valores. As ações do Programa não são suficientes para que nos projetos coletivos a questão da “preservação do legado cultural” se manifestasse por meio de ações.</p> <p>O percentual de Projetos que consideram as práticas sociais - expressão da cultura local - na busca de soluções para os conflitos, riscos e/ou problemas socioambientais da região mostra-se baixo.</p>		

<b>Objetivo Específico</b>	Valor (%)	Valor (%) ponderado
Favorecer a preservação do legado cultural <b>(30%)</b>	42,6	12,78
<p>Faz-se necessário o desenvolvimento de espaços pedagógicos voltados para a valorização do reconhecimento das diversidades e da pluralidade cultural, considerando a preservação do legado cultural dos grupos sociais atendidos pelo Programa. Este deve propiciar o reconhecimento e a incorporação do legado cultural fundante do grupo participante, considerando que identidade cultural e emancipação andam juntas. A cultura comunitária influencia diretamente o grau de participação de um grupo social.</p>		

Indicador 20	Valor (%)	Valor (%) ponderado
Beneficiários diretos do Programa que receberam os materiais educativos produzidos <b>(10%)</b>	80	8
<p>Material distribuído para utilização coletiva com regras de compartilhamento definidas. Uso coletivo e sustentável do material.</p>		

Indicador 21	Valor (%)	Valor (%) ponderado
Beneficiários indiretos do Programa que receberam os materiais educativos produzidos <b>(8%)</b>	75	6
<p>Nem todos os beneficiários indiretos receberam os materiais produzidos, porém os critérios de priorização adotados estão adequados e facilmente justificáveis. Neste caso, todos os beneficiários indiretos tiveram acesso aos materiais, ou seja, foram atingidos pela distribuição do material de alguma forma. Por exemplo, a estratégia</p>		

de uso compartilhado foi adotada com sucesso.

Indicador 22	Valor (%)	Valor (%) ponderado
Realização de eventos/cursos de disseminação das informações sobre as questões socioambientais afetas aos sujeitos abrangidos pelo Programa no âmbito dos Projetos coletivos de Educação Ambiental <b>(12%)</b>	70	8,4
<p>Há ações educacionais no âmbito do programa que têm foco na constituição de equipes nas escolas voltadas para a promoção do combate ao desperdício. Tais equipes disseminam em eventos, palestras e cursos, via de regra, utilizando os materiais didáticos disponibilizados pelo programa, os seus conceitos e práticas de combate ao desperdício para a comunidade escolar.</p> <p>Os eventos/cursos realizados no âmbito dos Projetos coletivos de Educação Ambiental para disseminar as informações sobre as questões socioambientais para as comunidades consideraram os problemas socioambientais da região.</p> <p>Considerando os recursos (financeiros, materiais e humanos) alocados nos Projetos, os seus objetivos, sua estrutura e etapas, o número de eventos/cursos realizados foi adequado para disseminar as informações sobre as questões socioambientais para as comunidades para as comunidades, tendo em vista a busca e implementação de soluções para os problemas, riscos e/ou conflitos socioambientais da região.</p>		

Indicador 23	Valor (%)	Valor (%) ponderado
Participantes dos eventos/ cursos de disseminação das informações sobre as questões socioambientais afetas aos sujeitos abrangidos pelo Programa no âmbito dos Projetos coletivos de Educação Ambiental <b>(12%)</b>	69	8,28
<p>A participação dos beneficiários diretos e indiretos nos eventos/cursos foi mediamente adequada em termos absolutos, considerando as metas e objetivos do Programa; as características e os desafios em termos de solução dos riscos, problemas e/ou conflitos da região.</p> <p>A participação dos beneficiários diretos e indiretos nos eventos/cursos foi mediamente adequada em termos percentuais (previsto/realizado), considerando as metas e objetivos do Programa; as características e os desafios em termos de solução dos riscos, problemas e/ou conflitos da região.</p> <p>Considerando as características da região, as metas e objetivos do Programa; a necessidade de envolvimento de um maior número possível de participantes na identificação de riscos, problemas e/ou conflitos da região a serem evitados, minimizados, solucionados e/ou mediados, e na busca e implementação de soluções para estas questões socioambientais, a participação como um todo dos beneficiários diretos e indiretos nos eventos/cursos foi mediamente adequada.</p>		

Indicador 24	Valor (%)	Valor (%) ponderado
Participantes dos eventos/ cursos de disseminação das informações sobre as questões socioambientais no âmbito dos Projetos coletivos de Educação Ambiental por segmentos da sociedade <b>(14%)</b>	80	11,2
<p>A participação dos beneficiários diretos e indiretos nos eventos/cursos foi mediamente adequada em termos absolutos por segmento da sociedade, considerando os objetivos do Programa; as características locais e os desafios em termos de solução dos riscos, problemas e/ou conflitos da região.</p>		

A participação dos beneficiários diretos e indiretos nos eventos/cursos foi mediamente adequada em termos percentuais (previsto/realizado) por segmento da sociedade, considerando os objetivos do Programa; as características e os desafios em termos de solução dos riscos, problemas e/ou conflitos da região.

Pode-se refletir sobre a possibilidade de ampliar os segmentos abrangidos pelos projetos coletivos.

Indicador 25	Valor (%)	Valor (%) ponderado
Disseminação de informações sobre as questões socioambientais afetas ao Programa, incluindo demais temáticas socioambientais pertinentes e informações sobre os Projetos coletivos de Educação Ambiental <b>(8%)</b>	39	3,12
<p>O Programa contempla ações na área de comunicação de modo a apoiar o processo de sensibilização, mobilização e atuação dos sujeitos em torno da busca de solução para os riscos, conflitos e/ou problemas socioambientais tratados durante a sua execução, sem que houvesse um planejamento destas ações na sua concepção. A comunicação tem foco mais na divulgação do próprio programa, buscando disseminar tal iniciativa e seus resultados.</p> <p>A comunicação contemplada no Programa inclui o uso dos meios de comunicação para divulgar os conteúdos sobre as questões socioambientais afetas ao Programa nos meios de comunicação. No entanto, poucas informações necessárias à busca de soluções pelas comunidades tendo em vista os <b>riscos, conflitos e/ou problemas tratados no âmbito do Programa são veiculadas.</b></p> <p>A veiculação das informações ocorre em linguagem acessível a todos, por intermédio dos meios de comunicação em geral em algumas situações de comunicação.</p> <p>Os meios de comunicação disseminem informações e práticas educativas sobre as questões socioambientais afetas ao Programa, de forma reativa, quando da intervenção do Programa.</p> <p>O Programa abrange ações de comunicação onde há a possibilidade dos beneficiários diretos e indiretos de receberem conteúdos sobre as questões socioambientais afetas ao Programa.</p> <p>Faz-se necessário sistematizar no programa um processo de comunicação para divulgar as questões socioambientais afetas ao Programa, incluindo demais temáticas socioambientais pertinentes e informações sobre os Projetos coletivos de Educação Ambiental.</p> <p>Possibilidade de ampliar o papel da comunicação no Programa. Este pode trabalhar os meios de comunicação para se tornarem <b>colaboradores ativos e permanentes</b> na disseminação de informações e práticas educativas sobre as questões socioambientais afetas ao Programa.</p> <p>O Programa deve abranger ações de comunicação onde há a possibilidade dos beneficiários diretos e indiretos de receberem e <b>produzirem</b> conteúdos sobre as questões socioambientais afetas ao Programa.</p>		

Indicador 26	Valor (%)	Valor (%) ponderado
Qualidade da informação disseminada/veiculada <b>(14%)</b>	30	4,2
<p>Alguns conteúdos sobre meio ambiente disseminados são apresentados de modo fidedigno e realista, mantendo a descrição adequada da situação, a contextualização histórica e social do discurso, e evitando, por outro lado, as distorções, reduções e/ou fragmentações nas informações disseminadas.</p> <p>Alguns conteúdos sobre meio ambiente disseminados são pautados por uma abordagem sistêmica, complexa, reflexiva e crítica.</p> <p>Alguns conteúdos sobre meio ambiente disseminados são disseminados apresentando valores compatíveis com a formação de sujeitos preparados para atuar de modo participativo na gestão ambiental.</p> <p>Alguns conteúdos sobre meio ambiente são veiculadas de forma a evitar distorções, reduções e/ou fragmentações, o mascaramento da realidade e/ou a apresentação parcial dos diferentes pontos de vista sociais relacionados à temática apresentada.</p>		

Este indicador possui resultado inferior àquele que diz respeito à qualidade dos materiais educativos, o qual abrange a qualidade do conteúdo veiculado.

O indicador referente à Qualidade da informação disseminada/veiculada abrange as informações veiculadas além do material pedagógico e dos cursos de capacitação as quais são menos controladas/analizadas diretamente pelo programa.

Indicador 27	Valor (%)	Valor (%) ponderado
Segmentos envolvidos nos riscos, conflitos e/ou problemas alvo do Programa de Educação Ambiental com acesso às informações socioambientais afetas ao Programa (14%)	50	7
<p>Alguns segmentos da sociedade envolvidos nos problemas alvo do Programa de Educação Ambiental possuem percentual de beneficiários com acesso às informações socioambientais afetas ao Programa acima se 60%.</p> <p>Visando diminuir a assimetria de poder no que se refere às diferentes possibilidades dos grupos sociais de intervirem para transformar o ambiente, poucos dos segmentos de beneficiários que mais necessitam de acesso a informações sobre meio ambiente foram atingidos significativamente (percentual acima de 60%).</p>		

Indicador 28	Valor (%)	Valor (%) ponderado
Inserção de informações sobre meio ambiente em Programas e projetos no âmbito de políticas públicas existentes (8%)	25	2
<p>O Programa identificou poucas oportunidade(s) para inserir a temática ambiental em programas e projetos fruto de políticas públicas existentes e aproveitou tais oportunidades para disseminar a temática ambiental em programas e projetos fruto de políticas públicas existentes, ainda que de forma desassociada do diagnóstico realizado e de forma não planejada no decorrer do Programa.</p> <p>Não consiste em uma diretriz estruturante do programa a sua articulação com outras políticas públicas existentes na região.</p>		

Objetivo Específico	Valor (%)	Valor (%) ponderado
Promover a democratização das informações socioambientais afetas ao Programa (20%)	58,2	11,64
<p>Incluir no programa ações planejadas de educomunicação para professores e alunos, entre outros atores sociais.</p> <p>Incluir a articulação do programa com políticas públicas existentes como uma diretriz central do programa.</p>		

Indicador 29	Valor (%)	Valor (%) ponderado
Redução, Reaproveitamento e/ou Reciclagem de materiais (33%)	39	12,87
<p>Poucos dos resultados são apresentados ainda que pertinentes e coerentes, tendo em vista a análise dos resultados do Programa, conforme os seus objetivos e ações.</p> <p>A ausência de muitos indicadores relativos à redução, reaproveitamento e/ou reciclagem de materiais influenciou significativamente o julgamento de mérito do Programa em relação a sua capacidade de contribuir para a redução das pressões sobre os recursos naturais.</p> <p>A redução, reaproveitamento e/ou reciclagem de materiais não têm um acompanhamento sistemático enquanto indicador a ser medido pelo programa, principalmente nos projetos coletivos. Os resultados obtidos são</p>		

relatados nas reuniões de acompanhamento. Em geral envolvem reutilização e reciclagem de materiais, a partir, inclusive, da adoção da coleta seletiva nas escolas.

Indicador 30	Valor (%)	Valor (%) ponderado
Conservação de Energia ( <b>33%</b> )	80	26,4
<p>A maioria dos resultados apresentados é pertinente e coerente, tendo em vista a análise dos resultados do Programa, conforme os seus objetivos e ações.</p> <p>A ausência de alguns indicadores relativos à Conservação de Energia não comprometeu o julgamento de mérito do Programa em relação a sua capacidade de contribuir para a redução das pressões sobre os recursos naturais.</p> <p>Dos resultados apresentados pertinentes, a maioria tem evolução satisfatória no tempo, considerando a periodicidade de medição adequada dos indicadores.</p> <p>Dados os objetivos, ações e características do Programa, a maioria dos indicadores apresenta uma adequada abrangência dos resultados, incluindo dados no âmbito individual, institucional, comunitário/ local, regional e/ou global. Pode-se ainda ampliar tal abrangência, a qual tem foco maior na escola e na residência do aluno.</p> <p>Para este indicador, o programa possui sistema de acompanhamento, inclusive com fichas de coleta de informações quanto à conservação de energia.</p> <p>Estudos podem ser realizados para acompanhamento dos resultados no tempo. Ou seja, quanto tempo os resultados de conservação de energia se mantêm.</p>		

Indicador 31	Valor (%)	Valor (%) ponderado
Redução dos problemas ambientais – poluição, escassez de água, efeito estufa, diminuição da biodiversidade ( <b>34%</b> )	39	13,26
<p>Estes problemas ambientais - poluição, escassez de água, efeito estufa, diminuição da biodiversidade - são tratados no programa. A conservação de energia contribui para a redução do efeito estufa e chuva ácida. No entanto, não são estabelecidos indicadores para acompanhá-los.</p> <p>Neste caso, a ausência de muitos indicadores relativos à Redução dos problemas ambientais, como por exemplo, aqueles referentes à poluição, lixo, escassez de água, efeito estufa, chuva ácida, perda da biodiversidade, desmatamento influenciou significativamente o julgamento de mérito do Programa em relação a sua capacidade de contribuir para a redução das pressões sobre os recursos naturais.</p>		

Objetivo Específico	Valor (%)	Valor (%) ponderado
Promover a diminuição das pressões sobre os recursos naturais existentes ( <b>100%</b> )	<b>52,53</b>	<b>52,53</b>
<p>Considerando a natureza de um programa de educação ambiental, este deve produzir resultados concretos sobre a diminuição das pressões sobre os recursos naturais existentes. Ainda há formas a serem instituídas no programa para perseguir e acompanhar tais resultados.</p>		

Indicador 32	Valor (%)	Valor (%) ponderado
Realização de projetos coletivos e ações zelando pela coerência entre os princípios da Educação Ambiental e a implementação das ações como desdobramentos do Programa de Educação Ambiental ( <b>10%</b> )	50	5
<p>O Programa foi desdobrado majoritariamente em planos de ação de Educação Ambiental e/ou ações independentes.</p> <p>A maioria dos planos de ação de Educação Ambiental e/ou ações independentes visam a disseminação de informações.</p>		

Indicador 33	Valor (%)	Valor (%) ponderado
Alternativas de ações/projetos coletivos (como desdobramentos do Programa de Educação Ambiental) articulados a políticas públicas existentes, de modo a otimizar recursos, integrar ações e potencializar resultados <b>(10%)</b>	25	2,5
<p>O programa tende a ser “fechado em si mesmo”.</p> <p>Das ações/projetos coletivos elaborados como desdobramentos no âmbito do Programa de Educação Ambiental, poucos foram planejados de modo articulado às políticas públicas existentes, de forma a otimizar recursos, integrar ações e potencializar resultados.</p> <p>Poucas das ações e dos projetos coletivos construídos dialogaram com os programas governamentais em âmbitos nacional, estadual e/ou municipal, fortalecendo-os e sendo por eles fortalecido, agregando a estes reflexões e práticas marcadamente socioambientais e educacionais.</p> <p>Quase nenhuma ação/projeto coletivo foi planejado, de modo articulado, às políticas públicas, considerando iniciativas estruturantes, permanentes e de amplo impacto, em consonância com as necessidades dos beneficiários.</p> <p>Considerando a estrutura das políticas públicas existentes, quase nenhuma das formas de integração das ações/projetos de Educação Ambiental propostas possibilitaram avanços institucionais inovadores.</p>		

Indicador 34	Valor (%)	Valor (%) ponderado
Setores do Estado com os quais os projetos coletivos (como desdobramentos do Programa de Educação Ambiental) se articularam <b>(9%)</b>	20	1,8
<p>Poucos projetos coletivos de Educação Ambiental foram planejados de modo articulado às políticas públicas e aos diversos setores do Estado, visando a ampliação de resultados no tempo e no espaço.</p> <p>Faz-se necessário ampliar a etapa de diagnóstico de modo a possibilitar a ampliação da abrangência do programa.</p>		

Indicador 35	Valor (%)	Valor (%) ponderado
Abrangência dos impactos esperados com os projetos coletivos (como desdobramentos do Programa de Educação Ambiental) <b>(7%)</b>	39	2,73
<p>Tipos de mudança em práticas sociais e padrões de comportamento com foco na criação de sociedades sustentáveis, identificados com a implementação dos projetos em EA (mudança de hábitos; adoção de tecnologias sustentáveis; oferta de capacitação; alteração em regras e políticas de funcionamento; criação de tecnologias sustentáveis; criação de formas de produção sustentáveis, criação de regras e políticas de funcionamento)</p> <p>Foco das mudanças (indivíduo, instituição, comunidade)</p>		
<p>Poucos projetos coletivos de Educação Ambiental visam a intervenção na realidade com foco na melhoria das condições de vida das comunidades/beneficiários do Programa e são compatíveis com os riscos, problemas e/ou conflitos tratados pelo Programa.</p> <p>Poucos projetos coletivos de Educação Ambiental trabalham com a construção e implementação de práticas sustentáveis de uso dos recursos de modo estruturante e articulado à vida comunitária, na perspectiva da busca de novos modos de vida. Tratam-se mais de ações pontuais ligadas à mudança de hábitos e costumes dos</p>		

participantes.

A maioria dos projetos coletivos de Educação Ambiental tem somente foco na mudança cultural.

No caso do programa, são considerados também os planos de ação elaborados.

Indicador 36	Valor (%)	Valor (%) ponderado
Projetos coletivos implementados (como desdobramentos do Programa de Educação Ambiental) (9%)	69	6,21
<p>O percentual de projetos coletivos de Educação Ambiental implementados mostra-se entre 75% e 50% (inclusive), o que tende a evidenciar o engajamento mediamente satisfatório dos participantes do Programa em tais projetos.</p> <p>Algumas estratégias utilizadas pela equipe executora e pelos participantes do Programa para buscar superar dificuldades na implantação dos projetos e perseguir os resultados esperados foram adequadas. Algumas escolas não implementavam os projetos!</p> <p>Os projetos não contam com nenhum apoio da instituição promotora do programa.</p>		

Indicador 37	Valor (%)	Valor (%) ponderado
Projetos coletivos (como desdobramentos do Programa de Educação Ambiental) em andamento após 50% de realização do prazo estimado (7%)	40	2,8
<p>O percentual de projetos coletivos de Educação Ambiental em funcionamento após 50% de realização do prazo estimado mostra-se entre 75% e 50% (inclusive), o que tende a evidenciar o engajamento mediamente satisfatório dos participantes do Programa em tais projetos e/ou inadequações na forma de executá-los.</p> <p>Algumas estratégias utilizadas pela equipe executora e pelos participantes do Programa para buscar superar dificuldades na execução dos projetos e perseguir os resultados esperados foram adequadas.</p> <p>O percentual de implementação dos projetos mostra-se entre 75% e 50% (inclusive), em geral, após 50% do tempo, pois este período ainda coincide com a reunião de acompanhamento I.</p> <p>Há casos em que as escolas não implementam os projetos.</p>		

Indicador 38	Valor (%)	Valor (%) ponderado
Projetos coletivos (como desdobramentos do Programa de Educação Ambiental) em andamento até a sua finalização (9%)	40	3,6
<p>O percentual de projetos coletivos de Educação Ambiental em funcionamento até a sua finalização tendo em vista o prazo de execução estimado mostra-se entre 75% e 50% (inclusive), o que tende a evidenciar o engajamento mediamente satisfatório dos participantes do Programa em tais projetos e/ou inadequações na forma de executá-los.</p> <p>O percentual de implementação dos projetos em andamento até a sua finalização mostra-se entre 75% e 50% (inclusive), em geral, pois este período ainda coincide com a reunião de acompanhamento II.</p> <p>Há casos em que as escolas não implementam os projetos.</p>		

Indicador 39	Valor (%)	Valor (%) ponderado
Participantes do Programa de EA – processos formativos que atuaram nos projetos coletivos de EA (caso seja o mesmo público alvo) <b>(10%)</b>	69	6,9
<p>O percentual de Participantes do Programa de Educação Ambiental que atuaram nos projetos coletivos de EA mostra-se entre 75% e 50% (inclusive), o que tende a evidenciar o engajamento dos participantes do Programa em tais projetos, e o comprometimento com a intervenção na sua realidade, fator primordial para a obtenção de melhorias nas condições de vida das populações, como mediamente satisfatórios.</p>		

Indicador 40	Valor (%)	Valor (%) ponderado
Beneficiários atendidos com os projetos coletivos (como desdobramentos do Programa de Educação Ambiental) <b>(10%)</b>	69	6,9
<p>O percentual de atendimento dos beneficiários, tendo em vista o número previsto de atendimento, mostra-se mediamente satisfatório - entre 65% e 35% (inclusive).</p> <p>A quantidade de beneficiários atendidos pelos projetos coletivos de Educação Ambiental propicia impactos positivos na busca de alternativas para a resolução dos riscos, problemas e/ou conflitos tratados pelo Programa.</p> <p>Os beneficiários atendidos são mediamente representativos, considerando os sujeitos que necessitam de participar das iniciativas de busca de alternativas para resolução dos riscos, problemas e/ou conflitos socioambientais identificados e de melhorias na qualidade de vida de todos e os setores que necessitam de ser impactados.</p> <p>Além disso, a maioria dos beneficiários pertence aos setores da sociedade que necessitam de ser impactados. No entanto, os projetos coletivos precisam ultrapassar os muros da escola.</p>		

Indicador 41	Valor (%)	Valor (%) ponderado
Setores da sociedade que efetuaram mudanças em relações e práticas sociais voltadas para a melhoria da qualidade de vida de todos <b>(9%)</b>	65	5,85
<p>De acordo com os problemas tratados pelo Programa, a abrangência dos setores impactados foi mediamente adequada do ponto de vista da mudança em relações e práticas sociais voltadas para a resolução das questões socioambientais identificadas e para a obtenção de melhorias na qualidade de vida de todos.</p>		

Indicador 42	Valor (%)	Valor (%) ponderado
Abrangência dos impactos obtidos com os projetos coletivos (como desdobramentos do Programa de Educação Ambiental) <b>(10%)</b>	39	3,9
<p>Poucos projetos coletivos de Educação Ambiental propiciaram a intervenção por parte dos sujeitos na realidade, com foco na melhoria das condições de vida das comunidades/beneficiários do Programa.</p> <p>Poucos projetos coletivos de Educação Ambiental foram compatíveis com os riscos, problemas, e/ou conflitos tratados pelo Programa.</p> <p>Quase nenhum projeto coletivo de Educação Ambiental trabalhou com a construção e implementação de práticas sustentáveis de uso dos recursos de modo estruturante e articulado à vida comunitária, na perspectiva</p>		

da busca de novos modos de vida. Tais projetos tenderam a promover ações pontuais ligadas à mudança de hábitos e costumes dos beneficiários.

A maioria dos projetos coletivos de Educação Ambiental teve somente foco na mudança cultural.

Não havia dissonância entre os resultados esperados e os obtidos.

<b>Objetivo Específico</b>	Valor (%)	Valor (%) ponderado
Contribuir para a melhoria das condições de qualidade de vida <b>(100%)</b>	48,19	48,19
Necessidade de levar os atores sociais envolvidos a se engajarem mais no programa por meio de projetos coletivos de forma sustentável. Talvez a articulação com políticas públicas e o incentivo a projetos de base local poderão fortalecer este engajamento.		

<b>Indicador 43</b>	Valor (%)	Valor (%) ponderado
Agentes que ingressaram na economia local <b>(20%)</b>	0	0
Há iniciativas isoladas desenvolvidas no âmbito dos projetos coletivos. Porém não há cursos de ação do programa estruturados de geração de trabalho e renda. No programa havia o incentivo ao desenvolvimento de iniciativas deste tipo.  O Programa de Educação Ambiental não implementou cursos de ação voltados para a inserção dos sujeitos das comunidades na economia local, a partir de iniciativas de geração de trabalho e renda.		

<b>Indicador 44</b>	Valor (%)	Valor (%) ponderado
Setores aos quais os agentes pertencem <b>(25%)</b>	0	0
O Programa de Educação Ambiental não implementou cursos de ação voltados para a inserção dos sujeitos das comunidades na economia local, a partir de iniciativas de geração de trabalho e renda.		

<b>Indicador 45</b>	Valor (%)	Valor (%) ponderado
Agentes que ingressaram na economia local com capacitação <b>(30%)</b>	10	3
Foram realizadas ações de capacitação para os agentes da comunidade sem que houvesse um curso de ação voltado para a sua inserção na economia local.		

<b>Indicador 46</b>	Valor (%)	Valor (%) ponderado
Produtos/serviço gerado <b>(25%)</b>	0	0
O Programa de Educação Ambiental não implementou cursos de ação voltados a geração de trabalho e renda. Os produtos/serviços gerados a partir da capacitação propiciada não foram medidos. Por exemplo, o resultado da adoção da cozinha ecológica. Fabricação de bolos, tortas etc.		

<b>Objetivo Específico</b>	Valor (%)	Valor (%) ponderado
Possibilitar a geração de trabalho e renda <b>(20%)</b>	3	0,6
O Programa precisa incorporar iniciativas de geração de trabalho e renda a partir de parcerias internas e/ou externas de modo a possibilitar a melhoria das condições de vida das populações. E sistematizar melhor as experiências de geração de trabalho e renda a partir da capacitação fornecida aos beneficiários.		

Indicador 47	Valor (%)	Valor (%) ponderado
Processos econômicos criados que consideram a sustentabilidade ambiental, social e cultural da região visando o desenvolvimento local <b>(33%)</b>	0	0
O Programa de Educação Ambiental não implementou cursos de ação voltados a geração de trabalho e renda.		

Indicador 48	Valor (%)	Valor (%) ponderado
Beneficiários impactados com a criação de processos econômicos que consideram a sustentabilidade ambiental, social e cultural da região <b>(34%)</b>	0	0
O Programa de Educação Ambiental não implementou cursos de ação voltados a geração de trabalho e renda.		

Indicador 49	Valor (%)	Valor (%) ponderado
Renda Gerada <b>(33%)</b>	0	0
O Programa de Educação Ambiental não implementou cursos de ação voltados a geração de trabalho e renda.		

<b>Objetivo Específico</b>	Valor (%)	Valor (%) ponderado
Favorecer o desenvolvimento local <b>(20%)</b>	0	0
A ausência de iniciativas de geração de trabalho e renda limitam a possibilidade do programa influenciar o desenvolvimento local de forma sistemática e abrangente.		

Indicador 50	Valor (%)	Valor (%) ponderado
Criação ou fortalecimento de grupos organizados – comunitários, profissionais, institucionais, associações, cooperativas, comitês, entre outros – a partir do Programa de Educação Ambiental, apoiando, executando e/ou Valorizando suas ações <b>(22,6%)</b>	35	7,91
O programa incentiva a formação de grupos de professores e alunos para tratar das questões de combate ao		

desperdício e outras temáticas socioambientais que considerarem relevantes.

Em alguns municípios onde houve a possibilidade de aprofundamento do programa foram criados grupos totalmente institucionalizados, como um conselho municipal de gestão energética no âmbito da estrutura da prefeitura.

A criação dos grupos contou, na sua maioria, com um processo organizado, democrático e comunitário de instituição. Inclusive com a instituição de regras de funcionamento de modo a contribuir para a eficácia de suas ações para a organização e mobilização social.

No entanto, considerando a realidade local, o número de grupos organizados criados ou fortalecidos mostra-se pouco adequado, o que tende a comprometer a organização e a mobilização social.

Indicador 51	Valor (%)	Valor (%) ponderado
Indivíduos integrantes do Programa de EA que participam de Grupos organizados <b>(22,6%)</b>	30	6,78
<p>Alguns integrantes do Programa de EA participam de Grupos organizados – comunitários, profissionais, associações, cooperativas, comitês, o que tende a contribuir pouco para a busca de soluções para os problemas socioambientais identificados e para a melhoria da qualidade de vida de todos, via organização e mobilização social.</p> <p>Embora o engajamento dos participantes deveu-se aos efeitos da formação propiciada pelo Programa.</p>		

Indicador 52	Valor (%)	Valor (%) ponderado
Setores da sociedade representados nos Grupos <b>(22,6%)</b>	39	8,81
<p>Poucos grupos organizados criados a partir do Programa de Educação Ambiental são representativos do ponto de vista da sua abrangência pelos setores da sociedade, considerando a realidade local no que diz respeito aos problemas socioambientais identificados no âmbito do Programa, bem como a busca de melhoria da qualidade de vida de todos.</p> <p>Na verdade, o programa tem em seus objetivos, dados pela metodologia educativa A Natureza da Paisagem – Energia: Recurso da Vida, o foco no público escolar, o que dificulta a abrangência de muitos setores da sociedade nesses grupos. Deve-se refletir sobre a possibilidade de ampliar o público alvo da metodologia.</p>		

Indicador 53	Valor (%)	Valor (%) ponderado
Atividades de EA realizadas pelos grupos organizados (Tipo de atividades propostas pelos grupos organizados) <b>(16,6%)</b>	30	4,98
<p>Poucos grupos organizados encontram-se em funcionamento sistemático.</p> <p>Por conseqüência foi realizado um número pouco adequado de atividades de Educação Ambiental, considerando a intensidade de implementação destas atividades, visando a mobilização social, principalmente em torno dos problemas socioambientais identificados, bem como de outras temáticas socioambientais relevantes.</p>		

Indicador 54	Valor (%)	Valor (%) ponderado
Público presente em relação ao público esperado nas atividades de EA realizadas pelos grupos organizados (13%)		
EXCLUÍDO		

Indicador 55	Valor (%)	Valor (%) ponderado
Participantes dos Grupos organizados em relação ao número de inscritos nos Grupos (15,6%)	40	6,24
<p>O percentual de participação dos inscritos mostra-se entre 75% e 51% (inclusive).</p> <p>O percentual de sujeitos indicados, inscritos e/ou nomeados para compor os Grupos organizados criados que efetivamente participam de suas atividades é mediamente adequado, tendo em vista a necessidade de organização e mobilização social para a resolução das questões socioambientais tratadas pelo Programa.</p> <p>O percentual de sujeitos indicados, inscritos e/ou nomeados para compor os Grupos organizados criados que efetivamente participam de suas atividades é mediamente adequado, tendo em vista o funcionamento dos Grupos e a maior possibilidade de garantia de sua continuidade no tempo e no espaço.</p> <p>Alguns dos participantes inscritos nos Grupos comparecem às reuniões, atuam segundo o compromisso da auto-sustentação do Grupo, monitoram as ações da cúpula e agem com interesse pela vitalidade do Grupo.</p> <p>Durante o período de funcionamento dos grupos, há um nível razoável de participação dos sujeitos inscritos.</p>		

Objetivo Específico	Valor (%)	Valor (%) ponderado
Possibilitar a organização e a mobilização social (30%)	<b>34,72</b>	<b>10,42</b>
<p>O programa propicia em parte a organização e a mobilização social. No entanto, para avançar na obtenção de resultados socialmente relevantes, com base em ações concretas de melhoria socioambiental, precisará incluir estas categorias no seu planejamento pedagógico, possibilitando na prática o seu exercício.</p>		

Indicador 56	Valor (%)	Valor (%) ponderado
Ações de melhoria socioambiental decorrentes da participação comunitária (12%)	39	4,68
<p>O Programa de Educação Ambiental, via projetos coletivos e funcionamento de Grupos organizados pouco favoreceu a implementação de ações de melhoria socioambiental com resultados concretos na realidade, considerando a capacidade de organização e participação dos beneficiários para resolver os problemas, riscos e/ou conflitos detectados.</p> <p>Poucas ações de melhoria socioambiental foram planejadas, implementadas e/ou acompanhadas, dada a qualidade da participação e do controle social dos beneficiários na gestão ambiental, consideradas também as condições político-institucionais e demais circunstâncias que afetaram este processo.</p> <p>Poucos tipos de ações de melhoria socioambiental implementadas resultaram em mudanças concretas na realidade, no acesso a direitos e/ou recursos antes não disponíveis para as comunidades.</p> <p>As medidas de melhoria socioambiental foram pouco estruturantes e adequadas em termos qualitativos e/ou quantitativos na sua maioria. As melhorias tenderam a ser mais pontuais.</p>		

Ou seja, poucas implementações do programa redundaram em ações de melhoria com resultados concretos de melhoria da qualidade de vida de todos.

São exemplos de melhorias: reformas em escolas, criação de hortas comunitárias, implementação de coleta seletiva, entre outras.

Indicador 57	Valor (%)	Valor (%) ponderado
Setores da sociedade impactados pelas ações de melhoria socioambiental decorrentes da participação comunitária <b>(10%)</b>	39	3,9

O Programa de Educação Ambiental, via projetos coletivos, funcionamento de Grupos organizados pouco favoreceu a implementação de ações de melhoria socioambiental abrangentes.

Poucas ações de melhoria socioambiental implementadas impactaram os diversos setores afetados pelos problemas socioambientais e/ou os setores capazes de alavancar a melhoria das condições de vida das populações.

Algumas das ações de melhoria socioambiental implementadas foram abrangentes, evidenciando-se uma baixa capacidade de organização, participação e controle social dos beneficiários, embora haja, em geral, um cenário desfavorável também interfira no processo (condições sócio-políticas, demais circunstâncias que afetam este processo e a complexidade das questões socioambientais trabalhadas).

O programa tem como foco interferir mais no ambiente escolar.

Indicador 58	Valor (%)	Valor (%) ponderado
Beneficiários impactados pelas ações de melhoria socioambiental fruto da participação comunitária em relação aos beneficiários do Projeto coletivo no âmbito do Programa de Educação Ambiental <b>(15%)</b>	35	5,25

O percentual de beneficiários impactados pelas ações de melhoria socioambiental do conjunto de projetos coletivos no âmbito do Programa de Educação Ambiental mostra-se abaixo de 51%, evidenciando que do total de beneficiários atendidos com os projetos, desdobramentos do Programa, a metade ou menos da metade o foi a partir de medidas de ações de melhoria socioambiental, as quais produzem resultados no âmbito da melhoria da qualidade de vida dos grupos.

O resultado deste indicador tende a apontar a necessidade do Programa trabalhar mais na formação de indivíduos capazes de elaborar projetos, de se organizar, de participar e de alcançar resultados concretos para a sua comunidade, considerando que não foram as condições externas ao Programa que influenciaram um não atendimento adequado dos beneficiários. Os projetos parecem ter foco na mudança cultural.

O indicador em questão pode apontar também para a necessidade de redirecionamento de parte das ações dos projetos de modo a favorecer de modo mais direto os beneficiários a partir de ações de melhoria socioambiental.

Indicador 59	Valor (%)	Valor (%) ponderado
Tempo de funcionamento do(s) grupo(s) organizado(s) tendo em vista o tempo de duração dos projetos <b>(6%)</b>	20	1,2

Alguns dos grupos têm tempo de funcionamento maior do que o das iniciativas aos quais se vincularam, evidenciando a sua sustentabilidade suportada pelo engajamento dos participantes e/ou por condições sociopolíticas favoráveis.

Alguns grupos possuem tempo de funcionamento igual ao das iniciativas aos quais se vincularam, evidenciando indícios de sustentabilidade.

Indicador 60	Valor (%)	Valor (%) ponderado
Capacidade da comunidade de se organizar (grupos) para estabelecer critérios para a aprovação, captação e proposição de projetos de educação ambiental voltados para a melhoria da qualidade de vida de todos, discutindo prioridades sociais junto às agências financiadoras e/ou órgãos públicos envolvidos <b>(15%)</b>	5	0,75
<p>As comunidades em geral não buscaram se organizar para estabelecer critérios para a aprovação, captação e/ou proposição de projetos de educação ambiental voltados para a melhoria da qualidade de vida de todos, discutindo prioridades sociais junto às agências financiadoras e/ou órgãos públicos envolvidos por não ter internalizado esta possibilidade como necessidade e/ou aspiração.</p> <p>Neste ponto, excetuadas as condições internas e externas à comunidade desfavoráveis, o Programa parece ainda ter que atuar na ampliação da formação dos indivíduos e grupos, visando torná-los capazes de autodeterminar-se e conquistar seu espaço próprio e criativo em busca de novos patamares de qualidade de vida para a região. Isto sem dúvida representa uma mudança de paradigma no Programa, o qual não tem na sua origem objetivos similares.</p>		

Indicador 61	Valor (%)	Valor (%) ponderado
Mudança/ampliação/criação de políticas públicas: implementação de cursos de ação que culminem na criação de novas políticas públicas ou alteração ou ampliação no escopo de políticas públicas existentes, viabilizando o acesso a direitos que redundem na melhoria da qualidade de vida de todos <b>(15%)</b>	15	2,25
<p>Quase nenhum participante do Programa de Educação Ambiental se envolveu na criação, mudança e/ou ampliação de políticas públicas existentes a fim de viabilizar o acesso a direitos que redundem na melhoria da qualidade de vida de todos.</p> <p>O impacto das mudanças, ampliações e/ou criação de políticas públicas em termos de beneficiários atingidos e resultados/impactos obtidos com a implantação de tais alterações no cenário das políticas públicas, foi pouco abrangente, auto-sustentado e relevante socialmente em direção à mudança social.</p> <p>Contemplou, por exemplo, a alteração, mudança e/ou criação de políticas públicas com pouco impacto social em termos de mudanças estruturais na sociedade, como por exemplo, ampliar o calendário de comemorações escolares afetas ao meio ambiente.</p> <p>O Programa parece não ter contribuído de forma decisiva para formar indivíduos e grupos capazes de autodeterminar-se e conquistar seu espaço próprio e criativo em busca de melhorias na sociedade, por meio do instrumento mais amplo de participação popular – o acesso ao ciclo de políticas públicas.</p> <p>Ainda se fazem necessários aprendizados por meio do Programa ou a partir de outras iniciativas no que diz respeito a levar a comunidade a identificar soluções estruturantes em termos de políticas públicas e formas de propor tais alterações, bem como a fortalecer a sua capacidade de autodeterminar-se no tempo e no espaço.</p>		

Indicador 62	Valor (%)	Valor (%) ponderado
Iniciativas de inclusão das questões ambientais nas agendas dos segmentos públicos e privados dos estados e municípios <b>(15%)</b>	35	5,25
<p>Quase nenhum sujeito do Programa atua com iniciativas de inclusão das questões socioambientais e demais temas de interesse social nas agendas dos segmentos públicos e privados dos estados e municípios como forma de evidenciar a capacidade da comunidade de reivindicação organizada e competente, superando o conformismo e a passividade, bem como atitudes de espera perante posturas assistencialistas por parte do Estado.</p> <p>Os sujeitos do Programa e a comunidade atuam por meio de mecanismos mobilização, articulação, como por exemplo, fóruns, para inserir temas socioambientais e demais temas socialmente relevantes nas agendas dos segmentos públicos e privados dos estados e municípios.</p>		

Indicador 63	Valor (%)	Valor (%) ponderado
Resolução dos conflitos, problemas e/ou riscos socioambientais <b>(12%)</b>	55	6,6
<p>O Programa propiciou em parte a leitura crítica e a compreensão da dinâmica sócio-política dos conflitos, problemas e/ou riscos socioambientais identificados.</p> <p>Além disso, possibilitou aos sujeitos do Programa a identificação de diferentes papéis na sociedade no contexto dos conflitos, riscos e/ou problemas e o canais corretos (órgãos públicos e privados) para endereçamento de suas reivindicações.</p> <p>Mesmo considerando-se a complexidade da realidade local, foram atribuídos ao Programa de Educação Ambiental em questão parte dos resultados que evidenciam a resolução dos problemas socioambientais identificados.</p>		

<b>Objetivo Específico</b>	Valor (%)	Valor (%) ponderado
Favorecer a participação e controle social voltado para a atuação nas decisões da vida pública <b>(30%)</b>	29,88	8,96
<p>O alcance parcial deste objetivo tende a apontar a necessidade do Programa trabalhar mais na formação de indivíduos capazes de elaborar projetos, de se organizar, de participar e de alcançar resultados concretos para a sua comunidade.</p> <p>O Programa parece ainda ter que atuar na formação dos indivíduos e grupos, visando torná-los capazes de autodeterminar-se e conquistar seu espaço próprio e criativo em busca de novos patamares de qualidade de vida para a região.</p>		

## Conclusões

<b>Diretriz</b>	Valor (%) ponderado
Eficiência (30%) 60,5	18,15
<b>Objetivos Gerais</b>	
<b>Obter a Melhoria do Desempenho Operacional (60%) 60,5</b>	36,3
<b>Obter a Melhoria do Desempenho Econômico-Financeiro (40%) 60,5</b>	24,2

<b>Diretriz</b>	Valor (%) ponderado
Eficácia (30%) 64,19	19,26
<b>Objetivos Gerais</b>	
<b>Promover a satisfação do beneficiário (25%) 80</b>	20
<b>Contribuir para a construção de uma sociedade culturalmente diversa (75%) 58,92</b>	44,19

<b>Diretriz</b>	Valor (%) ponderado
Efetividade (40%) 36,37	14,55
<b>Objetivos Gerais</b>	
<b>Contribuir para a construção de uma sociedade ecologicamente equilibrada (20%) 52,53</b>	10,51
<b>Contribuir para a construção de uma sociedade socialmente justa (35%) 48,19</b>	16,87
<b>Contribuir para a construção de uma sociedade politicamente atuante (45%) 19,98</b>	8,99

## Conclusão Geral

<b>Diretriz Geral</b>	Valor (%) ponderado
Equidade (100%) 52	52
<p>A avaliação possibilitou evidenciar o foco do Programa em resultados, em especial, mais imediatos e voltados para a aprendizagem e disseminação/construção de conhecimentos (eficácia). O programa tem como objetivos principais a mudança cultural, porém já buscando a ação, a intervenção, a participação social por meio de um processo educativo participativo e crítico. Tem sua origem e escopo voltado para o público escolar, o que influenciou resultados menos abrangentes do ponto de vista dos segmentos da sociedade que desfrutaram de melhorias socioambientais obtidas.</p> <p>O Programa se constitui em um instrumento significativo de democratização do saber sistematizado em torno da temática energia e da metodologia de como trabalhar o meio ambiente enquanto tema transversal, no âmbito escolar. Estes resultados são evidenciados no índice de construção de competências, atendimento as necessidades de material didático, entre outros.</p> <p>No entanto, tem melhorias a realizar na questão de eficiência, por necessitar ampliar, a partir de seu planejamento, o público alvo do programa, seu escopo e etapas, incluindo, por exemplo, o diagnóstico participativo (indicadores 1 e 8).</p> <p>A intervenção no parâmetro da eficiência, ampliando a concepção do programa, trará resultados para o parâmetro de eficácia e efetividade. Onde já se encontram resultados preliminares de organização social e participação, porém voltados muito para dentro da escola, objetivo inicial do Programa A Natureza da Paisagem Energia - Recurso da Vida.</p>	

